

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 213

OUTUBRO - DEZEMBRO

1951

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
FEIJÓ BITTENCOURT



Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil — 1953

REVISTA

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Digitized by the Internet Archive
in 2024

DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

DOCUMENTAÇÃO DO CONSELHEIRO JOSÉ ANTÔNIO LISBOA, FINANCIISTA DO BRASIL REINO E BRASIL IMPÉRIO

COLIGIDA POR JOÃO BATISTA MAGALHÃES

Tendo a 20 de julho de 1950, ocorrido o centenário de falecimento do conselheiro José Antônio Lisboa, foi convidado o sócio João Batista Magalhães para, em sessão comemorativa, pronunciar uma conferência estudando a personalidade daquele que foi sócio fundador do Instituto Histórico, e que se assinalou na vida pública pelos grandes e notáveis serviços prestados principalmente no Banco do Brasil.

O conselheiro José Antônio Lisboa, sendo um espírito sobremaneira culto e arguto, deixou, em assunto de sua especialidade, única quantidade de valiosos escritos, uns impressos, merecendo contudo vulgarização, mas outros ainda inéditos, e é o que está arquivado no Instituto Histórico sob o Ms. 1.159 (Lata 61), aliás documentos todos de suma importância e que, mostrando a atuação dêsse vulto do passado, muito contribuem para o conhecimento da história econômica do Brasil.

Incumbido de saudar o imperador no Instituto, teve o conselheiro José Antônio Lisboa ocasião de dizer das finalidades dêsse sodalício de historiadores, “criado para coligir, lembrava êle, e guardar os documentos relativos à história e à geografia do Brasil”. Muita documentação que êle coligira, destinou ao arquivo do Instituto e merece pois divulgação para que o sócio João Batista Magalhães traga à publicidade, nas páginas desta revista.

Já foram estampados em o n.º 208 desta Revista, e deixam de ser incluídos entre os presentes documentos, os quatro anexos à conferência do coronel João Batista Magalhães, em 28 de julho de 1950, realizada a respeito do conselheiro José Antônio Lisboa. E são êles:

Anexo I — Reflexões sôbre o Banco do Brasil.

Anexo II — Carta ao Reverbero Constitucional.

Anexo III — Observações para o melhoramento do meio circulante.

Anexo IV — Aula de Comércio.

I

ALVARÁ QUE CRIA UM BANCO NACIONAL, NO RIO DE JANEIRO, SEDE DO GOVÊRNO (IMPRESSO) 1808

Eu o Principe Regente: Faço saber aos que este Meu Alvará com força de Lei virem: Que Attendendo a não permittirem as actuaes circumstancias do Estado, que o Meu Real Erario possa realizar os fundos, de que depende a manutenção da Monarquia, e o Bem commum dos Meus fieis Vassallos, sem as delongas, que as differentes partes, em que se achão, fazem necessarias para a sua effectiva entrada: A que os Bilhetes dos Direitos das Alfandegas tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de hum credito estabelecido, não são proprios para o pagamento de Soldos, Ordenados, Juros, e Pensões, que constituem os alimentos do Corpo politico do Estado, os quaes devem ser pagos nos seus vencimentos em moeda corrente: E a que os obstaculos, que a falta de giro dos signos representativos dos valores poem ao Commercio, devem quanto antes ser removidos, animando, e promovendo as transações mercantis dos Negociantes desta, e das mais Praças dos Meus Dominios, e Senhorios com as Estrangeiras. Sou Servido Ordenar, que nesta Capital se estabeleça hum *Banco Publico*, que na fórmula dos Estatutos, que com este baixão, assinados por Dom Fernando José de Portugal, do Meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete, Presidente do Real Erario, e Secretario de Estado dos Negocios do Brazil, ponha em acção os computos estagnados assim em generos commerciaes, como em especies cunhadas; promova a indústria nacional pelo giro, e combinação dos capitães isolados, e facilite juntamente os meios, e os recursos, de que as Minhas Rendas Reaes, e as publicas necessitarem para occorrer ás Despezas do Estado.

E Querendo auxiliar hum Estabelecimento tão util, e necessario ao Bem commum, e particular dos Povos, que o Omnipotente confiou do Meu Zelo, e Paternal Cuidado: Determino, que os saques dos fundos do Meu Real Erario, e as vendas dos generos privativos dos Contractos, e Administrações da Minha Real Fazenda, como são os Diamantes, Pão Brazil, o Marfim, e Urzella, se fação pela intervenção do referido Banco Nacional, vencendo sobre o seu liquido producto

a commissão de dous por cento, além do premio do rebate dos Escritos da Alfandega, que em virtude do Meu Real Decreto de cinco de Setembro do corrente anno Fui Servido Mandar praticar pelo Erario Regio, para occorrer ao effectivo pagamento das Despezas de tracto successivo da Minha Coroa, que devem ser feitas em especies metallicas.

E Attendendo á utilidade, que provém ao Estado, e ao Commercio do manejo seguro dos cabedaes, e fundos do referido Banco; Ordeno, que logo que elle principiar as suas operações, se haja por extincto o Cofre do Depozito, que havia nesta Cidade a cargo da Camara della; e Determino, que no sobredito Banco se faça todo, e qualquer deposito judicial, ou extrajudicial de prata, ouro, joias, e dinheiro; e que o competente conhecimento de Receita passado pelo Secretario da Junta do Banco, e assinado pelo Administrador da competente Caixa, tenha em Juizo, e fóra d'elle todo o valor, e credito de effectivo, e real depozito, para se seguirem os termos, que por Minhas Leis se não devem praticar sem aquella clauzula, solemnidade, ou certeza; recebendo o sobredito Banco o mesmo premio, que no referido Depozito da Cidade se descontava ás partes. E outrosim Sou Servido Mandar, que os empréstimos a juro da Lei, que pelo Cofre dos Orphãos, e Administrações de Ordens Terceiras, e Irmandades se fazião até agora a pessoas particulares, da publicação deste Meu Alvará em diante se fação unicamente ao referido Banco, que deverá pagar á vista nos prazos convencionados os capitães, e nas Epocas costumadas os juros competentes, *debaixo de hypotheca dos fundos da sua Caixa de reserva*; distratando desde logo aquelles Cofres as sommas, que tiverem em mãos particulares ao referido juro, para entrarem immediatamente com ellas no sobredito Banco Publico debaixo das mesmas condições.

Em todos os pagamentos, que se fizerem á Minha Real Fazenda, serão contemplados, e recebidos como dinheiro os Bilhetes do dito Banco Publico pagaveis ao portador, ou mostrados á vista; e da mesma fórma se distribuirão pelo Erário Regio nos pagamentos das Despezas do Estado: E Ordeno, que os Membros da Junta do Banco, e os Directores d'elle sejam contemplados pelos seus serviços com as remunerações estabelecidas para os Ministros, e Officiaes da Minha Real Fazenda, e Administração da Justiça, e gozem de todos os privilegios concedidos aos Deputados da Real Junta do Commercio.

E este se cumprirá, como nelle se contem. Pelo que, Mando á Meza do Dezembargo do Paço, e da Consciencia, e Ordens; Presidente do Meu Real Erario, e Conselho da Fazenda; Regedor da Casa da Supplicação do Brazil; Governador da Relação da Bahia; Gover-

nadores e Capitães Generaes; e mais Governadores do Brazil, e dos Meus Dominios Ultramarinos; e a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento e execução deste Alvará, que o cumprão, guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nelle se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario, por que todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se delles fizesse expressa, e individual menção; ficando aliás sempre em seu vigor: E este valerá como Carta passada pela Chancellaria, ainda que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em Contrario: Registrando-se em todos os lugares, onde se costumão registrar semelhantes Alvarás. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em doze de Outubro de mil oitocentos e oito.

Principe

D. Fernando José de Portugal.

Alvará com força de Lei; pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem Crear hum *Banco Nacional nesta Capital*, para animar o Commercio, promovendo os interesses Reaes, e Publicos; na fórma que nelle se declara.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alvares de Miranda Varejão o fez.

Registrado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro I, de Decretos, Leis, Alvarás, e Cartas Regias sobre Fazenda a fol. 28. Rio de Janeiro em quatorze de Outubro de mil oitocentos e oito.

Joaquim Antonio Lopes da Costa.

ESTATUTOS PARA O BANCO PÚBLICO

Estabelecido em virtude do Alvará de 12 de Outubro de 1808

ARTIGO I

Estabelecer-se-ha hum Banco nesta Cidade do Rio de Janeiro, debaixo da denominação de Banco do Brazil, cujos fundos serão formados por Acções; e o Banco poderá principiar o seu giro, logo que haja em Caixa cem Acções.

II

A duração dos privilegios do referido Banco será por tempo de vinte annos; e findos estes, se poderá dissolver, ou constituir novamente aquelle corpo, havendo-o Sua Alteza Real assim por bem.

III

Cada hum dos Accionistas do Banco, assim como não póde ter utilidade alguma, que não seja na razão da sua entrada, tambem não responderá por mais couza alguma acima do valor della.

IV

O fundo capital do Banco será de mil e duzentos contos de reis, divididos em mil e duzentas Acções, de hum conto de reis cada huma. Porém este fundo capital poder-se-ha augmentar para o futuro por via de novas Acções:

V

He indifferente serem, ou não os Accionistas Nacionaes, ou Estrangeiros; e por tanto toda, e qualquer pessoa, que quizer entrar para a formação deste corpo moral, o poderá fazer sem exclusão alguma, ficando unicamente obrigada a responder pela sua entrada.

VI

Toda a penhora, ou execução assim Fiscal, como Civel, sobre Acções do Banco será nulla, e prohibida.

VII

As operações do Banco consistirão; a saber:

1. No desconto mercantil de Letras de cambio sacadas, ou aceítadas por Negociantes de credito Nacionaes, ou Estrangeiros.
2. Na commissão dos computos, que por conta de particulares, ou dos estabelecimentos publicos, arrecadar, ou adiantar debaixo de seguras hypothecas.
3. No deposito geral de toda, e qualquer couza de Prata, Ouro, Diamantes, ou Dinheiro; recebendo, segundo o valor do deposito, ao tempo da entrega o competente premio.
4. Na emissão de Letras, ou Bilhetes pagaveis ao portador á vista, ou a hum certo prazo de tempo, com a necessaria cautela para

que jámais estas Letras, ou Bilhetes deixem de ser pagos no acto da apresentação; sendo a menor quantia, por que o Banco poderá emittir huma Letra, ou Bilhete, a de trinta mil reis.

5. Na commissão dos saques por conta dos particulares, ou do Real Erario, a fim de realizarem os fundos, que tenham em Paiz Estrangeiro, ou Nacional, remoto.

6. Em receber toda a somma, que se lhe offerecer a juro da Lei, pagavel a certo prazo em Bilhetes á vista, ou á ordem do portador, ou mostrador.

7. Na commissão da venda dos generos privativos dos Contratos, e Administrações Reaes, quaes são os Diamantes, Páo Brazil, Marfim, e Urzella.

8. No Commercio das especies de Ouro, e Prata, que o Banco possa fazer, sem que se intrometta em outro algum ramo de Commercio, ou de Industria conhecido, ou desconhecido, directo, ou indirecto, estabelecido, ou por estabelecer, que não esteja comprehendido no detalhe das operações, que ficão referidas neste Artigo.

VIII

Não poderá o Banco descontar, ou receber por commissão, ou premio os effeitos, que provierem de operações, que se possão julgar contrarias á segurança do Estado; assim como os de rigoroso Contrabando, ou suppostos de transacções fantasticas, e simuladas, sem valor real, ou motivo entre as partes transactoras.

IX

A Assembleia geral do Banco será composta de quarenta dos seus maiores capitalistas; a Junta delle de dez; e a Diretoria de quatro dos mais habéis dentre todos. Em cada anno elegerá a mesma Assembleia cinco novos Deputados da Junta, e dois Directores; e os que sahirem destes Empregos poderão ser reeleitos.

X

Os quarenta dos maiores capitalistas, que hão de formar a Assembleia geral do Banco, devem ser Portuguezes; mas qualquer Portuguez, que mostrar a necessaria Procuração de hum Estrangeiro, que seja do numero dos maiores capitalistas, pôde representallo, e entrar na Assembleia geral; e no cazo de haverem capitalistas de igual numero de ações, preferirão aquelles, ou aquelle, que pelos Livros do Banco mostrar maior antiguidade na subscripção.

XI

Para que hum Accionista tenha voto deliberativo nas Sessões do Banco, ha pelo menos de ter nelle o fundo capital de cinco Acções; e quantas vezes tiver o dito computo, tantos votos terá na Assembleia geral; bem entendido, que nunca o mesmo sugeito por qualquer motivo, que seja, poderá ter mais de quatro votos; comprehendendo-se com hum voto na dita Assembleia cada cinco Accionistas de huma só Acção, á vista da competente Procuração feita a hum dentre elles; de sorte, que se dous unicamente formarem o dito numero de cinco Acções, poderá hum delles ter voto, apresentando a devida Procuração:

XII

A Junta do Banco terá a seu cargo a Administração dos fundos, que o constituem. Os quatro Directores serão os Fiscaes das transacções, e operações do Banco em geral: votarão em ultimo lugar na Junta; e todas as decisões se farão pela pluralidade dos votos, os quaes no cazo de empate serão decididos pela Assembleia geral.

XIII

A excepção da primeira Nominata dos Membros da Junta, e da Diretoria do Banco, que será feita pelo Principe Regente Nosso Senhor, todos os Deputados da Junta do Banco, e seus Directores serão depois nomeados pela Assembleia geral, e confirmados por Diploma Regio, nomeando-se sempre para os ditos lugares aquelles, que forem sendo os Proprietarios de maior numero de Acções, e excluindo-se os que tiverem menor entrada para o fundo, que constitue o Banco.

XIV

A Assembleia geral se fará todos os annos no mez de Janeiro, a fim de se conhecer das operações do Banco no anno antecedente, e prover sobre a nomeação dos Membros da Junta, e Diretoria, segundo instituto for, e razão houver.

XV

A Assembleia geral do Banco poderá ser convocada extraordinariamente pela Junta d'elle, quando ella tiver que propôr sobre quaesques modificações, ou correcções, que se devão fazer nos seus Estatutos para utilidade dos Accionistas; ou quando a dita convocação lhe for proposta formalmente pelos Directores.

XVI

Cada hum dos Deputados da Junta terá a Administração de hum, ou mais ramos das transacções, e operações do Banco; de que dará conta na Junta; á qual sempre servirá de Presidente por turno hum dos Directores, sendo Relator geral das transacções, e negocios do Banco o Director, que houver servido de Presidente na antecedente Sessão, e assim successivamente.

XVII

Os Directores terão a seu cargo prover sobre a exacta observancia dos Estatutos do Banco; sobre a Escrituração, e contabilidade dos assumptos das suas transacções, e operações; e sobre o estado das Caixas, e Registos das emissões, e vencimentos das Letras a pagar, e receber; sem com tudo terem voto deliberativo nas Administrações particulares de cada hum dos ramos das especulações do Banco; havendo-o tão sómente em Junta, quando não servirem de Presidentes; pois que então neste lugar só o terão para o desempate dos votos, não sendo estes dos Directores; porque neste caso a mesma decisão pertencerá á Assembleia geral.

XVIII

O dividendo das Acções se pagará em cada semestre á vista pela Junta do Banco, e pelos Correspondentes della aos Accionistas das Provincias, ou aos residentes nas Praças dos Reinos Estrangeiros.

XIX

Do mesmo dividendo ficará sempre em hum Cofre de reserva a sexta parte do que tocar a cada Acção para o precizo cummulado de fundos, do qual receberão annualmente os Accionistas cinco por cento consolidados.

XX

Os Ordenados dos Empregados na Administração, e Directoria do Banco, assim como os dividendos annuaes das Acções segundo o Balanço demonstrativo della, serão estabelecidos pela Assembleia geral; e as despesas do expediente, e laboratorio do Banco serão feitas em consequencia das determinações da Junta, sugeitas a approvação da mesma Assembleia, que as poderá diminuir, ou augmentar, como lhe parecer mais conveniente.

XXI

A Junta organizará o Plano do expediente, e escrituração interior, e exterior dos negocios do Banco, que apresentará á Assembleia geral para ser approvada.

XXII

Os actos judiciaes, e extrajudiciaes, activos ou passivos concernentes ao Banco, serão feitos, e exercitados debaixo do nome generico da Assembleia geral do Banco pela Junta delle.

XXIII

Os Falsificadores de Letras, Bilhetes, Cédulas, Firmas, ou Mandatos do Banco serão castigados como os delinquentes de Moeda falsa.

XXIV

Os presentes Estatutos servirão de acto de união, e sociedade entre os Accionistas do Banco, e formarão a baze do seu estabelecimento, e responsabilidade para com o Publico.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1808.

D. Fernando José de Portugal.

Na impressão regia.

ALVARÁ A RESPEITO DO LEVANTAMENTO DE
DEPÓSITOS FEITOS NO BANCO
NACIONAL 1811

Eu o Principe Regente Faço saber aos que o presente Alvará de declaração com força de Lei virem: Que Havendo Eu estabelecido nesta Corte hum Banco Nacional pelo Alvará de doze de Outubro de mil oitocentos e oito para fomentar, e engrandecer o Credito publico, e erigir mais humna fonte de riqueza, facilitando-se o uzo das operações cambiaes, e dando-se assim mais extensão, e facilidade ao Commercio por meio de descontos, rebates, e outras transacções proprias deste util Estabelecimento, já tão adiantado nas Nações cultas, e illuminadas: E Tendo Determinado, com o fim de aumentar-lhe os Capitães, que no sobredito Banco se faça todo e qualquer depozito, e que tenha em Juizo, e fóra delle a validade e credito de effectivo

depозito o conhecimento de receita passado pelo Secretario da Junta do mesmo Banco, e assinado pelo Administrador da competente Caixa, não he conforme nem a esta Disposição, que literalmente mostra, que o Depositario he o Banco, e não o Administrador da Caixa do Depozito, nem ao decoro da Junta, cujos Membros, e Directores gozão dos privilegios concedidos aos Deputados da Real Junta do Commercio, a pratica atégora uzada de se levantarem os depozitos por Mandados passados sobre o Administrador da competente Caixa, que só pôde ser considerado como Delegado da Junta do Banco, sendo antes mais adoptavel a Determinação do Alvará de seis de Julho de mil setecentos cincoenta e quatro na parte em que estabeleceo, que os Ministros, que despachassem para se receber, ou extrahir qualquer depozito da Junta da Administração d'elle em Lisboa, o fizessem por via de Precatorios expedidos com as formalidades costumadas, pela semelhança de huma, e outra Corporação; e porque a do Banco não merece menos a Minha Real Contemplação: Querendo atalhar os inconvenientes referidos, e dar á Junta do Banco a consideração, que lhe compete em virtude dos privilegios que Fui Servido Outorgar-lhe; Hei por bem Ordenar, que daqui em diante se observe sobre o levantamento dos depozitos feitos no Banco, o mesmo que se estabeleceo no referido Alvará de seis de Julho de mil setecentos cincoenta e quatro, assim, e da mesma fórmula, que ali se acha determinado a este respeito, expedindo-se pelos Ministros, que ordenarem o sobredito levantamento, os Precatorios para a Junta do Banco, e sendo cumpridos pelo Director, que servir de Presidente, sem dependencia de mais outra alguma formalidade.

Pelo que; Mando á Meza do Desembargo do Paço; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Casa de Supplicação do Brasil; Junta do Banco Nacional; e a todos os Tribunaes, Ministros de Justiça, e mais Pessoas a quem pertencer o cumprimento deste Alvará, o cumprão, e guardem, não obstante quaesquer Leis, ou Disposições em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente: E Valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Lei em contrario. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em vinte e sete de Março de mil oitocentos e onze.

Principe

Conde de Aguiar.

Alvará de declaração com força de Lei, pelo qual V.A.R. Ha por bem Ordenar, que os Ministros, quando despacharem o levanta-

mento dos depositos feitos no Banco Nacional; o fação por Precatorios expedidos na conformidade do que se acha determinado para a Junta da Administração dos depositos de Lisboa no Alvará de seis de Julho de mil setecentos cincoenta e quatro; na fórmula acima exposta.

Para Vossa Alteza Real ver.

José Joaquim Carneiro de Campos o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Livro I. de Leis, Alvarás e Cartas Regias a fol. 190. Rio de Janeiro em 2 de Abril de 1811.

José Manoel de Azevedo.

Na impressão regia.

MANUSCRITO ACÊRCA DA DETERMINAÇÃO DAS OPERAÇÕES DO BANCO DO BRASIL (1812)

Do Banco do Brazil, que sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor Foi Servido Ordenar por Alvará de 12 de Outubro de 1808, que se estabelecesse nesta Capital, não se tendo colhido até agora as vantagens que se devião esperar de Hum Estabelecimento tão útil e necessario ao Estado, ao Bem commum e particular dos Povos: Sendo presente ao Mesmo Augusto Senhor, que huma das principaes causas deste inesperado acontecimento he sem duvida o pequeno fundo Capital da sua Caixa, que pelo menos devia ser elevado a mil e dusentos contos de reis, como se declarou no Artigo 4.^o dos Estatutos do Banco, sem o que as suas operações serião limitadas e mesquinhas, as suas forças não bastarião a fazer baixar o desconto das Letras de Cambio, e amanter em justo limite o premio do dinheiro, em utilidade geral do Commercio, dos particulares, e do Estado, e muito menos poderião facilitar os meios, e os recursos, de que as rendas Reaes e Publicas necessitassem, para se occorrer com promptidão as Despezas do Estado, cessando por intervenção do mesmo Banco os embaraços e difficuldades, que se encontravão em ter disponiveis no Real Erario em as epocas competentes os Fundos Publicos existentes nos diversos Cofres das Capitancias deste Estado do Brazil, como muito convinha á manutenção da Monarquia, ao Bem commum, e a felicidade Publica: Constando na Real Presença, que hum dos motivos, e talvez o mais forte, de haverem concorrido tão poucos Cabedaes ao Cofre do Banco, tem sido a idea do pequeno lucro que os Accionistas esperão dos seus Cabedaes postos no Cofre de hum tão útil,

como necessario Estabelecimento Publico, comparativamente ao lucro que podem colher da sua particular direção e das emprezas mercantis da sua escolha, esquecendo-se talvez dos riscos, aque se expõem, e do quanto estes devem entrar em linha de conta, para lhes fazer preferir hum menor lucro com perfeita segurança de seus Cabedaes: Tem Resolvido o Mesmo Augusto Senhor auxiliar e promover os interesses dos Accionistas do Banco com exuberantes concessões, e fazer entrar no seu Cofre huma consideravel somma annual, que no fim de poucos annos conjunctamente com o Capital dos Accionistas particulares fará subir o fundo do Banco muito alem de mil e dusentos contos de reis, como convem ao credito, e as vantagens de hum tão util Estabelecimento, e que tanto merece a Real Contemplação. E porque Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor muito confia nos esforços com que procurarão distinguir-se os actuaes Directores e Deputados da Junta do Banco do Brazil em tudo quanto for do Seu Real Serviço, e poder concorrer para se realizarem as suas Paternaes, e Sabias Disposições, todas tendentes á felicidade de seus Vassallos; He Servido Mandar declarar aos mesmos Directores e Deputados o seguinte. — 1.º Que no Cofre do Banco entrará o producto de algumas novas Imposições orsado por anno em cem contos de reis ao menos, e isto successivamente por espaço de dez annos, para por este meio, sem contar as Acções dos Particulares, ser elevado o Fundo Capital do Banco a mais de mil contos de reis, a que sem duvida deverá chegar no fim do sobredito praso, digo, do sobredito tempo, ficando a Administração e Arrecadação destes novos Impostos pertencendo aos Directores e Deputados da Junta do Banco do Brasil, até se completarem os sobre ditos dez annos. — 2.º Que nos primeiros cinco annos não perceberá a Real Fazenda lucro algum do Capital que tiver entrado no Cofre do Banco, proveniente das novas Imposições, cedendo a favor dos Accionistas particulares: e que passados os ditos primeiros cinco annos entrará a Real Fazenda como Accionista na divisão do lucro annual, que houver relativamente ás subseqüentes entradas dos productos dos Impostos, ficando as antecedentes em totalidade até essa epoca em proveito dos Accionistas particulares, emquanto durar o praso de tempo concedido a este Estabelecimento, não obstante pertencer á mesma Real Fazenda o numero de Acções correspondente a totalidade do Cabedal, que tiver entrado no Cofre do Banco proveniente dos novos Impostos no sobre dito periodo de dez annos. — 3.º Que Sua Alteza Real fará executar exatamente o Alvará do estabelecimento do Banco em todas as suas partes e muito particularmente no que diz respeito as vendas dos generos privativos dos Contractos e Administrações da Real Fazenda, como são os Diamantes, Pão Brazil, Marfim, e Urzella, para que o Banco vença sobre o seu liquido

producto a comissão de dous por cento, que lhe foi prometido, sem que a Real Fazenda seja responsavel por nenhuma outra despeza de comissão neste e nos outros Portos do Brasil, e mais Dominios Portuguezes, onde o Banco tenha seus correspondentes para o recebimento e remessa dos Generos da Real Fazenda, para o que se expedirão as competentes Ordens ás Juntas de Fazenda respectivas. — 4.º Que igualmente fará Sua Alteza Real verificar o distracto dos emprestimos á juro da Lei feitos a particulares pelos Cofres dos Orfãos, e das Ordens Terceiras, e Irmandades, para serem unicamente feitos ao Banco na forma do Alvará. — 5.º Que Sua Alteza Real concederá á Junta do Banco hum Juiz Executor com a authoridade necessaria para promover tudo, quanto lhe for requerido pelo Banco em observancia do Alvará do seu Estabelecimento, e das ultteriores Ordens e concessões Regias. — 6.º Que por todos os adiantamentos, ou suprimentos, que o Banco fizer ao Real Erario por conta das sobras dos rendimentos das Capitánias, se darão Letras a prazos de mutua convenção com o desconto de meio por cento ao mez sobre os Cofres das Juntas da Fazenda das Capitánias, expedindo-se as mais positivas Ordens para que os pagamentos se realizem no dia do seu vencimento em moeda corrente com preferencia a toda outra qualquer despeza, fazendo-se os saques das sobras das Capitánias unica e privativamente por intervenção do Banco, logo que tenha para isso as necessarias forças. — 7.º Que os adiantamentos que o Banco fizer ao Real Erario pelos computos dos Escritos da Alfandega, vencerão igualmente meio por cento ao mez regulado o tempo pelos dos Escritos, que serão entregues ao Banco para seu pagamento no acto, em que fizerem os adiantamentos. — 8.º Que todos os adiantamentos, ou suprimentos feitos pelo Banco ao Real Erario serão em Bilhetes pagaveis ao Portador, devendo existir no seu Cofre os computos necessarios á taes pagamentos, logo que foram exigidos. — 9.º *Que ja mais será o Banco constrangido a fazer suprimentos, adiantamentos, ou quacsquer outras operações que forem superiores ás suas forças, e contrarias aos seus interesses, havendo em todas as transações a mais decidida boa fé, e firmeza, estabelecendo-se a maior exação em todos os pagamentos.* — 10. Que nenhum maior serviço podem fazer os actuaes Directores e Deputados da Junta e Accionistas do Banco a Sua Alteza Real nas presentes circumstancias, do que o de augmentarem o numero de suas Acções do Banco, quanto lhes for possível, devendo esperar que Sua Alteza Real attenderá com honras e merceiz os que mais se distinguirem. — 11. Que Sua Alteza Real incumbe e muito particularmente recomenda a cada hum dos actuaes Directores e Deputados do Banco do Brazil haja de solicitar, e persuadir aos outros Accionistas, aos Negociantes, aos seus amigos, e conhecidos, a que entrem para o

Cofre do Banco com o maior numero de Acções, que lhes for possível, afim de haver, quanto antes, hum consideravel fundo Capital dos Accionistas particulares, para que do Banco do Brazil, ainda antes de chegar ao grão de opulencia, e de prosperidade, a que deve ser gradual e successivamente elevado com as entradas ou Acções da Real Fazenda, se principie desde logo a colher os dezejados fructos, proprios de hum tão importante Estabelecimento, com vantagem mutua do Estado, do Publico, e dos interessados no mesmo Banco, esperando Sua Alteza Real de cada hum dos actuaes Directores e Deputados, que haja de fazer chegar á Sua Real Presença a Relação das pessoas, que convidou, e persuadio a entrarem para o Banco do Brazil, afim de ser pelo Mesmo Augusto Senhor attendido tambem este serviço e diligencia. Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Agosto de 1812. — Conde de Aguiar.

ALVARÁ QUE RESOLVE A RESPEITO DO AUMENTO DE CAPITAL DO BANCO NACIONAL E COBRANÇA DE NOVOS IMPOSTOS. (IMPRESSO 1812)

Eu o Principe Regente, Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que Havendo estabelecido nesta Capital hum Banco Publico por Alvará de doze de Outubro de mil oitocentos e oito, para bem commum de Meus fieis Vassallos; não se tendo colhido até agora as vantagens proprias de hum tão util Estabelecimento Nacional, sem duvida em razão do pequeno fundo capital do seu Cofre, que pelo menos deveria ser elevado a mil e duzentos contos de reis pelas entradas dos Accionistas particulares: E sendo de esperar que por este meio não só se multipliquem as transações mercantis, e cambiaes, e se augmente a facilidade, e extensão do giro do commercio, e sua prosperidade, mas tambem se consiga facilitar-se, e promover-se com mais interesse publico a circulação dos cabedaes, que a Minha Real Fazenda tem nas diversas Capitánias deste Estado, e Dominios: Querendo auxiliar efficaçmente o sobredito Banco, e promover o concurso de novos Accionistas particulares, segurando-lhes vantajozos lucros dos seus cabedaes postos no Cofre do Banco, para que o fundo capital de hum tão util Estabelecimento possa chegar a muito consideravel grão de força, de opulencia, e de credito, como convem aos importantes fins de sua Instituição: Hei por bem, que a Minha Real Fazenda entre como Accionista nos cofres do Banco do Brasil com o producto de algumas novas Imposições abaixo declaradas, por espaço de dez annos consecutivos, sem que das entradas, que se realizarem nos primeiros cinco annos, haja de perceber lucro algum, ficando todo o que

lhe podesse competir em proveito dos Accionistas particulares, em quanto durar o prazo de tempo dos Privilegios concedidos a este Estabelecimento, e vindo a entrar a Minha Real Fazenda na divisão dos lucros, que lhe competirem como Accionista, unicamente das quantias que depois dos primeiros cinco annos se recolherem ao Cofre do Banco, proveniente dos novos Impostos, que Sou Servido estabelecer pela maneira seguinte.

I. Por cada huma Carruagem, ou Sege de quatro rodas pagar-se há doze mil e oitocentos reis por anno, e por cada huma Sege de duas rodas dez mil reis tambem por anno. A este Imposto, já determinado pela Carta Regia de dezoito de Março de mil oitocentos e hum, serão segeitos todos os residentes no Brasil pelo numero de Carruagens, e Seges de qualquer denominação, e fôrma, que cada hum tiver em uso, o que deverá declarar no acto do lançamento a que se proceder.

II. Igualmente se pagará por anno doze mil e oitocentos reis por cada Loja. Armazem, ou Sobrado, em que se venda por grosso, e atacado, ou a retalho, e varejado, qualquer qualidade de Fazenda, e Generos secos, ou molhados, Ferragens, Louças, Vidros, Massames; por cada Loja de Ourives, Lapidarios, Corrieiros, Funileiros, Latoeiros, Caldeireiros, Cerieiros, Estanqueiros de Tabaco, Boticarios, Livreiros, Botequins, e Tavernas, sem isenção de pessoa alguma residente no Brasil, que taes Lojas, ou Armazens tiver. Desta Contribuição sómente ficarão isentas as Lojas, Botequins, e Tavernas, que actualmente já pagão para a Real Fazenda hum igual, ou maior Imposto, e bem assim todas as Lojas de qualquer qualidade, Botequins, e Tavernas estabelecidas nas Estradas, nos Arraiaes, e Capellas, e nas pequenas Povoações, em que não haja Magistrado de Vara Branca.

III. Por cada Navio de tres mastros se pagará por anno doze mil e oitocentos reis; por cada Embarcação de dous mastros, nove mil e seiscentos reis; por cada Embarcação de hum mastro, e de barra fóra, seis mil e quatrocentos reis; por todas as outras Embarcações de menor lote, e que não navegão fóra da barra, como Lanchas, Botes, Saveiros, Canoas, e outras de qualquer forma ou denominação, quatro mil e oitocentos reis, em todos os Portos deste Estado do Brasil, exceptuadas sómente as Jangadas, e quaesquer Embarcações destinadas á Pescaria, e os Botes, Escaleres, e Lanchas pertencentes ao serviço das Embarcações, que já tiverem sido comprehendidas nesta Imposição.

IV. Por todas as compras, e vendas de Navios, e Embarcações de qualquer lote, á reserva unicamente das Jangadas, e Barcos de Pescaria, se pagará sinco por cento do preço da compra, em todos os

Portos deste Estado do Brasil em que se effectuar o contracto; que só será valiozo constando na Escritura publica, e Escritos particulares, que só podem ter lugar nos casos determinados nas minhas Leis, e Reaes Disposições, que foi paga a meia Siza acima referida, que Sou Servido estabelecer, reduzindo a esta taixa a que se paga em Portugal, segundo o paragrafo nono do Regimento do Paço da Madeira, e o Alvará de dezaseis de Setembro de mil setecentos setenta e quatro: E todos os que o contrario fizerem, e os Tabelliães que lançarem as Escrituras incorrerão nas penas impostas pela Lei do Reino, e pelo Alvará de tres de Junho de mil oitocentos e nove.

V. A administração, e arrecadação destes novos Impostos será feita nesta Capital, e Provincia do Rio de Janeiro pela Junta do Banco do Brasil, por espaço de dez annos, que terão principio no primeiro de Janeiro de mil oitocentos e treze, precedendo pelo que respeita aos designados nos paragrafos primeiro, segundo, e terceiro, hum lançamento a que immediatamente procederá o Juiz privativo, que Sou Servido conceder ao mesmo Banco, e que será remetido á Junta, logo que seja concluido, para proceder á devida arrecadação, sendo obrigados os collectados a remetterem ao Cofre do Banco as quantias, que deverem em cada hum anno até ao fim de Fevereiro do mesmo anno, e procedendo-se executivamente pelo Juiz Privativo, logo que for requerido pelos Agentes do Banco, contra os remissos, na fôrma estabelecida para a cobrança das dividas Reaes preteritas, findo o referido prazo, o que se fará publico por Editaes do Juiz privativo no principio de cada hum anno.

VI. Os lançamentos serão feitos todos os annos, e quando mais conveniente parecer, com a especificação, e legalidade que convem, e o mais aproximadamente ao da Decima, que for possivel. Servirá de Escrivão o que mais apto, e desembaraçado for, sendo para isso escolhido pelo Juiz privativo do Banco do Brasil, e receberá por anno duzentos mil reis, que lhe serão pagos aos quarteis no Meu Real Erario pelo producto dos Novos Impostos, e ao mesmo Erario será paga a Folha das despesas dos lançamentos, sendo approvada pelo Juiz privativo.

VII. Em as Capitánias deste Estado do Brasil far-se ha a cobrança destes Impostos pelas respectivas Juntas de Fazenda, sendo administrados, ou contratados por ellas, em conformidade das Minhas Reaes Ordens, bem como todas as outras Rendas Reaes, e como mais conveniente for, devendo ser o seu producto escriturado separadamente, e remetido ao Real Erario, para deste passar ao Cofre do Banco do Brasil a quantia que necessaria for em cada hum anno, afim de se completar no Cofre do mesmo Banco huma entrada effectiva

de cem contos de reis por anno, e assim successivamente por espaço de dez annos.

VIII. Pela Meza do Despacho Maritimo nesta Cidade, e pelas Alfandegas, Ministros, e quaesquer Authoridades a quem toca nos differentes Portos deste Estado do Brasil o dar o despacho de sahida às Embarcações, se não haverá por desembaraçada toda a que não mostrar, que tem pago o Imposto correspondente ao anno.

IX. A administração, e arrecadação do Imposto determinado no paragrafo quarto será igualmente feita pela Junta do Banco, no que pertence a esta Cidade, e Provincia do Rio de Janeiro; e pelas Juntas de Fazenda respectivas, no que pertencer às Capitánias.

X. A escrituração do rendimento de todos estes Impostos, que forem arrecadados immediatamente pela Junta do Banco, será feita na sua respectiva Contadoria, com distincção de cada hum delles, e declaração das despesas da administração, e arrecadação; e no principio de cada hum anno, e quando muito tarde até ao fim de Fevereiro, deverá a Junta do Banco remetter ao Real Erario os Livros dos lançamentos feitos pelo seu Juiz privativo, a conta de toda a Receita e Despesa, que houve no anno antecedente, e da quantia liquida, que no seu Cofre fica pertencendo á Real Fazenda, como Accionista do mesmo Banco de igual quantia, não excedendo esta por anno a cem contos de reis; pois que todo o excesso annual da renda dos Impostos além dos ditos cem contos de reis, deverá ser pela mesma Junta do Banco remettida ao Real Erario, durante o prazo de dez annos, que para a administração, e arrecadação dos ditos Impostos lhe he concedido; assim como pelo Real Erario será remettida ao Cofre do Banco a quantia que annualmente, e por espaço de dez annos faltar para se completar huma entrada effectiva de cem contos de reis por anno, no cazo de não chegar a este computo o recebimento, que tiver o Cofre do Banco, proveniente dos novos Impostos desta Provincia do Rio de Janeiro, de que tem a administração, e arrecadação.

XI. Será Juiz privativo de todas as causas, e dependencias do Banco do Brasil hum Desembargador dos Extravagantes da Casa da Supplicação, que Me for proposto pela Junta do Banco, o qual sendo por Mim approvedo, exercerá toda a cumprida Jurisdicção, e Authoridade, que segundo as Minhas Leis for necessaria, para por si, seus Delegados, e pelos Officiaes que lhe forem precizos, cuidar nos lançamentos, que se devem fazer, proceder às execuções, que lhe forem requeridas, e deferir a todas as representações da Junta do Banco, afim de se incorporarem nelle os objectos, que pela Lei de sua Fundação lhe pertencerem, e de que ainda não estiver de posse, por ser da Mi-

nha Real Intenção, que a dita Lei se cumpra inteiramente: O mesmo Juiz privativo dará agravo de petição, e ordinario, para o Conselho da Minha Real Fazenda, e terá de ordenado annual quatrocentos mil reis pagos aos quartéis no Meu Real Erario, pelo producto dos novos Impostos.

E este se cumprirá tão inteiramente como nelle se contém, Pelo que, Mando ao Presidente do Meu Real Erario; Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Justiça; e a todos os mais Tribunaes, e Pessoas, a quem pertencer o conhecimento deste Alvará, o cumprão, e guardem, como nelle se contém. E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno, sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Palacio do Rio de Janeiro em vinte de Outubro de mil oitocentos e doze.

Príncipe

Conde Aguiar.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real Querendo auxiliar efficazmente o Banco do Brazil, e promover o concurso de novos Accionistas particulares, segurando-lhe vantajozos lucros dos seus cabedaes postos no Cofre do Banco. He Servido estabelecer os Impostos no mesmo declarados.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Alvares de Miranda Varejão o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil no Livro I de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a folhas 253. Rio de Janeiro em vinte e hum de Outubro de mil oitocentos e doze.

Felix José de Souza Roza.

Na impressão regia.

PRIVILEGIO CONCEDIDO AO BANCO NACIONAL
PARA A COBRANÇA EXECUTIVA DAS DIVIDAS
FISCAES (1814)

Eu o Príncipe Regente: Faço saber aos que este Alvará com força de Lei virem: Que Representando-Me a Junta do Banco do Brazil, creado pelo Alvará de doze de Outubro de mil oitocentos e oito, a necessidade que tinha de serem cobradas as quantias que se

lhe devessem, assim, e do mesmo modo com que se cobrão as dividas Fiscaes, seguindo-se nas execuções, a que se houver de proceder, os mesmos termos, e gozando as sobreditas dividas de todos os Privilegios, de que gozão as da Minha Real Fazenda: Querendo dar mais huma prova da Consideração, e Proteção, que merece este Estabelecimento: Hei por bem, que as dividas pertencentes ao Banco do Brazil, sejam reputadas em tudo, e por tudo, como Fiscaes, procedendo-se sem differença alguma na sua cobrança, e arrecadação.

Pelo que Mando á Meza do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Conselho da Minha Real Fazenda; Regedor da Caza da Supplicação; Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação; e a todos os Tribunaes, Ministros de Justiça e mais pessoas, a quem o conhecimento deste Alvará pertencer, o cumprão e guardem: E valerá como Carta passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e que o seu effeito haja de durar mais de hum anno sem embargo da Ordenação em contrario. Dado no Palacio do Rio de Janeiro a vinte e quatro de Setembro de mil oitocentos e quatorze.

Principe

Marquez de Aguiar.

Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real Ha por bem Conceder ás dividas do Banco do Brazil o Privilegio executivo para serem cobradas como dividas Fiscaes.

Para Vossa Alteza Real Ver.

João Carneiro de Campos o fez.

Registado nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brazil no Liv. 2.^o de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. 29. Rio de Janeiro em o primeiro de Outubro de 1814.

José Balbino de Barboza e Araujo.

CRIAÇÃO, NAS VILAS DO REINO DO BRASIL, DE
CAIXAS DE DESCONTOS FILIAES DA CAIXA
CENTRAL DO BANCO DO BRASIL (1815)

Dom João Por Graça de Deos Principe Regente do Reino-Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves d'aquem e d'além Mar, em Africa de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, &c. Faço saber aos que esta Carta de Lei virem, que Attendendo, a que o Banco do Brasil não póde verdadei-

ramente desempenhar este nome prestando a todo o Reino do Brasil as utilidades, que Tive em vista no Alvará do seu estabelecimento, e de que felizmente se acha gozando esta Capital do Rio de Janeiro, sem que hajão Caixas de descontos estabelecidas nas differentes Capitánias do Brasil, como outros tantos Ramos filiaes do Banco Central do Rio de Janeiro, reguladas pelos mesmos Estatutos, com as alterações porém, que parecessem necessarias ao privativo estado das Capitánias: E havendo-Me representado a Junta do Banco do Brasil, de accordo com a Assembleia Geral do mesmo Banco, que já se reputava com sufficientes forças para estabelecer na Cidade da Bahia huma Caixa de descontos, que muito era desejada, e lhe fora pedida por alguns dos principaes Negociantes daquella Praça, para facilidade das operações mercantís, extensão do Commércio, e prosperidade da agricultura: Sou Servido Ordenar, que na Cidade da Bahia, e successivamente nas outras Cidades, e Villas deste Reino do Brasil possão ser estabelecidas Caixas de descontos, que sendo filiaes da Caixa Central do Banco do Brasil existente nesta Corte, se regulem pelo Alvará, e Estatutos de doze de Outubro de mil oitocentos e oito em tudo, o que lhes for applicavel, como partes integrantes do mesmo Banco, e pelos Estatutos, que com esta baixão, assinados pelo Marquez de Aguiar, do Meu Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho do Gabinete, Presidente do Real Erario, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Brasil.

E esta se cumprirá como nella se contém, Pelo que Mando á Mesa do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens; Presidente do Meu Real Erario; Regedor da Casa da Supplicação; Conselho de Minha Real Fazenda; Governadores das Relações da Bahia e Maranhão; e Governadores e Capitães Generaes, e mais Governadores do Brasil; e a todos os Ministros de Justiça, e mais Pessoas, a quem pertencer o conhecimento desta Carta de Lei, que a cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar, como nella se contém, não obstante quaesquer Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, ou Ordens em contrario; porque todos, e todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas Fizesse expressa, e individual menção, ficando alias sempre em seu vigor; e valerá como se fosse passada pela Chancellaria, posto que por ella não ha de passar, e ainda que o seu effeito haja de durar mais de hum, e muitos annos, não obstante as Ordenações em contrario, que Hei, outrosim, por derogadas para este effeito sómente. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos desaseis de Fevereiro de mil oitocentos e desaseis.

O Principe Com Guarda.

Marquez de Aguiar.

Carta de Lei, pela Qual Vossa Alteza Real Ha por bem, que na Cidade da Bahia, e successivamente nas outras Cidades, e Villas deste Reino do Brasil, se estabeleção Caixas de descontos, filiaes da Caixa Central do Banco do Brasil existente nesta Corte do Rio de Janeiro; na fôrma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

João Carneiro de Campos a fez.

Registada nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Brasil, no Liv. II de Leis, Alvarás, e Cartas Regias a fol. oitenta e oito. Rio de Janeiro em vinte de Fevereiro de mil oitocentos e desaseis.

Romão José Pedrozo.

ESTATUTOS

Para as Caixas de descontos mandadas estabelecer na Cidade da Bahia, e successivamente nas outras Cidades e Villas do Reino do Brasil, pela Carta de Lei de 16 de Fevereiro de 1816.

I

Haverá na Cidade da Bahia huma Caixa de descontos estabelecida pelo Banco do Brasil.

II.

As Operações da Caixa de descontos consistirão no desconto de Letras de Cambio, e da terra, sacadas, ou aceitas por Negociantes de credito Nacionaes, e Estrangeiros, ou por Lavradores, e Proprietarios Nacionaes, bem estabelecidos, e sem privilégio algum, ou que tendo-o, prescindão d'elle absolutamente.

III.

As dividas da Caixa de descontos serão consideradas como dividas Reaes, como já foi estabelecido pelo Alvará de vinte e quatro de Setembro de mil oitocentos e quatorze, que deverá ser observado em toda a sua força, e estensão de privilegio Fiscal.

IV.

O Chanceller da Relação da Bahia será Juiz Privativo em todas as Causas, e dependencias da Caixa dos descontos; e nas outras Capitánias o Magistrado de maior gradação.

V.

A Junta do Banco do Brasil nomeará tres Directores, e hum Supranumerario para supprir a falta de qualquer dos tres, para a Caixa dos descontos, servindo os nomeados por tempo de hum anno, ou de tres, como mais conveniente parecer á dita Junta; sendo o Guarda-Caixa, o Guarda-Livros, e os Caixeiros, que forem necessarios para o expediente da Escrituração, e cobranças, nomeados pelos Directores. tendo huns, e outros os vencimentos, que a Junta do Banco julgar proprios.

VI.

Os Directores da Caixa de descontos serão obrigados a requerer ás Authoridades competentes, e ao seu Juiz Privativo, a effectiva entrada para a Caixa, dos dinheiros existentes nos Cofres Publicos, ou a elles pertencentes, havendo-se desde logo por extincto o Cofre do Deposito, como se acha determinado no Alvará de doze de Outubro de mil oitocentos e oito para a Corte e Cidade do Rio de Janeiro; verificando-se esta disposição na Cidade, e Capitania da Bahia, e nas outras Cidades, e Villas, em que se estabelecer a Caixa de descontos nas demais Capitánias, a favor da mencionada Caixa, e bem assim o que diz respeito aos dinheiros dos Cofres dos Orfãos, e Administrações de Ordens Terceiras, Irmandades, e Confrarias.

VII.

Os Bilhetes do Banco do Brasil pagaveis aos portadores, ou mostradores á vista, serão recebidos como dinheiro effectivo em todos os pagamentos, que se fizerem á Real Fazenda, e da mesma forma se distribuirão pela Junta da Fazenda Real da Capitania da Bahia nos pagamentos das despezas da Capitania, e bem assim pelas Juntas da Real Fazenda das outras Capitánias, logo que nellas houver Caixas de descontos.

VIII.

Os Directores da Caixa de descontos darão a tres de cada mez huma conta do estado da Caixa, e das Operações do mez antecedente,

que será remettda á Junta do Banco do Brasil pela primeira occasião que se offerecer.

IX.

O Premio do rebate, ou desconto de Letras será de meio por cento por mez, como se pratica no Banco Central do Rio de Janeiro: Pelo mesmo premio se poderáõ tambem fazer adiantamentos por conta de hypothecas, sendo estas seguras, e livres de qualquer privilegio, ou embaraço, e sendo generos, ou fazendas, que existão em Alfandegas, ou Trapiches; não podendo fazer-se o adiantamento por longo prazo, e por mais de dois terços do valor da hypotheca, e sempre debaixo de huma firma acreditada.

X.

Semelhantemente poderá a Junta do Banco do Brasil estabelecer Caixas de descontos nas outras Capitánias do Brasil, logo que possão ter lugar, para bem da Agricultura, da Industria, e do Commercio, regulando-se taes Caixas por estes mesmos Estatutos.

XI.

Sua Alteza Real distinguirá com honras, e mercês proporcionadas, os que tiverem hum maior numero de Acções no Banco do Brasil, e se fizerem dignos da Real Consideração pelos seus novos esforços a bem do estabelecimento das Caixas de descontos nas diversas Capitánias do Brasil, e em conformidade da Carta Regia de sete de Outubro de mil oitocentos e doze dirigida aos Governadores, e Capitães Generaes.

Palacio do Rio de Janeiro em desaseis de Fevereiro de mil oitocentos e desaseis.

Marquez de Aguiar.

DECRETO EM QUE SE DÁ PROVIDENCIAS PARA
SUPRIR A FALTA DE MOEDA PROVINCIAL (1818)

Attendendo á falta que se experimenta nesta Praça de moeda Provincial para as transações mercantis com as Provincias deste Reino, e compra dos Generos do consumo geral nos Mercados publicos desta Capital: Hei por bem que por tempo de oito mezes, e em

quanto se não realizarem as saudaveis providencias, que Tenho Ordenação para o abundante giro de toda a qualidade de moeda metallica em qualquer das Capitánias deste meu Reino Unido, se suspenda a remessa ou exportação da dita moeda Provincial para a Bahia, Pernambuco, e Maranhão, ou outro qualquer Porto fóra dos limites desta Província, debaixo da pena de perdimento dos cabedaes embarcados para a dita exportação, e dos mais procedimentos ordenados contra os desencaminhadores dos Fundos publicos: Recorrendo os Negociantes, que tiverem de fazer aquellas remessas, ao meio de Letras sacadas pelo Banco do Brasil, ou outros Commerçiantes, sobre os seus Correspondentes n'aquellas Praças, sem que por este cambio de cabedaes o referido Banco, ou outro qualquer, possa exigir dos Compradores das referidas Letras premio, ou interesse algum, além da necessaria segurança. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e Encarregado da Presidencia do Meu Real Erario, o tenha assim entendido, e o faça executar, expedindo as Ordens necessarias ás Estações onde convier, para ter o seu devido effeito esta Minha Real Determinação, sem embargo de quaesquer Leis, Ordens, ou Disposições em contrario. Palacio de Santa Cruz, em desenove de Novembro de mil oitocentos e desoitto.

Com a Rubrica de El-REI N. S.

DECRETO, QUE REGULA A COMPETENCIA DO
BANCO DO BRASIL NAS COBRANÇAS FISCAES,
EXECUÇÕES DE HIPOTECAS, CONCORDATAS E
MONTEPIOS (1818)

Tendo-Me representado a Junta do Banco do Brazil os inconvenientes, que resultão de não ter em vigor o Privilegio de Fazenda Real para a cobrança das dividas a elle pertencentes, e ás suas Caixas, concedido no Alvará de vinte e quatro de Setembro de mil oitocentos e quatorze, e Lei de dezeseis de Fevereiro de mil oitocentos e dezeseis, naquelles casos em que não he Cessionário, mas que procedem de transacções directas, ou de dividas dos seus Agentes ou Administradores: Hei por bem que se lhe observe o seu Privilegio, entendendo-se ter Hypotheca, e competir-lhe a preferencia naquelles cazos, em que a tem a Real Fazenda, e não lhe competir quando execute como Cessionario, ou a devedor de devedor. Hei outrosim por bem Declarar que nos cazos de Concordatas, ou Moratorias, póde o Banco acceder, ou julgar-se que deve acceder, quando o prazo for de cinco annos ou de menos tempo; e que o seu Privilegio em taes casos,

durante o prazo, se deve verificar a respeito da quantia estabelecida; e findo o prazo, continuar sobre a totalidade da divida, como procede a respeito da Fazenda Real, quando ha Prestações concedidas. O que assim Houve por bem Determinar por Decreto da data deste; e a Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação deste Reino do Brazil, e Dominios Ultramarinos o tenha assim entendido, e execute pela parte que lhe toca. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e nove de Outubro de mil oitocentos e dezoito.

Com a Rubrica de EL-REY N.S.

Cumpra-se, e registre-se. Rio de Janeiro tres de Novembro de mil oitocentos e dezoito. Com quatro Rubricas dos Deputados da mesma Real Junta.

Conforme.

Manoel Moreira de Figueiredo.

DECRETO, QUE IMPEDE A REMESSA, PARA
OUTROS PORTOS DO BRASIL, DA MOEDA PRO-
VINCIAL (1820)

Attendendo ao que Me representarão os Directores do Banco do Brasil: Hei por bem, que se observe por mais hum anno, e depois d'elle, em quanto Eu não Mandar o contrario, o Decreto de desenove de Novembro de mil oitocentos e dezoito; em que Fui Servido se suspendesse a remessa da moeda Provincial para os outros Portos do Brasil, por exigirem as circumstancias que não se entendessem comprehendidos na Disposição do Paragrafo quarto, da Lei do Livro quinto, titulo cento e treze, que prohibe a extracção da moeda: Ficando porém á convenção das partes interessadas o premio das Letras; em que com tudo Recommendo aos mesmos Directores a maior facilidade para bem do Commercio. Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, Encarregado da Presidencia do Real Erario, assim o tinha entendido, e faça executar com os Despachos necessarios, sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, ou Disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro, em vinte de Junho de mil oitocentos e vinte.

Com a Rubrica de EL-REY N.S.

Cumpra-se, e registre-se. Rio de Janeiro vinte e dous de Junho de mil oitocentos e vinte. Com a rubrica do Presidente do Erario Regio.

LISTA GERAL DOS ACCIONISTAS DO BANCO
DO BRAZIL.

RIO DE JANEIRO

Acções

A Real Fazenda, 76 — Antonio Gomes Barrozo, 41 — O Excellentissimo Conde dos Arcos, 40 — Dias, Viuva e Filhos, 40 — Antonio Soares de Paiva e Filhos, 40 — Joaquim de Paiva Barreto (fallecido), 29 — José Luiz da Motta, 26 — Amaro Velho da Silva, 24 — Manoel Gomes de Oliveira Couto, 21 — José Marcellino Gonçalves, 20 — Domingos Antunes Guimarães, 20 — Geraldo Carneiro Bellens, 20 — José Luiz Alves, 20 — Vicente Navarro de Andrade, 20 — Joaquim José de Siqueira, 20 — Visconde do Rio Seco, 20 — José Francisco de Mesquita, 20 — Manoel Guedes Pinto, 20 — Bernardino Brandão e Castro e Companhia, 18 — O Excellentissimo Conde do Rio Pardo, 18 — Desembargador Claudio José Pereira da Costa, 17 — Francisco de Souza e Oliveira, 16 — João Pereira de Souza, 16 — João Lopes Baptista, 16 — Jacinto Furtado de Mendonça, 16 — Antonio José Gonçalves Bastos, 16 — Carneiro, Viuva e Filhos, 15 — Joaquim Pereira de Almeida e Companhia, 15 — José Antonio Lisboa, 15 — Fernando de Oliveira Guimarães, 15 — Antonio José da Costa Ferreira, 14 — A Excellentissima Viscondessa de Tagoahy, 14 — José Pereira Guimarães, 12 — João Ferreira Leite, 12 — José Fortunato de Brito Souza Abreu e Menezes, 12 — Bernardino Brandão e Castro, 12 — Manoel Bernardes Pereira da Veiga, 12 — Agostinho Corrêa da Silva Goulão, 11 — João Gomes Barrozo, 10 — José de Oliveira Barboza, 10 — André Pires de Miranda, 10 — Antonio Ferreira da Rocha, 10 — Francisco Xavier Pires, 10 — D. Rodrigo José de Menezes, 10 — D. Maria José de Menezes, 10 — Desembargador Luiz Thomaz Navarro de Campos, 9 — João Alves Pinto Ribeiro, 8 — José Pinheiro dos Santos, 8 — A Excellentissima Condessa de Linhares, 8 — Manoel Ribeiro Guimarães, 8 — D. Maria Ignez Xavier, 8 — João Rebello de Vasconcellos e Souza Coelho Henriques, 8 — Maximiano José Pereira da Fonseca, 8 — D. Marianna Eugenia Carneiro da Costa, 8 — Desembargador Estevão Ribeiro de Rezende, 8 — D. Maria Roza de Oliveira Mandillo, 8 — Desembargador Lucas Antonio Monteiro de Barros, 7 — Joaquim José Pereira de Faro, 7 — Manoel Lopes da Cunha Velho, 7 — Antonio da Cunha, 6 — Francisco Xavier de Mattos Pimentel, 6 — Joaquim José de Sequeira (ourives), 6 — D. Maria Florencia Maciel da Costa, 6 — Antonio Fernandes da Torre, 6 —

Joaquim Antonio Alves, 5 — José Alexandre Carneiro Leão, 5 — Antonio de Miranda Marques, 5 — José Amado Grehon, 5 — João Gomes Valle, 5 — Joaquim José da Rocha e Sobrinho, 5 — Desembargador José da Silva Lisboa, 5 — Luiz Fernandes Carneiro Vianna, 5 — Francisco José Guimarães e Companhia, 5 — José Fernandes Pereira, 5 — Desembargador Manoel Pinto Coelho, 5 — Reverendo José da Costa Fonseca, 4 — Antonio José Airoza, 4 — Carlos José Moreira, 4 — D. Antonio Murat, 4 — Excellentissimo Conde de Linhares, 4 — Desembargador Clemente Ferreira França, 4 — D. Theodora Mafalda de Lima, 4 — Fructuozo Luiz da Motta, 4 — José Francisco Diogo, 4 — José de Rezende Costa, 4 — João da Costa Ferreira, 4 — Excellentissima Condessa do Real Agradado, 4 — Real Erario, para manutenção dos Novos Colonos, 4 — D. Julia Augusta Accioli Palheiros, e outras, 4 — Reverendo José Joaquim Barboza, 4 — Excellentissimo Vicente Antonio de Oliveira, 4 — Manoel Gonçalves de Carvalho, 3 — João e José Martins Lourenço Vianna, 3 — Domingos Francisco de Araujo Roza, 3 — Marianno Antonio de Amorim Carrão, 3 — Luiz Antonio de Oliveira Bulhões, 3 — D. Joanna Francisca da Silva Lisboa, 3 — Francisco Jaques de Araujo Bastos, 3 — Gaspar Coelho Leal, 3 — Francisco Antonio de Michelles, 3 — D. Maria Joaquina do Bom-Successo Mattos Coelho, 3 — Francisco de Paula Manso Saião, 3 — Desembargador José Navarro de Andrade, 3 — Constantino da Costa Silva, 3 — D. Theodora Francisca de Santa Roza, 3 — Domingos Alves Pinto, 3 — Rodrigo Antonio de Araujo Lima, 3 — Manoel Dias de Lima, 2 — Antonio José da Costa Barboza, e Companhia, 2 — Herdeiros de João Fernandes Vianna, 2 — João da Costa Lima, 2 — José Ignacio Vaz Vieira, 2 — Herdeiros de Francisco José Pereira Penna, 2 — Leandro José Marques Franco de Carvalho, 2 — José Joaquim de Mattos Ferreira e Lucena, 2 — Manoel Luiz Martins, 2 — Elias Antonio Lopes (fallecido), 2 — Francisco Joaquim de Lima, 2 — A Mitra desta Côrte, 2 — D. Emilia Henriqueta Stockler, 2 — Reverendo Domingos Lopes Ribeiro Guimarães (fallecido), 2 — Herdeiros de João Francisco Coelho, 2 — José Thomaz de Oliveira Barbosa, 2 — João Ferreira Guimarães (fallecido), 2 — José Pereira Goivães, e Companhia, 2 — D. Joanna Rita de Lemos Seixas, 2 — Custodio José do Nascimento, 2 — Reverendo Jeronimo de Abreu Pinto de Souza, 2 — Nicolau Pereira da Costa, 2 — Alexandre Barbaroux, 2 — D. Maria dos Santos Ribeiro, 2 — D. Luiz Mauricio da Silveira, 2 — José Francisco das Neves, 2 — João Vieira Peixoto, 2 — Thomé Ribeiro de Faria, 2 — D. Francisca Justinianna Mascarenhas, 2 — Joaquim Ferreira dos Santos, 2 — Antonio José do Amaral, 2 — João Ricardo Fajardo Perdigão, 2 — D. Jozefa Valdetaro de An-

drade, 2 — João Alves da Silva Porto, 2 — Excellentissimo Camillo Maria Tonellet, 2 — D. Justina Roza de Jezus, 2 — João Pedro Maynard da Fonseca e Sá, 2 — D. Roza Angelica Pessoa, 2 — Victorino Antonio José Gregorio, 2 — Antonio Bernardino Pereira do Lago, 2 — Reverendo Anacleto Pinto Gomes Brandão, 2 — Excellentissima Marquessa de Lumiares, 2 — Francisco Xavier Pereira da Rocha, 2 — Carlos (orfão, de quem he Tutor, Estevão Lopes Xavier), 2 — Domingos Gonçalves de Azevedo, 2 — Henrique de Saules, 2 — D. Nuno Eugenio de Locio Cilbiz, 2 — D. Joaquina Valdetaro, 2 — Reverendo Domingos José da Silva, 2 — D. Roza Maria de Jezus Silva, 2 — D. Joanna Izabel d'Albuquerque e Araujo, 2 — José da Motta Pereira, 1 — Manoel Pinheiro Guimarães (fallecido), 1 — Manoel José Ribeiro de Oliveira, 1 — Antonio José de Araujo, 1 — Carlos Martins de Almeida (fallecido), 1 — José Caetano Alves (fallecido), 1 — Manoel Jorge da Silva (fallecido), 1 — João da Silva Piinto (fallecido), 1 — Antonio Rodrigues dos Santos, e Companhia, 1 — Manoel Gonçalves Valle, 1 — Antonio Luiz Pereira da Cunha, 1 — Luiz Diogo Pinto de Mello e Sampaio, 1 — Gonçalo Germano de Araujo e Souza, 1 — Manoel Alves da Fonseca Costa, 1 — José Tiburcio da Costa Padrão, 1 — Antonio Rodrigues de Miranda (Vigario Geral) 1 — D. Roza Angelica da Silva Velho, 1 — Francisco José Rodrigues, 1 — Luiz José Vianna Gorgel do Amaral e Rocha, 1 — Luiz Telles Barreto de Menezes, 1 — Manoel Jacinto Nogueira da Gama, 1 — D. Joanna Maria de Jezus, 1 — Paulo Martin, Fº, 1 — Antonio Teixeira Pinto da Cruz, 1 — Henrique de Saules, e João Baptista da Silva, 1 — Herdeiros de Manoel Joaquim da Silveira Felix, 1 — João Antonio Marques, 1 — Sebastião José de Oliveira, e Antonio Peixoto Hurta, 1 — Joaquim Ribeiro de Almeida, 1 — José Gomes Pupe Corrêa, 1 — Manoel Pinto Alves Porto, 1 — José Antonio dos Santos Xavier, 1 — Custodio José da Silva, 1 — Manoel Gonçalves Duarte, 1 — José Antonio de Freitas Guimarães, 1 — Miguel Ferreira Gomes, 1 — José Alves Duarte, 1 — João Antonio Airoza, 1 — Constantino José Ferreira, 1 — Julião José de Oliveira, 1 — Manoel Teixeira de Carvalho, 1 — Teresa Parente, Teresa Josefa, e Domingos José da Cruz, 1 — Francisco José Rodrigues, Filho, 1 — Reverendo João Baptista da Silva Cezar, 1 — João Fernandes Lopes, 1 — Herdeiros de Domingos José Ferreira Braga, 1 — Antonio José Gonçalves Villela, 1 — Joaquim Antonio Ferreira, 1 — Francisco Martins Baião, 1 — Reverendo Luiz Pereira da Costa, 1 — Francisco Pereira de Sampaio, 1 — Theodora Maria Baptista, 1 — Antonio Francisco Lima, 1 — Antonio Luiz Franco de Oliveira, 1 — José Maria Nazareth, 1 — Diogo Gomes Barrozo, 1 — José Bernardo de Figueiredo, 1 — D. Fr. Antonio de S. José Bas-

tos (fallecido), 1 — Excellentissimo Francisco de Borja Garção Stockler, 1 — Conselheiro João de Campos Navarro de Andrade, 1 — José Luiz Coelho, 1 — D. Joanna Maxima da Silva Lisboa, e Dona Margarida Angelica do Espirito Santo, 1 — D. Anna Rosa Manso Saião, 1 — Manoel Antonio Ribeiro, 1 — João Francisco Leal, 1 — Generosa Ricardina do Bom-Successo, 1 — Fr. Leandro do Sacramento, 1 — Barão de S. Simão, 1 — João Fernandes Carneiro Vianna, 1 — Braz Fernandes Carneiro Vianna, 1 — D. Maria de Loreto Carneiro Vianna, 1 — D. Anna Luiza Carneiro Vianna, 1 — Domingos Filippe Baptista, 1 — D. Luiza Josefa de Grinalda, 1 — Fr. Manoel Ignacio de Santa Clara Mello, 1 — Venerando Corrêa Damasceno, 1 — Bernardino Francisco Lessa, 1 — Antonio Rodrigues de Araujo Bastos, 1 — D. Teresa Roza Delduque, 1 — Dona Anna Luiza da Annunciação, 1 — João Francisco Malaterre, 1 — D. Roza Francisca (fallecida), 1 — A Irmandade do Sacramento da Candelaria, e Hospital de Lazaros, 1 — Real Caza da Santa Misericordia, e Expostos da mesma, 1 — Lourenço Antonio do Rego, 1 — Candido José Ferreira Brandão, 1 — D. Maria do Carmo e Mira, 1 — Antonio Marques Pereira, 1 — D. Carolina Fausta Pinto, 1 — D. Maria Carlota Pinto, 1 — José Antonio dos Santos, 1 — Izabel Vicencia da Silva Penha, Joanna Maria Casimira, e Theodora Maria da Encarnação, 1.

BAHIA

Pedro Rodrigues Bandeira, 40 — O Seminario dos Orfãos, 40 — Manoel da Silva Friandes, 24 — Vicente José da Silva Portella, 20 — Manoel João dos Reis, 20 — Mairs e Companhia, 14 — João José Leal, 12 — Antonio da Silva Paranhos, 12 — Felisberto Caldeira Brant Pontes, 11 — João José da Silva Azevedo, 10 — José Caetano Coelho, 10 — Sealy Duncan e Walker, 8 — Mellor e Russet, 6 — Manoel Carneiro da Costa, 6 — José Antonio Ribeiro de Oliveira, 6 — Bootheby Johnst. e Companhia, 6 — Harrison Latham e Companhia, 5 — Francisco Vicente Vianna, 4 — Antonio Ferreira Coelho, 4 — Domingos José Almeida Lima, 4 — Manoel Ignacio Lisboa, 4 — Nicolau Marques, 4 — Pedro José Batalha, 4 — Antonio Moreira Serra, 4 — José Ricardo da Silva, 4 — Mello Brandford e Companhia, 3 — Luiz Antonio Vianna, 3 — José Ignacio Acciavoli, 2 — João, e José Teixeira Barboza, 2 — Antonio Vaz de Carvalho, 2 — Pedro Ferreira Bandeira, 2 — Alexandre Gilfillan, 2 — Schewend Chmel e Companhia, 2 — Arthur Lopes, 2 — Domingos Pires dos Santos Chaves, 2 — Pedro Autran da Mota e Albuquerque, 2 — Manoel José Ribeiro de Oliveira, 2 — Francisco Joaquim Carneiro, 2 — João Gonçalves Cezimbra, 2 — Bernardo José Bas-

tos, 2 — José Duarte Coelho, 2 — João Victor Moreira, 2 — José Luiz Rodrigues Valadares, 2 — Meuron e Companhia, 2 — D. Anna Maria da Conceição, 2 — José Joaquim Xavier, 2 — Bento Dias da Cunha, 2 — Manoel José Machado, 2 — William Smith e Companhia, 2 — D. Joaquina Bonifacia Lopes, 2 — D. Marianna Ignez Lopes, 2 — Santa Caza da Mizericordia, 2 — Antonio Joaquim Pires, 1 — Francisco Dias Coelho, 1 — Sebastião da Rocha Soares, 1 — Antonio Gabriel Henriques Pessoa, 1 — Domingos Ferreira Velloso, 1 — Luiz Antonio Braga, e Antonio Pinto da Rocha, 1 — Manoel Pinto de Souza, 1 — Manoel Alves de Castro, 1 — Francisco Felis de Carvalho, 1 — Manoel José de Mello, 1 — Bento Antonio Lopes Villasboas, 1 — Innocencio José Galvão, 1 — Francisco Ribeiro Neves, 1 — Antonio Joaquim dos Santos, 1 — Pedro Barboza Madureira, 1 — Domingos José Antonio Rebello, 1.

MINAS

Manoel Ribeiro Vianna, 41 — José Ignacio Nogueira da Gama, 14 — Matheus Herculano Monteiro de Barros, 8 — Antonio Januario Carneiro, 8 — Dezembargador Manoel Ferreira da Camara, 7 — Silvestre Pacheco de Castro, 7 — Padre Antonio Pereira Freitas, 5 — Pedro Dias de Carvalho, 4 — Francisco Izidoro Baptista da Silva, 4 — Domingos Gonçalves da Cruz, 4 — Manoel José Vellozo Soares, 4 — Antonio José Peixoto, 4 — Antonio Thomaz de Figueiredo Neves, 4 — Ignacio José de Souza Rebello, 3 — Antonio Pita de Castro Menezes, 3 — Manoel da Costa Maia, 3 — Nicolau Soares do Couto, 2 — José Lourenço Dias, 2 — João da Motta Ribeiro, 2 — Duarte Henriques da Fonseca, 2 — Geraldo Ribeiro de Rezende, 2 — Quintiliano Rodrigues da Rocha Franco, 2 — Antonio da Costa Silva, 2 — Sebastião da Silva Leão e Lucena, 2 — Domingos Antonio de Oliveira Meirelles, 1 — Rita de Cassia Galvão e São Martinho, 1 — Antonio José Dias Coelho, 1 — Antonio José Duarte de Araujo Gondim, 1 — Romualdo José Monteiro, 1 — Domingos Alves de Oliveira Maciel, 1 — Marçal José de Araujo, 1 — Carlos de Assis Figueiredo, 1 — D. Maria do Carmo Barradas, 1 — José Carvalho de Souza, 1 — José Bento Soares, 1 — Manoel Ribeiro de Carvalho, 1 — João Alves Ferreira Prado, 1 — Elias da Fonseca Freire de Andrade, 1 — João Baptista da Fonseca, 1 — João José de Abreu, 1 — D. Maria de Santiago Teixeira Coelho, 1 — João Pereira Duarte, 1 — Manoel Antonio da Silva, 1 — João Ferreira Mendes, e Outros, 1 — Padre Domingos Rodrigues Affonso, 1 — João Ferreira de Castro, 1 — Antonio Ribeiro Fernandes For-

bes, 1 — Os Herdeiros de Antonio Ribeiro da Costa, 1 — Luiz José Teixeira Murta, 1 — Manoel Ribeiro de Souza, 1 — Manoel José Monteiro de Barros, 1 — José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, 1 — Antonio Caetano Pinto Coelho da Cunha, 1 — Thomé Nunes Figueira, 1 — Bazilio Teixeira Cardozo de Sá Vedra Freire, 1 — Francisco Lopes de Abreu, 1 — Antonio da Costa Moreira, 1 — José de Araujo da Cunha Alvarenga, 1 — Herdeiros de Antonio Barboza da Silva, 1 — Manoel de Freitas Pacheco, 1 — D. Maria Gonçalves Pereira, 1 — João Lopes de Abreu, 1 — Herdeiros de Antonio da Fonseca Ferreira, 1 — Serafim Gonçalves Lima, 1 — José Nunes Moreira, 1 — João Francisco de Andrade, 1 — Domingos Gonçalves da Cruz, e Leonel de Abreu Lima, 1 — Padre Manoel de Sá Tinoco, 1 — André Pereira de Freitas, 1 — Antônio Teixeira de Leão, 1 — João Antonio Maria Versiane, 1 — Francisco de Paula Vieira, 1 — João Baptista Corrêa Machado, 1 — Fernando Luiz Machado de Magalhães, 1 — D. Maria Magdalena Henriqueta da Fonseca, 1 — D. Florinda Gabriela Henriqueta da Fonseca, 1 — Padre Manoel Rodrigues Jardim, 1 — José Joaquim de Paiva Cardozo, 1 — Anacleto Antônio do Carmo, 1 — Floriano Antonio Diniz, 1.

SÃO PAULO

Luiz Antonio de Souza (fallecido), 30 — Manoel Rodrigues Jordão, 25 — Manoel Joaquim de Ornellas, 22 — Antonio de Sequeira Moraes, 20 — Antonio da Silva Prado, 8 — João de Meirelles Freire, 4 — Joaquim José dos Santos, 3 — Francisco Xavier dos Santos, 3 — Rafael Tobias de Aguiar, 2 — João da Silva Machado, 2 — Elias Antonio Pacheco, 2 — José Arouxe de Toledo Rondon, 1 — Antonio Paes de Camargo, 1 — Francisco Gonçalves Santos, 1 — Manoel da Cunha de Azeredo Coutinho Souza Chicorro, 1.

MARANHÃO

Antonio José Meirelles, 20 — Sebastião Gomes da Silva Berford, 20.

PERNAMBUCO

Gervazio Pires Ferreira, 12 — José de Mendonça Mattos Moreira, 10 — Bento José da Costa, 2 — José Antonio de Oliveira, 2 — Antonio dos Santos Coelho, 1 — Manoel Rodrigues de Aguiar, 1 — Antonio Marques da Costa Soares, 1 — Antonio Joaquim Ferreira de Sampaio, 1 — Francisco Xavier Coelho da Cunha, 1.

CAMPOS

Sebastião Gomes Barrozo, 6 — José Pinto da Fonseca, 4 — A Camara da Villa de São João, 2 — A Camara da Villa de São Salvador, 2 — Paulo Francisco da Costa Vianna, 2 — D. Joanna Maria Francisca, 2 — Padre Francisco Pinto Ribeiro Barboza, 1 — D. Francisca Emiliana da Motta, 1 — José Peixoto de Oliveira, 1 — Pedro da Silva Riscado (Herdeiro), 1 — Custodio José Nunes, 1 — Antonio Manoel de Souza, 1 — Manoel Pinto Neto, 1 — João Ferreira Tinoco, 1 — Herdeiros de Joaquim Vicente dos Reis, 1 — José Thomaz, 1.

PORTUGAL

Madre D. Abbadessa, e mais Religiozas, que ao presente são, e para o futuro forem do Real Mosteiro do Desagravo do Santissimo Sacramento, 10 — Nicoláo Xavier de Figueiredo Castello-Branco, 4 — D. Candida Maria do Pilar, Maria de Jezus, Florinda Roza, Maria Benedicta, e Joaquina Maria Benedicta, 2 — Padre Manoel Martins de Castro, 2 — João Domingues, 1 — Congregação da Terceira Ordem da Penitencia de S. Francisco, 1 — D. Maria Thereza; Maria Carlota, e Maria da Conceição, 1.

PARÁ

João Antonio Rodrigues Martins, 20.

RIO GRANDE

José Alexandre de Oliveira, 1 — José Ignacio da Silveira, 1 — Matheus da Cunha Telles, 1 — João Silveira Machado, 1 — João Cardozo de Gusmão, 1 — João Baptista Soares da Silveira Souza, 1 — José Antonio da Silveira Cazado, 1 — Manoel Francisco da Terra, 1 — José Rodrigues Barcellos, 1 — Faustino Corrêa, 1 — José Francisco da Silveira Cazado, 1 — José Antonio de Azevedo, 1 — Manoel José Pires da Silveira, 1 — Vicente Ferreira Leitão, 1 — Joaquim Severo Fialho de Mendonça, 1 — João dos Santos de Abreu, 1 — José Bento Alves (em Buenos Aires), 1.

ANGOLA

Herdeiros de Manoel Gomes de Araujo, 3 — Anselmo da Fonseca Coutinho, 3 — Herdeiros de Ricardo da Silva Rêgo, 2 — José Ribeiro Gasparinho, 1 — Sergio da Silva Rêgo, 1 — Manoel de

Queiroz Monteiro Regadas, 1 — Antonio José de Brito, 1 — Antonio Martins de Miranda, 1.

MACÁO

Francisco José de Paiva, 10.

SANTA CATHARINA

Jacinto Jorge dos Anjos, 1.

Total das acções — 2.235.

N. B. Cada huma Acção he de hum conto de réis.

Contadoria do Banco do Brazil 1.^o de Março de 1821.

O Primeiro Official da Contadoria

Rodrigo Antonio de Araujo Lima.

DECRETO QUE REGULA A LIQUIDAÇÃO DE
AVULTADO AVANÇO FEITO PELO BANCO
DO BRASIL AO REAL CREDITO (1821)

Tendo o Banco do Brasil contribuído em diferentes epochas com extraordinarios e avultados avanços ao Meu Real Erario, para supprir as urgencias do Estado: Achando-se o mesmo Banco credor a differentes cofres Publicos pelo desconto de Letras firmadas pelos seus Thesoureiros, e pelo pagamento de despezas de obras, que devião ser feitas pelos ditos Cofres: E Considerando Eu, que não podia ser assaz pronto o embolço de tão consideraveis quantias pelo producto das consignações, que se achão arbitradas: Querendo Auxiliar, Proteger, e Firmar hum Estabelecimento de tão notoria utilidade, e necessidade para o Bem-Commum e particular dos Meus fieis Vassalos, e de tanta vantagem, para se poderem ter disponiveis no Meu Real Erario em tempos proprios as somas necessarias ao pronto pagamento das Despezas Publicas: Dezejando remover toda e qualquer desconfiança da solidez deste Estabelecimento em consequencia das suas transações com o Meu Real Erario, e Estações Publicas: Hei por bem declarar como Dividas Nacionaes os desembolços do Banco do Brasil por semelhantes transações, e a ellas responsaveis todas as Rendas Publicas deste Reino do Brasil, e os Rendimentos, que tem entrada nos diversos Cofres Publicos, que tem feito transações com o Banco, ou a quem devão pertencer as despezas de obras por elle

feitas. E para Augmentar os capitaes, que devem servir a accelerar o pagamento do que a Minha Real Fazenda deve ao Banco do Brasil; Sou Servido Ordenar que immediatamente a Diretoria Geral dos Diamantes faça entrar no Cofre do Banco todos os Brillhantes lapidados, que se achão no Meu Real Erario, servindo-lhe de quitação o recibo do Thesoureiro do Cofre do Banco, praticando-se o mesmo com Diamantes, que para o futuro se forem lapidando, afim de que a Junta do Banco possa proceder á sua venda no Brasil ou na Europa, onde for mais conveniente, levando o seu producto á conta do Credito da Real Fazenda: Outrosim Sou Servido Ordenar, que a mesma Diretoria Geral remettta logo ao Cofre do Banco todos os Diamantes brutos, que não forem necessarios, para se entreter o trabalho da Fabrica de Lapidação estabelecida nesta Corte, e assim o pratique para o futuro, afim de serem mandados vender pela Junta do Banco fóra dos Dominios da Minha Real Corôa, e onde mais convier, para ser igualmente applicado o seu producto ao pagamento da divida da Minha Real Fazenda: Finalmente para Dar a mais decidida prova do quanto Dezejo remover a mais leve suspeita contra a solidez de tão util Estabelecimento, Tenho rezolvido de Meu motu proprio fazer entrar no Deposito do Banco todos os objetos de Prata, Ouro, e Pedras Preciozas, que se poderem dispensar do uzo e decóro da Minha Real Corôa, Esperando, que os Meus fieis Vassalos imitando este Meu exemplo dem ao Mundo humna prova, de que nenhum sacrificio he custoso aos Protuguezes a bem da Causa Publica, bem entendido que não poderá o Banco exigir a Commissão dos objectos depositados por semelhante motivo. O Conde de Louzãa D. Diogo de Menezes, do Meu Conselho, Meu Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Prezidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar, não obstante quaesquer Leis, Ordens, ou Disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Março de mil oitocentos e vinte hum.

Com a Rubrica de SUA Magestade.

Cumpra-se e Registe-se. Rio de Janeiro 23 de Março de 1821.
Com a Rubrica do Prezidente do Real Erario.

Regist.

EDITAL ACERCA DA TROCA DAS NOTAS EM CIRCULAÇÃO POR MOEDA METAL, PARA QUE SE ESTABELEÇA O EQUILIBRIO NO DEPOSITO DO BANCO (1821)

A Junta actual do Banco do Brasil, que desde o momento da sua instalação se tem desvelado em fundar, e manter o credito de tão interessante Estabelecimento satisfazendo á affluencia dos realisadores das suas Notas com tal franqueza, que desde 28 de Fevereiro proximo passado até o dia 21 do corrente mez tem dado em moeda metallica a enorme somma de R. 1.293:410U000, preferindo todavia a todas as considerações, fallar verdade ao Publico, tem resolvido declarar-lhe, que em quanto não melhorarem as circumstancias, os respectivos trócos, desde o primeiro de Agosto em diante serão regulados, e distribuidos na conformidade da Tabella seguinte.

TABELLA PARA O TROCO DAS NOTAS

Notas a trocar	Quanto hão de receber em Notas	Quanto hão de receber em Prata	Quanto hão de receber em Cobre
1:000U000	800U000	150U000	50U000
800U000	650U000	110U000	40U000
600U000	500U000	65U000	35U000
500U000	410U000	60U000	30U000
400U000	320U000	54U000	26U000
300U000	230U000	46U000	24U000
200U000	150U000	30U000	20U000
100U000	75U000	15U000	10U000
90U000	68U000	13U000	9U000
80U000	60U000	12U000	8U000
70U000	52U000	11U000	7U000
60U000	46U000	8U000	6U000
50U000	40U000	6U000	4U000
40U000	32U000	5U000	3U000
30U000	24U000	4U160	1U840
20U000	14U000	4U400	1U600
12U000			12U000
10U000			10U000
8U000			8U000
6U000			6U000
4U000			4U000

Rio de Janeiro 28 de Julho de 1821.

O Secretario da Junta do Banco *Jacinto Ferreira de Paiva*

EDITAL REFERENTE À QUEIMA DE NOTAS EMITIDAS (1821)

A Junta do Banco do Brasil, conhecendo que a emissão das Notas do mesmo Banco, a pezar de ser mui diminuta em comparação dos seus fundos, torna-se com tudo avultada á vista da quasi total estagnação, a que se acha reduzido o Commercio desta Praça, resolveo amortizar de huma vez por meio de queima a quantia de 831:530U000 réis, o que effectuou no dia 11 do corrente, escolhendo para este fim as Notas, que se achavão mais dilaceradas, e por isso incapazes de circular, as quaes constão da Relação abaixo: E tendo a experiencia feito ver, que as Notas de pequenas quantias são com preferencia procuradas pela facilidade dos trocos; deliberou queimar igoalmente a quantia de 200:000U000 réis, de Notas de grandes valores, cujo dia será annuciado ao Publico, substituindo esta soma com Notas de 4U000 réis até 20U000 réis, em cujo valor vão já incluídas as que tem sido emitidas, assignadas pela presente Junta, participando ao Publico que todas as quantias tem principio de N. 1 em diante, á excepção das de 4U000 réis, que principiarão de N. 6U001, por se acharem já cheios estes numeros, e emitidos os primeiros 6000, pela Administração passada; ficando o Publico na intelligencia de que todas as Notas, que de ora em diante se forem emitindo, serão sempre em substituição das que se houverem de consumir, e nunca em augmento da presente Emissão, que esta Junta, dezeja antes diminuir.

Relação das Notas do Banco do Brazil, que se queimarão no dia 11 do corrente:

609 Bilhetes de	4,000	2:436,000
1682 " "	6,000	10:092,000
1657 " "	8,000	13:256,000
109 " "	10,000	1:090,000
118 " "	12,000	1:416,000
1011 " "	20,000	20:220,000
2647 " "	30,000	79:410,000
1726 " "	40,000	69:040,000
1547 " "	50,000	77:350,000
1231 " "	60,000	73:860,000
592 " "	70,000	41:440,000
831 " "	80,000	66:480,000
686 " "	90,000	61:740,000

613	"	"	100,000	61:300,000
574	"	"	200,000	114:800,000
12	"	"	300,000	3:600,000
254	"	"	400,000	101:600,000
16	"	"	500,000	8:000,000
1	"	"	600,000	600,000
6	"	"	800,000	4:800,000
19	"	"	1:000,000	19:000,000

Réis 831:530,000

E para constar se mandou affixar o prezente Edital. Rio de Janeiro 18 de Agosto de 1821.

O Secretario Jacinto Ferrreira de Paiva

Na Imprensa Regia. Com Licença.

INDICAÇÃO QUE FAZ O DIRECTOR DO BANCO JOSÉ ANTONIO LISBOA A BEM DO THESOURO PUBLICO, E DO BANCO, PROPONDO ENTÃO SUPRIMENTO DE COBRE PARA O BANCO RESPONDER AO PEDIDO DE TROCO. (1822)

Sendo indispensavel á junta do Banco do Brasil ter sempre nos seus Cofres suficiente moeda de Cobre para fazer face ao troco diário das maz nottas na Conformidade de huma tabella que estabeleceo de commum accordo, e approvação do Governo de S.A.R. e não podendo conseguir a dita especie de moeda de cobre de outra parte senão da Caza da Moeda, começou a suprir gratuitamente com as quantias precisas, tanto para a compra do Cobre, como para a factura das chapas, e desde 25 de Agosto de 1821, até 13 de Setembro do corrente anno de 1822 tem constantemente suprido com a importancia de 99:824\$066 reis.

Foi feita esta offerta com a condição de que todas as quantias supridas serão immediatamente pagas ao Banco sem demora alguma com o mesmo cobre, ficando o excedente na Caza da Moeda para as precizoens do Thesouro Publico: o que senão tem cumprido por parte destas duas Repartiçoens pois que até o 1.º de Dezembro de 1821 apenas recebeo o Banco 46:520\$000 rs. + 53:304\$066 rs. = 99:824\$066 rs. — devendo-se das qtias q̃ suprio Rs.

Desde aquella época de 1.º de Dezembro até o presente nem mais hum real se tem recebido do dito suprimto com grave detrimento do Banco que he obrigado a mendigar dos particulares algumas porçoens de cobre e o tem posto nas circustancias de faltar muitas vezes ao prometido ao Publico pela sua Tabella. Em alguns momentos de grande e apertada crize a Caza da Moeda tem trocado notas por cobre, mas sempre com mesquinhez e em insignificantes porções de 500\$000 rs. ou 1:000\$000 rs. mas todos estes trocos somados desde Dezembro passado até o corrente mez de Setembro poderão importar em 7 a 8 contos de reis sem nada dar por conta daquelles 53:000\$000 supridos para o cobre, e jornaes dos trabalhadores.

He notavel a indifferença com que se tem faltado a hum ajuste feito entre duas Estaçoens, que devião caprichar em pontualidade, e principalmente a Caza da Moeda, ou o Thesouro Publico, para quem as vantagens deste Contracto erão incomparavelmente muito maiores do que para o Banco, a qual fazia aquelles cumprimentos, digo, aquelles suprimtos graciosamente, e não tinha outro beneficio mais do que obter sufficiente moeda de cobre, para suprir o Publico. As vantagens do Thesouro Publico são demonstradas pelo seguinte calculo.

48\$ de Cobre reduzidos a moeda produzem 80\$000 — Todo o Cobre que se tem comprado no Rio de Janeiro por diversos preços para reduzir a moeda regula a 424 rs. a libra, as despezas feitas com a factura das chapas são de 58 rs. pr. libra, 482 reis — quarenta e oito libras a

482 reis	23\$136
Beneficio de mais de 240 pr%	56\$864
	<hr/>
	80\$000

Este calculo he feito com moedas de 20 rs.

As chapas de cobre vindas de Inglaterra, alem de serem melhores e muito mais perfeitas tem regulado a 440 rs. a libra — logo 48 rs. a

440 — importão	21\$220
Beneficio de mais de 270 pr%	58\$780
	<hr/>
	80\$000

O Banco tem precisão de 1:200\$ rs diarios para o troco das notas segundo a Tabella e durante os 10 mezes proximos não he provavel que cesse a concurrencia, logo contando com 23 dias de troco em cada mez o Banco precisa de 27:600\$000rs mensaes. A Thesou-

raria das Tropas para o pret precisa de 12:400\$000, pelo menos. São necessarios pois em cada mez 40:000\$000rs para as 2 Estaçoens impreterivelmente. Nenhuma difficuldade há em se appromptar huma igual quantia de cobre, pr quanto este digo, por quanto havendo este cunhos na Caza da Moeda, e destinando-se 2 para cunhar ouro e prata os cinco restantes trabalham todo o dia, e produzem o seguinte —

2 cunhos dão 20,000 moedas de 20rs	400\$000
2 dos dão 20,000 das de 40rs	800\$000
1 do dão 10,000 das de 80	800\$000
<hr/>	
5 cunhos — 50,000 moedas pr dia	2:000\$000
Trabalhando unicamente vinte dias em cada mez dão	40:000\$000

Não he pois a difficuldade do Cunho quem pode frustrar o arbitrio indicado de se cunhar a necessaria moeda do Cobre para as precizoens do Banco e Thesouro Publico: Serão as chapas? tão bem não, porquanto alem de se terem aqui na terra promptificado ultimamente mais de 160,000\$ de moeda de cobre não se offerece a mais pequena difficuldade em o mandar vir d'Inglaterra d'onde ja se tem remetido para esta Capital desde 1812 até o fim do anno passado 773,485\$ que tem sahido em preço medio a 440 rs a libra como acima indiquei.

Objecta-se que he impolitico esta especie de moeda porem possuir huma pessoa, muitas vezes 100, ou 200,000 em huma nota, precisar de 80\$rs e não achar quem lhos dê, trocando a dita nota por cobre he ainda pêor do que impolitico. As regras da Economia publica varião conforme as circuncancias. Esta especie de moeda não só não abunda prezenemente no Rio de Janeiro aonde ella se vende com o premio de 2 pr % mas ainda ella falta em quaze todas as Provincias tanto Maritimas como do interior, e d'aqui he que se destribue por toda a parte. Na maior parte dellas se clama por cobre, e em algumas se acha mais facilmente moeda de prata do que de cobre e demais o Banco não tem por ora outro meio de se meter senão este, e he melhor satisfazer ao Publico com cobre do que feixão a sua Caixa de remissão; logo que o Cobre comece a ser superabundante será a época marcada de grangear as suas Notas hum Credito tal que poderá ser que algumas vezes sejam preferidas aos proprios metaes.

Se o Thesouro Publico pozer em pratica este plano, as actuaes transações do Banco se reduzirão a mandar o Banco no principio de cada mez a prata que costume emprestar ao Thesouro, e a receber em pagamento immediatamente a sua importancia em cobre ficando ambas as repartiçoens igualmente servidas tanto de prata, como de co-

bre. O Banco com isto nem lucra, nem perde, mas o Thesouro Publico no fabrico de 40 contos de moeda de cobre (para o que são precisas 24,000\$) lucra mensalmente 29:440\$000 sem se ver na precisão de ficar onerado com o emprestimo dos 29:000\$ que recebe actualmente do Banco, e que são levados á sua Conta juntamente com o premio de 1/2 p % ao mez até final embolço. Se o Thesouro Publico não quizer fazer esta transacção, o Banco nenhuma duvida terá em a fazer por sua Conta tomando a seu cargo á compra, e pagamento tanto das materias primeiras como da manipulação e trabalho do Cunho na Caza da Moeda, e então em lugar de ser suprido com os 27:600\$ mensaes, suprirá ao Thesouro com os 12:400\$000 além da prata que presta e ainda com mais se preciso for, e elle poder. Rio de Janeiro, Setembro de 1822.

Impresso em que o representante do Banco do Brasil, em Lisboa, dirige-se às Côrtes Geraes, reunidas em consequência do movimento revolucionário do Pôrto em 1820, quando essas procuravam instituir o Banco de Lisboa aparelhado de meios à disposição da Agricultura, Indústria e Comércio de Portugal. O representante do Banco do Brasil pede a êsse Soberano Congresso para que providenciasse no sentido de liquidar o avultado débito do Real Erário para com o estabelecimento sediado no Brasil, a fim de que êle não ficasse abandonado sem recursos com o desfalque do que emprestou ao govêrno, para ficar ameaçado de falência e impedido de prestar auxilio à Agricultura, Indústria e Comércio do Brasil (1822).

SENHOR

No momento em que este Soberano Congresso das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa acaba de proclamar a importantissima verdade de Publica Economia — Que a reunião dos fundos dos Capitalistas do Banco, que acaba de levantar-se nesta Corte de Lisboa, he a mais segura ancora da Agricultura, da Industria, e do Commercio de Portugal — he da minha obrigação, como Representante do Banco do Brazil nesta Corte, levantar a voz, e clamar perante o mesmo Soberano Congresso, por esses mesmos principios, que a ruina daquelle he inevitavel se se lhe não acode, e trará infallivelmente comsigo a anniquilação da Agricultura, da Industria,

e do Commercio do Brazil, começando logo pela consideravel Provincia do Rio de Janeiro. Penetradas dos importantes serviços, que o Banco de Lisboa vai prestar a este Reino, as Cortes tem discutido com o mais desvelado zelo os artigos da sua instituição: e como poderão ellas abandonar á sua desgraçada sorte o Banco do Brazil, que não precisa de ser creado, mas unicamente clama para não ser destruido; que não só offerece grandes, e muito grandes serviços futuros, mas allega, e demonstra mui grandes serviços prestados; que não pede novos favores, excepções, ou privilegios, pede o simples embolso de quantias sommas emprestadas para o serviço do Estado; e não pede este embolso acelerado, e por maneira que comprometta os atenuados recursos do Estado, qual he a simples consignação de huma pequena parte das rendas annuaes das quatro Provincias do Reino do Brazil, a quem fundos do mesmo estabelecimento prestarão os mais importantes serviços; ou aquella consignação que á Alta Sabedoria do Soberano Congresso, melhor parecer? Que a Nação he devedora de cinco mil contos de réis, pouco mais ou menos, he hum facto incontestavel: que a Nação, pela voz dos seus Representantes, se obrigou a satisfazer esta divida, he outro facto não menos indubitavel. E póde por ventura o Banco do Brazil exigir menos da Nação, do que pedir, que lhe consigne a quarta parte dos rendimentos das Alfandegas do mesmo Brazil, ou hum semelhante equivalente, para pagamento do Capital, e Juros de hum emprestimo igual á Divida do Estado, que vá abrir em alguma das pecuniosas Praças da Europa?

Dir-se-ha por ventura, que a Nação está dispensada de pagar, ainda mesmo por este modo suave, a divida do Banco, porque huma grande parte desses fundos, que o Governo exigio d'elle, forão mal empregados, ou ainda distribuidos para fins contrarios aos interesses nacionaes? Se esta razão valesse, Senhor, seria illusorio o reconhecimento, que o Soberano Congresso ha feito de que á Nação pertence satisfazer, como divida sua propria, as que se legalizar terem sido contrahidas pelos anteriores Governos.

Aquella parte da fortuna publica foi tirada dos cofres do Banco, e entrou no Erario; esta divida faz parte da Divida do Estado: Por ventura haverá hum Crédor mais privilegiado que o Banco do Brazil? Senhor! não he minha tenção atacar, ou defender, nem a conducta dos administradores do Banco, nem dos da Fazenda Publica: qualquer que ella fosse, boa ou má, de huns e outros, que culpa tem disso milhares de Accionistas do Banco que, espalhados por toda a extensão do Brazil, se louvarão, e nem podião, deixar de se louvar, na publica fé do Governo, no zelo da Direcção de huma Junta permanente, em fim na Inspecção da Assembléa, composta nada menos que

de 40 dos principaes Accionistas do mesmo Banco? E quando eu avanço, que seria da mais evidente injustiça condemnarem-se á sua total ruína milhares de Accionistas, devo accrescentar, que ha ainda humra classe mais privilegiada, que, de envolta com os mesmos Accionistas, vão ser conduzidos ao ultimo abysmo, á ultima desesperação; — são milhares, e milhares de Cidadãos diferentes, e de diferentes ordens de fortuna, cuja sorte pende inteiramente da decisão da sorte daquelles, a quem se achão ligados por seus Créditos. N'huma palavra o falimento do Banco do Brazil he inevitavel, se a Nação lhe não acode com prompto, e suave modo de se lhe pagar a sua divida; e arrasta após de si a quebra, e a ruína daquella bella, e magnifica Provincia do Rio de Janeiro, a de muitas casas no Brasil, e talvez que não poucas no Reino de Portugal. E qual não será, Senhor, o abalo, que esta queda causará em toda a Monarquia? Se pelo contrario supponmos por hum momento o Banco do Brasil arrancado, pela mão do Soberano Congresso, do abysmo em que vai precipitar-se; se pelo projecto de emprestimo entrão nos seus Cofres os cinco mil contos, ou o que se liquidar da Divida do Estado, ver-se-ha de repente florescer de novo o Commercio, e a Agricultura do Brazil; e o Thesouro Publico recebendo, além dos tres quartos do producto, por esse meio muito accrescentado, das Alfandegas daquelle Reino, verá quadruplicar os rendimentos directos, e indirectos de todos os outros Ramos da Fazenda Publica.

Como Representante do Banco do Brazil, eu julgo ter preenchido á face da Nação, e do Universo o meu dever para com humra Provincia a mais pacifica, e a mais obediente sempre ás determinações do Governo, quando assim invoco, Senhor, a vossa poderosa intervenção neste Soberano Congresso para salvar o Banco do Brazil: que digo eu? o Brazil mesmo da sua imminente, e aliás inevitável ruína. Lisboa 18 de Fevereiro de 1822.

João Rodrigues Pereira de Almeida.

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DA DIRETORIA
DO BANCO DO BRASIL, QUE APRESENTOU O
CONSELHEIRO LISBOA AFIM DESSE ESTABELECIMENTO
MELHOR ATENDER, OPERANDO ENTÃO COM MAIS AUTONOMIA, OS INTERESSES
GERAES DO BRASIL (1823)

Entre as differentes medidas, que apontou a Commissão do Banco do Brasil, creada em 9 de Março de 1821, para conhecer o seu estado,

e propôr os meios da conservação, do seu credito, foi humma dellas a reforma da sua Administração, persuadida que o actual systema da dita Administração era por todos os lados defeituoso, e pouco apto para lhe dar aquella marcha regular, e vantajosa, que convinha a hum Estabelecimento de tanta ponderação. Não havendo porém o antigo Governo, que creára a dita Comissão dado as mais pequenas providencias a bem do Banco do Brasil, talvez por conhecerem as Cortes de Lisboa o quanto este Estabelecimento, depois de bem consolidado o seu credito, e posto em hum estado florescente, poderia ser util ao Imperio do Brasil, e concorrer para a sua independencia, cumpre aos seus Accionistas, e especialmente á sua Assembléa Geral vigiar sobre os seus interesses, fazendo as correcções, e modificações, que julgar convenientes para a sua prosperidade, como determina o Art. 15 dos seus Estatutos.

Debaixo deste ponto de vista; o abaixo assignado, Membro daquella Comissão, e actual Director do Banco, offerece á Illustre Assembléa Geral o plano, que com pouca differença apresentou, quando deu o seu parecer sobre esta materia, afim de que, tomando-o em sua consideração, e discutindo-o em Sessão Geral, no caso de merecer a sua approvação, seja apresentado a Sua Magestade Imperial, para se pôr em pratica, logo que mereça a sua Sancção.

Artigo I. A Administração Geral do Banco será entregue a 3 Directores, eleitos pela Assembléa Geral, e confirmados por Diploma Imperial, hum dos quaes Directores, especialmente designado será o Caixa Geral do Banco.

II. Podem ser Directores não só os Accionistas do Banco, mas ainda mesmo Commercialistas de reconhecido prestimo, ainda que não sejam Accionistas, humma vez que a Assembléa Geral os julgue intelligentes, probos, e aptos para bem desempenharem as funcções do dito Emprego, preferindo sempre os que forem Accionistas do Banco.

III. O Director Caixa terá a seu cargo a Caixa Geral do Banco, a execução pontual de todas as cobranças e pagamentos, e tudo o mais que he inherente ao Emprego de Caixa, ou Thesoureiro; he responsavel por todo o dinheiro, e letras, que devão existir nos cofres.

IV. Os outros 2 Directores derigirão todos os mais trabalhos e operações do Banco, não deixando jámais de assistir algum delles pessoalmente, e de conhecer das transações diárias, que ali se fizerem. São responsaveis por tudo quanto estiver a seu cargo.

V. Além dos 3 Directores, a Assembléa Geral do Banco nomeará mais 4 Deputados, escolhidos d'entre os seus Accionistas, os quaes juntamente com os 3 Directores formarão a Junta do Banco do Brasil, composta de 7 Membros.

VI. O seu Presidente será hum dos Directores, ou Deputados por seu turno, tirado de entre os Membros, que forem accionistas. Convocar-se-ha 2 vezes por semana, e extraordinariamente quando convier, e perciso for.

VII. Todas as deliberações relativamente a negocios do Banco serão tomadas em Junta, e decididas á maioria dos votos. A Junta será responsavel pela observancia dos Estatutos, (nos artigos, que não estiverem derogados), e igualmente das determinações da Assembléa Geral. Os Directores são os Executores das deliberações da Junta; darão provisoriamente todas as providencias, que exigirem os casos urgentes, que ocorrerem; os quaes submetterão depois á deliberação da Junta.

VIII. Todos os annos depois que a Assembléa Geral tomar conhecimento do estado, e operações do Banco do anno antecedente, dará a nomeação de hum novo Director, e 2 novos Deputados, renovando-se deste modo todos os annos a Junta do Banco de 3 Membros, e ficando sempre 4 da antecedente Administração, afim de melhor conhecerem, e darem huma marcha uniforme, e regular aos negocios do Banco. A Assembléa Geral designará o modo de fazer a eleição dos que devem ficar, ou sahir, ou por sorte, ou por escrutinio secreto.

IX. A Assembléa Geral determinará o ordenado, que devem vencer os Directores, e Deputados da Junta do Banco, como he expresso no Art. 20 dos seus Estatutos, assim como a quantia, que se deve estipular, como he costume para as faltas, e enganos da Caixa.

X. Todas as mais providencias, reformas, e melhoramentos no arranjo, e economia particular do Banco, e suas relações exteriores serão propostas pelos Directores, determinadas pela Junta, e expostas á Assembléa Geral nas suas Sessões annuaes, para sobre ellas deliberar o que julgar conveniente. Rio de Janciro, (?) Janeiro de 1823.

José Antonio Lisboa.

Pedido de Martim Francisco Ribeiro de Andrada para que fôsse convocada a assembléa geral do Banco do Brasil a fim de se proceder a nomeação da Diretoria e membros da Junta com attribuição de acompanhar a vida bancária

Sendo presente á S.M. o Imperador o requerimento de Fernando Carnr^o Leão, representando os obstaculos, que se oppunhão ao exercicio do lugar de Director da Junta do Banco do Brazil no

corrente anno, para que fora elleito pela Assembléa Geral do mesmo Banco, assim pelo seu Emprego Civil junto á Sua Imperial Pessoa, como pela Repartição da Guerra no Posto de Coronel de Cavallaria, e Attendendo o Mesmo Senhor á sua representação, e em virtude da Portaria ultimamente dirigida ao mesmo Banco Há por bem annuir á sua supplica, isentando-o de occupar o Emprego mencionado; e outro sim Mandar, que novamente se convoque a Assembleia Geral, para que esta proceda á nomeação de Directores, e Membros da Junta, que serão por ella escolhidos dentre aquelles Accionistas, que não forem devedores ao Banco, como lhe foi determinado em Portaria de 22 de Fevereiro do corrente anno. Paço 14 de Março de 1823. — Martin Francisco Ribeiro d'Andrada.

PROJECTO DE REFORMA, E ADDITAMENTO DOS ESTATUTOS DO BANCO DO BRASIL

INDICAÇÃO APRESENTADA PELO ABAIXO ASSIGNADO Á ASSEMBLÉA
GERAL DO BANCO DO BRASIL EM 4 DE NOVEMBRO DE 1823

Tendo tomado na presente e delicada pozição politica do Brasil, e quando o credito do Banco ainda não está restabelecido das profundas feridas, que lhe fizera a passada Administração, tendo tomado, digo, maior numero de Acções do que dantes nelle tinha, julgo ter dado sufficiente prova, do quanto interesse em ver de novo animado, e consolidado hum Estabelecimento tão util á Nação, para que haja de reccar a nota de imprudente, quando chamo a attenção desta Illustre Assembléa, assim sobre a necessidade de reformarem-se os seus Estatutos, que por pouco providentes, tanto facilitarão os abuzos praticados em damno de seus Accionistas, e do Publico; como sobre a impossibilidade de continuar suprimientos ao Governo, sem hum a baze solida, que possa evitar a banca-rota do mesmo Banco.

Sim, Sr. Presidente, se não póde escapar a perspicacia desta Illustre Assembléa a utilidade de hum Banco em Geral, e particularmente do nosso, quer para os seus Accionistas, pelas attribuições e beneficios, que o Governo lhe outorgára, quer para a Nação, pelo augmento de Capitães, que tão necessários são ao desenvolvimento da sua industria, não póde igualmente escapar-lhe os motivos, porque os Accionistas, inteiros, e abonados se furtão ao trabalho de sua Administração, ao mesmo tempo que os menos sizudos ainda hoje in-

trigão para serem nella empregados, assim como os dazastrozos successos, que provirão a esta Capital da sua banca-rota; quanto esta he infallivel com a continuação de avansos superiores ás suas forças; e o quanto este desgraçado sinistro influiria sobre a felicidade do Brasil, e progresso da sua Independencia, para que seja preciso que eu exponha explicitamente as razões, que o provão. Certo disto, não pertendo fatigar a paciencia desta Illustre Assembléa, com longos e aparatozos discursos, para mostrar huma e outra couza; e nem a natureza partilhou comigo saber, ou habilidade de os fazer, para que eu o podesse tentar, sem offender as suas luzes. Nestes termos, predominado igualmente do patriotismo, que tem dirigido esta Assembléa no prezente tempo, e anciozo sobre tudo de que o Banco do Brasil corresponda a grandeza do seu titulo, livrando este Imperio, com a continuação dos seus serviços, da dura necessidade de contrahir emprestimos com os Estrangeiros; e do susto aterrador, que os inimigos da boa cauza tem procurado espalhar sobre a sua solvabilidade, e convencido intimamente, que reformando-se alguns dos artigos dos seus Estatutos, e augmentando-se-lhe outros, elle terá em seu movimento huma marcha mais regular, e livre das arbitrariedades dos Administradores; e que annuindo a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, como he de esperar das suas luzes e justiça? á consignação de qualquer ramo da receita publica, por pequeno que seja, para pagamento dos juros, e amortização da grande divida que a Nação deve ao Banco, este crescerá em credito, meios, e estabilidade, como insta o bem estar da mesma Nação, proponho a esta Illustre Assembléa, que haja de nomear huma Commissão de cinco de seus Membros para que á vista dos mesmos Estatutos, Leys, e Actas que o regem, e estado da divida publica, apresente:.

1.^o As emendas, e additamentos que se fazem necessarios, para o seu bom andamento.

2.^o O esboço de huma representação ao Governo, para ser prezente a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, sobre o estado do Banco e sua impossibilidade de continuar os suprimentos que faz, sem risco de comprometer a sua existencia, por falta de hum meio que afiance a sua progressiva solução; e a necessidade de occorrer-lhe com a consignação de alguma quantia certa, para pagamento dos interesses, e amortização da divida existente, e assim livral-o da triste necessidade de suspender os seus pagamentos.

Entretanto que penna mais bem aparada não traça as emendas e additamentos necessarios, seja-me permitido, em attenção aos meus bons dezejos pela prosperidade do Banco do Brasil, apresentar á consideração desta Ilustre Assembléa hum esboço desses artigos addicio-

naes desculpando-se, ao mesmo tempo, humta tal liberdade, por ter sido a isso induzido pelo facto do honrozo chamamento, que se me fez para assistir a esta extraordinaria Sessão. Devo ao mesmo tempo prevenir a esta Illustre Assembléa, que, na organização da pluralidade destes artigos, não tive outra parte mais do que o trabalho de copiaes; e que prefiro a nota de copista de verdades por outrem bem ennuuciadas, á extulta vaidade de inventor, só pela variedade, e transposição de alguns termos com que são expostas.

Embora se julguem superfluos alguns artigos, por se acharem em execução identicas disposições, em virtude de rezoluções desta Illustre Assembléa, e das attribuições, que lhe-Outorgara o artigo 15º do seu primordial Estatuto: espera, todavia, que se mude de parecer, logo que se reflectir, que nas Sociedades anonimas, como hum Banco, todas as rezoluções, que interessão ao publico, ou alterão as estipulações sociaes, precisão da Sansão do Poder Legislativo para serem obrigatórias, e que quando assim não fosse, — *quod abundat, non nocet*. — Rio de Janeiro 4 de Novembro de 1923. —

Gervazio Pires Ferreira.

A Comissão encarregada do exame do Plano àpresentado pelo Accionista Gervazio Pires Ferreira, para a reforma, e additamento dos Estatutos do Banco do Brasil, e da Representação, que se deve dirigir ao Governo, leva ao conhecimento da Illustre Assembléa Geral, o resultado de seus trabalhos, com aquellas emendas e alterações, que julgou conveniente fazer para o seu maior bem e melhoramento.

Artigos addicionaes aos Estatutos do Banco do Brasil. Redigidos por José Antonio Lisboa. ,

TÍTULO 1.º

Das Operações do Banco

ARTIGO 1.º

A Operação do Banco relativa ao desconto mercantil das Letras de Cambio, permitida pelo § 1.º do artigo 7.º dos seus Estatutos, se estenderá igualmente ao desconto das Letras, chamadas da terra, e Bilhetes d'Alfandega, como se tem praticado, e ao dos Títulos de dívida Publica (não se achando consolidada) qualquer que seja a sua denominação, com tanto, que as Letras tenham pelo menos duas firmas

acreditadas, e da aprovação da Junta da Direcção, e que o seu vencimento não exceda a seis mezes. O Director, que em contravenção deste artigo as mandar descontar, e o Thezoureiro, que entregar o seu valor, ficão solidariamente responsaveis ao Banco.

2.º

Poderá igualmente o Banco receber gratuitamente em deposito fundos particulares disponiveis á vontade dos depozitantes por meio de ordens, que não serão por menos de 20\$000 réis pagaveis ao portador á vista, e não sendo a quantia depozitada pela primeira vez menor de 800\$000 réis: para cujo fim terá conta aberta com cada hum dos depozitantes. Mas se algum delles sacar contra o Banco por maior quantia do que tiver em seu credito, não será honrada a sua firma.

3.º

Além do Commercio das especies de oiro, e prata, permitido no § 8.º do artigo 7.º poderá o Banco igualmente comprar, e vender ouro e prata em peças, ou barras, e cobre proprio para o fabrico de moeda, com exacto conhecimento dos ditos metaes, e ensaios feitos por peritos, e aos preços, que a Junta da Direcção julgar conveniente, segundo o estado do Commercio.

4.º

O Banco poderá tambem encarregar-se de cobrar as Letras dos mesmos Depozitantes, e por conta delles, sendo dentro da Capital, e estando para esse fim indicada na Letra a residencia do Aceitante, sem com tudo responder pelos erros do vencimento, provenientes de cotas erradas nas proprias Letras, ou nas relações que as indicarem. As importancias recebidas serão creditadas aos Depozitantes, a quem pertencerem; e as Letras que não forem pagas no seu vencimento serão immediatamente entregues a seus donos.

TÍTULO 2.º

Das Assembléas Geraes do Banco

ARTIGO 5.º

A Assembléa Geral do Banco determinada no artigo 9 terá hum Presidente, hum Vice Presidente, e dois Secretarios, todos eleitos annualmente cada hum de persi, por cédulas individuaes, e escrutinio secreto, a pluralidade relativa de votos, e poderão ser reeleitos nas eleições seguintes.

6.º

Pertence ao Presidente fazer a convocação da Assembléa Geral, ou seja ordinaria, ou extraordinaria nos casos em que a Lei da criação do Banco, e os presentes Estatutos determinão, abrir, e fechar as Sessões, conceder a palavra, manter a boa ordem, e regularidade nas discussões, fazer executar as determinações da Assembléa Geral, e corresponder-se com o Poder Legislativo do Império do Brasil, quando for necessaria alguma providencia; e votar no caso de empate. Pertence tambem ao Presidente defirir a todos os nomeados para a Junta da Administração do Banco, o juramento de observarem, e fazerem observar os seus Estatutos, e todas as mais determinações da Assembléa Geral, de Administrarem, e zelarem os fundos do Banco, e de promoverem os interesses do mesmo, sem contemplação de pessoa, e segundo melhor entenderem em suas consciencias.

7.º

O Vice-Presidente fará as vezes de Presidente, quando este estiver impedido, largando a cadeira logo que elle chegar, e dando-lhe conta do que se tiver tratado.

8.º

Pertence aos Secretarios fazer a chamada, e a leitura das indicações: e repetilas quando convier; escrutinar, redigir as actas, e regular todo o expediente; fiscalizar a guarda dos papéis, o arrangemento do Archivo, e tudo o mais que se pratica em humra Secretaria bem regulada.

9.º

O direito de assento, e voto deliberativo, restricto pelo artigo 11.º aos Accionistas de cinco Acções, se estenderá aos que tiverem menos, quando for necessario, para prefazer o numero dos quarenta Accionistas estipulado para formar a Assembleia Geral. O Presidente e todos os Membros da Junta de Direcção terão igualmente nella assento, e voto.

10.º

A Assembléa Geral se julgará constituida, logo que chegada a hora indicada, estejam presentes dous terços dos Membros que a devem compôr: mas não se julgará vencida rezolução alguma, que entre em discussão, sem que pelo menos se conformem os votos de metade do numero dos Membros, de que ella deve compor-se.

11.º

Todo o Accionista, que não poder assistir á Sessão para que for convocado deve dar parte ao Presidente, a fim de que este chame o seu immediato, e faltando a essa participação, e não comparecendo tres vezes successivas, sem justa causa, se entenderá ter renunciado ao direito de votar, e por isso nas Sessões seguintes será chamado o Accionista a quem pertencer esse direito.

12.º

O dia do mez de Janeiro determinado no artigo 14.º para a convocação da Assembléa Geral será o dia 25. Nesse dia a Junta da Direcção apresentará o relatorio circunstanciado do estado do Banco, o balanço geral de todas as suas contas, e operações, e tudo quanto cumprir, para o completo esclarecimento da Assembléa Geral.

13.º

A Assembléa Geral elegcrá huma Commissão de cinco de seus Membros, a fim de examinar o relatório, e balanço apresentado pela Junta da Direcção, e conhecer da policia, e boa ordem interna do Banco, da fiel execução dos seus Estatutos, e ordens respectivas á sua Administração interpondo depois o seu parecer: para o que lhe serão patentes todos os Livros, e contas.

14.º

Depois que a Commissão tiver acabado os seus trabalhos será permittido a qualquer Membro da Assembléa, examinar os livros e contas, que lhe parecer (exceptuando os depozitos particulares) para o que estarão patentes por tres dias ao menos, e se facilitará este exame com as explicações necessarias.

15.º

No dia marcado para a Commissão dar conta dos seus trabalhos, a Assembléa Geral novamente convocada, depois de ter ouvido o relatório da Commissão, dará lugar a discussão sobre o assumpto, e pronunciará o seu juizo, mandando que na acta se faça especial menção das objeções ponderadas no debate, e de que os Livros, Balanços, e contas estiverão patentes na forma determinada neste regulamento.

16.º

Depois de ter pronunciado o seu juizo sobre as contas, e estado do Banco, a Assembléa Geral, passará a eleger o Prezidente, e Directores, que devem formar a nova Junta da Direcção naquelle anno,

procedendo-se neste acto da mesma maneira, que está determinado para a eleição do Presidente, e Secretarios da Assembléa Geral.

17.º

Para ser Presidente he preciso ter a pluralidade absoluta dos votos, e quando no primeiro escrutinio nenhum dos Accionistas obtenha a dita pluralidade absoluta, correr-se-ha segundo, entre os dous que mais votos tiverão, e no caso de empate preferirá o Accionista de maior numero de acções.

18.º

Para ser Director he igualmente preciso ter a maioria absoluta de votos, e quando no primeiro escrutinio os Directores não sahirem eleitos com esta particularidade, correr-se-ha segundo escrutinio unicamente com os nomes dos que mais votos tiverão, em numero dobrado dos que faltarem.

19.º

Eleitos o Presidente, e Directores, se elegerão os seus substitutos pelo mesmo methodo.

20.º

A Assembléa Geral poderá alterar, ampliar, e modificar quaesquer artigos deste regulamento, e determinar quanto for a bem do melhor estabelecimento, e progresso do Banco, com tanto que não seja na mesma Sessão, em que se propozer a alteração, ou modificação para evitar resoluções precipitadas, e sejam levadas á approvação do Poder Legislativo do Império do Brasil.

21.º

Os motivos para a convocação das Assembléas Geraes extraordinarias, indicadas no art. 15.º dos Estatutos primordiaes são: 1.º a falta de Substitutos para servirem no impedimento dos Directores, communicada pela Junta da Direcção: 2.º a proposta de algum emprestimo por parte do Governo, a fim de se deliberar sobre a sua conveniencia: 3.º os casos imprevistos para cuja solução a Junta da Direcção se não ache authorisada: 4.º a requisição de vinte dos Membros da Assembléa, que nella tenham assento, feita por humra representação motivada, e assignada por todos elles individualmente: fazendo-se declaração, nas cartas de aviso dos objectos, que hão de entrar em discussão, a fim de se deliberar com pleno conhecimento de causa.

22.º

Publicar-se-hão annualmente pela imprensa o Relatorio, Balanço, e Parecer da Commissão apresentado à Assembléia Geral, e tudo quanto possa interessar aos Accionistas, e consolidar a confiança do Publico.

TÍTULO 3.º

Da Junta da Direcção

ARTIGO 23.º

A Junta do Banco de dez Membros, e a Directoria de quatro, e suas attribuições decretadas nos artigos 9 e 12 dos seus Estatutos, fica convertida em huma Junta de Direcção, composta de hum Presidente, e de oito Directores, escolhidos d'entre todos os Accionistas da maior confiança, e aptidão, eleitos na fórma dos artigos 13, 14, e 15 dos mesmos Estatutos: e terá hum Secretario para a redacção das suas actas, correspondencia externa, e o mais que for do expediente, e serviço da Direcção.

24.º

A Junta da Direcção se reunirá na Casa do Banco em Sessão Geral duas vezes por semana, e em dias fixos, e marcados no principio de cada anno; e quando estes dias forem impedidos, a reunião se fará no dia antecedente, que o não for, e sem estarem presentes, mais de metade dos seus membros, não se tomará resolução alguma. Os negocios serão decididos á pluralidade de votos, e os membros vencidos poderão declarar os seus no livro competente.

25.º

Pertence á Junta da Direcção a inteira Administração dos fundos do Banco para os reger segundo os Estatutos Primordiaes, os presentes artigos addicionaes, e as ordens da Assembléa Geral, e responder-se-ha com o Governo, e todas as mais Estações Publicas, e Pessoas particulares com quem convier, e preciso for.

26.º

Pertence ao Presidente da Junta abrir, e fechar as Sessões, fazer executar as rezoluções da mesma Junta, propôr as materias á discussão, conceder a palavra, manter a boa ordem, e regularidade dos

debates, inspecionar em geral todos os trabalhos, e operações do Banco, e sua policia interna: tomar o juramento a todos os Empregados subalternos de bem, e fielmente servirem, e zellarem os interesses do Banco, obedecendo pontualmente ás ordens da Direcção em tudo o que disser respeito á sua administração, e participando-lhe quanto se fizer, ou intentar fazer em damno, e prejuizo do mesmo Banco.

27.º

Além da geral obrigação inherente a todos os Directores de vigiarem sôbre os interesses do Banco, a Junta encarregará particularmente, e por hum turno mensal a dois dos seus Membros a fiscalização diaria dos diversos ramos das operações do mesmo Banco para as dirigirem na conformidade dos Estatutos, e ordens da Junta da Direcção, a quem darão conta, como Relatores, de todos os negocios que tiverão lugar.

28.º

Em todos os dias, em que se abrir o Banco assistirão nelle os dous Directores do mez, desde a sua abertura, até que se feche. Na abertura examinarão se ha no Edificio signal de arrombamento, ou motivo algum de desconfiança, para immediatamente o providenciarem, e não sahirão sem que fique concluida a conferencia das Caixas, tanto geral, como particulares, e a escripturação, que sempre andará em dia, e ultimamente o exame das Casas de cuja porta principal terá cada hum delles a sua chave, ficando a terceira em poder do Secretario.

29.º

Todas as ordens, quitações, e outras rezoluções importantes que expedir a Junta da Direcção, serão assignadas pelos dous Directores do mez.

30.º

A' Junta do Banco pertence a nomeação de todos os seus Empregados subalternos, á excepção do fiel do Thezoureiro Geral (caso o haja) porque este será da sua nomeação, e servirá debaixo da sua responsabilidade, dependendo todavia a sua nomeação da approvação da Junta. A ella pertence determinar os ordenados, e gratificações que julgar justo, e conveniente.

31.º

A Junta poderá admitir, e despedir livremente qualquer Empregado, como ela entender, e julgar conveniente ao Banco, sem ser obrigada a dar satisfação disso.

32.º

O Presidente e Membros da Junta da Direcção do Banco além das remunerações estabelecidas, e outorgadas pelo Alvará da sua Creação, terão de gratificação, annual, a saber, o Presidente 1:200\$000 réis, e cada hum dos Directores 1:000\$000 pagos em quarteis de trez em trez mezes.

TÍTULO 4.º

Do Expediente, e Regulamento interno

ARTIGO 33.º

Haverá hum Thezoureiro Geral do Banco, e tantos Thezoureiros particulares para receberem, e pagarem, quantos forem os ramos das operações do Banco, no caso de que hum só individuo não possa dar expediente a dous, ou mais ramos. E haverá semelhantemente mais hum Escrivão de Receita, e Despeza geral, e outros tantos Escrivães de Receita e Despeza desses differentes ramos, quando não se verifique o caso acima apontado, escrevendo estes com individuação todas as parcellas recebidas, ou despendidas, para serem escripturadas mensalmente, e em globo na Receita e Despeza da Caixa Geral.

34.º

Os gastos da administração, e expediente do Banco serão regulados, e determinados com a devida economia pela Junta da Direcção. Ella determinará o numero, e as qualidades dos Empregados além do 1.º Escripturnario, e Guarda Livros, conforme a necessidade do mesmo expediente, e os distribuirá pelos diversos ramos das operações do Banco, de maneira, que o serviço deste, e do Publico, seja claro, prompto, e regular.

35.º

Em todos os dias, que não forem Domingos, e Dias Santos de guarda estará o Banco aberto desde as 9 horas da manhã até as duas da tarde, em que se fechará excepto no caso de ser precizo, e indispensavel estar por mais tempo aberto.

36.º

A Caza forte do Banco, aonde se guardão os maiores cabedaes, terá tres chaves, sendo cada hum dos Directores do mez depositario de huma, e a 3.ª ficará em poder do Thezoureiro Geral.

37.º

A Junta da Direcção terá, e guardará em segredo hum Livro, com os nomes das pessoas, e cazas, que forem admittidas ao desconto das Letras, com a indicação dos seus fundos presumidos, e successivas alterações, que houver de sofrer o seu credito, a fim de poder servir de base ás suas resoluções, sobre este importante objecto, porém por mais que sejam aquelles fundos presumidos, não poderá accumular em huma só pessoa, ou caza mais de 2 por cento do fundo Capital do Banco.

38.º

As pessoas que depositarem no Banco fundos á sua disposição, escreverão em hum Livro de signaes as suas firmas, e receberão hum maço de ordens impressas, e cortadas de hum Livro em poder do Banco para se conferirem no acto do pagamento das mesmas ordens; e as respectivas contas serão todos os seis mezes ao menos saldadas; e cancelados os respectivos documentos do recebimento e pagamento.

39.º

Todos os empregados que tiverem responsabilidade pecuniaria não serão admittidos a servirem sem prestarem primeiro fiança idonea a aprazimento da Junta da Direcção.

40.º

Todos os empregados são responsáveis pelo que obrarem em contravenção dos Estatutos, e Ordens que receberem da Junta, e perante esta se verificará a sua responsabilidade. Todos os Membros da Junta são igualmente responsáveis pela sua contravenção aos Estatutos, e ordens da Assembléa Geral, e perante esta se verificará a sua responsabilidade. As deliberações da Assembléa Geral que tendão a alterar, ampliar, ou modificar os Estatutos primordiaes, e os presentes artigos addicionaes não terão vigor sem que sejam approvadas pelo Poder Legislativo.

41.º

Ficão de nenhum effeito todas as disposições dos Estatutos primordiaes, e das Actas das Assembléas Geraes do Banco que forem contrarias aos presentes artigos addicionaes.

Sala das Sessões da Assembléa Geral do Banco 5 de Dezembro de 1823.

Vicente Navarro d'Andrade.

José Antonio Lisboa.

Gervazio Pires Ferreira.

ESTATUTOS PARA O BANCO PUBLICO, ESTABELECIDO
EM VIRTUDE DO ALVARÁ DE 12 DE OUTUBRO DE 1808,
AOS QUAES SE PROPÔS REFORMA

ARTIGO I

Estabelecer-se-ha hum Banco nesta Cidade do Rio de Janeiro, debaixo da denominação de Banco do Brasil, cujos fundos serão formados por Acções; e o Banco poderá principiar o seu giro, logo que haja em Caixa cem acções.

II

A duração dos privilégios do referido Banco será por tempo de vinte annos; e findos estes, se poderá dissolver, ou constituir novamente aquelle corpo, havendo-o Sua Alteza Real assim por bem.

III

Cada hum dos Accionistas do Banco, assim como não pode ter utilidade alguma, que não seja na razão da sua entrada, tambem não responderá por mais couza alguma acima do valor della.

IV

O fundo capital do Banco será de mil e duzentos contos de réis, divididos em mil e duzentas Acções, de hum conto de réis cada huma. Porém este fundo capital poder-se-ha augmentar para o futuro por via de novas Acções.

V

He indifferente serem, ou não os Accionistas Nacionaes, ou Estrangeiros: e por tanto toda, e qualquer pessoa, que quizer entrar para a formação deste corpo moral, o poderá fazer sem exclusão alguma, ficando unicamente obrigada a responder pela sua entrada.

VI

Toda a penhora, ou execução assim Fiscal, como Cível, sobre Acções do Banco será nulla, e prohibida.

VII

As operações do Banco consistirão: a saber.

1. No desconto mercantil de Letras de cambio sacadas, ou aceitas por Negociantes de credito Nacionaes, ou Estrangeiros.

2. Na comissão dos computos, que por conta de particulares, ou dos estabelecimentos publicos, arrecadar, ou adiantar debaixo de seguras hypothecas.

3. No deposito geral de toda, e qualquer couza de Prata, Ouro, Diamantes, ou Dinheiro; recebendo, segundo o valor do deposito, ao tempo da entrega o competente premio.

4. Na emissão de Letras, ou Bilhetes pagaveis ao portador á vista, ou a hum certo prazo de tempo, com a necessaria cautela para que jámais estas Letras, ou Bilhetes deixem de ser pagos no acto da apresentação; sendo a menor quantia, porque o Banco poderá emittir huma Letra ou Bilhete, a de trinta mil réis.

5. Na commissão dos saques por conta dos particulares, ou do Real Erario, a fim de realizarem os fundos, que tenham em Paiz Estrangeiro, ou Nacional, remoto.

6. Em receber toda a soma, que se lhe offerecer a juro da Lei, pagavel a certo prazo em Bilhetes á vista, ou á ordem do portador, ou mostrador.

7. Na commissão da venda dos generos privativos dos Contratos, e Administrações Reaes, quaes são os Diamantes, Páo Brasil, Marfim, e Urzella.

8. No Commercio das especies de Ouro, e Prata, que o Banco possa fazer, sem que se intrometa em outro algum ramo de Commercio, ou de Industria conhecido, ou desconhecido, directo, ou indirecto, estabelecido, ou por estabelecer, que não esteja comprehendido no detalhe das operações, que ficão referidas neste Artigo.

VIII

Não poderá o Banco descontar, ou receber por commissão, ou premio os effeitos, que provierem de operações, que se possam julgar contrarios á segurança de transacções fantasticas, e simuladas, sem valor real, ou motivo entre as partes transactoras.

IX

A Assembléa geral do Banco será composta de quarenta dos seus maiores capitalistas; a Junta delle de dez; e a Directoria de quatro dos mais habeis dentre todos. Em cada anno elegerá a mesma Assembléa cinco novos Deputados da Junta, e dois Directores; e os que sahirem destes Empregos poderão ser reeleitos.

X

Os quarenta dos maiores capitalistas, que hão de formar a Assembléa geral do Banco, devem ser Portuguezes; mas qualquer Portuguez, que mostrar a necessaria Procuração de hum Estrangeiro, que seja do numero dos maiores capitalistas, pode representallo, e entrar na Assembléa geral; e no cazo de haverem capitalistas de igual numero de acções, preferirão aquelles, ou aquelle, que pelos Livros do Banco mostrar maior antiguidade na subscrição.

XI

Para que hum Accionista tenha voto deliberativo nas Sessões do Banco, ha pelo menos de ter nelle o fundo capital de cinco Acções; e quantas vezes tiver o dito computo, tantos votos terá na Assembléa geral; bem entendido, que nunca o mesmo sугeito por qualquer motivo, que seja, poderá ter mais de quatro votos; comprehendendo-se com hum voto na dita Assembléa cada cinco Accionistas de hum só Acção, à vista da competente Procuração feita a hum dentre elles; de sorte, que se deus unicamente formarem o dito numero de cinco Acções, poderá hum delles ter voto, apresentando a devida Procuração.

XII

A Junta do Banco terá a seu cargo a Administração dos fundos, que o constituem. Os quatro Directores serão os Fiscaes das transacções, e operações do Banco em geral: votarão em ultimo lugar na Junta; e todas as decisões se farão pela pluralidade dos votos, os quaes no cazo de empate serão decididos pela Assembléa geral.

XIII

A' excepção da primeira Nominata dos Membros da Junta, e da Directoria do Banco, que será feita pelo Principe Regente Nosso Senhor, todos os Deputados da Junta do Banco, e seus Directores serão depois nomeados pela Assembléa geral, e confirmados por Diploma Regio, nomeando-se sempre para os ditos lugares aquelles, que forem sendo os Proprietarios de maior numero de Acções, e excluindo-se os que tiverem menor entrada para o fundo, que constitue o Banco.

XIV

A Assembléa geral se fará todos os annos no mez de Janeiro, a fim de se conhecer das operações do Banco no anno antecedente, e prover sobre a nomeação dos Membros da Junta, e Directoria, segundo instituto for, e razão houver.

XV

A Assembléa geral do Banco poderá ser convocada extraordinariamente pela Junta delle, quando ella tiver que propôr sobre quaesquer modificações, ou correções, que se devão fazer nos seus Estatutos para utilidade dos Accionistas; ou quando a dita convocação lhe for proposta formalmente pelos Directores.

XVI

Cada hum dos Deputados da Junta terá a Administração de hum, ou mais ramos das transacções, e operações do Banco, de que dará conta na Junta; á qual sempre servirá de Presidente por turno hum dos Directores, sendo Relator geral das transacções e negocios do Banco o Director, que houver servido de Presidente na antecedente Sessão, e assim successivamente.

XVII

Os Directores terão a seu cargo prover sobre a exacta observancia dos Estatutos do Banco; sobre a Escrituração, e contabilidade dos assumptos das suas transacções, e operações; e sobre o estado das Caixas, e Registos das emmissões, e vencimentos das Letras a pagar, e receber; sem com tudo terem voto deliberativo nas Administrações particulares de cada hum dos ramos das especulações do Banco; havendo-o tão sómente em Junta, quando não servirem de Presidentes; pois que então neste lugar só o terão para o desempate dos votos, não sendo estes dos Directores; porque neste caso a mesma decisão pertencerá á Assembléa geral.

XVIII

O dividendo das Acções se pagará em cada semestre á vista pela Junta do Banco, e pelos Correspondentes della aos Accionistas das Provincias, ou aos residentes nas Praças dos Reinos Estrangeiros.

XIX

Do mesmo dividendo ficará sempre em hum Cofre de reserva a sexta parte do que tocar a cada Acção para o precizo cummulado de fundos, do qual receberão annualmente os Accionistas cinco por cento consolidados.

XX

Os Ordenados dos empregados na Administração, e Directoria do Banco, assim como os dividendos annuaes das Acções segundo o Ba-

lanço demonstrativo della, serão estabelecidos pela Assembléa geral; e as despesas do expediente, e laboratorio do Banco serão feitas em consequencia das determinações da Junta, sujeitas á approvação da mesma Assembléa, que as poderá diminuir, ou augmentar, como lhe parecer mais conveniente.

XXI

A Junta organizará o Plano do expediente, e escrituração interior, e exterior, dos negocios do Banco, que apresentará á Assembléa geral para ser approvada.

XXII

Os actos judiciaes, e extrajudiciaes, activos ou passivos concernentes ao Banco, serão feitos, e exercitados debaixo do nome generico da Assembléa geral do Banco pela Junta delle.

XXIII

Os Falsificadores de Letras, Bilhetes, Cédulas, Firmas, ou Mandatos do Banco serão castigados como os delinquentes de Moeda falsa.

XXIV

Os presentes Estatutos servirão de acto de união, e sociedade entre os Accionistas do Banco, e formarão a baze do seu estabelecimento, e responsabilidade para com o Público.

Palacio do Rio de Janeiro em 8 de Outubro de 1808.

D. Fernando José de Portugal.

EXPOSIÇÃO HISTORICA E CRITICA DA SESSÃO DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS DO BANCO DO BRASIL, FEITA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1823

AMIGO Leitor. Como a Intriga, para se fazer valer, procura de ordinario deprimir o credito alheio, invertendo em crimes ou de-feitos as mesmas acções mais virtuosas ou innocentes: como, pela falta de instrucção exacta sobre a Sessão, de 20 do corrente, da Assembléa Geral dos Accionistas do Banco do Brasil, e dos factos, que a precederão; ou pela natural tendencia do espirito humano á acreditar, com preferênciã, o que a Maledicencia apregôa, talvez tenhas feito algum juizo temerario, em menos-cabo da minha conducta civil: e como, fi-

nalmente, seja necessário á minha boa fama, que a verdade appareça, a fim de que, na tua imparcialidade, me faças a devida justiça, e melhor conheças o poder da intriga, quando por mão habil manejada; por todos estes motivos levo á tua consideração a exposição fiel da sobredita Sessão, e dos factos anteriores á mesma.

Chegado á esta Côrte em 17 de Setembro do corrente, e vendo que o restabelecimento do credito do Banco, pelas suas immediatas relações com a Nação e Governo, era de summa necessidade, e utilidade publica; e que, quem o promovesse, faria um não pequeno serviço á mesma Nação, lembrei-me, na efervescencia do meo patriotismo, ou extulticia, de pôr em pratica tudo quanto estava ao meo alcance, para conseguir tão importante objecto.

A esse fim, persuadido que muito concorreria, para o credito do Banco, o augmento das suas acções, e que o meo exemplo, como de um negociante, que era tido por seguro, animaria a concorrencia de novos accionistas, entrei com muito maior numero de acções, do que d'antes tinha: documento N. 1.

Convencido igualmente, que uma das causas dos criminosos desvarios da preterita administração do Banco, e que tanto tinha abalado o seo credito, era a insuficiencia, e imprevidencia dos seus primordiaes Estatutos, e que o seo credito se restabeleceria, logo que o publico visse que, por uma nova organização, estavam acautelados aquelles desvarios, e que a marcha das operações do Banco era regulada com mais sabedoria, e prudencia, fiz logo, na primeira Sessão da Assembléa Geral dos accionistas, a que fui chamado, uma indicação a esse fim; documento N. 2; acompanhando-a, immediatamente, com o esboço dos artigos ampliativos, e addicionaes, que me parecerão mais necessarios; documento N. 3.

Convencido, ainda mais, de que os serviços prestados pelo Banco ao Governo, sem conta, pezo, ou medida, era uma das causas dos sustos mal entendidos do publico irreflectido, sobre a solvabilidade do mesmo Banco; e que a consignação de uma renda, por pequena que fosse, da parte do Governo, para pagamento dos juros e amortisação da divida, em que está para com o Banco, desassombraria o publico de semelhantes sustos, e consolidaria o seu credito, com o certo e progressivo distracto de suas Notas, propuz igualmente, pela mesma indicação, como bem o vez, que se representasse ao Governo a impossibilidade de poder o Banco continuar seus serviços ou avanços, sem uma consignação, que afiançasse a sua progressiva, ainda que lenta, solução.

Persuadido, igualmente, que assim consolidado o crédito do Banco, elle se acharia desde logo habilitado, para continuar seus serviços ao Governo, e livra-lo da triste necessidade de sacrificar-se á

usura estrangeira; e que isso muito se compadecia com o patriotismo, e interesse individual dos accionistas, propuz tambem, que se prevenisse ao Governo, pela mesma representação, de tão ponderosa circumstancia, para regimen de suas ulteriores resoluções.

Uma, e outra cousa, foi geralmente aprovada pela Assembléa Geral dos Accionistas, do dia 4 de Novembro passado, documento N. 3: nomeando esta logo uma Commissão, composta dos Srs. Dr. Navarro, José Antonio Lisboa, e eu, para revermos os sobreditos artigos addicionaes, e fazermos a representação, que devia subir á Presença de S.M.I.

Appresentados pela Commissão, na Assembléa Geral do dia 5 do corrente, o seo parecer documento N. 5, os artigos addicionaes, com as pequenas emendas, que lembrara ao conhecimento pratico do Sr. José Antonio Lisboa dos trabalhos internos do Banco, e a representação á S.M.I., documento N. 5 foi igualmente geral a approvação de uma e outra cousa; e ficarião, desde logo, decididas, como o tem sido outras muitas, se aquella Assembléa, em sua sabedoria, e sobre proposta de um dos seos Membros, não resolvesse, para proceder com mais regularidade, do que até então, que se imprimisse a indicação, artigos, e parecer, para ser presente particularmente aos Accionistas, e assim poderem estes votar, com mais conhecimento de cauza; documento N. 5.

Até aqui, amigo Leitor, só se ouvia gabar o serviço, que eu faria á Nação e ao Banco, promovendo o restabelecimento do credito deste: não se duvidava do bom successo: feliz era a minha lembrança, e varonil a resolução de a indicar, a despeito das contemplações e respeitos, que a muitos embaraçavão: e apezar de ser evidente, que, sendo eu domiciliario de Pernambuco e tendo ali ainda hum resto de casa Commercial, e huma numeroza familia, a minha estada nesta era momentanea; e que qualquer interesse jamais me poderia prender nesta, todavia eu era geralmente preconizado pelo Presidente da Direcção do Banco.

A preocupação era tal a meo favor, que, 1.º, hum dos actuaes Deputados, cuja probidade muitos outros me afiançarão, na supozição de ser o meo voto decisivo nos negocios do Banco, procurou-me, pessoalmente, para fazer-me entender, que, á vista da gratificação concedida aos Directores pelo novo regulamento, e de estarem algum tanto parados seos negocios, elle não duvidaria continuar os seos serviços; e 2.º, que até fui rogado, por hum dos actuaes Directores, o Sr. João Fernandes Lopes, como se eu fosse letrado, para examinar uns autos de preferencia do Banco, e fazer o respectivo agravo; e talvez este fosse apresentado em juizo sem mais exame se a desconfiança de mim proprio não m'o fizesse levar primeiro a um habil

advogado, para o corrigir, e acrescentar o que em sua sabedoria julgasse necessario.

Sensível á tão repetidas demonstrações de favor, e confiança, á tudo me prestava de bom grado; e aproveitava toda a occasião, que se offerecia para apresentar novas e uteis indicações, como succedeo na Assembléa Geral de 5 do corrente, á que fui igualmente chamado; documento N. 6.

Qual foi, porém, Amigo Leitor, a metamorphoze produzida pela aparição impressa da minha indicação? Tudo se mudou: por um lado, alguns empregados do Banco, dezanimados, com o novo regulamento, de poderem continuar nos abuzos, de que estavam de posse, lançando mão da arma do terrorismo, com que os tímidos se soçobráo, gritarão contra as innovações, em tempos de cónvulsões politicas: por outro lado, os pretendentes aos cargos de Director, vendo que a gratificação estipulada pelo artigo 32, para os que estes cargos servissem, facilitaria a entrada na Direcção de homens probos, e abonados, por ser a falta dessa gratificação, quem mais os arredava; e que assim não lhes ficava porta aberta para os empolgar; e que, quando o conseguissem, não podião abuzar tão livre e impunemente, como outr'ora se tinha feito, gritarão igualmente contra as innovações, que sobrecarregavão de novas addições as despesas do Banco; quando aliaz estas erão necessarias, e tendião a economizar outras muitas superfluas, e a firmar a responsabilidade dos Directores; por outro lado finalmente, os propugnadores do emprestimo estrangeiro, vendo que a nova organização animava o credito do Banco, e que este se consolidaria com a consignação da parte do Governo de huma quantia certa, para pagamento do juro, e amortização, ainda que lenta, da grande somma que deve; e que assim o Banco se acharia habilitado, para melhor servir o Governo, e livra-lo da uzura estrangeira, fingindo desconhecer a verdade deste axioma economico-politico, e procurando furtala ao conhecimento da pluralidade irreflectida, gritarão tambem contra as innovações; e maleciozamente espalharão para aterrar os bons patriotas, a impossibilidade de poder o Governo fazer consignação alguma, sem estorvar o bom andamento da nossa Independencia: não se lembrando, comtudo, que, para o emprestimo estrangeiro, se consignava a extraordinaria renda de 1.053.000\$000 que esta mesma, consignada ao Banco, consolidaria o seu credito, e fumentaria a entrada de novos Accionistas, que por falta de empregos Commerciaes tem os seus fundos estagnados; e que assim tudo concorria para habilita-lo a novos avanços, e até por menos premio do actual, visto a natureza dos mesmos avanços.

Reunidos, por mutuo interesse, estas tres differentes classes de individuos, divulgarão para illudir a innocente credulidade dos outros,

que dependendo o novo regulamento da aprovação do poder Legislativo, elle era intempestivo; visto que S. M. I., apesar de **dever** supor-se interinamente revestido daquelle poder, por não se achar reunida a Assembléa Constituinte, não estava de acordo, em sua constitucionalidade, de uzar d'elle senão nos cazos urgentes; sem se lembrarem com tudo, 1.^o, que nenhum negocio se apresentava mais urgente, do que o restabelecimento do credito do Banco, pela sua estreita ligação com o bem estar da Nação, e sua Independencia; e pelos meios, que tem prestado e presta á manutenção da mesma Independencia: e 2.^o, que, não envolvendo os artigos adiconaes privilegio algum offensivo dos direitos dos Cidadãos, e competindo, pelo artigo 15.^o da Lei fundamental do Banco, á Assembléa Geral dos seos Accionistas, a reforma dos seos Estatutos, e ao Governo, a aprovação dessas reformas, era evidente, que ao Governo competia essa aprovação, ainda quando não lhe competisse, pela natureza das sociedades anônimas, como a do Banco, o direito de inspecionar as suas operações, pelas relações, que tem com a Nação, e Governo; e que, por tanto, isto não era hum acto Legislativo, mas sim uma atribuição do poder Executivo.

Continuando, esses individuos, em tão, tortuoza vereda, e julgando-me, á seo exemplo, incapaz de prestar serviço algum á Nação, sem vistas de interesse pessoal, procurarão fazer suspeitar as minhas intenções, assim na entrada do maior numero de acções, como nos esforços para a nova organização do Banco, e como a ignorancia he naturalmente desconfiada de tudo, que não percebe, e aferrada a velhos prejuizos não lhes foi difficulতো fazer acreditar por alguns bons homens, hum semelhante embuste; não se lembrando, com tudo, que, não se indicando esse motivo particular, e suspeitado, que dirigia a minha conducta para com o Banco; que sendo os empregos deste incompatíveis com as minhas circumstancias e domicilio; que sendo eu, por genio e character, superior as honras e distincções, quando ellas não são o premio e distinctivo particular da virtude; e que não tendo eu requerido, de facto, honras algumas, apesar de ter 40 acções, como o fizerão, e o conseguirão todos os Accionistas de doze acções, mui facil seria desmascarar-se semelhante calumnia.

Não pararão ainda aqui estes genios do mal; para arrastarem á seo partido alguns dos mais bem intencionados, ainda que igualmente facéis de seduzir, assoalharão, que S. M. I., extranhara, que se pertendesse fazer-lhe, no tempo prezente, huma representação, que mais prendia as operações do Governo; e que se repetissem tantas reuniões dos Accionistas do Banco, em tempos de oscilações politicas,

e por tanto perigozas; e assim, abuzando do amor, e respeito, que todos tributão a sua Augusta e Imperial Pessoa, e impondo de communicações particulares com o Mesmo Augusto Sr., para melhor se fazerem acreditar, aterrarão sobremaneira ainda aos que mais propugnavaõ pela projectada reforma: não se lembrando, com tudo, que seria mui facil descobrir-se a futilidade da intriga, logo que se reflectisse, 1º que á Sabedoria e Justiça de S. M. I. não podião dezagradar factos, que promovião o bem geral do Banco e da Nação; e que tendião a habilitar o mesmo Banco, para melhor poder prestar ao Governo os meios necessarios a sustentação da nossa independencia, sem a triste necessidade de sacrificar-se a usura estrangeira: 2º que nenhum tempo era mais proprio á essas reformas, do que aquelle, em que ellas se tornavaõ mais necessarias ao bom andamento dos negocios publicos: 3º que menos podião ser dezagradaveis a S. M. I., as pacificas e commerciaes reuniões dos Accionistas do Banco, que tinhão por motivo o restabelecimento do credito do mesmo Banco e o interesse da Nação: 4º finalmente, que estas mesmas reuniões, além de fundadas em lei positiva, nada tinhão de occultas, ou de politicas, que podessem assustar os Povos ou ao Governo; e que pelo contrario, ellas mais concorrião, para dezasombralos do susto atterrador que os mal intencionados espalhavaõ, sobre a solvabilidade do mesmo Banco, pelo zelo e trabalhos, que elles vião aplicar-se ao restabelecimento do seo credito.

Faltava-lhes ainda, para complemento de seos damnados designios, e para arredarem de si o vergonhoso da opposição á um projecto, firmado, por todos os lados, na razão, e no interesse dos Accionistas, e do publico, que eu mesmo fosse, quem propuzesse o seo adiamento; e para isso, não duvidarão, com manifesto abuso da bondade do Sr. João Fernandes Lopes, um dos actuaes Directores, e dos mais fortes propugnadores pela necessidade da reforma, de o encarregarem da dura tarefa de vir, pessoalmente, a minha casa, na véspera da Sessão da Assembléa Geral, para me rogar e convencer da necessidade, de que eu adiasse a minha indicação, por algumas das razões, acima expendidas; sem se lembrarem, que suposto, ellas houvessem de ser enrgicamente sustentadas pelo sobredito Sr., desgraçadamente pela sua futilidade, não podião convencer-me, e, pelo contrario, mais descobrião os occultos manejos da intriga.

Chegado o dia 20, para sempre memoravel nos faustos do Banco do Brasil, e esperançado eu, que a razão e a justiça suplantasse a mesma intriga, fui a hora assignalada tomar o meu assento: qual foi, porem, a minha extranheza, amigo Leitor, quando vi, por um lado.

que a maneira da Sessão da Assembléa Geral do dia 10 de Novembro, e com infracção do artigo 9º dos Estatutos, que limita a quarenta dos principaes Accionistas o numero daquelles, que devem ter assento na Assembléa Geral, se havia accintemente convidado outros, a torto e a direito, para fazerem assuada, e levarem avante o projectado additamento? Qual a minha estranheza, quando vi, por outro lado, que, para se por em tortura a deliberação da Assembléa, se havião chamado alguns dos mesmos, que tanto tinham concorrido para os abuzos, praticados pela preterita administração, è que estavam em concordata com o mesmo Banco? A minha estranheza ainda foi maior, quando communicando ao Sr. João Fernandes Lopes o meo pejo de falar em uma Assembléa assim organizada, e o odiozo de qualquer indicação, que se fizesse sobre estes artigos tive em resposta, que falasse com o Sr. João Martins Lourenço Vianna, Director de Semana.

Não podendo conter a minha estranheza sobre factos tão extraordinarios, preveni delles immediatamente ao Exmº Sr. Lucas Antonio, Presidente nomeado da Provincia de S. Paulo, para seo ulterior governo.

Á vista destes factos dezenganei-me de que, suposto a razão a final sempre triumpha das traças da intriga, muitas vezes com tudo ella he por tempos suffocada, e que aquella era huma das occaziões, em que havia de observar esse fenomeno. Isto não obstante, sendo incapaz de torcer da vereda da verdade, pedi a palavra, logo que se deu por aberta a Sessão, e em poucas frases expuz, para que não se confundissem os objectos da questão, que a discussão tinha por fim, não a necessidade da reforma dos Estatutos, e da representação ao Governo; porque estas matérias já estavam decididas, pela afirmativa, nas duas Assembléas antecedentes; mas sim, se os artigos por mim propostos, e aprovados pelo parecer da Commissão, prehenxião esse fim, ou se alguns não satisfazião: protestando, neste cazo, sustentar o que fosse contrariado; e para isso, desde logo, pedi a palavra. Então principiou o Sr. Doutor Navarro a ler um papel, com voto, que havia tencionado remeter á Assembléa, na consideração de não poder vir pessoalmente, por ter de entrar de semana no Paço; e apezar de ter eu representado ao Sr. João Martins Lourenço Vianna, que servia de Presidente, que se discutisse a materia, antes que fosse posta a votação; e que não se devia permitir, que esta se fizesse por meio de arrazoados, preparados de antemão para surprehender os juizos dezacautelados, sempre foi forçozo ouvir um longo aranzel, que, suposto de bonito e bem arranjado palavriado, não apresentava,

com tudo, outras razões para o adiamento do projecto, do que algumas das acima indicadas. Em verdade, custou-me a crer, Amigo Leitor, que razões tão futeis fossem proferidas por Varão de tanto tino, e saber; que tinha sido um dos mais fortes propugnadores da urgencia da reforma: que tanto tinha gabado a doutrina dos artigos adicionaes; e que, finalmente, tinha sido hum dos Membros da Commissão, que os havia apresentado na Assembléa antecedente: mas he um facto, cuja verdade tu reconhecerias por ti mesmo, se me fosse possível apresentar-te a sua copia, como dezejava.

Esta oração teve, como era de esperar, hum apoiado geral, e assás estrondoso da mesma Assembléa; e vendo eu, apesar de ter pedido a palavra no meio daquelle discurso, para combater seos fundamentos, que não era a razão, quem podia cantar victoria em um combate com a Intriga, tão poderosamente protegida; e que eu devia evitar uma discussão inutil e perigoza, pela falta de delicadeza do lingoagem de outro dos seos Membros, quando principiava a falar, propuz a retirada da minha indicação, e, logo que concedida, retirei-me da Assembléa, a tratar da venda das minhas acções para não ter mais ponto algum de contacto com hum sociedade, que tão facilmente variava de opinião, e que assim podia comprometer ou a minha honra, ou o meu socego.

Eis o facto, Amigo Leitor, e á vista delle, e dos documentos juntos melhor formarás o teu juízo a meu respeito. Agora bom he que saibas tambem, 1.^o que a representação N. 4, aliaz concebida nos termos mais respeituosos, e lizonjeiros ao Governo, á Assembleia dos Accionistas, e aos actuaes Directores, foi tratada, na minha auzencia, de incendiaria, pelo mesmo Exm.^o Sr. João José de Andrade, que tanto a tinha aprovado: talvez por tratar, de criminozos, os desvarios da passada administração, e de prepotente, a arbitrariedade do finado Governo. Que fatalidade das couzas humanas! 2.^o que, pretendendo o Sr. José Antonio Lisboa opor-se ao addiamento dos artigos adicionaes, como objecto de absoluta necessidade, e differente da representação, que não duvidava se adiasse, foi maltratado com invectivas, e sarcasmos: 3.^o finalmente que, sobre o voto do sobredito Sr. Navarro, e emenda do Sr. Felisberto Caldeira, que aliaz tinha sido outro dos maiores propugnadores da urgencia, e doutrina dos artigos adicionaes, a Assembléa Geral dos Accionistas resolveu, que ficasse addiada a discussão do projecto da reforma do Banco, para quando este acabasse; documento N. 2: Custarte-há a crer, eu o conheço, que hum tal disparate fosse proposto por um Varão de tanto entendimento, e saber, e que fosse aprovado por uma Assembléa,

onde havião tantos homens de juizo, e boas intenções; mas he hum factio incontestavel e que deve acabar de convencer-te da facilidade, com que o homem sacrifica a razão ás suas peculiares circumstancias; da fraqueza destes grandes corpos deliberantes, na prezença de um orador habil e apaixonado; e da força da intriga ou dos destinos de tão util estabelecimento.

Entretanto — Vale. (a)

Rio de Janeiro 26 de Dezembro de 1823.

Gervasio Pires Ferreira.

DOCUMENTO N.º 1

Illmos. Srs. Presidente e Deputados da Junta do Banco — Diz Gervasio Pires Ferreira que a bem de sua justiça se lhe faz preciso que o Official a quem competir lhe passe por Certidão o dia, mez e anno em que o suplicante entrara neste Banco com as quarenta acções que nelle tem; pelo que — P. a VV. SS. sejam servidos mandar passar a dita Certidão — ERM. — Despacho — Passe do que constar. Rio 8 de Janeiro de 1824. — Vianna — Lopes — Lima — Rozo — Guimarães — Bastos — Gomes — Azevedo — Barrozo — Certefico que do Livro 2º de Accionistas do Banco do Brasil a fl. 115 o verso consta ser o suplicante proprietario de quarenta acções, entradas nas seguintes datas: doze em quatorze de

(a) Pobre escripto! Que não tens tu de sofrer da sanha da intriga, quando, antes mesmo de veres a luz do dia, já fostes por ella atassalhado no Diario do Governo N.º 8, e seguintes; nesse chamado Diario do Governo, por nelle se inserirem algumas das suas Portarias, e que, por uma odiosa parcialidade do seo Redactor, só nelle tem lugar as insidiosas diatribes contra mim dos seos apanigoados Fluminenses, Aulista, e Cidadão Imparcial; e nega-se às competentes respostas, para impossibilitar a sua aparição, pela crescida despeza, á que ficão sujeitas; e assim poder a calumnia melhor seduzir os espiritos dezacautelados e irreflectidos!

Não importa: corre dezacompanhado por este Mundo de Christo, sem susto de que aches quem contradiga a verdade dos factos que referes, ou destruir possa a solidez das razões, em que se esteião as tuas reflexões; e quando encontres alguns desses iludidos, que a não conheção, apela para o tempo, que de ordinario não he tardonho em justificar o Cidadão honesto, e desmascarar a intriga, e impostura. Não he preciso, que recorras em tua defeza, ao Cassador Pernambucano, que de certo não seria menos habil na caça das — Araras Fluminenses — do que o tem sido na das — Araras Pernambucanas; — basta que confies no tempo, e no Juizo imparcial da publica opinião. Rio 13 de Janeiro de 1824.

Dezembro de mil oitocentos e dezeseis, por mão de Antonio Rodrigues Ferreira: oito em vinte e cinco de Agosto de mil oitocentos e vinte e tres, por mão de Francisco Xavier Pires; e vinte em trinta de Setembro do dito anno pelo mesmo proprietario. Em cumprimento do Despacho retro da Junta do Banco passei a presente por mim assignada: Rio de Janeiro na Contadoria do Banco aos 10 de Janeiro de 1824. — Guarda Livros do Banco — Rodrigo Antonio de Araújo Lima.

DOCUMENTO N° 2

Illmos. Srs. Presidente e Deputados da Junta do Banco do Brasil — Diz Gervazio Pires Ferreira um dos Accionistas do Banco, que a bem de sua justiça se lhe faz, preciso que o Secretario desta Junta, que o he igualmente da Assembleia Geral dos Accionistas, revendo o Livro das Actas da mesma Assembleia, lhe passe por Certidão 1º o dia, mez, e anno, em que o suplicante apresentara na Assembleia a sua indicação, relativa á reforma dos Estatutos primordiales, a fim de livrar o Banco, com uma melhor organização, da repetição dos abuzos da preterita administração, de estender as suas operações, e de firmar a marcha destas com mais segurança, assim como a necessidade de representar ao Governo a urgencia de uma consignação para pagamento dos juros da quantia, que lhe deve, e sua ainda que lenta amortização, a fim de poder o Banco assim habilitado suprir melhor o Governo sem a necessidade de recorrer a empréstimos Estrangeiros: offerecendo desde logo um esboço dos artigos necessarios: segundo; a resolução da mesma Assembleia sobre esta indicação: terceiro; o dia, mez, e anno em que a Assembleia sobre o parecer da Comissão que havia creado para rever os mesmos artigos adiconaes, e fazer a sobredita representação, resolveo que aquelles se imprimissem para entrar em discussão, logo no terceiro dia depois de distribuidos, visto a sua urgencia: quarto; o numero dos Accionistas convocados para a Assembleia do dia 20 do corrente, e seos nomes: e quinto qual a resolução da mesma Assembléa sobre o voto por escripto do Doutor Navarro, e emenda offerecida pelo Marechal Felisberto; pelo que — P. a VV. SS. sejam servidos mandar passar a dita Certidão. — E R M. — Despacho — Passe do que constar. Rio 24 de Dezembro de 1824. — Vianna — Barrozo — Gomes — Bastos — Azevedo. — Em observancia do Despacho retro Certifico que revendo o livro das Actas das Sessões da Assembleia Geral do Banco delle consta a folhas trinta e duas ter o suplicante apresentado a Assembleia Geral congregada extraordina-

riamente em o dia quatro de Novembro do anno de mil oitocentos e vinte tres uma indicação acompanhando uns artigos addicionaes aos Estatutos do Banco, a qual se acha no Archivo desta Secretaria e seo theor he o seguinte.

Tendo tomado na presente a delicada poção politica do Brasil, e quando o credito do Banco ainda não está restabelecido das profundas feridas, que lhe fizera a passada Administração, tendo tomado, digo, maior numero de Accções do que dantes nelle tinha, julgo ter dado sufficiente prova, do quanto interesse em ver de novo animado, e consolidado hum Estabelecimento tão util á Nação para que haja de reccar a nota de imprudente, quando chamo a attenção desta Illustre Assembléa, assim sobre a necessidade de reformarem-se os seus Estatutos, que por pouco providentes, tanto facilitarão os abuzos praticados em damno de seus Accionistas, e do Publico; como sobre a impossibilidade de continuar suprimentos ao Governo, sem hum baze solida, que possa evitar a banca-rotta do mesmo Banco.

Sim, Sr. Presidente, se não pode escapar a perspicacia desta Illustre Assembléa a utilidade de hum Banco em geral, e particularmente do nosso, quer para os seus Accionistas, pelas attribuições e beneficios, que o Governo lhe outorgara, quer para a Nação, pelo aumento de Capitaes, que tão necessarios são ao dezenvolvimento da sua industria, não pode igualmente escapar-lhe os motivos, porque os Accionistas, inteiros, e abonados, se furtão ao trabalho de sua Administração, ao mesmo tempo que os menos sizudos ainda hoje intrigão para serem nella empregados, assim como os desastrozos successos, que provirão a esta Capital da sua banca-rotta; quanto esta he infallivel com a continuação de avansos superiores ás suas forças; e o quanto este desgraçado sinistro influiria sobre a felicidade do Brasil, e progresso da sua Independencia, para que seja preciso que eu exponha explicitamente as razões, que o provão. Certo disto, não pertendo fatigar a paciencia desta Illustre Assembléa, com longos e aparatozos discursos, para mostrar hum e outra couza; e nem a natureza partillhou comigo saber ou habilidade de os fazer, para que eu o podesse tentar, sem offender as suas luzes. Nestes termos, predominado igualmente do patriotismo, que tem dirigido esta Assembléa no prezente tempo, e anciozo sobre tudo de que o Banco do Brasil corresponda á grandeza do seu titulo, livrando este Imperio, com a continuação dos seus serviços, da dura necessidade de contrahir emprestimos com os Estrangeiros; e do susto atterrador, que os inimigos da boa cauza tem procurado espalhar sobre a sua solvabilidade, e convencido intimamente, que reformando-se alguns dos artigos dos seus Estatutos, e augmen-

tando-se-lhe outros, elle terá em seu movimento huma marcha mais regular, e livre das arbitrariedades dos Administradores; e que annuindo a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil como he de esperar das suas luzes, e justiça á consignação de qualquer ramo da receita publica, por pequeno que seja, para pagamento dos juros e amortização da grande divida que a Nação deve ao Banco, este crescerá em credito, meios, e estabilidade, como insta o bem estar da mesma Nação. proponho a esta Illustre Assembléa, que haja de nomear huma Comissão de cinco de seus Membros, para que, á vista dos mesmos Estatutos, Leys e Actas que o regem, e estado da divida publica, apresente.

1º As emendas, e additamentos, que se fazem necessarios para o seu bom andamento.

2º O esboço de huma representação ao Governo, para ser presente a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Brasil, sobre o estado do Banco e sua impossibilidade de continuar os suprimentos, que faz, sem risco de comprometter a sua existencia, por falta de hum meio, que afiance a sua progressiva solução; e a necessidade de occorrer-lhe com a consignação de alguma quantia certa, para pagamento dos interesses, e amortização da divida existente, e assim livral-o da triste necessidade de suspender os seus pagamentos.

Entretanto que penna mais bem aparada não traça as emendas, e additamentos necessarios, seja-me permitido, em attenção aos meus bons desejos pela prosperidade do Banco do Brasil, apresentar á consideração desta Illustre Assembléa hum esboço desses artigos addicionaes, desculpando-se-me ao mesmo tempo, huma tal liberdade, por ter sido a isso induzido pelo facto do honrozo chamamento, que se me fez para assistir á esta extraordinaria Sessão. Devo ao mesmo tempo prevenir á esta Illustre Assembléa, que, na organização da pluralidade destes artigos, não tive outra parte mais, do que o trabalho de copialos; e que prefiro a nota de copista de verdades por outrem bem enunciadas, á extulta vaidade de inventor, só pela variedade, e transposição de alguns termos, com que são expostas.

Embora se julguem superfluos alguns artigos, por se acharem em execução identicas disposições, em virtude de rezoluções desta Illustre Assembléa, e das attribuições, que lhe outorgara o artigo 15 do seu primordial Estatuto: espero, todavia, que se mude de parecer, logo que se refletir, que nas Sociedades anonimas, como hum Banco,

todas as rezoluções, que interessão ao publico, ou alterão as estipulações sociaes, precizão da Sansão do Poder Legislativo para serem obrigatorias, e que quando assim não fosse, — *quod abundat, non nocet*. — Rio de Janeiro 4 de Novembro de 1823. — *Gervazio Pires Ferrcira*. — Respeito á qual indicação deliberou a Assembléa que se nomeasse uma Commissão composta de tres Membros, a qual tomando conhecimento do objecto, apresentasse á mesmo Assembléa o seo parecer, e forão nomeados Membros para a dita Commissão por pluralidade de votos, o mesmo suplicante, e os Accionistas o Doutor Vicente Navarro de Andrade, e José Antonio Lisboa. — Outro sim certifico, quanto ao terceiro quesito do suplicante, que do mesmo livro a folhas trinta e tres consta ter a dita Commissão appresentado no dia cinco de Dezembro o seo parecer, o qual sendo lido determinou a Assembléa que se mandasse imprimir e repartir pelos Accionistas, estabelecendo o prazo de tres dias da entrega ao dia da reunião para ver se passava. Quanto ao quarto quesito certifico que forão convocados noventa e sete Accionistas, para a Assembléa de vinte de Dezembro proximo passado, cujos nomes são os seguintes — Domingos Antunes Guimarães — Antonio Manoel Machado de Carvalho — Antonio Rodrigues da Silva — Diogo Gomes Barrozo — Domingos Alves Pinto — Francisco Ferreira de Sampaio — João José de Andrade Pinto — Joaquim José da Rocha e Sobrinho — João Vieira Peixoto — Jacinto Furtado de Mendonça — José de Araujo Lima — João Ricardo Fajardo Perdigão — João Alves da Silva Porto — João Pedro Maynard da Afonseca e Sá — Fructuozo Luiz da Mata — Francisco Maria Gordilho Vellozo de Barbuda — Francisco Xavier Pires — Francisco Joaquim de Azeredo — Gervazio Pires Ferreira — Geraldo Carneiro Bellens — Henriques de Saules — José Ignacio Vaz Vieira — Joaquim Antonio Alves — José Antonio dos Santos — José Fernandes Pereira — Joaquim Moreira da Costa — Joaquim José de Novaes — José Pereira Vidal — José Diogo de Gusmão — Jacinto José da Silva — José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada — Claudio José Pereira da Costa — Carlos José Moreira — Custodio José da Silva — Constantino José Ferreira — Conde do Rio Pardo — João Lopes Baptista — Joaquim Pereira de Almeida e Companhia — José Luiz da Mota — João Gomes Valle — José Antonio de Freitas Guimarães — Julião José de Oliveira — José Alexandre Carneiro Leão — José Francisco de Mesquita — José da Silva Lisboa — João Neto Carneiro Leme — José Antonio Lisboa — José Pinheiro dos Santos — Francisco Gomes da Silva —

José Fortunato de Brito Souza Abreo e Menezes — José de Rezende Costa — Joaquim José de Sequeira — Venerando Correa Damaceno — José Ferreira de Amorim — Carlos José da Silva Braga — Manoel Gomes de Oliveira Couto — Luiz Telles Barreto de Menezes — Manoel Ribeiro Guimarães — Vicente Navarro de Andrade — Thomé Ribeiro de Faria — Manoel Antonio Ribeiro — Manoel Rodrigues de Araujo Silva — Antonio Bernardes Machado — Luiz Antonio de Oliveira Bulhões — Manoel Jacinto Nogueira da Gama — José de Oliveira Barboza — Visconde Porteiro Mór — Lino José Alves — Antonio Ferreira da Rocha — André Pires de Miranda — Antonio de Miranda Marques — Amaro Velho da Silva — Antonio Francisco de Lima — Antonio José da Costa Ferreira — Antonio José de Brito — Antonio José Airoza — Henrique José de Araujo — Germano Carneiro Leão — Bernardino Brandão e Castro — Antonio José de Araujo — Antonio da Cunha — Antonio Teixeira Pinto da Cruz — Luiz José Vianna Gurgel do Amaral e Rocha — Antonio Gomes Barrozo — Leandro José Marques Franco de Carvalho — Maquel digo Manuel Guedes Pinto — Lucas Antonio Monteiro de Barros — Luiz Thomaz Navarro de Campos — Manoel Alves da Fonseca Costa — Paulo Martin — Constantino Dias Pinheiro — Manoel Teixeira de Carvalho — Manoel Gonçalves de Carvalho — José Luiz Pereira Malheiros — Felisberto Caldeira Brant — Antonio José Peixoto — e além destes os actuaes Directores e Deputados da Junta Administrativa — e finalmente, quanto ao quinto e ultimo quesito, do mesmo Livro consta da Acta da Sessão de vinte de Dezembro lavrada a folhas trinta e quatro verso, que lido o voto do Accionista o Doutor Vicente Navarro de Andrade em que era de parecer se adiasse a discussão dos artigos apresentados pela Commissão, attentas as actuaes circunstancias e varias outras ponderosas e incontestaveis razões que apresentou; hum — apoiado — unanime e geral patenteou ser a mesma Assembléa de igual parecer — Como porém o dito Accionista não fixou hum termo certo ao dito adiamento, tomando a palavra o Accionista Felisberto Caldeira Brant, ajuntou ao voto do Accionista Navarro a emenda de que ficasse adiado até se finalisarem os vinte annos prescritos pelo Alvará da creação do Banco, o que foi igualmente aprovado pela Assembléa, com hum outro geral — apoiado. — He quanto posso certificar em observancia do despacho da Junta do Banco de vinte e quatro de Dezembro de mil oito centos e vinte e trez — Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 1824: — *Fidelis Honorio da Silva dos Santos Pereira.*

DOCUMENTO N.º 3

Artigos addicionaes aos Estatutos do Banco do Brasil

TITULO I

Das Operações do Banco

Art. 1. A Operação do Banco relativa ao desconto mercantil das Letras de Cambio, permitida pelo § 1, do artigo 7 dos seus Estatutos, se estenderá igualmente ao desconto das Letras, chamadas da terra, e Bilhetes d'Aliandega, como se tem praticado, e ao dos Titulos de divida Publica (não se achando consolidada) qualquer que seja a sua denominação, com tanto, que as Letras tenham pelo menos duas firmas acreditadas, e da aprovação da Junta da Direcção, e que o seu vencimento não exceda a seis mezes. O Director, que em contravenção deste artigo as mandar descontar, e o Thezoureiro, que entregar o seu valor, fiquem solidariamente responsaveis ao Banco.

Art. 2. Poderá igualmente o Banco receber gratuitamente em depozito fundos particulares disponiveis á vontade dos depozitantes por meio de ordens, que não serão por menos de 20\$000 réis pagaveis ao portador á vista, e não sendo a quantia depozitada pela primeira vez menor de 800\$000 réis: para cujo fim terá conta aberta com cada hum dos depozitantes. Mas se algum delles sacar contra o Banco por maior quantia do que tiver em seu credito, não será honrada a sua firma.

Art. 3. Além do Commercio das especies de oiro, e prata, permitido no § 8, do artigo 7, poderá o Banco igualmente comprar, e vender ouro e prata em peças, ou barras, e cobre proprio para o fabrico de moeda, com exacto conhecimento dos ditos metaes, e ensaios feitos por peritos, e aos preços que a Junta da Direcção julgar conveniente segundo o estado do Commercio.

Art. 4. O Banco poderá tambem encarregar-se de cobrar as Letras dos mesmos Depozitantes, por conta delles, sendo dentro da Capital, e estando para esse fim indicada na Letra a residencia do Aceitante, sem com tudo responder pelos erros do vencimento, provenientes de cotas erradas nas proprias Letras, ou nas relações que as indicarem. As importancias recebidas serão creditadas aos Depozitantes, a quem pertencerem: e as Letras que não forem pagas no seu vencimento serão immediatamente entregues a seus donos.

TITULO II

Das Assembléas Geraes do Banco

Art. 5. A Assembléa Geral do Banco determinada no artigo 9 terá hum Presidente, hum vice Presidente, e dois Secretarios, todos eleitos annualmente cada hum de persi, por cédulas individuaes, e escrutinio secreto, a pluralidade relativa de votos, e poderão ser reeleitos nas eleições seguintes.

Art. 6. Pertence ao Presidente fazer a convocação da Assembléa Geral, ou seja ordinaria, ou extraordinaria nos casos em que a Lei da criação do Banco, e os presentes Estatutos determinão, abrir e fechar as Sessões, conceder a palavra, manter a boa ordem, e regularidade nas discussões, fazer executar as determinações da Assembléa Geral, e corresponder-se com o Poder Legislativo do Imperio do Brasil, quando for necessaria alguma providencia; e votar no caso de empate. Pertence tambem ao Presidente defirir a todos nomeados para a Junta da Administração do Banco, o juramento de observarem, e fazerem observar os seus Estatutos, e todas as mais determinações da Assembléa Geral, de Administrarem, e zelarem os fundos do Banco, e de promoverem os interesses do mesmo, sem contemplação de pessoa, e segundo melhor entenderem em suas consciencias.

Art. 7. O Vice-Presidente fará as vezes de Presidente, quando este estiver impedido, largando a cadeira logo que elle chegar, e dando-lhe conta do que se tiver tratado.

Art. 8. Pertence aos Secretarios fazer a chamada, e a leitura das indicações; e repetilas quando convier; escrutinar, redigir as actas, e regular todo o expediente; fiscalizar a guarda dos papeis, o arrançamento do Archivo, e tudo o mais que se pratica em huma Secretaria bem regulada.

Art. 9. O direito de assento, e voto deliberativo, restricto pelo artigo 11, aos Accionistas de cinco Acções, se estenderá aos que tiverem menos, quando for necessario, para prefazer o numero dos quarenta Accionistas estipulado para formar a Assembléa Geral. O Presidente, e todos os Membros da Junta de Direcção terão igualmente nella assento, e voto.

Art. 10. A Assembléa Geral se julgará constituida, logo que chegada a hora indicada, estejam presentes dous terços dos Membros que a devem compor; mas não se julgará vencida resolução alguma, que entre em discussão, sem que pelo menos se conformem os votos de metade do numero dos Membros, de que ella deve compor-se.

Art. 11. Todo o Accionista, que não poder assistir á Sessão para que for convocado deve dar parte ao Presidente, a fim de que este chame o seu immediato, e faltando a essa participação, e não comparecendo trez vezes successivas, sem justa causa, se entenderá ter renunciado ao direito de votar, e por isso nas Sessões seguintes será chamado o Accionista a quem pertencer esse direito.

Art. 12. O dia do mez de Janeiro determinado no artigo 14, para a convocação da Assembléa Geral será o dia 25. Nesse dia a Junta da Direcção apresentará o relatório circunstanciado do estado do Banco, o balanço geral de todas as suas contas, e operações, e tudo quanto cumprir, para o completo esclarecimento da Assembléa Geral.

Art. 13. A Assembléa Geral elegerá humá Commissão de cinco de seus Membros, a fim de examinar o relatório, e balanço apresentado pela Junta da Direcção, e conhecer da policia, e boa ordem interna do Banco, da fiel execução dos seus Estatutos, e ordens respectivas á sua Administração: interpondo depois o seu parecer; para o que lhe serão patentes todos os Livros, e contas.

Art. 14. Depois que a Commissão tiver acabado os seus trabalhos será permittido a qualquer Membro da Assembléa, examinar os livros e contas, que lhe parecer (exceptuando os depozitos particulares) para o que estarão patentes por tres dias ao menos, e se facilitará este exame com as explicações necessarias.

Art. 15. No dia marcado para a Commissão dar conta dos seus trabalhos, a Assembléa Geral novamente convocada, depois de ter ouvido o relatório da Commissão, dará lugar a discussão sobre o assumpto, e pronunciará o seu juizo, mandando que na acta se faça especial menção das objecções ponderadas no debate, e de que os Livros, Balanços e contas estiverão patentes na forma determinada neste regulamento.

Art. 16. Depois de ter pronunciado o seu juizo sobre as contas, e estado do Banco, a Assembléa Geral, passará a eleger o Presidente, e Directores, que devem formar a nova Junta da Direcção naquelle anno, procedendo-se neste acto da mesma maneira, que está determinado para a eleição do Presidente, e Secretarios da Assembléa Geral.

Art. 17. Para ser Presidente he preciso ter a pluralidade absoluta dos votos, e quando no primeiro escrutinio nenhum dos Accionistas obtenha a dita pluralidade absoluta, correr-se-ha segundo, entre os dous que mais votos tiverão, e no caso de empate preferirá o Accionista de maior numero de acções.

Art. 18. Para ser Director he igualmente preciso ter a maioria absoluta de votos, e quando no primeiro escrutinio os Directores não sahirem eleitos com esta particularidade, correr-se-ha segundo escrutinio unicamente com os nomes dos que mais votos tiverão, em numero dobrado dos que faltarem.

Art. 19. Eleitos o Presidente, e Directores, se elegerão os seus substitutos pelo mesmo methodo.

Art. 20. A Assembléa Geral poderá alterar, ampliar, e modificar quaesquer artigos deste regulamento, e determinar quanto for a bem do melhor estabelecimento, e progresso do Banco, com tanto que não seja na mesma Sessão, em que se propozér a alteração, ou modificação para evitar resoluções precipitadas, e que sejam levadas á approvação do Poder Legislativo do Imperio do Brasil.

Art. 21. Os motivos para a convocação das Assembléas Geraes extraordinarias, indicadas no art. 15 dos Estatutos primordiaes são: 1.º a falta de Substitutos para servirem no impedimento dos Directores, communicada pela Junta da Direcção; 2.º a proposta de algum emprestimo da parte do Governo, a fim de se deliberar sobre a sua conveniencia: 3.º os casos imprevistos para cuja solução a Junta da Direcção se não ache authorisada: 4.º a requisição de vinte dos Membros da Assembléa, que nella tenham assento, feita por uma representação motivada, e assignada por todos elles individualmente: fazendo-se declaração, nas cartas de aviso dos objetos, que hão de entrar em discussão, a fim de se deliberar com pleno conhecimento de cauza.

Art. 22. Publicar-se-hão annualmente pela imprensa o Relatorio, Balanço, e Pareceres da Commissão apresentado á Assembléa Geral, e tudo quanto possa interessar aos Accionistas, e consolidar a confiança do Publico.

TITULO 3.

Da Junta da Direcção

Art. 23. A Junta do Banco de dez Membros, e a Directoria de quatro: e suas attribuições decretadas nos artigos 9 e 12 dos seus Estatutos, fica convertida em huma Junta de Direcção, composta de hum Presidente, e de oito Directores, escolhidos d'entre todos os Accionistas da maior confiança, e aptidão, eleitos na forma dos artigos 13, 14, e 15 dos mesmos Estatutos; e terá hum Secretario para a re-

dação das suas actas, correspondencia externa, e o mais que for do expediente, e serviço da Direcção.

Art. 24. A Junta da Direcção se reunirá na Casa do Banco em Sessão Geral duas vezes por semana, e em dias fixos, e marcados no princípio de cada anno; e quando estes dias forem impedidos, a reunião se fará no dia antecedente, que o não for, e sem estarem presentes, mais de metade dos seus membros, não se tomará resolução alguma. Os negocios serão decididos á pluralidade de votos, e os membros vencidos poderão declarar os seus no livro competente.

Art. 25. Pertence á Junta da Direcção a inteira Administração dos fundos do Banco para os reger segundo os Estatutos Primordiaes, os presentes artigos addicionaes, e as ordens da Assembléa Geral, e corresponder-se-ha com o Governo, e todas as mais Estações Publicas, e Pessoas particulares com quem convier, e preciso for.

Art. 26. Pertence ao Presidente da Junta abrir, e fechar as Sessões, fazer executar as resoluções da mesma Junta, propôr as materias á discussão, conceder a palavra, manter a boa ordem, e regularidade dos debates, inspecionar em geral todos os trabalhos, e operações do Banco, e sua policia interna: tomar o juramento a todos os Empregados subalternos de bem, e fielmente servirem, e zellarem os interesses do Banco, obedecendo pontualmente ás ordens da Direcção em tudo o que disser respeito á sua administração, e participando-lhe quanto se fizer, ou intentar fazer em damno, e prejuizo do mesmo Banco.

Art. 27. Além da geral obrigação inherente a todos os Directores de vigiarem sobre os interesses do Banco, a Junta encarregará particularmente, e por hum turno mensal a dois dos seus Membros a fiscalização diaria dos diversos ramos das operações do mesmo Banco para as dirigirem na conformidade dos Estatutos, e ordens da Junta da Direcção, a quem darão conta, como Relatores, de todos os negocios que tiverão lugar.

Art. 28. Em todos os dias, em que se abrir o Banco assistirão nelle os dous Directores do mez, desde a sua abertura, até que se feche. Na abertura examinarão se ha no Edificio signal de arrombamento, ou motivo algum de desconfiança, para immediatamente o providenciarem, e não sahirão sem que fique concluida a conferência das Caixas, tanto geral, como particulares, e a escripturação, que sempre andarás em dia, e ultimamente o exame das Casas de cuja porta principal terá cada hum delles a sua chave, ficando a terceira em poder do Secretario.

Art. 29. Todas as ordens, quitações, e outras rezoluções importantes, que expedir a Junta da Direcção, serão assignadas pelos dous Directores do mez.

Art. 30. A Junta do Banco pertence a nomeação de todos os seus Empregados subalternos, á excepção do fiel do Thezoureiro Geral (caso o haja) porque este será da sua nomeação, e servirá de baixo da sua responsabilidade, dependendo todavia a sua nomeação da approvação da Junta. A ella pertence determinar os ordenados, e gratificações que julgar justo, e conveniente.

Art. 31. A Junta poderá admittir, e despedir livremente qualquer Empregado, como ella entender, e julgar conveniente ao Banco, sem ser obrigada a dar satisfação disso.

Art. 32. O Presidente e Membros da Junta da Direcção do Banco além das remunerações estabelecidas, e outorgadas pelo Alvará da sua Creação, terão de gratificação annual, a saber, o Presidente 1:200\$000 réis, e cada hum dos Directores 1:000\$000 pagos em quartes de trez em trez mezes.

TITULO 4.

Do Expediente, e Regulamento interno

Art. 33. Haverá hum Thezoureiro Geral do Banco, e tantos Thezoureiros particulares para receberem, e pagarem, quantos forem os ramos das operações do Banco, no caso de que hum só individuo não possa dar expediente a dous, ou mais ramos. E haverá semelhantemente mais hum Escrivão de Receita, e Despeza geral, e outros tantos Escrivães de Receita e Despeza desses differentes ramos, quando não se verifique o caso acima apontado, escrevendo estes com individuação todas as parcellas recebidas, ou despendidas, para serem escripturadas mensalmente, e em globo na Receita e Despeza da Caixa Geral.

Art. 34. Os gastos da administração, e expediente do Banco serão regulados, e determinados com a devida economia pela Junta da Direcção. Ella determinará o numero, e as qualidades dos Empregados além do 1.^o Escripuario, e Guarda Livros, conforme a necessidade do mesmo expediente, e os distribuirá pelos diversos ramos das operações do Banco, de maneira, que o serviço deste, e do Publico seja claro, prompto, e regular.

Art. 35. Em todos os dias, que não forem Domingos, e Dias Santos de guarda estará o Banco aberto desde as 9 horas da manhã

até as duas da tarde, em que se fechará excepto no caso de ser preciso, e indispensavel estar por mais tempo aberto.

Art. 36. A Caza forte do Banco, aonde se guardão os maiores cabedaes, terá tres chaves, sendo cada hum dos Directores do mez depositario de huma, e a 3.^a ficará em poder do Thezoureiro Geral.

Art. 37. A Junta da Direcção terá, e guardará em segredo hum Livro, com os nomes das pessoas, e cazas, que forem admittidas ao desconto das Letras, com a indicação dos seus fundos presumidos, e successivas alterações, que houver de sofrer o seo credito, a fim de poder servir de base ás suas resoluções, sobre este importante objecto, porém por mais que sejam aquelles fundos presumidos, não poderá accumular em huma só pessoa, ou caza mais de 2 por cento do fundo Capital do Banco.

Art. 38. As pessoas que depositarem no Banco fundos á sua disposição, escreverão em hum Livro de signaes as suas firmas, e receberão hum maço de ordens impressas, e cortadas de hum Livro em poder do Banco para se conferirem no acto do pagamento das mesmas ordens; e as respectivas contas serão todos os seis mezes ao menos saldadas, e cancelados os respectivos documentos do recebimento e pagamento.

Art. 39. Todos os empregados que tiverem responsabilidade pecuniaria não serão admittidos a servirem sem prestarem primeiro fiança idonea e aprazimento da Junta da Direcção.

Art. 40. Todos os empregados são responsaveis pelo que obra-rem em contravenção dos Estatutos, e Ordens que receberem da Junta, e perante esta se verificará a sua responsabilidade. Todos os Membros da Junta são igualmente responsaveis pela sua contravenção aos Estatutos, e ordens da Assembléa Geral, e perante esta se verificará a sua responsabilidade. As deliberações da Assembléa Geral que tendão a alterar, ampliar, ou modificar os Estatutos primordiais, e os presentes artigos addicionaes não terão vigor sem que sejam approvadas pelo Poder Legislativo.

Art. 41. Ficão de nenhum effeito todas as disposições dos Estatutos primordiaes, e das Actas das Assembleas Geraes do Banco que forem contrarias aos presentes artigos addicionaes.

Sala das Sessões da Assembléa Geral do Banco, 5 de Dezembro de 1822.

DOCUMENTO N.º 4

Senhor — Não he occulto á V.M.I., que o Banco do Brasil, aliás creado com o duplicado fim de promover, e animar os diversos

ramos da industria Nacional, e de facilitar ao Governo recursos promptos, para o suprimto de extraordinarias, imprevistas despesas, servio, desgraçadamente por muito tempo, para nutrir o luxo, e fatuidade de seos administradores, e para satisfazer os caprichos do finado Governo. Victima dos criminosos desvarios de uns, e da prepotente arbitrariedade de outros, elle teria sucumbido com o pezo da sua desgraça, se, por ventura, a Sabedoria de V.M.I., e a nova ordem de cousas não tivesse facilitado a reunião da Assembléa Geral dos seos Accionistas, que o partido dominante embarçava, para perpetuidade da finada Junta; e se uma administração, composta de homens, livremente escolhidos, e tão probos, e patriotas, quanto prudentes, não tivesse tomado á seo cargo o laborioso regimen das suas operações. Todavia, Augusto Senhor, se a Assembléa Geral tinha fundada razão de confiar na regularidade da marcha da presente administração, e na perspectiva agradável da nossa regeneração, a necessidade, por outro lado, em que ella se achou, de habilitar o Governo, para promover a união do Brasil, sustentar a sua independencia, e firmar o Throno de V.M.I., desenvolvendo o nobre patriotismo dos seos Membros, a induzio á amontoar serviços sobre serviços, que com quanto conformes fossem aos sentimentos da Assembléa, e esta delles muito se glorie, forão com tudo superiores ás actuaes forças do Banco, e o devem conduzir á uma infalivel dissolução, se o braço Magnanimo, e Justiceiro de V.M.I. não lhe prestar os necessarios soccorros.

Os direitos, Augusto Senhor, que o Banco tem á poderosa Protecção de V.M.I. em consequencia dos serviços feitos, e em attenção aos males, que sobrevirão á Nação com a sua queda, são geralmente bem conhecidos, para que seja preciso fazer pomposa e inutil parada dos primeiros, e magoar o Paternal Coração de V.M.I., com a triste narração dos segundos. Além de que, he muito transcendente a utilidade, que resulta á Nação, pelo desenvolvimento, que á sua industria procura um semelhante estabelecimento, para que elle seja abandonado pelo Governo á sua actual fraqueza, com risco eminente de total ruina, e damno incalculavel dos seos numerosos Accionistas, e do Publico, portador das suas Notas, depois de ter exaurido os seus Cofres em serviço do mesmo Governo. Para prevenir, Augusto Senhor, a repetição dos abusos praticados, pela passada administração, em damno do Banco; regular com mais segurança a marcha das suas operações; e restabelecer a confiança publica, primeira pedra fundamental do credito destes estabelecimentos, a fim de poder continuar a prestar seos serviços a Nação, livrando-a da triste necessidade de recorrer á uzura estrangeira; á Assembléa Geral dos Accionistas, conhecendo a deficiencia dos seos Estatutos primordiaes, para fins tão importantes,

desde logo, e depois de madura discussão, organizou os artigos ampliativos, e' addicionaes, que tem apresentado á approvação de V.M.I. ; e muito confia das suas providentes disposições, para deixar de consideralos, como o primeiro e muito feliz passo dado, para o restabelecimento do mesmo Banco. Mas, Augusto Senhor, ainda que não se possa negar, que a boa fé do devedor muito concorre á acreditarlo, todavia he igualmente inegavel, que a sua solvabilidade, he quem lhe firma o credito; e por tanto que, embora a Assembléa Geral tenha trabalhado, com todo o disvello, em constituir solidamente a boa fé da sua administração, o credito do Banco será tanto mais diminuto, quanto menor for o conceito da sua solvabilidade; e regulando-se este pela somma dos fundos depositados, o credito do Banco será nenhum, e conseqüentemente forçosa a sua Banca-Rota, logo que estes de todo desaparecerem. Eis, Augusto Senhor, a proxima situação do Banco, com a continuação dos serviços ao Estado, mormente com a parte metalica, que mensalmente supre ao Exercito, e Marinha. Não tendo os seus cofres a qualidade productiva das minas, necessariamente os seus fundos, que deverão conservar-se em deposito na forma da Lei, hão de extinguir-se; e então, qual seria a consequencia de tão triste successo?

Apartemos de nós, Senhor, o funebre quadro de um similhante futuro: he tempo, ainda he tempo de o prevenir: tendo a Assembléa Geral curado do restabelecimento da boa fé da administração do Banco, o primeiro artigo necessario a sua subsistencia e conservação, cumpre a V.M.I. curar do segundo artigo, a sua solvabilidade, subministrando-lhe os meios precizos para de novo restabelecelo. Estes meios, Augusto Senhor, além de devidos, em rigor de Justiça, interessão igualmente ao bem ser da Nação, e do Estado; por isso que tendem á consolidar o credito do Banco, o mais poderoso apoio da publica felicidade, da independencia do Brasil, e do Throno de V.M.I.; e não são excessivos, para que seja difficil á Magnitude e Justiça de V.M.I. o distribuilos immediatamente, como urgem as atuaes circumstancias do mesmo Banco. Elles se restringem, Augusto Senhor, á consignação mensal de uma quantia certa, nos rendimentos da Alfandega, e directamente entregue pelo seu Thezoureiro, com o desconto, do estillo, sendo em Bilhetes, e tanto quanto baste, para pagamento annual dos juros e de 2 por cento do Capital da divida, para a sua lenta, mas segura amortização: reunindo-se ao Capital os juros vencidos, visto a actual impossibilidade do Thezouro de os pagar, como lhe cumpria, e reservando-se o Governo o direito de destracrar esse contracto, logo que, com a consumação da tranquillidade das Provincias, tenha os fundos a esse fim necessarios.

Se a incontestavel Justiça desta representação, Augusto, Senhor, lizonjea sobre-maneira a Assembleia Geral do Banco, com a esperança da providencia proposta, e requerida, ou de outra qualquer, que a Vasta Comprehensão de V.M.I. possa descobrir, e julgar mais conveniente, não he com menos magoa, que a Assembleia Geral, cõven-cida da impossibilidade de continuar, sem risco da sua existencia, os suprimentos, que faz ao Exercito de Montevideo, e as Thezourarias da Tropa e Marinha, em quanto se lhe consignar quantia determinada, e certa, para o seo progressivo pagamento leva a consideração de V.M.I. a necessidade de mandar prover, pór outra maneira, esses artigos. Predominada porém ainda hoje a Assembleia Geral do pa-triotismo, que a tem dirigido nas delicadas crises da nossa emancipa-ção e do mais vivo interesse, pela independencia do Brasil, e estabele-lidade do Throno Constitucional de V.M.I., de antemão previne a V.M.I., que, confiando o immediato restabelecimento do seo cre-dito das Providencias acima indicadas, esperando igualmente achar-se habilitada, desde logo, á avançar ao Governo as sommas necessarias, para a sustentação da independencia do Imperio do Brasil.

Entretanto Deos Guarde a V.M.I. como nos he mister e cor-dialmente o desejamos. Sala da Assembleia Geral do Banco do Bra-sil, Dezembro de 1823.

DOCUMENTO N.º 5

PARECER DA COMISSÃO

A Commissão encarregada do exame do Plano apresentado pelo Accionista Gervazio Pires Ferreira, para a reforma, e additamento dos Estatutos do Banco do Brasil, e da Representação, que se deve dirigir ao Governo, leva ao conhecimento da Illustre Assembleia Ge-ral, o resultado de seos trabalhos, com aquellas emendas e alterações, que julgou convenientes fazer para o seo maior bem e melhoramento.

Vicente Navarro d'Andrade. — José Antonio Lisboa. — Ger-vazio Pires Ferreira.

DOCUMENTO N.º 6

Illmos. Srs. Presidente, e Deputados da Junta do Banco — Diz Gervazio Pires Ferreira, que a bem de sua justiça lhe he preciso, que o Secretario desta Junta, revendo o livro das Actas da Assembléa

Geral dos Accionistas, lhe passe por Certidão o theor da Indicação, que o suplicante apresentara na Sessão do dia 5 do corrente mez de Dezembro, e da resolução da mesma Assembléa; pelo que — P. a VV. SS. sejam servidos mandar se lhe passe a dita Certidão. — E.R.M. — Passe sem inconveniente. Rio 8 de Janeiro de 1824. — Vianna — Lopes — Lima — Rozo — Guimarães — Bastos — Gomes — Azevedo — Barrozo. — Em observancia do despacho supra: certifico que no Archivo desta Secretaria se acha a indicação de que o suplicante faz menção no seo requerimento supra apresentada á Assembléa Geral do Banco congregada em cinco de Dezembro proximo passado: cujo theor he o seguinte — Sendo de lamentar a triste necessidade, em que se acha o Banco, de não pagar, em moeda metálica o valor das suas notas; e contravindo por isso ainda mais ao seo credito, e ao serviço publico, as difficuldades, que encontrão os portadores das mesmas notas no troco das de maior valor por outras de menor valor, como urgem suas necessidades commerciaes, e domesticas, pela falta das moedas de ouro, e prata: sendo além disto natural ao homem procurar melhorar de condição, e indifferente ao vicioso a qualidade dos meios, para conseguir essa millhora: sendo, por outro lado, da primeira intuição, a facilidade de contra-fazer as notas do Banco em circulação, pela sua pessima construcção, como a experiencia o tem mostrado em damno da boa fé publica, do credito do Banco, e dos seus interesses, pela difficuldade de distinguir nos multiplicados actos de pagamento os falsos dos verdadeiros: por todos estes motivos proponho. Primeiro que se forneça ao Thezoureiro da Caixa das reuniões e em notas de quatro, seis, oito, e doze mil réis, a quantia que for precisa, para o troco das notas de maior valor; recommendando-se ao respectivo Trezoureiro, a maior promptidão possivel no expediente deste publico serviço. Segundo que quanto antes, se fação novas notas, e pelo modelo das do Banco de Lisboa ou outro melhor quando o haja, a fim de tirarem-se da circulação as que actualmente girão. Rio de Janeiro, cinco de Dezembro de mil oitocentos e vinte tres. — Gervazio Pires Ferreira. — A qual não se acha transcrita na Acta da Sessão deste dia, nem della se fez menção por quanto apenas concluida foi a leitura da dita indicação logo os Directores e varios Deputados da Junta que presentes se achavão mostrarão quanto á primeira parte da indicação do suplicante, que o por elle exigido, e proposto era justamente a pratica estabelecida; não se poupando elles Directores e Deputados ao effectivo trabalho das assignaturas; á vista do que, nada deliberou a este respeito a Assembléa ficando nesta parte sem effeito a dita indicação, e quanto porém a segunda parte

nada deliberou a Assembléa. Rio de Janeiro vinte tres de Janeiro de mil oitocentos e vinte quatro. — *Fidelis Honorario da Silva dos Santos Pereira* (1).

RELATORIO DA COMMISSÃO DO BANCO

PARTE I.

A Commissão encarregada do exame do Banco do Brasil, instalada no dia 9 de Junho do corrente anno, deo immediatamente principio aos seos trabalhos exigindo da Junta Administrativa hum Balanço Geral deste Estabelecimento, cujos documentos fossem assignados pelos Deputados, que tinham a seo cargo os differentes ramos da sua administração. Forão as suas vistas com esta medida proceder na averiguação dos seos fundos, e escripturação, segundo a ordem em que elle laborava, e estabelecer hum methodo de trabalho que jamais interrompesse a marcha diaria e regular da casa, o que podendo incomodar ao Publico, não subministrava vantagem alguma aos exames da Commissão. Á vista deste Balanço, foi o seo primeiro cuidado averiguar e contar todos os fundos existentes nos seos Cofres, no que a Commissão procedeo conjunctamente com os Deputados da Junta, que delles estavam encarregados, e cujos computos logo que forão verificados, a Commissão o fez saber ao Governo em o seo Officio de 21 de Julho, e documentos que o acompanharão. Conhecidos que forão os fundos metalicos, ella procedeo ao exame das Notas, remontando á origem, e totalidade das emissões, e seos consumos, importancia das existentes no Banco, e fora delle em circulação, e o resultado dos seos trabalhos foi tambem enviado ao Governo em Officio de 31 de Julho, acompanhado dos quadros fieis, e especificados de tão importante objecto. Agora, que finalmente tem concluido o exame da sua escripturação, transacções, e de tudo o mais, de que fôra incumbida, procurando com o maior cuidado desempenhar com fidelidade sua penosa tarefa, a Commissão vai apresentar o quadro exacto,

(1) O attestado supra, em lugar da Certidão requerida, e em contrario da resolução da Assembléa sobre a indicação, como deporão, sendo necessario, o Sr. João Fernandes Lopes, que então servia de Presidente, e entre outros, que a ella assistirão, os Srs. João Martins Lourenço Vianna, José Antonio Lisboa, Doutor Navarro, Domingos Gonçalves de Azevedo, e Marechal Felisberto, que foi o da lembrança de mandar-se vir de Londres a nova maquina de fazer Notas, acabará de convencer o publico, que não era sem fundamento, que eu julgava necessaria a reforma dos Estatutos do Banco, a pezar da inteireza e probidade dos seos actuaes Directores.

e fiel deste Estabelecimento, na conformidade das instruções, que recebeu do mesmo Governo transcriptas por copia no Documento A.

O Banco do Brasil creado neste Imperio pelo Alvará de 12 de Outubro de 1808, principiou as suas transações em 9 de Novembro de 1809, e em 11 de Dezembro do mesmo anno se achou completo o fundo de cem Acções determinado no Art. 1.^o dos seus Estatutos. Estes Capitães se forão gradualmente augmentando não só com Acções de particulares, como tambem com os auxilios prestados pelo Governo em virtude do Alvará de 20 de Outubro de 1812. Todos os ditos Capitães, e os lucros provenientes das oito operações que pelo Art. 7.^o dos seus Estatutos lhe forão designados desde o seu principio até o dia 30 de Junho do corrente anno (em que as contas se fechão) tem produzido o Debito, e o Credito constante do Balanço junto B na importancia de Rs. 27,294:842\$927, e os documentos anexos desde N.^o 1 até 47, appresentão todos os esclarecimentos que se podem dezejar a tal respeito; ou ao menos dão huma idéa clara, e distinta de todos aquelles Artigos, que fizerão o objecto dos exames da Commissão.

Cumpre, pois, que appresentado o Balanço formal do Banco, extrahido da sua Escripuração, e confrontado com o inventario do seo existente, a Commissão passe a expor a origem, natureza, e filiação das suas transações, para se poder conhecer a verdade, e exactidão dos seus saldos, eliminando as quantias reaes e positivas, que nellas se achão envolvidas, e combinadas com outras meramente nominaes, para deste modo appresentar o seo estado no verdadeiro ponto de vista, em que deve ser avaliado.

Activo do Banco

Conta de Caixa, ou Dinheiro. Esta conta se acha escripturada em quatro differentes divisões, a saber: 1.^a Caixa dos Descontos das Letras: 2.^a Caixa da remissão das Notas: 3.^a Caixa do Deposito Publico: 4.^a Caixa Geral. As referidas denominações claramente indicão as attribuições de cada huma dellas. No fim de todos os annos se procede a huma fusão nominal de todas as ditas Caixas, ficando todavia os fundos em poder dos seus respectivos Fieis, e passando no principio do seguinte anno a seguir a sua marcha ordinaria na Escripuração.

Caixa dos descontos das Letras. Esta Caixa principiou as suas transações em 31 de Janeiro de 1810; e examinada a escripturação na Contadoria, por não se acharem os livros auxiliares, que lhe competia ter desde a sua origem, se acha com a notavel circumstancia em

1821 de se considerarem nella como fundos effectivos (com que a sua conta foi saldada no fim do dito anno, e assim passou para o seguinte) não só os dinheiros que haviam sahido para supprimentos, como os que deixarão de ser pagos pelos Devedores das Letras, nella descontadas, provenientes de parte dos Capitaes, e dos premios do desconto, ao mesmo tempo que as ditas Letras erão francamente entregues ás Partes com o recibo do respectivo Deputado Thesoureiro, ainda não solvidas inteiramente; fazendo deste modo na dita Caixa as quantidades negativas as funcções de positivas, como se mostra pelo Documento N.º 23 B. Examinando o debito, e credito da dita Caixa no fim de Dezembro de 1823, em que o seu saldo devia passar para a Geral, nota-se a falta de reis 80:000\$000, sem que sobre isso se fizesse observação alguma: esta falta he notada no Extracto N.º 23 B, com o titulo de differença, e com o mesmo titulo passa para o anno seguinte. Em 1824 subio essa falta a 200:000\$000 reis, e tendo desaparecido em 1825 tornou a reviver em 1826 na importancia de 500:000\$000 reis, em 1827 na de 520:000\$000 reis, e finalmente no Balanço dado em 30 de Junho de 1828 se achou importando em 761:901\$491 reis. Tal foi o desgraçado estado, em que a Commissão achou esta Caixa na mencionada data. E supposto que pelo Inventario Judicial, a que nella se procedeo se encontrassem varias letras, documentos, titulos, e cadernos de lembranças, Portarias, e Correspondencias, (que paravão em poder do fiel da dita Caixa até o dia 7 de Junho, e cuja exacta relação entregue fielmente pela Junta Administrativa a esta Commissão, e por ella verificada em parte, foi presente ao Governo com Officio de 21 de Julho), todavia esses papeis, nem fornecem valores liquidos, que se possam considerar como fundos reaes, e effectivos, nem tão pouco o Banco os pode reputar propriedade sua, e muitos são notoriamente nullos, ou por sua natureza, ou pelos exames, que a Commissão fez a este respeito, não os proseguindo, por entender, que elles não erão das suas attribuições, nem tão pouco offerecião vantagem alguma ao essencial objecto da sua incumbencia. O dito Documento N.º 23 B, mostra a importancia do existente nesta Caixa, tal qual o considera a Junta Administrativa do Banco, no valor de 583:636\$279 reis.

Caixa da remissão. Tiverão principio as transações desta Caixa em 19 de Maio de 1810, e ainda que o seu objecto se devia limitar ao pagamento das Notas com moeda metalica, logo nos seus principios se introduzio o abuso de se descontarem por ella letras da terra não obstante a falta que havia na dita Caixa de huma Escripturação especial a tal respeito, figurando por consequencias as ditas letras como dinheiro effectivo, o que chegou a tal excesso, que em 1821 esta quantia importava em 2,057:634\$533 réis, passando então as ditas

letras para a competente Caixa dos Descontos. A falta de 102:055\$716 réis, que no dito anno, ahi se achou, foi paga com folhas decretadas do Thesouro, e de que o mesmo embolçou ao Banco em prestações, mandando levar o restante na importancia de 43:243\$640 réis, á conta de supprimentos feitos ao Governo, a quem forão remettidos os competentes titulos. Quanto ás outras pequenas faltas achadas nesta Caixa, ellas tem sido mandadas lançar em conta de despesas, vista a natureza das suas operações, que consiste em meros trócos. Em 30 de Junho o saldo 233:500\$000 réis nella existente passou para a Caixa Geral, aonde representa no Balanço junto, de-baixo da mesma data. O pouco que esta Caixa tem correspondido ao seu titulo, he assás notorio, e procede das circumstancias, em que se tem achado o Banco desde 1821, época em que se estabeleceo a Tabella junta, em Documento N.º 28 A, para que o troco não cessasse inteiramente, e não obstante, hoje se acha reduzido ao pagamento diario de 5 por cento, metade em prata, e metade em cobre.

Caixa do Deposito Publico. Esta Caixa em 14 de Agosto de 1810 succedeo ao antigo Cofre do Deposito Publico, delle recebeo os dinheiros, trastes, jóias, que ali se achavão depositados, e pelo seu privilegio continuou a ser a unica estação Publica, a quem tal attribuição competia. Entre os papeis recebidos do Illmo Senado existia hum maço de creditos, que pareceo nunca ter sido aberto. A Commissão julgou conveniente fazer delles huma relação, que junta em Documento N.º 24 A, para conhecimento de quem interessar. Esta Caixa tem a sua Escripuração particular pelo sistema das Estações de Fazenda Publica, com livro de entrada, e sahida, assignado pelo Secretario da Junta, que serve de Escrivão; e pelas Partes, que recebem as quantias depositadas, o que tudo se achou regularmente escripto, e continha no mencionado dia 30 de Junho, em dinheiro, e em objectos de differentes especies, o valor de 100:726\$225, que igualmente passou para a Caixa Geral, e he ahi contemplado no Balanço.

Caixa Geral. Esta Caixa, aonde se figurão fundidas todas as outras Caixas no fim de cada anno, alem da sua escripturação na Contadoria do Banco, tem hum livro de receita, e despesa, que devendo ser assignado pelo competente Escrivão, e Deputado Thesoureiro, se acha desde Fevereiro de 1817 até Março de 1821 na maior irregularidade, e todavia com os termos lavrados na occasião da passagem de hum para outro Thesoureiro, pelos quaes aquelle que sahia ficava desonerado de toda, e qualquer responsabilidade, pelo tempo que havia servido o dito emprego. O Balanço desta Caixa, extrahido no mencionado dia 30 de Junho, appresenta o saldo de 3,456:691\$389 réis, sendo 1,610:884\$000 réis em Notas, 1,807:015\$992 réis, em moeda metalica, e o mais em titulos, e clarezas, como melhor se mos-

tra pelo Documento N.º 22 A, assignado pelo respectivo Thesoureiro, a cujo cargo ficarão os ditos fundos. Nesta conta forão unicamente exceptuados os computos, que pertencião á Caixa dos Descontos, pelas notorias circumstancias, que nella tem occorrido, e que obrigarão a Commissão a não amalgamar huma com outra Caixa.

Thesouro Publico

A par dos fundos pecuniarios, este he o Artigo, que constitue o mais solido do activo do Banco do Brasil. Muitos, e avultados tem sido os emprestimos, que este Estabelecimento tem feito ao Thesouro Publico, debaixo dos differentes titulos de Real Erario — Generos do Patrimonio Regio — Suprimentos — Saques por conta, e ordem do Governo — Caixa Central da compra de Ouro — Impostos — Consignações — Empréstimos — Praça do Commercio — Muzeo — Administração do Correio — Provincia Cisplatina — &c. &c. &c. A maior parte destas contas se achão já extinctas, para o que muito concorrerão os fundos que o Thesouro remetteo ao Banco, para seo embolço em 1824, e 1825, sendo em moeda metalica de ouro, e prata a quantia de 2,469:708\$642, existindo com tudo ainda em aberto as que constão dos Documentos juntos, a saber:

Conta de Empréstimo. Teve lugar esta Conta por hum offercimento de 400:000\$ réis feito pelo Banco ao Governo em 1817, para cuja amortização forão applicados os dividendos e juros do fundo de reserva relativos ás Acções que o Thesouro ahi possuia, e como do numero de 500, com que devia ter entrado, apenas se realizassem 76, e seos reditos não passassem de 88:023\$596 réis, segue-se que o alance contra o Thesouro he de 311:976\$40+ réis, como se mostra pelo documento N.º 11.

Conta de Commissões. Procede esta conta das Commissões de 2 por % da venda dos generos, que forão consignados privativamente ao Banco pelo Art. 7.º § 7.º dos seos Estatutos, e nella se acha o Thesouro debitado em 4:863\$496, como se mostra pelo Documento N.º 12.

Conta de Consignações. Esta conta teve lugar em consequencia dos Avisos de 13 e 26 de Janeiro de 1814, em que se ordenou que o Banco entregasse no Thesouro Publico a importancia das Consignações, que devião ser pagas mensalmente pelas Provincias da Bahia, e Pernambuco, e cujo pagamento foi interrompido desde 1821 pelos acontecimentos politicos, que desde aquella epoca tem decorrido até hoje, subsistindo hum saldo contra o Thesouro de 315:000\$000 réis, como se mostra pelo Documento N.º 14.

Conta de Suprimentos. Esta conta teve principio em 23 de Junho de 1814 em virtude de hum Aviso de 18 do dito mez, e se foi augmentando progressivamente, ora por Avisos, ora por meras insinuações verbaes, e abrange: 1.^o os suprimentos feitos ao Thesouro: 2.^o as despesas com os mesmos suprimentos: 3.^o os dinheiros dados a diversos particulares por conta do Thesouro: 4.^o pagamento de folhas decretadas, transigidas com o Banco: 5.^o divida antiga contrahida com o Deposito Publico: 6.^o finalmente os premios de todos esses suprimentos, de que o Thesouro está onerado. Feitas todas as deducções do que o Thesouro tem pago, tanto em moeda metalica, como em Notas, bilheres d'Alfandega, producto dos generos privativos do Estado, ainda está devedor da quantia de 8,601:131\$992 réis, como se mostra pelo documento N.^o 16.

Despezas dos Suprimentos. Esta conta comprehende, os premios, e despesas, tendentes aos suprimentos feitos ao Thesouro Publico, de cujos premios, e despesas, deduzido o que o Thesouro tem já pago ao Banco, constante do seo credito, ainda lhe he devedor do saldo de 260:216\$172, como melhor se mostra pelo Documento N.^o 17.

Provincia Cisplatina. Teve principio esta conta em 5 de Maio de 1816 por motivo da occupação da Provincia Cisplatina, sendo as primeiras prestações feitas pelo Banco, pagas pelo Erario de Portugal até 1820, na importancia de 2,355:866\$739, e as seguintes a cargo do Thesouro Publico do Brasil. O saldo desta conta he actualmente contra o Thesouro Publico de 9,485:176\$695, como se mostra pelo Documento N.^o 19.

Conta de Saques e Letras. Esta conta comprehende os saldos das letras, que o Banco sacou sobre as Provincias, da Bahia, Pernambuco, e Maranhão, por ordem do Thesouro, importando em . . . 379:880\$000 réis, de que só recebeo 285:600\$000 réis, ficando por tanto devedor o Thesouro de 94:280\$000 réis, como se mostra pelo Documento N.^o 21.

Se á importancia de todos estes saldos, se ajuntar a quantia de 9:911\$000 réis pela despesa feita com os reparos e prontificação de parte da Casa pertencente ao Banco, para accomodação do Correio, e que o mesmo Banco lhe mete em conta com vencimento de premio, vem a importar a divida do Thesouro Publico em 19,082:556\$383 réis.

Nem a estreiteza do tempo, nem as attribuições da Commissão permitirão entrar no profundo exame de todas estas contas, e muito menos das que se achão já fechadas, o que muito converia conhecer a bem da Fazenda Publica, e interesses da Nação, para que nem o

Thesouro Publico fique prejudicado, nem o Banco privado do que justamente lhe deva competir.

Diversos Devedores

Esta parte do activo do Banco he a que menos se póde calcular com exatidão. O Documento N.º 25, e os diferentes quadros que o acompanhão de N. 25 *a* até 25 *i* apresentão todos os Sacadores, Accitantes, e Indocantes das letras descontadas no Banco em diversas epochas, e que por falta de pagamento tem sido protestadas, e ajuizadas.

O Quadro N. 25 *c* mostra quaes forão os Devedores, que reduzirão as suas dividas a escripturas publicas, e concordarão nos pagamentos que devião fazer, para as solver; quaes de entre elles tem cumprido os seos tractos, e quaes os que tem faltado a elles.

A Commissão observa, que as contas de alguns destes Devedores, já fallidos se achão augmentadas com os juros, e interesses calculados depois da sua falencia até 1820, o que não só he opposto á Lei de 17 de Maio de 1759, que taes estipulações prohibe, mas he tambem ocioso, visto que não podendo os ditos Devedores fallidos pagar os Capitaes, muito menos pagarião os respectivos premios, de nada servindo este calculo, a não ser para formar no fim do anno hum dividendo exorbitante, e quimerico, mas que de facto era satisfeito aos Accionistas á custa de novas emissões. Quanto á relação das letras a vencer, existentes na Caixa dos descontos na importancia de 141:318\$751 Documento N. 23 A, ella apresenta a parte mais sãa deste Artigo; e a Commissão entende que se não todas, com tudo a maior parte destas letras são seguras, e realizaveis, por causa das boas firmas, que tem de pessoas de reconhecido credito nesta Praça. A totalidade de todos estes Devedores monta a 2,475:823\$260 réis. Mas a Commissão não póde neste Artigo satisfazer completamente ao que lhe foi determinado nas suas Instrucções, extremando as bem das mal paradas, e apenas póde por huma estimação aproximada presumir, que de todas ellas, quinhentos, até seiscentos contos serão cobrados, e o mais se deve considerar como perdido, ou duvidoso; ou por que os ditos Devedores se achão fallidos, e insolvaveis, ou porque a sua cobrança dependerá de litigios complicados, e interminaveis, de que o Banco não póde esperar vantajosos resultados.

Caixas Filiaes. Os computos destas Caixas pela maior parte são mais quantias representativas, do que fundos reaes, e disponiveis, que augmentem effectivamente as faculdades do Banco. Dos 1,463:000\$000 réis que figurão na Caixa da Bahia, 1,090:000\$000 réis he a importancia das Notas, que o Banco para alli emetio, para girarem n'aquella Provincia; se ellas estiverem fóra da Caixa, forçoso

será paga-las a quem as apresentar com os fundos metallicos do Banco, e se estiverem recolhidas nos seus Cofres, nem por isso constituem hum cabedal para o Banco, e apenas diminuem a sua responsabilidade geral representada no seo passivo sob o N. 45. E quanto aos 373:000\$000 réis, restantes, elles procedem de 373 Acções, as quaes igualmente estão representadas na totalidade das 3:600 Acções que formão o seo Capital, que não podendo sahir do Banco até a sua extinção, estão sujeitas a lucros, e perdas, quando a final se tractar da sua liquidação. Mas as successivas calamidades, que tem pezado sobre aquella Provincia, não dão lugar a supor-se o estado d'aquella Caixa muito vantajoso aos interesses do Banco. Suposto que as contas e Mapas enviados regularmente pelos Directores da Caixa de descontos de S. Paulo, apresentem della huma idéa mais favoravel, todavia subsistem a seo respeito as mesmas razões, que se acabão de expor a respeito da da Bahia; isto he, que dos 323:000\$000 réis que ella representa 250:000\$000 réis são a importancia das Notas emitidas pelo Banco, para alli girarem, e cuja remissão está a seo cargo; 43:000\$000 réis são Acções de Banco, que fazem parte do seo Capital indicado no seo passivo sob N. 30, e sujeito aos lucros, e perdas eventuaes da sua totalidade, e apenas os 30:000\$000 réis, que o Banco remeteo para aquella Provincia em moeda metalica para dar impulso ás suas transações, póde ser considerado rigorosamente huma parte do seo Cabedal.

Agentes do Banco. Quanto aos fundos representados em differentes Praças em poder dos seus Agentes, observa a Commissão que os 104:160\$000 réis do Maranhão, descripta igualmente no debito, e credito do Balanço, por essa mesma razão essas quantias se destroem, e ficão de nenhum efeito, e quando d'ahi venha a resultar alguma differença pro, ou contra, sendo proveniente de transações feitas com o Thesouro Publico, e por sua conta; a seo cargo ficará essa mesma differença. Da importancia de 59:459\$818 remetida aos Agentes de Pernambuco, e applicada para as despezas com o córte do pão Brasil nas Provincias do Norte, ha tambem a deduzir a quantia de 19:236\$709, que os ditos Agentes devem, não ao Banco, mas sim ao Thesouro, a quem devem dar conta desta transação. A divida do Agente da Bahia, na importancia de 5:807\$995 réis está igualmente segura, e só cumpre ao Banco solicitar o seo pagamento. Não se póde dizer outro tanto dos 8:893\$388 réis de Lisboa, por ser a maior parte dependente de letigio, ou de acomodação; nem tão pouco da de Angola, na importancia de 4:083\$180 pela falencia da Casa, que verdadeiramente estava obrigada ao seo pagamento.

Bens de raiz. Immediato á Casa, aonde o Banco tem o seo Estabelecimento, a qual pertence á Fazenda Nacional, possui o dito Banco

hum predio, que comprou para o seo uso, cujo valor he calculado simplesmente pelo seo primitivo custo de 33:750\$ réis; e as despezas feitas com o seo reparo, e prontificação para a Administração do Correio, que ali esteve algum tempo, se achão levadas á conta do The-souro Publico, como se acha referido na respectiva conta. Tal he o estado do activo do Banco do Brasil, representado nos 28 Artigos do Debito do seo Balanço formal. O seo credito fará o objecto da 2.^a parte.

PARTE II

Passivo do Banco

Conta de Capital. O fundo Capital do Banco, que pelos seus Estatutos foi regulado em 1,200 Acções de 1:000\$000 cada huma, se acha hoje elevado a 3,600 sendo 76 pertencentes á Fazenda Nacional, e o resto a diversos, Nacionaes, e Estrangeiros no Imperio, e fora delle.

Dos 1,000 contos de réis, que o Alvará de 20 de Outubro de 1812 applicou para augmento do fundo do Banco, entrarão os primeiros 500 contos, cujos lucros erão applicados ao proveito dos Accionistas, e dos que devião produzir beneficio á Fazenda Publica, apenas entrou a quantia de 76 contos de réis.

Conta de Ganhos, e Perdas. Tem as mencionadas Acções apresentado desde o seu principio até o fim de 1827 os lucros constantes dos quadros Ns. 48 A e B na importancia de 5,087:247\$194 réis, dos quaes 4,267:986\$817 réis se tem repartido pelos Accionistas, na razão das suas Acções, e 829:260\$377 réis se achão reservados na conformidade do Artigo 19 dos seus Estatutos, não em cofre algum separado, mas incorporado na massa geral dos seus fundos, vindo deste modo a formar do Capital de 4,419:260\$377 réis. O documento N. 30 especifica os seus nomes, e os numeros das Acções que cada hum possue, notando-se que alguns delles são devedores de grandes sommas a este Estabelecimento, e que portanto na sua liquidação, ellas deverão ser deduzidas do que aos mesmos competir receber. Alem desta importancia, que pertence aos Accionistas, o Banco por esta conta he devedor ao Thesouro Publico, da já mencionada quantia de 500:000\$000 réis, que deverão ser abatidos, logo, que acabe o praso dos privilegios concedidos ao Banco, como determina o citado Alvará de 20 de Outubro de 1812. Os lucros, que tem occorrido desde o 1.^o de Janeiro até 30 de Junho do corrente anno, tanto das operações do Banco nesta Capital, como das suas Caixas Filiaes, constantes dos Ns. 32 — 34 — 35 — 37 — 43 — 44 — do Balanço, montão a réis 27:420\$097, das quaes se devem abater os gastos geraes, e as perdas, que tem occorrido, constantes dos Ns. 15 — 20 — 26 — 27, o que

produz hum beneficio liquido de 7:724\$613 réis. Nestes lucros não entrão os premios d'aquella parte da divida do Thesouro Publico, que tem este onuz na importancia de 18,822:340\$211 réis, a qual pela resolução da Assembléa Geral do Banco dos 6 por cento, que vencia annualmente, está reduzida a 4 por cento desde o dia 3 de Março de 1827 em diante.

Notas do Banco. Tudo quanto a este respeito a Commissão pode obter, nos seus mais escrupulosos exames, e averiguações, se acha expendido largamente no seu citado Officio de 31. de Julho, e documentos annexos, de que novamente remette copia para não deixar incompleta esta parte do seu relatorio. Por elles se mostra, que a emissão das notas para a Provincia do Rio de Janeiro he de 26,232:450\$000 réis, para a Bahia de 1,490:000\$000 réis; para São Paulo de 254:000\$000 réis; para Minas Geraes de 390:000\$ réis; para Pernambuco de 500:000\$000 réis, o que tudo prefaz a importancia de 28,866:450\$000. Tem-se consumido os 500:000\$000 de notas destinadas para Pernambuco, que nunca chegarão a girar n'aquella Provincia; a emissão de Minas Geraes se acha hoje a cargo da Caixa do Rio de Janeiro, aonde he remida, e tem sido comprehendida nas queimas que aqui se tem feito. Quanto ás Notas da Bahia, e S. Paulo, ellas estão a cargo das Caixas Filiaes das respectivas Provincias, e por ellas são remidas, se bem da de S. Paulo forão remettidas para o Banco 4:000\$000 e aqui consumidos. Todas as queimas, e consumos de Notas até 30 de Junho do corrente importão em 7,291:530\$000 réis, o que deduzido da supra mencionada quantia de 28,866:450\$000 réis, mostra que a existencia das Notas, tanto em circulação, como recolhidas nos seus Cofres deve ser de 21,574:920\$000 réis, como tudo se mostra nos quadros Ns. 45 *a b*. Confrontando-se pois cada huma das columnas dos ditos quadros com a sua homogenea, facil he conhecer o estado de cada huma das especies, e dellas a quantidade, que deve existir em circulação: se bem que a Commissão se persuade, que o verdadeiro conhecimento deste Artigo jamais se poderá obter com exactidão em quanto não chegar a época da sua total, e completa remissão.

Dinheiro recebido a juros. He esta huma parte da responsabilidade do Banco para a qual o Alvará da sua criação estabeleceo a Hipoteca dos fundos da sua Caixa de reserva. Mas tendo feito pouco uzo deste ramo das suas operações, apenas se acha responsavel pela quantia de 30:530\$731 réis, tendo-se ja desembaraçado de outras muitas, que sob este titulo havia recebido.

Deposito Publico. A responsabilidade deste Cofre he de réis .. 446:916\$379 pelos dinheiros; peças de ouro, e prata, jóias, papeis e titulos, tanto recebidos do antigo Cofre do Deposito em 14 de Agosto

de 1810, como pelos que continuou a receber até o presente, como unica estação competente.

O Thesouro Publico devia ao mencionado Cofre a quantia de réis 68:000\$000, que delle havia recebido antigamente, e esta quantia que faz parte da mencionada importancia, em 29 de Dezembro de 1827, foi levada á conta do dito Thesouro sem vencimento de premio. Alem da mencionada quantia a cargo deste Cofre, achão-se depositados na Caixa Geral do Banco, outras muitas por differentes motivos, como sejam, o restante dos dividendos para pagar subscrições para a Estatua de S.M. o Imperador, donativos para a instrução Nacional, saldos de contas ajustadas, &c. &c. o que tudo perfaz a importancia de 177:751\$613 réis constantes dos Ns. 31 — 33 — 36 40 — 41 — 46 — 47, pelo qual o Banco está responsavel, e que nenhuma duvida deve ter em satisfazer, logo que lhe seja competentemente exigida.

Tal he o estado que apresenta o passivo do Banco do Brasil no dia 30 de Junho do corrente anno, em que todas as suas contas forão fechadas, e balanceadas, como se mostra pelo Documento B.

Ainda que a exposição que se acaba de fazer do referido Balanço formal, e documentos annexos dem huma clara idéa do Debito, e credito do Banco do Brasil, todavia a Commissão desejando satisfazer completamente aos sete quisitos apontados nas suas Instruções, apresenta para esse fim o Quadro C em que não só o dito Balanço, se acha extractado, e reduzido a huma expressão hem simples, mas igualmente no ponto de vista, em que a Commissão o considera, distinguindo nelle, o que he real, e positivo, do que he meramente hipotetico, e contingente.

O quadro D apresenta igualmente, e de huma maneira autentica o progresso do Agio, que tem havido nas moedas de ouro, e prata, Nacionais, e nos pezos Hespanhoes desde 1821 até o presente, não podendo a Commissão obter com a mesma autenticidade os esclarecimentos, que desejava a respeito da moeda de cobre, que aliás he notorio ter chegado a hum excessivo preço.

Animada unicamente do desejo do bem Publico, e penetrada de reconhecimento pela confiança que mereceo ao providente Governo de S.M. o Imperador, a Commissão tem procurado na sua penosa tarefa suprir com zelo, e fidelidade, o que lhe falta em talentos, e luzes; e se ella não tem correspondido aos fins da sua nomeação, tem com tudo a intima convicção das suas boas e leaes intenções, e do quanto se empenha pela prosperidade da Nação. Rio de Janeiro 29 de Agosto de 1828. — *José Caetano Gomes.* — *José Antonio Lisboa.* — *Manoel Joaquim de Oliveira Leão.* — *Ignacio Ratton.* — *Francisco José da Rocha.*

C.
*Solução aos quesitos das Instruções dadas á Comissão encarregada do
exame do Banco do Brasil*

	Debito	Credito
1.º De quantas Acções se compoem o fundo do Banco?		
De 3,524 Acções de Particulares	3,524 :000\$000	
76 ditas da Nação	76 :000\$000	
Fundos pertencentes ao Thesouro Publico	500 :000\$000	4,100 :000\$000
2.º A quanto monta a sua divida passiva?		
Por dinheiro tomado a juro	30 :530\$731	
Por Credores em conta	205 :864\$456	
Por Resto dos Dividendos ainda não pagos	95 :283\$8788	331 :679\$005
3.º Qual a somma total das Notas emittidas?		
No Rio de Janeiro	26,232 :450\$000	
Na Bahia	1,490 :000\$000	
Em S. Paulo	254 :000\$000	
Em Minas Geraes	390 :000\$000	
Em Pernambuco	500 :000\$000	
(a)		
Consumo constante dos assentos	28,866 :450\$000	
	7,291 :530\$000	21,574 :920\$000
4.º A quanto montão os depositos existentes no Banco?		
Em dinheiro	335 :873\$823	
Em peças de ouro, e prata, e jolas	15 :825\$363	
Em documentos	89 :861\$214	
5.º Quanto em metal, e em que especie existe no Banco?		
Em 3,888 moedas de 4\$000 rs. a 4,720	15 :991\$360	
Em 575 meias dobras em deposito a 6,400	3 :680\$000	
Em 1,000 Soberanos Inglezes a 4,800	4 :800\$000	
(b) 1:549,821 ½ pesos Hespanhoes a 1\$000	1,549 :821\$500	
Em 9,757 ditos comprados por diversos preços	9 :225\$465	
Em Moeda de prata Nacional	209 :166\$467	
Em Dita de cobre	14 :438\$134	
Em Notas do Banco	1,807 :122\$919	1,801 :484\$000

6.º Qual o fundo de reserva producto da 6.ª parte dos lucros?
 Totalidade dos lucros inclusive o juro do fundo de reserva até Dezembro de 1827
 Dividendos feitos aos Accionistas

5,087:247\$194
 4,267:986\$817

Producto da 6.ª parte dos lucros em reserva
 7.º A quanto monta o total da dívida activa do Banco?
 (c) Pelo Thesouro Publico vencendo premio de 4 por cento
 Idem sem vencimentos de premio

819:260\$377

18,822:340\$211
 260:216\$172

Letras a vencer, e Bilhetes d'Alfandega
 Ditas protestadas, perdidas, ou em processo
 Escripuras, documentos, e acções
 Dívida do Theatro de São João

19,082:556\$383

162:376\$634
 1,239:096\$609
 930:065\$527
 144:284\$490

Bens de raiz

2,475:823\$260
 33:750\$000

25,306:561\$925

DEPENDENTE DE LIQUIDAÇÃO

Caixa filial da Bahia
 Dita de São Paulo
 Agentes do Banco em paiz remoto, ou estrangeiro

1,463:000\$000
 323:000\$000
 182:585\$518

Perdas, e gastos geraes do negocio
 Lucros, até 30 de Junho do corrente, não comprehendidos os premios da dívida do Thesouro Publico

1,968:585\$518
 19:695\$484

27:423\$085

27,294:842\$927

27,294:842\$927

José Cuctuno Gomes. — Manoel Joaquim de Oliveira Leão. — Ignacio Rattton. — Francisco José da Rocha. — José Antonio Lisboa.

(a) Achando-se pela escripturação mais notas de 500\$000 réis queimadas, do que emitidas, o que apresenta num absurdo, torna-se duvidoso, e suspeito todo o calculo sobre este objecto.
 (b) As moedas estrangeiros são susceptíveis de lucro, o que augmentará o Capital do Banco.
 (c) A conta dos juros, ou premios do Thesouro Publico requer exame.

27,267:419\$842

EXTRATO DO BALANÇO GERAL DO BANCO DO BRASIL
Em 30 de Junho de 1828

Estado Activo

3,888	Moedas de 4,000	Diversas Caixas	
1,000	Soberanos Ingleses	a	
575	Meias doblas (depositadas) .	4U720	15:991U360
1:549,821½	Pezos Hespanhoes	4U800	4:800U000
9,457	Ditos de diferentes valores	6U400	3:680U000
		1U400	1,549:821U500
	Moeda de prata		9:225U465
	Dita de cobre	209:166U460	
		14:438U134	223:604U594
	Notas do Banco		1,807:122U919
	Pecas de ouro, prata, e joias		1,891:484U000
			15:825U363

3,714:432U282

Thesouro Publico

	Antigas Consignações pagaveis pela Bahia, e Pernambuco	315:000U000
	Suprimentos para as urgentes despezas do Estado	8,601:131U992
	Idem para a Provincia Cis-Platina	9,485:176U695
	Emprestimo de 31 de Março de 1817	311:976U404
	Despezas com a Casa para o Correio Geral	9:911U624
	Gastos com os generos Nacionaes	4:863U496
	Suprimentos pagaveis pelo Maranhão	94:280U000
	Restante dos premios, e despezas de todos os suprimentos até o ultimo de Dezembro de 1827	260:216U172

19,082:556U383

Devedores Diversos

	Por lettras protestadas, e Escrituras	1,239:096U609
	Letras, e bilhetes a vencer, e outros documentos em diversas Caixas	1,092:442U161

2,331:538U770

FUNDOS EM DIVERSAS PRAÇAS

Agentes do Banco	em Lisboa	8:893U388
	em Angola	4:083U180
	no Maranhão	104:160U000
	na Bahia	5:807U995
	em Pernambuco	59:459U018

Caixas dos descontos	da Bahia	Dinheiro	373:000U000
		Notas	1,090:000U000

1,463:000U000

Directoria da Caixa dos descontos da Bahia	de S. Paulo	Dinheiro	73:000U000
		Notas	250:000U000

323:000U000
181U937

— 101 —

1,908:585U518

Ao Theatro de S. João

144:284U499

Suprimentos

Custo da casa, que o Banco occupa

33:750U000

Gastos gerais

Juros pagos, e despesas do expediente, e outras

19:695U484

27,294:842U927

ESTADO PASSIVO

Capital do Banco

Acções	3,600:000U000	
Accumulados, ou reservas	819:260U377	4,419:260U377
Impostos do Alvará de 20 de Outubro de 1812		500:000U000
		4,919:260U377

Emissão de Notas

No Rio de Janeiro	19,844:920U000	
Em Minas	390:000U000	20,234:920U000
Na Bahia		
Em S. Paulo	1,090:000U000	1,090:000U000
	250:000U000	21,574:920U000

Deposito Publico

Pecas de ouro, prata, e joias	15:825U363	
Documentos	89:861U214	
Dinheiro	335:873U823	
		441:550U400

Somas á disposição

Capital a juro de 5 por cento	30:530U731	
Restante dos dividendos a pagar	95:283U878	
Juros calculados, e Letras sacadas da Bahia por divi- dendos	50:975U846	
Subscripções effectivas para a Estatua de S. M.	25:848U023	
Donativos para instrução Nacional	100U000	
Valor de 1 Letra vencida, e não apresentada	3:810U649	206:549U127
		648:109U527

Credores em conta

Recebimentos para Saques para Lisboa
 Letras negociadas de ordem do Thesouro Publico
 Adiantamentos para o corte do Pão Brasil idem
 Directoria da Caixa dos descontos de S. Paulo
 Junta do Commercio

1:028U648
 104:160U000
 19:236U709
 U012
 704U569

125:129U938

Interesses

Lucros conhecidos, provenientes das Operações do Banco não contemplados os
 premios de contas no corrente anno
 Idem das Caixas Filiaes da Bahia, e Pernambuco

21:007U962
 5:815U123

27:423U085

27:294:842U927

A Comissão especial encarregada ao Projecto de Lei tendente a remediar os males do Banco, e depreciação de suas Notas, tendo examinado o Relatorio da Comissão de exame do Banco, que lhe foi confiado por esta Augusta Camara, conheceo, que apezar dos abusos da Administração deste Estabelecimento, (manifestos do mesmo Relatorio), a principal razão do depreciação das Notas, he a grande emissão dellas em circulação pelos Emprestimos do Governo; emissão que, posto tenha cessado, continua a produzir grandes males, por falta de providencias acerca da sua amortisação.

A Comissão julga pois da maior urgencia a decretação de fundos para amortização destas Notas. Na indagação dos meios para esta amortização, reconhece a Comissão, que podendo a Nação desonerar-se do juro destes Emprestimos pela unica substituição dos Credores, nada seria mais proveitoso do que esta substituição; pois com os fundos, com que paga taes juros, virá a acreditar esta operação, e a amortizar a sua Divida em 25 annos, independentemente de outros; esta substituição será sem duvida praticavel pela emissão de Bilhetes de Confiança Nacional. A Comissão não ousaria propor tal medida, se não estivesse convencida de que as actuaes notas do Banco em circulação são, desde muito tempo, hum verdadeiro Papel moeda, e hum papel moeda, que exige da parte do Governo hum juro, não destinado, a quem o acredita. Forçada pois a Comissão a huma similhante medida, chama em seo abono os Storcks, os Ricardos, e os Says, e a historia do Papel moeda da Prussia, e mesmo da Russia.

Não são estas ainda todas as idéas arriscadas, que a Comissão vai emittir; ella não teme murmurações, segura de sua consciencia, encara o melhor desempenho de huma tão ardua tarefa, o serviço de sua Patria, e arreigamento do Systema por esta livremente proclamado, e jurado: e por isso a Comissão propõe tambem novos impostos. As rendas Publicas do Brasil são sem duvida sufficientes aos encargos de seo Governo, mas o Estado actual do Credito Publico exige novos Impostos. A Nação envolvida em despesas extraordinarias, carece, mais que nunca, de Credito; grandes emprestimos tem sido decretados, e certamente elles não serão contrahidos com vantagem se os Capitalistas não conhecerem que a Nação se sacrifica a par de suas necessidades. Talvez não seriam estes os unicos sacrificios, que de nós exigem as circumstancias do Brasil, mas não he aqui o lugar de os dizer.

A Comissão não se compraz tambem com as Loterias; mas no meio de tantos embarços, ella não duvidou de recorrer a esta maneira de contrahir hum Emprestimo, para prover á amortização do Papel em circulação.

A Commissão funda-se essencialmente nos meios apontados para o remedio ao depreciamiento das Notas do Banco; mas ella não julgou fora do objecto algumas medidas sobre o Estado actual do Banco: entre tanto ella assignalou com hum asterisco (*) todos os Artigos que tinham relação a este Estabelecimento, indicando assim a alta Sabedoria da Camara o arbitrio de tratar deste negocio conjuncta ou separadamente das outras medidas propostas.

Eis os singellos e rsumidos Sentimentos da Commissão. A urgencia da materia a escassez de meios adequados para remediar tão graves males, e a certeza finalmente de que esta Augusta Camara pela sua sabedoria muito pode concorrer para a correcção de idéas, sem duvida imperfeitas; são os estimulos que animão ao desempenho de tão ardua tarefa.

PROJECTO DE LEI

(1828)

A Assembléa Geral Legislativa: Decreta.

Art. I. * Continua a existencia do Banco do Brasil até a epoca, em que se completar 20 annos contados do dia, em que teve cem acções, em Caixa na conformidade de seos Estatutos; fica porém suspensa toda e qualquer nova transacção, que possa influir para mais ou para menos no seo actual fundo.

Art. II. * A Assembléa Geral do Banco conjunctamente com o Governo nomeará humá Commissão mixta de Agentes em numero igual de parte a parte, e com ordenados que a mesma Assembléa assentar; destinada á liquidação, e arrecadação de seos fundos; e especialmente á liquidação da divida do Governo, (segundo for de Direito), e bem assim a continuar nas operações encetadas.

Art. III. * A Nação afiança as Notas do Banco, que se achão em circulação, as quaes continuarão a ser recebidas como moeda naquellas Estações Publicas, em que até agora se aceitavão.

Art. IV. * Ficão exclusivamente hypothecadas ás Notas em circulação:

1.º A Divida do Governo ao Banco.

2.º Os fundos metalicos pertencentes ao Banco, e suas Caixas Filiaes.

3.º A Divida dos particulares ao Banco.

4.º Finalmente, todas as mais quantias, que constituem o Credito do Banco.

Art. V. * O Banco por via da Commissão Mixta, de que trata o Art. II, cuidará logo em amortizar a sua divida de Notas circulantes, pela maneira seguinte:

1.º Inutilisando, quanto antes, por via de carimbos, todas as Notas, que se acharem em seus Cofres, a excepção das que pertencerem a Depositos, Quantias a juros, e dividendos feitos, e ainda não pagos, e bem assim os valores d'outras quaesquer quantias, que seja de prompto obrigado a pagar.

2.º Inutilisando igualmente todas as Notas resultantes d'arrecadação de quaesquer fundos, que entrarem nos Cofres em consequencia de cobranças da Divida activa, ou liquidação de suas operações antecedentemente encetadas.

3.º Finalmente resgatando as notas, que restarem na circulação depois de pagar a Divida do Governo com os fundos que tiver em seus Cofres, esgotados os quaes fica o Governo responsavel pelo seu resgate.

Art. VI. * Debaixo dos mesmos principios será feita a liquidação das Caixas filiaes.

Art. VII. * O Governo pagará quanto antes a sua Divida ao Banco, com Bilhetes do mesmo Banco, substituidos na circulação por meio de Papel de Confiança Nacional; e para este fim:

1.º Será creado, fundado, e reconhecido, como Divida Publica, e escripto no Grande Livro d'ella, o capital que se conhecer dever o Governo ao Banco.

2.º O Governo nomeará huma Commissão de sete membros, a quem será confiado o processo da factura, e emissão do Papel de Confiança Nacional, e sua substituição ás Notas do Banco em circulação. Esta Commissão regular-se-ha (no que for possivel) em seus trabalhos, pela Memoria posthuma de David Ricardo, impressa em Londres no anno de 1824, com o titulo de — Plano para o Estabelecimento de hum novo Banco —, e dará conta de todas as suas operações ao Corpo Legislativo, a quem fica competindo a demissão de seus Membros, e paga de seus serviços.

Art. VIII. Ficão consignados à amortização do referido Papel de Confiança Nacional:

1.º A extracção de huma Loteria de 6 mil contos de réis, ficando a cargo do Governo o seu plano, e divisão de sua extracção, com condição de que os premios serão pagos em Apolices de Renda,

da natureza das estabelecidas na Lei de 15 de Novembro de 1827, ficando suspensa a extracção de toda outra Loteria no Imperio, emquanto esta não finalisar.

2.º O Imposto de 20 por cento annualmente sobre os Rendimentos de todas as Ordens Religiosas, Irmandades, e Confrarias, que não forem destinadas ás Casas de Expostos, Orfãos, e Hospitais de Caridade.

3.º A duplicação do Imposto do Sello.

4.º A duplicação do Imposto sobre as Aguas ardentes de consumo, e qualquer outro, que haja de estabelecer-se sobre os vinhos, e bebidas espirituosas.

5.º O Imposto (nas Cidades maritimas sómente) do Sello sobre todos os Papeis, que representarem valores; como Letras, Creditos, e recibos, pago na seguinte proporção, os papeis de hum conto de réis para menos pagarão 100 rs., e os que forem dahi para mais 500 réis, por cada conto de réis, sob pena de nullidade dos mesmos Papeis.

6.º A cobrança de toda a Divida activa da Nação, que não tiver sido paga (até a data desta Lei) dous annos depois do seu vencimento.

7.º Finalmente a venda de qualquer Proprio Nacional, que for Decretada pelo Corpo Legislativo.

Art. IX. Êstes Impostos cessarão logo que for inteiramente resgatado o Papel de Confiança Nacional: o Governo dará os Regimentos para a sua boa arrecadação; e destinados á Dotação da Caixa d'Amortização, conjunctamente com os fundos mencionados no Art. antecedente, ficão applicados em sua totalidade ao juro, e amortização das Apolices provenientes dos Premios da Loteria, e á amortização do Papel de Confiança; sendo o juro das Apolices 5 por cento, e 1 de amortização, e 3 por cento para amortização do Papel de Confiança, destinando-se para a execução desta operação, parte das Rendas d'Alfandega da Corte, quando as consignadas no Art. antecedente não sejam sufficiente.

Art. X. * Logo que o Governo tenha pago ao Banco o que lhe dever, não applicará as Notas deste a despeza alguma do Thesouro Publico, se não depois de reduzidas a moeda pelo Banco, até que os seus fundos sejam inteiramente esgotados.

Paço da Camara dos Deputados em 10 de Setembro de 1828.
— *J. Lino Coutinho*. — *Luiz Paulo de Araujo Bastos*. — *A. F. de P. e Hollanda Cavalcanti d'Albuquerque*.

REPRESENTAÇÃO DA JUNTA DO BANCO DO BRASIL
EM FACE DE PROPOSTA APRESENTADA PELO MI-
NISTRO DA FAZENDA AO CORPO LEGISLATIVO

1829

Sendo indigna de subir á Imperial Presença à incluzza representação, que a Junta do Banco do Brazil, abuzando com temerario arrojo do direito de petição, ousou levar ao Trono: Manda S. M. o Impor q. a mesma Representação seja reenviada á sobreda fta o q participe a V.M. Ds. Ge. a V.M. Paço 5 de Maio 1829. Calmon, Sr. Direc. Presid^e.

SENHOR,

A JUNTA DO BANCO DO BRASIL, tendo lido nos papéis publicos a proposta, que ao Corpo Legislativo appresentou o actual Ministro da Fazenda, não podem abafar a sua magoa, encontrando nella menoscabados os principios da Justiça, e da Politica, e affectadas algumas das garantias que a Constituição outorga aos Subditos Brasileiros; e ainda que a Sabedoria, que dirige as deliberações dos Representantes da Nação, afiance aos supplicantes a esperança de mais asizadas medidas, julgão de seu sagrado dever levar á Soberana Presença de V.M.I., em nome de seus Constituintes, a expressão de suas justas queixas, vendo reproduzidas, por hum Membro do Governo, proposições, que confirmão as vociferações da Ignorancia e da Prevenção, e que envolvem manifesta injustiça, e aggressão dos direitos do Banco, que desde a sua criação tem sido o sustentaculo do Thesouro Publico, afrontando com elle as crises perigosas para salvar-se a Nação, e agora tornado o alvo do opprobrio dessa mesma Estação, de quem deriva o maximo de seus embarços. Perdõe V.M.I. aos supplicantes se elles pela força da razão que lhes assiste, uzarem da clara e energica linguagem da verdade: he este hum tributo mais de Veneração, e de Respeito que rendem á V.M.I. Nunca hum Protector, hum Pai se ressentio das queixas de filhos, e de Suditos obedientes.

Não ha exaggeração, Senhor, quando os supplicantes affirmão á V.M.I. que a proposta do Ministro da Fazenda menoscaba os principios da Justiça, e da Politica. A Justiça não se compadece com a violação das Leis; e esta violação nunca he mais scandalosa do que quando commettida por aquelles, a quem he confiada a sua guarda, e a sua execução. Para saber ser livre, he necessario saber ser justo.

O Banco do Brasil existe por virtude de huma Lei; os seus privilegios, e o tempo da sua duração fazem a materia dessa Lei, que elle nunca infringio: entretanto por actos voluntarios foi espoliado da administração, e venda do Páo Brasil, e Diamantes, que a Lei lhe incumbia, sem preceder a demonstração de maior segurança, e utilidade, e se tudo cumpre dizer, talvez com enorme prejuizo da Fazenda Publica: desviarão-se os fundos, que lhe estavam mensalmente consignados, circunscreverão suas transacções aos supprimentos do Governo, reduzirão-no á hum estado de inercia, que lhe tolheo até os meios de ir melhorando a sua sorte, e por fim o fazem acabar antes da época, que a mesma Lei lhe marca, sem que se demonstre huma rasão plausivel, a menos que não seja a da escassa economia do juro que se lhe paga. Mas economias desta natureza nunca devendo entrar em consideração nos calculos da honra, menos devem prevalecer para authorizar injustiças.

Senhor, não he com a extincção prematura do Banco, que se ha de melhorar o Cambio nem diminuir o agio: estacionado como elle se achava já em todas as suas operações, estacionados tambem deverião estes conservar-se, se delle, e não de outras valentes causas dependessem: verdade esta que ainda melhor se evidencia attendendo-se a que no mesmo tempo em que se retiravão da circulação grandes sommas de notas, baixava mais o Cambio, e subia o agio. Esta extincção prematura outro effeito não produzirá, que o de auxiliar a raivoza maledicencia d'alguns, e de impor o selo da desconfiança em todos os actos, em que directa, ou indirectamente poder intervir a acção do Governo: ella hade necessariamente aqui e na Europa affectar o crédito publico, que tem por fundamento a religiosa fidelidade, e cumprimento dos Contractos. A existencia do Banco até o dia em que se completarem vinte annos, contados d'aquelle em que entrassem nos seus Cofres cem acções, he hum Contracto fundado em Lei: e se huma vez se estabelecer o principio de que podem a capricho ser alteradas, revogadas, ou suspendidas as Leis, he difficil mostrar como se manterá o Credito do Governo, e a confiança em seus Contractos. Da ligeireza com que se encárão tão ponderosos objectos, nasceo o proverbial descredito do Governo passado, e a Política não aconselha que herdemos essa ligeireza, nem arvoremos esses principios em systema, e muito mais em hum momento em que se indica a necessidade de hum novo emprestimo, cuja primeira garantia he a fé publica: em hum momento, em que pendem operações de credito com Governos atilados; em hum momento em que cumpre animar emprezas, e convidar companhias para desentranharem da terra os nossos recursos territoriaes, e povoarem os immensos desertos do nosso continente.

E quaes podem ser as razões que disfarcem, ou authorisem a extinção, e extinção prematura do Banco? Primeiramente diremos de passagem, que praza aos Céos que a existencia do Banco, não seja hum dia sentida por quantos amão a Monarchia Constitucional, a Paz, a Integridade, e a Honra da Nação: em segundo lugar clamaremos em alta voz, o Banco não está falido, tem fundos sobejos para pagar todos os seus Créditos; hum só devedor do Banco, o Governo, ou a Nação lhe deve sommas bastantes, para com ellas solver-se completamente, e repartir pingues interesses por seus Accionistas. Mas talvez se diga, que a suspensão dos seus pagamentos o exclue da cathegoria de Banco de circulação: hé verdade, Senhor, mas a quem se deve imputar a causa dessa suspensão? seguramente não hé á emissão extraordinaria de sua moeda fiduciaria; porque alem de que ainda a sciencia não marcou os limites destas emissões, os fundos do Banco davão-lhe bastante crédito, e meios para sustentar a que consta de seos registos; he sim ás circumstancias extraordinarias, casadas com a Salvação da Nação, precedidas, e tambem seguidas de outras não menos extraordinarias, que impedirão o Governo de assignar-lhe meios infalliveis, inda que lentos, para o necessario pagamento: he sim ao deficit continuado que experimentavão as rendas publicas, que não bastando para occorrer ás despezas, menos chegarião para pagar a credores patriotas, que preferião o seu descredito á perda da causa publica. E não parece então mais concentaneo com a razão, com a Justiça, e com a politica, que se propoessessem os meios de pagar ao Banco para este solver seus creditos, e reduzir-se ao seo estado natural, do que propor-lhe a extinção, e huma Commissão heterogenea? “Mas os erros da administração, e os prejuizos dos Accionistas tornão necessaria essa medida.” Se imparcialmente fossemos indagar a primeira causa dos erros, nós a encontraríamos em hum principio, que só nos cumpre respeitar; mas em fim essa causa cessou desde o anno de 1821: se depois dessa época denominarmos erros da administração, os supprimentos solicitados com as mais urgentes preces, e concedidos com o mais puro amor da patria, e da Nação, erros deverião ser tambem apellidos os creditos marcados tantas vezes nas Leis dos orçamentos, a menos que não sejão sagrados para huns os motivos que para outros devem ser proscriptos, e abominosos. E não haverão outros meios de curar erros se não cortando a mão que os commetteo, ou commetendo erros maiores?

Maior erro certamente he essa prematura extinção pelos motivos ponderados; maior erro he meter a mão até o braço na alheia propriedade, como vai fazer essa Commissão, que deve ser prezidida por um agente do Governo, o qual lhe hade dar o regimento, e decidir as duvidas, que occorrerem. Não he facil conhecer-se o titulo

ou direito por que deve o conhecimento dos objectos peculiares daquelle companhia ser desviado dos seus naturaes administradores. O Governo sugueitando-se a ser Accionista della, sugueitou-se ás Leis geraes, que regulão a qualquer de seus outros membros, e não lhe ficou reservado nenhum outro meio de forrar-se a ellas, se não o de alhear as suas acções. Se desconfianças há fundamentadas contra a boa fé dos Administradores do Banco tratasse a proposta de liquidar e separar a divida do Governo, pagasse por qualquer maneira essa quóta, e deixasse aos outros o direito salvo de haverem do Banco a solução dos seus bilhetes fiduciarios, se por ventura, maior fosse a emissão do que a divida nacional: o Banco sobejos fundos tem para isso. Mas a proposta desviando-se do norte que a justiça, e a boa fé apontão, lança sobre o Banco vergonhozas suspeitas, querendo entrar até no conhecimento e apuro das transacções peculiares delle, de que só podem e devem conhecer os seus accionistas, arroga-se o direito de dar as instruções, e decidir as duvidas; afiança com os Haveres do Banco a divida da Nação, dispõem de seus fundos como propriedade commum, e até se envolve na final divizão dos seus interesses.

E quaes são os prejuizos que offerece o Banco, que merecessem medida tão violenta, como hé a de esbulha-lo do direito que assiste a todo o individuo phisico, ou moral de dispor do que hé seu? No manejo de immensas operações concedamos, que apparecia a final o deficit de mil, ou dous mil contos: he isso prejuizo, quando os lucros havidos tem duplicado ou triplicado os capitais? mas felizmente nem isso há, e ao contrario a Junta do Banco terá de entregar aos Accionistas os seus fundos intactos, e hum pingue dividendo.

Senhor, não pode ser indifferente a quem ama a sua Patria, a ideia de que tendo o Banco do Brasil desde o seu começo feito os mais rapidos progressos em força moral, e phisica, seja actualmente o alvo do opprobrio de quem tolhera a sua marcha de prosperidade. He preciso ser justo até com os nossos proprios inimigos. Como teriamos existido sem esse tão invectivado Banco? lance-se hum golpe de vista sobre o Estado do Rio de Janeiro no momento em que retirando-se a antiga Corte, e quebradas pelos Decretos do Congresso de Lisboa todas as relações das Provincias com esta Cidade, V.M.I., se achou lutando no pélagos das difficuldades! a Independencia, a Liberdade, a Marinha, o Commercio, a Guerra, tudo... e até mesmo a Rebelião forão buscar ao Banco os meios, aquelles de sustentar-se, esta de domar-se. Ainda mais, ao Banco se deve a não vulgar fortuna de nos acharmos com hum Governo livre sem gemer debaixo

de pezo dos impostos: e quando este mal recompensado Banco ou recusou supprimentos, ou foi prohibido de fazelos, hum emprestimo ruinoso, ou huma emissão de apolices supprio o vasio, que deixava a chamada hoje criminosa condescendencia do Banco !

A' vista de todo o expendido parecia ter a proposta do Ministro da Fazenda coroado o cumulo das injustiças contra o Banco: mas o seu artigo 5.º ainda achou meios de augmenta-las, reduzindo a 1 p 100 o juro que até seu pagamento devia vencer a Divida do Governo ao Banco. Desgraçada fatalidade, a que faz sempre antolhar preferiveis os sacrificios a favor dos Estrangeiros, do que a favor dos Nacionaes: áquelles pagão-se religiosamente os seis p 100 contractados; com aquelles propoem-se novos emprestimos, que alem de custarem lagrimas de sangue aos subditos Brasileiros, não podem remediar os males da sua posição, tendo a solercia Européa já os olhos fitos no seu producto, para pagar-se dessa reconhecida superabundancia de importação; e que a final hão de deixar o Rio de Janeiro sem papel sim, mas tambem sem ouro, e prata, e só regorgitando em cobre.

Entretanto nega-se ao Banco quatro por 100 do seu mais que nenhum util emprestimo, com que se alimentou, e salvou ao Governo, e aos governados, e faz-se nova brexa na Lei, e na Santidade dos Contractos ! Deste modo, Senhor, a proposta ouviu mais as vagas declamações da Ignorancia, do que os gritos da Consciencia, e da Justiça. Senhor, estes gritos, dizem, que se o Banco arriscou seu credito, e sua existencia, fundado na segurança do devedor, e pelo *convenio* estipulado entre ambos de hum interesse marcado pela Lei, sancionado pelo supremo Chefe, nenhuma razão desobriga o devedor de pagar esse interesse em quanto não quitar a sua divida, a menos que se não arvore a má fé em sistema, e as restricções mentaes em dogma de moral. Nem se diga que o descredito hoje da moeda com que então o supprira, authorisa este refolho da chicana financeira, por quanto ainda agora com sessenta e cinco desse papel, ou moeda depreciada se comprão cem de hum papel virgem do Governo, e afiançado por poderosas hypothecas: e menos se proclame, que o Banco emettia sommas sem fiança, ou garantias, porque estas achavão-se no seu Credito, novo e seguro criador de riquezas, e na qualidade do seu principal devedor, devedor que não morre, e que tem todos os elementos constitutivos do Credito, que são possibilidades e facilidade de solver-se.

Senhor, os Representantes do Banco do Brasil levando á Presença de V.M.I. esta fiel exposição da verdade, e da Justiça, tem

cumprido seus deveres para com o Throno, para com a Nação, e para com os seus Constituintes.

Digne-se V.M.I. Dar Lhe o distincto que ella merecer,

E R M.

Rio de Janeiro 27 de Abril de 1829.

(Assignados os Membro da Junta do Banco.)

Antonio José de Britto. — Barão de Inhomerim. — Antonio José Gz Bastos. — Mel Ges d'Oliva Couto. — Directores. — Domos José Teixeira. — Ant.º Je da Cruz Rangel. — José Bernardes Silva. — Franco Luiz da Costa Gcs. — João Mz' da Silva Porto. — Manoel Lopes Pera Bahia. — Deputados.

AURORA FLUMINENSE, JORNAL DO COMMERCIO E O QUE DISSERAM A RESPEITO DA MOEDA OURO E SUA ESCASSEZ NO RIO DE JANEIRO. 1830

Aurora Fluminense — Anno de 1830 — Segunda feira 19 de Julho.

Numero 363.

ARTIGO COMUNICADO

Quando na Augusta Camara dos Srs. Deputados, na sessão de 1829 se apresentou a Proposta para crear-se hum Banco, na Corte e Cidade do Rio de Janeiro, pouca, ou nenhuma impressão fez no Publico huma tal indicação; porque conhecerão todos que na excessiva escassez da moeda de ouro, e prata, com que alias se havia de formar o ditto Banco, e na geral desordem do nosso actual systema monetario (sem cuja organização debalde se intentará hum tal Estabelecimento) este não podia passar de hum simples projecto, para cuja realisação faltavão os necessarios elementos. Mas quando na actual sessão foi proposta, não já a creação de hum novo Banco, mas sim a ressurreição, e restabelecimento do transacto (de horrorosa memoria) huma tal indicação não pôde ser indifferente ao Publico, e principalmente aos habitantes desta Cidade, e Provincia, victimas de tão ruinoso Estabelecimento. Vio se primeiro que não fôra a Lei de 23 de Setembro de 1829 quem extinguiu o Banco do Brasil, mas sim a Lei da sua

criação, que havendo-lhe assignado o prazo de 20 annos de duração, contados desde o dia, em que tivessem principio as suas operações, havia de antemão marcado o seu termo. Podia o Corpo Legislativo prorogar-o por mais tempo ? Respondo que sim. Mas devia por ventura fazel-o? Certamente que não. Com tal acto, faltaria aos seus mais sagrados deveres, calcaria aos pés os principios da Constituição, que nos rege, e chamaria sobre si a indignação Publica, e o odio da Nação. O Illustre Campião do restabelecimento do transacto Banco, na Camara dos Srs. Deputados magistralmente disse — que erão os abusos do Poder, e os erros da Administração quem arruinava taes Estabelecimentos — he hum verdade, pois a fim de arruinarem, depravarem, e desacreditarem totalmente o transacto Banco do Brasil, o Genio do mal reunio estes dous Agentes, que de mãos dadas trabalharão nesta empresa. He difficil determinar, qual dos dous teve maior quinhão, mas o resultado foi completo. E podia o Corpo Legislativo obrar de outra maneira differente do que obrou ? Não. Breves considerações demonstrarão a justiça da Lei de 23 de Setembro.

Se remontarmos á origem do transacto Banco do Brasil, o que he que encontramos na Lei da sua criação ? Hum contracto leonino, no qual os socios, entrando com hum fundo limitado, gozão do privilegio de o multiplicarem por meio de notas, ou papel fiduciario, tanto, quanto seus Administradores quizerem emittir; e mettendo em si todos os annos os lucros provenientes, tanto do capital real, como do imaginario, que consiste na confiança publica. não respondem, nem pagão cousa alguma, alem do fundo, com que entrãrão; muito embora os possuidores dessas notas, ou papel fiduciário, as tenham recebido como dinheiro corrente, e na melhor fé possivel, obrigados pela força da Lei. Dá-se ataque mais forte ao direito da propriedade ? Maior surpresa á boa fé do Cidadão ? Nos bons principios de direito, quem recebe o lucro está sujeito á perda, o gozo do beneficio he sempre inherente ao encommodo; mas nesta Sociedade, os socios recebem annualmente os interesses, e se afinal das contas não houver com que pagar as notas, (por se haverem evaporado os capitales pela má Administração, ou outra qualquer causa) os possuidores carregão com a perda dessas notas, ou letras, que não admittem protesto, nem tem outra garantia, alem do fundo capital. Dizem os Apologistas de taes Estabelecimentos, que essa he a pratica, e a Lei geral para semelhantes Sociedades; que sem essa clausula ninguem entraria nellas. Não duvido; mas o que dahi se segue, he que de sua natureza são injustas, odiosas, e leoninas; e tanto basta para não serem admittidas no Templo da Justiça. Essa clausula era boa, e orthodoxa em 1808, epoca da criação do transacto Banco, mas hoje entre nós he heretica, e inadmissivel. O privilegio exclusivo de emittir hum papel fiduciario, que exerce as funções de moeda, e por tal acreditado pela Lei, he sem

duvida de muita ponderação, e valor, para ser concedido a particulares, a huma sociedade anonima, ou a quem quer, que seja, menos a propria Nação, nos casos do maior apuro, e de o exigir a salvação Publica. Muito embora se prescrevão limites à sua emissão; o espirito de lucro, achará sempre meios, e pretextos plausiveis para os illudir, e ultrapassar. Portanto estes dous artigos, que constituem o mais essencial, e *formão a base do transacto Banco, e do Projecto apresentado para o seu restabelecimento*, ou ressurreição, são os golpes mais penetrantes, que se podem dar ao sagrado direito da propriedade, e á Constituição do Imperio, com cujos principios se achão em manifesta opposição. Preciso foi acabar o prazo de hum contracto bilateral, e satisfazer á fé promettida; mas huma vez findo elle, a sua prorrogação seria crime á vista da Lei fundamental do Imperio. A Lei de 23 de Setembro de 1829 nos livrou do mal: os Campiões do transacto Banco o querem renovar, e para que? Para utilidade publica? Não. O Governo, e a Nação toda sabe perfeitamente que a circulação das notas do transacto Banco he a causa principal do horroroso cambio, que peza sobre nós, e nos faz pagar aos Extrangeiros hum tributo de 200 por cento e mais, em tudo quanto nos fornecem; e que nas relações internas elevando a hum excessivo preço o valor de todos os generos, necessarios, e commodos á vida, reduz á desgraça, e por ventura á miseria, os que não tendo outros generos para permutar na mesma proporção de valor, são obrigados a pagar hum tributo de 200 por cento e mais, a beneficio dos interesses do Banco. Se este estado de cousas tivesse de continuar por muito tempo, que sorte nos aguardava? A Assembléa Legislativa na sua sabedoria fez o que lhe cumpria fazer: 1.º acabou de huma vez com a fonte, e origem do mal; 2.º tomou sobre a Nação, e Thesouro Publico a responsabilidade das notas existentes, hipotecando-lhe todos os seus haveres, e huma parte das suas rendas; 3.º ordenou a queima, e extinção annual de 5 por cento da sua actual importancia; e segundo as circumstancias, augmentará sem duvida a sua amortisação. Se alguns dos meios, de que lançou mão, falharem, ella lhes substituirá outros mais efficazes: o tempo, e a experiencia são os nossos melhores mestres. Deste modo a Nação marca o anno, o mez, e o dia, em que ha-de ver acabado o seu flagello. Todos conhecem a justiça, e a sabedoria da medida; excepto os Campiões do restabelecimento, e ressurreição do Banco transacto, os quaes, sob pretextos especiosos, e argumentos menos solidos, o pretendem fazer reviver.

Para utilidade do Governo?

Não. He claro, que pela Constituição do Imperio compete exclusivamente ao Poder Legislativo: 1.º fixar annualmente as despesas Publicas; 2.º authorisar o Governo para contrahir empréstimos; 3.º estabelecer os meios de pagar a divida Publica. Todas as vezes, que

o Governo precisar de subsidios, e dinheiros, para manter a Causa commun, no seio do Corpo Legislativo, e na Sanção do Imperador achará todos os recursos. Os Representantes da Nação, juntamente com o seu Monarcha conhecerão as suas verdadeiras necessidades, e na sua sabedoria acharão os meios mais convenientes, para as supprir. Logo, de que serve hum Banco a hum Governo Constitucional; e hum Banco, sem dinheiro sufficiente para satisfazer as suas precisões, e sem credito dentro, e fóra do Imperio? A unica porção de credito, que lhe restava, tinha por fundamento a divida da Nação, proveniente das notas, que lhe havia emprestado, e dos juros dessas mesmas notas. Mas a Assembléa Legislativa isentando o Banco da sua responsabilidade, e transferindo-a para a Nação, acabou esse resto de credito, e ao mesmo tempo livrou o Estado da enorme despeza do juro annual, de que estava onerado. Todas as transacções commerciaes, e de outra qualquer natureza, que até agora se fazião com as notas de Banco, se continuãrão a fazer daqui em diante na Cidade, e Provincia do Rio de Janeiro, com as notas da Nação, afiançadas pelo Poder Legislativo, e solvaveis em prazo marcado, ou pelo seu effetivo pagamento, ou pela sua amortisação (o que vale o mesmo). A' medida, que se forem extinguindo, veremos apparecer os metaes preciosos, que ora se achão encerrados nos cofres fortes, ou tomárão outra direcção mais lucrativa, e conveniente. A unica differença, que haverá, he, que o Thesouro Publico, não ha de pagar mais ao Banco, nem o Banco reccher mais esse juro das notas, por que já não responde. E eis aqui, Sr. Redactor, o ponto da questão. Eis aqui a razão de tantas fadigas, de tantos discursos enfaticos, de tantos escriptos insultantes, e ameaçadores, com que nos tem quebrado a cabeça os Campiões da ressurreição, e restabelecimento do transacto Banco. No apuro das nossas finanças, e na falta de meios para satisfazer as nossas despezas, e pagarmos a nossa divida, elles ainda pertendem onerar-nos com aquelle tributo. O bem geral, e os interesses da Nação, são sacrificados ao bem e interesse de alguns particulares. Mas dizem os Campiões — que tudo isso he

Para utilidade do Commercio.

Que erro! Quem ignora quão mesquinho, e insignificante foi sempre para o Commercio desta Praça o transacto Banco do Brasil? Quem ignora que os seus descontos jamais passárão de hum pequeno circulo dos seus Administradores, e Empregados, dos cumplices das suas devassidões, ou de seus testas de ferro? Quantos milhões do seu capital se evaporárão entre meia duzia daquelles Administradores, e Empregados, ao mesmo tempo, que o Commerciante honrado, e pontual era ordinariamente excluido de tal comunhão? Dirão os Campiões, que o Projecto de reforma, e restabelecimento, estabelece a res-

ponsabilidade dos Administradores, e a punição das suas malversações; mas sendo (como he natural) que o Banco ressuscite com a mesma carne, e ossos que tinha, e que os futuros Administradores sejam os mais praticos, e experimentados na antiga tactica; e os mesmos em pessoa, que tiverão parte naquellas prevaricações, facil he de prever, quaes serão os resultados do restabelecimento. *Quid pro sunt leges, sine moribus!* Não temos bem recente prova do pouco caso da responsabilidade, na infracção do artigo 21 da Lei de 23 de Setembro de 1829? Forão acaso punidos os seus transgressores? Sim, forão, da mesma sorte, que os antigos prevaricadores, a quem vemos... zombando impunemente da Opinião Publica. A impunidade he sempre fatora dos crimes. Sejam quaes forem as suas prevaricações, não lhes faltarão Campiões, para os defenderem: dirão, que sendo elles os donos daquelle Caza, a podem governar, como bem quizerem; que nem o Governo, nem as Camaras, tem authoridade alguma para se intrometterem com negocios particulares, dirão mil outras cousas, que em alguem acharão apoio. O Banco do Brasil tornará a apparecer, para gloria da nossa Patria, e para modelo de todos os Bancos do Mundo? He este o objecto que tem em vista os homens, que se erigem em seu sustentaculo, por 20 annos mais? Mais 20 annos; e durante todo esse tempo, não se faça alteração alguma nas nossas especies metalicas nacionaes, e a reforma do nosso systema monetario (que tanto convém aos interesses da Nação) fique tambem adiada por 20 annos, visto que assim convêm ao Banco, que, qual Fenix, vai renascer das proprias cinzas, para honra, gloria, e proveito do Brasil. Se alguem tem diante dos olhos esse objecto, erra tristemente na escolha dos meios que pertende empregar, vai assassinar o enfermo, a quem intenta dar allivio ou cura. Mas (deixando excepções honrosas) a que fim se encaminhão tantas fadigas, tantos pretextos especiosos para ressuscitar o transacto Banco?

Serão para utilidade particular?

Sim. O Banco havia perdido desde longo tempo huma grande parte dos seus capitães, malversados pelos seus Administradores, e alguns roubados pelos seus Empregados. A não ser a divida do Governo, (que procede não só das notas, que recebeu, mas, em grande parte, dos premios dessas mesmas notas) e os metaes, que para o Banco o mesmo Governo mandou, o que seria feito do transacto Banco, e do seu capital? Estaria escripturado nos livros, e transformado em letras, e obrigações de pessoas insolvaveis, de quem jamais obterião cousa alguma. Mas cobráráo-se grandes dividendos, he doloroso deixar de os ter: ressuscite-se o Banco. Não he portanto, nem a utilidade Publica, nem a vantagem do Governo, nem a utilidade do Commercio, quem obriga certas pessoas a tanto excesso, e afan. He o

plano conservarem hum lucro certo, e liquido de 600 contos, pouco mais, ou menos para os velhos e novos Accionistas, e ao mesmo tempo segurarem hum Patrimonio, em beneficio do pequeno circulo dos individuos, que delle exclusivamente tomarem posse, e dominio util. Mas de hum tal spectro nos ha-de livrar o Corpo Legislativo do Brasil: a Assembléa ha de ir curando gradualmente as feridas, que aquelle funesto Estabelecimento abriu nesta Capital, e Provincia, os males, que derramou por todo o Imperio: e os esfarrapados trapos, de que se acha amortalhado o cadáver hediondo, serão afinal consumidos pelas chammass, para socego, e felicidade nossa, e dos nossos vindouros. Estas observações ainda que despidas dos atavios de sublime eloquencia, mas marcadas com o cunho da verdade sabida, tendo publicidade, talvez excitam penas melhores a escrever sobre hum objecto que he hoje de geral interesse e a rebater sophismas tanto mais perigosos por isso que são apresentados entre flores de rhetorica, exclamações e bonitos lugares communs.

Ph. P.

RIO DE JANEIRO

Na sessão do dia 14 do corrente passou em 2.^a discussão o Orçamento da Justiça com algumas reduções que parecerão razoaveis. Restão por discutir os da Guerra, Marinha e Fazenda. He nestas duas primeiras repartições que se ha mister de grandissima reforma, sob pena de nada termos feito. O verdadeiro meio de começar a trabalhar no credito publico, de tornar as Notas ao seu preço antigo, de acabar com o cunho ruinoso do cobre, de diminuir assim progressivamente a carestia de todas as cousas, &c. he a economia na despeza, e o methodo na receita. — Aceitando essas reduções que o dezejo da felicidade nacional dictou aos Representantes do Povo, os Conselheiros da Coroa darão huma prova de que querem o bem; e nesse caso se seguirão aquellas medidas, que parecerem convenientes a fim de se acudir mais promptamente á divida do Estado.

— O Sr. Visconde de Cayrú diz no Senado que *segue a lei da inercia, que o systema abolicionario vai em andamento*, a proposito do projecto da Camara dos Deputados para extincção do Registro geral das Mercês; o Sr. Visconde de Alcantara expõe diffusamente na Camara que o lugar de Regedor (de que S. Ex., recebe os *honorarios*) he tão antigo como a Monarchia portugueza, e que por isso não deve ser abolido; que estas e outras reduções ocasionarão talvez o desgosto de vir da outra Camara emendado o Orçamento, ou mesmo de não passar este anno: quer finalmente que fique tudo como d'antes, que

os Procuradores do Povo não bulão com o que está, sem duvida porque o Sr. Ministro *segue tambem a lei da inercia*, ao menos depois que entrou na posse dos pingues ordenados que accumula. Mas se houvessemos seguido sempre a lei da inercia, teriamos hoje essa *Constituição Imperial*, como lhe chama o Sr. V. de Cayrú? Nossos antepassados não a tiverão, nem ella data dos primeiros tempos da Monarchia Portugueza; he filha do seculo, das luzes modernas, e toda ella indica acção, vida, movimento. *O systema abolicionario vai em andamento*, e deve ir de necessidade, pois muitos abusos ha a extirpar; muitas cousas restão do velho systema, que mal se cazão com o actual, e que devem acabar, embora a isso se opponha *a lei da inercia*. A civilisação caminha, e quem não caminha com ella, ha-de ver-se postergado por quem se poz a andar muito depois, mas que avança todos os dias; e debalde se queixará; isso está na lei da necessidade, na natureza das cousas. Nada de *inercia* para manter abusos, nada de conservar o que não presta; só porque data do tempo de El Rei D. Afonso Henriques. — Citamos sempre com prazer o que nos parece indicar hum progresso no nosso jornalismo Brasileiro. O *Vigilante*, folha de Porto Alegre, rebatendo a imputação, que alguns pertendião fazer-lhe de ser frio nos seus artigos, responde do seguinte modo: “Pelo que diz respeito á terceira diremos: Que não seria *taxado de frio* o producto de nossos trabalhos, se houvesse attenção a que a censura de actos publicos, não he a contenda de hum arrieiro com outro, aonde só tem lugar esse estilo sem respeito ao decóro, que se deve guardar para com o Publico, esse estilo, que só respira o halito de corações sem a minima sombra de bem formados, esse estilo finalmente mui diverso daquelle de hum Jornalista sisudo, hum chefe de familia, hum cidadão zeloso da boa reputação, cujas palavras e acções são pesadas e medidas por aquelles, que o ouvem, e tratão.”

Estes principios são racionaveis, e nós quizeramos que os nossos Collegas tivessem a bondade de olhal-os com attenção. A decencia nas palavras dá provas de civilisação e não de fraqueza. Se a energia exclue a decencia, busquemol-a unicamente nas cazas de jogo, nas tabernas e lugares de prostituição. O escriptor de hum Jornal deve respeitar o publico para quem escreve, e se tem pudor, deve respeitar-se a si mesmo.

— O *Moderador* engana-se: a Aurora não disse que havião fallado 22 Deputados, todos em favor de hum Projecto: notou sim que tivessem havido 22 discursos, todos no mesmo sentido: ora 22 discursos e 22 Deputados não são huma e a mesma cousa. He bem sabido que cada Deputado pode fallar duas ou trez vezes sobre o mesmo Projecto, e que consequentemente podião ter sido 8 ou 10 os Oradores, que nesta occasião occuparão á Camara hum tempo que certamente

podera ser mais bem aproveitado. Não recusamos a justa censura: porém convêm que não passem inexactidões quando se citão expressões da nossa Folha. Depois, *logo que se trata de numeros he mister que não haja engano*, por não usarmos de outra palavra menos polida, de que a nosso respeito se serviu já hum correspondente do *Moderador*.

— Como não temos seguido passo a passo os Correspondentes do *Diario Fluminense* a quem se deu a tarefa de fazer periodicamente a censura da Camara electiva, difficil seria recapitular agora todos os pontos das suas differentes accusações para responder-lhes, e fazer ver que não he o desejo do bem, ou do publico melhoramento, mas a intenção decidida de desacreditar a Camara, quem guia aquelles escriptores. Passaremos comtudo rapidamente pelos olhos alguns topicos, em que os *Observadores do Diario e seus amigos* parecem insistir com maior afinco.

Primeiro que tudo notaremos que as malignas allusões alli dirigidas contra a Camara, em razão do estipendio avultado que recebem os seus membros, tende a fazer-lhe perder a estima do povo, e a represental-os como causas concorrentes da ruina em que se acha a Nação quasi abismada. Porém se o *Observador* fosse de boa fé, devia ver que sendo indispensaveis os Poderes politicos, em que está dividido o *Governo*, segundo as theses do nosso systema representativo, e não devendo os amigos da ordem constitucional trabalhar no seu descredito; assim como não convêm que se lance o odioso sobre a dotação que se designou ao Chefe da Nação e á sua familia, a qual sobe a mil cento e tantos contos, não he justo nem conveniente que se esteja de continuo procurando desacreditar os dous ramos do Poder Legislativo porque custão ao Brasil 400 contos de réis: he dar hum mau exemplo que pôde ser aproveitado pelos anarchistas. As Folhas sisudas, e que querem o regimen actual não aproveitão estes pretextos para azedarem o espirito publico, muito mais se nos lembrarmos que a diaria dos Deputados e Senadores não pode ser agora alterada ou taxada de novo: a Legislatura transacta a conservou tal qual existia, e bem que não fosse essa a nossa opinião, como manifestamente o fizemos ver na nossa Folha, não he esta a occasião apta para se discutir semelhante questão que na fórmula do que ordena a Lei do Estado só pôde ter lugar no ultimo anno de cada Legislatura. E se ha excesso na quantia designada para diaria dos Deputados e Senadores, a culpa não pode ser attribuida nem mesmo á Camara que acabou, pois havia coartado essa quantia, e teve de ceder a huma emenda do Senado, como he sabido. Naquelle Corpo forão os homens de idéas antigas, e não os reformadores quem mais sustentou a necessidade de se conservar a diaria que occasiona hoje as reclamações do correspondente do *Fluminense*. Como pois se quer

lançar isto em rosto á Camara electiva, e muito menos ainda á de 1830 ? Como se quer dar a entender que ella, contente por estar bem aquinhoada nem trabalha por applicar remedio ao mal que todos sentimos, no descredito das notas, da superabundancia do cobre, e relativo encarecimento de todos os generos ? Quando as dissipações dos ministerios, que se tem succedido, quando as suas idéas militares, e a sua fatuidade tem feito nascer hum *deficit* não pequeno entre a despeza e a receita de cada anno, será possível que desde já a Camara trate de resgatar o cobre e as notas, ou de melhorar estavelmente a sorte dos Empregados ? Pense-se a sangue frio.

Todas as reformas, e reduções, contra que se tem clamado, e que são a primaria origem ou motivo de todos esses escriptos com que se busca deitar o ridiculo sobre a Camara; não tiverão outro fim senão restabelecer o equilibrio entre a despeza e a receita, sem intervenção de novos impostos, para ao depois se cuidar em atalhar esses flagelos, que nos affligem, que andão na lembrança de todos, mas cuja cura não pôde ser instantanea, pois os erros administrativos depressa produzem seus perniciosos resultados, e he lentamente que se lhes pôde applicar lenitivo — *Porém não se quer o Banco.* — E não he do Banco, desse foco de prevaricação, que datão a mór parte dos nossos soffrimentos ? Quem disse aos escriptores do ministerio que elle produziria hoje effeitos contrarios ? Fôra temeridade affirmar-o; quando a experiencia de muitas nações, as doutrinas expendidas pelos economistas mais abalisados, e hum simples golpe de vista sobre a nossa situação, e elementos que possuímos, testemunhão que os Bancos privilegiados são sempre ruinosos ao paiz aonde se estabelecem, e muito mais nocivos seriam ainda no Brasil, dada a possibilidade de realisar-se o que por ora he apenas sonho de imaginações sublimes. Muitas são as difficuldades, com que tem a lutar a Assembléa, difficuldades que huma Administração viciosa e corrompida accumulou no caminho, e de que pertende ainda fazer argumento para forçar a Camara a adoptar cegamente os seus Projectos, e a acomodar-se ás suas vistas, e designios. Ao menos si estas vistas, e designios fossem uteis, e dictados pelo anhelos de felicidade publica ! Mas aonde está a reforma, a economia salutar que o Governo tenha proposto ? Quer *Bancos*, e para que ? Para pedir novos empréstimos ? Não basta já o pezo que carregamos ? Não basta que o Povo Brasileiro esteja pagando duros impostos para fazer face aos desatinos de huma guerra intentada sem plano, continuada por capricho, e concluida com vergonha, para occorrer ás prodigalidades de governantes, que recompensão largamente com o dinheiro da nação a muitos que não tem outro serviço mais do que apparecerem nas paradas e beijamãos ?... Desçamos a outras arguições.

Hum dos correspondentes do Diario Fluminense censura a Camara em razão da Lei de responsabilidade dos Empregados publicos, e nos diz que sempre existirão Leis de responsabilidade, que não havia precisão de tal Lei, &c. Mas cumpre observar que até hoje as Leis que tínhamos de responsabilidade, ou aonde, por occasião se impunhão certas penas a funcionarios do Governo, erão imperfeitas, e barbaras. São imperfeitas por que comprehendem rarissimos casos, não abrangem toda a especie de empregados, e não se achão de accordo com as necessidades e indole do systema actual; são barbaras, porque determinão castigos desproporcionados aos delictos, taes como se podem ler no celebre L. 5.^o e Legisla ao subsequente. Filhas do tempo da ignorancia ellas devião resentir-se da sua origem, e das opiniões que as dictavão. Assim a Camara electiva, organisando hum Lei, regrada, racional, para se responsabilisarem os funcionarios, prestou á Nação assignalado serviço, e mereceu elogios em vez da censura que alguns lhe tem por isso attribuido. E se esses escriptores correspondentes do Diario, &c. só tem em vista reprehender abusos, e castigar com a publicidade da imprensa devaneios, porque não apontão com juizo imparcial o bom e o mau do que se passa nas discussões da Camara? He só a face desfavoravel que se apresenta nesses escriptos; quando muito apparece digno de elogio, quando ninguem poderá negar aos actuaes Procuradores do Brasil patriotismo, decidido aferro ás instituições livres, e dezejo sincero de melhorar a situação da patria. Embora se argua a conducta daquelles que mal se comportarem, a phrase incivil de que usou este ou aquelle Deputado; as expressões que o calor da discussão arranca a outros; mas seja isso feito com franqueza, sem perfidia, sem fazer odiosamente reflectir sobre o Corpo da Camara o que he apenas culpa de hum ou outro de seus membros, e mesmo o que he infallivel partilha da humanidade, aonde he impossivel achar perfeição.

— O Jornal do Commercio parece fazer alusão quando traduz de hum *escriptor* monarchico, que nos não diz quem seja, hum artigo sobre a dissolução da Camara Franceza. Mas nós, bem longe de suppor-mos que essa allusão seja maligna, nos persuadimos que o nosso Collega, teve em vista refutar assim os *Observadores do Diario*, o Imparcial e companhia por hum meio indirecto, e espirituoso. A Camara que Carlos 10 dissolveu, tinha merecido a estima dos Francezes por sua prudencia, firmeza, e moderação; nella se achavão sentados homens superiores, que pertencem já á grande sociedade da civilisação universal, e que se distinguem especialmente por seu profundo saber ácerca da administração dos negocios publicos. E se hum Camara tal he tratada pelos *escriptores monarchicos* do modo por que vemos no Jornal do Commercio, não admira que a nossa soffra arguições

identicas. São lugares communs que as folhas do governo tem sempre o cuidado de empregar, toda a vez que a Camara electiva não marcha na senda ministerial, toda a vez que resiste aos decretos da Administração e lhe não dá os meios e recursos que elle exige. O pobre do *Imparcial* se enganou, quando mostra interpretar de outro modo o artigo do Jornal do Commercio.

VARIEDADES

A Commissão Especial, encarregada dos negocios relativos ás Camaras Municipaes vio a representação, que á esta Augusta Camara acaba de dirigir o Município da Imperial Cidade do Ouro Preto, em data de 19 de Junho do anno corrente, pedindo resolução sobre os seguintes quesitos: 1. Se as attestações dos Professores Publicos, exigidas pelo Conselho do Governo, devem ser assignadas por todos os Vereadores: 2. Se a Camara deve cumprir todas as ordens do Governo, ainda que se opponhão á Constituição, e ás Leis: 3. Em caso de duvida, como deverá proceder: 4. Se não tem jurisdição, nem competencia para conhecer da validade das Ordens emanadas de Authoridades legitimas: 5. No caso de lhe não pertencer tal jurisdição, de que maneira ha-de cumprir o artigo 58 da lei de 1.º de Outubro de 1828. Deu motivo á esta representação o Officio N. 1 do actual Presidente da Provincia de Minas, dirigido á Camara, advertindo-lhe que devia satisfazer á Resolução do Conselho do Governo expedida em 14 de Abril de 1828 acerca dos Professores Publicos: pretendendo o mesmo Presidente que as attestações á estes passadas fossem assignadas por toda a Camara, e não simplesmente pelo Presidente e Secretario. A Camara pelo Officio em N. 2 respondeu respeitosa-mente que, sendo as instrucções de 14 de Abril de 1828 anteriores á Lei do 1.º de Outubro do mesmo anno, e dispondo esta no art. 64 que só sejam assignadas por toda a Camara as suas deliberações, posturas, propostas, e representações ás Authoridades Superiores, &c. bastando que sejam assignadas pelo Presidente e Secretario, as que tiverem por objecto ordenar o cumprimento das posturas, e Leis, cuja execução esteja á seu cargo, julgava não haver infringido a Lei, nem a Resolução do Governo, que nada dispoz acerca do modo, porque devem ser passadas taes attestações. Este Officio teve em resposta o de N. 3, no qual aquelle Presidente com alguma acrimonia, reiterando sua primeira determinação, estranha á Camara a falta de seu cumprimento, fazendo-lhe ver *que as Camaras não tem jurisdição, nem competencia para conhecerem, e julgarem da validade das Ordens emanadas das Authoridades legitimas, como temerariamente o fizerão, tomando huma*

Resolução contra aquella do Presidente da Provincia, e Conselho.

A Commissão nota com aquella Camara 1. Que as Instrucções de 14 de Abril de 1828, nada dispondo sobre o modo de passar attestações aos Professores Publicos, não se podião dizer infringidas só por não serem taes attestações assignadas por toda a Camara — 2. Que attenta a lettra e espirito do artigo 64 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, posterior áquellas Instrucções, *he bastante* que taes attestações sejam assignadas pelo Presidente, e Secretario, huma vez que sejam mandadas passar por deliberação das Camaras — 3. Que o Governo da Provincia, mostrando-se minucioso em cousa de tão pequena monta, não teve a necessaria prudencia, e circumspecção para evitar questões de semelhante natureza sempre desagradaveis, quasi nunca uteis, e muitas vezes geradoras da desarmonia entre os Governantes, e os Governados — 4. Que existindo no Archivo da Camara o liberal Officio daquelle Governo (junto em N. 5) expedido em virtude de resolução do Conselho, no qual se ordenou ás Camaras, que, depois de confirmadas as suas posturas pelo Conselho Geral, deixassem de observar as resoluções e ordens do Governo da Provincia, que se encontrassem com a pontual observancia das posturas, e da Lei do 1.º de Outubro de 1828, mostrou-se agora o mesmo Governo contraditorio no conteudo do Officio N. 3, sendo que a Camara mais obrou em regra, cumprindo antes com o determinado no primeiro Officio (N. 5) expedido em virtude de resolução do Conselho, do que obraria cumprindo com o determinado no segundo (N. 3). — 5. Nota finalmente a Commissão serem pouco conformes com o espirito das actuaes instituições, e destruidoras do art. 58 da Lei do 1.º de Outubro de 1828, as insinuações do Governo da Provincia quando assevera que as Camaras não tem jurisdicção, nem competencia para conhecerem, e julgarem da validade das Ordens emanadas das Authoridades legitimas, julgando antes a Commissão que todo o subdito he competente para conhecer, se são validas, e legaes quaesquer ordens, que lhe sejam dirigidas, para deixar de as cumprir no caso contrario, ficando sujeito á responsabilidade, e rigor das Leis, quando deixe de cumprir as que tiverem aquelle character. A' vista pois do exposto he a Commissão de Parecer que os quesitos propostos pela Camara Municipal do Ouro Preto se achão resolvidos na Lei, e que tendo procedido em regra, e em conformidade com ella, isso mesmo se communique por intermedio do Governo a quem se deverá remetter a supra mencionada representação. Paço da Camara dos Deputados aos de Julho de 1830. — *Antonio Maria de Moura.* — *A. de Souza e Oliveira Coutinho.* — *J. Correa Pacheco.*

Memoria, que á Junta do Banco do Brazil offerece o seu Deputado Jozé Antonio Lisboa em virtude da Resolução, que a mesma Junta tomou em 7 de Junho de 1821 para servir de base aos objectos, que se propoz discutir na Assembléa Geral, e a sua opinião a este respeito depois da referida discussão.

Sñres. A Administração do Banco do Brazil na epoca actual he hum objecto tão complicado, e de tanta monta, que não póde deixar de cauzar embaraço á todo o homem, que se proponha indicar huma medida geral, e deciziva, capaz de remediar os inconvenientes, de que elle se vê cercado. He percizo em 1.º lugar, e sobre tudo sustentar o Credito do Banco, não só a bem do Estabelecimento, e de seus Socios, mas igualmente a bem da tranquillidade publica, e de nossa segurança individual, a qual com a sua ruina não póde deixar de soffrer gravemente. Hé percizo em 2.º lugar attender ás relações, em que o Banco se acha com o Governo por meio do Real Erario, não só afim de ser embolçado, do que o mesmo lhe deve, mas ainda mesmo de lhe prestar todos os soccorros, que forem possiveis ao mesmo Banco, e necesarios para a manutenção da Cauza Publica, ou ao menos para preveni-lo com tempo, quando nada puder fazer em seu benefício. Em 3.º lugar a Administração deve ter em vista as actuaes circumstancias de todos os mais Devedores, que são em grande numero, e q. estão ligados, e dependentes de outros muitos, em quem a sua ruina e queda ha de forçosamente influir a hum ponto tal, que póde fazer hua especie de calamidade publica. Seção pois quaesquer as deliberações, que se tomem para a sua conservação e credito, he percizo que ellas contemplem todas estas differentes circumstancias, e que hajão de conciliar todos os interesses o mais que for possivel, ou com o menor detrimento de todos elles.

1.º

O 1.º objecto, e que eu contemplo como o mais importante e essencial, isto he a conservação do Credito do Banco, não se póde conseguir sem hum regular e diario troco das suas notas: para este fim he percizo ter metaes suficientes a nossa disposição por hum termo dilatado, que não deve ser menos de hum anno, para que a concorrência não augmente com a deconfiança da falta de meios. As notas que o Banco tem emittido nesta Provincia importão 6:772:450\$000 das quaes abatendo-se as delaceradas, e que estão destinadas á

queima na qtia de	831.000\$000
-------------------------	--------------

Restão na circulação	5:941:450\$000
----------------------------	----------------

He verdade que estas notas não se apresentam de hum golpe, mas por experiencia sabemos que são percizos 150 contos de prata para cada mez, o q. monta a 1:800 contos por anno: resta pois saber quaes são os meios que o Banco tem para fazer face á este troco.

Examinando todos os Devedores do Banco vemos que o Erario Regio

o he de	4.824:797\$105
Que os particulares que se achão penhorados devem	397:103\$134
Que as Letras protestadas da Caza de Dias Viuva & Fós importão em	429:543\$185
E que as Letras por vencer, que se achão no Cofre dos Descontos importão em	2.212:495\$345
O que tudo monta a soma de	<u>7.863:938\$769</u>

Se todos os Devedores do Banco satisfizessem o que devem, sem duvida esta soma seria bastante para elle satisfazer as suas notas, pois que sendo embolçado com ellas, não tinha percisão de as remir, e sendo com metaes, elles lhe servião para esse fim: mas havendo não só a probabilidade, porém quasi a certeza que hum pagamento total não pode ter lugar, resta ver, com que providencias o Banco ha de supprir esta falta.

Essas providencias não podem ser outras, se não recorrer aos metaes, que o Banco tem em si, e procurar outros mais, que preenchão aquelle computo ao menos pelo espaço de hum anno, até que melhores circumstancias o livrem do embaraço, em que se acha prezentemente.

O Banco possui em prata nos seus Cofres	715:000\$000
Idem na Moeda	151:000\$000
Idem em ouro	218:432\$000
	<u>1:084:432\$000</u>

Quantia esta que apenas fornecerá o troco de 6 ou 8 mezes; e qual será a quantia, que poderá provavelmte receber de seus Devedores para o complemento dos 1:800 contos calculados para o anno inteiro? Regulando-nos pelo passado, vemos que apenas podemos contar receber do Erario pela Alfandega

annualmente	144:000\$000
Em Diamantes	120:000\$000
	<u>264:000\$000</u>

E dos particulares no andamento, em q. temos hido	
nos 4 mezes proximos	800:000\$000
	<hr/>
Soma	1:064:000\$000
	<hr/>

Portanto se vê que para o Banco fazer face ao troco de hum anno, he percizo 1.º que aquellas entradas não falhem; 2.º que elle se desfaça de todos os seus metâes: bem entendido que isto só pode ter lugar no cazo de não emittir mais as notas, que recolher, por que de outro modo seria hum motu continuo, e nenhum metal por mais que fosse, bastaria para entreter hum similhante jogo.

Mas o Banco tem hua forçoza obrigação de pagar, logo que lhe seja pedido, ou se vencer o prazo.

1.º O dinheiro q. tomou a juro importando	240:842\$808
2.º O resto dos dividendos atrasados ainda não pagos	120:205\$055
3.º As somas do Depozito Publico	469:970\$932
4.º Os saques das Letras, q. vierão portestadas	168:460\$877
	<hr/>
	999:469\$672
	<hr/>

Ainda que a totalidade desta soma não seja exegida repentinamente, comtudo huma parte o hade ser de necessidade, e he percizo estar o Banco prevenido para a satisfazer. Está pois demonstrado que os meios, que o Banco tem dentro de si, e aquelles, que provavelmente poderá conseguir não são ainda suficientes para o dezerpenho do seu dever no curto espaço de hum anno, se os seus Devedores não satisfizerem ao menos hua parte das suas dividas. E nestes termos deverá por ventura o Banco descontar mais Letras da Praça, e fazer ultteriores suprimentos ao Erario Regio, e aos mais Estabelecimentos Publicos ?

2.º Objecto

O Erario Regio tem que sustentar hum Exercito no Rio da Prata, para o qual o Banco supria com 50 contos, e alem disso com 6 contos para a Esquadra, e 8 contos p^a o General Saldanha, e tudo isto mensalmente: para seu embolço recebia o Banco pelos seus Agentes em Lisboa 50 contos mensâes, os quaes lhe não tem sido pagos desde Junho do anno passado, devendo-se-lhe 590 contos de réis. O Real Erario tem grandes, e indispensaveis despesas, que fazer nesta Corte com a Caza Real, Empregados Publicos, e Exercito, para cujo fim não chegando as Rendas Provinciaes recebia do Banco 70 contos mensâes, dos quaes se embolçava pelas Sobras da Bahia e Pernam-

buco: os 35 contos da Bahia tem falhado desde Janeiro do corrente anno, e os de Pernambuco estão pagos até Abril, ao mesmo tempo que o Banco tem suprido ao Erario Regio até o corrente mez de Julho: todas as outras sobras de Maranhão e Piauhy, alem de atrasadas são incertas, e contingentes; como poderá pois o Banco continuar a dar ao Erario Regio hum dinheiro, que não recebe, e como poderá emprestar, se elle mesmo não tem o necessario para satisfazer as suas dividas, sem que os seus Devedores lhe paguem, sendo o maior delles o mesmo Erario, de quem apenas poderá receber os interesses, mas não podendo por ora contar com o embolço do Capital, apezar da certeza e da segurança, que tem do seu pagamento! Mas deverá em tão apertada conjunctura cessar inteiramente com os seus suprimentos, sem ao menos ter feito hua participação antecipada, e a tempo sufficiente de serem substituidas á estas outras quaesquer providencias, que o mesmo Erario queira dar! Mas sejão quaes forem esses suprimentos, que ainda se prolonguem por algum tempo, elles não se poderão fazer, senão exigindo dos Devedores particulares ou hum total pagamento, do que devem, ou ao menos entradas mais fortes, do que tem feito até agora.

3.º *Objecto*

Ao fazer o exame individual daquelles Devedores particulares, se vê que o 1.º arbitrio he inteiramente impossivel, assim como he também o Banco suprir com aquillo, que não tem; logo não pode ter lugar senão o 2.º arbitrio, que consiste em exigir pagamentos mais crescidos e violentos; Mas até que ponto deve chegar essa exigencia, de maneira que nem arruine os Devedores, nem prive o Banco de recoiher o mais que for possivel na urgencia, em que se acha? Tal he a espinhosa questão que temos a rezolver. Advirto mais que os Devedores, de que fallo, são aquelles, que são solváveis, porque os outros, que o não são, não podem aspirar á dilações algumas, que virião a cauzar ao Banco ainda maior desfalque. Por tanto Snres são estes os principaes Quezitos, que á Junta tem de offerecer á Assembleia, de cuja solução dependem outros menos gerâes, que delles se derivão.

1.º Attendendo á todas estas circunstancias, que levo expostas, haverá algum meio de conciliar o Credito do Banco, a continuação dos suprimentos ao Estado, e a conservação das Cazas dos Devedores particulares do Banco? e qual he esse meio?

2.º Tendo de se fazer algum sacrificio para o bem geral, por onde se deve começar, ou a quem se deve poupar?

2.^a PARTE

Tendo ponderado, se não todos, ao menos os pontos principaes, que devem entrar em consideração na solução da questão proposta, e animado do mesmo espirito, que vejo sobresahir em todos os nossos Socios, dezevolvendo cada hum delles a porfia o maior zelo, e interesse, que he possível pela cauza publica. e pelo bem dos nossos Concidadãos, levarei ao conhecimento da Junta do Banco, quaes são os meus sentimentos á este respeito, e o unico efficaz remedio, que encontro na prezente crize.

Pondo o alvo no primeiro objeto, que indiquei, isto he na conservação do Credito do Banco, vejo que elle se reduz a fazer persuadir ao Publico, que não deve ter o mais pequeno receio, de que as notas, que o mesmo tem emittido, que não são outra couza mais, que Letras a vista, pagaveis ao portador, deixem jamais de ser satisfeitas com metâes, estou intimamente convencido que sem esta persuazão o Credito ha de sempre vacilar, e dar occasião á murmuração, e á concorrência, e permita o Ceo, que não passe a mais. Cumpre pois ver de que modo elle pôde ser convencido da nossa pontualidade, e total pagamento de tudo aquillo, á que estamos comprometido com o Publico. He evidente que a inteira apresentação das notas do Banco de hum só golpe, he moralmente impossivel, mas regulando-nos pela experiencia de manear alguma podemos limitar-nos a menos de 150 contos mensalmente, fóra o cobre, e ainda assim não deixa de haver grandes queixas, e continuados clamores, o que dá bem a entender que esta soma, ainda não he bastante para satisfazer os Concorrentes, e que não ha esperança senão de que ella augmente, em lugar de diminuir. O Publico porem labóra em dous principios erroneos, que dão motivo á esta concorrência: 1.^o que a emissão das notas he extraordinaria, e passa de 12000 contos. 2.^o que o Banco não as pôde pagar sem ter outros 12:000 contos de metâes. Quanto ao 1.^o erro deixo á consideração da Junta qual medida seria mais conveniente tomar, se declarar francamente a verdade, se deixar ao Publico por mais tempo no engano. Mas quanto ao 2.^o eu vejo que elle não somente he hum erro do Publico ignorante, mas tãobem de homens, que passam por habeis e instruidos, e que por falta de profundarem a materia se achão tão illudidos, como os outros. Na formação de hum Banco, assim como de toda a Casa de Commercio o seu fundo Capital deve sempre preceder á todas as suas operações, logo deve supor-se que o Banco do Brasil foi formado com hum Capital metalico unica moeda, que existia no tempo da sua creação, e nenhum Banco do Desconto tem percizão de guardar em metal mais, do que aquillo, que constitue o seu fundo Capital. Logo porem que começou as suas transacções e entrou a descontar Letras, ou a fazer suprimentos, em lugar de dar os seus

metaes, deo unicamente as suas notas, recebendo em troca as ditas Letras, ou titulos de dividas, o que vem a ser o verdadeiro Representante daquellas notas, e não o Capital metalico, que elle recolheo nos seus Cofres. Se as obrigações, que elle recebeu, são boas, isto he, se a sua solução não soffre duvida algúa, e se ellas são á curto prazo, que importa notas que sejam muitas, ou poucas, relativamente aos metaes, que elle tem nos seus Cofres; estes metaes servem unicamente para trocarem aquellas primeiras, que se apresentam, enquanto as Letras e as Obrigações, se não vencem, e não são pagas pontualmente, porque nos dias dos seus vencimentos, ou hão de ser satisfeitas com as mesmas notas, e nesse cazo o Banco não tem percisão de metaes p^a as resgatar, ou hão de ser pagas em moeda, com que elle satisfaz a referida obrigação. O unico embarasso, em que hum Banco de Desconto, e de Emissão se póde achar, he no cazo de que todas as referidas notas lhe sejam apresentadas antes do vencimento das Letras e obrigações, e nesse cazo lançando mão do seu Capital, que até então só lhe tem servido de garante; se acontecer que elle não seja sufficiente para a completa solução e resgate das referidas notas, elle nesse caso desconta, e negocia as referidas Letras e obrigações, vindo quando muito a perder mais ou menos o beneficio do premio, que havia recebido, quando as descontou. Eis aqui Snres a verdadeira theoria deste Ramo de Commercio, a qual o Publico não comprehende claramente, parecendo-lhe que hum Banco deve ter em seus Cofres a mesma quantidade de metal, a que montão as suas notas. O nosso embarasso não está pois em não termos nas nossas Caixas 6.700 contos de metal, está em que os nossos Devedores não nos pagão 7.700 contos, que nos devem; está em que o nosso Capital de 2:200 contos, que devia de estar sempre em metal, chegará apenas a 1:200 contos; está em que não ha quem desconte, ou nos compre os titulos, q. esses Devedores nos deixarão, e somente com estas tres soluções nos podemos livrar completamente dos embarassos presentes. Oxalá que ellas fossem possiveis ! porem debalde o tentariamos, todos os nossos esforços serão baldados; cumpre-nos pois na absoluta impossibilidade de recorrermos á aquelles meios efficazes, e infalliveis, lançarmos mão dos palliativos, que possuão ao menos estacionar o mal, sem augmenta-lo, até que mais favoraveis circumstancias nos ponhão em situação de o destruir, e de o acabar completamente. He pois o 1.^o e o mais urgente dos remedios fixar no Cofre da Emissão hum Capital não só de 1:800 contos calculado, p^a hum anno, porem ainda de mais 400 contos para as contingencias desfavoraveis, que ocorrerem; que este Capital visto não ser actualmente todo composto de ouro e prata, seja completado com boas firmas, as quaes não deve sahir, senão unicamente para a compra de prata e pezos; que esta lei seja inviolavel e restrictamente observada, não se olhando por ora para os sacrificios, que forem per-

cizos fazer-se para a compra da dita prata e pezos, e não se tocando no ouro, senão na extrema necessidade. Deste modo he verdade que o mal não ficará sanado, porem não ficará augmentado, e este Corpo Politico entregue aos nossos cuidados será alimentado com este movimento circular, cujo sacrificio por mais dolorozo, que seja, nos deve parecer leve, se o compararmos com o seu total aniquilamento.

Quanto ao 2.^o objecto eu acho demais simples solução, se reflectirmos no que cada hum pratica em seus proprios negocios, e não consiste mais, do que em fazer apresentar o Deputado encarregado da Caixa geral hum orçamento do dinheiro, que elle tem em Cofre, ou que tem de cobrar, e ao mesmo tempo, o que elle deve impreterivelmente pagar nos tres mezes proximos com separação de cada hum dos mezes: se acaso sem faltar aos seus deveres sagrados elle tiver sobras, com que possa suprir ao Erario Regio, por que não o ha de fazer em hua occasião tão critica? poi que se não ha de prestar á Requições, que certamente lhe não serão feitas, senão em urgente precizão, e por se achar, como nós, cercado de embarassos dezejando satisfazer aos Empregados Publicos. Se porem o mesmo Erario Regio espontaneamente nos não dispençar dos suprimentos em todo, ou em parte a vista daquelle exame e orçamento, que proponho, compete á Junta com o maior respeito e acatamento participar-lhe, quando elle deve cessar, de maneira que esse limite ou termo do suprimento não dependerá da boa vontade da Junta, nem da Assembléa Geral, nem das ordens de qualquer Authoridade, dependerá sim e unicamente das faculdades da Caixa, calculando-se tres mezes antes, e tendo sempre em consideração todas as suas responsabilidades futuras; debalde se mandará hum Portaria ao Deputado encarregado da Caixa geral para dar hum dinheiro, que elle não tem ou para dar mais, do que tem. Huma tal suspensão motivada por hua tal cauza, e sendo annunciada hum mez antes, está tão longe de nos ser estranhada, que antes o contrario mortificaria o nosso amado PRINCIPE REGENTE vendo que o Banco deixava perigar o seu credito, e não cumpria com os seus pagamentos rigorosamente devidos para meter os seus fundos em negocio lucrativo, pois dessa natureza são os suprimentos feitos ao Real Erario.

Não faço menção do Cofre do Depozito Publico, por que esse deve nas actuaes e melindrosas circumstancias ser sagrado, nelle devem existir sem desvio as somas suficientes para fazer face ás exigencias de seus donos.

Só me resta tractar dos Devedores particulares, cuja vida civil he do decóro e do dever do Banco conservar, não só por hum principio geral de humanidade, mas porque estas forão as Pias Intenções do Nosso Bom Rei o Senhor Dom João 6.^o, de animar, e promover

o bem commum e particular dos Povos, que a Providencia confiou do seu zelo e Paternal cuidado, e hum dos principaes motivos deste Estabelecimento, como bem o declarou no Alvará da sua creação. Triste e bem triste couza foi que os antigos Directores e Deputados, que estiverão á testa da sua administração, se tivessem desviado daquelles principios claros, que tenho deenvolvido no principio da 2.^a parte deste meu Relatorio, não descontando Letras, senão de boas firmas, e de curto prazo: se assim acontecera o Banco receberia em 6 mezes, ou em menos 2:212 contos, os quaes junto ao producto da venda dos bens penhorados e dos metaes, que conserva em seu poder, faria que em breve tempo o Banco recolhesse em si, senão a totalidade, ao menos a maior parte das suas notas, para mais não sahirem do seu poder, o unico, verdadeiro, e efficaz remedio para restabelecer o seu Credito: mas já que hua tal desgraça veio deslestrar hum tão util Estabelecimento, já que hum astro maligno influio no seu destino, não lhe procuremos hum peor, do que o mesmo mal, cicatrizemos todas as suas feridas com o balsamo da prudencia e da moderação, não nos deixemos illudir com falsos raciocinios, sejamos firmes para nunca ceder á amizade, inexoraveis com os homens de má fé, independentes para arrostrarmos tudo, quanto for percizo combater, vigilantes para evitar qualquer genero de surpresa, e sem affroxar hum só momento, procuremos cobrar o mais, que nos for possivel, exigindo seguranças, hypothecas, boas firmas, e os mais curtos prazos compatíveis com as circumstancias peculiares de cada hum, não descontemos mais Letras algumas, a excepção dos Bilhetes d'Alfandega, e accites do Thesoureiro do Banco, e esta conducta inalteravel, franca, e honrada trará fundos ao Banco, e nos grangeará a estima dos nossos Conci-dadãos os mesmos Devedores tomárão em defeza a Cauza do Banco, e farão os maiores esforços para secundarem o zelo dos seus Directores.

Parece-me pois ter rezolvido o Problema, a que me propuz, conciliando o Credito do Banco, a contemplação do Governo, e o bem dos particulares com sacrificios sem duvida, porem com o menor detrimento de todos elles; reduzindo-se a minha solução a parar com todas as novas transacções do Banco, que tenham por objecto a sahida dos seus fundos; a solicitar de todos os Devedores o mais, que lhes for possivel pagar; a recolher o maior numero de notas, e não as emitir mais de maneira algua, senão para a indispensavel satisfação dos nossos accites, e responsabilidades, ou para a compra inevitavel de metaes, ainda apezar de sacrificios e perjuizos do mesmo Banco.

O que aprezo de bom nesta minha memoria he o que tenho aprendido de todos os meus Collegas e amigos os Directores e Deputados do Banco, que nella verão retractados os seus proprios sentimentos; o que houver de máo, he puramente meu, e portanto sujeito de boa mente á sua discussão. Rio de Janeiro 14 de Julho de 1821.

MISSÕES BRASILEIRAS NOS ARQUIVOS EUROPEUS

VIRGILIO CORRÊA FILHO

INTRODUÇÃO

A peculiaridade auspiciosa da evolução do Brasil, que por mais de uma década se transformou em sede temporária do reino lusitano, cuja antiga metrópole esmoreceu, assenhoreada pelas invictas legiões napoleônicas, aponta a primeira missão oficial, que trouxe da Europa valiosa documentação.

O fato prende-se à trasladação da côrte para o Brasil, empreendida pelo príncipe regente, que seria mais tarde o rei Dom João VI.

Mais de uma vez fôra debatido o problema referente à mudança do governo português para a sua maior e mais importante colônia, e naquela primeira década do século tornou à baila, como eficiente solução para a crise política gerada pela invasão avassaladora.

Embora ultimado em segredo, o tratado de Fontainebleau, de 27 de outubro de 1807, não deixaria de ser conhecido em Portugal, cujo território dividira em três quinhões, a Lusitânia setentrional, com o Minho e Entre Douro, distribuída a rainha Maria Luiza de Bourbon, o Alentejo e o principado das Algarves, prometidos a Godoi, e o restante, com Beira, Trás os Montes e Estremadura, condicionalmente para a dinastia de Bragança.

Antes, porém, que Bonaparte assim manifestasse os seus planos de partilha do Reino, já o príncipe regente acolhera de bom grado o memorial do seu ministro Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, que lhe sugeria, desde 1803:

“Quando se considera que Portugal por si mesmo muito defensável, não é a melhor, e mais essencial parte da Monarquia; que depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano, e aos seus povos o criar um poderoso império no

Brasil, donde se volta a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa"... (1)

Mais recentemente, a 10 de setembro de 1807, o representante português em Londres, ao reclamar contra o plano de ocupação da Ilha da Madeira, considerava inoportuna a medida, "na ocasião justamente em que o príncipe regente de Portugal estava cogitando de abandonar o país natal e ir fundar um novo império".

Nem todos acreditariam na dissimulada providência, que oficialmente seria contestada.

Mas os preparativos não cessariam, com a possível cautela, para que não se irritasse o agressor incontentável. Afinal desvendou-se a trama de Fontainebleau e a conseqüente invasão de que se incumbiu Junot, com a máxima rapidez.

Por mais velozmente que marchassem os seus cavalarianos, todavia, não mais alcançaram a presa real, à cuja ordem se ultimaram, a salvo, os aprestos da viagem. "Nem de outra forma, comenta o historiador Oliveira Lima, se explica que tivesse havido tempo, numa terra clássica de imprevidência e morosidade, para depois do anúncio da entrada das tropas francesas, no território nacional, embarcar numa esquadra de oito naus, quatro fragatas, três brigues, uma escuna, e quantidade de charruas, e outros navios mercantes, uma côrte inteira, com suas alfaías, baixelas, quadros, livros e jóias".

Além da comitiva, esmada ao todo em cerca de 15.000 pessoas, os navios transportaram "as pratas preciosíssimas cinzeladas pelos Germain; tôda a formosa biblioteca organizada por Barbosa Machado,

(1) LIMA (Oliveira): (*Dom João VI no Brasil*, vol. I, pág. 38). Alias, a indicação mais remota a respeito da transferência da côrte portuguesa para o Brasil registrou-se no próprio século do seu descobrimento, após a expedição fecunda de Martim Afonso de Sousa (1530-1533), que lhe explorou o litoral e iniciou o povoamento efetivo, pela fundação de São Vicente.

Distinguiu-o Dom João III com a sua amizade desde a infância, por ambos iniciada no mesmo biênio assinalado pela viagem memorável de Pedro Álvares Cabral.

"Conta-se dêle, atestou o padre José Pereira de Baião, que tratando-se em conversação diante de el-rei Dom João o 3.º, da bondade e largueza da terra do Brasil, estando êle presente, dizendo-lhe el-rei: que vos parece, Martim Afonso, passemos-nos para o Brasil?

Respondeu êle dizendo, entre sizo e galantaria: por certo, sôr, que doudice era ela, que pudera fazer um rei sizado, e não viver dependente da vontade dos seus vizinhos, podendo ser monarca de outro maior mundo".

FREITAS (Jordão de) "A expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533)" em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. III, pág. 115. Mais de uma vez tornou à baila o problema até a solução decisiva de 1808.

milhares de volumes reunidos com inteligência e amor, que constituíram o núcleo da nossa primeira livraria pública; até o prelo e tipos mandados vir de Londres para uma imprensa destinada ao serviço do Ministério de Estrangeiros e Guerra” (2).

Mais ainda, contou Cristiano Müller a Dom Domingos de Sousa Coutinho que “na noite de 25 para 26 de novembro o foram acordar para mandar encaixotar imediatamente todo o pertencente à Secretaria de Estado, ao que êle procedeu, remetendo no dia imediato 37 caixotes grandes para bordo da Meduza”.

Na lufa-lufa da retirada estratégica, não se descuidou, portanto, o governo de arrecadar os seus haveres mais valiosos e documentário de importância, que necessitaria na sede ultramarina.

Tumultuassem embora os retirantes à hora do embarque apressado, quando já se aproximavam os invasores, a quem se abriam as estradas, desimpedidas, mas danificadas pelos aguaceiros.

Quando tomaram, sem disparar um só tiro, a capital, e procuraram a família real, para lhe aplicar humilhações análogas às que experimentavam os reis de Espanha, da Prússia, das Duas Sicílias, e outros monarcas vencidos, apenas contemplaram, furiosos e impotentes, da morraria próxima, a 29, a partida da esquadra em que se abrigara a côrte portugueza, para a travessia atlântica.

Salvava-se, em tais circunstâncias, não somente a dinastia, como o próprio Reino, que não se desmembrou.

E o Brasil lucrou enormemente, com a sua ampla organização administrativa, exigida pela presença do rei, com a sua Biblioteca Real, que se transformaria mais tarde em Nacional, com a tipografia, que editou obras de valia incontestável, e com a documentação opulenta, recolhida às repartições competentes.

Parte destinou-se ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, “onde se acham, afirmou Oliveira Lima, além de muitos documentos originaes, como os relativos aos esponsais do príncipe real Dom Pedro, tôdas as segundas vias da correspondência diplomática de 1808 a 1821” (3).

Outras peças foram ter ao Arquivo Nacional e à Biblioteca, onde podem ser consultadas pelos pesquisadores.

A primeira coleção de documentos, fôsem originaes ou cópias autênticas, transferidas de Portugal para o Brasil, derivou, portanto, da decisão do príncipe Dom João, desejoso de basear a sua política

(2) Idem, id., pág. 48.

(3) Idem, id., pág. 31.

defensiva nos precedentes diplomáticos explicados pelos papéis oficiais.

A INICIATIVA DO INSTITUTO HISTÓRICO

A emancipação do Brasil causou naturalmente, nos primeiros tempos, inevitável arrefecimento nas relações entre a velha metrópole, e a sua maior colônia, que decidiu viver sobre si, liberta do antigo jugo político.

Cessadas, porém, as inquietações no Reino, provocadas pela usurpação do trono, que Dom Miguel ocupou ousadamente, enquanto lhe correram de feição os sucessos, o ambiente serenou entre as duas pátrias irmãs.

No Brasil, a regência que assumira as responsabilidades do poder, após a abdicação de Dom Pedro I, já abrandara as veleidades republicanas, a que, em parte, deveu a sua vitória sobre as tendências do absolutismo. Cada vez mais se avolumou a corrente ansiosa de antecipar a maioridade de Dom Pedro II, afinal proclamada a 23 de julho de 1840.

Começou a reinar o jovem príncipe ao tempo em que Portugal já se achava sob a chefia de sua augusta irmã, Dona Maria II, brasileira.

Entendiam-se às maravilhas os dous monarcas, esquecendo os agravos recíprocos dos seus povos, que lhes obedeciam às decisões.

Especialmente quando nenhuma consequência política pudesse brotar de suas concessões recíprocas.

Na decada anterior, fundou-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destinado “a coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil e assim também promover os conhecimentos nestes dois ramos científicos, por meio do ensino público, logo que os cofres sociais o permitissem”.

Inaugurado a 21 de outubro de 1838, no crepúsculo da regência, que lhe não faltou com o apoio, estimulante de suas atividades culturais, obteria a proteção do jovem imperante, cuja presença lhe honrou 506 das principais sessões.

Antes, todavia, da sua antecipada maioridade, debateu-se problema referente aos arquivos europeus, provocada pela proposta de José Silvestre Rebelo, apresentada em sessão de 7 de junho de 1839, com o propósito de pedir “ao corpo legislativo autorize o ministro dos Negócios Estrangeiros para mandar um adido à Espanha e outros

países, a fim de copiar os manuscritos importantes que ali existam, relativos ao Brasil”.

Mais minuciosamente explicou o cônego Januário da Cunha Barbosa, no relatório anual lido em sessão de 3 de novembro:

“Nem se limitou a isto, senhores, o seu favor e proteção (do govêrno).

Convencidos da necessidade de colhermos notícias e documentos importantes à nossa história, e que hoje só se podem encontrar nos tombos e arquivos da Europa, o Instituto, na impossibilidade de empreender por si uma tão necessária colheita, dirigiu-se ao govêrno, requerendo-lhe applicasse um dos adidos às legações do Brasil em copiar nos depósitos públicos de Portugal e da Espanha aqueles escritos que possam dar luz à nossa história e geografia, recomendando igualmente aos encarregados de negócios na Europa o facilitar a execução de tão útil emprêsa. Em glória do govêrno imperial e em honra dêste Instituto, devo dizer-vos, que foi prontamente atendida essa nossa interessante supplica, e que um dos adidos de bastantes luzes, de conhecido patriotismo, e de louvável atividade, o sócio correspondente José Maria do Amaral, foi autorizado para essa tarefa, que será muito vantajosa tanto ao Instituto, como ao govêrno”.

Em confirmação às palavras do primeiro secretário do Instituto, escreveu-lhe o diplomata a 15 de agôsto de 1840:

“Por decreto de 23 de agôsto passado o regente, em nome do imperador, houve por bem remover-me, na qualidade de adido da Legação Imperial de Washington, para as de Lisboa e Madrid; e o despacho que acompanha êsse decreto anuncia-me que o fim principal de tal remoção é encarregar-me de coligir documentos que possam interessar à História do Brasil, na conformidade das instruções que me enviar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deverei corresponder-me diretamente.

“Essas instruções recebi, com efeito, apesar de mui retardadas, cobertas com a polida carta que V. S. fez-me a honra de escrever-me a 11 de setembro daquele mesmo ano. Para começar a executá-las teria eu deixado os Estados Unidos no mesmo dia em que as recebi, se não estivesse então servindo interinamente o lugar de encarregado de negócios.

“Só a 11 de julho deste ano é que pude achar-me em Lisboa, onde as primeiras informações me dizem que para trabalhar com proveito nos arquivos públicos é indispensável permissão dêste govêrno.

“Enquanto a não alcanço, por via do nosso ministro aqui, que ma prometeu sem dificuldade, vou dando os passos preparatórios para a colheita que se puder entre os particulares”.

Ciente, sem dúvida, das informações de Amaral, não tardou providência do ministro dos Negócios Estrangeiros, e 2.^o vice-presidente do Instituto, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, quando solicitado novamente pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, a quem declarou, a 9 de dezembro:

“Acuso a recepção do officio que V.S. me dirigiu na qualidade de secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que pede a reiteração das ordens que em 22 de agosto de 1839 se expediram por esta Repartição ao ministro do Império em Lisboa, para obter do govêrno português a autorização necessária, a fim de que o adido àquella legação possa copiar dos Arquivos e Cartórios públicos os documentos que interessem à nossa História.

Em resposta ao dito officio, tenho de significar a V.S. que não só expedi as ditas ordens, mas pedi também a intervenção do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S.M. fidelissima nesta côrte, e que estou persuadido se não negará uma tal permissão por ventura util a ambos os países, que existem em perfeita harmonia, e por séculos partilharam a mesma sorte”.

Na mesma sessão de 23 de dezembro, foi também lida a opinião do diplomata português, solicitado a apressar o despacho pleiteado.

“Em resposta à carta que V. Excia. me fêz a honra de dirigir-me, em data de 9 do corrente, transmitindo-me a cópia de um officio do secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nesta côrte, para se obter do govêrno de Portugal a precisa autorização, a fim de que o adido à legação imperial do Brasil em Lisboa, José Maria do Amaral, possa copiar dos arquivos e cartórios públicos os documentos que interessem à História do Brasil; cumpre-me dizer a V. Excia. que pela primeira embarcação

expedida diretamente do pôrto desta capital para o de Lisboa, eu levarei ao conhecimento do govêrno da minha augusta soberana aquela requisição, assim como os justos motivos em que ela se apoia, e espero que em tempo competente communicarei a V. Excia. uma resposta favorável”...

Antes, porém, que se ultimassem as decisões dos governos, entendeu Amaral que poderia conseguir valiosos subsídios nos arquivos particulares, entre os quais se apressou em examinar o do marquês de Aracati, diligente capitão-general em mais de uma província do Brasil.

Verificou, desolado, que em Moçambique, onde se extinguiu Oeynhausén, feito seu governador, não houve quem lhe cuidasse de reunir os papéis importantes, que se dispersaram.

Apenas conseguiu uma cópia da “Descrição Geográfica da Capitania de Mato Grosso, ano de 1797”, enviado ao Instituto, que a divulgou em sua Revista (4).

Antes que se iniciasse oficialmente a coleta de documentos relativos à História do Brasil, já se occupava do mesmo assunto quem mais tarde confidenciaria a seus consócios, consoante registrou a ata da sessão de 19 de janeiro de 1843.

“Concluirei assegurando a V.S. que é quase exclusivamente à geografia e à história do nosso país, que o Instituto tanto tem já fomentado, que se dedicam tôdas as minhas horas vagas”.

Assim afirmava F. A. Varnhagen, que esquadrinhou todos os arquivos lusitanos, onde pudesse encontrar valiosa documentação inédita, de que recheiou a sua “História do Brasil”.

Ainda quando não rematasse a magna obra, de que lhe resultou a fama e título de visconde de Pôrto Seguro, bastariam as contribuições avulsas e as doações ao Instituto, para lhe confirmarem a declaração promissora (5).

(4) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XX.

(5) A propósito afirmou Rodolfo Garcia, que bem conhecia a obra do historiador.

“Na qualidade de adido e secretário da legação, foi Varnhagen mandado em comissão especial para examinar os arquivos da Península, à busca de documentos sobre os limites do Brasil. Desempenhando essa delicada missão, ia ao mesmo tempo recolhendo esclarecimentos históricos, que lhe haviam de ser para o futuro grandemente úteis.

O que então Varnhagen revelou de desconhecido e inédito no opulento acervo da Torre do Tombo e outros arquivos portugueses, bem como a seguir.

Na ocasião, enviou, além de outras cópias, o *Compêndio Histórico e Cronológico das Notícias do Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o princípio do ano de 1778, até o fim de 1817, por Joaquim da Costa Siqueira, capitão reformado do Regimento de Milícias*.

Mais tarde, conseguiria o *Roteiro de Pero Lopes de Sousa — A memória descritiva do Brasil de Gabriel Soares de Sousa — As listas dos brasileiros condenados pela Inquisição — O processo da Antônio José da Silva, o judeu*.

Destarte, operavam em Portugal, simultânea ou sucessivamente, José Maria do Amaral, devidamente credenciado, e Francisco Adolfo Varnhagen, que, além de diplomata brasileiro, não dissimulava a sua incontida vocação de historiador.

Era-lhes superior em hierarquia Antônio de Meneses Vasconcelos Drumond, ministro plenipotenciário, que também se comprazia em análogas atividades culturais, como evidencia a iniciativa levada a feliz termo, para a transferência à Biblioteca do Rio dos manuscritos legados pelo sábio naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, incumbido da “Viagem Filosófica” pela Amazônia e Mato Grosso, a partir de 1783, em década fecunda.

Da conjugação de tão decididos esforços resultou a opulência de “documentos mandados copiar pelo senhor Dom Pedro II”, cujo catálogo enumera os originais encontrados na “Tôrre do Tombo”, na “Academia Real das Ciências”, na “Biblioteca de Évora”, no “Conselho Ultramarino”.

A sua publicação no Tomo LXVII, da Revista, alonga-se por 185 páginas e contera cerca de 2.300 documentos, desde simples carta de uma fôlha, até memoriais mais longos, a respeito de assuntos relevantes.

De maneira análoga, esquadrinharam arquivos europeus, a serviço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embora por incumbência do governo imperial, que lhes conferia encargos diplomáticos, os consócios Joaquim Caetano da Silva, que esteve em Lisboa e Haia, de 1850 a 1853, Antônio Gonçalves Dias, que chegou até Dresde, em 1857 e João Francisco Lisboa.

de 1846 a 1848, nos arquivos espanhóis, constituiu a maior contribuição na espécie trazida à historiografia brasileira”.

Visconde de Pôrto-Seguro: *História Geral do Brasil*, 3.^a edição, tomo segundo, pág. 440.

Apenso: Rodolfo Garcia: *Ensaio bio-bibliográfico sobre F. A. Varnhagen, visconde de Pôrto Seguro*.

Mais constantemente por lá estanciaram Varnhagen e Drumond, arraigado em Lisboa, de 1838 a 1852, quando encerrou a sua carreira diplomática, sem deixar de reunir documentos para a História do Brasil.

A respeito da atuação de João Francisco Lisboa, e Antônio Gonçalves Dias, escritores de renome, em suas peregrinações pelos arquivos portugueses, registrou a ata respectiva da sessão do Instituto.

“Propomos que se lembre ao govêrno imperial a conveniência de mandar para os nossos arquivos cópias dos importantes documentos relativos à história pátria, trasladados da biblioteca de Évora pelos consócios Srs. Gonçalves Dias e Lisboa, e que devem existir em algumas das Secretarias de Estado.

Sala das Sessões de 23 de setembro de 1859.

*Dr. J. M. Macedo — J. C. Fernandes Pinheiro —
C. A. de Sousa Filgueiras — Sebastião Soares”.*

Imediatamente providenciou o ministro da Justiça, conforme lhe atestou o ofício, lido em sessão de 20 do mês seguinte, em que afirmou ter “expedido ordem ao conselheiro diretor geral da Secretaria do seu Ministério para remeter ao secretário do mesmo Instituto todos os documentos relativos à história e geografia pátria existentes nas repartições a seu cargo”.

Procedimento análogo tiveram os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no tocante a mapas.

Todavia, mais tarde, ainda tornaria o assunto à baila, na sessão de 12 de julho de 1861, que aprovou as palavras a seguir:

“Proponho que se peça ao Sr. ministro do Império a remessa das cópias dos manuscritos dos arquivos portugueses, que existem na Secretaria a cargo de S. Excia Joaquim Norberto de Sousa e Silva”.

Por seu lado, a Biblioteca Nacional, na época dirigida pelo professor Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, coopera eficientemente para tornar conhecida a copiosa documentação guardada nos arquivos europeus.

Incumbido, em missão oficial, de examiná-los, o erudito bibliotecário visitou, além de outras, a Biblioteca Nacional de Paris, o British Museum, a Biblioteca Real de Munich, a Imperial de Viena, a

Ambrosiana de Milão, a Biblioteca de Haia, onde lhe foi revelada a existência dos papéis da Câmara Zeelandesa, anexados ao Arquivo Real, em 1856, posteriormente às investigações de Joaquim Caetano, que não teve ensejo de manuseá-los.

Embora não lhes promovesse a cópia, Ramiz indicou, em seu relatório, de 30 de maio de 1874 ao ministro do Império (a) as novas e abundantes fontes, de que se utilizariam os pesquisadores brasileiros.

Também a Secretaria de Estado dos Negócios Interiores, quando o Barão Homem de Melo a chefiava, tomou a iniciativa de encarregar o chefe da Terceira Diretoria, Joaquim José de Campos da Costa Medeiros e Albuquerque, de consultar na Torre do Tombo os originaes das bulas e breves pontifícios referentes ao Brasil e sua divisão eclesiástica.

Os manuscritos então coligidos foram, pelo seu enteado, Max Fleiuss, oferecidos ao Instituto, que os publicou no tomo 62 na Revista.

Ao assunto prende-se o ofício datado em Lisboa, aos 13 de outubro de 1880, endereçada por Medeiros e Albuquerque ao ministro do Império, como esclarecimento às passadas que dera, conforme se lê na Revista do Instituto — volume 64, pag. 217.

“Tenho a honra de remeter com êste a V. Excia. o índice cronológico das bulas, breves e outros documentos semelhantes, existentes no Real Arquivo da Torre do Tombo, que interessam ao Brasil e à igreja brasileira”.

E acrescenta que, não obstante estampadas em coleções várias, de Rebelo da Silva, J. Seabra da Silva, padre Antônio Pereira, essas cópias “não têm caráter oficial” e “muitas não podem merecer fé”.

“Por estas razões, conclui, me parece de necessidade ter cópias fieis e autênticas dos documentos originaes”.

Com as iniciativas oficiais, referidas pela rama, alternavam-se as particulares, como a de J. Franklin Massena, que, em 1864, forcejou por examinar, em Roma, os Arquivos da Companhia de Jesus, donde trouxe algumas cópias, oferecidas ao Instituto Histórico.

Como contribuinte espontâneo, ainda há que mencionar Antônio Henriques Leal, que de Lisboa, a 13 de janeiro, escreveu ao primeiro secretário:

“Dirigi-me em meados de 1875 ao Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro, por intermédio do seu mui digno primeiro secretário, o cônego Joaquim Caetano

(a) Relatório do ministro do Império, Rio de Janeiro, 1875 (anexo), conforme indicação do professor José Honório Rodrigues, em seu excelente ensaio: *A Pesquisa Histórica no Brasil*.

Fernandes Pinheiro, comunicando que em minhas investigações particulares deparei nos arquivos portugueses com manuscritos interessantes para a nossa história, uns inteiramente ignorados, outros já apontados por vários escritores, mas sem designação dos lugares, onde paravam. Acompanhava aquele ofício uma relação de tais manuscritos e nele oferecia-me, sem outra remuneração mais do que a satisfação de ser de algum modo útil, para dirigir qualquer cópia, ou cópias que interessassem ao Instituto, a seus membros ou ainda a curiosos que estudem a história pátria”. Sessão de 20 de abril de 1877 (6).

Na mesma Revista, (7) fêz-se referência, no expediente da sessão de 4 de maio de 1877, à carta do visconde do Bom Retiro, de Viena, 22 de março, acompanhada pela relação de “manuscritos convenientes ao Brasil existentes em arquivos de dois conventos em Roma, a fim de serem examinados a se fazer aquisição, por meio de compra ou por cópias, daquelas obras e documentos que o Instituto não possuir”.

Na sessão magna, de encerramento dos trabalhos anuais, a 15 de dezembro de 1877, testemunhou ainda Bom Retiro, que tomara parte na comitiva de Dom Pedro II, em recente viagem pela Europa, o carinho imperial para com o Instituto, “recomendando e acoroçoando pesquisas de manuscritos e aquisições de obras que viessem enriquecer nosso arquivo”.

Também mereceu a atenção do Instituto o arquivo de Haia, a que se refere a proposta a seguir.

“Propomos que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro se dirija ao Exmo. Sr. ministro do Império, pedindo-lhe mui respeitosamente haja de deferir com benignidade a pretensão do bacharel José Higino Duarte Pereira, atenta a utilidade que resultará para a história do Brasil da versão de obras e documentos relativos ao período holandês, que o dito bacharel se propõe consultar nos arquivos e bibliotecas da Holanda — S. R. Rio de Janeiro 10 de dezembro de 1875.

(6) A relação foi divulgada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 40, 2.^a parte, págs. 413 e seguintes.

(7) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 40, página 422.

Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro — Visconde do Bom Retiro. — Candido Mendes de Almeida — A. A. Pereira Coruja — Dr. J. V. Couto de Magalhães — José Tito Nabuco de Araujo — Joaquim Pires Machado Portela — Cônego Manuel da Costa Honorato — Dr. César Augusto Marques. — Felizardo Pinheiro de Campos. — Dr. Manuel Duarte Moreira de Azevedo — Carlos Honório de Figueiredo (8).

Sócio correspondente desde essa data, José Higino contribuiu para aumentar o arquivo do Instituto, como assinalou a sua carta de Haia, de 2 de outubro, lida em sessão de 13 de novembro de 1885.

“O Instituto Histórico do Rio de Janeiro deseja saber se nos arquivos públicos dêste Reino existem outros documentos de importância para a história das lutas dos holandeses no Brasil, além daqueles que o Dr. Joaquim Caetano da Silva fez copiar entre os anos de 1850 e 1853.

“Sim: no arquivo público de Haia, além dos documentos que o finado Dr. J. C. da Silva fez copiar para o Instituto do Rio de Janeiro, e que são pouco mais ou menos os mesmos de que se servira Netscher para escrever a sua *História dos Holandeses no Brasil*, existe uma enorme quantidade de outras que não foram ainda aproveitadas nem sequer examinadas anteriormente”.

“Os documentos consultados por J. C. da Silva são os que pertenciam ao Arquivo dos Estados Gerais, e as peças a que me refiro são as que pertenceram ao arquivo da Companhia das Índias Ocidentais, o qual somente em 1859 foi recolhido ao arquivo de Haia, e portanto muitos anos depois da visita de J. C. da Silva a êste estabelecimento e da publicação do livro de Netscher.

“Atualmente o arquivo público de Haia possui em documentos concernentes ao Brasil dez vezes mais do que continha em 1854 e êsses documentos são de maior valor histórico, atentas a sua origem e natureza” (9).

(8) *Revista*, tomo 38, parte II, pág. 381.

(9) Na relação, informa o pesquisador: “O Arquivo Real dos Países Baixos, com relação aos documentos que dizem respeito ao Brasil Holandês, é uma coleção de arquivos”.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 48, parte II, págs. 395 e seguintes.

De outra feita, o próprio Instituto designou um dos seus colaboradores, conforme declarou o primeiro secretário, Max Fleiuss, em sessão de 18 de março de 1907.

“Julgo oportuna a ocasião para comunicar-vos que consegui enviar a Portugal um dos meus auxiliares da Secretaria, Dr. Norival de Freitas, para o fim de estabelecer convenientemente o serviço de cópias nos arquivos de Lisboa, Évora, Coimbra e Porto. Êste emissário nosso, que daqui partiu a 8 dêste mês pelo paquete *Oriana*, valiosamente recomendado pelo Sr. presidente e pelos ilustres consócios Srs. conselheiro Camelo Lampreia, visconde de Ouro Preto e conde de Afonso Celso, estou plenamente certo, dará inteiro cumprimento à tarefa de que o incumbi.

E releva ponderar que semelhante viagem só custou ao Instituto a soma de oito libras esterlinas, pois que tôdas as outras despesas em quase nada pesaram ao nosso grêmio”.

Confirmando a declaração do primeiro secretário, frisou o escolhido que êste lhe confiara a “missão de ir a Portugal por conta dessa Associação, a fim de visitar os principais arquivos e bibliotecas daquele país, de onde desejava extrair os elementos que dissessem respeito à nossa história”.

Munido de carta de 26 de fevereiro, achava-se “autorizado a contratar copistas que de perto me pudessem auxiliar nas transcrições, dos documentos que me parecessem interessantes à nossa História, especialmente com relação ao Rio de Janeiro (parte mais exigua do nosso arquivo) que aos poucos fôsse conhecendo nas investigações procedidas nas bibliotecas e arquivos, quer públicas, quer particulares, de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora”.

Na Torre do Tombo, mandou copiar o “volumoso processo-crime do padre Manuel de Moraes”, assim como vários “regimentos fornecidos pelo rei de Portugal a diversas autoridades vindas para o Brasil, no século XVII e princípios do século XVIII”.

“Com algum resultado para o Instituto”, acrescentou em relatório, “visitei as bibliotecas do Palácio da Ajuda e a Academia Real das Ciências”.

E depois de andar em busca de boa documentação pela biblioteca do Porto, da Universidade de Coimbra, de Évora, condensou, em relatório datado de 31 de agosto de 1907, o resultado de suas coletas, conforme indica o tomo 70 da Revista, parte 2.^a, das páginas 823 a 897.

Regimentos, cartas, alvarás e mercês, memoriais e papéis avulsos aí se arrolam, todos ligados à História do Brasil.

Mais tarde, outro delegado do Instituto, Dr. Pedro Souto Maior, recebeu credenciais para representá-lo perante o Congresso de História Hispano-Americano, que se deveria reunir em Sevilha, ao principiar abril de 1914.

Ultimadas as sessões, permaneceu ainda na capital andaluza, a “colher documentos referentes ao Brasil no “Arquivo de Índias”.

Ao dar conta de sua iniciativa, acrescentou o pesquisador: “adquiri cópia de 100 documentos, sendo 80 de correspondência diplomática, dos quais a maior parte cedi à Biblioteca Nacional, mas seus sumários figuram na minha relação”.

Depois, esteve em Madrid, em cujo Arquivo Nacional, continuando as suas investigações, catalogou cerca de 1.200 documentos.

Por essa ocasião frequentou a Biblioteca Nacional, a “Academia Real de la Historia”, o Arquivo Hidrográfico, antes de ir a Simancas, onde obteve mais de 130 documentos para a sua relação, ao examinar o arquivo instalado no “Castillo de los Almirantes de Castilla” (10).

Inspirados por análogos propósitos perseveraram J. Franklin Massena, em pesquisas nos arquivos romanos da Companhia de Jesus, de que obteve cópias interessantes, oferecidas ao Instituto, e, mais tarde, já neste século, Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, que se valeu da sua permanência na Áustria e das regalias de diplomata, para manusear a documentação lá existente a respeito do Brasil, e conseguiu valiosas reproduções, especialmente a correspondência do barão Wenzel de Mareschal, publicada pela Revista do Instituto (tomos LXXVII e LXXX). Com fecunda perseverança, atuou Capistrano de Abreu, mediante cartas elucidativas aos seus correspondentes em Lisboa e outras capitais, em cujos arquivos se encontram papéis relacionados com o passado brasileiro, que trouxe a lume nas *Cartas Jesuíticas*, nas *Confissões* e *Denúncias da Bahia*, entre várias outras coletâneas de valor incontestável. Se o grande historiador não necessitou de esquadrinhar os arquivos estrangeiros, para fundamentar exaustivamente ensaios incomparáveis, procedimento diverso distinguiu o seu conterrâneo e amigo, barão de Studart e, de igual modo, Alberto Lamego, autor de *A Terra Goitacá*, opulentamente recheada de documentos inéditos, colhidos nas fontes européias.

(10) Em sua relação, publicada pela *Revista do Instituto* no tomo 80, páginas 15 a 287; incluem-se 1.464 verbetes, muitos dos quais valorizados por esclarecedores comentários.

Do primeiro, basta a relação das obras que editou, mencionadas por J. Honório Rodrigues, para lhe evidenciar o resultado de fecundas investigações.

Aos documentos para a História do Brasil e especialmente do Ceará, documentos do tempo da Independência, documentos da Revolução de 1817, documentos para o litigio sobre limites entre Ceará e Piauí, seguiram-se outros, de consulta indispensável aos historiadores.

INICIATIVA OPORTUNA

Não obstante nascido em Portugal, consagrou-se Duarte da Ponte Ribeiro ao serviço do Brasil, para onde veio em 1808, na comitiva realenga.

Formado embora em medicina, deixou-se empolgar pela diplomacia e estudo das questões fronteiriças, que o obrigaram a aprofundar os seus conhecimentos históricos e cartográficos.

Representante do Brasil em vários países sul-americanos e europeus, não perdia ensejo de visitar-lhes os arquivos e reunir documentação em que se apoiavam os seus memoriais.

Conhecedor arguto, ao descobrir no Arquivo Militar mapas, que seriam mais úteis a Portugal, ideou devolvê-los, desde que houvesse alguma compensação.

Sugeriu ao governo imperial a substituição por outros, das coleções lusitanas, que interessassem ao Brasil.

Accita a indicação, coube a Antônio Peregrino Maciel Monteiro, comunicá-la ao ministro dos Negócios Estrangeiros, duque de Loulé, a 4 de dezembro de 1863, em termos claros.

“Havendo o governo imperial, dizia o barão de Itamaracá, encarregado o conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro de examinar e colleccionar sistematicamente os mapas geográficos, planos e memoriais existentes na capital do Império, deparou o mesmo conselheiro com alguns trabalhos importantes concernentes exclusivamente ao reino de Portugal.

Em presença do resultado de tais investigações resolveu o mesmo governo imperial propor ao de sua majestade fidelíssima a permuta dos aludidos trabalhos por outros que por ventura existir possam nos arquivos portuguezes e que se refiram ao território brasileiro”.

Lucrariam ambos os países com a troca, baseada em conveniências recíprocas.

Por isso, “a proposta foi imediatamente aceita pelo governo de Portugal”, informa Luís de Pina Manique, ao tratar do “Convênio Luso-Brasileiro de 1867 sobre Cartografia Portuguesa”.

Para acompanhar o cartógrafo e diplomata do Brasil, em suas investigações nos arquivos de Lisboa, o governo escolheu os seus técnicos mais conceituados, que lhe facilitaram as pesquisas.

Todavia, alongaram-se por mais de um triênio, antes que fôsse firmado o documento de 14 de janeiro de 1867, que assim resa :

“Nós abaixo assinados, Felipe Folque, do conselho de sua majestade fidelíssima general de brigada graduado, e diretor dos trabalhos geográficos estatísticos e de pesos e medidas, e Duarte Ponte Ribeiro, conselheiro e enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de sua majestade o imperador do Brasil comissionados pelos respectivos governos para efetuar o convênio em que ambos concordaram de trocar os mapas e planos geográficos concernentes ao território do Brasil existentes nos arquivos de Lisboa por outros de igual classe relativas ao território de Portugal que estavam no Arquivo Militar do Rio de Janeiro; depois de examinarmos e conferirmos os encontrados nos referidos arquivos que se acham hoje reunidos neste Instituto Geográfico, realizamos nesta data a recíproca permutação recebendo seu comissionado do governo de sua majestade fidelíssima os constantes da seguinte relação por nós ambos assinada em duplicata.

Lisboa, no Instituto Geográfico, aos quatorze dias do mês de janeiro de ano de mil oitocentos e sessenta e sete. Felipe Folque Duarte da Ponte Ribeiro.

Pelo convênio, Portugal recebeu “em 78 rolos os 157 lotes com os exemplares” escolhidos, ao passo que ao Brasil tocariam 182, conforme a relação constante do anexo A, transcrito da memória de Pina Manique, por ser ainda escassamente divulgada.

COOPERAÇÃO FECUNDA

Em 1907, o professor Manuel Cícero Peregrino da Silva, a exemplo do insigne antecessor na diretoria da Biblioteca Nacional, foi incumbido de estudar as organizações bibliotecárias européias e norte-americanas. Visitou as de Paris, de Bruxelas, de Haia, de Berlim, Viena, Madrid, de Leipzig, a de Lisboa e Arquivos da Torre do Tombo. Aí foi-lhe dado avaliar a competência do Dr. Eduardo de Castro e Almeida, conhecedor de vasta documentação inédita, cuja cooperação lhe pareceu útil para a reforma que ideara nos processos

aquisitivos de elementos de pesquisas históricas, por meio de especialistas contratados.

Primeiro conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa, e diretor da seção IX, resultante da reunião da papelada do Conselho Ultramarino, extinto em 1833, e do Arquivo da Marinha, propôs-se organizar o “Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar”.

Comprometeu-se a “extrair um verbete ou bilhete de inventário para cada um dos documentos, a fazer extratos de alguns ou mesmo transcrevê-los na íntegra, quando mais importantes, e a organizar para os verbetes extraídos durante o ano, que devem ser 6.000 aproximadamente e corresponder a 6.000 documentos no mínimo, três índices, a saber, por nomes, por apelidos e por assuntos” (11).

À medida que recebia o resultado das pesquisas do seu correspondente, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro empreendia a respectiva publicação em seus “Anais”, a partir do volume XXXI, correspondente ao ano de 1909.

E assim continuou nos volumes XXXII — XXXIV — XXXVI XXXVII — XXXIX — XLVI — L, até a declaração do respectivo diretor, de setembro de 1929, no volume LVIII, quando já se tinha interrompido a execução do contrato.

“Estes anais, afirmou então, já publicaram em oito opulentos tomos, os inventários dos documentos do Arquivo da Marinha e Ultramar, hoje Arquivo Histórico Colonial, referentes à Bahia e Rio de Janeiro, cerca de 50.000 verbetes, e ainda se contam por milhares os que dizem respeito às outras capitanias, ali custodiadas”.

Nesse mesmo volume, divulgaram-se os “Índices das Consultas do Conselho da Fazenda e das Mercês Gerais”, precedidos de informação esclarecedora:

“O material agora recolhido faz parte da coleção de documentos trazida dos arquivos portugueses pelo meritório pesquisador Doutor Luís Camilo de Oliveira Neto, graças ao louvável espírito de cooperação dos eminentes historiadores, Drs. Manuel Murias e Ernesto Enes, diretor e chefe de seção do Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa”.

(11) Relatório do diretor da Biblioteca Nacional, Dr. Manuel Cícero Peregrino, que declarou, a 15 de fevereiro de 1909: “A parte organizada, correspondente ao exercício de 1908, contém 66.425 verbetes referentes a 6.022 documentos e dos três índices respectivos”.

A propósito, explicou ainda o historiador Rodolfo Garcia: “O Conselho da Fazenda foi criado, sob Felipe II, em 1591, para substituir os *veedores* da fazenda real, com poderes mais extensos e funções mais definidas.

Repartia-se em quatro seções, das quais a primeira tinha a seu cargo os negócios do reino; a segunda, os das Índias, da Mina, da Guiné, Brasil, São Tomé e Cabo Verde; a terceira, os das ordens militares e das ilhas da Madeira e Açores; a quarta, finalmente, os da África (Marrocos) e o contencioso.

“Porque essa reforma não apresentasse os resultados que se esperavam, o duque de Lerma, ministro de Felipe III, no sentido de fortalecer a administração superior das colônias, confiou em 1604 essa administração a um conselho, intitulado das Índias, à imitação do que existia em Castela desde 1524; dividia-se êsse tribunal em duas seções: uma para os negócios do Brasil e África, outra para os estabelecimentos do Oceano Índico. “Sua competência estendia-se aos negócios civis, aos negócios religiosos, antes a cargo da Mesa da Consciência e Ordens, e aos negócios judiciários, à conta até então do *Desembargo do Paço*”.

Também da iniciativa do diretor Manuel Cícero, resultou a colaboração do R. R. Schuller, que se ofereceu para realizar investigações européias, especialmente em Madrid e Sevilha, “sobre o problema cartográfico e etnológico da bacia do Amazonas”. Aceita a proposta, a 16 de maio, começou a trabalhar, de maneira que, a 5 de dezembro de 1911, despachava a primeira remessa de documentos.

Antes de encerrar o mês, descobriu — “Arte, Vocabulário y Doctrina Christiana”, em língua saliva, composta de três códices, que “constituem um verdadeiro tesouro linguístico e bibliográfico, pois se trata dum idioma índio, que muito pouco se conhecia”.

“Da Espanha transportou-se à Inglaterra, onde continuou as suas pacientes indagações”.

“A vasta coleção de documentos colhidos escrupulosamente, comenta José Honório Rodrigues, a competência e o rigor das investigações, o espírito crítico que presidiu às cópias, a bibliografia de manuscritos e livros sob etnologia e linguística americana e história primitiva da América bem dizem de mais esta iniciativa de Manuel Cícero, da sua escolha e do autor que honrou o mandato”.

Não somente os arquivos de Portugal e Espanha guardam documentos referentes à História do Brasil.

A Inglaterra também possui coleções preciosas, conforme indicou o “Catálogo dos Manuscritos portugueses existentes no Museu Bri-

tânico”, organizado pelo erudito A. Frederico F. de La Figanière, e impresso em Lisboa em 1853. “Dez anos depois, ajuntou Oliveira Lima, o nosso Varnhagen fez um aditamento ao referido Catálogo, o qual imprimiu na Havana, e onde se limitou a dar singela enumeração dos códices adquiridos pelo Museu no leilão da livraria de Lord Stuart de Rothesay, no ano de 1855”.

Como necessitassem ambos os trabalhos de correções, “o nosso malogrado confrade e distinto escritor Snr. Eduardo Prado teve a boa idéia de aumentar, corrigir e pôr em dia no tocante ao Brasil o livro clássico do Snr. Figanière, mas não podendo realizar seus intentos, fez-me dêle parte e sugeriu-me a resolução de empreender a sua execução”.

Atuava, então, Oliveira Lima na legação brasileira em Londres, e valeu-se da oportunidade para lhe examinar o acervo histórico.

“Não aninho a pretensão, explico no limiar do seu relatório, que o Museu Britânico ficasse desta feita absolutamente devassado para os estudiosos da História Brasileira; adiante, porém, com bons fundamentos, que a atual relação fornece dados incomparavelmente mais completos do que as duas anteriores, além de as pôr ao corrente das recentes aquisições do grande repositório literário britânico”.

Ao datá-la em Londres, a 28 de fevereiro de 1901, estava certo de ter contribuído para auxiliar os historiadores, pois que, dizia, “o curioso nacional encontrará reunidos nas páginas que se seguem, e quanto possível resumidos no seu conteúdo e considerados no seu valor, os documentos cuja indicação teria de procurar com grande fadiga e desperdício de tempo em enormes e secos catálogos, abrangendo forçosamente todos os assuntos”.

Distribuídos por várias coleções, Harleiana, Cottoniana, Lansdowniana, de Jorge IV, Egertoniana, Sloaniana, Birch, os códices arrolados ainda se completaram com os “Manuscritos Adicionais”, que lhes elevaram o número a 181 peças, descritas e comentadas (12).

Também contribuíram para o enriquecimento das coleções de documentos estrangeiros referentes à História do Brasil, Duarte da Ponte Ribeiro, encarregado de missões diplomáticas pelo governo imperial, o Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco, plenipotenciário do Brasil perante tribunais Arbitrais que decidiram os limites do país em litígios memoráveis ao Sul e ao Norte.

(12) O Tomo LXV da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, parte II, publicou o resultado das pesquisas do historiador Oliveira Lima, da pág. 2 a 139.

Para elaborar as suas memórias, em defesa da causa que lhes foi confiada, recorreram a opulenta documentação estrangeira, de que se valeram a primor.

Cópias autênticas de correspondência inédita, de memoriais e principalmente de mapas de vária espécie, anexaram-se, então, aos papéis da Missão Especial, que se acham recolhidos ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, no Palácio Itamarati.

Semelhantemente, o ministro Oliveira Lima conseguiu reunir grande número de manuscritos e livros indispensáveis ao conhecimento do passado brasileiro, mas as suas coleções, em vez de permanecerem no Brasil, valorizam a Biblioteca do seu nome, doada à Universidade Católica de Washington.

Esporadicamente, mais de um Estado brasileiro enviou pesquisadores aos Arquivos europeus, para a coleta de informes que lhe interessassem à história.

Assim ocorreu com José Higino Duarte Pereira, que, estimulado pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, cruzou o Atlântico em 1885, para compulsar, em Haia, os documentos indicados pelo seu antecessor na peregrinação, a quem se referiu.

“O ilustrado Sr. Dr. Benjamin Franklin Ramiz Galvão tendo sido encarregado pelo Governo Imperial de visitar as principais bibliotecas da Europa, apresentou o seu relatório ao Ministro do Império em 30 de Maio de 1874 e aí fez menção de algumas coleções de documentos do século XVII acerca do Brasil; as quais conquanto parecessem ter o mais alto valor histórico, eram completamente desconhecidas”.

Dos exames a que procedeu derivou o “Relatório sobre as pesquisas realizadas em Haia”, impresso em Pernambuco, onde aflorara a iniciativa (13).

(13) A propósito, assinalou a Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, pela palavra de Maximiliano Lopes Machado, ao telacionar os fatos mais importantes para a existência da associação, ocorridos em 1886 e meses antes. “Em Londres conseguiu o nosso enviado, por graciosa permissão do Museu Britânico, a cópia dos dois volumes de cartas régias, que aí encontrareis, tendo a fortuna de descobrir o original do registro completo da correspondência oficial de F. X. de Mendonça Furtado, governador do Pará...”.

“Em Haia, onde o Sr. Dr. José Higino foi acolhido com honrosas distinções pelo governo e homens de letras” ...

“Dedicou-se ao estudo e investigações dos documentos originais que mais convinham ao esclarecimento da história da Província”.

“Obreiro incansável e zeloso, copiou uns e fez copiar outros, que foram autenticados, depois, pelos oficiais designados pela autoridade superior do Arquivo Nacional”.

Embora antecipasse o regresso, em janeiro de 1886, conseguiu José Higino, durante a sua permanência, de cerca de 12 meses em “desempenho da comissão

Por sua vez, a Bahia, para ajuntar diplomas legais, em que se baseassem os seus direitos a pretensões territoriais, incumbiu o historiador Brás do Amaral de investigações nos arquivos de Portugal (14).

Fecunda e valiosa investigação em arquivos europeus, para auxílio de pesquisadores brasileiros, resultou igualmente da iniciativa do historiador Affonso d'E. Taunay.

Diretor do Museu Paulista, que anteriormente se consagrava a estudos de ciências naturais, imprimiu-lhe a marca de suas preferências intelectuais, ao criar os "Anais do Museu Paulista", cujo primeiro tomo aflorou em 1922, com o título de "comemorativo do primeiro centenário da Independência Nacional".

Em correspondência com as atividades criadoras da secção histórica no grandioso estabelecimento, começou a divulgar inéditos de suma relevância, tanto obtidos no país, como adquiridos no estrangeiro.

"Para o estudo do passado paulista, afirmou com a autoridade acatada de quem mais sagazmente examinou o assunto, importância capital cabe à documentação espanhola na parte relativa à expansão bandeirante, ao sul e a oeste...

"Ao passo que os papéis portugueses, são sobremodo escassos, lacunosos e sóbrios sobre as lutas das bandeiras com os espanhóis, abundam — os de origem castelhana.

"Já desde trinta anos atrás chamara Martim Francisco a atenção dos poderes públicos para a necessidade de se proceder à cópia destes documentos no Arquivo de Simancas.

que, com autorização do Governo, lhe incumbiu este Instituto, de extrair cópias de documentos oficiais existentes no arquivo e biblioteca da Holanda, relativos à luta dos holandeses no Brasil", valiosas coleções cuja relação elaborou com esmero. O seu relatório foi lido em sessão de 9 de maio de 1886.

(14) A incumbência resultou do decreto a seguir: "O Doutor Governador do Estado resolveu designar o Dr. Brás Hermenegildo do Amaral, lente de História Universal e do Brasil do Ginásio da Bahia, para, em comissão, sem prejuízo de seus vencimentos, encarregar-se de pesquisar nos Arquivos Portuguezes, especialmente no Ultramarino, que constitui uma das secções da Biblioteca Nacional de Lisboa e no da Torre de Tombo, vários documentos que se fazem precisos para esclarecer e firmar os direitos deste Estado nas questões de limites existentes entre o mesmo e outros Estados vizinhos.

Palácio do Governo do Estado da Bahia — 12 de agosto de 1912 — J. J. Seabra — Arlindo Fragozo".

Dessa comissão resultou a entrega ao Arquivo Público da Bahia de cópias autênticas, de documentos escolhidos, conforme declarou o Dr. Brás do Amaral em "Limites do Estado da Bahia" — 1.º volume 1916 — 2.º volume 1917.

“Chegou mesmo a propor no Congresso Paulista a votação de uma verba de dez contos de réis para tal fim, não se tendo aliás levado a cabo tão útil projeto.

“A leitura do monumental trabalho de Pablo Pastells, vem incitar-nos a pôr em prática um projeto desde muito acarinhado.

“Começamos a fazer copiar documentos paulistas no Arquivo Geral das Índias, de Sevilha, deixando de mandar proceder a pesquisas em Simancas, à vista do resultado da busca ali feita pelo nosso prezado consócio Dr. Pedro Souto Maior, em comissão do Instituto Histórico Brasileiro.

“Verificou o erudito historiógrafo pernambucano, que os papéis relativos a São Paulo parecem poucos em Simancas, tendo-se concentrado sempre em Sevilha.

“Aí está por que só indica Pastells papéis sevilhanos na enorme documentação que aponta.

“Começamos agora a publicar êstes documentos espanhóis, rematou o douto historiador das Bandeiras Paulistas, na exploração preliminar, certo de que prestamos relevante serviço à história de São Paulo e do Brasil”.

Em verdade, por mais de trezentas páginas vieram a lume inéditos indispensáveis ao conhecimento de fatos, que permaneciam ainda obscuros, por falta de depoimentos esclarecedores.

A publicação desta maneira encetada continuou por vários tomos, inclusive o XIII, em que há referência do atual diretor, Sérgio Buarque de Holanda, que assinalou, a propósito:

“E’ justo mencionarem-se em primeiro lugar os documentos do Arquivo Geral das Índias, de Sevilha, relacionados com a expansão paulista ao sul e a oeste, mandados copiar e publicados pelo Dr. Affonso d’E. Taunay e que constituem fonte obrigatória para o estudo da história das bandeiras. Êsses documentos encontram-se nos volumes I — II e V”.

“Prosseguindo na realização do Programa que lhes assegurou essa situação (referia-se ao prestígio de que disfrutam como publicação especializada no país e no estrangeiro)”, os “Anais do Museu Paulista” abrangem, no presente volume, tôda a parte ainda não publicada dos Documentos do Arquivo de Sevilha, relativos à expansão paulista e de que existe cópia no Museu” (15).

(15) *Anais do Museu Paulista* XIII, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1949.

“Mais recentemente, outra instituição desenvolveu análogos esforços, no tocante à divulgação de documentos obtidos em arquivos estrangeiros.”

Ao passo que o Museu Paulista se enquadra no âmbito da administração estadual, o Arquivo Histórico, subordinado ao Departamento de Cultura, constitui uma das ramificações da Prefeitura do Município de São Paulo.

Para evidenciar a relevância das contribuições que vem promovendo para os estudos históricos, o seu diretor, Dr. Nuto Santana, empreendeu a cópia de documentos guardados no “Arquivo Nacional de Assunción”.

Na Capital do Paraguai, ocupava-se o professor Walter Wey do ensino da literatura luso-brasileira na Faculdade de Filosofia.

De bom grado aceitou a missão que lhe foi confiada, e não tardou em comprovar a sua eficiência a respeito da qual explicou:

“Os papéis dêste primeiro bloco relacionam-se com o século XVII”. Outros documentos que falam do Brasil, acrescentou, “podirão ser publicados gradativamente, à medida da sua importância e à medida que formos encontrando no Arquivo. Trabalho difícilíssimo, pois o arquivo não possui índice elucidativo ou localizador dos Documentos.”

Estamos realizando um completo inventário dos papéis relativos à nossa terra ou indiretamente relacionados com ela”.

Destarte, saiu a lume o volume XXXV da Coleção do Departamento de Cultura com o título de:

“Bandeirantes no Paraguai — Século XVII — (Documentos inéditos).

Publicação do Arquivo Histórico — 702 págs. São Paulo — 1949”.

Dispensável, sem dúvida, encarecer a valia destas contribuições, que põem ao alcance dos pesquisadores brasileiros e de quaisquer estudiosos, opulenta documentação, que só os arquivos distantes poderiam proporcionar-lhes (16).

Não simplesmente em resumos aguçadores da sua curiosidade, mas em cópias completas, como ocorreu com as primeiras iniciativas promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos Ar-

(16) Depois de ultimado êste ensaio, veio a lume o volume II dos *Anais do Primeiro Congresso da História da Bahia*, no qual se incluiu o *Índice Abreviado dos Documentos do Século XVII*, guardados em vinte caixas no Arquivo Histórico Colonial, de Lisboa. Elaborado em comemoração ao 4.º Centenário da fundação da cidade do Salvador, sede do Governo Geral

quivos de Portugal, para maior satisfação dos historiadores, que se têm utilizado a primor de tão valiosas fontes, sem cujo auxílio não seriam elaboradas muitas das obras que mereceram aplausos dos mais competentes especialistas.

ADITAMENTO

Já se achava ultimado êste resumo histórico das missões brasileiras enviadas aos arquivos europeus, quando veio a lume a excelente contribuição do Professor José Honório Rodrigues, *As fontes da História do Brasil na Europa*, (Imprensa Nacional, 1950). Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional foi convidado pelo Conselho Britânico para visitar "Instituições inglesas, bibliotecas, arquivos e universidades", cujos professores de história lhe seriam apresentados.

A viagem que realizou, de fevereiro a maio, à Inglaterra, estendeu-se a outros países, com análogos objetivos, a saber:

- "1) Pesquisar o material brasileiro ali existente;
- 2) esforçar-nos pela organização de inventários dêstes documentos, para de futuro microfilmá-los ou copiá-los fotostaticamente, enriquecendo enormemente a documentação sôbre o Brasil em nosso poder;
- 3) estabelecer o sistema de intercâmbio entre as instituições brasileiras e as européis;
- 4) conhecer os professores universitários e as instituições históricas".

Em Portugal ao visitar o Arquivo Histórico Colonial, que contém, por sumária estimativa, mais de 500.000 peças, teve a boa sorte de encontrar a Professora Gwendolin Cobb, da Universidade da Califórnia, que, interessada, em analisar aspectos econômicos do Brasil, "está copiando todos os documentos relativos ao nosso país, existentes naquele Arquivo".

Pretende, mais tarde, operar em outros, com a mesma decisão de obter o maior número possível de reproduções fotográficas.

Entenderam-se ambos os pesquisadores e, conseguida a anuência do diretor da Biblioteca da Universidade da Califórnia, ficou ajus-

então constituído, contém referências a 4.384 peças, assinaladas pela arquivista Luiza da Fonseca.

Espontaneamente empreendeu cuidadosas investigações na repartição em que se concentra preciosa documentação portuguesa, atuando como se fôra incumbida por alguma instituição, particular ou oficial, de semelhantes pesquisas, de suma relevância para o melhor conhecimento da história do Brasil, na fase a que se reportam.

tação que “os documentos fotografados pela Professora Cobb seriam copiados no laboratório da Universidade e fornecidos à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, mediante a oferta de documentos brasileiros existentes nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro”.

A execução de semelhante convênio contribuirá, sem dúvida, para opulentar os arquivos brasileiros com papéis procedentes de Portugal, semelhantemente ao que sucederá em relação aos dois outros países se forem adotadas as providências sintetizadas nas conclusões que formulou.

1) PORTUGAL:

a) E' indispensável continuar a catalogar os documentos do Arquivo Histórico Colonial. Soubemos que competentes pesquisadores estavam dispostos a êste trabalho mediante a remuneração mensal de 2.000,00 escudos. Na combinação poder-se-ia estabelecer a média mensal de produção de fichas;

b) é indispensável promover a catalogação dos vários arquivos e bibliotecas portugueses. Combinamos com D. Carlota Pereira, da Biblioteca Nacional de Lisboa, a catalogação dos documentos brasileiros daquela instituição. E com o Sr. Florentino Cardoso a catalogação do suplemento do Arquivo de Evora, Elvas, Assembléia Nacional, Ministério da Marinha e Biblioteca Pública Hortensiana;

c) os documentos do Arquivo da Torre do Tombo, no qual estão incluídos os do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores até 1852, estão sendo incluídos no inventário promovido pelo Instituto para Alta Cultura;

d) a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro deve ampliar as instalações do gabinete fotográfico, a fim de atender à permuta combinada com a Universidade de Califórnia, que oferecerá à Biblioteca Nacional cópia de todos os documentos microfilmados em Portugal, por intermédio da Professora G. Cobb, em troca da microfilmagem de documentos dos Arquivos brasileiros feitos pela Biblioteca Nacional.

2) INGLATERRA:

a) O suplemento da Relação de Manuscritos existentes no Museu Britânico, de Oliveira Lima, está sendo preparado e será publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional*;

b) é indispensável organizar a Lista dos Documentos relativos ao Brasil do Public Records Office;

c) é necessário fazer o índice dos Documentos relativos ao Brasil impressos nos *Calendars State Papers*;

d) é necessário elaborar um índice dos Documentos relativos ao Brasil publicados nos Reports da Real Commission on Historical Documents.

3) PAÍSES BAIXOS:

a) E' necessário proceder à pesquisa definitiva sôbre as "Acten notarielen" do Oud Archief de Amsterdam, elaborando um inventário. O trabalho poderá ser feito sob a orientação do Professor da Universidade de Amsterdam, Jan Romeijn e do Diretor do Arquivo, Mr. W. F. H. Oldewelt, pelos estudantes do primeiro, já que o Oud Archief não conta com pessoal para tal tarefa. Êste trabalho deve começar pelas duas mais importantes coleções, De Schaef e De Winter e seu custo com o emprêgo de três estudantes será de Cr\$ 2.250,00 por mês. Num prazo de dois anos estarão examinados 19.000 fôlios;

b) é indispensável microfilmar todo êste material;

c) a Biblioteca Nacional publicará brevemente a lista dos documentos relativos ao Brasil existentes no Archief van het Departement van Buitenlandsche Zaken, do Algemeen Archief;

d) é necessário proceder a um inventário completo do Algemeen Archief e microfilmar o material encontrado.

4) FRANÇA:

a) E' indispensável elaborar os catálogos e índices dos documentos dos Arquivos e Bibliotecas da França, relativos ao Brasil. Deve-se tomar como base os catálogos franceses, já publicados, e os norte-americanos impressos pela Carnegie Foundation;

b) satisfeito o item primeiro, deve-se proceder à microfilmagem, excetuados os documentos já microfilmados e existentes na Biblioteca do Congresso, em Washington, que poderia fornecer-nos cópias, pelo sistema de permuta.

5) ITÁLIA:

a) E' necessário proceder a uma pesquisa definitiva nos Arquivos do Vaticano e no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores;

b) feita a lista, depois da pesquisa, deve-se proceder à microfilmagem.

6) ESPANHA:

a) Assim como os portugueses, os arquivos e bibliotecas espanhóis contêm uma documentação preciosa e vasta, reclamada pelos estudio-

soz brasileiros desde a época de Varnhagen. A elaboração de um catálogo de manuscritos dos Arquivos de Espanha, especialmente de Sevilha, Simancas e Madrid, foi combinada com o Sr. Secretário Geral do Instituto, Fernando Oviedo, do Consejo Superior de Investigaciones Científicas, sob a base de divisão igual das responsabilidades e das despesas. Calculou o Sr. Professor Ballesteros Gaibrois em 18.000 pesetas anuais a quantia que deveria ser dispendida por uma instituição brasileira em combinação com o Consejo Superior de Investigaciones Científicas, cabendo a cada um a metade do ônus. O trabalho seria realizado por pesquisadores espanhóis, selecionados pelo Instituto acima referido;

b) só depois de elaborado o Inventário seria iniciada a microfilmagem”.

O plano evidencia-se promissor e de larga envergadura, mas dependente de recursos apropriados e continuidade administrativa.

A sua execução dotará o Brasil com a documentação abundante dos arquivos e bibliotecas de Portugal, do British Museum, do Public Records Office, que “só sobre o comércio escravo, por exemplo, possui 2.276 peças manuscritas, e sobre o Brasil em geral, 865 volumes”, dos Países Baixos, donde procedem as duas coleções: “a existente no Rio de Janeiro, reunida por Joaquim Caetano da Silva e a de Pernambuco, feita por José Higino Duarte Pereira”.

“Ainda permanece, porém, Oud Archief de Amsterdam uma valiosíssima coleção, nunca usada e, ao que sabemos, nunca indicada nos trabalhos de bibliografia e de fontes”.

“São cerca de 20.000 volumes e de, aproximadamente, 5.000.000 de documentos em excelente estado de conservação”.

Por avaliação rápida, consoante parecer do diretor W. F. H. Oldeweet, “433 volumes e maços tratam do Brasil” e 544 provavelmente “contêm matéria referente aos holandeses no Brasil durante os séculos 16 e 17”.

A França também contribuirá com os papéis que se guardam na “Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca de Paris, Biblioteca de Santa Genoveva, Arquivo Nacional, Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, Biblioteca do Arsenal, Biblioteca Mazarin, Instituto de França”.

A respeito, acham-se publicados “vários catálogos de manuscritos”, além dos elaborados por Waldo Leland, Johnng, Meng, Abel Doysie, sob o título *Guide to materials for American history in the libraries and archives of Paris* (1932-1943) em 2 tomos, sendo o primeiro relativo às bibliotecas e o segundo ao Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.

Completar-se-á a coleta nos estabelecimentos italianos e espanhóis, em que se arquivaram documentos de alta valia referentes à história do Brasil.

Será empreendimento de fecundas consequências, que, uma vez realizado, contribuirá para o esclarecimento de fatos, ainda incompletamente conhecidos, e revisão das interpretações correspondentes, a exemplo do que succedeu em relação às iniciativas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e de outras entidades, empenhadas em aumentar os seus próprios arquivos com elementos oriundos de congêneres instituições distantes.

ANEXO

Relação da Totalidade dos Mapas e Planos Geográficos concernentes ao Reino de Portugal que estavam nos Arquivos do Rio de Janeiro, e já se acham em Lisboa para serem oportunamente permutados por outros relativos ao território brasileiro existentes nos arquivos portugueses, como concordaram os dois governos.

1. Coleção de Planos geodésicos (19) do reino de Portugal.
2. Duas cartas militares do mesmo reino, demonstrando uma os lugares onde se deram batalhas durante a guerra peninsular.
3. Coleção de Cartas Militares de Portugal e da Fronteira de Espanha, mandados levantar pelo conde de Lippe.
4. Coleção de Mapas Topográficos de tôdas as Províncias do reino de Portugal por comarcas.
5. Dois Mapas Topográficos do mesmo reino.
6. Coleção de Cartas Hidrográficas, Planos, Configurações, e Perspectivas (12) de reino do Algarve, levantadas geomêtricamente pelos engenheiros Sande de Vasconcelos, Azevedo Coutinho, etc., em 1793 a 1800.
Apresenta por separado a Perspectiva das principais povoações daquele reino.
7. Coleção de Mapas, Planos, e Configurações (67) de tôdas as fortalezas e baterias do reino do Algarve; levantadas pelo coronel Sande de Vasconcelos.
8. Carta Hidrográfica do reino do Algarve, levantada por Sande de Vasconcelos.
9. Coleção de Plantas, Perfís, e Cartas Topográficas do Algarve levantadas em 1894 pelos engenheiros Eusébio de Sousa Soares e Sande de Vasconcelos.
10. Outra Coleção de Plantas do mesmo reino, levantadas por diversos.

11. Plantas e perspectivas de quartéis, pontes, do reino de Algarve, levantadas pelos engenheiros Sande de Vasconcelos, Azevedo Coutinho e João Carlos Mardel.
12. Coleção de Mapas Topográficos de província de Estremadura, pelos engenheiros Luís e Francisco d'Alincourt e Eusébio Antônio de Ribeiros.
13. Esqueleto Trigonométrico dos terrenos e costa entre Setúbal e Lisboa, levantado pelo tenente-coronel Henrique Niemeyer e seus ajudantes em 1800, para servir à confecção do Mapa Hidrográfico.
14. Coleção de Mapas Topográficos e Planos de várias povoações, serras, rios, etc., da província da Estremadura.
15. Duas plantas da mesma província, uma Geográfica feita em 1804 pelo major João Manuel da Silva, outra Topográfica de Oeiras, levantada pelo 1.º tenente José Carlos de Figueiredo.
16. Coleção de Cartas Hidrográficas da costa de Cascais até Belém.
17. Coleção de Plantas das praças de Peniche, Ericeira, Cezimbra, etc.
18. Projeto e Planos de Fortaleza São Lourenço.
19. Coleção de Plantas das Fortalezas Torre-Velha, Caparica e outras de Lisboa.
20. Planos da vila e fortaleza de Setúbal.
21. Coleção de Planos de vários pontos sobre o Tejo e seus pequenos afluentes.
22. Coleção de Mapas Topográficos e Planos de Mafra, Obidos, etc.
23. Plantas de Penamacor, Salvaterra, Belmonte, etc.
24. Planta da Fábrica da Pólvora de Alcântara.
25. Plantas e Perfís (57) das praças e fortalezas da província do Alentejo.
26. Coleção de Mapas e Plantas do Alentejo, pelo engenheiro Luís de Alincourt.
27. Esqueleto Trigonométrico e Mapa Militar da província de Alentejo, levantado em 1802 pelos engenheiros Luís e Francisco de Alincourt.
28. Plantas de vários pontos do Alentejo, mandados levantar pelo general duque de Lafões.
29. Coleção de Plantas da praça de Almeida.
30. Planta da praça de Olivença.

31. Coleção de Plantas da cidade de Evora.
32. Coleção de Plantas e Mapas Topográficos da praça e arredores de Elvas.
33. Plantas de Estradas no Alentejo desde Aldeia Galega.
34. Coleção de Plantas e Mapas Topográficos de Coimbra, Condeixa, Leiria.
35. Plantas e Mapas Topográficos (16) de Lamego, Coimbra, Aveiro, etc.
36. Planta do projeto de encanamento do Mondego, junto à foz, e de uma estrada desde Lamego até o Alto de Ferreirim.
37. Mapa Geográfico da provincia do Minho.
38. Coleção de Mapas Topográficos, Planos de Fortalezas, Vilas, da provincia do Minho.
39. Coleção de Projetos de Quartéis e Praças na cidade do Pôrto.
40. Mapa Topográfico de Caminha.
41. Coleção de Mapas Geográficos da provincia de Trás-os-Montes feitos uns pelo engenheiro João Bento Pithon em 1762; outros pelo engenheiro Luís Gomes de Carvalho em 1797, mostrando estradas, passagens do Rio Douro.
42. Esqueleto Topográfico de Chaves, Monte-Rei, levantado em 1802 pelo tenente-coronel Henrique de Niemeyer.
43. Carta Geográfica da provincia de Trás-os-Montes.
44. Planta da Praça de Chaves e Mapas Topográficos das suas dependências, levantados pelos engenheiros João Pithon e José Champalimaud de Nussane.
45. Planta das praças da Bragança, Miranda, Outeiro, etc.
46. Coleção de Projetos e Planos de quartéis na cidade de Miranda.
47. Coleção de Planos de Quartéis, por Lourenço Homem da Cunha d'Eça.
48. Carta Topográfica da ilha da Madeira, levantada por ordem do príncipe regente em 1817, pelo sargento-mor do Corpo de Engenheiros Paulo Dias de Almeida.
49. Planta da cidade do Funchal.
50. Configuração da entrada da Barra do Pôrto de Lisboa.
51. Planta das obras de São Martinho.
52. Ligeira configuração dos contornos de Lisboa desde Alcântara até Santa Apolónia.
53. Planta do Lugar de Passos d'Arcos.

54. Mapa das Terras do Couto de Louriçal pertencente à Universidade.
55. Planta do Forte de Penamacor.
56. Planta do Real Hospital de São João de Deus da Praça de Penamacor.
57. Projeto da Planta do Alojamento Militar para o 1.º Regimento de Infantaria de Lisboa.
58. Planta Topográfica da Cidade do Pôrto.
59. Planta da Bateria do Bonsucesso em Belém.
60. Planta (a lapis) da Torre do Registro em Belém.
61. Planta da Torre de São Vicente em Lisboa.
62. Planta do Forte de Nossa Senhora da Guia.
63. Planta da Cidade de Cascais e suas dependências (2 fôlhas).
64. Projeto para acomodação dos Tribunais nas Casas da Inquirição.
65. Planta das duas Barras formadas pela Ínsula de Caminha.
66. Mapa dos Pinhais que são de sua majestade no Conselho de Leiria.
67. Plano da Barra de Vila Real.
68. Plantas e projetos para o Reduto que se há de levantar no sítio Caquaco.
69. Planta da Cidade de Tavira.
70. Planta de um Quartel para um Regimento de Infantaria na Cidade de Vizeu.
71. Frontespício de um Laboratório.
72. Frontespício de um Laboratório.
73. Planta de um Hospital da Vila de Bastos.
74. Planta de dois Quartéis para a Vila de Bastos.
75. Mapa de Barra do Rio da Cidade do Pôrto.
76. Plano do Hospital dos incuráveis da Cidade de Lisboa.
77. Plano do Quartel dos Voluntários de Abrantes.
78. Planta do Convento de Alcobaça (3 fôlhas).
79. Mapas relativos a um Palácio Real (5 fôlhas).
80. Planta do Hospital dos Loyos (4 fôlhas).
81. Planta do Rio Mondego desde Coimbra até o Mar (3 fôlhas).
82. Mapas do Rio Aveiro.
83. Planta da Vila de Ovar.
84. Planta da Praça de Freixo d'Espada à Cinta (3 fôlhas).

85. Planta do Castelo de Noudel (2 fôlhas).
86. Planta do Castelo de Vimioso.
87. Planta do Castelo de Monforte em Montalegre (8 fôlhas).
88. Planta do Forte de São João de Deus.
89. Planta da Costa desde a Vila de Ovar até o Pôrto (2 fôlhas).
90. Planta de Mezonfrio até o Padrão da Teixeira.
91. Mapas relativos à foz do Douro (5 fôlhas).
92. Projeto de uma ponte no caminho de Valença, do Cais de Caminha para Nossa Senhora da Ajuda.
93. Projeto do Caminho de Medulo a Régua (5 fôlhas).
94. Planta da trincheira do Monte de Nossa Senhora da Conceição (2 fôlhas).
95. Planta do Castelo de Abrantes (4 fôlhas).
96. Projeto do Castelo de Leiria.
97. Planta do Castelo de Albuquerque (4 fôlhas).
98. Planta da Fábrica da Pólvora de Barcarena (4 fôlhas).
99. Planta da Cadeia de Aldeia Galega (2 fôlhas).
100. Planta do Tesouro Velho (2 fôlhas).
101. Planta dos Armazens de Vale Formoso (2 fôlhas).
102. Projeto de uma Estalagem na Estrada de Lisboa para o Pôrto (3 fôlhas).
103. Projeto de um Observatório de Marinha (3 fôlhas).
104. Projeto de uma Tercena para a Vila de Óbidos.
105. Planta do sítio dos Armazéns da Pólvora de Beirolas (3 fôlhas).
106. Planta da Cidade de Funchal.
107. Planta Geográfica da Serra da Estrêia (2 fôlhas estragadas).
108. Carta Topográfica do terreno pelo qual se comunica Vila Galega da Praça de Almeida (2 fôlhas).
109. Carta Topográfica da mina de carvão de pedra.
110. Carta Militar das Montanhas da Guarda.
111. Mapa das Montanhas entre os Rios Tejo e Ocreza (2 fôlhas).
112. Mapa Militar entre o Rio Coa e Almeida.
113. Mapa de todo o Rio Ocreza (fôlhas).
114. Planta do Tejo desde as Onças até Caneiras.
115. Planta dos Pontões de Vila Velha (6 fôlhas).
116. Planta do sítio da Várzea de Loures.
117. Planta do Lugar e Ponte de Loures.
118. Mapa Topográfico da Mealhada (3 fôlhas).

119. Planta de parte da Vila de Pombal.
120. Planta do terreno entre o Paço da Ajuda e a Quinta de Queluz.
121. Projeto para a ponte do regato de Medronhal (2 fôlhas).
122. Planta da Vila do Pombal.
123. Planta das muralhas para a calçada das Claras de Santarém.
124. Idéia Geográfica confusa das Ilhas dos Açores.
125. Mapa Estatístico da Ilha de São Miguel.
126. Carta da Cidade de Ponta Delgada (3 fôlhas).
127. Mapa da Baía e Pôrto de Angra.
128. Planta da Fortaleza da Ilha de São Miguel.
129. Planta do Pôrto de Angra e Baterias que defendem a entrada da Baía.
130. Plantas e Perfís do molhe da Alfândega (3 fôlhas).
131. Plantas e Perfís dos Fortes de Vilafranca.
132. Planta do Ilhéu de Vilafranca (2 fôlhas).
133. Plantas e Perfís da Alfândega e Farol (2 fôlhas).
134. Projeto da Ponte para o Arsenal de São Francisco na Ponta Delgada (4 fôlhas).
135. Planta da Cidade de Angra.
136. Planta e Perfil do Laboratório de Vilafranca.
137. Projeto de uma nova Bateria na Ponta de Santo Antônio (2 fôlhas).
138. Projeto de uma Praça d'Armas no Castelo de S. Sebastião (2 fôlhas).
139. Projeto de duas Baterias sôbre a Linha em São Miguel.
140. Planta do Forte de São Sebastião e Pôrto de Pipas.
141. Relação das Companhias de Ordenanças de Vilafranca (Vilafranca).
142. Estatística da Ilha da Madeira.
143. Mapa da Importação da Ilha da Madeira.
144. Mapa da Costa Ocidental d'África.
145. Mapa da derrota de Benguela às Praias de Cabo Negro.
146. Projeto da Cidade de Loanda.
147. Planta das Fortificações da Cidade de Loanda.
148. Carta Topográfica das obras do Canal de Cuanza.
149. Planta da Cidade de Moçambique (2 fôlhas).
150. Planta da Fortaleza de São Sebastião em Moçambique.
151. Carta Topográfica de Sofala.

152. Planta das Províncias de Goa.
153. Planta do pôrto de Goa (2 fôlhas).
154. Planta da Cidade de Goa.
155. Mapa geral das tropas que constituem o exército de sua majestade no Estado da Índia em 1812.
156. Planta da Fortaleza de Morrozil.
157. Mapas e plantas avulsas (106).

RELAÇÃO A

PLANTAS E MAIS DOCUMENTOS DO REAL ARQUIVO MILITAR

Pasta P 8 A

1. Mapa geográfico da América do Sul, compreendendo desde a latitude norte 5° até 40° sul, e longitude oriental da ilha do Ferro 296° a 345° (4 fôlhas).
2. Carta Geográfica da Província do Rio de Janeiro.
3. Carta Geral da Província do Maranhão, por Antônio Bernardino Pereira do Lago 2 sendo 1 da Costa.
4. Mapa Geográfico e Hidrográfico da Capitania de Minas Gerais — 1.
5. Mapa topográfico de parte da Capitania do Pará — 1.
6. Demonstração hidrográfica da costa e vilas marítimas desde o Rio de Janeiro até Buenos Aires, redigidas pelo major engenheiro F. P. A. Moreira, que serviu no Exército do Brasil desde 1819 até 1821 — 1 cada uma com 15 fôlhas.
7. Carta hidrográfica da costa da Província de São Paulo, pelo major engenheiro F. P. A. Moreira, em 1820 — 1 fôlha.
8. Planta hidrográfica do pôrto do Rio de Janeiro, levantada por ordem do sereníssimo senhor infante almirante-general, pelo capitão tenente Diogo Jorge de Brito; os primeiros tenentes Fradique Silvério de Araújo e Miguel de Sousa Melo Alvim, e o segundo tenente João Ferreira da Silva; em parte da qual trabalharam também alguns outros oficiais da Armada. Ano de 1810. Copiada no Arquivo Militar em 1826 pelo alferes do Exército Pedro Celestino Soares — 1 fôlha.
9. Planta hidrográfica da Baía de Todos os Santos, feita pelo coronel Serra — 1 fôlha.
10. Topografia da Cidade capital de Salvador, Baía de Todos os Santos, por Joaquim Vieira da Silva, ajudante engenheiro, em 1798 — 1 fôlha.

11. Plano da Vila de Santo Antônio de Recife de Pernambuco — 1 fôlha.
12. Plantas e perfis das Fortalezas da Baía de Salvador, copiadas por João da Silva Leal Teixeira, capitão engenheiro — 17 fôlhas.
13. Plano da Baía do Rio de Janeiro — 1 fôlha.
14. Plano de Pernambuco, feito por ordem do senhor Donald Campbell, por Paulo Dias de Almeida — 1.
15. Carta Geográfica do Sertão de Curitiba — 1.
16. Planta do Pôrto da Paraíba, levantada por João José Valério, em 1800 — 1.
17. Planta do Pôrto da Paraíba, por Antônio Garcia Alves, primeiro tenente da Armada, em 1798 — 1.
18. Planta do Pôrto de Santa Catarina, por Tomás Lopes — Madrid — 1777 — 1 fôlha.
19. Plano da entrada do Rio Grande de São Pedro do Sul, por Tomás Lopes — Madrid — 1777 — 1 fôlha.
20. Prospecto da Cidade de Salvador, Baía de Todos os Santos, por Manuel Rodrigues Teixeira, capitão engenheiro — 1.
21. Planta do Pôrto do Rio de Janeiro — 1.
22. Planta da Fortaleza da Laje e seus subterrâneos — 1.
23. Planta da Fortaleza de São João — 1.
24. Planta da Fortaleza do Pico — 1.
25. Planta da Fortaleza de Santa Cruz. O que está aguada é obra redificada pelo Ilm.^o e Exm.^o Sr. Vice-rei — 1.
26. Planta da Fortaleza de Santa Cruz — 1.
27. Planta da costa desde a barra do Rio de Janeiro até Buenos Aires. N. B. E' a mesma que tem os ns. 211 a 225.
28. Plano da entrada oriental do rio Amazonas — 1.
29. Planta da Fortaleza de São João do Rio de Janeiro, em 1922 — 2.
30. Planta do terreno contíguo à linha divisória das Capitanias do Rio Grande e Montevidéu, compreendido entre o Oceano e o Uruguai, para intelligência da informação dada pelos officiaes engenheiros, que por ordem de sua majestade a percorreram no anno de 1821 — 1.
31. Parte da Província do Rio Grande de São Pedro — 1.
32. Carta ou plano geográfico da Capitania de Goiás, uma das do centro da América Meridional, pertencente ao reino de Portugal, que mandou construir o Ilm.^o e Exm.^o Sr. José de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho, governador e capitão-ge-

- neral da capitania, feito desde o dia 26 de junho de 1777 até maio de 1788, por Tomás de Sousa, sargento-mor do regimento de cavalaria — 1.
33. Carta marítima e geográfica da Capitania do Ceará, levantada por ordem do governador Manuel Inácio de Sampaio, pelo seu ajudante de ordens Antônio José da Paules — 1.
 34. Mapa que compreende os limites das fronteiras do Brasil desde a vila de Albuquerque até São Paulo, ou desde a Latitude sul 17° até 24°, e Longitude 320° até 331° do Oriental Meridional da ilha de Ferro; reduzido e copiado por Antônio Galdino Costa e Silva, no Arquivo Militar no ano de 1824 — 1.
 35. Carta Limítrofe do País de Mato Grosso e Guaiabá, desde a foz do rio Mamoré até o lago dos Xaraés e seus adjacentes; levantada pelos oficiais da demarcação dos reais domínios de sua majestade fidelíssima desde o ano de 1781 até 1782, correta com as observações astronômicas em todos os lugares notáveis — 1.
 36. Novo mapa da Capitania de Minas Gerais, levantado por Guilherme, barão de Exchwege, tenente-coronel engenheiro, em 1821 — 4.
 37. Mapa geográfico da Província de Mato Grosso — 2.
 38. Planta da Baía da Todos os Santos — 1.
 39. Planta da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção na Capitania do Ceará-grande, por Antônio José da Silva Paules, em 1825 — 1.
 40. Mapa da costa, rios e povoações da comarca de Ilhéus, desde o presidio do Marco até o rio de Maraú — 1.
 41. Entrada da barra do Rio de Janeiro, tirada em 1791 — 1.
 42. Planta da barra do Maranhão, extraída de uma cópia feita no Rio de Janeiro em 1814 — 1.
 43. Mapa da costa, barras, rios e matos, desde o rio grande de Belmonte até a barra grande Camamu da comarca de Ilhéus — 1.
 44. Carta geral da Província de Maranhão, por Antônio Bernardino Pereira do Lago — 1.

Pasta A e 2 A

91. Planta de Pernambuco desde o Cabo de Santo Agostinho, tirada em 1779 — 1.
100. Planta topográfica de Pernambuco, por José Gonçalves da Fonseca, 1796 — 1.
101. Planta em relêvo da cidade de Pernambuco — 1.

102. Demonstração da Cidade da Bahia — 1.
- 212 a 225. Demonstração da costa desde o Rio de Janeiro até o Rio da Prata. N. B. E' a mesma da pasta P. 8 A, que tem o número 27-14.
226. Planta da barra e pôrto do Rio Grande de São Pedro do Sul, levantada nos anos de 1766 e 1777 — 1.
228. Mapa do Rio Paraguai desde a cidade de Assunção até ao Jauru — 1.

Pasta A 2

- 291 e 292. Demonstração geográfica e hidrográfica do Rio da Prata e Rio Grande do Sul — 2 fôlhas.

Pasta P 8 D

1. Planta geográfica do Estado Cisplatino, Província de Entre-Rios e parte das capitanias do Rio Grande do Sul, São Paulo, Província do Paraguai e govêrno de Buenos Aires, feita por ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. barão de Laguna. Arranjada e correta em alguns pontos pelo tenente-coronel do real corpo de engenheiros, Jacinto Desidério Cony — 1.
2. Planta e configuração de Montevideú e seus arredores, mostrando as fortificações antigas com o primeiro projeto de fortificação de campanha permanente para defender parte do campo dominante sôbre a cidade, mandada fazer por ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. capitão-general Carlos Frederico Lecór — 1.
3. Planta topográfica dos terrenos occupados pelas tropas da divisão de “voluntários reais de el-rei” nos subúrbios da cidade de Montevideú. Mostra igualmente a linha na frente dos diferentes acantonamentos para segurança dos postos, como para embaraçar a surpresa repentina das diferentes cavalladas e boiadas. Mandada levantar pelo Ilmo.^o e Exm.^o Sr. barão de Laguna, pelo tenente-coronel Jacinto Desidério Cony — 1.
4. Projeto de fortificação da Ponte de leste da ilha de Gorriti, feito por ordem do Ilm.^o e Exmo.^o Sr. capitão-general, barão de Laguna, em Maldonado no ano de 1817, e executado pelo brigadeiro do real corpo de engenheiros, Francisco Antônio Raposo — 1.
5. Planta da Colônia do Sacramento, e configuração topográfica do terreno até Arraial de São Carlos 1878 — 1.
6. Plano de la plaza de la colonia del Sacramento. Demuestrase las baterias y ataques que la pusieron los espanoles, el 1 d'outubro del ano de 1762 ordenados por el Exm.^o Senr. Don Pedro

Cevallos, aqui esses se rendio a fines de dicho mez y ano. — Por Tomás Lopes — Madrid ano de 1777 — 1.

7. Planta da nova colônia do Sacramento e do seu território, elevada no ano de 1752, por Miguel Ângelo de Blasco — 1.
8. Planta da cidade de Montevidéu, mostrando os terrenos occupados pelas diferentes propriedades, e o projeto de plantificação de árvores no mercado de verdura. Levantado e delineado por ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. barão de Laguna, pelo tenente-coronel do real corpo de engenheiros, José Cavalo, ano de 1820 — 1.
9. Extrato geral do território brasileiro, feito e reduzido por José Joaquim Freire em 1797 — 1.

MEMÓRIAS

Maço 2

15. Descrição cronológica, política e militar da capitania do Rio Grande do Sul, para dar uma instrução acomodada ao aumento do comércio, e recomendar ao soberano, e à posteridade, os varões célebres da mesma capitania, pelas suas ações em serviço do mesmo soberano e senhor D. João, príncipe do Brasil, e regente de Portugal, Brasil, Algarve e seus domínios. Dedicada ao mesmo senhor, por o seu fiel vassalo. Domingues José Marques Fernandes, sargento-mor — Lisboa, 1804.

RELAÇÃO B

MAPAS GEOGRÁFICOS RELATIVOS AO BRASIL, DO ARQUIVO ULTRAMARINO DE LISBOA

1. Mapa Geográfico de uma parte de América Meridional desde o Trópico de Capricórnio até a barra do rio da Prata no qual se mostra o terreno que occupam os vassallos de S. M. F. pelas fronteiras do Rio Grande de São Pedro, e parte da capitania de São Paulo, o qual vai marcado com aguada vermelha, e o que possuem os espanhóis se demarca com aguada amarela. O que os espanhóis indevidamente nos avançaram na última Guerra, e de que até o presente se não desapossaram, vai de amarelo fixado. E o que nós temos avançado sobre elles depois da Paz, se mostra com aguada verde. A linha de carnim com as aguadas verde e amarela, sinala os lugares por onde descorria a linha divisória

de Demarcação de Limites da América Meridional que foi inteiramente abolida.

Configurado pelos geógrafos e astrônomos que foram mandados executar a mesma divisão com repetidas observações geométricas e astronômicas. Acrescentado de vários lugares, povoações, rios e passos no Continente do Rio Grande de São Pedro que nos mais mapas não traziam até o presente.

Feito por Ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. marquês de Lavradio, vice-rei e capitão-general de Mar e Terra do Estado do Brasil.

Aumentado a maior ponto, e elevado por mim.

(Assinado) *Alexandre José Montanha*, capitão-engenheiro (Ano 1773).

2. Plano da situação das três principais fortalezas da Barra do Rio de Janeiro na verdadeira posição em que elas se acham a respeito do terreno.
3. Planos da Fortaleza e Baterias de São João.
4. Plano da **Fortaleza** da ilha das Cobras.
5. Plano da fortaleza da Praia Vermelha.
6. Plano da fortaleza do Leme.
7. Plano da fortaleza da Conceição.
8. Plano do forte de São Clemente.
9. Plano da bateria de Caraguatá.
10. Plano da bateria da Boaviagem.
11. Plano da fortaleza de Vilagalhão.
12. Plano da tenalha da Praia de Fora.
13. Plano da fortaleza da Laje.
14. Plano da fortaleza do Pico.
15. Plano da fortaleza de Santa Cruz.
16. Coleção de Cartas (8) do Rio Amazonas desde a foz do Rio Tapajós até a foz do Rio Negro, em grande escala com os fundos baixos e notas para a navegação de alto bordo. Mandada levantar pelo Ilm.^o Exm.^o Sr. capitão-general do Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho. Levantadas sobre o Lack e a Agulha Magnética, e corrigidos sobre observações de longitude e latitude, e declinação de Agulha, pelo Dr. em Matemáticas e sargento-mor engenheiro José Joaquim Vitório da Costa, em 1797.
17. Reconhecimento dos baixos interiores e exteriores de Tejoca e do que denominam São João; com a curva de caminho que se fez por fora deles na entrada para o Pará com o Comboio no fim do ano de 1793.

Executado por Ordem do Ilm.^o Exm.^o Sr. D. Francisco de Sousa Coutinho, por José Simões de Carvalho — Tenente-coronel engenheiro — 1799.

18. Planta Topográfica desde a cidade de São Paulo até o Cubatão da vila de Santos.
19. Mapa Corográfico da capitania de São Paulo, que por ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. Fernando José de Lorena, governador capitão-mor Gal. Mma. Capitania, levantou o ajudante Antônio Rodrigues Montezino, conforme suas observações feitas em 1791 e 1792.
20. Mapa da Barra do Maranhão, pelo capitão Antônio Simões da Veiga, acadêmico da Academia de Marinha — 1799.
21. Planta do Novo Forte de Coimbra na margem Ocidental do Paraguai na lat. 19°, 55' e long. 320°, 02'. Do qual se lançou a 1.^a pedra no dia 3 de novembro de 1797 para substituir a fraquíssima, arruinada, indefesa e antiga Estacada no Presídio do mesmo nome.

Por ordem do Ilm.^o e Exm.^o Sr. governador e capitão general de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro.

22. Plano do forte do príncipe da Beira, em que se representam as obras feitas até outubro de 1798, e as que se acham por fazer segundo o seu projeto e fundação em 20 de junho de 1776. Por José Pinheiro de Lacerda, capitão engenheiro.
23. Mapa geral do interior da América, segundo as mesmas viagens — por Francisco Tossi Colombina.
24. Mapa que compreende uma parte da Costa da Bahia, como São, Barra do Camamu, Barra dos Carvalhos, Barra do Boipeba, Morro de São Paulo. C^a, e demonstra as vilas de Valença, Caitu, Santarém, Camamu, Marahu e Barcelos etc.
25. Mapa que compreende desde o cais do Varadouro da cidade da Paraíba até a enseada da vila de São Miguel na baía da Traição.
26. Planta da demarcação pelo rio Uruguai desde o Passo da Conceição até arriba do Piquiri.
27. Planta do Rio Piquiri.
28. Mapa Geográfico que mostra as nascentes dos grandes rios Araguaia, Paraná e Paraguai.
29. Plano da cidade do Rio de Janeiro e projeto de fortificá-la desde Valonguinho até à praia de Santa Luzia.

Estão juntos a este Mapa : 1.^o Mapa da Artilharia, Pólvora, Bala, que há, e a que se necessita ; 2.^o Mapa Geral da tropa que garante esta Capital, como também da que se acha no conti-

nente do Rio Grande e ilha de Santa Catarina; 3.º Mapa Geral dos Terços de Infantaria e Cavalaria Auxiliares que guarnecem esta capital do Rio de Janeiro; 4.º dos Officiaes Inferiores, Tambores, e Soldados que são occupados no Serviço Diário desta Cidade; e também dos que faltam para o completo dos Regimentos, e dos que se devem aumentar nas fortalezas estando guarnecidas com a Artilharia necessária. — Assinados pelo vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa — 1789.

30. Fortificação no estreito do Rio Grande do Sul, com a invocação da Sra. Santa Ana.
31. Planta da fortaleza do Rio dos Velhos no sítio de Jaguará 1740.
32. Carta da Parte da costa da ilha Grande de Joanes desde o Igarapé até o Rio Cambu; e da fazenda em que foi contemplado o procurador da Coroa, Manuel Machado, a qual vai notada com a letra A.
33. Carta do Rio Marajó-uau da Ilha Grande de Joanes, e das fazendas de Gado que nela se acham situadas, em que se contemplaram as pessoas seguintes, conforme as Ordens de sua majestade fidelissima. 1.º Alferes Francisco da Costa; 2.º João Falcato; 3.º Sargento Domingos Pereira. (Assinado — Manuel Alves Calheiros).
34. Planta de fortificação em Pernambuco. (Assinado) — Luís Xavier Bernardes — Tenente-general engenheiro — Ano de 1740.
35. Mapa Geográfico e Topográfico da Província de Minas.
36. Planta da praça e cidade de Belém do Pará — 1751.
37. Planta do forte do Paru, situado na margem do rio do mesmo nome.
38. Planta da fortaleza de Tapajós, na margem do rio do mesmo nome.
39. Planta do Forte do Senhor Santo Cristo desta cidade do Paru.
40. Planta do forte Pauxis, situado na margem do Amazonas.
41. Planta do fortim da Barra do Pará, principiado em 1734.
42. Planta do forte de Santo Antônio de Gurupo, situado no rio Xingu, e onde se comunica — etc.
43. Planta do fortim de São Pedro Nolasco.
44. Planta da fortaleza da barra de Santa Maria de Belém do Pará. Tôdas estas de 37 a 44 estão assinadas por Carlos Varjão Rolim.
45. Plano do forte do Príncipe da Beira — 1776.

AVULSO

Estatística da freguezia da Santíssima Trindade de Mato Grosso.
Ano de 1797.

RELAÇÃO C

MAPAS RELATIVOS AO BRASIL, DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE LISBOA

1. Mapa da entrada do Maranhão desde os mangues Verdes até a baía de Cumá. Oferecido ao Ilm.^o e Exm.^o Sr. D. F. de Melo Manuel da Câmara, governador e capitão general, por Antônio Joaquim da Veiga, piloto aprovado em Matemáticas, e capitão comandante do forte de São Pedro Nolasco, por S. A. R. — Ano de 1809.
2. Mapa Geográfico do Rio Tocantins desde a vila de Cameté do Grande Pará até aos arraiais dos postos reais do Pontal do Carmo de Goiás, e nova estrada desde a fazenda do mirador do Maranhão até o dito Carmo.
3. Mapa da ilha de Joanes ou de Marajó.
4. Plano hidrográfico da entrada do Pará, levantado por José Joaquim Pereira, 2.^o tenente da Armada Real em o ano de 1805 — Oferecido ao Ilm.^o e Exm.^o Sr. D. F. de Melo Manuel da Câmara, governador e capitão general do Estado do Maranhão, por José Narciso de Magalhães de Menezes, tenente-general dos Exércitos de S. A. R. e governador e capitão general do Estado do Pará.
5. Mapa da costa do Brasil, que contém desde o rio Mandaú até a ilha de São João. Feito e delineado por José da Trindade nas viagens ao Maranhão em 1784 e 1786.
6. Mapa da costa do Maranhão, no fim dos lonções grandes até ilha de São João. Oferecido ao Ilm.^o e Exm.^o Sr. D. F. de Melo Manuel da Câmara, governador e capitão general do Estado do Maranhão por Antônio Joaquim da Veiga, capitão e comandante do forte de São Pedro Nolasco — 1806.
7. Mapa Geográfico que comprehende tôda a costa que corre desde a ilha de Santa Catarina até o cabo de Santa Maria, e dêste até Montevidéu, com todo o caminho que por terra acompanha, e o que vai ao rio Pardo e Jacuí. Rio Grande, 13 de maio de 1806.
8. Configuração do Rio Tocantins.

9. Mapa que comprehende a costa desde o rio Paraíba até o Pará, e os terrenos interiores com os rios segundo Berredo, e acrescentado em 1788 por Antônio Correia Furtado de Mendonça.
10. Demonstrações das povoações e fazendas maiores situadas na entrada e distritos de Portos Bons e Aldeas Altas, etc.
11. Plano da praça e Território da Colônia do Sacramento, feita pelo tenente-general C. de Sá Faria em 1753.
12. Carta Topográfica da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro executada pelo capitão André Vaz Figueira, acadêmico da Aula Militar — 1750.
13. Mapa da cidade de Mariana.
14. Planta do lugar, ou território de Portos Bons.
15. América Meridional desde o Rio da Prata até o Pôrto de São Pedro do Sul, com demonstração do Rio, e dos navios de guerra que no ano de 1775 entraram no dito rio; e mostra as sondas e variações que nele se acharam. Ano de 1776.
16. Mapa da costa do Brasil desde Cabo Frio até Santa Catarina.
17. Demonstração do Rio Tocantins desde Alcobaça até o Pontal.
18. Novo Mapa Topográfico Oriental e historiograficamente exposto para mais verdadeiro e exato conhecimento do terreno que formava o terreno da vila de São João d'El-Rei antes da criação da vila da Campanha, com os julgados nele comprehendidos dos quais a Câmara daquela vila de São João percebia e administrava as respectivas rendas.
19. Amerique Meridionale. Par N. Sanson; Geographe Ord. du Roi. Revue et changée en plusieurs endroits suivant les memoires les plus recents, par G. Sanson Geographe Ordinaire du Roi Chez L'Autheur aux Galleries du Louvre. Avec privilege de Sa Majesté pour 20 ans.
20. Planta da nova vila de Borba, no Rio Madeira.
21. Projeto de palácio para o Plenipotenciário das Demarcações D. Antônio Rolim de Moura em 1754.
22. Diário da Navegação dos rios Tieté, Paraná e Gatemy, e história da praça de Nossa Senhora dos Prazeres, pelo sargento-mor Teotônio José Juzarte, em 1769 (N.º 41 — Armário).
23. Mapa da população do Rio Grande do Norte em 1805. (Número 304 — Depósito).

JOSÉ ANTÔNIO MARINHO — DOS SERTÕES DO SÃO FRANCISCO AO ALTO CENÁRIO NACIONAL (*)

ALFREDO VALLADÃO

Passou o centenário da Revolução de 1842, sem que tenha aparecido, até hoje, um estudo especial sobre a figura do seu “Xenofonte”, como bem se exprimiu Moreira de Azevedo, em um trecho da Memória, referente àquele movimento, lida em sessão deste Instituto, de 1881.

Mas é sempre tempo de reparar uma injustiça.

E assim, da que se acha em causa, tomei para mim a iniciativa de fazê-lo, quando me foi possível, escrevendo esta Conferência, de plano amplo, na qual procurei estudar a vida desse notável brasileiro, José Antônio Marinho, em todo o vasto campo das suas brilhantes manifestações, políticas, culturais e morais, e não restrita ao quadro daquela Revolução.

Certo, antes de 1942, alguns trabalhos se contam a seu respeito. Assim o elogio proferido na sessão magna deste Instituto, de 1853, pelo orador interino, Paula Menezes, em substituição ao efetivo, Araújo Porto-Alegre, que por motivo de saúde não pôde comparecer, e as páginas que lhe foram consagradas, na *Galeria Sisson*, no *Ano Biográfico*, de Macedo, e nas *Efemérides Minciras*, de Xavier da Veiga.

São trabalhos de autoridades mas, por sua própria natureza, de limitado desenvolvimento, contendo apenas traços gerais da irradiante personalidade. De muitas outras fontes, e sobretudo dos Anais Parlamentares, e imprensa contemporânea, tive de servir-me, como ficará visto, para a perfeita execução do plano que tracei.

Foi na freguezia de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado, da margem do Rio São Francisco, ali no norte da então Capitania de Minas Gerais, que ele nasceu, em 8 de outubro de 1803. Foi naquela pequena freguezia sertaneja, e não em nenhum daqueles tantos

(*) Conferência realizada pelo Ministro Alfredo Valladão, em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 5 de outubro de 1951.

centros de progresso e de intelectualidade, de que se orgulhava a Terra da Inconfidência; e oriundo de pais humildes e de extrema pobreza, que se chamaram Antônio José Marinho e Maria Escolástica de Jesús.

Com isso contrastando, nasceu para grandes destinos, para atingir ao alto cenário nacional onde, lídimo representante dessa alma de Minas Gerais, forrada de fé, ao mesmo tempo que de amor às letras e de amor à liberdade, teve extraordinária projeção.

Tal como se por um milagre daquela padroeira, de nome tão significativo, da pequena freguezia. E ainda sob a égide de Aspicuelta Navarro, missionário irmão dos Nóbregas e dos Anchietas, que em 1553 palmilhara aquela zona do majestoso rio, até então desconhecida do homem civilizado; e missionário, o mesmo, que, a exemplo de Cristo, amou especialmente as crianças, — *sinite parvulos ventre ad me*, que das mesmas fez a base de sua obra de catequese, com êsse quadro empolgante descrito por Teodoro Sampaio, do Orfeu Brasileiro, que pôde “adatando à solfa musical os hinos e orações cristãs, em tupi, encontrar o melhor meio de chamar ao grêmio católico os silvícolas da Bahia, onde os catecúmenos vinham aos pés da Cruz atraídos pelos côros infantis dos pequenos índios, que, ensinados pelo Jesuíta cantavam em puro *nheegatu*, as preces e os salmos da suave religião de Jesus”.

Madrugaram de fato, no menino pobre do Brejo do Salgado, as manifestações da inteligência, a todos vivamente impressionando.

Apenas recebe êle a instrução primária, e imperfeita, ministrada pelo seu avô materno. E mais não poderia receber na terra natal; Saint Hilaire, que ali esteve na terceira década do século passado, no seu trabalho *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, dando notícia da localidade, que já era um *julgado*, não fala em nenhuma escola pública ou particular.

Manifesta-se, porém, e movimenta-se o auto-didata, e com um ideal que proclama a todo momento, de finalmente *aprender latim*, isto é, de conquistar a mais sólida base de cultura, e, de *ser padre*, certo que não como um derivativo para quem não podia seguir para Coimbra, segundo a alguns tem parecido, mas por uma vocação sincera de servir a Deus, como para adiante ficará visto.

E um fato de que dá notícia o escritor da *Galeria Sisson*, repetida por Macedo e por Xavier da Veiga, vem abrir-lhe caminho para a realização do seu ideal.

Assim o dessa festa religiosa, que se efetua na mesma freguezia do Brejo do Salgado, acompanhada de divertimentos entre os quais, uma representação dramática em teatro improvisado. No dia do espetáculo falta o ator encarregado do principal papel, que não pôde ou não quis desempenhá-lo. Oferece-se êle para substituí-lo alegando que

sabia todo o papel, por ter assistido aos ensaios. Depois de muita hesitação, foi accito o seu oferecimento, coroado afinal de surpreendente, brilhante successo.

Lenda que isso fôsse, traduziria a fama existente do prodígio de sua intelligência, confirmado tempo em fora por sucessivas revelações. Mas, o nome dos escritores citados abona a veracidade do acontecimento; e sôbre o possível daquela representação em si mesma, forte presunção estabelece um testemunho de Saint Hilaire, quanto à época posterior, no seu referido trabalho. Naquele meio sem vida cultural, em que como já ficou signficado, não aponta uma escola, êle deixa ver, entretanto, êsse oasis: “fazia-se música que não era má, e ensaiava-se mesmo por ocasião de minha passagem uma peça de teatro que deveria ser breve representada”.

E o lance e successo daquela exhibição, seja dito, ainda seriam no jovem Marinho, um reflexo da égide de Aspícueta Navarro, pois o teatro constituía um dos meios educativos usados pelos jesuítas.

Entusiasma-se os seus conterrâneos com a sua vitória. Move-se para auxiliá-lo um fazendeiro, seu padrinho que lhe fornece os meios a fim de seguir para o Seminário de Olinda, sede do Bispado, a cuja jurisdição espiritual pertencia, na época, a freguesia do Brejo do Salgado; e muito o recomenda ao respectivo prelado.

E ei-lo, o jovem Marinho, em marcha para Olinda, em longa e penosa viagem pelos sertões do São Francisco, transpondo Minas Gerais, atravessando a Bahia, entrando em Pernambuco, e afinal chegando ao seu destino.

Não consegui conhecer, por mais que pesquisasse, a data de sua viagem e a sua situação no Seminário, senão, quanto a isto, que fôra muito bem recebido pelo bispo, que o chamou para seu familiar, chegando a subdiácono.

A nota viva que ficou de sua passagem por Pernambuco, foi a do revolucionário de 1824.

Como já disse, era êle um representante integral da alma mineira, onde o sentimento de liberdade constituía imperativo da Terra da Inconfidência. Êste sentimento o domina, quando irrompe ali o movimento de 1824, da *Confederação do Equador*, resposta ao atentado de D. Pedro I, contra a soberania nacional, dissolvendo a Constituinte.

Troca aí, na expressão de escritor da *Galeria Sisson*, “a samarra do fâmullo do palácio episcopal pela farda do soldado da liberdade”. Entra corajosamente na luta, conquistando o pôsto de alferes.

voltar para o Seminário, onde, como já ficou visto, chegara a subdiácono, em caminho para as outras ordens, que não deveriam tardar;

Vencida a Revolução, quer realizar o seu ideal religioso, quer

mas o bispo de Olinda fecha-lhe as portas do mesmo. Regressa então para Minas Gerais; embrenha-se de novo pelos sertões do São Francisco, mas agora em penosíssima viagem, só, a pé, sem recursos pecuniários, acossado pela própria fome !

Chegando à Vila da Barra, então pertencente a Minas Gerais, à qual fôra provisoriamente anexada, por motivo daquela mesma Revolução, a comarca chamada de São Francisco, ali se fixa, convidado que fôra por uma respeitável senhora para educação de seus filhos.

Mas dentro de algum tempo resolve procurar de novo o Brejo do Salgado, onde chega e mais uma vez, conseguindo a proteção do seu generoso padrinho, pôde seguir para o Colégio do Caraça. Aí começa a refulgir a plena luz, o prodígio da sua inteligência, e se consolida a sua vocação religiosa.

São unânimes os testemunhos do extraordinário sucesso, que foi o seu, nesse famoso Educandário.

Sucesso do aluno de quem pode dizer, por exemplo, o escritor da *Galeria Sisson*: “Seus condiscípulos, muitos dos quais ocupam posições proeminentes no Estado, contam que o talento de Marinho chamava desde o principio a atenção não só de seus colegas, como de seus mestres. Estudava muito menos do que outros, dotados aliás de inteligência, dormia profundamente enquanto os seus companheiros entregavam-se a longas vigílias, e no dia seguinte depois de uma rápida leitura do compêndio, ou por uma breve exposição de quem o tivesse lido, marchava intrépido para a aula e mostrava-se tanto ou mais informado da matéria da lição do que os mais estudiosos dos seus companheiros”.

E do aluno que simultaneamente também era mestre, como informa ainda o escritor citado, a dizer: “No fim de algum tempo era tal a opinião que formavam de suas habilitações, que foi nomeado para reger a cadeira de filosofia do Seminário”.

Ei-lo afinal sacerdote, ordenado em Mariana pelo bispo, Dom José da Santíssima Trindade, a 1 de março de 1829, como informa Raimundo Trindade no seu trabalho *Arquidiocese de Mariana*.

E vai ter início a ação intensa de uma vida brilhante, que o coloca entre os grandes vultos nacionais.

Passando ao seu exame, quero desde logo pôr à vista, aquêlê seu admirável retrato, pintado em 1853 por Paula Menezes, ao fazer-lhe o elogio.

Tal o que se segue:

“Marinho dotado de uma inteligência vastíssima, tinha a memória feliz e a imaginação fértil, o semblante agradável e uma dessas

fisionomias, que espelham o coração; a fronte aberta e sem rugas, olhos animados, sorriso de bondade, corpo delgado e sêco, andar compassado e firme. Profundamente versado nas doutrinas filosóficas e teológicas, conhecendo perfeitamente as línguas latina, grega, francesa e a inglêsa, cultivava com gôsto a língua de Tasso; amava a poesia e a música, cujas harmonias formavam um dos afazeres do seu espírito. Crítico sem pedantismo, e de vasta erudição, o estilo de seus diferentes escritos era castigado e forte. Na cadeira sagrada, sem que tivesse as sublimes ousadias de Massillon, tinha a unção de Bossuet. Na tribuna política primava pelo vigor de sua dialética e flexibilidade de suas palavras. Possuía virtudes e teve um coração nobre e generoso. Era o dia de sua maior glória aquêlê em que perdoava alguma injúria; e amigo pelo teor antigo, nunca o perigo da amizade o achava longe. Filho do Evangelho, amava o homem com êsse sentimento vivo que aprendeu de Jesus Cristo; quando farto dividia com os precisados a largueza em que vivia, sua bolsa não teve cordões nem chave o seu pequeno cofre”.

E tudo assegura a procedência dêsse retrato: a autoridade de quem o pintou, a gravidade da tribuna em que o fêz, e o fato de ser êle, Paula Menezes, contemporâneo de Marinho, da mesma forma que os consócios, para os quais falava.

Especialmente quanto à interessante revelação de mais uma faceta do espírito do insigne brasileiro, do gôsto pela música, assunto de que não tratarei para adiante, quero também aqui significar que a mesma, por sua vez, favorece a essa procedência.

Teria inspirado aquêlê gôsto, o próprio sertão do Brejo do Salgado, pois, segundo já falei, Saint Hilaire deu notícia da existência ali dêsse *oasis* do culto de Orfeu, a qual se acha plenamente confirmada por Spix e Martius, no seguinte trecho de sua *Viagem pelo Brasil*:

“Um sertanejo, que habitava vinte léguas a oeste do Salgado, casualmente tinha ouvido falar na nossa prática de amadores da música, mandou o mensageiro para pedir-nos o prazer de tocar conosco um quarteto. Ao fim de alguns dias, appareceu o moreno Orfeu das selvas à frente da mais estranha caravana. Às costas de mulas, trazia êle um rabecão, rabecas e trombetas, estantes para música, e, como prova de sua dedicação, a mulher e os filhos. Dois de seus vaqueiros tocavam as partes secundárias, e, com jovialidade atacamos o mais antigo quarteto de Pleyel. Que mais alto triunfo podia celebrar o mestre do que a expressão de sua música ressoar aqui, no sertão americano? E com efeito, o gênio musical pairou sôbre a nossa tentativa, e tu, excelente melomano, João Rapousão, viverás sempre

na minha memória com as suas feições animadas por triunfante enlévo”.

Terminadas essas antecipações, vou desenvolver com regularidade o exame anunciado da vida do notável brasileiro.

A atividade de Marinho, depois que recebe êle das mãos do bispo de Mariana, a unção do sacerdócio, tem como grandes diretrizes, ao lado do serviço de Deus, a política, a historiografia, o jornalismo e a cátedra, com brilhantes manifestações em tôdas elas, e em tão variados sentidos.

E ainda fora de tais diretrizes, diversas salientes expressões da mesma se contam, no campo judiciário e no campo administrativo.

Assim, ao sacerdote que se ordena, segue-se pouco tempo depois o advogado que se provisiona, mediante processo de habilitação, e que mais tarde, revolucionário de 1842, dispensará patrono no juri a que é submetido, fazendo a sua própria defesa, em que paira à altura dos abalizados profissionais da tribuna do mesmo; e para quem a advocacia é ainda um verdadeiro sacerdócio, para quem, como informa Paula Menezes, só a exercia em prol dos oprimidos, dos infelizes desvalidos, colhendo como única recompensa, o benefício que lhes prestava. Segue-se o juiz da magistratura popular, a que o Código do Processo da época havia cometido importantes atribuições; o juiz de paz da freguesia de sua residência em Ouro Preto, e que nas difíceis conjunturas de 1834, isto é, do após Sedição Militar de 1833, se revela êsse modelo, de que dá notícia ainda Paula Menezes: “Ostentou a independência de seu caráter e nobreza de sua alma. Como juiz tendo diante de si Deus e a lei, pronunciou juízos de sua consciência sem atentar para os interesses da amizade nem para as conveniências da atualidade”. Segue-se mais tarde, o órgão do Ministério Público junto à Tesouraria Geral da Província de Minas (hoje Delegacia Fiscal do Tesouro Federal), de função exigindo especiais conhecimentos da intrincada jurisprudência fiscal; e, por fim, o diretor da Diretoria dos Índios, função, por sua vez, exigindo conhecimentos muito especiais. E isso não obstante, desempenha cabalmente ambos os cargos, como se vê dêste informe do escritor da *Galeria Sisson*: “Exerceu êsses lugares nos intervalos das sessões legislativas com zelo e inteligência que o distinguíam”.

Subo agora ao exame da vida do notável brasileiro com referência à sua atividade naquelas grandes diretrizes apontadas, com igual brilho desenvolvida, a princípio, em Minas Gerais e, afinal, na Capital do Império.

No serviço de Deus, é êle sacerdote e pregador.

E sacerdote de costumes irrepreensíveis, como especialmente haveria de proclamar Raimundo Trindade, na sua referida obra *Arquidiocese de Mariana*.

Certo, no exercício do seu ministério, ao que parece, não desempenhou nenhum cargo até 1847, quando por meio de brilhante concurso, é nomeado cura da Freguesia do Sacramento desta Capital. E neste cargo sendo exemplar o seu zelo pelo culto, sob os seus diversos aspectos, inclusive o ensino do catecismo ministrado com extremo carinho.

Pregador, é essa extraordinária figura que, mal recebe a ordem sacerdotal, começa a revelar-se nos púlpitos de Ouro Preto, São João d'El Rey e outras cultas localidades mineiras, fazendo o encanto da assistência, a relembrar a excelsa figura do conêgo Luiz Vieira, um dos heróis da Inconfidência, que no século anterior havia iluminado essas mesmas tribunas com o brilho de sua palavra.

E que haveria mais tarde de se exhibir na Capital do Império, ainda com maior sucesso.

Pregador distintíssimo, eis textualmente como o qualifica Joaquim Manuel de Macedo, em consonância com o juízo anteriormente citado de Paula Menezes; juízos ambos de grande autoridade, e de contemporâneos que o viram e ouviram, certo ainda que Paula Menezes, para melhor poder apreciá-lo, era consumado professor de Retórica no Colégio Pedro II e fora do mesmo.

Tal era aliás o juízo unânime, pode-se dizer, a seu respeito.

E foi por isso, por ser pregador distintíssimo, de par com as suas grandes virtudes de sacerdote, que recebeu, em 1839, a nomeação de pregador da Capela Imperial, em 1840, de cônego honorário e a seguir efetivo da mesma Capela, e afinal, em 1847, a de camarista secreto supernumerário de Sua Santidade Pio IX, com honras de monsenhor.

Não farei ponto aqui, na apreciação dêsse alto título que o exornava.

A eloquência sagrada é a maior de tôdas as eloquências; sobrepuja a judiciária e a política.

Como bem diz o eminente Ramiz Galvão, no seu notável trabalho *O Púlpito no Brasil*, a religião foi sempre o móvel dos grandes ideais; daí procede a vantagem que para os grandes rasgos do gênio, tem a eloquência moral sôbre a eloquência antiga.

Assim o diz, e acrescentando: “Com efeito Demosthenes e Cícero foram grandes e eminentes vultos da tribuna profana; e o primeiro mereceu que Boileau dêle dissesse: “Quando leio Demosthenes me cai a pena das mãos”; que Fenelon o admirasse, confessando que era “uma

torrente que tudo arrastava”; que até seu rival Eschine, a propósito do célebre discurso da coroa o denominasse diante dos seus próprios discípulos “o atleta da razão”; mas Demosthenes e Cícero nunca foram eloquentes, senão porque foram religiosos; o primeiro invoca os manes de Marathona, e o segundo fazia apoteoses dos deuses despojados por Verres”.

Em seu *Dicionário Bibliográfico*, informa Blake, que dos sermões do notável pregador, dois ao que pôde saber foram publicados, isto é, os que êle recitou na Capela Imperial, respectivamente, nas solenidades celebradas em ação de graças pelos batizados das princesas Isabel e Leopoldina.

E dá também notícia da oração fúnebre, em 1837, por êle recitada em São João d’El-Rei, em honra ao extraordinário vulto da nacionalidade, que se chamou Evaristo Ferreira da Veiga; com a indicação ainda de que a mesma se achava publicada na edição do *Jornal do Comércio*, de 28 de julho do referido ano.

Infelizmente, não pude encontrar a publicação daqueles sermões, nem na Biblioteca Nacional, nem no Instituto Histórico ou no Arquivo Nacional.

Bem sucedido fui, entretanto, na procura da oração fúnebre, que de fato se acha inserta na citada edição do *Jornal do Comércio*, existente na Biblioteca Nacional, onde pude consultá-la.

E esta oração supriu a falta daqueles sermões, para que eu pudesse ter uma impressão própria sobre o mérito do orador.

Oração do molde de Bossuet, em que quadros de tanto brilho se sucedem sobre a vida e a obra luminosa de Evaristo Ferreira da Veiga, antes e depois de 7 de abril, mas principalmente depois dêste, quando foi, êsse homem, na verdade o árbitro dos destinos do Brasil, levando-o a porto de salvamento, com a bandeira do liberalismo moderado que êle hasteou, e defendeu galhardamente, entre dois fogos, o do liberalismo revolucionário anárquico, e o do conservatorismo absolutista dos partidários da restauração do trono de D. Pedro I, da qual, por brevidade, não transcrevo qualquer de seus longos períodos.

Supriu a mesma, o conhecimento que não consegui obter daqueles sermões em tempo publicados, que Marinho recitou na Capela Imperial, em ação de graças pelo batizado das princesas.

Posso, dêsse modo, avaliar a que maior altura êle ainda haveria de ter pairado, quase dez anos depois, com maior tirocínio, e em cenário mais vasto, o da Capital do Império.

Encerrada que deixo, a apreciação da atividade de Marinho, no serviço de Deus, passo à apreciação de sua atividade na carreira política.

Aí, o ex-revolucionário da *Confederação do Equador*, forma, como não podia deixar de ser, no campo do liberalismo.

E tanto mais quanto, ao entrar para a mesma carreira, vibrava a alma liberal de Minas Gerais.

Era o momento em que, o grande, o incomparável Bernardo de Vasconcellos, então portador dessa alma, acastelado na antiga Vila Rica, lançava o seu histórico desafio a D. Pedro I, a que elegeesse, se fôsse capaz, o seu ministro Silva Maia, deputado pela Terra da Inconfidência; desafio, que, impetuoso, aceita o imperante, seguindo para ali, mas para ser recebido pelas populações a dobres de sino, e assistir em pessoa a fragorosa derrota de seu candidato.

E' eleito deputado à Assembléia Legislativa Provincial, instalada em 1835, pelas duas primeira e quarta legislaturas, sendo colega de ilustres personalidades, tais, por exemplo, Bernardo de Vasconcelos e Theophilo Ottoni, para só falar nas principais delas.

E qual foi, aí, o seu papel ?

Na dificuldade, ou impossibilidade, de encontrar aqui no Rio de Janeiro, os respectivos Anais, louvei-me, a princípio, apenas no que disse o ilustre Xavier da Veiga, nas *Efemérides Mineiras*, traduzindo, aliás, a opinião corrente: "No parlamento provincial como no geral, sua atividade foi na vanguarda dos combatentes".

E' certo que bem dispensaria êsse testemunho de Xavier da Veiga, aquêlê testemunho indireto, da oração que já por aquela época, em 1837, êle podia recitar em São João d'El Rey, fazendo o elogio de Evaristo da Veiga, como acabou de ficar visto.

Entretanto, continuando minhas pesquisas, deparou-se-me, no *Astro de Minas*, periódico de que ainda falarei para adiante, a publicação de algumas atas de sessões da Assembléia, pelas quais pude ter conhecimento próprio do brilho da sua palavra e da sua colaboração na obra legislativa, sôbre diversos assuntos, culminando no longo projeto que apresenta e discute, criando Colégios oficiais de instrução secundária.

Proseguindo na sua carreira política, é eleito deputado suplente à Assembléia Geral Legislativa, para a legislatura de 1838 a 1841, tomando assento em 1839, na vaga deixada por Baptista Caetano de Almeida.,

Não podia ser mais brilhante o quadro dos deputados eleitos, no qual se viam, por exemplo, essas figuras: Bernardo de Vasconcelos, Honório Hermeto (Marquês de Paraná), Miguel Calmon (Marquês de Abrantes), Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), Paulino de Souza (Visconde de Uruguai), Maciel Monteiro (Barão de Itamaracá), Souza Franco, Theo-

filo Ottoni, Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), Romualdo Seixas, Aureliano Coutinho (Visconde de Sepetiba), Fernandes Torres, Paula Cândido, Nunes Machado, Araújo Viana (Marquês de Sapucaí) e Dias de Carvalho.

Certo, algumas das mesmas já se haviam transferido para o Senado, quando Marinho toma assento, mas ainda ecoavam na Câmara as suas palavras.

E' nesse quadro que êle sobressai, como uma das maiores figuras do partido liberal, pelo brilho da palavra e pelo brilho da ação. Tal o que pude diretamente conhecer, beui de perto, no demorado estudo dos Anais, a que não me poupei.

Toma assento na Câmara, na sessão de 2 de maio, quinze dias após a dissolução do *Ministério das Capacidades*, chefiado por Bernardo de Vasconcelos, o "gigante intelectual" e maior legislador do Brasil, cuja gloriosa figura tenho exaltado em diversos de meus trabalhos, sôbre tudo na longa Conferência que, ultimamente, proferi nesta Casa, na sessão especial consagrada à memória do mesmo, pelo centenário de sua morte.

Sôbre o Ministério organizado para sucedê-lo muito bem observou Pereira da Silva: "dir-se-ia que não havia ministério, ou não era conhecido, ou não tomava parte na política, que se desejava fazer triunfar. Pairava ainda a sombra do finado gabinete, tal fôra a sua pujança, que seus adversários parecendo temer sua ressurreição, combatem como dantes os atos e política, seus sucessores, quando se haviam alterado ou modificado, e dêles só restava a memória !".

Foi, realmente, a crítica aos atos do *Ministério das Capacidades*, o que constituiu naquele momento a obra da oposição liberal.

Tomando posse na sessão de 2 de maio, já na do dia 8, Marinho está na tribuna pronunciando, sôbre o projeto de resposta à Fala do Trono, um discurso quanto ao plano a seguir no instituir-se a Comissão requerida, para emitir parecer sôbre os atos praticados pela Administração.

Certamente, discurso breve, mas de decidida profissão de fé oposicionista. E com muito significativas expressões do espírito de quem proclama bater-se por princípios, sem preocupação com pessoas, e do dialético dando lições de lógica à Mesa, sôbre o referido plano.

E não tarda que comece a revelar-se, em tôda a sua plenitude, o orador brilhante, combativo, de imaginação viva, prodigiosa memória, vasta cultura, dialético realmente admirável, de fina ironia, quando mister, de linguagem precisa, correta e castigada, e com a alma sempre propensa à causa dos humildes, dos desprotegidos.

Orador dêsse alto quilate, e em constante atividade, na obra política e na obra legislativa, sob os seus mais importantes e variados aspectos.

Assim, por exemplo, na sessão do dia 28, pronuncia desenvolvido discurso, em resposta aos deputados, que, como se exprime, deram-lhe a honra de considerar proposições suas emitidas na Casa.

Começa confessando, orgulhosamente, a sua condição de autodidata, na resposta ao deputado que o desafiara para uma justa intellectual, a que não se recusa, assim falando:

“Principiarei respondendo ao nobre deputado que me dirigiu o convite, a fim de enristar comigo uma lança em economia política, e na discussão de matérias financeiras. Sr. presidente, não tive a honra de alisar os bancos das academias; algumas poucas idéias que possuo em qualquer matéria, tenho-as bebido a força de trabalho em meu gabinete; como poderei tomar-me com o nobre deputado profissional na matéria? Entretanto, asseguro-lhe que não me recuso ao combate, e respondo assim, para não dizer: — *Magna petis Faeton, quae nec viribus tuis nec tam puerilibus annis munera conveniunt*”.

E passa a responder a outros deputados, e principalmente a Maciel Monteiro, ex-ministro dos estrangeiros, a quem, entre outras críticas, faz a de desrespeito à soberania nacional, com o haver solicitado a mediação da Inglaterra, na pendência em que estávamos com a França, sobre o Oiapoque.

E ainda, à de sua atitude, com referência à nomeação do padre Moura, para bispo de uma de nossas dioceses à qual o Santo Padre negara as necessárias bulas. Cita-lhe o ofício lido na Câmara onde declarou que não só nessa, como a respeito de qualquer outra nomeação, o governo do Brasil não pretendia violentar Sua Santidade. Considera que, com isto, sacrificou êle os foros e a dignidade nacional. Entende que com a Constituição do Império, desaparecera a legislação de Portugal sobre a matéria, que tínhamos o direito de dar ou negar nosso *placet* a qualquer ponto de disciplina.

Impulsionado pelo calor do oposicionismo, e talvez ainda à conta do improviso, com que costumava falar, aliás sem prejuízo nunca do brilho da palavra, foi aí longe demais, sobre tudo dada a sua condição de sacerdote. Não faltou quem o arguisse na imprensa e na Câmara, de que pregava um novo direito canônico, em nosso país, o que o faz correr a defender-se, na sessão de 1 de junho, attribuindo isso a um mal entendido, e fazendo brilhante profissão de fé religiosa:

“Entendo que o ministro que queria uma concordata servia ao nosso país, porque o Sr. deputado sabe muito bem que o Santo Padre tem sim o direito de dar ou negar a instituição canônica aos bispos nomeados, mas que êsse poder pode ser mais ou menos restrito, conforme as concordatas entre os dois poderes. — Sei também, como o

nobre deputado, qual o poder e a santidade da religião; sei que homens literatos confundiram os sábios do areópago; que a cruz de Jesus Cristo espancou dos tremulantes lábaros e pavilhões as orgulhosas águias; que homens armados com o poder do — *In nomine Jesu — Christi Nazareni surge et ambula* — devoraram os templos da idolatria, demoliram os altares da superstição. — Sei que a um nome de Jesus crucificado, Apolo emudeceu. Dafné deixou seus bosques e as ilhas consagradas às deusas da Impudência se admiraram dos raios da luz que as esclareciam, que a insolente filosofia gemeu cativa e atada ao carro triunfal da cruz, e que o Evangelho tomando as asas da manhã, voou desde a gélida Scythia até a ardente Arábia. — Sei, sim, e o digo que se a religião de Jesus Cristo não ocupa hoje toda a vasta extensão do universo é porque as ambições dos homens a tem desfigurado; e a hipocrisia e a corrupção lhe tem destruído a pureza com que ela saiu das mãos do criador”.

E profissão essa mais tarde, na sessão de 9 de julho de 1840, fervorosamente completada, em tórno do assunto dos capelães das Forças Armadas:

“O nobre deputado que acaba de sentar-se ainda insiste em dizer que ao governo não importa que nós todos vamos para o inferno. Julgo que o Governo, se não se importa que nós todos vamos para o inferno, deve se importar. Concebo muito bem que não seja da atribuição do governo legislar sobre o dogma ou forçar as consciências; mas que não seja da inspeção do governo proteger a religião católica apostólica romana, e sustentá-la com todos os seus esforços, é o que não posso conceber (*Apoiados*). A isto é obrigado pela Constituição, pois a Constituição garantiu e reconheceu a religião católica romana”.

E ainda não para aí. Conclui proclamando não compreender governo algum sem religião, e proclamando mais que sendo a religião católica apostólica romana a única verdadeira, deve ser a religião do mundo inteiro !

O que acaba de ficar exposto, confirma o que deixei dito anteriormente: não seguira ele para o Seminário, porque não pudesse seguir para Coimbra. E’ uma brilhante revelação da sinceridade e da integridade de sua fé, nunca desmentida, o que não era comum ver-se nos sacerdotes militantes na política.

Mas, se era sincero na sua fé, e se defendia a união da Igreja com o Estado, e exigia que se cumprisse o dispositivo da Constituição, que a consagrava, não era intolerante, não concebia que o Governo pudesse legislar sobre o dogma ou forçar as consciências.

Forte na sua fé, era liberal no respeito à consciência alheia, como liberal era na política.

Na sessão de 13 de agosto, tem êle as suas vistas voltadas para o assunto da instrução pública. Profere a respeito interessante discurso, em que expende judiciosas considerações sobre a sua importância:

“A instrução mostra ao homem a linha de seus direitos para não os transcindir, e mostra os seus deveres para cumprí-los com exatidão; é a instrução que nos inspira justas idéias sobre o nosso presente e futuro destino; é ela que civiliza o homem, e o arranca do estado de embrutecimento em que se acha o homem selvagem, e o convence de que deve sacrificar os seus interesses ao da família, e êstes dois ao do Estado”.

Passa examinar o mesmo assunto, em face da competência da administração geral do país, e da competência provincial. Reconhece que pelo Ato Adicional as assembleias provinciais estão encarregadas de promover a instrução primária; mas por isso não fica o governo privado dessa summa inspeção que seria frutuosa se para as mesmas fôsem nomeados presidentes daquelas assembleias em prol de tão grande causa.

Bate-se pois pelo ensino primário obrigatório:

“Estou persuadido de que uma lei deve haver que obrigue a mocidade brasileira a receber instrução primária, porque assim como a Constituição obriga a todo cidadão a pegar em armas para a defesa da pátria, assim como a Constituição a ninguém isenta de pagar tributos para termos uma sociedade bem organizada; assim a sociedade deve também obrigar o cidadão a ter a necessária instrução para que possa servir e desempenhar cargos que a mesma sociedade houver por bem encarregar-lhe”.

Manifesta-se também pela criação da Universidade, mas aconselhando que se evite o excesso de formaturas, seja pelo processo do aumento de *cotas* para as matrículas, seja exigindo mais preparatórios.

Aconselha a criação “de estabelecimento onde se ensine as ciências de que mais necessitamos para multiplicar as nossas forças por meio da mecânica e outros”.

Finalmente, aborda o assunto da instrução religiosa, propondo a criação de novos Seminários, onde se instrua a mocidade que se dedica ao clero.

Na sessão de 5 de setembro, agora da Assembléia Geral, pronuncia longo discurso em torno do projeto autorizando o engajamento de estrangeiros, para auxilio de nossas forças armadas, no combate aos *Balaíos*, que assolavam o Maranhão.

Quero salientar especialmente algumas passagens do mesmo, em que os rasgos da eloquência se irmanam com os do patriotismo.

Sustentando que a medida é anti-constitucional, sustenta também que ela é anti-política e contrária a todos os interesses que à Assembléa cumpria promover.

“Um dos grandes interesses que cumpre ao corpo legislativo promover e fomentar, declara êle é sem dúvida nenhuma aquêlê que possa chamar a nosso solo uma população, como disse o nobre deputado pela minha província, que fôsse contrabalançar com essa outra (a africana) que a fraude, a iniquidade e o barbarismo anti-religioso tem trazido para o país, e de que o tem inundado e continúa a inundar”. Mas, pergunta: “conseguiremos êsse fim chamando para o nosso país homens armados e assalariados para virem pelear por nós; não seria mais conveniente que procurássemos do modo possível afervorar o patriotismo dos brasileiros, acordá-lo, se é que dorme, fazer despertar do sono da sua indiferença, aquêles que ainda não calcularam a extensão dos males por que temos passado, e de outros talvez mais extensos que nos esperam? Convém sem dúvida fomentar o espirito público brasileiro; mas como faremos nós? Declarando que os brasileiros são inúteis, incapazes de sustentar a ordem, de manter a paz, de proteger as suas famílias, oferecendo-lhe em apoio, em auxílio braços estrangeiros? Diremos nós ao país: — Brasileiros que não quereis sustentar aquilo que deveis: ficai tranquilos porque nós vamos mendigar além dos mares braços que nos venham ajudar a desempenhar o dever venerando e solene a cuja satisfação vos negais?!...”

“Não foi por leis desta natureza que a tua memória veneranda Solon (*o orador olha para o retrato de Sêlon que está pintado no teto por sobre o trono imperial*), passou através dos séculos e das gerações, merecendo a honra de seres retratado no augusto recinto do corpo legislativo brasileiro?!...”

“Êsse legislador decretou aos seus concidadãos que não fôsse livre ser indiferente aos males da pátria; que aquêlê que fôsse neutro nas públicas ofensas fôsse marcado com o sêlo da infâmia; mas nós, por fatalidade, nós que lhe honramos a memória, não lhe imitamos os preceitos?”

“Tem se pretendido até argumentar com homens célebres, que instigados pelo amor da liberdade têm ido oferecer seus braços e sua espada em defesa da liberdade de outras nações. Mas a natureza não é fértil em grandes homens. Quantos Lafayettes existem? E por ventura houve Lafayettes assalariados?”

E que auxílio poderia prestar essa massa de assalariados, deixando o que lhes devia ser mais caro, a própria pátria? — interroga; aquela de que diz o poeta latino:

*Nescio qua natale solum dulcissime captos
Ut nos immemores non sinit esse sui.*

E continua:

“Quantas vezes o número sucumbe debaixo do ardente fogo do patriotismo ? Não foi sem dúvida o número quem com tanta glória defendeu em algumas épocas a dignidade da França. A França retalhada no seu interior, tinha seu grito mágico que levava todos os seus filhos à vitória; e qual era êsse grito ? Viva a França, viva a pátria ? Quantas vezes no ardor da peleja um grito dêstes foi arrancar a palma da vitória da mão do vencedor para entregá-la ao general moribundo que se julgava vencido, mas que expirava nos braços da vitória ? Qual há de ser o grito que há de produzir êste entusiasmo nas baionetas estrangeiras ? E não terei eu razão dobrada para dizer que se baionetas estrangeiras forem introduzidas no país, o serão para nossa completa ruína e total desgraça”?

Na sessão de 24 do mesmo mês de setembro, pronuncia um outro notável discurso, com surpreendente revelação dos seus conhecimentos do árido e complexo assunto da ciência das finanças. E tendo de enfrentar a quem ?... nada mais nada menos, do que à extraordinária figura de Alves Branco, ministro da Fazenda.

Isto em tórno de um crédito solicitado pelo Govêrno para cobrir *deficit* do Tesouro.

Discute, realmente, como um profissional, examinando a procedência e importância do *deficit*, e os meios para o crédito.

E a respeito dêstes meios, matéria da maior técnica financeira, a sua competência fica ainda mais à prova, na crítica embora sucinta feita quer ao projeto governamental, quer ao da comissão legislativa, e mais do que tudo, no projeto substitutivo que a respeito apresenta.

Na sessão de 15 de julho de 1840, pronuncia longo e ainda mais notável discurso, defendendo o projeto da Maioridade de D. Pedro II, e por fim defendendo-se da acusação de incoerência com o que dissera em Minas Gerais, quando ali se debateu a idéia da regência da princesa Januária.

Com o método e com a clareza, com que sempre fala, assim começa:

“Dividirei em três partes o meu discurso. Preferirei a questão do modo à questão da conveniência (da Maioridade), expondo primeiramente as razões em que me fundo para pensar que as disposições contidas no artigo 121 da Constituição, não são disposições constitucionais e que por isso mesmo podem elas ser alteradas por uma lei governamental. Na segunda parte examinarei a questão da conveniência; e por último, se por ventura o puder (porque em verdade não posso falar por muito tempo) darei uma resposta a um colega da província de Minas, que não estou em opposição com as minhas opiniões”.

E desenvolve, exaustivamente, todos esses pontos anunciados, respondendo a cada um dos oradores que combatiam aquêlê projeto; mesmo o ponto primeiro, que embora sendo de caráter jurídico, de Direito Constitucional, êle aborda com se fôsse um profissional da matéria, e mostrando-se perfeitamente versado na legislação comparada, e na história constitucional da Inglaterra e da França. E ainda não é só; aborda o assunto, começando pelo exame paralelo do tema da maioridade no campo do Direito Civil.

Revela-se, dêsse modo, tôda a pujança do autodidata do direito, e um dos maiores combatentes, na tribuna parlamentar, para a vitória da Maioridade, que seria consumada a 22 de julho.

E a sua atividade aí se detém, por desnecessária agora; mas para ressurgir ainda mais intensa no ano de 1841.

Ressurge de modo impressionante, num *crescendum*, dissolvido que fôra, a 23 de março o Ministério da Maioridade. Sucedem-se os seus discursos, ao mesmo tempo, políticos e culturais, que vibram, encantam e instruem.

A parte pròpriamente política dos mesmos é incandescente, na ante-visão do golpe que se planeja, e será levado a cabo, da dissolução prévia da Câmara eleita para a seguinte legislatura.

E' precursora da Revolução que está próxima, da Revolução de 1842.

E o que dizer da parte cultural, isto é, de tão variados problemas de todos os Ministérios, que êle vai abordando a cada momento ?...

Veja-se, por exemplo, nos seus primeiros discursos, em tôrno do projeto que aumenta o número de Tribunais de Relação, essa nova revelação de seus conhecimentos jurídicos, agora sôbre organização judiciária, com as acertadas considerações que expende sôbre a composição dos tribunais, e especialmente sôbre a promoção por antiguidade, como melhores não apresentaram mais tarde Ferreira Viana, em tôrno da Reforma de 1871, e Lafayette, quando ministro da Justiça.

Mas tenho que parar nesse exemplo; o tempo mais não permite !... O difícil seria escolher entre as preciosidades de tão variados gêneros, que daí em diante vão se multiplicando nos longos discursos que se sucedem, e ainda sem prejuízo da eloquência do orador !

Preciosidades, no campo político, jurídico, administrativo, e social; em matérias de direito público, constitucional, internacional, canônico, civil, criminal, judiciário, parlamentar, orçamentário; em matérias de instrução pública, instrução religiosa, culto, economia política, finanças, colonização, transportes.

Toma parte saliente nos debates sôbre esses diversos assuntos, não os discutindo apenas por alto, para efeitos de opposição, ou para

exibição de seus dotes oratórios; discute-os em geral, com pleno conhecimento de causa, e muitas vêzes indo ao âmago dos mesmos.

Em tudo vai deixando, de fato, passagens luminosas de perfeita assimilação, em vivos debates, de lógica irresistível.

Prosseguindo na sua carreira política, é êle eleito para a legislatura seguinte, que como acabou de ficar antecipado, foi dissolvida, ainda em sessões preparatórias.

Ei-lo afinal na Revolução de 1842, de que foi um dos mais inflamados e prestigiosos chefes, e ao mesmo tempo, ilustre historiador; de que, como já ficou dito, foi o seu *Xenôfonte*.

E, assim, por uma questão de método, transponho para daqui a pouco, o estudo da sua figura de revolucionário; isto é, para quando estudar-lhe a figura de historiador.

Com a anistia concedida aos implicados naquela Revolução, volta êle à Câmara, na legislatura de 1845 a 1847, e na de 1848.

E a sua figura continua, como não podia deixar de ser, a apresentar a mesma grandiosidade, conquistada naquelas sessões legislativas de 1839, 1840 e 1841.

Continua assim, também a minha dificuldade de reproduzir aqui qualquer das brilhantes passagens dos longos e sucessivos discursos, que também vai proferindo.

Quero, apenas, referir o extraordinário successo que foi logo o primeiro dêles, constituindo-se a taquigrafia no dever de assinalar: *“Este discurso produz na Câmara viva sensação. Os amigos do nobre orador dirigem-se em grande número a cumprimentá-lo. Suspende-se a sessão por alguns minutos”*.

E dizer ainda da importância dos discursos pronunciados, nas sessões de 17 e 28 de julho, pelo conjunto das elevadas matérias que, em brilhante defesa da fé, versa êle, em debate com Rodrigues dos Santos, no primeiro, e com Álvares Machado, no segundo, em tórno de uma pretensão dos Religiosos da Conferência de São Vicente de Paula, diretores do Colégio do Caraça.

Sustenta a procedência dessa pretensão, examinando-a juntamente à luz da legislação brasileira e do direito canônico; faz a história da fundação do afamado educandário; enaltece a obra que aí vinham realizando êsses Religiosos, como a que realizavam por todo o mundo os outros sucessores da empolgante figura de São Vicente de Paula. E defende vigorosamente a Companhia de Jesus dos ataques desferidos por Álvares Machado. Certo que nessa defesa falando pela própria alma do Brasil, cuja dívida para com a benemérita Companhia é irresgatável, como bem traduz êsse juízo autorizado e insuspeito do insigne historiador Capistrano de Abreu, de que é impossível

escrever a historia do Brasil, sem escrever a história da mesma Companhia.

Discursos, assim, nos quais se entrelaçam a causa da fé, a causa da caridade, a causa da instrução, e desde os seus fundamentos no Brasil, isto é, desde este *monumentum aere perennius*, que constituiu a obra dos Nóbregas, dos Anchietas e dos Vieiras, na formação da nacionalidade.

Finalmente, naquela legislatura de 1848, compreendendo que não estava muito longe o término da política de conciliação, que vinha dominando através dos diversos ministérios, e à qual pertencia, reafirma êle solenemente, na sessão de 22 de maio, a sua fé política:

“Eu entendo, meus senhores, acredito que é uma necessidade do país a união e a moderação. A moderação já salvou um dia o Brasil, salvou suas instituições, e há de salvá-los sempre. Eu pois enrolo-me nessa bandeira, e seguindo o exemplo do almirante holandês com ela me lançarei ao mar”...

E isto aconteceu. Sobe ao poder o partido conservador, constituido o ministério de 29 de setembro, sob a chefia, a princípio, do marquês de Olinda, e, a seguir, do marquês de Monte Alegre; desaparece êle do cenário político.

Manda, entretanto, a verdade histórica, proclamar que êsse ministério, de longa duração e de que era o chefe de fato, Euzébio de Queirós, titular da pasta da Justiça, foi um dos mais gloriosos que se contam, e que mais concorreram para o progresso do Brasil; garantiu a ordem e garantiu a liberdade; realizou ou iniciou, principalmente na pasta da Justiça, reformas inesquecíveis, de ordem jurídica, cultural, administrativa, social, econômica e financeira; suprimiu o nefando tráfico africano; e, finalmente, libertou nações vizinhas, que gemiam sob o peso do despotismo!

De tudo isso, já dei longa notícia, na conferência realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros o ano passado, sobre a figura dêsse grande estadista, que se chamou Euzébio de Queirós.

Chegou o momento de falar de Marinho — historiador, e de Marinho o revolucionário de 1842.

Para quem estude de perto, versando os próprios anais, como fiz, a sua carreira parlamentar, não causará surpresa vê-lo autor dessa obra *História do Movimento Político que no ano de 1842 teve lugar na província de Minas Gerais*.

Os seus discursos revelam mais essa faceta do seu brilhante espírito, o culto da história universal e da pátria, das quais se serve a cada hora, para ilustrá-los ou reforçar-lhes os argumentos.

E de sua memória prodigiosa, aliás característica de todos os grandes oradores, se vangloriou certa vez, na tribuna, ao recordar fatos em defesa de acusação de incoerência que lhe era feita, proclamando — “a minha memória é de ferro!”

Essa inclinação de seu espírito, e a sua facilidade de escrever paralela à de falar, como dentro em pouco terei de pôr em foco, estudando-lhe a figura de jornalista, e a necessidade de defender aquêlo movimento, dos ataques formulados pelos seus adversários, fizeram-no naturalmente historiador, fizeram-no o *Xenofonte* da revolução de 1842.

A respeito da obra produzida, assim se manifesta Moreira de Azevedo, em 1881, na sessão dêste Instituto da qual já dei notícia:

“Tratou de escrever para levar à posteridade o movimento revolucionário que o levava às suas fileiras, mas saiu-lhe excessivo de pena o amargor contra o govêrno nesse trabalho empreendido ainda nos dias em que estavam recentes os ódios vivos, as emoções, e eram todos testemunhos de semelhante fato. Tratando de acontecimentos ainda palpitantes e graves, desvairou-o a paixão política, e mostrou-se exagerado em suas apreciações históricas; mas é minucioso e completo na relação dos fatos, e se omitiu os seus próprios serviços e sacrifícios, não perdeu ocasião, como diz Teófilo Otoni, de pôr em relevo a mais pequena circunstância, que pudesse enobrecer o caráter de seus amigos”.

Mas está incompleta essa apreciação. A obra em causa não é apenas minuciosa e completa na relação dos fatos.

Tem outros títulos, o da perfeição de seu método, dêsses capítulos que logicamente se vão sucedendo, nos dois livros de que ela se compõe; do brilho da sua redação; e do não tratar apenas do feito da revolução de 1842, sendo também de suas causas ainda as mais remotas, nesse tão interessante abreviado histórico, que constitui a sua introdução.

Somente aquelas duas faltas por êle, Moreira de Azevedo, apontadas, se revelam nessa obra.

Uma, deveras lamentável, a do historiador que, certo pela atmosfera, ainda incandescente do momento em que escrevia, chegou a emitir, alguns injustos conceitos sobre grandes figuras da nacionalidade, o próprio Caxias, por exemplo.

Outra porém que, ao contrário, tanto o enobrece, essa de não falar em si, quem fôra, entretanto, *magna pars* na Revolução, não só no preparo da mesma, pela tribuna parlamentar e atos consecutivos, como no seu feito, ao qual esteve presente ainda antes de Teófilo

Otoni, isto é, em Barbacena, quando ali erguido o grito de 10 de junho, e sempre intrépido indo até o fim, até Santa Luzia.

E bem mereceria, essa Revolução, um historiador do seu quilate, pelas condições em que ela irrompeu, desenvolveu-se e terminou.

Foi a mesma iniciada pelos liberais de São Paulo, para a qual solicitaram o apoio dos liberais de Minas, que o prometeram, levantando aquele grito de Barbacena.

Mas, com uma repidez surpreendente, é sufocado o movimento paulista!

E apesar disto, prossegue o movimento mineiro.

Muito teria concorrido para tal, a diferença das tradições políticas de São Paulo e Minas. Ali, falava o espírito conservador, moderado, de José Bonifácio; aqui, o espírito ultraliberal, o espírito republicano da Inconfidência, de Tiradentes.

Fôsse porém como fôsse, Minas não desanimou, prosseguiu.

Arcou sozinha, e galhardamente, com a Revolução, terminando pela brilhante resistência de Santa Luzia, em que chegou a periclitar a estrêla de Caxias!

E' toda essa odisséia, que Marinho descreve.

Enaltecendo, como acabo de fazer, o heroísmo dos liberais mineiros, e muito especialmente a figura de seu *Xenofonte*, o faço entretanto, com a ressalva do juízo que emiti sobre os motivos que levaram a essa Revolução, na Conferência que pronunciei nesta Casa, o ano passado, sobre a figura do "gigante intelectual", que foi Bernardo de Vasconcelos.

A lei de Interpretação, a lei de 3 de dezembro, e a lei de criação do Conselho de Estado, tais eram os mesmos motivos.

Entretanto, essas leis constituíram a triade em que assentou o progresso do Império até 1871, e revogadas não foram por êles liberais, quando ascenderam ao poder, só sendo reformada a de 3 de dezembro pelos próprios conservadores, naquele mesmo ano, quando entenderam que o momento o permitia.

Passo a apreciar, agora, a figura de Marinho — jornalista.

Ainda neste campo de atividade, êle faz as suas primeiras armas em Minas Gerais, com o costumado brilho.

Escreve na adiantada imprensa de São João d'El-Rei, localidade para a qual, em 1835, se transfere de Ouro Preto, onde fixara domicílio em 1831; adiantada imprensa, que já em 1827 podia apresentar êsse importante órgão *Astro de Minas*, fundado por Batista Caetano de Almeida, de publicação trisemanal, e que durou até 1839, do mes-

mo existindo uma coleção na Biblioteca Nacional, com algumas fahlas, já assinaladas no Catálogo da Exposição de 1880.

E' nesse órgão que êle escreve, assumindo a sua redacção a 8 de dezembro de 1885.

E conquistando extraordinário successo. O escritor corresponde plenamente, ao orador que ficou descrito. E a tranquillidade do gabinete de trabalho, ainda mais incentivava aquella linguagem incisiva, precisa, castigada, que era a sua, bem como os lances do pensador, que êle também era.

Até 19 de setembro de 1837, seus artigos são de defesa da causa liberal, e defesa de Feijó, aqui sendo de referir que, por um lado, com algumas ressalvas, e, por outro, no calor da discussão, indo mais longe, às vèzes, do que queria.

Dali em diante, de combate ao ministério da Reacção Conservadora, então constituído, em critica cerrada à sua política e à sua administração, tanto no que dizia respeito ao govêrno do Império, quanto ao que dizia respeito ao govêrno da província.

Satisfarei a natural curiosidade dos que me ouvem, apresentando, pela ordem cronológica dêsses artigos, algumas rápidas passagens dos mesmos, de variados gêneros, confirmativas dos proclamados títulos do escritor.

Em 1836, pode ser visto, no editorial de 14 de janeiro, êsse trecho que, pelo pensamento e pela forma, lembra um Antônio Vieira ou um Rui Barbosa:

“E' verdade que parece termos chegado a um ponto em que a lei se deve intuitivamente cumprir, porém infelizmente não chegamos ainda ao em que efetivamente se cumpre. A imoralidade do govêrno absoluto subsiste; muita gente está ainda convencida de que as fortunas e as amizades dão à lei o jeito que lhes apraz, e aos fatos as côres que querem. Daqui nasce o maior mal, que pode afligir a sociedade, daqui vem que a condição do homem de bem na sociedade é a pior, porque enquanto êle se esforça para não quebrantar as Leis, os outros a quebrantam e si êle procura perante o tribunal competente a vindita legal, se escudando na justiça não procura um patronato valioso, são desatendidas suas queixas”.

No editorial de 30 de outubro, ei-lo a emitir êste brilhante juízo, sôbre a missão da imprensa, e condenando o seu desvirtuamento na prática existente:

“Lamentável é que a imprensa, a mais importante das descobertas do homem, que tanto deve concorrer para o aperfeiçoamento do

espírito humano: que para defender a ilustração por todos os pontos da terra, retirar os povos da barbaridade, e da miséria, dos crimes e dos vícios que os degradam; fazer-lhes conhecer os seus direitos e interesses, e elevá-los àquêl grande aperfeiçoamento moral e social, de que são suscetíveis as faculdades humanas; êste invento maravilhoso, ao qual estão ligados os destinos do gênero humano, o progresso da civilização e das luzes, tenha no Brasil sem a menor exceção, apenas com mais ou menos degradação, servido quase unicamente nas mãos das facções de instrumento de insulto, e de promover a imoralidade, o desprezo pela autoridade pública, no relaxamento dos laços sociais e a promover a anarquia”.

Pena é êsse desgarre a que, por fim, a paixão política do partidário de Feijó, levou o pensador que tão alto pairava, a especificar o ataque à autoridade, como se o ataque à opposição fôsse de menor importância, como se essa não fôsse tão útil e necessária como aquela, para os destinos do país: e tanto mais quanto, seria êle próprio, dentro em pouco, um brilhante oposicionista, na consciência de, por esta forma, estar servindo ao Brasil.

Em 1837, no editorial de 6 de maio, defendendo com tanto brilho de exposição e conceito, a absoluta procedência, indeclinabilidade e justiça das contribuições, pintando o quadro admirável de sua aplicação para o bem da sociedade e do indivíduo, sobre variados aspectos, em um regime constitucional, — assim se pronuncia sobre as mesmas, em um governo despótico:

“Bem que sejam em parte empregadas à manutenção da segurança geral, tornam-se contudo odiosas, porque são imposições estabelecidas por um poder arbitrário e não determinadas pela vontade geral; porque excedem sempre as verdadeiras necessidades públicas; são repartidas com injustiça; são cobradas com crueldade; ou com um insolente desprezo pelos direitos dos cidadãos. Mas em um governo constitucional as contribuições não podem justamente excitar clamores; ninguém deve recusar-se a pagar a justa parte que lhe cabe o contribuir para as despesas públicas, feitas em seu proveito, sem depredação, com uma severa economia, decretadas pelos representantes do povo, e que dela dão contas aos seus constituintes, e as tomar êles mesmos aos empregados da arrecadação e distribuição dos dinheiros públicos”.

Por fim, em 1838, no editorial de 13 de julho, de uma polémica mantida com o periódico *Paraibuna*, do nome do rio que limita o Estado de Minas com o do Rio de Janeiro eis êsse modêlo de fina ironia:

“Muito gigantesco é o plano, que o *Paraibuna* tem traçado e que cautelosamente patenteia com o seu número 109 ! Cansado o grande

rio de rolar suas lodosas ondas por entre as íngremes penedias, e deslizar-se — por entre contradições de espíritos, difíceis (São as suas palavras) toma repentinamente um tom evangélico, e transformando-se de rio em cisne (o que não é muito ordinário nas fábulas, as quais nos dizem que algumas ninfas se transformaram em fontes, mas nenhuma que os rios metamorfoseassem em animais). O *Paráíbuna*, pois, em sua marcha, quer ser em tudo extraordinário, feito Cisne sem que advinhemos por potência de que divindade, descortina em o citado número que o evangelho da nobre opposição é destruir, nulificar o Ato Adicional”.

Infelizmente, o tempo não me permite apresentar mais algumas brilhantes passagens de seus artigos.

Aquí me detenho, pois, mas significando que, assim como acontecia na tribuna parlamentar, nessa outra tribuna, a da imprensa, êle versa os mais variados assuntos.

E significando ainda, o caráter instrutivo que particulariza os seus artigos, nessa incontida exhibição de sua prodigiosa memória, e vasta cultura, desta haurindo lições que derramava antes de entrar diretamente no tema, para em seguida abordá-lo com a grande lucidez de seu espírito, e o poder da sua dialética formidável.

Ascendera êle à Assembléa Geral, em 1839, com êsse renome juntamente, de notável parlamentar e de notável jornalista, conquistado em Minas Gerais, e que escoava na capital do Império, dado o prestígio dessa provincia em si mesma, e, especialmente, o grande número de mineiros, que no momento, se ostentavam nas culminâncias da política nacional, assim, por exemplo, do partido conservador. Bernardo de Vasconcelos e Honório Hermeto, e do partido liberal. José Bento, Limpo de Abreu e Teófilo Otoni.

Não foi, pois, uma surpresa para ninguém que, em 1848, nos momentos críticos do partido liberal, êste lhe confiasse o mais elevado pôsto do seu jornalismo, isto é, o de Redator-Chefe do *Correio Mercantil*, no momento exato em que êste órgão passou a ser do partido.

E confiança tanto mais honrosa quanto tendo êle a seu lado, por exemplo, Silva Paranhos (mais tarde visconde do Rio Branco) e Sales Tôrres Homem (mais tarde visconde de Inhomirim), e no mesmo pôsto sucedendo-o, Francisco Otaviano e Tavares Bastos.

Não excederia, entretanto, de um ano a presença de Marinho nesse órgão, pois, em 1849, tem encerrada a sua carreira política.

Carreira em que contou glórias, porém não faltando sofrimentos.

Espírito combativo, conquistou ódios, e o sucesso da mesma carreira despertou a inveja. Contra êle investiram a mentira e a calú-

nia, mas embotando-se na couraça de uma vida modesta, de renúncia dos bens materiais, sempre votada a fins elevados, e de fé robusta, que se comprazia em perdoar as ofensas.

E encerra ali a sua carreira política, passando a consagrar-se, com extrema dedicação, a uma outra atividade, não menos importante para os destinos do Brasil; e isto, não seria necessário dizê-lo, sem prejuízo nunca da sua desvelada atividade sacerdotal.

O orador sem exemplo, que brilha em tôdas as tribunas, a sagrada, a parlamentar, a judiciária e a da imprensa, e por certo ainda da tribuna popular, quando revolucionário de 1842; tal orador é, também, o mestre insigne, que funda nesta capital, em 1849, o famoso educandário, de que é diretor e principal professor, — o Colégio Marinho.

E isto, por uma predestinação.

Aluno do Colégio do Caraça, já era simultaneamente mestre, como se viu, lecionando, com sucesso, filosofia; ordenado em Mariana é logo professor, por brilhante concurso, da cadeira de filosofia racional e moral, de Ouro Preto, mantida pelo governo da província; e passando-se para São João d'El-Rei, em 1835, continua regendo a mesma cadeira no Colégio, também official ali existente, ou Externato, que o era, na qual se mantém até 1847, quando transfere sua residência para esta capital.

E, por outro lado, tratou carinhosamente do assunto da Instrução Pública, na Assembléia Provincial, assunto ainda objeto de seus desvelos na Assembléia Geral, conforme tudo já ficou dito.

O juízo unânime dos seus contemporâneos, dos que viram e acompanharam a vida do Colégio Marinho, enaltece tôda a sua grandeza, isto é, a sua grandeza moral, e a sua grandeza cultural.

Não era uma Casa de lucros; mas uma Casa de benefícios.

Casa de benefícios para a mocidade, isto é, para o Brasil, para o Brasil do futuro, ministrada a instrução secundária, sob a sábia e eficiente direção dêle, Marinho, com a aplicação dos melhores métodos da época, modificados, porém, pelo seu lúcido espírito.

Casa de benefícios assim, e tanto para os protegidos, como para os desprotegidos da fortuna.

“Uma quarta parte dos numerosos alunos do seu excelente colégio compunha-se de meninos pobres, a quem gratuitamente ministrava ensino, casa e alimento, no pé da mais perfeita igualdade com os filhos das famílias opulentas”: isto podia dizer, pela morte do notável brasileiro, o *Correio Mercantil*.

E crescia, cada vez mais, o prestígio dêsse estabelecimento, empenhado Marinho em levá-lo ao máximo, não para o seu benefício, mas para o benefício do Brasil.

Não permitiu Deus, porém, nos seus insondáveis designios, que elle chegasse até onde queria.

Leva-o, a morte, a 13 de março de 1853, em plena vitalidade, contando apenas 48 anos, vitimado pela febre amarela, que então flagelava o Rio de Janeiro, e que já havia roubado à Pátria e a Minas Gerais o “gigante intelectual”, que se chamou Bernardo de Vasconcelos, e do qual fôra elle aliado no começo de sua carreira política, mas pouco tempo depois tenaz adversário, desde que o mesmo desfraldara a bandeira da Reação Conservadora.

E como já o disse Paula Menezes: “Expirou com os olhos fitos nesse colégio, a que parecia dizer o último adeus!”

Ou, melhor, morreu com os olhos fitos na Pátria, através da causa da instrução, como revela êsse autorizado testemunho de Paula Brito, figura estreitamente ligada aos meios culturais da época, prestado no *Correio Mercantil*: “Um ano, um ano só, de vida” — dizia elle, nos seus últimos momentos, “que é quanto me basta, para dar ao meu país aquilo que elle mais precisava — a Instrução Pública”.

E isto, supplicava elle, ao Todo Poderoso, certamente para consolidar a situação material do colégio, assegurando-lhe destarte a perpetuidade; pois quanto ao seu padrão moral e cultural, êste como acabou de ficar visto já era tão alto.

Ou então porque, escudado nos seus estudos sobre a matéria, e longo tirocínio da cátedra, estivesse elaborando algum trabalho original sobre Instrução Pública, e método de ensino.

Existe o seu testamento no Arquivo Nacional, constante do respectivo processo de inventário.

Dei-me ao cuidado de examiná-lo.

E' um testamento público, feito pelo notável brasileiro na véspera de seu falecimento, e por isto mesmo breve, no qual instituiu elle por seu primeiro testamenteiro a Teófilo Otoni, e transmitiu aos seus auxiliares, Dr. José Ribeiro Soares de Almeida e Mateus da Silva Chaves, todo o jus domínio e posse que tinha no colégio, com a condição de pagarem as dívidas dêsse Estabelecimento, entregando o saldo a seu pai Antônio José Marinho.

Aceitaram elles êsse honroso encargo, e o cumpriram, apresentando a respectiva demonstração, em juízo: “fizeram avaliar o prédio e todos os pertences do estabelecimento, e procederam ao balanço da receita com a despesa, e pagaram tôdas as dívidas, verificando-se um saldo de 1:669\$000 em favor da herança”.

Era assim, um patrimônio moral, e não um patrimônio material, o que elle deixava.

E isto teve de dizer o *Correio Mercantil*, fazendo-lhe o necrológio:

“Pároco da mais rica freguesia desta capital, instituidor do mais vasto e afamado dos estabelecimentos de ensino existentes, Marinho acabou pobre pela sua filantropia, a que nunca nenhum infortúnio recorreu em vão”.

A notícia de sua morte consternou todo o Rio de Janeiro.

Não obstante o pavor que infundia a moléstia que o abateu, inumeráveis foram, conforme narram o *Jornal do Comércio* e o *Correio Mercantil*, da época, fazendo, em termos dos mais honrosos, o seu necrológio, e conforme narram os escritores também contemporâneos anteriormente referidos, Paula Meneses e Joaquim Manuel de Macedo; inumeráveis foram as pessoas que o acompanharam ao último jazigo, entre as quais se viam figuras políticas de todos os partidos, seus aliados ou adversários, e representantes de tôdas as classes sociais.

Mas a nota dominante do lutuoso séquito, como acentua Joaquim Manuel de Macedo, “era o bando, mais que centena de meninos, muitos banhados em lágrimas, e aflitos e tristíssimos todos”.

E banhados em lágrimas sobretudo, direi, deviam estar aqueles tantos meninos pobres, que na dolorosa recordação do menino pobre do Brejo do Salgado, Marinho havia transformado em ricos, no seu famoso educandário !

Quando, em 1873, seus sucessores nesse educandário encerraram as suas portas, confiaram a esta Casa, uma preciosa relíquia do mesmo, tal o busto de seu fundador, que lá se ostentava.

Bem hajam êles, por isto.

Tem sido o mesmo aqui guardado com carinho, podendo agora ser exibido, nesta sala.

Senhores !

Acaba de ficar vista nesta conferência, e está sendo vista em effigie, uma das mais brilhantes figuras do nosso passado histórico, da vitória dos valores morais sôbre os valores materiais.

E em momento oportuno, como um exemplo vivificante para a geração atual, sacudida pelas rajadas do materialismo infrene, que pretende subverter todos aqueles ideais superiores que, para honra da nossa nacionalidade, mercê de Deus, consubstanciaram a sua formação.

Felizes dos que não se esquecem do nosso passado histórico !
Feliz desta Casa gloriosa e secular, que se consagra ao seu culto !

TRANSCRIÇÕES

CACHOEIRA E PORANGABA

(A CONCESSÃO DE SESMARIAS NO BRASIL E A LAVOURA
DE CAFÉ NAS MONTANHAS DE VALENÇA)

DESEMBARGADOR VIEIRA FERREIRA

Esta memória histórica, a que dei o título *Cachoeira e Porangaba* e o subtítulo *A concessão de sesmarias no Brasil e a lavoura de café nas montanhas de Valença*, foi escrita aos poucos desde 1945. A maior parte dos fatos que narro pareceram-me dignos de serem perpetuados, e o meu testemunho, precioso, por abranger as observações que uma longa vida permite à subsistência de uma boa retentiva.

Contém meu depoimento o visto e o ouvido em muitas regiões do Brasil: na província do Rio de Janeiro, em Minas, em Santa Catarina, em São Paulo, no Espírito Santo, na Bahia, em Sergipe, em Pernambuco, no território do Acre; mas a variedade multiforme de seu conteúdo não lhe tira, com as digressões, a unidade do pensamento.

Se avulta nessa narrativa o pessoal e doméstico, nem por isso foi meu propósito escrever uma autobiografia. Há sempre nas biografias implícito algum louvor a quem as merece e uma autobiografia é como que um louvor em boca própria.

Chamo a atenção do leitor para outras figuras, dignas de recordação, que funcionam como agentes no cenário que esta memória descreve, e para um meio social diferente do hodierno, vivendo perto de cafezais e restos de mata virgem que desapareceram.

A industrialização das províncias nas margens do Paraíba veio substituir uma lavoura exausta, como as plantações de café tinham sucedido à selva, mudando o aspecto botânico do relevo orográfico. Se há de certo o que admirar nessa multiplicação de fábricas e de usinas, em que se aproveita a força prodigiosa latente na eletricidade, a lavoura oferecia outrora, sem tanto estrépito de maquinismos, a ri-

queza de sua produção abundante, quando as plantações cobriam as vargens e os morros fluminenses hoje desnudados.

Tenho saudades da calma e do verdor reinantes no trabalho e na vegetação plantada pelos outeiros.

Há por isso, na minha narração, como que uma nênia sentimental quando me refiro à paisagem de outros tempos, ainda que não tenha tido êsse propósito escrevendo esta memória. Temos de resignar-nos à perda de certas vantagens que o progresso vai suprimindo, consolando-nos com outras.

Há, porém, mudanças que não se justificam por algum fim racional, significando só, em quem as introduz, o desejo de passar por ter feito alguma coisa de novo.

E' o que acontece com a nossa toponímia, vitimada por inovadores bisonhos, como se o nome tradicional de uma localidade não merecesse respeito, em si mesmo, como o dos indivíduos que a povoam, ou que a tornaram conhecida, ou célebre, por algum fato notável. Que perturbação nos documentos relativos a lugares cujo nome houve por bem o inovador substituir por outro, sacado sem cerimônia do seu bestunto !

Inaudito vandalismo !

Fizeram de Valença Marquês de Valença, porque havia uma Valença na Bahia e outra em Piauí, como se pudessem errar o caminho, indo para uma delas em vez da outra.

Santa Teresa de Valença passou a chamar-se Rio das Flores, rio que a molha um pouco apenas, quase nos limites do município.

Mudaram Belém, na estrada de ferro Central, para Japerí, para não se confundir com a Belém do Pará, ou quem sabe se com a da Judéia.

Quando se chega a Resende no trem de São Paulo, vê-se na estação um ridiculo *Agulhas Negras*.

Cachoeira, que teve êsse nome por ser a primeira que os bandeirantes encontraram no rio, passou a denominar-se Valparaíba, mas voltou, não persistindo a extravagância, a chamar-se como dantes, com um epíteto supérfluo, Cachoeira Paulista.

Para que? quando se fala nessa Cachoeira, os interlocutores sabem muito bem que não é da baiana que se trata.

Na Linha Auxiliar, mudaram para um nome qualquer o de *Conrado Niemeier*, que tinha uma estação na serra, pôsto em honra de meu finado amigo Conrado Jacob de Niemeier, um dos fundadores da Melhoramentos do Brasil, companhia que construiu a estrada sob

a chefia de Paulo de Frontin; mas puzeram na estação de um povoado, Sertão, o prenome *Conrado!*

Que será?

Por vaidade, ou bajulação, mudam-se nomes que tem a sua razão de ser nalguma circunstância importante, que o inovador ignora, por outro, quase sempre de pessoas vivas, não raro de indivíduos que não tinham o direito de perpetuar o seu nome na esquina de algum bêco.

Êsses nomes, com que se atoleima a nossa toponímia, estão pedindo ao legislador ou ao governo uma raspadeira, para a restituição dos substituídos. Não só pelo ridículo ou pela injustiça da homenagem, como também pelo dano causado a tantos e tão preciosos livros sôbre o Brasil, como às cartas corográficas executadas com o maior esmero por competentes profissionais.

Exigem além disso pesquisas para a identificação dos lugares, com a perda de tempo que ocasionam.

O acôrdo ortográfico trouxe, por sua vez, algum dano a nossa toponímia. Êsse, material sòmente, sem a vileza algumas vêzes oculta na atribuição de nomes próprios.

Suprimiu-se o *y*, que a sabedoria dos jesuítas adotara para um som da fonologia tupi semelhante, como o *u* francês, ao *y* grego.

Aboliu-se também o *h* usado nas diéreses com tanta comodidade, para evitar que vogais contíguas se pronunciem como ditongos: *Piau-hy*, *Jundia-hy*, *Jacaré-hy*.

Era conveniente mesmo em palavras portuguesas, para distinguir Bahia de baia, sahia de saia, em vez de um desagradável acento agudo no *i* tônico, privado por isso do ponto que o completava (1).

Não se veja, no que digo, algum misoneísmo. As letras dobradas, por exemplo, não me deixaram saudades.

Mais importantes, porém, foram as mudanças em que se refletiram, no Brasil, as transformações do mundo, neste século tão con-

(1) Acho também censurável a multiplicação de acentos desnecessários. Onde se escreve: "eu principio" ninguém lerá: "eu princípio", e onde estiver escrito: "no principio" só algum estrangeiro pronunciará: "no princípio". Para que em "circunferência" um acento circunflexo, que nem se quer é curvíneo? — Tomaram a acentuação posta por CANDIDO DE FIGUEIREDO no seu dicionário, desnecessária na maior parte dos casos para quem fala o português, útil só onde a tônica é duvidosa, como em "revérbero", "crisântemo", vocábulos mal pronunciados por muita gente. — P. PETROCCHI fizera coisa semelhante em seu dicionário italiano, usando até, para o acento agudo, de um sinal que não existe na grafia da língua.

turbado pelo egoísmo, que a ciência armou de aparelhos de destruição internacional, imprevistos nas lucubrações de sábios empenhados em descobrir pela aplicação do método experimental, que substituiu a escolástica aristotélica, forças úteis à humanidade.

Essa produção, que manifestou seus mais consideráveis efeitos, no mundo inteiro, pelos vôos da navegação aérea, germinou, para glória do Brasil, em nossas escolas, em nossos gabinetes e até num quarto de águas furtadas, em que morava Santos Dumont em 1886, na rua larga de São Joaquim, hoje Marechal Floriano.

A casa, que ficava perto do Itamarati, era de um tal Joaquim, que explorava seu negócio no rés-do-chão, tinha uma pensão no primeiro andar e alugava cômodos no segundo e nas águas furtadas. Nestas, meu saudoso primo Leopoldo Ribeiro do Val ocupava um quarto junto ao de Santos Dumont e me disse uma vez que êste se achava empenhado em descobrir a dirigibilidade dos balões; a porta do quarto aberta, permitiu-me ver alguém numa pequena mesa alumada por uma vela.

Quem diria que Santos Dumont estava preparando transportes para a bomba atômica, numa época em que a formação espiritual de Augusto Severo o levou a dar à sua aeronave o nome auspicioso de *Pax*?

Oh tempora, oh mores!

* * *

A história de uma fazenda de café em Santa Teresa de Valença poderia entrar com letras de corpo menor, como simples nota instrutiva, em página de outra que descrevesse com mais amplitude o povoamento e as explorações agrícolas de toda a província do Rio de Janeiro.

O interesse da minha narrativa não se acha no exemplo que tomei, como foi possível, às circunstâncias pessoais de minha vida, mas na gênese de uma unidade agrícola da região cuja lavoura cafeeira constituiu durante alguns decênios do século XIX a maior riqueza do Brasil.

Aumentam a importância do meu paradigma suas atinências com uma causalidade histórica de ingentes resultados, produzidos pela ambição empreendedora de paulistas e portugueses (emboabas), ou de seus descendentes, excitada por valores econômicos postos nos três reinos da natureza: no ouro e no diamante do planalto mineiro, no carôço da *Coffea arábica* e na força muscular do braço escravo.

O cenário na última fase dêsse processo é o relêvo orográfico do sueste brasileiro sulcado pelo Paraíba e seus afluentes.

Foi sôbre as elevações que se arredondam na depressão entre as serras do Mar e da Mantiqueira, esculpidas pela ação milenária das águas e dos agentes atmosféricos, que verdejaram os cafezais fluminenses.

Êsse verdor salpicava-se de branco em sua aromática florescência e tingia-se de rubro, quando a maturidade acerejava pelos ramos a frutificação dos bagos, agrupados com sinetria no peciolo das fôlhas reluzentes.

Vi-os ainda viçosos, alinhados pelas encostas da Cachoeira e da Porangaba; senti a frescura de sua sombra e o perfume de suas flores, na infância, na meninice, na mocidade.

A MONTANHA

Da costa marítima para o interior das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais elevam-se as montanhas em serras quase paralelas, a começar pelas afundadas no mar e na baixada, cujos píucaros emersos embelezam o litoral fluminense.

Depois dêsses segmentos ilhados no mar e na baixada é que se erguem os da serra do Mar e, além do Paraíba, o molhe contínuo da Mantiqueira, onde avulta majestoso o Itatiaia.

Segundo o *Atlas Geológico do Brasil* organizado no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura, pelo engenheiro Fiusa da Rocha, e impresso em 1939 nas oficinas gráficas do Serviço de Publicidade Agrícola, a constituição geognóstica dessas montanhas é arqueana com inserções esparsas de rochas foiaíticas.

A ossatura dessa orografia é gnaissica e granítica, provavelmente com exemplares de tôdas as combinações do protognais com o batólito granítico enumeradas por Alberto Ribeiro Lamago em *Escarças do Rio de Janeiro* (2).

O enrugamento da crôsta terrestre que produziu as serras fluminenses ter-se-ia formado, segundo Edmundo Perrier, como o das demais montanhas do Brasil, na orogênese das cadeias que êle denomina *hercínias*, surtas depois das *huronianas*, que teriam sido as primeiras, e das *caledonias*, que teriam sido as segundas, engelhando-se a pele do globo, sucessivamente, das regiões polares árticas para as antárticas (3).

(2) *Boletim* n.º 93, pág. 5, do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura (1938)-

(3) ED. PERRIER, *La terre avant l'histoire*, pág. 17, em *Bibliothèque de synthèse historique*, de Henri Berr.

Ribeiro Lamego em sua teoria do protognais, no *Boletim do Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura* (4), ensina que as rochas do sinclinal por onde corre o Paraíba são as mais antigas da terra.

Em estudos levados até Pôrto Novo do Cunha, verificou êsse ilustre geólogo que a estratificação da cordilheira se conserva intacta, como resultou do orogenismo inicial que êle denomina brasílico. A era brasílica teria precedido tôdas as outras, sendo as primeiras terras do globo constituídas pela rocha superficial a que deu o nome de *protognais*.

Hartt não remontara tanto e filiava tal formação geológica ao sistema laurenciano, por se ter encontrado em alguns pontos o *Eozoön canadense*, que o caracteriza.

Êsse gnais, pela abundância e tamanho dos cristais feldspáticos, apresenta muitas vêzes um aspecto porfírico e apodrecem nas suas estratificações os friáveis micachistos.

Com a grandeza colossal dessa massa de rochas contrasta, nas serras do Comércio e das Abóboras, a tenuidade físsil das malacachetas. Tive ocasião de folhear, desfolhando, no seu arquivo geológico, as lâminas de um amarelo translúcido que constituem êsses cadernos micáceos.

Não há no subsolo fluminense a riqueza mineralógica das montanhas mineiras. Era principalmente vegetal a sua opulência: o gado de suas pastagens, como os galináceos e os palmípedes de seus terreiros, foi apenas um colaborador na exploração agrícola. Nem se sabia então quanta riqueza futura ocultava com a hidreletricidade as cataratas serranas.

Mas, se a montanha fluminense não encerra no seio tesouros auríferos e diamantinos, se não se atavia também de topázios e águas-marinhas, como as mineiras, cintilam ao sol meridiano as areias nos jardins e praças de Valença.

Deslumbram a vista, com o reflexo da luz nas facetas da mica fragmentária, os trilhos do ajardinamento, onde o farelo micáceo refulge, à maneira de pequenos brilhantes nos desenhos de uma jóia.

E essa agradável claridade no mais salubre dos climas!

Valença...

O RIO

Emilio Ludwig fez a biografia do Nilo, desde sua remota nascente no lago Vitória Niança, ou, além no Ruvuvu, afluente do Na-

(4) N.º 86 (1937), citado à pág. 6 do seu livro *O Homem e o Brejo* (1945).

gera, até o Mediterrâneo, onde morre, legando ao Egito as aluviões do Delta (5).

Alcântara Machado faleceu antes de biografar o seu Tieté, rio das Bandeiras.

Mas os rios, além da biografia que mereçam pela sua importância geográfica ou histórica, tem todos também a sua pré-história.

Imagine-se a do Paraíba, outrora caminho de Bandeiras, hoje margeado por estradas de ferro e rodovias. Bem diferente era o aspecto do seu vale e o regime de suas águas.

No enrugamento da crosta terrestre que solevou as montanhas do Rio de Janeiro e de São Paulo, abriram-se cavidades em que córregos e riachos acumularam lagos em altitudes diversas, ao mesmo tempo que os iam aterrando pouco a pouco.

Essa colmatagem levou milênios incalculáveis, auxiliada embora pelo acúmulo de areias e seixos arrastados na corrente e pelos desabamentos.

Devem-se a êsses aterros as várzeas aluviais cortadas pelo Paraíba e a grande planície coberta de arrozais, além da qual se avista a Mantiqueira nas viagens pelo rápido paulista.

Antes, fôra o Paraíba uma série de lagos que iam derramando uns nos outros as águas transbordantes.

Nesses transbordamentos, a corrente cavava passagens, que ia sempre aprofundando, para as águas limpas da superfície, e esta, baixando aos poucos de nível, ia afinal confundir-se com o plano superior da colmatagem, que até então fôra fundo do lago.

Quando se atingia êsse fundo, por ter baixado com a profundidade do canal de escoamento o nível do lago, êste mudava-se em várzea, por onde as águas confluentes, que desciam dos morros, abriam álveos, indo, quando barrentas, aumentar a jusante a colmatagem do lago imediato.

Foram assim desaparecendo os lagos que enchiam as cavidades orográficas, como degraus de uma escada líquida, e no fundo descoberto abriu-se o leito do Paraíba.

Êsse leito é mutável onde a planície aluvial permite o desenvolvimento das curvas, obedecendo à lei segundo a qual os meandros corrigem constantemente a sua caligrafia. A força da corrente nas concavidades da margem aproxima duas curvas da mesma ribanceira, abrindo afinal um furo, por onde o rio formará outro leito, deixando ao lado um lago arqueado, quando a aluvião tiver aterrado as extremidades do arco (6).

(5) *Le Nil* (Vie d'un fleuve). Trad. de l'allemand par Henri Bloch.

(6) ÉLISÉE RECLUS, *La terre*, pág. 429, Paris, 1868.

Viajando nos rios do Amazonas, vi constantemente confirmada essa lei, tanto em furos recentes como nos lagos laterais e nos sacos, vestígios de leito abandonado.

Em setembro de 1906 subi o Purus em viagem para Sena Madureira, num dos muitos vapores que iam receber na Cachoeira do Hilário a borracha até ali descida em lanchas ou em balsas. Mas não pudemos passar de Jurucúá, porque um furo recente, ainda inavegável, diminuíra a água do rio e ali passamos dezoito dias aguardando a chegada das lanchas.

Uma tarde apareceu no barranco da margem direita do Purus, perto da bôca do furo, um bando de índios. Tomamos os escaleres e fomos vê-los onde estavam. Eram Ipurinans, todos quase nus, menos um dêles. Outro, alto e forte, embarcou em sua ubá (7) com ar desconfiado, a mulher e um cachorro e foi remando em pé rio a baixo. Levava uma provisão de beiju de massa mole e gomosa, que no norte do Brasil me parece o mais usado.

Na companhia dos que ficaram, vi uma índia, cuja nudez quase completa permitia admirar a sua graciosa mocidade.

Um quadro como êsse, já não é dado contemplar nos rios fluminenses e porisso fiz confluír no Paraíba, tomando-o no Purus, o furo de Jurucúá, por onde alguns anos depois, tendo-se tornado mais caudaloso, tive ocasião de passar em vapor (gaiola), não se navegando mais pelo antigo leito do rio.

Continuo depois dessa digressão a narrar a gênese do Paraíba.

Nos trechos em que as águas tiveram de romper as elevações que separavam os lagos e o canal, aprofundando-se, encontrou a rocha, o rio encachoeirou-se, estrangulando a corrente em sulcos de profundidade que ia aumentando sempre, porque areias e seixos carregados foram gastando a pedra do fundo.

Entre Cachoeira (Valparaíba!) e Barra Mansa há trechos em que é tão estreito o sulco na pedra, a que se reduz o rio, que seria possível atravessá-lo numa pinguela.

Eis como se formou de uma série de lagos, em diversas altitudes, à maneira de uma escada líquida, o grande rio fluminense, há milênios incalculáveis, pre-històricamente.

Como figura histórica, o Paraíba é digno de ser biografado, como o Nilo o foi por Emilio Ludwig, geográficamente; mas é sobretudo a sua função na história do Brasil e, especialmente, na de Valença, que

(7) A ubá é uma embarcação feita com a casca de uma grande árvore mantida aberta com espeques entre os bordos.

lhe dá direito a um capítulo na história da Cachoeira, fazenda cafeeira de Santa Teresa de Valença.

Biografa-o de certo, mas sem tôdas as particularidades interessantes, qualquer corografia do Brasil, ou das regiões por onde corre.

Nascendo na serra da Bocaina, quase nos limites de São Paulo com o Rio de Janeiro, tem o nome de Paraitinga até receber o primeiro Paraibuna, seu afluente da margem esquerda. Se nasce *tinga*, ou branco, e mistura suas águas com as do preto Paraibuna, como o Solimões e o Negro, nem por isso muda a côr de sua corrente; não se torna *una*, ou preto, em grau perceptível, mas se conserva *tinga*, como tantos brancos sob cuja cutis corre latente muito bom sangue africano.

Ruma a princípio a corrente para oeste, mas volta-se depois, como que arrependido, para leste, descrevendo uma curva em cuja convexidade se construiu Guararema, perto da ponte da E. F. Central do Brasil, no ramal de São Paulo (8).

Daí em diante corre paralelo a si mesmo até o meridiano de sua nascente, começando em Cachoeira a série de cachoeiras que o tornam inavegável, salvo em alguns trechos.

Em 1877 um pequeno vapor da parceria Marcondes, Barros & Godói fazia a navegação do Paraíba entre Cachoeira e Caçapava (9).

De São Fidelis para São João da Barra o Paraíba não se agita mais em saltos e corredeiras, indo tranquilo morrer no Oceano, perto de Atafona, estação balneária frequentada pelos campistas, defronte da margem onde se acha Convivência, povoação de pescadores.

A navegação entre Campos e São João da Barra se faz numas embarcações chatas, que ali denominam pranchas.

Tem o Paraíba importantes afluentes, principalmente os que vêm de Minas; mas só nos interessam aqui os que banham as montanhas de Valença e de Santa Teresa. Não deixarei, porém, de fazer uma referência ao Turvo, seu tributário da margem esquerda, que apresenta uma singularidade. Corre em sentido contrário à direção do vale que o recebe, indo desaguar perto de Pombal, a montante de Barra Mansa.

A mesopotâmia em que se elevam as montanhas de Valença e Santa Teresa é formada pelo segundo Paraibuna, que banha Juiz de Fora, pelo Preto, seu afluente da margem direita, e pelo Paraíba, que recebe o Paraibuna perto de Entre-Rios (Três Rios hoje).

(8) Esse ramal, de Cachoeira para a cidade de São Paulo, substituiu, alargando a bitola, a E. F. Norte.

(9) ATHAYDE MARCONDES, *Pindamonhangaba* (1907), pág. 206.

O Preto recebe pela margem direita o rio das Flores e êste pela esquerda o rio Bonito. Êste não corre em Santa Teresa.

Cinco rios, portanto, constituem essa potamografia, quatro dos quais banham as terras de Valença e três as de Santa Teresa.

O vale do Paraíba tem sido importante cenário da história pátria. Caminho das Bandeiras paulistas que descobriram o ouro e o diamante das Minas Gerais, cobriu-se depois de cafezais e de canas.

O café, que vai desaparecendo na montanha fluminense, deixa viçando os canaviais de Campos, como os arrozais de São Paulo, e a mesma corrente que os vivifica gera na ilha dos Pombos potente electricidade.

Almo Paraíba!

A FLORA E A FAUNA PRIMITIVAS

A selva — Tanto na montanha como na baixada, a maior parte da província do Rio de Janeiro cobria-se de uma só e imensa mata, continuada muito além de seus limites nas florestas do Espírito Santo, Minas e São Paulo.

A unidade colossal dessa pujante vegetação, que os morros ondeavam, não se quebrava pela potamografia da província, porque os rios não faziam senão pentear a mata e o Paraíba a repartia pelo meio.

Mais humilde era a vida vegetal nas praias do Atlântico, nas lagoas costeiras, nas restingas e nas lezírias e campos do baixo Paraíba.

Deixo nos sábios livros de Martius, de Saint-Hilaire, ou na botânica de Caminhoá, a vasta nomenclatura da roupagem vegetal que revestia outrora os montes, os vales e as baixadas fluminenses, hoje reduzida a poucos farrapos.

Nem me interessa aqui qualquer classificação que a ciência ofereça, impotente na sua minuciosidade analítica para nos dar a impressão visual da vida, cujo conjunto estético toca diretamente os sentidos.

Só menciono o que pude observar no meu contato com as matas em que vivi e com a vegetação arbustiva do litoral fluminense.

Lembro-me das guabirolas praieiras, que frutificam em pequenos arbustos, enquanto as silvestres amarelecem no alto das árvores; e também me recordo, vendo a feia acumulação de edifícios, dos casqueiros raquíticos dispersos nas areias de Copacabana, então quase deserta.

Quarenta anos depois, em fins de 1930, percorri a cavalo, em São João da Barra, os pitangais e cajuais das restingas, indo por eles até Grussaí e, pela alta praia que se eleva sobre o Atlântico, de Grussaí até a foz do Paraíba, cuja margem direita acaba, além de Atafona, entre o mar e o rio, numa ponta rasa, arenosa e úmida. Encontrei ali, numa de minhas excursões por essa língua de areia, uma tartaruga enorme já putrefata, mais robusta do que as que vi no Amazonas.

Digna de nota é a adaptação das pitangueiras. Na chácara do Dr. Admar Morpurgo, meu genro, então clínico em São João da Barra, era árvore uma pitangueira, mas nos pitangais que se estendiam defronte não passavam de arbustos e nas praias do mar as pitangueiras alastravam-se no areial, rasteiras como batata doce.

Não faltam as jararacas nas moitas desses pitangais. Parecem guardar as gemas rubras e luzentes da bela mirtácea, como o dragão mitológico os pomos de ouro no jardim das Hespérides.

Saiamos prudentemente dessas restingas. *Latet anguis in herbis.*

E' nas florestas virgens que a natureza do Brasil ostenta, com variedade e profusão indescritíveis, os mais impressionantes aspectos.

Quanta originalidade no polimorfismo dessa vegetação luxuriante, em que mergulhei corpo e alma, durante anos, em Santa Catarina principalmente, depois no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e na Amazônia!

Como variam os matizes que o verde assume, descorando-se ou carregando-se com desigualdade a clorofila superficial dos troncos, dos galhos, das folhas ou dos frutos!

Pés ainda infantes de grandes árvores futuras, tenros arbustos de todos os tamanhos, alguns com espinhos agressivos, enchem os vãos do arvoredo, obturando o intercolúnio dos troncos seculares com a espessura irresistente da folhagem multicor e multiforme, que a luz vai clareando cada vez mais da manhã para meio-dia e cada vez menos de meio-dia para a noite.

Entre os gigantes da floresta, com a altitude majestosa de suas frondes, e os rasteiros musgos auri-verdes que avludam as pedras por onde sussurram os regatos, varia o tamanho das espécies vegetais, desde os fetos arborescentes, arremedo grosseiro das graciosas palmeiras, até as emaranhadas samambaias (10), com ramas em cara-

(10) Não se trata do feto ornamental cuja longa madeixa verde cai encobrindo o vaso em que o plantam; mas de uma polipodiácea (*polypodium lepidopteris*) que Caldas Aulete, no seu dicionário, diz ser empregada nas cangalhas; de certo no acolchoamento que fica sobre o lombo do quadrúpede (?).

pinha, ou os eretos caetés, com as fôlhas pandas como ventarolas passivas, abanadas pelo próprio vento.

Muda-se com as horas do dia o aspecto cromático das fôlhas, umas aureoladas pelos raios da luz direta, outras mais ou menos visíveis, conforme a intensidade da luz difusa.

Enquanto ambiciosas trepadeiras, arrimadas aos caules poderosos, procuram ascender às altas posições desse mundo vegetal, o cipó imbé desce de cima como um fio a prumo, lembrando com o paralelismo das tiras uma urdidura que aguardasse no tear a trama de outros fios, para a tecelagem de cortinas colossais.

A altura e o diâmetro dos troncos variam de árvore para árvore na desordem dessa inextricável arquitetura, como nas ordens da clássica o módulo das colunas. Multiforme é o enrugamento das cascas, tanto na lisura como na escabrosidade, e multicolor a pintura dos troncos: neste, amarelo, há covas superficiais e escamas que se despegam; naquele, da mesma cor, a casca é lisa e roliça como a de uma coluna sem estrias.

As florestas africanas do alto Nilo são como catedrais góticas para Emílio Ludwig, que vê nos grandes troncos colunas a que só faltam as nervuras e nos galhos da fronde os arcos da ogiva (11). Lembram mais o estilo mourisco admirado na mata de colunas esguias e arcos lanceolados, que cresce na arquitetura do Alhambra ou na mesquita de Córdoba.

Na selva, porém, predomina em quase toda a colonata uma arquitetura irregular e tortuosa, destituída em geral de toda a simetria, mas embelezada pelo seu próprio polimorfismo e por uma vitalidade tão sugestiva na sua inexaurível riqueza.

Em contraste com essa irregularidade indescritível, erguem-se aristocráticas palmeiras, de porte impecável, rijas no estipe retilíneo, que eleva com energia a glória de suas palmas, ainda que nunca excedam “os altos tôpos da floresta espessa”, como disse José Bonifácio.

Dispersas pela mata são mais admiráveis do que quando se acumulam em palmitais.

No silêncio da flora circunstante, toda em atitudes curvilíneas, há como que um hino latente à vegetação graciosa das palmeiras e marchas triunfais executadas sem estrépito por fanfarras silvestres. Os gomos da taquara são como flautas fechadas com que se orchestra a reticência na música inaudível dos taquarais e os pífaros insonoros do taquari tem nos colmos do taquaruçu o acompanhamento marcial de tambores que não rufam, empilhados nos arcos da gramínea.

(11) *Op. cit.*

No silêncio da flora há como que uma sinfonia solene, que se ouve com religioso respeito, quebrada a trechos por uma acústica mais perceptível nos sonoros agentes de outros reinos da natureza.

A passarada, sempre em trajes de rigor, aguarda com flauteios originaes o sol nascente para um novo dia, trinando o allegro de suas aleluias com as mesmas frases musicais cantadas por seus antepassados.

Nem tudo é música ornitológica: pios galináceos, cacarejos, zumbidos, ouvem-se de vez em quando na mata, onde bigornas repercutem na poderosa garganta das arapongas.

Quebram o sossêgo da selva mios felinos, ou rugidos, grunhidos suínos, quando os queixadas conversam, berros cervinos, roncossimi-escos...

Entretanto, essa multímoda sonoridade apouca-se dispersa na calada misteriosa que a recebe, como alguns traços de giz que se risquem na lousa de um grande quadro preto.

O canto erótico das aves é quase sempre individual, como o da lírica eólica, seja Safo ou Alceu o alígero cantor; mas os bandos de urus ou capoeiras aclamam unânimes, depois da chuva, o bom tempo que volta.

Não só as aves. Os símios barbados entoam, com voz de estentor, em côro matinal, como ouvi na Amazônia, um hino congratulatório pelo novo sol que a alva anuncia.

São peanes ao astro luminoso, que colore e vivifica a selva, materialmente mais sublimes, por serem cantados no alto de grandes árvores, do que os afinados em Esparta nos coros da lírica dórica, ainda que falte à imaginação de cantores quadrumanos o poder criador do antropomorfismo helênico, dotando o deus de Delos de beleza apolínea e talento musical como citado.

Nem só do reino animal era a música da mata fluminense. Ainda se ouvem altissonantes as risonhas cascatas que nela cantavam, alegrando a selva com a métrica tumultuosa e o claro vocalismo das sílabas de pedra, em que ricochecam consoantes líquidas. Os perdigotos cristalinos que êsse canto despede irizam-se às vêzes, colorindo o sol o vapor que levantam.

Mais abaixo o Paraíba e seus afluentes, nos declives suaves, murmuram madrigais à flora ribeirinha, à sombra das comas elevadas, que a natureza penteava de ondulações permanentes e tingia com tão bom gosto de um verde jaspeado.

Mais agradável do que o estrondo das grandes quedas d'água é o rumor misterioso da água entornada como de outro vaso na linfa das

pias naturais formadas por cavidades ocultas onde correm os arroios. A acústica de um contínuo sem timpânico tem alguma coisa de nasal na ressonância.

Ouve-se também na mata o cicio das brisas, e o chocalho das fôlhas que os zéfiros agitam, como nos carvalhos que em Dodona pronunciavam oráculos no sussurro dos ramos.

Como no silêncio da selva, quando não o quebram águas ou ventos, se ouvem os gorgeios matinais da passarada, também salpicos de tôdas as côres tingem no verdor da folhagem corolas e pericarpos. Há destarte analogias entre os fenômenos visuais e os acústicos, entre a sonoridade e o colorido.

Era de certo o que os silvícolas viam e ouviam quando as matas que vão desaparecendo cobriam, entre a serra do Mar e a Mantiqueira, a bacia do Paraíba.

Êles também destacavam nesse admirável cenário, em contraste com o verdor e o silêncio da mata, o vermelho meio amarelo de seus corpos nus e os vocábulos eufônicos de sua língua.

Imagino bem, pela experiência nas brenhas do Brasil, a vitalidade prodigiosa do mundo primitivo, nas terras banhadas pelo Paraíba.

* * *

A fauna — Aquática, terrestre ou aérea, como a de todo o Brasil, era riquíssima a zoologia da província fluminense.

Não sendo ictiólogo, contento-me com as escamas argêntas de um lambari, ou com as áureas de um doirado. Não irei por isso pescar nos preciosos repertórios do meu sábio e saudoso amigo Alípio de Miranda Ribeiro as piracemas (cardumes) das espécies catalogadas com tanto carinho e proficiência pelo inolvidável naturalista.

Passando aos anfíbios própria ou impròpriamente ditos, direi que nunca vi os ururus do Muriaé nem os do Paraíba, que tinha jacarés mesmo em São Paulo, perto já de sua curva, como nô-lo atesta o vocábulo *Jacaré-hy*. Os do Amazonas sim, é que são meus conhecidos.

Um dêsses grandes saúrios que vi medir numa praia do Purus, tinha quatro metros e vinte centímetros de comprimento. Era velho, em parte já desdentado, e o seu último ato, mesmo depois de lhe deceparem a cabeça, foi repelir da barriga com a possante pata, pela ação reflexa, a ponta de uma estaca.

Antas e capívaras vivem ora em terra ora nágua. Narra Varnhagen uma caçada de antas nas vizinhanças de Petrópolis e em 1905 vi em Correias uma que estavam esfolando, morta no Piabanha.

E' em terra, à margem dos rios, que as capivaras fazem vida noturna. Encontrei-as uma vez, em Lage, quando aproveitei o luar para uma viagem a cavalo, em companhia do meu saudoso sogro Afonso Júlio de Miranda. Atiraram-se logo no Muriaé cautelosamente.

Não trasladarei dos livros de Emílio Goeldi quanto escreveu sobre os mamíferos e aves do Brasil, nem selecionarei nêles as espécies da fauna fluminense, não se destinando êste capítulo a reproduzir os manifestos de carga da arca de Noé, mas somente a uma zoologia deficiente sem pretensões científicas.

Uma infinidade de bichos e bichinhos tive ocasião de ver em minhas viagens, o mais perigoso dos quais é o *homo lupus* de Plauto. Nem todos existiam nas matas fluminenses, onde não havia pacaranas nem pavões de cauda, por exemplo, nem jacamins, aves tão interessantes da Amazônia.

Grandes ofídios aquáticos, como as sucuris, espreitam os Laocoontes da fauna, que estrangulam nas roscas poderosas.

Se as matas do sul escondiam monstros perigosos, como os ferozes felinos e as mortíferas serpentes, que num bote certo injetam na vítima a letal peçonha, ou os sáurios audazes quase do tamanho dos crocodilos nilóticos, seres mais nobres encantavam nelas o ouvido e a vista.

E' indescritível a beleza animal nessa aristocracia da fauna brasileira, quando se eleva à estética a nossa zoologia.

São elegantes os velocíssimos veados, as sedentárias cotias, até os porcos do mato, e admirável é a graça de um tímido cachinguelê, subindo pela casca das árvores com a cauda em penacho.

Ostenta a nossa ornitologia prodigiosa variedade no feitio e na côr de suas aves.

Vestem as araras vistosas casacas, azuis as canindés, carmezins as outras, com a púrpura real de seu indumento. São os gigantes dos psitácidas, como os periquitos os pigmeus dessa família loquaz, a que pertencem os ruidosos papagaios e as maracanans e maitacas não menos ruidosas.

Os papagaios que falam melhor vestem-se de librés talhadas em nossa bandeira. Nas suas assembléias volantes, em sessão permanente, vão sempre trocando entre si curtos apartes.

Quando no século do descobrimento deram ao Brasil o nome de terra dos Papagaios não se previa que o nosso pavilhão havia de ter as côres dos seus mais inteligentes psitacídeos.

E' com remorsos que me lembro das arapucas e laços traiçoeiros que armei a inocentes nhambus e a meigas pombas, rôlas e juritis,

felicitando-me hoje pelas bodocadas que errei nos passarinhos de Azambuja.

Não havia pardais nas matas fluminenses. Rútilos beijaflores, sempre bem vindos, anunciavam por tôda parte sua presença com um zumbido semelhante ao dos ventiladores elétricos. O colibri, verdadeiro mimo ornitológico, parece desmaterializar-se, para realçar, pela redução da animalidade, tôda a beleza e fulgor de um corpúsculo colorido que só as flores sustentam.

Como ainda hoje no Silvestre, libravam-se no ar por tôda parte as borboletas azuis, cujo adejo compassado abençoa a floresta, afaçando-a com asas côr do céu, mais belas do que as da Vitória de Sarmotrácia.

Esvoaçam à noite as mariposas, com asas de um veludo admirável pelo bom gôsto de seus desenhos e tintas de côres sérias.

Quanta beleza na zoologia!

* * *

Não é possível impedir o sacrifício de nossas florestas, e da fauna que nutrem, às utilidades agrícolas e industriais de lucro imediato.

Ainda encontrei matas virgens na província do Rio de Janeiro e seus restos em Cachoeira viam-se nos morros vizinhos.

Em 1893 a mata em Itaperuna ia até o morro que fica sôbre a cidade e tive ocasião de ouvir de casa o pio dos macucos.

Atravessei a cavalo em 1895, viajando para São José do Calçado, a mata que se estendia das proximidades do Muriaé, com clareiras em poucas fazendas de café, até a margem direita do Itabapoana; depois a que cobria os morros entre êsse rio e o Itapemirim.

Nos pontões, que se elevam além de Calçado, no comêço de um grande vale, passei a cavalo com o Dr. Germano Chaves Tiradentes pelas matas de sua fazenda, onde ouvi o brado de uma araponga empoleirada muito alto numa árvore à beira da estrada. O Dr. Germano ali vivia com duas tias muito idosas cheias de reminiscências de Vila Rica e da família do mártir precursor da Independência.

A nossa mata, na riqueza de suas espécies, nunca foi para mim uma “selva selvaggia”, “che nel pensier rinova la paura”.

Lamento por isso que a nossa legislação florestal seja impotente para protegê-la contra o vandalismo econômico, pois vemos na própria capital da República a devastação da floresta à vista das autoridades.

Assim, é sem grande fé que lembro aqui a instituição por lei de bosques sagrados como nos *temenos* da Grécia.

Nas florestas ainda existentes em terras devolutas, ou em particulares que se desapropriariam, reservar-se-iam quadriláteros circundados por uma rodovia onde circulasse a guarda necessária para a defesa da mata.

Teriam pelo menos uma légua de lado, ou quanto fôsse possível nos municípios onde a mata não chegasse para tanto.

Nesse quadrilátero de mata reservada não seria lícita a caça, menos a da onça, e essa mesma por caçadores responsáveis como funcionários públicos.

Ficaria ainda muita terra para a lavoura e para o plantio de eucaliptos destinados à indústria.

Não se desbrasilize ainda mais este grande Brasil, a que já vão faltando os brasileiros.

As árvores ao menos têm nêle raízes e sabem ser gratas ao territorial que respiram.

O OURO E O DIAMANTE

O Brasil, economicamente, começou a valer pela exportação do pau que lhe deu o nome, preferido para designar a terra que o produzia à denominação, menos mercantil, reverencial ao santo lenho.

Ainda na época do pau-brasil, estudada com carinhosa proficiência por Bernardino de Sousa (12), tivemos outras fontes de riqueza nas plantações de cana de açúcar desde o primeiro povoamento, de pois na cultura do tabaco, do algodão e do café principalmente. A exploração da herva mate, da goma elástica e do babaçu é posterior à extinção de nossa árvore tintória.

Outros valores exploráveis ofereceria o reino animal nos campos de criação e o mineral, em que só foram frustradas as tentativas para achar prata.

Volta Redonda seria o comêço de uma idade de ferro, se não avultasse o valor de atividades profícuas em outras indústrias e sobretudo na agricultura.

Precusores da grande siderurgia, que assinala o govêrno de Getúlio Vargas, foram desde a primeira década do século XVII, os fornos de Ipanema, de que trata o visconde de Pôrto Seguro no penúltimo capítulo de sua *História Geral do Brasil*, e os de Ferreira da Câmara no Distrito Diamantino.

(12) *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, vol. X, páginas 11 e seguintes (1944).

Uma tentativa considerável foi a de Epitácio Pessoa na Electro-Metalúrgica de Ribeirão Preto, malograda pouco tempo depois pelo rápido esgotamento da mina de ferro de São Sebastião do Paraíso. Como juiz federal de São Paulo julguei na sua massa falida um concurso de preferência entre a União e o Estado.

Mas o Brasil teve antes a sua idade de ouro, sem as seguintes de prata e de bronze imaginadas pela mitologia clássica. A desta, porém, não se constela de brilhantes como a do Brasil, em cuja toponímia não há só Ouro Preto, Ouro Branco, Ouro Fino, há também Diamantina, Diamantino.

* * *

Os bandeirantes paulistas, percorrendo o Brasil em tôdas as direções, para aprisionarem o índio, tinham de topar nos barrancos de alguns rios, ou nas areias dos arroios auríferos, com o metal precioso, visível na transparência da linfa, ou no cascalho das ribas.

Antes dêles a preocupação dos portugueses em descobrir ouro e prata nas suas terras, como a fortuna concedera a Castela, já tinha levado Martim Afonso de Sousa a mandar expedições ao sertão, tendo partido uma delas de Cananéia e outra do Rio de Janeiro, segundo o *Diário da navegação* do heróico Pero Lopes de Sousa.

Não encontraram o metal procurado, que Francisco Chaves dizia haver não mui longe da costa.

Para o planalto mineiro houve entradas partindo de Pôrto Seguro desde 1548 e em 1554 as notícias de existirem no sertão tesouros metálicos e pedras preciosas, acolhidas de boamente pelos jesuítas, levaram a Minas a expedição chefiada pelo espanhol Espinosa, indo como seu capelão o padre João de Aspilcueta Navarro, admirável catequista. Segundo João Pandiá Calógeras (13), teria atingido as proximidades de Diamantina, sem resultado quanto a descobrimentos de minas.

O mesmo aconteceu com a expedição de Vasco Rodrigues Caldas, que em 1561 subiu o Paraguaçu com cem companheiros.

Em 1567, ou no ano seguinte, Martim Carvalho, subindo o Jequitinhonha, descobriu as areias auríferas de Minas Novas e voltou ao litoral pelo São Mateus.

Em sentido contrário teria sido segundo Basílio de Magalhães (14), a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho em 1572

(13) *As minas do Brasil e sua legislação* (1904 e 1905), I, págs. 372-377.

(14) *Expansão geográfica do Brasil* (Memória apresentada ao Primeiro Congresso de História Nacional) (1915), pág. 22.

ou 73, subindo pelo São Mateus e descendo pelo Jequitinhonha. Encontrou os preciosos cristais dessas paragens.

Esse bom êxito levou o governador Luís de Brito e Almeida a confiar a um neto do Caramuru, Antônio Dias Adôrno, a expedição que em 1574, subindo pelo Caravelas, chegou no sertão às vertentes do Arassuaí, afluente do Jequitinhonha, por onde voltou parte dos expedicionários, tomando os outros com Adôrno o rumo do norte, para apresar índios.

Fascinava a imaginação ambiciosa, não a suposta existência de um *el-dorado*, em que abundasse como nos Andes o metal amarelo, mas a crença em minas de prata semelhantes às de Potosí, em serras cobertas de esmeraldas, na pedraria do Sabarabuçu, a montanha resplandecente.

Dai roteiros para essa Golconda sertaneja e a evidência de certas figuras como João Coelho, Gabriel Soares de Sousa, Dom Francisco...

Foi êste que ordenou a expedição, em 1596, de Diogo Martins Cão à serra das Esmeraldas.

Essas entradas partiram tôdas do litoral baiano e espiritosantense e demandavam o planalto mineiro, tomando outras rumo diverso.

Mas é no século XVII que êsse planalto foi palmilhado pelas Bandeiras paulistas, que partiam de Piratininga, empenhadas em captivar indígenas. Êstes derrotaram a de Domingos de Freitas Azevedo, que Capistrano de Abreu conjectura ser a mais antiga, citando o notável historiador depois dela as de Domingos Jorge Velho, Matias Cardoso de Almeida e Manuel Álvares de Morais Navarro, empregadas contra os índios do Açu e do Jaguaribe (15).

Domingos Jorge Velho auxiliou com expedicionários paulistas Bernardo Vieira de Melo na expugnação de Palmares, tendo antes colonizado o Piauí, de 1671 a 1674, com trinta fazendas de criação, depois das que os paulistas fundaram no sertão de Pernambuco, à margem do São Francisco, navegado por êles em canoas fabricadas nas matas das cabeceiras.

Como observou Capistrano de Abreu, povoavam depois de despovoarem.

A exploração de minas auríferas veio depois de se ter encontrado algum ouro de lavagem que não mereceu distrair as Bandeiras

(15) *História do Brasil até 1800* na cit. *Memória de* BASILIO DE MAGALHÃES, pág. 91.

de suas desumanas caçadas. Pouco fôra encontrado em Itanhaen, Cananéia, Paranaguá e Curitiba.

Ouro acharam no sertão, talvez no Apiaí segundo Calógeras, o paulista Braz Cubas e Luís Martins; ouro levou de São Vicente o pirata inglês Cavendish, que assaltou essa povoação em 1591, como atesta Knivet, presente ao ato, muito antes do extraído em Morro Velho por seus compatriotas.

Quando Afonso Sardinha e seu filho descobriram mais abundante ouro de lavagem nas montanhas de Jaguambaba e de Jaraguá, em São Paulo, a notícia levou o governo da metrópole a mandar que Dom Francisco de Sousa, governador geral do Brasil, viesse ao sul, para verificar *in loco* a realidade.

Chegou a São Paulo em princípios de 1599, trazendo consigo dois técnicos alemães, um engenheiro e um mineiro; visitou as minas de ferro de Araçoiaba e antes de voltar para Portugal encarregou André de Leão de procurar, indo do sul, as suspiradas minas de prata buscadas em vão pelas expedições do norte.

O roteiro dessa entrada no sertão mineiro foi escrito pelo flamengo Wilhelm Glimmer e inserto por Piso e Marcgraff na sua *História Naturalis*.

André de Leão, passando do vale do Tieté para o do Paraíba, que atingiu de certo nas imediações de Guararema, navegou por êsse rio até o ponto em que começam as cachoeiras, a primeira das quais deu nome à cidade paulista sita à margem direita do rio.

Subiu a Mantiqueira, chegando ao alto vale do rio Grande e do São Francisco, mas voltou sem ter encontrado a prata procurada. Tomara o caminho por onde haviam de ir expedições mais proveitosas do que a sua. Era mais fácil por aí a comunicação de São Paulo com o sertão mineiro dos Cataguazes, como de modo vago denominaram essas bandas.

Parece que o itinerário já era conhecido, pois Glimmer diz que Dom Francisco de Sousa resolvera a entrada de André de Leão por ter-lhe um brasileiro apresentado amostras de metal procedente do Sabarabuçu.

Com efeito, a distância da cidade de São Paulo à curva do Paraíba era pequena e as elevações que dividem suas águas das do Tieté, entre Mogi das Cruzes e Guararema, quase não passam de colinas sem escarpas. Foram cêdo frequentadas naturalmente pelos mateiros de Piratininga e por pequenas Bandeiras anônimas, que não mereceram roteiros.

Em 1672 a câmara de São Paulo encarregou Fernando de Camargo de ir, internando-se pelo sertão, descobrir minas de ouro, prata e pedras preciosas, que não consta que fôsse achadas por êsse bandeirante dado à caça de índios.

Mas a mais célebre de tôdas as bandeiras dirigidas para os Cataguazes foi de certo a de Fernão Dias Pais, nomeado capitão mor “para pesquisar e descobrir as minas de esmeraldas”, como de seu título constava.

Partiu de São Paulo aos 21 de julho de 1674, levando como imediato Matias Cardoso de Almeida, além de outros paulistas e grande número de índios. Faziam parte da expedição dois filhos do chefe, um legítimo, Garcia Rodrigues, e outro não, José Pais, e um genro de Fernão Dias, Manuel de Borba Gato.

Tomaram o caminho que seguira André de Leão e foram se demorando em paradas para fazerem roças e plantações convenientemente distanciadas, onde nas viagens de comunicação com São Paulo, tivessem postos para sustento e descanso. Foram essas estações denominadas Ibituruna, Paraopeba, Sumidouro, Roça Grande, Itacambira, Itamarandiba, Esmeraldas, Mato das Pedrarias e Serro Frio.

Encontraram pedras verdes, que tomaram por esmeraldas, e regressando enfêrmos de maleitas, o chefe e muitos companheiros, morreu Fernão Dias Pais no Sumidouro, à margem do rio das Velhas, em 1681, sete anos depois de terem partido de São Paulo.

São conhecidas as tragédias ocorridas nessa expedição e na de Dom Rodrigo de Castelo Branco, sucessor de Fernão Dias na capitania-mor das minas.

Fernão Dias fêz enforcar seu filho José, revoltado, como antes dêle haviam feito, variando só a forma do homicídio, Junio Bruto, Manlio Torquato e Pedro o Grande, czar da Rússia, se não mente a história, e Dom Rodrigo, assassinado pelo genro de Fernão Dias, Borba Gato, mostra quão perigosas podem ser para os mais altos funcionários do Estado as desavenças com potentados sertanejos.

Além de ficar impune o homicídio, Borba Gato, algum tempo foragido, recebeu em 1698 a patente de “tenente-general na jornada do descobrimento da prata do Sabarabuçu”, que supunham argêntífero.

Borba Gato e seu cunhado Garcia Rodrigues Pais são, com Fernão Dias, as figuras principais no descobrimento da riqueza mineral com que devia resplandecer o lendário Sabarabuçu, que deu ouro abundante a quem lhe pedia prata.

Saber quem foi o primeiro a descobrir o ouro dos Cataguazes não é o que interessa: o que importa é determinar as pessoas ou as

expedições a cujos esforços se deve o descobrimento. Seria Borba Gato, que tanto se demorou naquelas paragens, ou seu cunhado Garcia Rodrigues, que uma carta régia de 1697, citada por Basílio de Magalhães, diz ter descoberto ouro, ou o taubateano Antônio Rodrigues de Arzão, que o teria encontrado nos cascalhos do rio Casca.

O descobridor a quem cabe a primazia foi de Taubaté ou de Piratininga.

O último decênio do século XVII não foi só notável pelas entradas paulistas que descobriram nos Cataguazes o ouro de bêta; foi também o das primeiras imigrações atraídas para essas paragens auríferas com a certeza do que elas continham.

A importância de Taubaté foi tal nessa época, que por minas de Taubaté se denominavam as descobertas nos Cataguazes, que o governador Artur de Sá e Menezes, em carta ao rei datada de 29 de abril de 1698, dizia distarem de Taubaté “mais de sem leguas”.

Um taubateano, Miguel Garcia, foi o primeiro, segundo Affonso de Taunay (16), a levar o ouro para o manifesto legal e em Taubaté se mandou instalar a Casa dos Quintos, da qual foi nomeado governador Carlos Pedroso da Silveira, um dos bandeirantes chefiados por Bartolomeu Bueno de Siqueira, que em 1694 fôra até o rio das Velhas, passando por Itaverava.

Foram os homens de Taubaté, conduzidos por Antônio Dias de Oliveira, que a 24 de junho de 1698, ou 99, descobriram o “ouro preto” no local fadado para a histórica cidade que a princípio se denominou Vila Rica e depois Ouro Preto, pela côr da areia aderente ao metal precioso.

A afluência de aventureiros para as vinte minas estão descobertas e o descuido nas plantações necessárias para sua subsistência ocasionaram fomes que, dispersando essa gente à procura de alimento, foram causa do descobrimento de outros veios auríferos.

Um filho de São Sebastião, o padre João de Faria Fialho, que fôra capelão da bandeira de Antônio Dias, descobriu também, parece que chefiando outra Bandeira, o córrego aurífero denominado ainda hoje do Padre Faria, nas imediações de Ouro Preto. Explorou depois o ouro do Paraopeba, não se contentando com o do seu córrego.

Em 1698 o governador Artur de Sá e Menezes incumbiu Borba Gato de pesquisar no Saharabuçú as imaginárias minas de prata, de onde Borba voltou levando amostras de ouro; mas, tornando logo ao sertão do rio das Velhas, descobriu em 1700 os ricos depósitos de

(16) Em artigo no *Jornal do Comércio* de 5 de janeiro de 1947. (*Os primeiros ouros das Minas Gerais*), Basílio de Magalhães atribui a Carlos Pedroso da Silveira essa entrega para o manifesto (*Op. cit.*, pág. 101).

Sabará, que ainda nesse ano foram visitados pelo governador Menezes, com muito proveito para a sua fortuna particular, se o rumor não foi mentiroso.

Morei em Sabará quando era estudante de direito e nas minhas férias costumava subir, armado de um *alpenstock*, os morros em que se encosta a cidade. Nesses passeios tão agradáveis ao meu alpinismo encontrava na montanha ferida a picareta o esburacamento dos poços e rasgões com que ali se havia minerado o ouro descoberto por Borba Gato.

Frequentei nesse tempo a Roça Grande (Santo Antônio do Bom Retiro da Roça Grande), uma das estações do caminho de Fernão Dias, onde se estabeleceram os Penteados, para explorarem o ouro do rio das Velhas e da serra do Taquaril, que ali se eleva. A certa altura da montanha havia uma casa que se avistava de longe, indo-se de Sabará, e onde então residia, trabalhando no prolongamento da E. F. D. Pedro II, meu primo, o engenheiro Francisco Ribeiro Soares de Meirelles.

Era agradável contemplar à distância, naquela soledade agreste, “a casa branca da serra”.

Nesse pouso de Roça Grande, o caçador de esmeraldas esteve tão perto dos tesouros que iam ser descobertos pelo genro !

Os descobrimentos de ouro em Sabará e noutros pontos da região tiveram como consequência a prosperidade e a civilização das Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX, não obstante os conflitos produzidos pela ambição, na rivalidade entre os homens de São Paulo e os de Taubaté e no encontro sangrento de paulistas com emboabas.

Faço apenas uma referência a tais conflitos, porque tomo à história do Brasil somente o que me parece convir à finalidade desta menória.

Junto aos arroios auríferos e às minas de ouro, depois também nos córregos diamantinos, fincaram-se arranchamentos para a habitação dos mineradores e o comércio de traficantes que principalmente nos tempos de carestia trocavam por muito ouro os gêneros de suas bodegas.

Um rancho de palha com alguma imagem atestava tódá a espiritualidade nessa convivência interesseira.

Melhorando com o tempo êsse urbanismo primitivo, muitos arraiais foram elevados a vilas e muitas vilas a cidades.

Igrejas e povoados surgiram como a germinação do ouro e do diamante contidos como semente no solo mineiro regado pelo sangue dos descobridores paulistas e pelo suor do negro, não nos esqueçamos.

A prosperidade local permitiu construir templos majestosos de estilo português, que substituíram grosseiras capelas de pau a pique.

Floresceram êsses lugares durante muito decênios do século XVIII, para empobrecerem afinal, e onde a terra ficou de todo exausta do precioso conteúdo vêem-se ainda sólidas igrejas em desproporção, pelo tamanho e pelo número, com a insignificância dos povoados que dominam com suas tôrres, quando não erguem a poderosa arquitetura em paragens que acabaram desabitadas.

Mas, embora se elevem no êrmo, suas dimensões não permitem que se chamem ermidas, nem os títulos históricos de sua prósapia.

Localizarain-se tais núcleos de construção e povoamento nos pontos minerados pelos descobridores.

“Domingos Rodrigues da Fonseca descobriu o ribeiro do Campo (hoje Vila Nova de Lima); Leonardo Nardes revelou as minas do Caeté, onde os dois irmãos Guerra, Antônio e João Lima, moradores em Santos, fundaram depois um arraial; Antônio Soares Ferreira, acompanhado de vários paulistas, estabeleceu-se no ribeirão de Santo Antônio do Bom Retiro, onde êle, Manoel Correia de Arzão, Lourenço Carlos Mascarenhas e Baltazar Leme de Moraes Navarro repartiram entre si as minas de Serro Frio; Gaspar Soares achou o morro a que legou seu nome; Salvador de Faria Albernaz encontrou as ricas jazidas auríferas de Inficiado (hoje Santa Rita Durão); os Penteados estabeleceram-se na Roça Grande; os Raposos, no ribeiro de seu apelido; João Leite da Silva Ortiz, na serra de Curral del Rei; Bartolomeu Bueno, o “Anhanguera”, em São João do Pará; Antônio Rodrigues do Prado, em Pitangui; Mateus Leme, no Itatiaiaçu; Domingos Borges descobriu Catas Altas; Antônio Bueno, o ribeiro de Santa Bárbara, núcleo da cidade dêsse nome; Tomé Portes del Rio e Antônio Garcia da Cunha assentaram-se às margens do Rio das Mortes (Lourenço da Costa Manoel João de Barcelos também aí descobriram ouro), onde surgiram São João del Rei e São José del Rei (esta hoje chamada Tiradentes, embora o herói da Inconfidência se dissesse filho daquela outra cidade). E João de Siqueira Afonso, descobridor das minas de Piranga e de São José del Rei, em 1704, encerrou a primeira fase do grande ciclo de ouro, quando em 1706 descobriu, nas fraldas da Mantiqueira, as minas de Aiuruoca”.

“A zona limítrofe com a Bahia foi povoada em grande parte pelos criadores de gado; mas também lá se encontrou mais tarde o ouro que se chamou de Minas Novas (17).

* * *

(17) B. de Magalhães, *op. cit.*, pág. 107.

Mineradores de Sêro Frio foram ter à confluência de dois córregos que denominaram Rio Grande e Piruruca, êste assim chamado pelo saibro a que os mineiros dão êsse nome.

Subindo pelo córrego Rio Grande, encontraram um pântano, a montante do qual confluía outro córrego, a que deram o nome de Tijuco, vocábulo que em tupi significa lama.

O arraial de Tijuco é hoje a cidade de Diamantina, próximo da qual em córregos de um sítio denominado Morrinhos, de Bernardo da Fonseca Lobo, luziu numa batéia o primeiro diamante.

Surgiu com êle, como um astro precursor, brilhando no Tijuco, a rútila constelação diamantina em que um *Crusceiro do Sul* havia de refulgir um dia como o alfa do asterismo.

Mas o céu de Tijuco teve outro astro de primeira grandeza no seu intendente, o desembargador Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt Aguiar, nascido em 1762 no termo de Minas Novas, tão admirado por sábios como Spix, Martius e Saint-Hilaire.

MINAS GERAIS

A carta régia de 23 de novembro de 1809 criou a capitania de São Paulo e Minas de Ouro, independente da jurisdição da do Rio de Janeiro, e, a 12 de dezembro de 1720, Minas, desmembrando-se de São Paulo, passou a constituir outra capitania.

No último quartel do século XVIII a capitania das Minas Gerais dividia-se em quatro comarcas, cujos limites vêm assinalados num mapa existente na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Eram ao norte a de Sêro Frio, no centro as de Vila Rica e Sabará e no sul a do Rio das Mortes.

Êsse mapa não tem o nome do autor nem data, mas pelas figuras que indicam as categorias dos núcleos de povoação vê-se que as cabeças das quatro comarcas eram tôdas vilas. Só Mariana tinha foros de cidade, conseguidos em 1745 pela até então vila do Carmo.

Impressionou-me desde os primeiros anos da infância, de modo indelével, em três dessas comarcas, o espetáculo das serras iluminadas por um sol que se engasta no azul celeste como áurea e brilhante sublimação do metal e dos diamantes entesourados na terra.

Morei com meu pai, que era engenheiro da província, em Águas Virtuosas de Lambarí (em Bias Fortes é que era Lambarí nesse tempo), em Campanha, Caxambu, Baependi, Livramento, Serranos, e estive uns oito meses em Ouro Preto, para onde viajei a cavalo desde Juiz de Fora. Ia prêso aos arreios por um cinto de couro que passava nas alças de quatro correias, afiveladas ao selinzinho de fôrro

verde. Era êste como que uma pequena libré no lombo do Caxambu, cavalo que o Tibúrcio, escravo maranhense, caminhava puxando pelo cabresto.

Não me esqueci mais dessa viagem, nem do aspecto geral da paisagem, com os seus morros já despidos da mata primitiva, cobertos em parte de capoeiras, em parte de um pasto raso, onde uma árvore aqui, outra acolá, oferece ao gado alguma sombra contra a soalheira.

No sul de Minas a parte montanhosa procurada por suas fontes salubres tem o mesmo aspecto. Há matas em Lambari, mas pobres matas nascidas em lugar já desmatado, tanto as que ficam à margem do lago artificial, como as da serra por onde se vai a cavalo ao Pedrão e à Cova da Onça, tôdas sem a vegetação luxuriante das matas virgens que frequentei em Santa Catarina, em Itaperuna, em Itapoana e, quando juiz do Acre, na Amazônia.

As de Lambari, sem palmito, sem passarinho, sem fauna quase, fizeram-me saudades, consolando-me um pouco uma vegetação mais alegre nas cascatas de Nova Baden.

Mais agradáveis à vista são os capões à margem do rio das Velhas e mesmo os cerrados que cobrem as amplas ondulações do terreno para as bandas do rio São Francisco. Salvo onde encontra lagoas, ao viajante, quando desce pelo fraco declive da ondulação telúrica, afigura-se que afinal encontrará algum rio na parte mais baixa, mas se convencerá de que não existe a água imaginada quando perceber que vai outra vez subindo.

A parte das Minas, porém, que mais nos interessa nesta memória, é a montanhosa banhada pelo rio das Velhas e seus afluentes, onde floresceram Sabará e Santa Luzia. E' a montante dessas cidades que se encachoeiram pelas escabrosidades pedregosas dos álveos.

Vi o rio das Velhas pela primeira vez em 1889, perto de uma estação de táboas construída provisoriamente onde chegava então o tráfego da Pedro II. Por uma ponte dessa via férrea, sobre uma corrente de águas impetuosas, em companhia do capitão Lima, da guarda nacional, que tinha uma farmácia em Sabará, fui encontrar as montarias que nos esperavam do outro lado do rio.

Era de manhã, tínhamos tomado o trem de madrugada em Itabira do Campo, onde dormíramos.

O resto da viagem para Sabará fizemos a cavalo, aproveitando em grande parte do caminho os cortes e aterros do prolongamento da Pedro II, cuja construção nesse trecho estava muito adiantada.

Além de Santo Antônio atravessamos o rio das Velhas em Santa Rita (Miguel Burnier) por uma ponte de madeira e em

Congonhas de Sabará (Vila Nova de Lima) subimos e descemos o Morro Velho.

Chegamos a Sabará já noite, mas com um claro luar, tendo ido ao nosso encontro, em alegre cavalgata, muitos amigos do capitão Lima, um filho seu que era deputado provincial, meu irmão Pedro e alguns engenheiros da construção da Pedro II, cujos escritórios tinham sido nesse ano transferidos de Queluz (Lafayette), sendo meu pai chefe de uma das seções do Prolongamento.

Quando passamos a ponte para entrar na cidade, vi ancorado perto dela o vapor *Saldanha Marinho*, que a Pedro II ia dispensar da navegação no rio das Velhas. Navegavam nêle também umas robustas barcas movidas a varejões em que se firmavam os barqueiros caminhando para a pôpa sôbre os bordos, ou puxadas à cirga nas cachoeiras, com admirável perícia.

Duas vêzes viajei nessas faluas, uma descendo de Raposos para Sabará, outra subindo de Santa Luzia para Roça Grande, viagem que durou tôda uma noite.

Nossa casa era no largo da Igreja Grande, defronte do templo, onde ouvi os cantos do mês de Maria, tão belos na sua candura, e os sermões edificantes do cônego Rossim, que morava num sobradinho junto a nossa residência, no canto da praça.

Fizemos boa amizade. Lembro-me de nossas palestras sôbre filosofia, uma delas molhada a palavra cordial do nosso diálogo com a excelente cerveja Carlsberg, a melhor que o Brasil importava naqueles tempos, quando só fabricava a denominada *marca barbante*, como a Santa Efigênia em São Paulo, que os boêmios consumiam no Corvo.

Eu tinha assistido em 1888 como semi-calouro às aulas de filosofia do direito do conselheiro Leôncio de Carvalho, puro Jouffroy, e por último as primeiras de Pedro Lessa, ainda lente substituto, puro Cogliolo, e no correr de 1889 ia ouvir a sábia doutrina de Sá e Benevides, valente defensor das idéias teológicas. Em 1887, no mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, aprendera nas aulas de matemática do professor Alfredo Coelho Barreto alguma coisa da filosofia positiva. Os frades não temiam idéias...

Com essa provisão filosófica de sortido sincretismo: escola teológica, escola metafísica eclética, escola positiva, escola evolucionista, é que eu conversava com o cônego Rossim, que acolhia amavelmente o estudante, e alguma vez o tema de nossa conversa foi o da homília à noite no púlpito da Igreja Grande. Foi sôbre liberdade, como eu aprendera na filosofia do padre Jaffre, da companhia de Jesus.

O rio Sabará passava pelos fundos de nosso quintal, que era murado de grandes tijolos de barro cru, ou adobos, como eram os que

se derreteram na tórre de Borsippa, Birs Nemrod, perto das ruínas de Babilônia.

Alguns grãozinhos de ouro ainda a batéia do pobre tomava às areias do leito, recorrendo à dádiva de uma natureza generosa, mas já exausta pela sua prodigalidade.

Havia, porém, ouro mais precioso nas catas morais da natureza humana, distinguindo-se os habitantes de Sabará pela benignidade, pela inteligência, pela cortezia no trato, que não haviam perdido com a extinção do metal a cultura de outrora; nem aos mais pobres faltava êsse donaire.

Encontrei lá dois homens, ambos de côr, muito interessantes, intelligentissimos ambos: um ferreiro baiano, Wanderley, que conhecia admiravelmente os sistemas filosóficos do século, expondo à assistência do bilhar, em que joguei com êle algumas partidas, as distinções entre a doutrina de Kant e a de Fichte, e o eloquente advogado provisionado, naquele tempo o único do fóro sabarense, cujo escritório tinha numa taboleta: “Bento Epaminondas, o terror dos velhacos”.

Literato de talento era o Luiz Cassiano, também de côr, que regia o único semanário da cidade e obteve uma colocação no Prolongamento da Pedro II.

Sabará tinha uma escola normal onde suas graciosas filhas se formavam para o magistério primário nas escolas provinciais, ao passo que os moços eram quase todos ourives, sobrevivendo o ofício à extinção do ouro. Os que não eram ourives sòmente *honoris causa* trabalhavam também numa prata importada, que a do Sabarabuçu fôra imaginária.

Havia na cidade casas de comércio bem sortidas e nas vizinhanças da Igreja Grande plantações de uva suficientes para um lagar perto da ponte na estrada do Caeté, para a fabricação de aspérrima geropiga; mas um alambique distilava a boa aguardente côr de cognac, ali denominada *restilo*, uma espécie de bagaceira.

A construção da Pedro II, com a afluência de engenheiros, que levaram para lá suas famílias, e de trabalhadores, veio animar a cidade, ativando o seu comércio; o hotel Clarck sito próximo à ponte sôbre o rio das Velhas enchia-se de hóspedes, aumentando, quando se inaugurou em Sabará o tráfego da Pedro II, essa prosperidade intensa, mas passageira dos pontos terminais das linhas férreas, que o seu prolongamento vai transferindo para outros lugares.

Um alemão, com quem joguei xadrez, montou uma fábrica de cerveja à margem esquerda do rio Sabará. Não gostava de Henrique Heine.

Apareceu no teatro de Sabará o Brandão com os cômicos de sua companhia, entre os quais declamava admiravelmente Aurora Bastos, então bem menina.

Houve um concêrto em benefício não sei de quem, lembrando da hoje de um trecho da *Semirâmide* executado ao piano pela senhora do saudoso Del Castilho, engenheiro paraguaio tratado por Paulo de Frontin como um filho adotivo.

Tudo isso mostra que a construção da Pedro II operou em Sabará, núcleo urbano empobrecido pelo esgotamento de sua seiva aurífera, como um tônico em organismo depauperado pela perda constante da substância que lhe deu tanta vitalidade no século XVIII.

* * *

Subi uma vez o morro em cuja falda se construiu Sabará e além dêle outro mais alto, de onde avistei Curral del Rei, sítio em que se edificaria mais tarde Belo Horizonte. O nome do arraial, em que nasceu meu bisavô João Baptista Soares de Meirelles, indica um ponto em que estacionava o gado sertanejo trazido para o consumo dos povoados na região do ouro.

* * *

Outro núcleo urbano merece também uma carinhosa menção de minha parte: Santa Luzia de Sabará, onde clinicava no começo do século XIX meu tio-bisavô o licenciado Manuel Soares de Meirelles, pai de Joaquim Cândido, fundador da Academia de Medicina, médico dos dois imperadores e uma das figuras mais notáveis do império.

Passei creio que um mês em Santa Luzia, onde contemplei como sobrevivência do seu áureo passado os sobrados da rua principal e a grande igreja, em que entrei num dia de festa solenizada com as manifestações do fervor religioso de uma população tradicionalista.

* * *

Em casas de Santa Luzia ou de Sabará, fora das cidades, admirei os desenhos artísticos do fôrro de taquara tecido em fasquias coloridas trançadas com muito bom gosto.

Nas cidades, as janelas de muitas casas tinham em saliência para a rua gelosias mouriscas de fitas verdes de madeira combinadas artisticamente. Encobriam de certo, como nas cidades marroquinas, as belezas discretas, invisíveis aos transeuntes. Em São João da Barra vi também dessas gelosias.

Referirei entre estas reminiscências um fato que só em Sabará, durante minha longa vida, me foi dado observar numa casa da Igreja Grande, onde morava um meu afim, Leopoldo Rodrigues Villares, desenhista da estrada de ferro. Porta e janelas da sala de visitas estavam fechadas, mas na penumbra o reflexo dos raios solares, passando por

um furo da porta, espelhava em miniatura na parede oposta, com inversão das figuras, a igreja com suas tôrres e as casas fronteiras à dessa câmara escura. Só uma vez também vi em Cruzeiro do Sul, no Juruá, em noite de luar, um belo e completo arco-iris sôbre nuvens que se acumulavam no poente.

* * *

Não me propuz a escrever a história da capitania de Minas Gerais, nem a das cidades em que viveram ascendentes maternos meus, muito mais ricas quando não passavam de vilas ou de arraiais, mas a re-memorar sômente fatos e observações de minha estada nesses lugares do alto rio das Velhas, tão veneráveis para mim e para quantos, de lá provindo, prezem os fastos de sua prosápia.

Quanto à história de Minas, como à das minas, já tem sido escrita por autores muito competentes, como por exemplo Augusto de Lima Júnior (18), que estuda admiravelmente a formação administrativa, militar, social, religiosa e artística dessa porção do Brasil tão próspera outrora e tão civilizada ainda.

Disse-me estar escrevendo outro livro sôbre o distrito diamantino, cuja história também foi escrita por Aires da Mata Machado Filho em *Arraial do Tijuco* (Cidade de Diamantina), publicação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Saúde (1944).

* * *

A biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro possui entre suas preciosidades o "*Mapa da Comarca de Sabará* levantado em 1817 por Bernardo José da Gama em cumprimento da Provisão do Desembargo do Paço de 25 de agosto de 1813, segundo a desmembração do Alvará de 17 de maio de 1815 e a observação da latitude feita pelo jesuita padre Capaccv e Tabela das distâncias mais notáveis desta Comarca exigidas pela Provisão do Desembargo do Paço de 25 de agosto de 1813; número de habitantes por cada freguesia".

E' manuscrito com ótima letra e muito bem desenhado. Por êle nessa época a vila de Sabará tinha 9.347 habitantes, a freguesia de Santa Luzia 13.867, a de Congonhas (Vila Nova de Lima) 1.302 e a de Raposos 1.428.

A freguesia de Curral del Rei (Belo Horizonte) era a mais populosa, dando-lhe êsse mapa 18.374 habitantes.

AS COMUNICAÇÕES DE MINAS COM O LITORAL

Antes de se abrir qualquer caminho entre as Minas de Ouro e o Rio de Janeiro, era pelo vale do Paraíba, em trecho pertencente à ca-

(18) *A Capitania das Minas Gerais* (Suas origens e formação). Lisboa, 1940.

pitania de São Paulo, que se passava para subir a Mantiqueira, e depois pelas gargantas da serra, que se avistava paralela ao rio como um debrum azul do planalto.

Chegava-se dêsse modo às vertentes do Paraná, denominado rio Grande nessa parte, de onde passava para as do São Francisco e depois para as do Jequitinhonha e do rio Doce. Ricos Pactolos eram os afluentes dêsses quatro grandes rios.

Antonil descreve pitorescamente as viagens, em 1711, de São Paulo para as minas do rio das Velhas e do ribeirão do Carmo. Iam só até a Penha na marcha inicial, no “primeiro arranco de casa”, como diziam tão expressivamente os paulistas, bem compreendidos por quantos já fizeram violências ao coração deixando em casa os seres queridos, para uma longa ausência em lugares distantes.

Encontravam depois algumas habitações em Tamaquiretuba, Mogí das Cruzes, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Pôrto de Guaipará (Lorena), ou Roça de Bento Ribeiro.

Levavam três dias daí para a Mantiqueira e transposto o divisor das águas seguiam caminho por Passavinte, Passatrinta, Pinheirinhos, Estalagem do rio Verde, Boa Vista, Caxambu, Ubaí, Ingaí, rio Grande, rio das Mortes, Plantas de Garcia Rodrigues e Ouro Branco, onde o caminho se bifurcava com um ramal para o ribeirão de N. S. do Carmo e outro para as minas do rio das Velhas.

O governador Artur de Sá e Menezes, em 1700, para chegar às minas dos Cataguazes, foi por mar até Paratí, de onde, subindo e descendo as serras entre as quais floresce Cunha, chegou a Taubaté e seguiu daí o caminho frequentado pelos paulistas (19).

Teria subido a Mantiqueira pela garganta do Embaú ou pela do Piquê, que são as mais próximas de Lorena.

Mas em 1711, quando escreve Antonil, já existia o caminho aberto por Garcia Rodrigues Pais, das minas de ouro para o Rio de Janeiro. Indo-se desta cidade com destino às minas, passava-se, diz êle, por Irajá. Engenho do alcaide-mor Tomé Correia, Pôrto de Nóbrega, Iguaçu, Manoel Couto, Pilar, Cachoeira do Pé da Serra, Pousos Frios, Marco da Costa, Roça do Alferes (Patí), Pau Grande, Cavarú, rio Paraíba, aquem do qual existia a venda de Garcia Rodrigues e além as suas roças.

Ia-se daí ao Paraíba, que se passava em canoa, como o Paraíba, continuando o caminho por Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Sousa, Alcaide Mor Tomé Correia, Azevedo, Manoel de Araújo, Bispo, Coronel Domingos Rodrigues da Fonseca, à borda do campo.

(19) André João Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (Ano de 1711, III, capítulos 10 e 11). Macau, 1898.

Chegava-se depois a Alberto Dias e a Ressaca, de onde o caminho para o rio das Mortes passava por um arraial em que havia o fortim construído pelos Emboabas, com fôssco e parapeito, e o para o rio das Velhas ou para Ouro Preto, por João Batista, João Costa e Congonhas, no rodeio do Itatiaia, como se denominava a serra do Ouro Branco.

Uma ramificação dêsse caminho, de Paraíba do Sul (Encruzilhada) para o pôrto de Estrêla, tem num mapa de 1762 existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (20) os seguintes pontos de passagem: Govêrno, Pedro Moreira, Manoel da Costa, Cebolas (Tiradentes), Rocinha do Fagundes, Arroio das Pedras, Pegado, Magê, Manoel Correia, Rio Sêco, Pau Grande, Conceição, Inhomirim. Êsse ramal, encurtando a estrada de Garcia Rodrigues, foi construído por Bernardo Soares Proença em 1715 (21).

Para não se escoar o ouro por outras passagens, a carta régia de 25 de maio de 1725 proibiu abrir picadas para Minas e essa proibição repetiu-se no alvará de 27 de outubro de 1733 e em outros atos do govêrno português, o que mostra que não se conseguia de todo impedir a abertura de tais veredas.

Um exemplo das infrações a essa proibição refere-nos Pizarro em suas memórias. D. Rodrigo José de Menezes, governador da capitania de Minas Gerais em 1780, incumbiu seu ajudante de ordens Francisco Antônio Rebelo de percorrer a região mineira, para melhor saber do que nela se passava. Descobriram-se nessa diligência estradas de muitas léguas com habitações e roças marginais, em trechos auríferos que os moradores exploravam. Encontraram-se picadas nas matas da Mantiqueira por onde Aiuruoca se comunicava, como outros pontos do sertão, com a Paraíba Nova, ou Campo Alegre, que se chamou depois Rezende (22).

Nas cartas corográficas antigas das capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro vem indicados, não só os caminhos para o litoral e para São Paulo, como também os pontos em que estavam nêles postos os registros e as guardas.

Eram registros as estações em que se apresentavam as guias de exportação do ouro, expedindo-se novas para o transporte ulterior,

(20) *Carta topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, feita por ordem do Côde da Cunha, capitão general e vica Rey do Estado do Brazil, por Manuel Vieyra Leão, Sargento Mor e Governador da fortaleza do Castelo de S. Sebastião da cidade do Rio de Janeiro em o anno de 1762.*

(21) Capistrano de Abreu, *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1950), págs. 66 e seguintes.

(22) Monsenhor José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, *Memórias históricas da província do Rio de Janeiro* (1822), pág. 40.

e se verificava se o pagamento dos direitos denominados *entraças* havia sido feito nos distritos mineiros aos arrematantes dêsse impôsto, pelas mercadorias importadas (23).

Guardas eram postos com soldados, para a defesa da população civilizada nos lugares em cujas proximidades havia selvagens. O nome ainda se conserva em Guarda, estação termal perto da cidade do Tubarão, à margem direita do rio, em terras que pertenceram ao meu saudoso amigo Manoel Luiz Mendes. E' muito frequentada por aquáticos gaúchos, alguns vestindo bombachas.

A CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO

Com a criação em 1709 da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a do Rio de Janeiro ficou reduzida a um território que pela costa marítima ia só até a ponta Negra e se estendeu quarenta anos depois à foz do rio Macaé, quando se lhe anexou a capitania de Cabo Frio.

Só em 1832, pela carta de lei de 31 de agosto dêsse ano, incorporou-se à provincia do Rio de Janeiro o território da antiga Capitania de São Tomé, ou da Paraíba do Sul, onde estavam situadas as vilas de Campos dos Goitacazes e de São João da Barra.

A capitania do Rio de Janeiro limitava-se com a das Minas do Ouro, como ainda hoje as duas provincias, ou Estados, na equívoca nomenclatura federativa, pela serra da Mantiqueira, na parte em que intumescce o Itatiaia, e pelos rios Preto, que corre paralelo pelo sopé da serra, pelo Paraibuna, de que o Preto é afluente, e pelo Paraíba, de que é afluente o Paraibuna. Formam os três a mesopotâmia em que se elevam as montanhas de Valença e de Santa Tereza de Valença (hoje Marquês de Valença e Rio das Flores!).

AS SESMARIAS

Era a legislação reinol infensa aos latifúndios e favorecia a cultura do solo.

Foi êsse o espírito das leis agrárias de Portugal desde os primeiros séculos da monarquia, opôsto ao despovoamento das terras, em tôda parte resultante do amor votado pela nobreza às vastidões maninhas em tôrno de seus solares. Era nos coutos e nas devezas das terras incultas que se abrigava a caça.

Tinha notável cunho social a política econômica da realza nas suas leis sôbre sesmarias.

(23) Alvarás de 3 de dezembro de 1750 e de 15 de janeiro de 1757.

Eram estas, na definição do sábio Pascoal José de Melo Freire dos Reis, as terras que a autoridade pública concedia a alguém para que as cultivasse (24).

Os primórdios dessa próspera legislação agrária aparecem na lei do D. Fernando publicada em Santarém no dia 26 de julho de 1375, determinando que todos os agricultores, por si ou por outra pessoa, lavrassem e cultivassem suas terras e, não o fazendo em certo prazo, fôsem elas dadas de arrendamento a outrem pelos magistrados, arrecadando-se a renda, não para os donos, mas para as despesas do conselho (25).

A instituição acha-se regulada nas Ordenações do Reino, livro IV, título 48 das filipinas, correspondente ao título 67 das manuelinas e ao 80 das afonsinas.

O citado título 43 das filipinas começa com estas palavras: “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casais, ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhorios e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados de sesmarias pelos sesmeiros que para isto forem ordenados”.

Essa definição é inaplicável às sesmarias concedidas em terras devolutas do Brasil, que em outro tempo nunca foram lavradas nem aproveitadas, senão nas clareiras abertas pelos índios para a construção de suas malocas, ou nas plantações que faziam de milho, mandioca ou pacova.

Nas próprias Ordenações prevê-se a hipótese da concessão de sesmarias em terras que em outro tempo não foram lavradas e aproveitadas, pois, no § 9 do mesmo título se diz: “E sendo as terras que forem pedidas de sesmaria matos maninhos, ou matas e bravios, que nunca foram lavrados e aproveitados, ou não há memória de homem que o fôsem...”. E’ o caso das nossas terras devolutas.

As Ordenações chamam sesmeiros aos juizes das sesmarias, mas já o alvará de 5 de outubro de 1795 sobre sesmarias no Brasil, suspenso pelo decreto de 16 de dezembro do ano seguinte, como o alvará de 25 de janeiro de 1809, dá êsse nome aos concessionários de sesmarias.

Nas terras tributárias ou foreiras ao rei, ou à Coroa, eram sesmeiros ordinariamente os almoxarifes.

Salvo os casos especificados nos §§ do título citado, as terras lavradas que seus donos deixavam sem cultura eram dadas de sesmaria a quem as requeresse, para cultivá-las..

(24) *Institutiones juris civilis lusitani*, I, 7, 4. Olisiponæ, MDCCCVII.

(25) Melo Freire, *Historia juris civilis lusitani*, § 61. Olisipone, MDCCC.

O dono era citado para alegar e provar em prazo conveniente o direito que tivesse de opôr-se à dação da sesmaria. Não o fazendo, assinava-se-lhe o prazo de um ano, para lavrar, aproveitar ou reparar seus bens, findo o qual concedia-se a sesmaria ao requerente.

Tinha o concessionário o prazo máximo de cinco anos para o aproveitamento da concessão, ficando sujeito à multa de mil réis e à perda do que não tivesse aproveitado, que se dava a outrem, com as mesmas condições.

Deixava-se-lhe, além da área aproveitada, algum logradouro mais, quanto “parecesse necessário”.

No regime feudal das primeiras capitanias em que foi dividido o Brasil tinham os donatários o direito de conceder sesmarias segundo as leis do Reino, sem outro tributo senão o dízimo, exigindo-se que fôsse cristão o requerente (26).

Onde e quando as capitanias passaram para a Coroa, o direito de conceder sesmarias se transferiu para os governadores gerais e depois para os vice-reis e capitães gerais de mar e terra do Estado do Brasil.

Tomé de Sousa, em três capítulos de seu regimento, era autorizado a concedê-las com as mesmas cláusulas das que os donatários concediam. Deu diversas no Pirajá e concedeu a D. Violante de Távora toda a ilha de Itaparica, mas a câmara da cidade se opôs com eficácia à posse da agraciada, fundando-se no regimento, que limitava a concessão de sesmarias ao que o concessionário pudesse beneficiar e lhe impunha a obrigação de ir morar na terra doada (27).

Muitas leis, alvarás, cartas régias, ordens e provisões regulamentaram depois a concessão de sesmarias no Brasil, citadas por monsenhor Pizarro (28) e de modo mais completo no *Dicionário jurídico* de Pereira e Sousa (29), muitas delas não se encontrando nas coleções da legislação portuguesa, por exemplo as cartas régias de 16 de março de 1682, de 27 de dezembro de 1695, de 7 de dezembro de 1697, de 23 de novembro de 1698, de 20 de janeiro de 1699 e de 27 de janeiro de 1711, e as provisões de 20 de agosto de 1727, de 15 de março de 1731 e de 28 de março de 1743.

(26) Visconde de Porto Seguro, *História Geral do Brasil*, I, sec. 10 (2.^a ed.); José Isidoro Martins Junior, *História do direito nacional*, com o Especime das cartas de doação e forais de capitanias em apenso. Rio de Janeiro, 1898.

(27) Porto Seguro, *op. cit.*, I, sec. 15.

(28) *Op. Cit.*, IX, pág. 90.

(29) Lisboa, 1825.

Na provisão do Conselho Ultramarino de 18 de abril de 1738, confirmando a de 15 de abril de 1731, recomendou-se ao governador capitão general da capitania do Rio de Janeiro que não concedesse de sesmaria mais de meia légua em quadro, salvo no sertão onde podia dar-se de três léguas, como nas outras capitánias.

O alvará de 5 de outubro de 1795 regulou minuciosamente a forma de concessão das sesmarias, sua confirmação e medição e o processo nas causas delas, mas foi suspenso pelo decreto de 10 de dezembro de 1796.

As sesmarias concedidas pelos vice-reis e capitães generais do Estado do Brasil dependiam da confirmação régia.

Depois da vinda da família real para o Brasil, regularam as sesmarias, com a legislação já referida, os decretos de 22 de junho e de 25 de novembro de 1808 e o alvará de 25 de janeiro de 1809.

O decreto de 22 de junho de 1808 mandou que continuassem a dar sesmarias nas capitánias do Brasil os governadores e capitães generais delas, devendo os sesmeiros pedir a confirmação da mercê a mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro, e que na Côrte e nessa província a dita mesa as ficasse concedendo, dependendo as cartas de concessão e de confirmação da real assinatura.

O decreto de 25 de novembro do mesmo ano permitiu conceder sesmarias a estrangeiro e o alvará de 25 de janeiro de 1809 proibiu, como já o tinham feito o decreto de 20 de outubro de 1753 e muitas ordens régias, que se concedessem ou confirmassem sesmarias sem prévia medição e demarcação judicial feita com citação dos heréos confinantes.

A concessão de sesmarias, porém, foi suspensa pela resolução de consulta de 17 de julho de 1822, suspensão que foi mantida pela provisão de 22 de outubro de 1823.

A resolução de 5 de fevereiro de 1827 proibiu para o futuro as concessões de sesmarias, começando em 1850 outra legislação agrária com a lei n. 601 de 18 de setembro dêsse ano sôbre as terras devolutas.

* * *

Quanto à etimologia da palavra *sesmaria*, diz-se em nota ao relativo artigo no *Repertório das Ordenações do Reino de Portugal* que sesma era certa medida empregada pelos agrimensores do império romano na medição das terras para o pagamento do impôsto. Louva-se a nota nos títulos de *Censibus* e de *Agro deserto* do Código Justiniano, que não falam em semelhante medida. Nem consta na metrologia romana a existência dela entre os múltiplos do *pes constratus*, como a

decēmpeda quadrata e a geira (*jugerum*), que eram as medidas agrárias mais usadas (30).

Manuel de Almeida e Sousa, de Lobão, rejeita a origem que do termo sesmaria dá frei Joaquim de Santa Rosa no seu *Elucidário*, derivando-o de *sesmo* ou *sesma*, a sexta parte de qualquer coisa, como a fração dos frutos, um sobre seis, no fôro ou tributo da terra dada de sesmaria.

Objeta Lobão que as Ordenações não impõem às sesmarias o pagamento dessa fração, mas só o do fôro costumado quando os maninhos são de senhorios e nenhum sendo público, tendo êle visto forais em que se aforam as terras incultas, não pelo fôro do sexto, mas pelo geral do conselho.

Prefere, por isso, a opinião de Portugal, *De donationibus* (III, 43, 89), que faz proceder sesmar de *caesimare*, cortar, pela incisão do arado ou do sacho na superfície inculta. Explicação ridícula e indigna até de ser refutada, não se encontrando tal *caesimare* nem nos vocabulários da baixa latinidade.

Não admira, porém, que jurisconsultos forgem etimologias temerárias, quando um lexicógrafo do valor de Caldas Aulete, contra a lei do menor esforço, amplia *sextus* em *sextimus* para a derivação de sesmo.

Morais, Faria, Vieira e outros fazem provir sesmo de *sexmo*, *seismo*. Explica-se o aparecimento de *sexmo* pela analogia, tomando-se a terminação *mo* de outros ordinais: sétimo, décimo. Sesmo deve ter provindo de *sexmo* e *sexmo* de *seximo*, pela síncope de um *i* átono.

Ainda hoje na Espanha *sesma* é uma medida linear, a sexta parte da vara, não medida agrária, como quer o Repertório das Ordenações (31).

Não procedem as objeções de Almeida e Sousa à explicação dada por Santa Rosa ao termo, quando em sesmo vê a sexta parte dos frutos devida como fôro ou tributo.

Se nas terras isentas as sesmarias não o pagavam, outras havia sem essa isenção e nelas parece ter prevalecido, para o trigo e para o vinho, pelo menos, que eram a produção mais abundante, o fôro da sexta parte onde eram férteis as terras.

Nos forais, por exemplo no dado por D. Manuel em 1514 a Vila Nova de Monsarros, a quota dos frutos variava, não só pela

(30) J. Wex, *Métrologie grecque et romaine*. Trad. de P. Monet, Paris, 1886.

(31) *Diccionario de la lengua española de la Academia Real Española*, Madrid, 1925.

diversa natureza dêles, como pela diferente qualidade do solo. No exemplificado, o fôro do pão e do vinho é numa área de um sexto e na outra de um oitavo e até de um nono.

Ora, os sesmeiros, pelos §§ 9 e 10 do citado título das Ordenações, não deviam dar de sesmaria senão terras produtivas, sujeitas, portanto, em geral ao fôro ou tributo da sexta parte dos frutos, terras “tais que, sendo rotas e aproveitadas, ou lavradas e semeadas, darão pão, vinho, azeite, ou outros frutos”, abstenendo-se de sesmar as “que não durarão em os dar, ou que, dando-se de sesmaria, fariam grande impedimento ao comum proveito”.

O fôro das terras férteis assim dadas aos requerentes, por terem sido deixadas em abandono, sendo em geral a sexta parte dos frutos, o sesmo, explica-se que o verbo sesmar exprimisse a concessão das terras sujeitas ao pagamento dessa quota, formando-se como substantivo verbal a palavra *sesmaria*.

Quanto ao vocábulo sesmeiro, que nas Ordenações designa o juiz das sesmarias, na legislação relativa às do Brasil, passou a significar o concessionário, como no alvará de 5 de outubro de 1795.

O alvará de 25 de janeiro de 1809, que criou os juizes de sesmarias, não lhes deu mais o nome que tinham nas Ordenações do Reino.

* * *

João sem terra — Não vou tratar aqui do monarca inglês forçado a outorgar a *Magna carta* de seus direitos aos barões e burgueses britânicos, mas de gente que ficou sem base no solo, sem terra própria neste grande Brasil, dêsses agregados de que fala o naturalista Augusto de Saint Hilaire, quando censura o sistema das sesmarias pouco antes de cessar a concessão delas pela resolução da consulta de 17 de julho de 1822.

Em 5 de fevereiro dêsse ano escreveu umas páginas dignas de serem transcritas, datadas de Valença, que se acha denominada Aldeia das Cobras, talvez por êrro do editor em vez de Aldeia dos Coroados. Não era aldeia, nem o sítio, nem a fazenda das Cobras.

“Nada se equipara”, diz êle, “à injustiça e à inépcia graças às quais foi até agora feita distribuição das terras”.

“Era preciso que se distribuisse gratuitamente e por pequenos lotes esta imensa extensão de terras vizinhas à capital, e que ainda estava por conceder quando chegou o rei. Que se fez, pelo contrário ? Retalhou-se o solo pelo sistema das sesmarias, concessões que

só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido” (32).

“O rico, conhecedor do andamento dos negócios, êsse obtinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-os para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras. Alguns indivíduos faziam dos pedidos verdadeira especulação. Começavam um arroteamento no terreno concedido, plantavam um pouco, construíam uma casinhola, vendiam em seguida a sesmaria e obtinham outra”.

“O rei dava terras sem conta nem medida aos homens a quem imaginava dever serviços. Paulo Fernandes viu-se cheio de dons desta natureza; Manoel Jacinto, empregado do Tesouro, possui perto daqui doze léguas de terra concedidas pelo rei”.

“Os pobres, que não podem ter títulos, estabelecem-se nos terrenos que sabem não ter dono. Plantam, constróem pequenas casas, criam galinhas, e quando menos esperam, aparece-lhes um homem rico, com o título que recebeu na véspera, expulsa-os e aproveita o fruto de seu trabalho”.

“O único recurso que ao pobre cabe é pedir ao que possui léguas de terra a permissão de arrotear um pedaço de chão. Raramente lhe é recusada tal licença, mas como pode ser cassada de um momento para outro, por capricho ou interesse, os que cultivam terreno alheio e se chamam agregados só plantam grãos cuja colheita pode ser feita em poucos meses, tais como o milho e feijão; não fazem plantações que só dêem ao cabo de longo tempo, como o café” (33).

Debalde, para se evitar a especulação a que se refere Saint Hilaire, prestavam os requerentes o juramento, que se lê nos processos de sesmarias, de as pedirem para si e não para transferi-las a outrem.

Vi os agregados de que fala o naturalista. Não habitavam nas casas grandes nem nas senzalas, mas em choças confinadas nalgum ponto das fazendas permitido por amor de Deus para refúgio de sua humildade. Neste Brasil imenso não possuíam uma pequena superfície de que fôsem donos; se não eram escravos, também não eram senhores.

Descalços, mal vestidos, mal alimentados, analfabetos, falavam com lentidão um português degenerado na morfologia e na sintaxe

(32) A concedida em 1802 a meu bisavô João Baptista Soares de Meirelles pelo vice-rei D. Fernando José de Portugal só em 1804 foi confirmada em Lisboa pelo regente.

(33) Augusto de Saint Hilaire, *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822). Trad. de Affonso de E. Taunay, da Academia Brasileira (1932), pág. 38.

das palavras, que pronunciavam sem a energia fonética dos labregos lusitanos, mas em compensação conservando melhor o vocalismo das sílabas.

Na sua precária situação prezavam, entretanto, a honra de suas famílias, nas quais não raro a chita barata do vestuário se ajustava às formas surpreendentes de alguma figura peregrina, engalanando pelos tugúrios graças que faziam inveja a muitas belezas medradas nos atavios custosos da opulência. A sêda não assentaria de certo nesses mimos realçados por sua timidez columbina.

Não lhes regateava louvores a musa caipira. Inspiraram lóas singelas, versificadas sem rigor métrico, mas sublinhadas com trêmulos traços paralelos pelas cordas metálicas de uma viola confiante.

Nessa lírica de caboclo não se tangia o instrumento com rasgados de fandango, mas um *pizzicato* sentimental, dedilhado em notas autónomas, vertia os queixumes do amor não correspondido, ou as expansões de uma alegria que a experiência do destêrro em sítio alheio moderava naquelas almas tristonhas, com resignação filosófica.

Morando em geral distante uns dos outros, caminhavam às vêzes muitas milhas para se reunirem onde um mutirão reclamava a mutualidade em serviço coletivo, ou para irem bailar nalgum cateretê, que a cachaça que houvesse animava.

Eram às vêzes parentes dos fazendeiros, como duas meninas, Helena e Maria, agasalhadas algum tempo na Cachoeira, porque tinham conosco não sei que grau de parentesco.

Não lhes faltou o confôrto da casa grande, nem o carinho a que faziam jus na sua pobreza. Mas sentia-se que eram de outra classe da sociedade, embora com o mesmo sangue.

Pobre João sem terra ! Que podiam valer os agregados quando o braço escravo dispensava os seus serviços ?

Veio beneficiá-los também a lei 13 de maio.

O NEGRO

De que nações africanas eram os pretos que trabalharam nas plantações de café do Rio de Janeiro, de que regiões procediam, que línguas falavam, são problemas entre si ligados, cuja solução cabal se tornou impossível, por não terem atraído em tempo a atenção dos homens de ciência, quando não faltavam no Brasil escravos e libertos nascidos na África.

Já tinham desaparecido em grande parte, quando Nina Rodrigues se entregou a êsses estudos, os elementos necessários para se

chegar a uma solução imperfeita quiçá, mas satisfatória, dos problemas por êle abordados no seu tão valioso livro sôbre os africanos (34). Isso, não obstante haver durado o tráfico perto de três séculos.

Pode-se, porém, dizer de modo geral que de três procedências eram os negros que labutaram nas lavras minceiras e nas lavouras do Brasil. Vinham êles da costa noroeste (Mina e Guiné), do sul (Congo, Angola, Benguela), ou de Moçambique no sueste, distinguindo-se pelo diferente aspecto físico os negros dessas três partes da África.

Creio que para o Brasil nunca veio nenhum bóchewan ou hotentote, com as Venus calipígias de suas hordas.

Predominaram na Bahia as raças valentes do Sudan (haussás, nagôs, gêges, grunces, etc.), cujos exemplares procedentes de Guiné eram ditos minas de modo geral, sendo o elemento bantu preponderante nas províncias do sul e em Pernambuco.

Mantinhão os negros da Bahia relações com os da Costa d'África. Morei em Alagoinhas dois anos (1892 e 1893), quando meu pai era 1.º engenheiro na construção da E. F. Bahia ao São Francisco, e lembro-me dos anúncios nos jornais bahianos de navios em vésperas de viagem para Lagos, ou esperados dêsse pôrto africano.

Não só nas ruas de Salvador vi e ouvi os minas; também nas do Rio de Janeiro, não sei se provindos diretamente da África, ou se vindos da Bahia, onde constituíam grande parte da população negra.

Não eram retintos como os bantus e tinham nas faces três riscos paralelos traçados por gilvazes.

O perfil de alguns, mais claros, lembrava o de certas aves marinhas, com o seu nariz menos aquilino do que o semítico, achatando-se no arco das largas ventas, que se abriam à respiração como as pasagens de um pórtico dípilo. Esse alargamento menos caucáseo persiste nos escovens nasais de muitos descendentes seus arianizados por clarificações sucessivas, efeito não raro da graça irresistível de certas belezas mestiças, embora (que importa) pouco científicas, se aferidas pelos cânones clássicos de uma estética helênica.

Eram haussás, nagôs, grunces, gêges, mandês (mandingas), malês, fulas... Mas todos eram designados pelo qualificativo *mina*, de qualquer dessas nações que fôsem, entendendo-se entre si em nagô, como língua geral adotada, mesmo pelos que o não falavam no país de origem.

(34) Nina Rodrigues, *Os africanos no Brasil* (Biblioteca pedagógica brasileira) Brasileira, 1932.

Agrupavam-se os homens em certos pontos da cidade, fabricando chapéus de palha e samburás, ou aguardando, em concorrência com os mariolas portugueses, o ganho dos carretos.

Uma ou duas vêzes vi nas ruas do Rio de Janeiro pretos minas transportando um piano deitado sôbre suas cabeças, que rodoiças de pano protegiam contra a dureza da madeira. Com as mãos livres, iam alguns tangendo pandeiros e cantarolando umas coisas ininteligíveis, como cariatides ambulantes, que suportassem e ao mesmo tempo transportassem o entablamento.

Ainda pude ver na Bahia, parece-me que descendo para a cidade baixa, uma cadeirinha ou liteira levada com alguém por pretos minas.

No Rio de Janeiro as pretas, minas e bahianas, de turbante e chale vistosos, negociavam nas suas quitandas em hortaliças, galinhas, panelas de barro, cuias, figas de pau, e levavam pelas ruas seus taboleiros de verdura, ou vendiam assentadas em certos pontos da cidade, bolos saborosos, manuês, pés de moleque, alcamonias, mingau de tapioca ou de fubá de arroz, cuscus de milho ou de tapioca (diferentes do paulista), ou, crestados nos fogareiros à vista dos fregueses, os bolinhos de tapioca, para se comerem quentes, como ainda há pouco faziam no Passeio Público e fazem noutros pontos da cidade as suas descendentes.

Moravam muitos negros minas no largo do Rosário. Alguns, se não todos, eram muçulmanos. Vivia entre êles um preto de Aden, no Iemen ou Arábia Feliz; êsse aguardava carretos, assinalado, no seu pôsto defronte da igreja pelo escarlate vivo de um fez sem borla.

Era um negro alto, magro, de feições finas, nariz de perfil convexo, que não ficaria mal numa fisionomia européia. Provavelmente um homem de sangue somalis, que não considerava ortodoxo o maometismo dos minas inquinado de práticas fetichistas.

Nunca ouvi os sírios pronunciarem como êle, nem talvez conseguissem, os sons guturais *ain* e *ghain* do alfabeto árabe. O *p*, que não existe nessa lingua, ainda que figure em outras línguas semíticas, êle mudava em *f*, referindo-se uma vez ao morro de Paula Matos, enquanto os sírios recorrem ao *b*, fazendo de Petrus Butrus.

Pelo contrário, o grego, como o nosso nheen-gatú, não tinha *f*, sendo o seu *phi* uma consoante composta da tênue *p* seguida do *h* aspirado (espírito forte).

Essa recusa dos órgãos vocais de certos povos à produção de alguns sons, mais predispostos para a de outros, não seria aproveitável na etnografia, como prova indiciária, positiva ou negativa, de sua procedência ?

Estou me distanciando muito do largo do Rosário, onde ficaram os minas, e volto em tempo dêsse vôo pindárico em paragens da linguística, para falar nos bantús que trabalharam nas plantações fluminenses, e com o seu trabalho deram ao Brasil no século XIX a base econômica em que o seu futuro devia firmar-se.

Tem-se dito que o café do vale do Paraíba é que venceu a guerra do Paraguai. E' reconhecer implicitamente a imensa dívida do Brasil para com o homem de côr preta.

Pouco importa que trabalhassem coactos: seu era o valor econômico utilizado, o serviço que o seu braço prestava ao Brasil, embora forçados pelos senhores. Não se deixa de dever o produto do esbulho, por faltar o consentimento do esbulhado.

Onde o preto foi livre, não se deixou vencer em civismo pelos seus concidadãos com menos pigmento na pele.

Pagaram com dignidade o seu tributo de sangue os valentes negros da soldadesca heróica, dados tantos dêles em substituição de seus senhores moços. E os zuavos bahianos, e os voluntários negros... Para a guerra seguiram, não só tios meus, um materno, Matheus Gomes do Val Filho, e outros paternos, o coronel de engenheiros João Vito Vieira da Silva e o capitão de engenheiros Luiz Vieira Ferreira, como um escravo maranhense, Clemente, irmão de meu pagem Tibúrcio, com um admirável entusiasmo patriótico !

A uma senhora moça que lhe perguntou se não temia morrer em combate respondeu que o grandioso espetáculo das batalhas lhe havia de tirar o medo da morte, e foi perecer na guerra.

Se o Brasil, pela grande importação africana que se mesclou com o elemento português e indígena, é hoje uma nação de côr, sem ilusão que se justifique, não se envergonhe o branco puro, ou *soi disant*, dessa constituição étnica da nossa gente, porque o negro, desde Palmares, tem procedido com uma dignidade que o recomenda, como a demonstrada por certas figuras de suas revoltas na Bahia.

Nem é mais possível desfazer na composição do nosso povo a fusão das raças representada historicamente pela tríade combatente ao tempo das guerras holandesas: Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias.

Uma desprezível, não desprezável, imitação do atrazo moral da Norte-América, já fez, em cassinos do Brasil, vedar a entrada a pretos e recusar hospedagem num hotel a uma doutora negra procedente dos Estados Unidos.

Isto no país de Joaquim Cândido, de André Rebouças, de José do Patrocínio, de Cruz e Sousa, de Juliano Moreira... Onde Dom Pedro II, até em solenidades públicas, não se envergonhava de ter

a seu lado o alferes Galvão, veterano do Paraguai, que pretendia ser príncipe Obá II d'África. Era, lembro-me dêle, um preto alto, retinto.

No Cassino Fluminense Dona Isabel, princesa imperial, dansou com André Rebouças, o engenheiro illustre, desleiteado nos Estados Unidos, que êle honrava com a sua visita, por uns americanos muito inferiores, que se levantaram da mesa onde êle ia almoçar num restaurante.

Moralmente, o preto leva sôbre o branco a vantagem de não figurar na história como algoz, mas como vítima de um tratamento desumano.

Intellectualmente, de modo geral a vantagem será do branco, pelo menos em relação a certas nações africanas, mas não faltam exemplos no Brasil para mostrar que o pensamento do negro pode ir até onde chega o do branco nas abstrações mais delicadas.

Um matemático brasileiro, claro e preclaro, o general Roberto Trompowski, negava inteligência ao preto, mas teve constante desmentido em Eduardo Ribeiro, seu discípulo negro na Escola Militar, que êle não conseguia embaraçar com perguntas sôbre o assunto da aula. O pensador (Eduardo Ribeiro) respondia certo e Trompowski, como quem não queria dar o braço a torcer, dizia com espírito: E' experto !

Foram duas figuras interessantes, com aptidões congêneres contidas em epidermes de côres opostas.

Trompowski, pedindo numa livraria da Europa o que houvesse de melhor em geometria analítica, o livreiro lhe apresentou o seu próprio tratado.

Eduardo Ribeiro (o Pensador) foi, pode-se dizer o fundador de Manaus, pelo que fez por essa capital quando administrou o Amazonas, enriquecido então o Estado com o alto preço da borracha, que produzia copiosa arrecadação do impôsto de exportação pago *ad valorem*.

Como sua escrupulosa honestidade impedisse o peculato, os ladrões o assassinaram e tomaram conta do Estado.

Trompowski, no comando militar da região, teve o ensejo de ver em Manaus a obra deixada pelo seu digno discípulo. Foi lá que eu o conheci em casa do meu caro colega e comprovinciano Vicente Reis, então dono e redator do *Jornal do Comércio* daquela cidade. Era sua prima a Senhora Trompowski, filha do conselheiro Andrade Figueira, que fôra com o marido para o Amazonas.

Não me esqueci dos bantus, nesta digressão em que lembrei as relações de duas altas figuras, uma férrea e a outra marmórea, mas

achei preferível fazer dêsse modo o elogio da raça negra a repetir o que se tem escrito sôbre etnografia africana.

Eram cabindas, congos, angolas, rebôlas, benguelas, cafres, etc., sendo pouco interessante neste capítulo, e mesmo difícil, assinalar as características somáticas que distinguiam uns dos outros. Afigura-se-me só que variavam de aspecto, mesmo com igual negrume na pele e uniforme carapinha na cabeça, quando a êsse respeito não se diferenciavam.

Nem averiguarei tão pouco se eram braqui ou dolicocefalos, inumanos ou incinerantes... A única distinção que merece aqui assinalar-se é a dos lugares em que serviam, pela diversidade ocasional de sua sorte.

Nas cidades o cativo era mais brando, porque o serviço, ou era doméstico ou de ganho na rua, em carretos e outros misteres, e a receita, pertencendo muito embora aos senhores, facilitava às vêzes as alforrias.

Na roça era diferente, quando o serviço, como nos cafezais, reclamava a sujeição dos escravos reunidos em grande número. Tornava-se então impossível manter a disciplina sem o rigor de punições exemplares. Senhores de bom coração eram levados a ministrá-las, fazendo violências aos próprios sentimentos.

Em Santa Catarina o escravo era tratado quase como as outras pessoas da família, porque a província não tinha fazendas, mas sítios de pequena lavoura, e em cima da serra a criação do gado não exigia pessoal numeroso, como nas lavras mineiras e nas plantações de café ou de cana.

Era uma verdadeira desgraça para o escravo da cidade ser vendido a algum fazendeiro, indo para o eito e para a senzala quem se habituara à liberdade relativa da vida urbana.

Lembro-me do Geraldo, mulato de qualidade, chegando bem vestido da Côrte, para empunhar a enxada e capinar no eito.

Nesse caso, coitados ! perdia a liberdade de fato, de que porventura gozasse, quem já não tinha a de direito.

Mas veio afinal a redenção, a despeito de tôda a resistência que lhe opuseram os interessados. No cenário nacional, enegrecido mais pela improba instituição do que pela côr de suas vítimas, resplandeceu a figura angélica da princesa imperial, D. Isabel, que sancionara como regente a lei n. 2.040 de 28 de setembro de 1871, dita do *ventre libre*.

Tive ocasião de dizer na peroração de uma conferência em Cruzeiro do Sul em comemoração dêsse ato:

“Premiou a maternidade com a promessa da vida, porque o escravo era civilmente morto; mas seu gênio benfazejo baixou como

um Cristo a ventres que eram túmulos e, multiplicando o milagre, ressuscitou os Lázarus do ventre”.

Ainda como regente a princesa Isabel assinou a *lei áurea*, a 13 de maio de 1888, que a privou do trono, como predissera o barão de Cotegipe, ou melhor, que a eternizou noutro, tão gloriosamente, indo morrer no exílio.

Seguiu para o seu destêrro, mas ficou no coração do Brasil, aparecendo nas páginas da história pátria, como signatária das duas máximas leis, com a beleza dos semblantes santos coloridos nas iluminuras dos antigos missais, para reinar num trono mais sólido, sustentado através dos séculos pela guarda negra dos que redimiui do cativoiro.

O CAFÉ

Sítios agrícolas, fazendas, estâncias de criação, por todo o Brasil, provêm na maior parte, ou pelo menos provieram até há pouco tempo, das sesmarias concedidas a milhares de requerentes, cujo número incalculável tem apenas uma parcela nas relacionadas no volume XXXVI das publicações do Arquivo Nacional, organizado sob a direção esclarecida e patriótica de Vilhena de Moraes. Note-se que no copioso índice alfabético não se arrolaram senão as constantes dos documentos existentes no Arquivo.

Em terras sesmadas, pois, plantaram-se a cana, o fumo, o algodão e por último o café, que viceja apenas alguns decênios, mesmo onde as chuvas não escorcham as encostas mais íngremes do humus superficial, como se deu nos outeiros fluminenses. Mesmo nas ondulações mais suaves das terras paulistas, um cafezal dificilmente viverá mais de meio século; morre quinquagenário, onde a selva a que succedeu contou por milênios a sua longevidade.

O café, esteio da nossa economia (35), é nativo na Abissínia e talvez também o tenha sido nas montanhas do Iemen, que lhe ficam defronte sobre o mar Vermelho.

Assim, creio que Lineu não errou com um qualificativo impróprio, como se tem dito, denominando *Coffea arabica* e não *Coffea aethiops*, a preciosa rubiácea.

A imaginação dos orientais, fecunda na explicação engenhosa das origens, fêz remontar o uso do café como bebida a uma infusão preparada por monges abexins, informados por um pegureiro da insônia produzida nas cabras, quando pastavam as fôlhas do cafeeiro.

(35) *Coffea Brasiliae fulcrum* (Lema proposto por AFONSO DE E. TAUNAY.

Quem conhece por experiência a vida em paragens rurais sabe que os cabritos, mesmo sem mascarem fôlhas de café, fazem vida noturna ruidosa e incômoda a quem dorme perto, berrando e espirrando tôda a noite (36).

Não historiarei aqui a propagação do uso do café no Levante, sua introdução nos países cristãos da Europa e transplantação da árvore para as Antilhas. Nem mesmo narrarei o episódio dos caroços de café trazidos de Caiena por Francisco de Melo Palheta em galante contrabando.

Tudo isso encontra-se minuciosamente exposto na *Pequena história do café no Brasil* de Afonso de E. Taunay, editada pelo Departamento Nacional do Café em 1945, como resumo dos quinze tomos da grande.

O que nos interessa agora é, tomando Valença como último termo das transplantações do cafeeiro, saber de que ponto se fizeram para o vale do Paraíba, indo cobrir as montanhas valencianas.

Escreve Taunay “que o introdutor do cafeeiro no Rio de Janeiro foi o chanceler da Relação local, desembargador João Alberto Castelo Branco”, que, removido da Relação de Goa, chegou à Bahia a 14 de maio de 1757.

“Em 1760 era chanceler da Relação do Rio de Janeiro. E parece que foi então que fêz vir do Maranhão cafeeiros pequenos. Entregou-os aos capuchinhos e êstes os plantaram em sua horta, onde em 1782 o cônego Januário Barbosa os viu viçosos”.

“Da fazenda do Capão, propriedade do bispo Castelo Branco, saíram mudas para a da Mendanha, pertencente ao padre Antônio Fonseca, padrinho de Freire Alemão. Foi o Capão o primeiro grande centro de disseminação de cafezais do sul. Conta um autor anônimo que os lavradores de serra acima descarregavam as cangalhas de suas mulas e voltavam com elas cheias de mudas... Surgiram, pois, no oeste fluminense pequenas lavouras cafeeiras, que Carneiro Maia pensa haverem começado a produzir nas imediações de 1785”.

“John Luccock, que residiu no Brasil de 1808 a 1818, deixou em suas *Notes on Rio de Janeiro* interessantes depoimentos sôbre a lavoura cafeeira rudimentar dos arredores do Rio, além das serras, nos vales do Piabanha, do Paraíba e do Paraibuna. Freyreiss, zoólogo alemão, empreendeu em 1814 uma viagem do Rio de Janeiro a Minas, via Córrego Sêco e Paraíba do Sul, encontrando pequenos cafezais aqui e acolá”.

(36) Dizia Quintino Cunha, espirituoso boêmio e poeta cearense, que nesses farranchos atrevidos se ouve de vez em quando a frase “Quer beber, beba”, dita pelo bode.

Depois de nos apontar os dois rumos da lavoura cafeeira, um para noroeste, com os núcleos de São João Marcos e de Resende, e outro para o norte, com as plantações de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul, assinala Taunay a importância de Vassouras na cultura do café fluminense, que mais ou menos em 1780 já existia em pequena escala no Pati do Alferes.

Em Vassouras o plantio do café teve notável incremento depois de 1816, com a chegada de Custódio Ferreira Leite, o futuro barão de Aiuruoca, e de outros mineiros, seus parentes ou amigos, por êle atraídos para essa lavoura.

Dirigiam-se então os mineiros para outra fonte de riqueza na bacia do Paraíba, quando o ouro do seu planalto e o de Cuiabá já não compensavam como dantes os gastos com catas em minas exaustas.

Essa emigração continuou para a mata fluminense e para a do Espírito Santo, como pude observar pelas numerosas famílias de mineiros que conheci em Itaperuna e em São José do Calçado: os Garcias, os Medinas...

Referindo-se à ilustre família do notável mineiro Custódio Ferreira Leite, a que também pertence, escreve Taunay: "Entre os sobrinhos estavam os filhos de seu cunhado, o barão de Itambé, os irmãos Teixeira Leite: José Eugênio, Francisco (barão de Vassouras), João Evangelista, Antônio Carlos, Joaquim, Carlos e Custódio, que em meados do século XIX eram verdadeiras potências nos meios cafezistas e tanto se destacaram nos nossos fastos ferroviários".

O Teixeira da família Teixeira Leite não se encontra só em Vassouras, onde mais se intensificou o dinamismo de Custódio Ferreira Leite. Propagou-se por outros municípios da província: por exemplo em Barra Mansa o venerando fazendeiro major José Bento Teixeira Guimarães, pai do meu colega Fábio e do engenheiro Henrique, e sogro do engenheiro Manuel Inácio Gomes Valadão, todos amigos meus, de quem me lembro com saudades de tão agradável convivência, quando de 1900 a 1904 exerci naquela comarca o cargo de promotor público.

Outro prezado amigo da mesma estirpe, êsse de Vassouras mesmo, era o Dr. Leopoldo Teixeira Leite, filho do barão de Vassouras. Foi político em Paraíba do Sul, onde exercia a advocacia, com a inteligência provida de copiosa cultura clássica.

E' de passagem por Vassouras, seguindo o café na sua progressão para Valença, que se me apresentam à memória, como projeções, num espaço que já não ocupam, essas figuras fidalgas tão dignas ainda de homenagens póstumas.

Nem o valor econômico do café poderia ficar sem repercussão psicológica na sociedade por êle enriquecida. A mentalidade que formou no país, produzindo a prosperidade em tôdas as ramificações da vida profissional, determinou atitudes morais que devem ser assinalladas.

Aos filhos e netos de fazendeiros, em grande parte, ministrava-se uma educação moral e intelectual que não podia deixar de influir tornando mais humano o tratamento dispensado aos escravos, ou mesmo de exercer uma influência abolicionista nos corações bem formados, não obstante a visão da senzala e o hábito secular de possuir cativos, como os semoventes mais valiosos da propriedade móvel.

A mocidade era em geral abolicionista, como posso atestar, lembrando-me dos meus colegas de preparatórios e do curso de direito.

Havia também fazendeiros instruídos. Lembro-me do major José Bento Teixeira Guimarães, em Barra Mansa, que ouvi uma vez recitar e explicar os trechos dos *Lusiadas* relativos ao curso do sol pelos signos do zodiaco.

O café, que encurralou tantas vítimas nos ergástulos, facilitou de modo indireto, pela cultura espiritual que fomentava, as campanhas generosas do mais intrépido abolicionismo, como fez também a cana com brilho imortal, permitindo, pela fartura econômica, as mesadas necessárias a Castro Alves para rimar, com tanta honra para o meio acadêmico de seu tempo, o *Navio negreiro*.

Comparados com êsses grandes efeitos de ordem moral, apoucam-se de certo quaisquer que a ciência médica attribua à cafeína.

Nem se esqueça, como coisa trivial, para o elogio da ação benéfica do café, a constante função social das chécaras tomadas em diálogo, como expressão de cordialidade.

Torna-se quase obrigatório na hospitalidade cortês de alguns momentos, em área muito maior do que a do chimarrão, que mesmo sem açúcar adoça a convivência, como também o café na península arábica, segundo Palgrave e outros viajantes, tomado sem êle.

* * *

Conheci na infância cafezais já velhos em Santa Teresa de Valença e vi na mocidade plantarem-se outros na mata derrubada.

Prosperaram tanto em todo o município de Valença que se construíram nêle duas estradas de ferro, para a exportação do produto: a União Valenciana e a Comércio a Rio das Flores, esta na freguesia de Santa Teresa, em cuja construção meu pai trabalhou com seu cunhado João Gomes do Val, pouco antes de ir fundar em Santa Ca-

tarina as colônias italianas de Azambuja, Urussanga e Crescuma (37).

Então cobriam os cafezais as montanhas valencianas; mas foram morrendo, uns mais cedo, outros mais tarde um pouco, e hoje, para quinze pés em Bom Jesus de Itabapoana ou Itaperuna, há semente um no município de Valença ou de Santa Teresa, em áreas equivalentes. E' a estimação que me permite fazer o *Atlas corográfico da cultura cafeeira*, publicado pelo Departamento Nacional do Café em 1943, então sob a chefia proficiente do Dr. Jaime Fernandes Guedes, a quem reitero aqui os meus agradecimentos pela regularidade com que recebi, com o seu amável cartão de visita, as preciosas publicações do Departamento.

UBÁ

Como já vimos, tratando das comunicações de Minas com o litoral, entre os lugares por onde passava, segundo Antonil, o caminho aberto por Garcia Rodrigues, estava o designado pelo nome de Pau Grande, situado entre Cavarú e Roça do Alferes ou Pati. São pontos por onde passa a linha auxiliar da Central, que adquiriu para ramal a E. F. Melhoramentos do Brasil, construída em fins do século XIX pelo grande engenheiro Paulo de Frontin, sem a abertura de tuneis para a subida da serra.

Pau Grande, portanto, já tinha êsse nome em 1711, quando Antonil escreveu seu livro. Foi a pé que passei por ali a primeira vez, numa noite de luar, indo de Andrade Costa, que fica perto de Cavarú, a Sertão embaixo da serra, em companhia de um primo, Pedro Ribeiro do Val. Em Portela vi então pela última vez o meu amigo Del Castilho, engenheiro da Melhoramentos.

E' de Pau Grande que se passa historicamente para Ubá, como de Ubá para Valença.

Em anos do século XVIII, José Rodrigues da Cruz, tio de João Rodrigues Pereira de Almeida, o futuro barão de Ubá, obteve em Pau Grande uma légua de terras incultas e, associando-se a dois comerciantes do Rio de Janeiro, que financiaram a exploração, montou um engenho de cana, para a fabricação de açúcar.

Nesse tempo era Ubá, lugar à margem direita do Paraíba, habitado por índios selvagens e só dois negros de Pau Grande se animavam a ir pela mata pescar no grande rio.

(37) Escrevi sobre essa colonização *Azambuja e Urussanga* (Memória sobre a fundação pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina). Niterói, 1939.

Mas José Rodrigues conseguiu tornar excelentes as suas relações com esses índios, que iam visitá-lo em Pau Grande, onde eram tratados com muito carinho. Essa amizade foi a ponto de convidarem José Rodrigues a ir para Ubá estabelecer-se entre eles.

Tendo falecido os sócios do Rio de Janeiro, José Rodrigues, impacientado com as delongas de uma interminável liquidação da sociedade, aceitou afinal o convite e foi estabelecer-se em Ubá, onde montou um engenho de cana, um moinho de milho e uma serraria.

Era, diz Saint-Hilaire, com emocionante afeição que ele tratava os seus índios, mas estes, em contacto com pessoas destituídas dessa bondade, sofreram como sóe acontecer as conseqüências da má companhia.

Moléstias venéreas e cutâneas os afligiram, na convivência com a gente civilizada, e afinal os dizimou a bexiga.

Em número já reduzido passaram-se para a margem esquerda do Paraíba e, com a denominação geral de Coroados, foram viver com outros silvícolas nas florestas próximas a Rio Bonito.

Empenhava-se José Rodrigues na civilização e catequese desses Coroados, gastando com eles quantias consideráveis.

Ia vê-los na mata e recebia a sua visita em Ubá, como antes em Pau Grande. Foi ele quem abriu a primeira picada entre o Paraíba e o rio Preto, afluente do Paraibuna, percorrendo só ou com poucos companheiros as montanhas valencianas, que uma densa floresta revestia naquele tempo. Comia, para ser agradável a seus amigos, o milho mascado pelas índias velhas, diz Saint-Hilaire, talvez por engano, sendo mais provável que José Rodrigues tenha bebido com os selvagens o cauim, que as velhas preparavam mascando o milho.

Quando Saint-Hilaire visitou Ubá em 1816, José Rodrigues já tinha morrido e o estabelecimento pertencia a seu sobrinho João Rodrigues Pereira de Almeida, o futuro barão de Ubá.

Foi este quem construiu em Ubá uma vivenda magnífica, onde o naturalista passou um mês, fazendo estudos e organizando coleções de botânica e zoologia.

Os coroados fizeram nessa ocasião uma visita a Ubá e Saint-Hilaire pôde estudá-los à vontade, assegurando-nos que eram muito inferiores aos Botucudos e que nenhum parentesco tinham com os seus homônimos de São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Comparando as línguas respectivas, nenhuma palavra encontrou comum a uns e outros, salvo Tupan, provavelmente ensinada pelos catequistas.

Quantas vêzes da pedra de Sucupira, montado num grande cavallo velho, o único que havia no pequeno sítio de Pindaíba do agri-mensor Carlos Ribeiro do Val, neto de João Ribeiro do Val, contem-plei, olhando para as bandas de Ubá, o grandioso vale escuro do Paraíba, invisível no fundo, e além do rio as montanhas de Santa Teresa de Valença!

Dessa rocha eu as avistava com saudades da Cachoeira, sem saber ainda que foi por elas que José Rodrigues, subindo pelo vale estreito do ribeirão da Forquilha, abriu a primeira picada.

A grandeza do espetáculo fixava-me ali, montado, como a sombra passageira de uma estátua equestre.

Eu era então (1899) advogado e vereador em Paraíba do Sul e me refugiara no sítio, fugindo a uma terrível febre amarela que grassava naquela cidade.

Quando o trem da Melhoramentos, deixando a ponte da estrada de ferro, tomava a margem direita do Paraíba, disse da janela adeus a Pedro de Araújo, que estava no terreiro do seu palacete. Era prestigioso chefe político no município, muito amigo do coronel Moreira César.

Correspondeu, rindo-se da minha precaução, e nunca mais nos vimos, porque foi uma das vítimas do vômito negro.

JOÃO RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA

(Barão de Ubá)

Em suas *Viagens* pelo Brasil Augusto de Saint-Hilaire nos apresenta um homem de grande valor e influência naquele tempo: João Rodrigues Pereira de Almeida, figura do alto comércio no Rio de Janeiro e dono de Ubá em 1816, quando hospedou nessa fazenda o ilustre naturalista.

Relatando a viagem que fêz às fontes do São Francisco e a Goiás, Saint-Hilaire nos diz que não teria podido conclui-la sem o auxílio e a amizade de João Rodrigues (38).

E na que fêz em 1822 a Minas e a São Paulo, lê-se, datado de Benfica, 31 de janeiro, o seguinte trecho: “Enquanto (o almocreve)

(38) “M. João Rodrigues Pereira de Almeida n’était point à Uba quand je m’y arrêtai; mais avant mon départ, il m’avait donné, pour différentes villes, des lettres de recommandation et de crédit qui me furent de la plus grande utilité. Sans son appui et son amitié, je le répète ici plein de reconnaissance, je n’aurais pas achevé mon voyage”.

(*Voyage aux sources du Rio S. Francisco*, I, pág. 20).

carregava as mulas, serviço em que gastou um tempo infinito, fui conversar com o dono da casa. Com naturalidade falei-lhe de João Rodrigues. Este nome que tantas vezes me tem servido de talismã ainda agora produziu o costumado efeito. Manifestou-me imediatamente muita deferência e deu-me, como almoço, café com leite e pão com manteiga. O mesmo quanto ao meu pessoal” (39).

Escreve depois, de São João del Rei, com as datas de 23 e 25 de fevereiro: “Dera-me o procurador de João Rodrigues Pereira de Almeida uma carta de crédito para o principal negociante de São João del Rei, o Sr. João Batista Machado. Apresentei-me na casa deste homem a quem encontrei estendido sob o balcão. Nem mesmo se levantou para me receber. Fêz ler minha carta e disse-me que estava pronto a honrar a assinatura do representante de João Rodrigues, mas, se quisesse receber dinheiro, precisava aceitar um desconto de 6%, porque no Rio de Janeiro só se pagava em papel, que em São João tinha tal depreciação... Ofereci inscrever no recibo que sacara o dinheiro pedido em valores metálicos, devendo, portanto, ser reembolsado da mesma forma no Rio de Janeiro”.

“O Sr. J. B. Machado não quis a minha proposta, dizendo que os valores metálicos no Rio de Janeiro apenas têm um ágio de 4% sobre o papel moeda e que aqui ele poderia obter 6% do seu dinheiro”.

Transcrevi esses trechos de Saint-Hilaire, porque atestam, não só como João Rodrigues foi útil ao naturalista, mas ainda porque mostram num caso interessante o câmbio interior naquele tempo e as relações comerciais entre o Rio de Janeiro e São João del Rei, facilitadas pela abertura da estrada do Comércio nas matas de Valença.

* * *

Por mais insistentes que tenham sido as minhas pesquisas, não consegui saber onde e quando nasceu João Rodrigues Pereira de Almeida, nem quando morreu. O *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, organizado pelos barões de Vasconcelos e Smith de Vasconcelos e publicado em Lausanne em 1918, limita-se, à pág. 547, a escrever-lhe o nome e a data em que foi agraciado com o título de barão de Ubá.

Em 1793 já era homem feito e em 1828 ainda vivia. Era comerciante na Corte em 1808 e por decreto de 2 de agosto desse ano foi autorizado a usar em suas transações mercantis da firma Joaquim Pereira de Almeida & Companhia, cujo sócio aparente apa-

(39) *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas e a São Paulo* (1822). Trad. de Afonso de E. TAUNAY (Brasília, 1932).

rece, com a qualidade de comerciante, na *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 31, de 15 de abril de 1813.

“Tinha casa no Rio e em Lisboa; tinha duas fazendas, uma em Vassouras, a de Ubá, e outra no município de Valença, Casal; tinha também navios, que traficavam para a Costa d’África, transportando escravos, não sei se para seu comércio, ou se apenas os fretes”. E’ o que me escreveu de Barra Mansa a pessoa mais velha da família, meu primo Mateus Ribeiro do Val, em carta de 21 de julho de 1945, antes de afogar-se nas águas do Paraíba.

Sigamos a carreira de João Rodrigues na vida pública. E’ um *curriculum vitae* que se confunde com um notável *cursus honorum*.

Por decreto de 24 de agosto de 1808 foi nomeado deputado à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, criada pelo alvará da véspera à semelhança da regulada em Portugal pela lei de 5 de junho de 1788, que reformou a Junta do Comércio instituída pelo decreto de 30 de setembro de 1755, cujos estatutos foram aprovados pelo alvará de 16 de dezembro de 1756.

Tomou posse no dia 18 de maio de 1809, prestando o juramento perante o conde de Aguiar, presidente da Junta, e a sua assinatura se lê, não só no termo respectivo, como em muitos outros de juramento prestado por outros deputados nomeados ulteriormente, sendo de 21 de outubro de 1827 o último em que ela figura.

Por decreto de 24 de janeiro de 1809 foi nomeado diretor do Banco criado na cidade do Rio de Janeiro pelo alvará de 12 de outubro de 1808, em cujo texto se lê somente a qualificação de Banco Público; mas nos estatutos que o acompanham, datados de 8 do mesmo mês, já se denomina o estabelecimento Banco do Brasil.

João Rodrigues concorreu como acionista para a fundação do Banco e foi também prestamista no empréstimo para o estabelecimento da Fábrica de Pólvora criada no Rio de Janeiro pelo decreto de 13 de maio de 1808.

Foi-lhe concedido o hábito da Ordem de Cristo por decreto de 16 de maio de 1810, como solicitara, justificando serviços que prestou ao Estado (40).

Por decreto de 23 de fevereiro de 1821 foi nomeado deputado à Comissão da Junta criada pelo decreto de 18 dêsse mês, em que se determinava a ida do príncipe real Dom Pedro a Portugal, para

(40) Petição e justificação existentes na Biblioteca Nacional (Seção de Documentos biográficos, C. 20, 50 — 496 e 14 — 1018, 43).

o preparo de uma Constituição destinada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Essa Carta devia ser transmitida ao rei, que a aprovaria e sancionaria.

Criou-se desde logo a Comissão, composta de membros residentes no Rio de Janeiro, para formar com deputados das cidades e vilas principais do Brasil, Açores, Madeira e Cabo Verde uma Junta encarregada de adaptar as disposições constitucionais aos respectivos territórios.

Por decreto de 26 do mesmo mês e ano foi nomeado diretor do Banco do Brasil pela real Fazenda e a seu pedido o decreto de 5 de março desse ano designou quatro auxiliares para o ajudarem na comissão de que estava incumbido como representante da Fazenda Real na Junta do Banco. Essa Junta, composta de dez sócios, é quem administrava os fundos do estabelecimento, exercendo a diretoria as funções de um conselho fiscal.

Foi-lhe concedido, como pediu, o título de conselheiro honorário da Fazenda Real pelo decreto de 26 de março de 1821, tendo alegado, para obtê-lo, os serviços prestados como deputado à Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, como diretor fiscal do Banco do Brasil e como inspetor da nova estrada para Minas Gerais: a do Comércio, por onde viajou Saint-Hilaire.

Teve também uma carreira militar: a justificação junta à petição para obter a comenda da Ordem de Cristo prova que êle assentou praça de alferes no 1.º regimento de milícias da freguesia da Candelária, em 9 de julho de 1793 e que foi promovido a capitão de caçadores desse regimento a 24 de março de 1797.

Vê-se também por essa justificação que a sua companhia foi toda vestida e armada por êle, tendo além disso feito presente ao governo de material bélico, inclusive peças de artilharia, tudo constante de uma lista junta à petição. Fizera também despesas com os índios da Mantiqueira, colaborando, parece, com seu tio José Rodrigues da Cruz, o amigo dos Coroados.

Foi agraciado com o título de barão de Ubá por decreto de 12 de outubro de 1828.

Eis tudo o que pude obter sobre João Rodrigues Pereira de Almeida nos livros de Saint-Hilaire e nos documentos existentes no Arquivo Público e na Biblioteca Nacional. Parece-me que não nasceu no Brasil; tinha navios negreiros e casa de comércio em Lisboa, não sendo provável que a um brasileiro coubesse tão considerável importância na praça do Rio de Janeiro, de que era de certo a primeira figura naquele tempo.

A pessoa do barão de Ubá interessa a minha narrativa, tanto por sua atuação na história de Valença, colaborando com o tio, e de-

pois inspecionando a estrada para Minas, como pelo que se relaciona com a formação da Cachoeira.

Com efeito, meu tio bisavô João Ribeiro do Val, e seu sobrinho Mateus Gomes do Val, meu avô, o fundador dessa fazenda, começaram a vida, um como empregado no seu “comércio e o outro como administrador”, segundo outro trecho da carta de Mateus Ribeiro do Val já citada.

CASAL

“Por morte do barão” (de Ubá), diz-se na carta que transcrevi em parte, “os interessados tomaram a direção das casas do Rio e de Lisboa. Meu avô João Ribeiro assumiu a direção das fazendas e terras, que eram cerca de 14 sesmarias”.

“O barão deixara um filho único menor. Quando se libertou tomou conta dos bens, ficando meu avô na fazenda de Ubá, pondo o nosso, Mateus, no Casal”.

O filho deixado pelo barão de Ubá, de que fala a carta, era José Pereira de Almeida e seu nome se lê num mapa corográfico da província existente na mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, junto ao das mencionadas fazendas.

“José Pereira de Almeida foi o padrinho de tia Elisa, irmã de meu pai e a primeira mulher de tio João Gomes, como também o padrinho de tia Elisa Augusta, sua mãe”.

Em autos de um processo em que era interessado um neto do barão de Ubá verifiquei que a mulher de José Pereira se chamava Elisa, como as duas afilhadas do marido e dela também, provavelmente. Chamava-se Elisa Constança.

Em Casal já nos achamos em terras de Valença, estando essa fazenda, cuja casa não existe mais, situada à margem esquerda do Paraíba. Em Casal nasceram os meus primeiros tios maternos e minha mãe, quando meu avô Mateus Gomes do Val era administrador da fazenda.

Não se conservou pouco tempo nessa função, pois, com certeza, já estava como administrador em abril de 1832 e ainda o era em julho de 1846, como pude verificar, quanto à primeira data, pelos livros do arquivo municipal de Valença e, quanto à segunda, pelo aniversário de minha mãe, nascida no dia 29 de julho de 1846, como a princesa Isabel, a redentora.

VALENÇA

As terras compreendidas nos atuais municípios de Vassouras, Barra do Pirai, Marquês de Valença (Valença), Rio das Flores

(Santa Teresa de Valença) e Paraíba do Sul estavam, ainda nos fins do século XVIII, cobertas de espessas matas habitadas por selvagens.

E' por essas matas que passava na capitania do Rio de Janeiro a estrada para as minas do rio das Velhas, construída por Garcia Rodrigues, e por esse caminho foram abrindo clareiras, fazendas e sítios, em que se plantavam principalmente o milho e a cana de açúcar (41).

* * *

Os Coroados — Não me parece bem esclarecido a que nações de índios pertenciam os que na selva atravessada pelo Paraíba viviam da caça, da pesca e de uma insignificante lavoura.

Há um certo desacôrdo entre os autores que dêles tratam, como Aires de Casal, Pizarro, Saint-Hilaire e Moreira Pinto, não só quanto à etnologia, como até sôbre o número e os nomes de suas hordas (42).

Moreira Pinto, por exemplo, diz que os Coroados tinham um tipo comum e que procediam todos dos Goitacazes; mas Aires de Casal nos informa de que eram pequenos os Puris de Valença, como os de outras partes, e que os Araris eram claros e bem feitos.

Segundo Saint-Hilaire os Coroados eram baixos e hediondos e Moreira Pinto lhes atribui uma côr de bistre; mas os Goitacazes, de quem o saudoso corógrafo os faz procederem, tinham a pele clara e eram altos (43).

Aires de Casal diz que eram quatro as hordas cristianizadas que habitavam a aldeia de Valença: Puris, Araris, Pitás e Xumetiós (?), e Saint-Hilaire afirma que os Coroados do Rio Bonito se compunham de duas hordas mescladas: os Tampruns e os Sasarions (?).

Localizando os índios de Valença em suas sedes, Moreira Pinto indica para os Mitiris o sítio da cidade atual; para os Pitás e Ximins, as margens do rio Bonito; para os Araris, as cabeceiras do rio das Flores; para os Taipurus, o ribeirão São Fernando, e, para uma horda ainda brava naqueles tempos, a serra entre êsse ribeirão e o rio Bonito.

Os Tampruns de Saint-Hilaire devem ser os Taipurus de Moreira Pinto.

(41) Ainda hoje o trecho da estrada próxima a Sucupira, no município de Vassouras, é denominado estrada dos Mineiros.

(42) AIRES DE CASAL, *Corografia brasílica* (1833), pág. 26; PIZARRO, *op. cit.*, V, pág. 26; Augusto de SAINT-HILAIRE, *Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais* (1850), pág. 39 *et suiv.*; Alfredo MOREIRA PINTO, *Valença*, em Apontamentos para o Dicionário Geográfico Brasileiro.

(43) ALBERTO LAMEGO, *A terra goitacá* (Bruxelas, 1913), pág. 18.

Ambos nos dizem que os Coroados eram de baixa estatura, tinham uma cabeça muito grande, achatada no alto e enterrada nos ombros; os cabelos corredios e pretos, como os dos índios em geral, eram cortados em forma de coroa oblonga; tinham peito e ventre dilatados, coxas e pernas finas, calcanhar estreito e pés largos na ponta.

A pele era côr de bistre, ou de ocre amarelo, que parece a mais comum dos nossos silvícolas.

A língua que falavam os do rio Bonito, de que nos dá Saint-Hilaire alguns vocábulos, era muito diferente do nheen = gatú dos Tupis: mas o nome *Porangaba* do sítio anexado à Cachoeira talvez tenha a sua razão de ser na existência de alguma horda tupi nas matas de Valença (44).

A monogamia não era obrigatória entre os Coroados; mas o número quase equivalente de indivíduos de sexo diferente impõe certa estabilidade às uniões monogâmicas, mesmo onde se faculta a poligamia.

Cada horda tinha o cacique por ela preferido sem o estrépito de uma eleição formal, não podendo ser grande a autoridade de tal chefe sobre homens constantemente dispersos na mata, que viviam principalmente da caça, então variada e abundante, e da produção de pequenas roças de milho ou de mandioca.

Sua indústria não era inferior à dos outros índios do Brasil. Fabricavam com a estopa fornecida pela embaúba (*Cecropia*) um tecido grosseiro para suas tangas, ou curtos saíotes, e com fieiras de embira, ou de tucum, as rêdes em que dormiam.

Arcos e flechas eram trabalhados com muita arte, como atesta Saint-Hilaire. Lembrei-me, lendo o naturalista, das flechas que os lugres catarinenses fabricavam nas matas de Azambuja. Vi êsses artefatos *in loco*, antes de admirar no Museu Nacional as setas amazonenses de forma tão variada nas suas farpas denticuladas.

Nesse cuidado artístico pôsto nas pontas negras de pau ferro, e no desenho geométrico do empalhamento com que prendiam duas penas ao canto da flecha, atesta-se de certo alguma coisa mais do que um simples sentimento estético: a dignidade do índio, o caráter do fabricante.

(44) Veja-se na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (tomo 104, vol. 158) o termo *porangava*, no vocabulário nheen-gatú — português do meu saudoso amigo conde Ermano Stradelli (1929).

Em ARTHUR RAMOS, *Introdução à antropologia Brasileira* (1943) podem ler-se as classificações propostas pelos sábios para os selvagens brasileiros e suas línguas.

A cerâmica dos Coroados produzia as panelas do vasilhame doméstico mais necessário, fabricadas com argila cozida, e dizem também que urnas funerárias (igaçaba), mas uma de que fala Moreira Pinto nos seus *Apointamentos*, escrevendo sobre Valença, como descoberta no local em que foi a aldeia de Manoel Pereira, bem podia ser de outros aborígenes ali estacionados anteriormente.

Ainda pude ver um puri em Itaperuna, quando ali estive em 1893, um dos poucos sobreviventes de uma nação quase extinta. Residia com alguns outros no distrito de Lage do Muriaé e cometera um homicídio em estado de embriaguez, não tendo podido resistir à tentação, quando transportava por uma estrada um garrafão de aguardente que mandaram por êle.

Era robusto e baixo, mas seu aspecto não concordava com o que Saint-Hilaire nos pinta nos Coroados do rio Bonito.

* * *

A Aldeia — No último quartel do século XVIII, tornando-se os coroados incômodos aos moradores de Sacra Família e de Pati do Alferes com frequentes incursões em suas lavouras, o govêrno português incumbiu o capitão de ordenanças Inácio de Sousa Werneck de os repelir pelas armas e amedrontá-los.

Esse recurso não conseguiu pacificar os selvagens nem desviá-los dessas correrias. A um lavrador do mesmo distrito chefiado pelo capitão de ordenanças, a José Rodrigues da Cruz, estava reservado fazer pazes com os Coroados, pela brandura e inteligência com que soube tratá-los, atraindo-os a sua fazenda de Pau Grande, captando-lhes a confiança com dádivas e benefícios.

Pôs-se em contacto com os índios em 1790 e com êles conviveu na melhor amizade, durante os quatorze anos que viveu ainda. Empenhava-se em convertê-los pela catequese e dava-lhes alimento, roupa, ferramenta.

Tendo notícias dessas boas relações de José Rodrigues da Cruz com os Coroados, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, então ministro dos Negócios Ultramarinos, dirigiu-lhe um officio datado do palácio de Queluz, a 22 de outubro de 1798, para que informasse o govêrno sobre os meios mais adequados à civilização dos índios e ao corte de madeira e transporte pelo Paraíba.

Respondeu-lhe José Rodrigues de sua fazenda, em carta de 31 de outubro de 1799, informando-o de que o transporte das madeiras só era possível em balsas, por um rio encachoeirado, como é o Paraíba, mais fluviável do que navegável, e solicitou auxílio para rea-

lizar o seu plano de civilizar os índios, lembrando a conveniência de se concederem sesmarias nas terras banhadas pelo Paraíba.

Determinou isso que o govêrno português dirigisse a Dom José Luís de Castro, vice-rei e capitão general de mar e terra do Brasil, o aviso de 7 de março de 1800, com a cópia da carta de José Rodrigues, cujas idéias foram tôdas aceitas.

O aviso recomendava que o vice-rei se entendesse com o bispo do Rio de Janeiro, para se enviarem a Paraíba do Sul missionários doutos, que fôsem ao mesmo tempo fiéis e zelosos ministros da pregação evangélica, os quais com brandura cristã e comportamento exemplar atraíssem o gentio para o grêmio da igreja.

Mas infelizmente para os Coroados, recomendava também o aviso o corte da madeira nas margens do rio e sua descida em balsas, ou mesmo em barcos, no caso de se tornar navegável o Paraíba, como se conseguira em alguns rios da Europa.

Era uma ameaça à floresta que teria de desaparecer, com a caça de que vivia o índio.

A concessão de sesmarias lembrada com as melhores intenções pelo amigo dos Coroados, não prevendo, certamente, os males consequentes, que iam sofrer os índios, foi um cruel *Ote-toi de là pour que je m'y mette*. Em menos de um quarto de século os sesmeiros consumaram o esbulho.

Na mesma data oficiou Dom Rodrigo a José Rodrigues, comunicando-lhe as determinações do aviso. Recebido o officio, partiu José Rodrigues para a cidade do Rio de Janeiro, levando consigo quatro índios escolhidos entre os principais de suas hordas; o que só conseguiu deixando como refens mulher e filhos.

Apresentaram-se ao vice-rei Dom José Luís de Castro (conde de Resende), que deixou de cumprir as determinações do aviso.

Não desanimou por isso o generoso protetor dos índios, mas continuou no seu empreendimento, ajudado por seu sobrinho, o futuro barão de Ubá, João Rodrigues Pereira de Almeida.

Infelizmente propagou-se então a variola entre os coroados, mal que costuma ser tão mortífero aos bexigosos indígenas (45). Desorientados, procuram refrescar-se da febre banhando-se nos rios.

Durante quatro meses José Rodrigues não fez outra coisa senão tratar dos doentes e, com seus escravos, caçar para sustentá-los, por se terem esgotado os mandiocais e os bananais de sua fazenda,

(45) MARTIUS, *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros* (Brasília, 1939).

cuja safra se reduziu a um têrço. Achavam-se nela então 154 índios.

Nessa aflitiva situação, escreveu a Dom Rodrigo, em 26 de abril de 1801, expondo-lhe a triste conjuntura em que se achava, sem recursos para prosseguir na obra empreendida, fazendo ver que lhe era impossível manter a sua custa a boa harmonia existente nas relações com os índios, com os quais havia já onze anos que gastava o que tinha, principalmente nos dois últimos.

O ilustre ministro, que tanto desvêlo mostrou sempre pelo Brasil, em officio de 25 de agôsto de 1801, louvou e agradeceu os serviços prestados ao govêrno por José Rodrigues e seu sobrinho João Rodrigues Pereira de Almeida, e na mesma data escreveu a Dom Fernando José de Portugal, sucessor do conde de Resende, como vice-rei do Brasil, determinando que se entendesse com José Rodrigues sôbre as providências necessárias para o aldeamento e catequese, não só dos Coroados, como também de outros índios que, a seu exemplo, quisessem aldear-se.

Mandou logo aprontar todo o material pedido por José Rodrigues, para se remeter na primeira oportunidade à Junta de Fazenda da capitania do Rio de Janeiro e, pela portaria de 31 de agôsto, recomendou a essa Junta que fizesse quanto dela dependesse para facilitar o que se empreendia.

Dom Fernando assumiu o govêrno do Estado do Brasil aos 14 de outubro de 1801, tendo deixado o da capitania da Bahia, onde se tinha assinalado como administrador digno e operoso.

Correspondendo à confiança e aos propósitos do ministro, empenhado na pacificação e aldeamento dos índios, expediu a portaria de 21 de novembro de 1801, mandando que José Rodrigues fôsse aldear os Coroados das margens do Paraíba no lugar que escolhesse, com o terreno que a lei determinava.

Tendo presente o aviso de 7 de março de 1800, quanto à concessão de sesmarias, mandou fazer público por editais que os possuidores de terras por datas nas margens do Paraíba pertencentes à capitania do Rio de Janeiro deviam dar princípio à cultura delas no prazo de três meses, sob pena de poderem ser requeridas por outras pessoas.

Determinou que o capitão de ordenanças da vila de Resende, Henrique Vicente Louzada de Magalhães, enviasse a José Rodrigues seis casais de índios trabalhadores da aldeia de São Luís Beltrão, para ensinarem a trabalhar os que iam ser aldeados, e que o chefe de esquadra da Marinha entregasse ao capitão João Rodrigues Pereira de Almeida, para serem remetidos a José Rodrigues, os gêneros necessários ao estabelecimento.

Na mesma portaria mandou que o capitão de ordenanças da freguesia de Pati do Alferes, Inácio de Sousa Werneck, auxiliasse a abertura de caminhos para o aldeamento, sem vexame, porém, para a população de seu distrito, e autorizou a compra de gêneros por conta da Fazenda Real, para o sustento dos índios no primeiro ano.

Finalmente recomendou a José Rodrigues que avisasse o governo quando fôsse oportuno enviar os missionários.

Dando cumprimento à portaria, José Rodrigues escolheu para o aldeamento dos Coroados um local no centro do sertão entre o Paraíba e o rio Preto, porque os Mitiris, que ali moravam, quizeram que lá fôsse fundada a sua aldeia.

Na altitude sobre o mar de 541 metros, o lugar escolhido, à margem do córrego das Laranjeiras, nas faldas da serra Velha ou do Mascate, situa-se astronômicamente, segundo o Anuário do Observatório do Rio de Janeiro (1885) aos 22.^o 11' de latitude sul e 0^o, 32' de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro, com a longitude horária de 2'8".

Para se chegar a êsse local era necessário abrir uma estrada pela mata, que facilitasse, tanto as comunicações de fora com a aldeia, como as dos lotes concedidos em sesmarias.

Foi construída em 1802 pelos sesmeiros e pelos índios reunidos por José Rodrigues, que para a despesa conseguiu do governo . . . 600\$000, senão menos.

Seguia a picada aberta anteriormente por José Rodrigues, por onde fôra celebrar a paz entre os Coroados e os habitantes da atual cidade do Rio Preto, que viviam em constantes hostilidades. Ia de Porto Velho, perto de Ubá, no Paraíba, que se atravessava em canoa, e, subindo o vale do ribeirão da Forquilha, passava pelos lugares em que ficaram situadas Santa Teresa e Taboas, para atingir Valença no atual bairro de Benfica e daí, tomando a direção da antiga rua dos Mineiros (da Uruguaiana mais tarde) e passando pela fazenda de José Rodrigues, ir terminar na povoação do Rio Preto.

Por êsse caminho, com ramificações para as fazendas montadas nas sesmarias, ligava-se o Rio de Janeiro à importante comarca de São João del Rei em Minas.

José Rodrigues, observando a portaria de 21 de novembro de 1801, expedida pelo vice-rei, tomou posse para os índios da sesmaria que requerera em nome dêles para seu aldeamento.

Antes, porém, de concluir a construção da aldeia, pediu ao vice-rei a nomeação de um diretor dos índios, pessoa que os protegesse e fôsse de sua confiança, visto não lhe ser possível exercer tal função ininterruptamente, pelas suas constantes idas ao Rio de Janeiro.

para se entender com o vice-rei, ou a sua fazenda, onde logo que chegava se reuniam perto de 300 índios, que só voltavam para o sertão quando êle também o fazia.

Propôs para director o padre Manuel Gomes Leal, nomeado capelão dos índios, que só aguardava para partir para a aldeia as alfaías e paramentos da capela.

Não fêz o vice-rei a nomeação pedida, ficando José Rodrigues com o mesmo encargo durante o resto de sua vida.

Tendo o aviso de 7 de março de 1800 determinado que se mandassem para catequizar os Coroados sacerdotes instruídos e moralizados, foi nomeado capelão curado dos índios, pela portaria vice-real de 5 de fevereiro de 1803, o padre já mencionado Manuel Gomes Leal, antes vigário encomendado de Sacra Família.

O bispo Dom José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco, por despacho de 2 de março do mesmo ano, confirmado por uma portaria de 3, conferiu ao nomeado poderes para construir altar em sítio conveniente, administrar sacramentos, inclusive o do matrimônio, e edificar, precedendo autorização régia, capela ou igreja e cemitério. Tinha a cônica de 150\$000 anuais.

Dispostos o capelão e os sesmeiros a se estabelecerem no sertão dos Coroados, preparou-se José Rodrigues para fundar a aldeia. Requisitou da Junta de Fazenda um barril de pólvora e o chumbo correspondente, oito arrôbas de fumo, e pediu novas ordens para que o comandante do distrito continuasse as despesas com mantimentos e jornaleiros até que os índios plantassem as suas roças.

A Junta, deferindo, autorizou a 5 de maio de 1803 o capitão do distrito Inácio de Sousa Werneck e José Rodrigues a sustentarem os índios por mais seis meses.

Passou então José Rodrigues a construir a aldeia, tendo como trabalhadores os índios e os escravos dos sesmeiros.

Foi assim que no ano de 1803 se construíram as choupanas dos Coroados, a capela e o cemitério, dando-se à aldeia o nome de Valença, em honra de Dom Fernando José de Portugal, da nobre casa dos marqueses de Valença, então vice-rei e capitão general de mar e terra do Estado do Brasil.

Os primeiros colonizadores das sesmarias valencianas foram agricultores vindos das freguesias de Sacra Família e Pati do Alferes. Só mais tarde começou a imigração mineira para Valença e Vassouras.

José Rodrigues obteve para si a sesmaria em que fundou a fazenda da Passagem, confinante com a da aldeia.

Assentava esta numa das colinas ocupadas pela cidade atual, na vizinhança do sítio em que se erigiu a capela à Mãe de Deus, sob a invocação de N. S. da Glória.

Foi construída com toscos esteios de madeira, coberta de palha sobre paredes barreçadas no pau a pique e nas ripas horizontais amarradas com cipó imbé.

Conheço bem desde menino essa arquitetura, que descrevo em *Azambuja e Urussunga* (Memória histórica sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina).

No solo enegrecido pela queimada via-se ainda a palha dos pés de milho como vestígios da roça plantada pelos índios guiados por José Rodrigues.

Erguiam-se os troncos da floresta em tórno da clareira como colunas de um grande pórtico encimado por zimbórios que a clorofila pintara de verde.

Não me esqueço dêsse urbanismo incipiente, que me foi dado contemplar em Azambuja e depois em Itaperuna, em São José do Calçado, em Cruzeiro do Sul, em Sena Madureira.

Vi também o mesmo panorama, com redução no espaço, em sítios e fazendas, vi-o nos seringais amazônicos. Ouvi os gritos da árvore ferida pelo machado e o seu gemido ao cair vencida, antes do estrondo que o baque produzia com a pancada no solo.

E' assim o fragor das samaúmas (grandes paineiras da Amazônia) quando as derriba a ventania, tomando-as pela copa.

Estou destarte assistindo pela imaginação experiente ao espetáculo de Valença que surge na aldeia de seus Coroados e oiço no som dêsses trabalhos iniciais como que o vagido da cidade nascente.

Alargava-se o descampado qual rocio de uma cidade grega, cuja agora tivesse por peristilo as primeiras árvores da mata circunstante, erguendo-se as palhoças valencianas,

“No meio das selvas de amenos verdores,

Cercadas de troncos cobertos de flores”,
como as malocas timbiras de Gonçalves Dias.

* * *

Entretanto, nem todos os que imigraram para aquelas paragens tinham as preocupações humanitárias e cristãs de José Rodrigues. O padre Manuel Gomes Leal, a quem competia a direção espiritual dos índios, preferiu aos cuidados pouco rendosos da catequese a cultura mais lucrativa da sesmaria que obtivera.

Para maior infelicidade dos índios José Rodrigues, seu amigo, já idoso e debilitado, faleceu em 1804.

Na falta de um retrato dessa figura tão digna, que perpetuasse o aspecto físico do fundador de Valença, deve, mesmo assim, erguer-se-lhe um monumento na cidade em que se transformou a aldeia dos seus queridos coroados. Pode bem ser um coroadado em pé sobre um plinto de granito valenciano, com uma inscrição relativa ao seu benfeitor e à fundação de Valença.

Pobres coroados! A fertilidade de suas terras começou a levar para ali gente que se foi assenhoreando delas e, encontrando-os indefesos, lhes transmitia seus vícios e os alcoolizava com a cachaça dada em paga de seus serviços, ou em troca de sua caça.

Por cúmulo de males reapareceu entre eles a epidemia de bexigas, de que, privados já da carinhosa dedicação de José Rodrigues, morreram tantos, indo os sobreviventes buscar, desamparados, um asilo noutros recantos.

Aos Mitiris, que antes ocupavam o lugar em que se construiu a aldeia, reunira José Rodrigues os Pitás, que habitavam o rio Bonito, e os Araris, que viviam nas margens do rio das Flores.

No seu êxodo foram os Mitiris para as bandas do Cambota e de Táboas; os Pitás internaram-se nas matas que revestiam a serra de Tunifel e formaram a aldeia de Manuel Pereira, nome do chefe que para ali os conduziu, e os Araris voltaram para as cabeceiras do rio das Flores, de onde tinham saído.

E' com a humanidade piedosa de um general Rondon e de um José Rodrigues da Cruz que se deve tratar o nosso índio.

Só homens como os jesuítas do Paraguai, sem a influência perniciosa de elementos egoísticos, é que podem, sem sacrificar o catecúmeno, mudar-lhe o modo de vida, civilizá-lo, dar-lhe quanto possível a mentalidade e os hábitos do fabricante de gases asfixiantes e de bombas atômicas.

* * *

A fazenda em que o padre Manuel Gomes transformou sua sesmaria confinava com a sesmaria dos índios, onde se fundara a aldeia.

Tentou êle por meio tortuoso anexar à sua a sesmaria dos Coroados, não podendo fazê-lo diretamente, porque ao concessionário de uma não se concedia outra.

O reverendo incumbiu por isso um fâmulos seu, Florisbello Augusto de Macedo, de requerer em sesmaria o terreno da aldeia como terra devoluta.

O requerimento foi apresentado ao vice-rei em 1805, logo no ano seguinte ao da morte de José Rodrigues, e a sesmaria foi concedida ao requerente aos 3 de novembro de 1808, tendo sido ouvida a câmara do Rio de Janeiro, que foi favorável à concessão, por ter o capitão Inácio de Sousa Werneck declarado ser devoluto o terreno pedido. Mas esse mesmo capitão declarou depois, já então padre Werneck (46), que o terreno havia sido obtido para aldeia dos índios por José Rodrigues, que o requirera em nome deles. Mas, morrendo José Rodrigues, faltou quem promovesse o processo para se tirar a competente carta.

Ver se-á mais adiante o que conseguiu a cobiça.

* * *

A freguesia — Valença, entretanto, prosperava e a requerimento do padre Manuel Gomes, seu capelão, a provisão de 13 de janeiro de 1812, depois da consulta da Mesa de Consciência e Ordens e resolução de 16 de agosto de 1810, concedeu-lhe permissão para elevar a igreja de N. S. da Glória, que se começou a construir em 1813 e só se concluiu muitos anos depois, celebrando-se nela os ofícios divinos antes mesmo de se acabarem as obras.

O muito ilustre bispo do Rio de Janeiro Dom José Caetano da Silva Coutinho, visitando Valença em 1813, reconheceu a necessidade de a tornar sede de uma freguesia, visto serem muitos sesmeiros forçados, pela distância de suas moradas, a recorrer aos párocos de Sacra Família, Pati do Alferes ou Paraíba do Sul.

Resolveu por isso criar uma freguesia em Valença e o fez pela provisão de 15 de agosto de 1813, expedida na aldeia por ocasião de sua visita, dando-lhe por limites o rio Paraíba, o Preto e divisas com as freguesias de Pirai e Paraíba do Sul.

Com essa provisão episcopal requereu o padre Manuel Gomes a sua majestade a necessária confirmação e, mandado ouvir o bispo pelo aviso de 15 de dezembro, a informação foi favorável, como era de esperar, e o aviso de 21 de março de 1814 mandou consultar a Mesa de Consciência e Ordens; mas só a 19 de agosto de 1817 a resolução de consulta deu à paroquialidade anterior a natureza de um benefício coletivo e perpétuo.

O primeiro sacerdote proposto para pároco foi, em 1819, o padre Joaquim Cláudio de Mendonça, por haver falecido em 1814 o padre Manuel Gomes e em 1817 o seu sucessor frei Paulo da Cunha.

(46) Teria sanado a irregularidade canônica da anterior militância, *defectu tenitatis*?

Como também tivesse morrido sem herdeiros Felisbello Augusto de Macedo, o homem de palha do capelão, para se apossar da sesmaria dos índios, lembrou-se Eleuterio Delfim da Silva, a exemplo do outro, de requerer para si a mesma sesmaria como terra devoluta, a qual lhe foi concedida a 14 de outubro de 1816.

Mas o governo diocesano tomou a peito defender a freguesia que inaugurara, cuja confirmação era retardada pela morosidade do processo administrativo. O capelão frei Paulo da Cunha, vindicando para os índios o senhorio da sesmaria, opôs embargos à medição promovida por Eleutério.

Este, porém, teve ganho de causa na sentença que julgou a medição, proferida em 25 de janeiro de 1817 pelo bacharel Joaquim Gaspar de Almeida.

Atendendo em parte ao que se requereu pelos índios, a provisão de 20 de agosto do mesmo ano mandou que eles fôsem conservados nas terras de que necessitassem para suas plantações, ordem régia que os executores procuraram frustrar em favor de Eleuterio, como era fácil.

Este, não só promoveu contra os índios mentirosas representações em grande parte assinadas por analfabetos, como, falsificando um mandado do almotacé do Rio de Janeiro, fez intimidar pelo meirinho os moradores de Valença para se absterem de obras e plantações na sesmaria.

Os interessados dirigiram ao rei, em dezembro de 1817, uma representação contra o mandado e Dom João VI, verificando que o terreno destinado para a vila de Valença pela ordem régia de 25 de agosto de 1801 fôra sub-repticiamente requerido como devoluto, a princípio por Felisbello e depois por Eleutério, não obstante haver sido antes demarcado para aldeamento dos coroados, declarou nulas as concessões feitas aos dois sujeitos e mandou, pelo decreto de 26 de março de 1819, restituir o terreno aos índios.

Miguel Rodrigues da Costa foi nomeado diretor dos índios, recomendando-se-lhe que observasse o recomendado a José Rodrigues da Cruz na referida ordem régia de 1801 e na do vice-rei Dom Fernando José de Portugal, de 21 de novembro do mesmo ano, bem como em outras relativas à catequese dos índios.

Proibiu-se qualquer alienação de terras da sesmaria dos Coroados, mandando-se conservar os moradores que já existiam, com a obrigação de pagarem os foros que se estabelecessem para a câmara quando a aldeia fôsse elevada a vila.

Encontrei no arquivo da câmara municipal de Valença o livro dos "têrmos de aforamento dos terrenos pertencentes à aldeia dos

índios de Valença e suas dependências". Foi aberto aos 20 de março de 1821 pelo ouvidor e conservador dos índios Joaquim José de Queiroz, mas tem antes do termo de abertura a data de 1820.

Num aforamento de 1825, cujo termo copiei, o foro era de um real por braça quadrada.

Determinou também o decreto de 26 de março de 1819 que o ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, conservador dos índios, fizesse registrar nos competentes livros as referidas ordens, a recente demarcação dos terrenos e os títulos de posse dos moradores; que auxiliasse o diretor dos índios no estabelecimento de outras aldeias onde se encontrassem índios em condições de serem aldeados, competindo-lhes preferência nas terras que fôsem necessárias; e que fizesse pelo competente cofre o suprimento para as despesas.

Dando cumprimento ao decreto a Mesa do Desembargo do Paço dirigiu ao desembargador Joaquim José de Queiroz, ouvidor da comarca, a provisão de 8 de julho do mesmo ano, transmitindo-lhe as determinações dêle constantes.

O ouvidor, por sua vez, dando execução às ordens recebidas, remeteu ao diretor dos índios grande quantidade de machados, enxadas, panelas, etc., para se repartirem entre êles, recomendando-lhe que o informasse dos descobrimentos de índios e das terras necessárias para seu aldeamento.

Fêz além disso publicar editais com providências destinadas a conciliar os interesses dos colonos com o bom tratamento dos índios.

Em ofício de 12 de agosto o diretor dêstes acusou o recebimento do material enviado e pediu ao ouvidor a remessa de vestimentas para alguns índios que andavam completamente nus.

Declarou que fizera reconhecimentos dos lugares em que havia silvícolas e dos sítios em que deviam aldear-se, referindo-se a diferentes nações. Eram os Ximinins e Pitás no rio Bonito, os Taipurus no ribeirão São Fernando, tributário do rio Preto, e entre êsse ribeirão e o rio Bonito uma horda bravia que o diretor ainda não tinha visitado.

Opinava pela medição de uma légua em quadra no rio Bonito, onde os índios já tinham uma aldeia, considerando urgente fazer-se a medição, e encarecia a bondade das terras devolutas regadas por aquêle rio.

Quanto à aldeia de Valença, entendia que se devia deixar aos Mitiris, que se tinham reunido aos Pitás e não queriam viver com os outros índios, nem êstes com êles.

O ouvidor levou estas informações à mesa do Desembargo do Paço em 20 de setembro, sendo seu parecer que se medisse a légua, ou quanto fôsse necessário, para o aldeamento, e que se mandasse alguma ferramenta para se principiar a cultura das terras.

Com êsse parecer concordou o procurador da coroa aos 17 de janeiro de 1820 e a Mesa do Desembargo do Paço, por despacho de 29 de maio, mandou que se medisse e demarcasse o terreno para o aldeamento, como fôra proposto, sujeitando-se o que fôsse feito à dita mesa, para a expedição dos títulos.

Foi assim que se fundou nas margens do rio Bonito uma nova aldeia, cuja capela, filial à matriz de N. S. da Glória, foi dedicada a Santo Antônio, sita na légua de terras demarcadas para os índios. A aldeia tomou do conservador dos índios o nome de Conservatória, que ainda hoje tem a sede da freguesia de Santo Antônio do Rio Bonito.

Prevalecendo-se da criação dessa nova aldeia, Eleutério Delfim requereu outra vez a sesmaria de Valença como terra devoluta, alegando ter cessado a razão por que fôra privado de semelhante graça. Não foi de todo mal sucedido nessa pretensão, porque o decreto de 5 de julho de 1821 tornou sem efeito o de 26 de março de 1819 e mandou que êle ficasse de posse da sesmaria.

Mas muito passageiro foi o gôzo dessa vitória, porque outro decreto veio declarar por sua vez sem efeito o de 5 de julho, para vigorar novamente o de 26 de março, e privou definitivamente Eleutério da tão cobiçada sesmaria.

O príncipe Dom Pedro, voltando de Vila Rica, onde fôra pacificar os ânimos, deixou em certo ponto a estrada de Garcia Rodrigues e foi a Valença, onde pernitou hospedado pelo vigário Joaquim Cláudio. Foi acompanhado nessa visita pelo desembargador Estêvão Ribeiro de Resende, seu secretário, que teve depois os títulos de barão e de marquês de Valença.

* * *

O Caminho do Comércio — A estrada, ou Caminho do Comércio, tinha êsse nome porque fôra mandada construir em 1819 pela Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Êsse caminho nos é descrito por Saint-Hilaire, que viajou por êle em 1822; ia de Benfica, na estrada de Garcia Rodrigues, até encontrar antes de Valença o que em 1801 José Rodrigues da Cruz construíra para o Rio Preto.

“A parte da serra que tal via atravessa”, diz o naturalista, “tomou-lhe o nome e chama-se da Estrada”. Passou depois a chamar-se do Comércio, com o nome do caminho.

“Para se alcançar o ponto mais elevado da serra da Estrada Nova, não se leva menos de duas horas, quando se sobe com mulas carregadas. O caminho foi aberto em ziguezague com bastante arte; construíram-se pequenas pontes para a passagem dos regatos e nos lugares onde os desabamentos são de temer foram as terras escoradas”.

“O caminho é muito mais curto que os outros para os habitantes de São João (del Rei) e por conseguinte de incontestável utilidade”.

“Trabalhou-se ali durante muito tempo; gastaram-se somas consideráveis, mas, desde que se franqueou a passagem, não só não se concluíram as partes apenas esboçadas, como não foram conservados os trechos já construídos”.

“E’ mais ou menos assim tudo o que se empreende neste país. Os brasileiros aprendem com facilidade; sabem arquitetar planos, mas entregam-se demais ao devaneio, não medindo obstáculos, nem calculando os empreendimentos de acôrdo com os seus recursos”.

“Os defeitos da sua administração acumulam os obstáculos fictícios aos reais (47).

Nem sempre! Mas o naturalista censura vezo mais grave, dizendo que “o espírito de inveja e intriga, mais veemente do que em qualquer outro lugar, se interpõe a tudo quanto se faz, tudo perturba, favorece ao tratante e desencoraja o homem honesto”.

Não tendo Saint-Hilaire percorrido todo o planeta, o comparativo pode não ser exato, mas uma censura como a que faz no trecho transcrito, partindo de quem parte, deve considerar-se amiga, como uma exortação para a emenda.

Em 1822 ainda não se tinha construído a estrada da Polícia, com a ponte do Desengano, e Saint-Hilaire, viajando pela do Comércio, teve de atravessar o Paraíba em canoa por onde o caminho cortava o rio muito abaixo do Desengano. As boiadas e as varas de porcos, que vinham de Minas, como as bestas de carga ou de montaria, passavam o Paraíba a nado.

Em cada pouso o naturalista ia contando o número de léguas vencidas durante o dia, somando em oito dias de viagem 24, do Rio de Janeiro a Valença.

Assinala, como pontos de parada, depois de Benfica, o rancho do Café, Vargem e o Registro do Comércio, e entre o Paraíba e o rio Preto, Engenhoca e Aldeia das Cobras (?).

(47) SAINT-HILAIRE, *Segunda viagem*, pág. 28. Trad. de TAUNAY.

O registro era no local em que se construiu depois a estação do Comércio (hoje Sebastião de Lacerda) na E. F. Dom Pedro II.

Só depois da viagem de Saint-Hilaire é que se passou a fazer a travessia numa barca presa a um cabo ligado às duas margens do rio e movida pela correnteza, que ela recebia do lado obliquamente.

Essa barca pertenceu a um ascendente de Sebastião de Lacerda e por ela atravesssei o rio algumas vèzes, antes de se construir uma grande ponte, por onde passaram os trens da E. F. Comércio a Rio das Flores. Os pedestres pagavam a princípio 40 réis (= 4 centavos) na passagem. Ainda me lembro das moedas de cobre, duas grandes moedas de côr viva, que eu e o preto Tibúrcio pagamos, indo da estação de Comércio para a Cachoeira.

Nem ponte, nem barca, havia no tempo de Saint-Hilaire e só muito depois se construiu a estrada da Polícia, com a ponte do Desengano (48).

Essa estrada foi como que um encurtamento da do Comércio, para facilitar as comunicações da cidade do Rio de Janeiro com a comarca de São João del Rei em Minas. Ia de Pavuna a Rio Preto e passava por Vassouras e Valença, vendo-se na linha que assinala o seu percurso nos mapas, não só essas duas cidades, mas também Desengano e Quirino, que é hoje uma estação da Linha Auxiliar da E. F. Central do Brasil, como passou a denominar-se com tanta injustiça a E. F. Dom Pedro II.

* * *

A vila — A Mesa do Desembargo do Paço, em consulta de 13 de janeiro de 1823, tendo presente a informação do ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, com a qual concordou o procurador da coroa, soberania e Fazenda Nacional, foi favorável a criação da vila.

Dizia a informação, datada de 23 de janeiro de 1821: “Manda V. M. informar com as noções necessárias a elevação e criação de uma vila na aldeia de Valença. E em observação da régia provisão de 8 de julho de 1819 e decreto de 16 de março, officiei ao diretor dos índios da dita aldeia para me informar da capacidade e população da freguesia e pela sua resposta e mapa ns. 1 e 2 se vê ter a aldeia

(48) Vejam-se os mapas existentes no Instituto Histórico, principalmente a *Carta corográfica da Província do Rio Janeiro*, mandada organizar por decreto da Assembléia Provincial de 30 de outubro de 1857 e pelo presidente da mesma província o Exmo. Sr. conselheiro Antônio Nicolau Tolentino, encarregada aos engenheiros Pedro de Alcântara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeier, 1857-1861.

45 moradores (?) e a freguesia 1931 habitantes com 70 e tantas fazendas”.

Acrescentava: “Tomando informações pessoalmente do dito diretor e outras pessoas, conheci haver muitos índios para oeste da freguesia, que deviam chamar-se à diretoria daquela aldeia, e por isso ordenei a aquêlê diretor fôsse examinar e me informasse com um mapa circunstanciado”.

Dizia mais: “Como pelo alvará de 4 de setembro de 1820 vem a freguesia de Paraíba a pertencer à nova vila de Pati do Alferes, e o têrmo de Valença ficou muito limitado e por outra parte convém incorporar neste o mais possível os índios dispersos pelos sertões da parte de oeste, será conveniente que para estas se estenda aquêlê têrmo além da freguesia e por isto me parece que êste chegue pela margem esquerda do rio Paraíba até o ponto em que nêlê faz barra o ribeirão do Sêrro e que dêste se tire uma linha de rumo noroeste 4.^o a norte até encontrar o ribeirão Patriarca e por êste abaixo até sua barra no rio Preto, e pelo sul o rio Paraíba, desmembrando assim aquêlê distrito dos desta cidade, São João do Príncipe e Resende, o que se torna mais vantajoso aos povos daqueles sertões pela grande longitude em que estão da capital do distrito”.

Esta informação era acompanhada dos mapas corográficos explicativos a que se refere.

Propôs-se, concordemente, na consulta: que se erigisse a aldeia em vila com o têrmo e os limites indicados pelo ouvidor; que para o seu govêrno houvesse dois juizes ordinários, um de órfãos, três vereadores, um procurador do conselho, dois almotacés, dois ofícios de tabelião do público, judicial e notas, um alcaide e o escrivão dêsse cargo; que ao primeiro ofício de tabelião ficasse anexo o de escrivão da câmara, almotaceria e sizas e ao segundo o de escrivão de órfãos; que se concedessem para patrimônio da vila duas sesmarias de meia légua em quadra, conjuntas ou separadas, onde houvesse terrenos devolutos, para serem aforados em lotes transferíveis com o laudêmio legal na forma do alvará de 23 de julho de 1766; que se levantassem pelourinhos, casa da câmara, cadeia e outras construções à custa dos moradores e, finalmente, que se fizessem as convenientes posturas municipais, que seriam sujeitas à confirmação pela Mesa do Desembargo do Paço.

Essa consulta foi resolvida por despacho imperial de 3 de fevereiro de 1823, ainda referendado por José Bonifácio, e o alvará de 18 de outubro dêsse ano elevou a vila a aldeia de Valença, com o têrmo, as autoridades e as rendas indicadas na consulta.

Mas os acontecimentos políticos dos últimos meses de 1823, que culminaram em 12 de novembro com a dissolução da Assembléia

Constituinte, vieram demorar a inauguração da vila, que só se fez três anos depois, no dia 12 de novembro de 1926, com as solenidades do estilo.

A população foi convocada para assistir ao ato pelo desembargador Antônio Pereira Barreto Pedrosa, ouvidor da comarca do Rio de Janeiro, a que pertencia Valença.

Câmara, cadeia e pelourinho foram construídos na praça denominada a princípio da Cadeia e depois Visconde do Rio Preto.

No pavimento superior da câmara funcionavam a edilidade e, como ainda hoje, a justiça; no inferior estava a cadeia, que daí só foi tirada em 1853, quando se demoliu o pelourinho.

Quanto ao pessoal administrativo da vila, como o judiciário, tinha suas atribuições reguladas nos diferentes títulos do livro primeiro das Ordenações do Reino, onde se lêem os seus regimentos, e era eleito na forma do título 67: *Em que modo se fará a eleição dos juizes, vereadores, almotacés e outros oficiais.*

Da organização judiciária então em vigor tratei na minha memória *Juizes e Tribunais do Primeiro Império e da Regência* (1937), de que fui incumbido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o Segundo Congresso de História Nacional, com que se festejou o centenário do 7 de abril de 1831.

A organização administrativa com que se inaugurou a vila foi substituída pela da lei de 1 de outubro de 1828 e a judiciária pelo Código do Processo Criminal (Lei de 29 de novembro de 1832).

Não havendo mais terras devolutas na sede do termo, para as sesmarias a que se referiam a consulta e o alvará, ficou a vila somente com o que antes se havia medido para patrimônio da aldeia.

* * *

Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional — O partido que tomou o governo do país no dia 7 de abril de 1831 achou conveniente instituir uma agremiação patriótica em que homens dotados de talento e civismo pudessem, fora do Parlamento, discutir e defender o interesse público. Dominava como sentimento propulsivo no Brasil o temor de que Portugal o recolonizasse.

Fundou-se na cidade do Rio de Janeiro a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional a 10 de maio de 1831, pouco mais de um mês depois da abdicação de Dom Pedro I.

O principal promotor, a alma dessa instituição, foi Evaristo Ferreira da Veiga, seu secretário.

Foi eleito seu presidente o poeta e erudito maranhense Manuel Odorico Mendes e, na sessão de 13 de maio, um conselho diretor composto de 24 membros, sendo nomeados para a redação dos estatutos Limpo de Abreu, Joaquim Cândido Soares de Meireles e Evairito Ferreira da Veiga.

O exemplo da corte foi seguido noutros pontos do país, fundando-se nas províncias mais distantes, como Mato Grosso por exemplo, sociedades congêneres e homônimas.

Há no arquivo da câmara municipal de Valença um grosso livro de atas das sessões do conselho da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de Valença.

Na ata da sessão de 16 de novembro de 1831 consta que a sociedade se fundou no dia 28 de setembro, sob a presidência interina de José da Silveira Vargas com doze cidadãos reunidos na casa da câmara, que eram, além do presidente e do secretário José Álvares Pinto, o visconde de Baependi, o vigário Joaquim Cláudio Viana das Chagas, Bernardo Vieira Machado, Pedro Vieira Machado, Inácio Pereira da Costa, João Pinheiro de Sousa, Francisco Carlos Correia Lemos Custódio Ferreira Leite (depois barão de Aiuruoca), João Rodrigues Magalhães e José Custódio Batista.

Na mesma sessão de 28 de setembro nomeou-se uma comissão de cinco membros para grangear sócios e redigir os estatutos e foi resolvido que o presidente, logo que houvesse trinta sócios, os convocasse para a eleição de um conselho de doze membros, observando-se nesse ínterim os estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da Corte.

O número de sócios na sessão de 16 de novembro já se elevava a cinqüenta e um e chegou depois a 244, sem contar alguns sócios correspondentes em diversas cidades ou vilas mineiras e até na Bahia e no Rio Grande do Sul.

Na mesma sessão os comissários nomeados na primeira apresentaram o projeto de estatutos, em que seguiram quanto possível os da sociedade congênera da capital do Império, tomada como paradigma.

O art. 2.^o declarava que o fim da sociedade era sustentar a liberdade e independência do Brasil, auxiliando as autoridades sempre que fôsse necessário, a bem da ordem e tranquilidade pública. Propunha-se também a promover a agricultura, “principal riqueza”, a instrução pública, “principal firmamento do edifício social”, a indústria e as artes, “base da felicidade nacional”.

Para ser sócio o art. 23 exigia a qualidade de cidadão brasileiro, bons costumes e meios de subsistência, com a condição de não ter sido contrário à independência nacional.

Na dita sessão foi admitido como sócio Francisco José Teixeira Leite, o futuro barão de Vassouras, sobrinho de um dos sócios fundadores, Custódio Ferreira Leite, o futuro barão de Aiuruoca.

Por aí se vê que a influência da vila ia além de seu termo, estendia-se à margem direita do Paraíba, atraindo os homens de Vassouras, cujo povoado só foi elevado a igual categoria por decreto de 15 de janeiro de 1833.

Na lista dos 51 sócios inserta na ata figura o nome do marquês de Baependi na letra M, tendo-se guardado a ordem alfabética na posição dos nomes, fato que atesta, com o senso diplomático no evitar suscetibilidades, o alto nível espiritual dos homens de Valença.

A sessão inaugural foi no dia seguinte (17), sendo orador da solenidade o visconde de Baependi, no fim de cujo discurso deram-se vivas à Nação brasileira, à Constituição, ao Sr. Dom Pedro II, imperador constitucional, à Assembléia Legislativa, à Regência e aos briosos valencianos!

Foram eleitos, presidente, o visconde de Baependi, 1.^o secretário, José da Silveira Vargas, e 16 conselheiros, que na sessão do conselho do dia 18 elegeram seu presidente o mesmo visconde. Êste propôs e o conselho aprovou por unanimidade que se enviasse ao juiz de paz (49) um documento que provava ser português um tal Carmelo, que vinha desfrutando os direitos de cidadão brasileiro. Essa usurpação das vantagens da cidadania deviam ser frequentes numa época em que existiam no Brasil tantos portugueses naturalizados brasileiros por adesão à Independência, nos termos do art. 6.^o da Constituição do Império.

A fundação da patriótica sociedade foi recebida com os melhores augúrios em manifestações de simpatia por parte dos habitantes e das autoridades de Valença.

José da Silveira Vargas, presidente da câmara municipal, aplaudiu em officio a fundação da sociedade e o mesmo fez o juiz de paz Bernardo Vieira Machado. Ambos foram fundadores da sociedade, tendo o primeiro presidido à sessão de setembro, em que se resolveu criá-la. *Unus homo plures personas sústinet.*

(49) Já tinham sido eleitos então, na forma da lei de 15 de outubro de 1827, os juizes de paz criados pelo art. 162 da Constituição do Império.

Na sessão de 7 de janeiro de 1832 foi lido no conselho o seguinte ofício:

“Manda a Regência, em nome do imperador, pelo secretário de Estado dos Negócios do Império, participar à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de Valença que lhe foi presente o seu ofício de 18 do mês passado, em que dá parte de sua instalação no dia 17 e envia um exemplar dos estatutos por que se rege. Ficando a mesma Regência inteirada de suas pretensões patrióticas e sinceras a bem da ordem e tranquilidade pública, o que muito lhe louva e recomenda. Há por bem significar-lhe que deve fazer igual participação, na forma da lei, aos juizes de paz do seu distrito. Palácio do Rio de Janeiro, em dezesseis de dezembro de mil e oitocentos e trinta e um (hum), José Lins Coutinho”.

Pelo seu próprio fim, que era principalmente a defesa da ordem numa época tão conturbada, como o começo da Regência, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da vila de Valença viveu pouco, dois anos apenas, sendo de setembro de 1833 as últimas atas de suas sessões, quer da assembléia social, quer do conselho.

A do Rio de Janeiro sobreviveu-lhe três anos.

A de Valença teve um jornal, *O Valenciano*, de que não conseguiu encontrar nenhum número, nem na Biblioteca Nacional, nem na do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nem na da câmara municipal de Valença !

Entretanto, no livro de ofícios dirigidos por essa câmara (1833-1835) lê-se o de fls. 4, participando haver ela tomado doze assinaturas do dito jornal à Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional da mesma vila.

* * *

A cidade — A lei n. 961 de 29 de setembro de 1857 elevou a vila de Valença à categoria de cidade.

E' hoje sede de uma diocese. Passou a catedral a matriz, que substituiu, como vimos, a capela de pau a pique e teto de palha, construída na aldeia de seus Coroados pelo inolvidável José Rodrigues da Cruz.

O palácio episcopal, na praça Visconde do Rio Preto, é a casa em que morava o Dr. Carlos Augusto de Figueiredo, quando exercia advocacia na comarca. Foi lá que o vi pela primeira vez em 1890, quando fui a Valença com meu tio José Gomes do Val, por ocasião do inventário de meu avô, sendo êsse digno homem público o advogado de minha avó, a inventariante.

Honro-me de ter cultivado a sua amizade, assim como a de João Francisco Barcelos, outro ilustre advogado de Valença.

Foi célebre também no fôro valenciano daquele tempo o advogado João Rufino, provisionado, que tem seu nome numa das ruas da cidade.

* * *

Santa Tereza de Valença — No povoado que existia em Santa Tereza criou o decreto n.º 560, de 6 de outubro de 1851, o curato que o decreto n.º 814, de 6 de outubro de 1855, elevou a freguesia.

O decreto n.º 62, de 17 de março de 1890, desmembrou a freguesia do município de Valença, criando uma vila, que foi inaugurada no dia 22 de abril do mesmo ano. O saudoso ministro Carolino Leoni Ramos foi o primeiro juiz de direito da comarca de Santa Tereza e perante êle correu o inventário de minha avô, sendo os principais bens inventariados a Cachoeira e terras em Ribeirão Preto, que meu avô adquirira antes de lá chegarem os trilhos da Mogiana.

Fui muitas vêzes a Santa Tereza pela estrada de ferro Comércio a Rio das Flores; algumas vêzes em companhia do Dr. Torquato Vilarés, meu tio por afinidade, e dos advogados João Francisco Barcelos e Sebastião de Lacerda, que moravam, um em Valença e o outro em Vassouras, mas iam a Santa Tereza em cujo fôro também advogavam.

A vida comercial era intensa na vila e à noite funcionava, movimentando a roleta ou o baralho, uma jogatina infrene, por onde se escoava muito dinheiro ganho numa lavoura cafeeira em plena prosperidade.

Para o consumo dessa população adventícia, que formigava em Santa Tereza, chegou-se a abater duas rezes por dia.

Devo aqui fazer uma referência aos bons serviços prestados ao novo município por Joaquim Ribeiro do Val, como secretário de sua câmara. Esse meu tio por afinidade, primo irmão e genro de meu avô, era o mentor da administração municipal, a cujos edis sua honradez e competência inspiravam, como a todos, absoluta confiança.

Enquanto viveu meu avô, Joaquim Ribeiro explorou o sítio cafeeiro de Porangaba, indo depois para a vila de Santa Tereza, onde foi coletor e secretário da câmara. Tinha certo gosto para as letras e me lembro ainda, entre outros livros, de uma edição completa das poesias de Camões, que êle tinha.

Depois de sua morte ficaram em Santa Tereza suas filhas solteiras, sendo a mais velha a agente do correio.

Lá fui passar dias em gôzo de férias ou de licença, quando eu era juiz do território do Acre, na tranquilidade aprazível de uma Santa Tereza em plena decadência.

O PADRE MESTRE

João Baptista Soares de Meirelles, o Padre Mestre, padre só se tornou depois que morreu sua mulher, D. Joanna Leonisia, tendo sido mestre, em Minas e no Rio de Janeiro, a maior parte de sua vida.

* * *

Os Meireles — Tem-se notícia de Meireles em Portugal desde os tempos de D. Fernando (1345-1383), família que tinha as mesmas armas que os Meiras (50).

Nas entradas de paulistas para os sertões mineiros procurei e não encontrei nenhum Meireles. Ficaria contente se meus ascendentes Meireles proviessem dessa para mim tão cara Piratininga, em que tive a honra de exercer o cargo de juiz federal da seção de São Paulo, para onde fui removido da de Pernambuco, e o de vice-presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, por eleição de meus colegas paulistas.

Mas eram emboabas os Meireles do rio das Velhas, tendo-se notícia dos mais antigos na Revista do Arquivo Mineiro.

Do fascículo II dessa revista, à pág. 225, consta uma carta de sesmaria de duas léguas em quadra concedida a Francisco Duarte de Meireles aos 3 de dezembro de 1710, "entre o Paraopeba, cordilheira de Itatiaia e a encruzilhada do caminho das Abóboras, que vai para o rio das Velhas".

Outra foi concedida a Simão de Meireles no Itacolomé, com a data de 30 de maio de 1711 (pág. 304).

Lê-se no índice onomástico da mencionada revista, à pág. 712 do 2.^o volume, o nome de Antonio Meireles Machado, com a qualidade de provedor dos quintos, de 1717 a 1721, e no fascículo II, à pág. 624, consta a sua nomeação de tenente coronel do regimento de cavalaria do distrito de Tocambira, no termo da vila do Príncipe, datada de 30 de abril de 1717.

Francisco Duarte de Meireles, a cuja sesmaria fiz referência, figura, à pág. 628 do 2.^o volume da citada revista, como ajudante de meirinho e, á pág. 140 e 141 dos Documentos do Arquivo da Casa

(50) *Dicionário popular* (histórico, geográfico, etc.) de Manoel Pinheiro Chagas (1880).

dos Contos (51), com a patente de capitão e como provedor da Fazenda Real, no termo de praça dos bens sequestrados a diversos, e nos autos de arrematação, datados de 28 de maio, 25 de julho e 10 de novembro de 1720.

O primeiro Soares de Meireles que nos aparece na Revista do Arquivo Mineiro, à pág. 729 e outras do vol. 1.^o, é Luiz Soares de Meireles, tratando-se da mercê que lhe cabia pelo triste serviço de haver efetuado a prisão de Felipe dos Santos, implicado numa sedição de Vila Rica e enforcado e esquartejado, como se vê pela carta do conde de Assumar ao ouvidor do Rio das Mortes, a quem consulta se podia fazer o mesmo a Tomé Afonso, “o mais perverso de quantos tomaram parte na sedição”, mas provara ter ordens menores (52).

Cito-lhe o nome sem grande simpatia, somente para mostrar a quanto remonta a existência de Soares de Meireles no rio das Velhas, tendo a carta do conde a data de 8 de agosto de 1720.

Tomara em todo caso o partido da legalidade, dessa legalidade às vezes tão cruel em seu triunfo, quando em si mesma não é bárbara.

* * *

O professor — Em maio de 1814 João Baptista Soares de Meireles já tinha quase quarenta e oito anos de idade, como declara numa petição que fez ao príncipe regente que foi depois D. João VI. Nasceu, portanto, em 1766 ou 1767, em Curral del Rei, povoação que se transformaria depois numa grande capital, obra de Afonso Augusto Moreira Penna: Belo Horizonte.

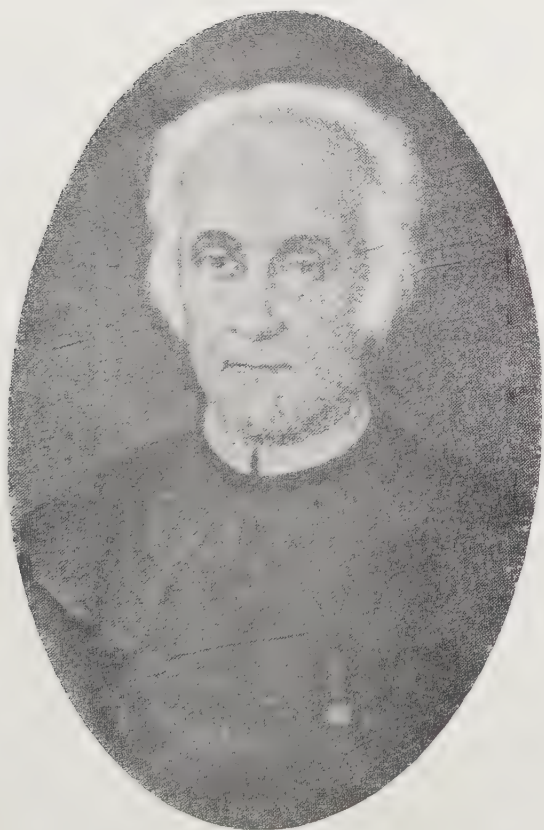
Seu pai era médico e médicos foram seu irmão Manuel, clínico em Santa Luzia de Sabará, Joaquim Cândido, o fundador da Academia de Medicina, filho de Manoel, Saturnino, filho de Joaquim Cândido e Theodulo, filho de Saturnino. Com o Dr. Alberto Meireles, diretor do Hospital Hahnemanniano, filho de Theodulo, vai a seis a série de médicos em contínua descendência.

Na petição que dirigiu ao príncipe regente disse também João Baptista que exercia o magistério desde a idade de vinte e dois anos. Tendo nascido em 1766 ou 67, começou, portanto, a lecionar por volta de 1788 ou 89, depois de seus estudos no seminário de Mariana, onde recebeu ordens menores.

Sentiu, pois, na mocidade a influência espiritual de um meio tão culto como o da capitania mineira, onde florescia naquele tempo

(51) Publicação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1945).

(52) Revista do Arquivo Mineiro, vol. 1.^o, pág. 698.



O PADRE MESTRE
João Baptista Soares de Meirelles

a literatura de uma plêiade brilhante, principalmente em Vila Rica, por onde passou tantas vêzes bem perto de Gonzaga, de Cláudio Manoel da Costa...

Ouviu em Mariana, provavelmente, a palavra persuasiva do eloquente cônego Luiz Vieira da Silva.

Não sei com que sentimentos e opiniões teve notícia das devassas na Inconfidência e do seu triste epílogo com a execução da sentença da alçada que condenou Tiradentes.

Foi nessa época, mais ou menos, que começaram os dez anos durante os quais, como professor de latim e humanidades, exerceu o magistério em Minas.

Meu tio José Meireles, quando em 1891, viajando para Sabará, pernoitamos em Itabira do Campo, disse-me que seu pai fôra professor nessa cidade.

Já se achava, porém, no Rio de Janeiro no comêço do século XIX, sendo logo convidado pelo bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco para ocupar a cadeira de latim no seminário de São Joaquim, do qual foi depois transferido para o de São José.

Em 1814 era na Côrte professor régio de gramática latina e teve, para documentar uma petição a que já me referi, os honrosos atestados que transcrevo *ipsis litteris*, para lhes conservar a patina:

“Dom Jozé Caetano da Silva Coutinho, por Mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mór do Príncipe Regente Nosso Senhor, e do Seu Conselho, etc.

“Fazemos saber, que João Baptista Soares de Meirelles Nos representou, que para certo Requerimento necessitava de huma Attestação Nossa sôbre a sua conducta e serviços na qualidade de Professor de Grammatica Latina; em cuja conformidade Attestamos que o Pretendente era tido e havido pelo mais habil Mestre da sua Arte, que se conhecia n’esta Cidade não só pelos seus conhecimentos especulativos, mas pela sua conducta moral, e notavel aptidão para ensinar a mocidade, como se mostrava pelo grande numero e aproveitamento de seus muitos e muito habeis Discipulos. Todas estas qualidades Havemos Nós igualmente prezenciado à mais de seis annos, conhecendo por experiencia propria seus costumes irreprehensíveis, o seu saber, o zelo, com que ensina não só Alumnos do Nosso Seminario de S. Jozé, mas a maior parte da mocidade estudiosa, que frequenta a sua Aula, em que temos o desejo e satisfação, que queira perpetuamente conservar-se. Dada na Residencia Episcopal do Rio de Janeiro em vinte e hum de Maio de mil oitocentos e quatorze de-

baixo de Nosso Signal e Sello de Nossas Armas. O Bispo Capellão Mór.”

“D. Antonio Rodrigues de Aguiar Bispo eleito *in partibus* Prelado de Goiaz etc.

“Fazemos saber, que o Substituto Regio da Cadeira de Lingua Latina desta Côte João Baptista Soares de Meirelles, nos representou, que necessitava de hum Attestado nosso sôbre seus serviços no interêsse da Mócidade e sobre a sua conducta; portanto attestamos que o conhecemos a mais de quatorze annos occupado nos Seminarios desta Corte, onde p.lo zelo e conhecimentos relativos a sua profissão se tem distinguido entre todos os Professores, verificando o conceito q.e corria de q.e em Minas se havia assinalado na mesma profissão p.r espaço de dez annos q.e ensinou com muita utilidade de seus discipulos. Quanto a conduta sabemos por experiência que hé regularissima e q.e se faz m.to mais recommendavel p.la caridade, com q.e mantem huma numerosa familia de Irmãs e Sobrinhos, com os quais despende quaze tudo o q.e lhe rendem os seus trabalhos. Dada nesta Cid.e do Rio de Janeiro debaixo de Nosso Signal e Sello das Nossas Armas em 27 de Maio de 1814. B.o eleito in partibus Prelado de Goiaz.”

“Fr. Antonio de Santa Ursula Rodovalho da Ordem de S. Francisco attesto que João Baptista Soares de Meirelles Professor de Grammatica Latina no Seminario Episcopal de S. Jozé desta Cidade Substituto das Cadeiras Regias, tendo vindo a esta Cidade á muitos annos e sendo logo chamado pelo Exmo. Remo. Bispo, que Deus haja, para occupar a cadeira do Seminario de S. Joaquim e depois transferido para o de S. Jozé onde se conserva, sempre acreditado por seus bons talentos e admiravel aptidão para instruir a mocidade, sendo sobretudo de exemplares costumes, probidade e pureza de Religião como he constante, acrescentando a todos estes titulos, que o fazem benemerito a honra e a caridade com que applicou e ainda applica em soccorro de seus Irmãos pobres, e Sobrinhos, os seus ordenados, vivendo elle por essa razão na mais rigorosa parcimonia, alem de cuidados immensos sobre a educação e decencia de sua familia. Ninguem que o conhece ignora isto: eu o attesto por evidencia de verdade, do que sou testemunha ocular, e porque se me pede. Convento de S. Antonio do Rio de Janeiro 26 de Maio de 1814, Fr. Antonio de Santa Ursula Rodovalho.”

(A firma do frade está reconhecida pelo tabelião Joaquim José de Castro.)

Êsses testemunhos, que mostram ser notável a capacidade moral, intellectual e prática do latinista, são de sacerdotes cuja idoneidade

se presume de seus próprios títulos, sendo o ilustre bispo D. José Caetano o que, visitando a aldeia dos Coroados em 1813, resolveu criar a freguesia de Valença. Vem na *História Geral do Brasil* de Porto Seguro com o nome de Sousa Coutinho, mas no original do atestado que transcrevi se acha Silva em vez de Sousa.

Entre os “muitos e muito habeis discípulos” do professor, a que se refere o ínclito prelado, contava-se um sobrinho daquele, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, o fundador da Academia de Medicina, como se vê às págs. 244, 551 e 555 dos Anais do Segundo Congresso de História Nacional, vol. III, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

Escreve Olímpio da Fonseca nesses Anais, biografando Joaquim Cândido: “Feitos com proveito os estudos menores no mesmo lugar onde nascera, parte o mesmo, ainda em tenros anos, para o Rio de Janeiro, a fim de cursar humanidades no Seminário de São José, sob a inspeção de seu tio, o notável latinista padre João Baptista Soares de Meireles”.

Ainda não era padre nessa época, só recebeu ordens maiores depois de 1828, tendo enviuvado algum tempo antes.

O mesmo engano se vê no que escreve Luiz Felipe Vieira Souto: “Ao atingir a idade em que começar deveria os estudos secundários, foi mandado por seus pais para a Côrte, dêles se encarregando o padre João Baptista Soares de Meireles, seu tio e grande latinista. Matriculou-se no Seminário de São José e fez sob as vistas imediatas de seu tio curso de humanidades distinto, demonstrando grande aproveitamento”.

Não me consta que o insigne professor de latim tivesse também estudado o grego, língua que nos seminários parece não ter ido além do *Kyrie, elêison*, como o hebraico se limitava ao *Eli, Eli, lama sabactani*.

Edmundo Lins, proecto latinista, que tinha ordens menores, também não estudara o grego, conhecendo só as declinações que os escritores latinos tomaram a essa língua, esmaltando com helenismos a morfologia vernácula.

Vagando em 1822 a cadeira de latim pela jubilação do professor Manoel Marques, foi nela cefetivado João Baptista Soares de Meireles, pelo alvará de 4 de maio dêsse ano, assinado por D. Pedro ainda príncipe regente.

Casara-se antes com uma moça de Ouro Preto, Joanna Leonisia de França Lira, cuja mão pediu com um bilhete em versos que, não só desenhavam o carácter do autor, como pintam poeticamente, nos

costumes do tempo, todo o respeito que mereciam para o sexo forte as virtudes e as graças do belo.

Escreveu, peorando a meu ver o Joana em Jonia :

*“Não te assustes, Jonia amável,
Lê sem medo o que te escrevo;
Redes não armo à virtude,
Nem desejo o que não devo.*

*Há já quase quatro lustros
Que, extinta do amor a chama,
Por nenhuma gentileza
Meu coração se inflama.*

*Tu, só tu, Jonia fizeste
Reviver o fogo extinto;
Já suspiro, já me inquieto,
O prazer do amor já sinto.*

*Se êste amor te não desgosta,
Com prazer o nutrirei;
Se êle, porém, não te agrada,
Prudente o sufocarei.*

*Minha isenção costumada
Tratarei de renovar,
Sem que os dotes com que encantas
Deixe mais de respeitar.*

*Responde, pois, se tu queres,
Eu sempre serei só teu;
Se não queres, eu te afirmo
Que serci sòmente meu”.*

Ela quis e lhe deu Thereza de Jesus Maria, José Estanislau e João Baptista, que deixou menores, falecendo entre 1822 e 1829.

Não consegui descobrir o seu inventário nos arquivos de cartórios, nem no Arquivo Público Nacional.

Em 1822 ainda fez com o marido uma petição ao Desembargo do Paço, datada de 29 de julho, para conseguir a prorrogação de uma carta de seguro no processo crime contra dois escravos do casal

que haviam ofendido fisicamente os do queixoso. Era o seguro, como a fiança criminal, concedido aos réus para se livrarem soltos, mas só aos que ainda não tivessem sido prêsos (53).

A prorrogação era pedida por motivo de moléstia que impedira ao professor acompanhar o processo contra seus escravos.

Parece que em março de 1826 já frequentava, ou começou a frequentar, Valença, indo provavelmente à sesmaria que lhe fôra, como veremos, concedida em 1804; porque foi por procurador que requereu uma licença para tratamento da saúde.

Sofria já a tempos de uma erisipela no braço acompanhada de uma tosse que o fazia temer a tísica, necessitando por isso de uma mudança de clima.

Não tem data a sua petição ao imperador, pois era costume então omitir-se, por bastar a do despacho; mas o atestado médico é datado do Rio de Janeiro, a 6 de março de 1826.

Pediú prorrogação dessa licença, ou talvez de outra, em 1828; mas já de Valença, tendo o seu procurador, João Antônio da Silva Perez, juntado à petição um atestado médico datado dessa vila, a 2 de fevereiro, assinado por Antônio José da Silva, “aprovado em medicina por Sua Magestade Imperial” (*sic*).

Atesta uma “prepnemonia” no professor, que se abeirava então dos sessenta e dois anos.

Em 25 de setembro de 1828 Pedro I sancionou a resolução da Assembléia Geral Legislativa que autorizava o Govêrno a aposentar com o ordenado por inteiro o professor João Baptista Soares de Meireles, proprietário de uma das cadeiras de gramática latina da Côrte.

Foi jubilado com o ordenado de quinhentos mil réis anuais pelo decreto de 11 de abril de 1829; mas só em 1833, já na Regência Permanente, é que foi expedida, a 27 de maio, a carta de jubilação, assinada por Francisco de Lima e Silva, José da Costa Carvalho (depois marquês de Monte Alegre) e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro.

Tinha então perto de sessenta e oito anos de idade e uns quarenta e cinco de magistério, função que exerceu com tanta dignidade e tão notável competência.

* * *

O padre — Tendo falecido sua mulher, João Baptista Soares de Meireles resolveu tomar ordens sacras, uns quarenta anos depois

(53) Melo Freire, *Institutiones juris criminalis lusitani*, XVI, 1 (Olisipone, MDCCCX). O Desembargo do Paço era competente para conceder cartas de seguro nos casos dos §§ 97 e 98 de seu Regimento.

das menores tomadas em Mariana. Cumpria assim a promessa de monogamia que fizera em verso.

Encontrei na secretaria da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro o processo para a constituição do seu patrimônio eclesiástico. Em termo datado de 23 de maio de 1829 o requerente constituiu como patrimônio o ordenado de quinhentos mil réis anuais, que percebia como professor jubilado (54).

Há nesse processo um aviso, de 10 de junho de 1829, em que o ministro da Justiça Lúcio Soares Teixeira de Gouvêa comunica ao bispo capelão mor que sua majestade o imperador, atendendo ao que lhe representou João Baptista Soares de Meireles, havia por bem conceder-lhe licença para que pudesse tomar ordens sacras (55).

Em que ano recebeu êle essas ordens é o que não consegui averiguar, porque no livro de atas da Sociedade da Liberdade e Independência Nacional da vila de Valença vem o seu nome sem a qualificação de padre até a penúltima, que assina sem êsse título a 6 de setembro de 1833. Só na seguinte, no mesmo mês, é que êle se assina padre João Baptista Soares de Meireles.

Figura nessa patriótica sociedade como sócio desde a instalação a 17 de novembro de 1831, sendo no dia seguinte eleito conselheiro e redator dos estatutos.

Na sessão de 17 de agosto de 1832 foi eleito membro da comissão de instrução pública e na de 1 de outubro o presidente “convidou o conselho para uma reunião extraordinária no dia 2 do próximo mês de dezembro, a fim de solenizar o natalício de sua majestade o Senhor D. Pedro II, nomeando o Sr. conselheiro Soares de Meireles para recitar nesse dia um discurso análogo ao objeto”.

“Análogo” está aqui por oportuno, apropriado, ou relativo.

Participava, como se vê, da vida social valenciana, ainda que não residisse na vila.

A câmara municipal de Valença, na sessão de 5 de março de 1833, nomeou o padre João Baptista Soares de Meireles juiz de órfãos, prestando êle a uma hora da tarde o juramento do cargo, e essa nomeação foi confirmada, tornando-se efetiva, pelo ministro da Justiça, em portaria que foi lida na sessão de 13 de maio do mesmo ano (56).

(54) Foi um exemplo do que em direito eclesiástico se denomina *titulus pensionis*, que, como o *titulus patrimonii*, supre o *titulus beneficii*.

(55) Maço 65, n. 18.

(56) Livros das atas.

Já estavam em vigor o Código do Processo Criminal (lei de 29 de novembro de 1832), cujo art. 33 permitia nomearem-se juizes municipais, não só pessoas formadas em direito, mas quaisquer outras “bem conceituadas e instruidas”, e as Instruções para a execução dêsse Código mandadas observar pelo decreto de 13 de dezembro de 1832, cujo art. 10 estendia aos juizes de órfãos os mesmos requisitos, sendo trienal a nomeação de uns e outros, como nas Ordenações do Reino.

Tinha já sessenta e sete anos ao ser nomeado juiz de órfãos.

Por decreto de 18 de julho de 1841 foi o padre mestre agraciado com o hábito de Cristo. Possui a cópia fotostática dêsse decreto, que me foi remetida com um amável cartão por Vilhena de Moraes, ilustre diretor do Arquivo Público Nacional.

E’ notável nesse documento o tamanho da firma de sua majestade, comparado com as letras do texto e da assinatura do ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana. Consiste num grande P, cuja parte superior forma o pé de um dois em algarismo arábico.

Tenho o retrato do padre mestre com a vênere no peito da batina, tirado na Fotografia Alemã de Alberto Henschel & Cia., “fotógrafos da casa imperial”, estabelecidos na Côrte, à rua dos Ourives, 40, em Pernambuco, no largo da Matriz de Santo Antônio, e na Bahia, na rua Direita da Piedade.

Tinha mais de setenta e quatro anos quando lhe foi conferido o hábito de Cristo e ainda viveu alguns anos.

Foi testemunha de cinco fatos importantíssimos da história pátria: a Inconfidência, a vinda para o Brasil da família real, a Independência, o 7 de abril e a Maioridade.

Professor de latim durante trinta e quatro anos, sua maior glória foi ter preparado êsse colosso que foi Joaquim Cândido Soares de Meireles, formando-lhe o espírito no seminário e em casa com paternal carinho.

Depois de jubilado ainda foi mestre, pelo menos de seus filhos e creio que também de seu primeiro neto, João Gomes do Val, assim como de Joaquim Ribeiro do Val, que se casou com sua primeira neta, Carlota.

* * *

O latim — Disse alguém que o latim, como exercício para dar vigor à inteligência, é superior à matemática.

Que a matemática é superior à lógica já o afirmava Pascal, porque pratica o raciocínio com mais segurança na demonstração de

seus teoremas do que o recurso às regras do silogismo: *Terminus esto triplex...*

Pude comparar o valor prático da lógica, disciplina que estudei na filosofia do padre Jaffre, da companhia de Jesus, com o da geometria, que aprendi com meu caro pai, o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira. Tomava-me as lições passeando comigo, como Aristóteles com seus discípulos. peripateticamente.

Mas, considerado no que interessa mais à vida, quanto ao complexo de relações morais e intelectuais, que não cabem na estreiteza das fórmulas abstratas, parece-me o latim uma ginástica mais apta para fortalecer o espírito, oferecendo-lhe quadros em que a percepção tem por objeto, não compostos homogêneos, como os da matemática, mas panoramas de formação heterogênea que só a língua dos autores clássicos, com o poder artístico e didático que lhe é peculiar, desenhava e colore.

As próprias dificuldades que o latim apresenta robustecem a inteligência pelo esforço que exigem, não guardando as proposições a ordem direta dos termos e distanciando palavras ligadas gramaticalmente.

Nem deixarei de louvar aqui, no terreno puramente literário, as belezas que abundam nos poetas e prosadores latinos, perpetuadas na admiração dos povos e prometidas como prêmio a quem vence com o estudo as dificuldades da língua.

Não exemplificarei essa estética literária com admiráveis odes de Horácio na sua métrica tão variada, nem com artísticos períodos tomados à prosa de Tito Lívio, quando formam conjuntos verbais em que as orações incidentes se intercalam umas nas outras, sem se estorvarem, num total às vêzes longo, mas sempre harmonioso no fundo e na forma.

Tanto no poeta como no historiador a idéia vibra na sonoridade.

Eficiente na língua latina é também a sua função ética. As próprias pequenas frases, adágios lapidares, sábios apoftegmas, alimentam moralmente a inteligência, estimulando-lhe a energia, com adequada acústica, para o bem, para o justo e para o belo.

O padre mestre, notável latinista, não se limitou à leitura do Evangelho, do *Flos Sanctorum*, do *Missale romanum*; versou os autores profanos.

Penso que Ovídio era o seu poeta predileto; porque seu filho, meu bom tio José Meireles, nos últimos anos em que vivemos na Cachoeira, recitava de vez em quando versos desse infeliz poeta desterrado no Ponto Euxino por Augusto, *Una tamen spes est...*

Voltou, porém, na última fase de sua vida ao latim das letras sacras, que aprendera antes de receber ordens menores em Mariana, para falar com a Divindade a língua que ensinara aos homens no seu longo e notável magistério.

Exerceu o sacerdócio com a mesma elevação. Dizem que se transfigurava no ofício divino e que era visível a sua emoção quando pronunciava o *Dominus vobiscum*.

Com fé tão acendrada, não oficiava sem alma, mecânicamente, como quem despacha um negócio por obrigação, desejando no íntimo chegar ao termo, *Ite, missa est*; porque não era a missa para êle um ofício mecânico, nem maquinal, mas medicina de almas, divino ofício.

Mestre ou padre, deveria ser tomado êsse padre mestre como um paradigma por curas de almas e professôres, estimulados com o seu exemplo na prática das mesmas virtudes. *Sursum corda*.

Morreu com oitenta e quatro ou oitenta e cinco anos, no dia 22 de setembro de 1849, quase no meio do século, em consequência de uma queda da montaria em que fôra administrar a um doente os últimos sacramentos.

Se vivesse ainda, que pensaria dos espíritos primários que tudo esperam da fôrça material, confiados mais, como os adeptos do Islam, no poder persuasivo da cimitarra, para a conversão das almas, do que no dom apostólico das línguas?

Lembrar-se-ia, como cristão, da parêmia divina *Qui gladio ferit, gladio perit*, e, como pessoa instruída pela experiência histórica, da brutalidade cruel e injusta irrefreável das reacções, que no dia da vingança não imolam só os semeadores de ódio, mas de envolta com êles tantos inocentes?

Dies ille, dies irae...

* * *

Na sua *Dissertation sur les plaies d'arme à feu* (Paris, 1827), que Joaquim Cândido Soares de Meireles, o fundador de nossa Academia de Medicina, defendeu, como tese para o doutorado, na Faculdade de Medicina de Paris, lê-se a dedicatória que fêz ao tio João Batista nos seguintes termos:

À mon meilleur ami, M. João Batista Soares de Meirelles.

Mon cher et estimable oncle.

L'essai que je vous présente est un hommage dû aux soins que vous avez pris de mon instruction. Lorsqu'on a bien senti les services rendus, la reconnaissance nous suit partout; et quel que soit le bonheur dont on jouit, rien ne doit alors faire oublier ses bienfai-

teurs. L'hommage que je vous offre ici publiquement vous était dû, puisque tout ce que je suis est votre ouvrage.

Je suis avec une éternelle reconnaissance, mon cher oncle et ami, votre neveu et très obéissant serviteur (57).

J. C. Soares de Meireles

Não só Joaquim Cândido; o Brasil também deve ser grato ao padre mestre.

SÃO JOÃO BATISTA

Em 1802 João Batista Soares de Meireles, já residente no Rio de Janeiro, requereu a Dom Fernando José de Portugal, capitão general de mar e terra e vice-rei do Estado do Brasil, uma sesmaria de meia légua em quadra nas terras devolutas existentes “no sertão da nova aldeia de índios coroados”, a começar pelo nascente nos limites da data obtida por Joaquim Rodrigues da Cruz, que não sei que parentesco teria com o excelente José Rodrigues, fundador de Valença.

Observando-se o processo legal, o vice-rei mandou que informasse a câmara da cidade e esta foi favorável à concessão, tendo ouvido o célebre capitão de ordenanças, depois padre, Inácio de Sousa Werneck, de Pati do Alferes, que declarou “acharçe esta terra inculta e devoluta, nos termos de se poder conceder por sesmaria”.

Mandou então o vice-rei que o conselheiro chanceler informasse, ouvido o desembargador procurador da coroa, que não se opôs, contanto que o requerente justificasse primeiro que tinha escravos para a cultura da terra, que não possuía outra e jurasse pedi-la para si e não para transferi-la a outrem.

Preenchidas essas condições, como se vê pelo instrumento de justificação junto mais tarde à petição do requerente impetrando a provisão para se proceder à medição e demarcação da sesmaria, passou-se a competente carta, cuja cópia fotostática, assim como a do dito instrumento, devo à gentileza de Vilhena de Moraes, tão benevolamente interessado no bom êxito de minhas pesquisas.

A carta de sesmaria assinada por Dom Fernando tem a data do Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1802.

(57) Dessa dissertação disse um dos examinadores, no ato, ao doutorando brasileiro, que a sua tese era um livro de consulta.

Dela não existe exemplar algum na biblioteca da Academia de Medicina. Na Biblioteca Nacional há o francês, mas mutilado.

Pelos papéis concernentes a Joaquim Cândido no arquivo do Ministério da Guerra, verifiquei ter sido traduzida para o português e distribuída às nossas tropas, no sul.

Só foi confirmada por outra do príncipe regente Dôm João aos 22 de março de 1804, datada de Lisboa.

A concessão, como constava da carta, era feita com as seguintes cláusulas, sob pena de perder-se a data no caso de não serem observadas: O concessionário não tomaria posse da sesmaria sem prévia medição e demarcação judicial: era obrigado a conservar, para construção naval, os tapinhoans e perobas, e a plantar essas árvores onde o lugar fôsse próprio para êsse plantio; devia fazer os caminhos de suas testadas com as pontes e estivas que fôssem necessárias.

Não se compreendiam na concessão as minas e veciros de qualquer metal que se descobrissem, nem os “paus reais”.

A pessoa eclesiástica, ou religião, que succedesse na sesmaria ficaria sujeita ao pagamento dos dízimos e, se o govêrno real resolvesse criar alguma vila na área concedida, nenhuma pensão deveria por isso ao sesmeiro.

“Descobrendo-se nela rio caudaloso que necessite de barca para se atravessar, ficará reservada de uma das margens dêle meia légua de terras em quadra para comodidade pública”. Reserva que poderia numa sesmaria de meia légua reduzir a concessão a zero, quando se fizesse da sua banda.

Só em 1812 requereu o professor a medição e demarcação de sua sesmaria, sendo despachado o requerimento a 30 de julho dêsse ano, mandando-se passar a competente provisão dirigida ao juiz das sesmarias, já criado pelo alvará de 25 de janeiro de 1809, ou na sua falta às justiças ordinárias (58).

Em setembro de 1817 o concessionário ainda promovia essa medição e demarcação, como se vê de um requerimento seu para reaver a carta de sesmaria, que o juiz, acusado de irregularidades funcionais não sei por quem, juntara a sua defesa escrita. Outra irregularidade essa, utilizar-se de um original que não lhe pertencia, em vez de recorrer a uma certidão ou cópia autêntica.

Também o licenciado Manuel Soares de Meireles, clínico em Santa Luzia de Sabará, pai do grande Joaquim Cândido, requereu uma sesmaria em Cantagalo, constituindo o professor, seu irmão, procurador bastante no Rio de Janeiro, por um instrumento passado no tabelião Sebastião da Silva, na real vila de N. S. da Conceição de Sabará, aos 3 dias do mês de outubro de 1804. Consta esta sesmaria do volume XXXVI das Publicações do Arquivo Nacional. pág. 268.

(58) *Juizes e Tribunais do Primeiro Império e da Regência*, que escrevi para o Segundo Congresso de História Nacional (Boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pág. 7).

Em 1826, quando o professor João Batista Soares de Meireles pediu uma licença para tratamento da saúde fora da côrte, já estava provavelmente de posse de sua sesmaria. Em 1828, com certeza, tendo pedido de Valença a prorrogação da licença.

Foi nesse tempo, senão pouco antes, que, já medida e demarcada a sesmaria, fundou nela a sua fazenda, a que deu o nome, do santo seu homônimo, São João Batista (hoje Santa Maria).

Nela viveu muitos anos ainda, mesmo depois de casar a filha, Tereza de Jesus, com Mateus Gomes do Val, administrador da fazenda de Casal, de José Pereira de Almeida, filho do barão de Ubá, sôbre a margem esquerda do Paraíba.

Tinha São João Batista uma capela, em cuja sacristia o padre mestre conservava piedosamente o crânio da espôsa predefunta, sob um lenço preto.

Para sua fazenda levou da côrte os filhos ainda menores, que fizeram a viagem, pela estrada do Comércio, acomodados no mesmo cargueiro, e lá cresceram. Lembrava-se minha avó Tereza, e contou-me, de que o irmão José menino, brincara com os cabritinhos no terreiro, com os quais indo de gatinhas procurava trocar marradas.

Filha, genro e netos do padre mestre frequentaram São João Batista, que não ficava longe de Casal, e contam que um neto, José, ainda menino, para meter mêdo às irmãs, acendia, ou acendeu uma vez, um bico de vela sob o crânio da avó, que o avô conservava na sacristia. As coisas mais respeitáveis estão sujeitas a irreverências que nem sempre tem uma desculpa na infância ou mesmo na infan-tilidade.

Não havia nessa brincadeira do Cazuzu, que não conheci, nenhuma intenção filosófica; mas a luz do espírito, lampejando em nossos crânios, dura pouco mais do que a que se acende num bico de vela. Ambas só aturam, ou se perpetuam, quando, mudando de suporte, passam de um bico para outro.

Lucrécio, em seu poema, fala-nos do facho que as gerações, que passam correndo, vão entregando umas às outras (59). Essa transmissão do archote permite à espiritualidade *sobreviver em outrem*, levando o pensamento mais longe do que o benefício individual de *viver para outrem*, como recomenda cristianíssimo positivismo.

E' de São João Batista que o padre mestre ia a cavalo a Valença distante umas cinco léguas, para assistir às sessões da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, de cujo conselho fazia parte.

(59) *De rerum natura*, II, 69, segs.

Viajava por picadas até encontrar em Taboas, ou nas imediações, a estrada do Comércio, ou ia ter a esta estrada no ponto em que ela corta o Paraíba, defronte da estação do Comércio?

Iria pelo varadouro que deu a Luís do Nascimento, dono de um sítio perto da Cachoeira e sogro do meu tio José Gomes do Val (Juca), a alcinha de Luís da Picada?

Não sei. Só posso assegurar que não faltavam picadas nos morros valencianos, quando o padre mestre, já domiciliado em sua sesmaria, punha no verdor vegetal de um cenário todo esperanças o negrume de sua batina, como perpétuo luto pesado da viuvez no sacerdócio.

Afirmara: “Eu sempre serei só teu”, quando pediu em verso a mão de Joana Leonisia.

CACHOEIRA

O padre mestre deixou três herdeiros: a filha Teresa, casada com Mateus Gomes do Val, e dois filhos, José Estanislau, formado em direito, e João Batista, formado em medicina, meus tios avós maternos.

Na partilha de sua herança tocou ao herdeiro João Batista uma parte da fazenda do pai com a casa de sede, a que ficou reduzida, continuando com o nome de São João Batista, e a minha avó Tcreza o resto das terras, por lhe ter vendido a sua parte meu tio José Meireles.

A parte que se desmembrou de São João Batista com as terras que meu avô Mateus comprou de confinantes formou a fazenda da Cachoeira.

Ao seu estabelecimento agrícola deu meu avô o nome de Cachoeira da Alegria, que o tempo simplificou em Cachoeira somente muito antes de deixar de ser alegre, apocopando-lhe um epíteto que a natureza humana faz pouco duradouro, ainda que na técnica literária o escolhido não se classificasse entre os epítetos de circuns-tância.

Há uma queda d’água no ribeirão que ali corre anônimo, designado, porém, com o nome, que nunca ouvi, na *Carta corográfica* de Belegarde e Niemeier de ribeirão do Casaca.

Meu avô aumentou depois a extensão da fazenda com terras linítrofes que lhe vendeu seu vizinho, o português João Francisco, sôbre o ribeirão a montante.

No comêço do século XIX eram tôdas essas terras cobertas de matas virgens; não sei se o eram ainda quando meu avô recebeu na

herança do padre mestre a parte em que devia fundar a sua fazenda. Quando me entendi (se é que me entendo) a floresta chegava até perto da cascata que um arroio afluente do ribeirão despenhava no fundo do vale cultivado com o pomar e a horta.

A pouco mais de um quilômetro avistava-se fronteira à casa a mata na lombada do morro que barrava o horizonte no fundo de outro vale e à direita em monte escarpado sobre o ribeirão alteava-se a cavaleiro da queda d'água um resto da floresta com suas grandes árvores.

Mas o morro fronteiro, à margem esquerda do ribeirão, com um pasto rarefeito e com os esboroamentos produzidos pelas chuvas, atestava um desmatamento de muitos anos. Não sei quando o primeiro golpe de machado feriu ali a mata.

Outro indício de anterior desbravamento era um engenho de cana há muito abandonado, sem coberta, cuja almanjarra e os cilindros de madeira se viam no terreiro pelos fundos da casa, tendo a cultura da cana precedido a do café na província.

E' provável que meu avô tenha plantado canaviais na derrubada e construído essa moenda nos primeiros tempos de seu estabelecimento, para o suprir de açúcar numa época de indivisão econômica, devendo as fazendas quanto possível bastar-se a si mesmas. A Cachoeira teve até escravos alfaiates e sapateiros.

* * *

A topografia — Um maciço montanhoso forma na situação da fazenda numerosos vales em que as nascentes derramavam córregos e arroios em todos os sentidos.

* * *

A sede — O vale por onde corria na fazenda o último córrego afluente do ribeirão que o mapa de Belegarde e Niemeier denomina do Casaca, formava com o dêste como que um só vale com o mesmo eixo geométrico.

O ribeirão antes de receber êsse afluente quebrava em ângulo reto o seu leito, cortando o vale perpendicularmente ao eixo até voltar-se mais abaixo para a esquerda e mais abaixo ainda para a direita, fazendo assim três cotovelos a montante da queda d'água.

No terreno plano compreendido pela abertura do primeiro ângulo voltado para a direita do ribeirão, construiu meu avô Mateus Gomes do Val, não muito longe do vértice, uma grande casa, "a casa grande", na terminologia vulgarizada pelo ínclito Gilberto Freire.

Era de aspecto agradável, com as suas paredes claras um pouco azuladas, sôbre a barra carmezim do porão, côr de ocre vermelho.

Defronte da casa passava o ribeirão num leito retilíneo sulcado entre barrancos e além dêle estendia-se uma planície no mesmo nível da que ficava aquem com tôdas as suas construções alinhadas à esquerda.

A casa era assobradada, tinha como primeira parte uma ante-sala envidraçada com janelas arqueadas e contíguas, por onde o sol ou a lua lhe davam agradável claridade.

Para êsse *hall* subia-se por uma escada de pedra com degraus semicirculares.

O edifício depois da ante-sala tinha a forma de um L encorpado, um L de material construtivo escrito sôbre a terra plana, com a saliência da base voltada para a direita de quem entrava pela porta do *hall*, do qual por outras três portas se passava para a sala de visitas.

Nesta o fôrro de cedro conservava sem pintura a côr natural da madeira, tirante a garança. Particularidade que recomenda o bom gôsto do construtor, um fazendeiro inteligente.

Nas paredes do salão viam-se retratos a óleo do padre mestre e de João Ribeiro do Val e sôbre um consolo o de Joaquim Cândido Soares de Meireles.

Quatro grandes quartos davam para o salão, dois de cada lado, e por uma porta à direita entrava-se numa longa sala de jantar, para a qual se abriam dois quartos, um em cada extremidade, que se comunicavam por portas interiores com os dois mais próximos que davam para a sala de visitas.

Eram notáveis as cadeiras da sala de jantar, como ainda se pode ver em casa de netos do fazendeiro. Foram fabricadas com jacarandá da fazenda por um artista francês que meu avô contratou para isso. Tinham o espaldar composto de peças inteiriças rendilhadas com muito bom gôsto.

A parte assim descrita, além do *hall*, formava a base do L, cuja haste era o prolongamento à esquerda para os fundos.

Da sala de jantar por uma porta à esquerda se passava para uma longa varanda ou espaçoso corredor, com janelas à direita sôbre o jardim e portas de quartos à esquerda, cujas janelas se abriam para o terreiro da senzala.

O corredor terminava numa saleta da mesma largura, da qual se passava para a cozinha, com duas dispensas do lado esquerdo.

Com a saleta comunicava-se a rouparia, um grande quarto em que se guardavam também um altar de madeira, as imagens, as vestes sacerdotais, velas, castiçais e paramentos.

O quarto de meu avô era o último da varanda e nesta, defronte do quarto, havia uma porta e uma pequena escada de pedra para o jardim, em simetria com outra semelhante, que descia do quarto para o terreiro da senzala. Ambas eram ladeadas por corrimões de pedra lavrada.

A cozinha dava para o terreiro da senzala por uma escada de pedra sob um alpendre em que havia pilões de troncos de madeira, adjacente a um grande armazém à direita, onde estavam pendurados cachos de banana de muitas qualidades.

A senzala tinha a forma de um Z` cujos ângulos alternos internos fôsssem retos. Paralela em parte à frente da casa e ao ribeirão, quebrava a sua direção numa esquina e num canto, em contínuo paralelismo com o lado esquerdo e os fundos da casa grande.

Nessa construção, que fazia ângulo reto com a porteira e a cavalariça, estava primeiro um depósito de cangalhas, surrões, arreatas, cabrestos, a coirama com que se aparelhava a tropa de muares empregada nos primeiros tempos no transporte do café para o pôrto de Iguaçu pela estrada do Comércio.

Parece-me, não asseguro, porque nesse ponto não garanto boa memória, que vinha logo depois a ferraria com o fole e a bigorna. Lembro-me bem de ter visto preparar no local o casco dos animais para receber a ferradura, quebrando-se com uma torquez o rebite dos cravos.

Estava depois o dormitório dos pretos e na esquina o quarto em que se guardavam os arreios de montaria e onde fôra a oficina de sapateiro. Tenho lembrança da alfaiataria numa das divisões dêsse primeiro segmento da senzala.

Nos dois segmentos seguintes, depois de um gradil de madeira entre a esquina e a casa dos senhores, estavam o dormitório das pretas, a cozinha dos escravos, com seus grandes tachos e caldeirões, e além outras dependências adequadas à administração da fazenda. Era numa delas que se debulhava o milho.

Entre a primeira parte da senzala e o ribeirão o terreno era gramado, como na frente da casa, e cochos alinhavam-se nas proximidades do ribeirão, uns baixos, para o gado vacum, e outros altos, para os animais de montaria e bestas de carga.

Junto ao ribeirão, defronte do depósito de cangalhas, ficava um tendal com a serraria. Uma serra manual com cabos nas extremidades aguardava ali para partir em fatias os toros cortados nas florestas mais próximas.

Do outro lado do ribeirão, num terreno plano dividido latitudinalmente por motas paralelas, estendia-se a área em que secava o café em cereja. O chão, sem cimento, era de terra socada.



O HALL — *(estado atual)*

Entre a área e o ribeirão passava uma rua que terminava à direita num grande galinheiro construído no ângulo que o ribeirão fazia voltando-se para a esquerda, recebendo um pouco abaixo o córrego do vale.

O terreiro de café se elevava à margem direita dêsse córrego, sôbre o qual havia uma construção destinada a abrigar os porcos deixados em liberdade daquela banda. Zelava-se com essa coberta pela saúde de tôda a manada, cachaços (varrões), porcas prenhes e paridas, bacorinhos e leitões desmamados.

Em outra rua perpendicular ao ribeirão, defronte do ângulo superior, onde confluíam águas de outros vales, uma construção continha primeiro um aposento com dois quartos e além as tulhas.

Depois do terreiro de café, onde o vale começava a estreitar-se, construiu-se o paiol de milho, por trás do qual, à margem direita do córrego, estava o curral, que tinha duas porteiras, abrigado em parte por uma grande coberta de telhas.

Sob outra da mesma construção guardavam-se o carro de bois, o carretão, com que arrastavam os troncos das grandes árvores derribadas, e o trole. Esse compartimento era aberto para o ludo do terreiro de café, tendo por única parede a do paiol do milho.

Perto do curral havia alguns pinheiros, depois dos quais ficava uma olaria quase nas origens ferruginosas do córrego. Não sei se ainda era útil, nunca a vi funcionando.

A construção em que estavam as tulhas fechava outro vale, cujo córrego desaguava no ribeirão, onde confluía o riacho que banhava o pomar e a horta.

Esse vale tinha origem pouco acima de um cercado em que havia uma coberta para abrigo de vacas e bois de carro. Do seu córrego derivara-se água abundante para o chiqueiro, os tanques em que se lavava o café, a lavanderia e o banheiro, em que era despejada por uma calha.

O chiqueiro era uma longa construção de madeira com um corredor e divisões laterais em que engordavam os porcos, cada um no seu confortável apartamento, com tanque para o banho e assoalho onde dormiam no enxuto.

Na entrada do corredor a Gertrudes, sua cozinheira, preparava-lhes um cozido quanto possível completo, em que o inhame ou a abóbora se associava ao milho e entrava, quando era tempo, o caju de um cajual plantado perto no morro.

As outras construções com que funcionava na fazenda a industriosa transformação das colheitas em produtos consumíveis ou vendáveis, qual era o café, elevavam-se abaixo de uma reprêsa er-

guida sôbre a cachoeira, de onde a água do ribeirão se derivava para mover o engenho de mandioca, o de café e o moinho de milho, êste já perto dos limites da fazenda.

Incruenta era a operação nos ralos do engenho da mandioca, por serem exangues em sua brancura os tubérculos da euforbiácea. Não me lembro do modo por que era posto em movimento.

O de café tinha uma grande roda vertical com receptáculos em que se despejava a água levada por uma calha.

Vi construir em 1876, antes de ir para Santa Catarina, êsse engenho de café, que substituiu outro de menores dimensões. Em anubos senti o perfume da palha miúda do café em côco descascado pelos pilões, acumulada junto ao engenho.

Era o moinho de milho uma pequena e graciosa edícula, sob a qual as orelhas de uma roda horizontal eram batidas pela água de uma calha inclinada, movendo por um eixo vertical a pedra circular posta sôbre outra fixa, reduzindo-se a fubá o milho mascado por essas mandíbulas de pedra.

A água dêsses moinhos de milho expande-se das rodas em salpicos e vapores que a luz solar matiza com as côres do iris, em flutuações de agradável tenuidade.

O fubá produzido pelo da Cachoeira chegava pela abundância para se dar às vacas de leite, não só para um angu excelente.

Engenhos e moinhos foram construídos à margem esquerda do ribeirão no sopé de um morro coberto por um pasto pobre na parte não esbarrocada pelas águas da chuva.

Era um contraforte da elevação que fechava o horizonte no vale fronteiro à casa e por êle passavam dêsse lado os limites da fazenda com o sítio de um tal Bernardo, que na minha infância ainda era explorado, com o solo já empobrecido.

Por êle passava a estrada por onde se ia para a estação do Comércio. Vi-o abandonado mais tarde, passando a cavalo por aquela tapera.

Era por uma porteira no morro que se entrava na fazenda e começava nela um tapume de bambus plantado para separar da lavoura o gado miúdo e o graúdo.

Essa tapagem descia o morro acompanhando a estrada e, atravessando o córrego, o margeava até encontrar o ribeirão perto de outra porteira por onde se chegava à casa.

Fortemente enraizada erguia-se a graminea como um longo penacho.

Eis suficientemente descrita a sede da fazenda no que mais interessa ao funcionamento da exploração cafeeira. Mas houve tam-

bém a preocupação de reunir o agradável ao útil. *Omne punctum tulit qui miscuit utile dulci.*

* * *

A botânica amena — No gramado em frente à casa algumas árvores, pés de magnólia e de abio, erguiam as suas não muito altas frondes.

Uma gramínea de folhas compridas como espadas orlava pela margem esquerda o barranco do ribeirão e um renque de jaboticabeiras medrara entre o terreiro de café e o córrego, do galinheiro para o paiol de milho.

Na fimbria de gramínea marginal ao ribeirão, fronteiro à casa, havia um relógio de sol com uma pequena peça de artilharia, de bronze, no alto de uma coluna de madeira facetada. Era munido de uma lente com que podia queimar-se a pólvora para o tiro de meio-dia.

Entre a casa e o ribeirão, depois de uma cêrca de táboas com rosas trepadeiras, florescia o jardim, para o qual davam as janelas de três quartos, da sala de jantar e da varanda. Lembro-me de uma tamareira ainda pequena, mas com grande cacho de tâmaras mirradas, das folhas purpúreas de palmeiras da Índia anans, de violetas, dâlias, cravos e rosas. Estas eram procuradas para habitação, com estético requinte, pelas joaninhas e por uns coleópteros auri-verdes, cujas cabeças se pareciam com as dos tatus. Esses coleópteros eram notáveis, não só pela sua couraça auri-verde, como pela astúcia de se deixarem cair, fingindo-se mortos.

A rua principal do jardim ia da escada que descia da varanda a uma ponte de madeira no ribeirão, pela qual se passava para o pomar, que se plantara em parte no vale de um arroio, em parte nos morros que o formavam.

A montante da ponte à margem do ribeirão tinha um longo tapume de bambus e defronte à rua que por ela passava ia encontrar, depois de pés de condessa, fruta-pão e jaboticabeiras, encostado ao morro um longo caramanchão em cujas malhas de madeira uma vide entretecia os seus sarmentos, pendurando entre as parras cachos de uva izabel muito ácida.

Perto dessa parreira meu avô plantou alguns pés de uma uva oblonga e fulva que denominavam dedo de dama.

A terra não parecia própria para a uva, e muito menos para a tâmara, que abortava nos cachos da tamareira.

Ruas em ziguezague cortavam o morro em que se encostava a parreira, além da que subia da base para o cume coberto de samambaias.

Uma alameda de palmeiras imperiais atravessava o arroio por uma ponte pouco acima de sua confluência com o ribeirão, havendo outra ponte sôbre o mesmo arroio na rua que ia da parreira para o laranjal à margem esquerda.

O vale depois das palmeiras imperiais tinha plantações de figueiras e marmeleiros e no sopé do morro, depois da grande parreira, um arvoredado de jaboticabas brancas, muito inferiores às outras. Não se comparavam com as pretas de pele fina das outras jaboticabeiras.

Os figos quando amadureciam eram envoltos em saquinhos para não serem picados por apreciadores alígeros, atraídos para o pomar por frutas ao que parece mais saborosas do que as da mata.

Os tico-ticos, os canários da terra e certo icterídeo, imprópria-mente denominado melro, além do nome vulgar dado por seus costumes originaes, preferiam procurar no gramado algum farelo ou grão de milho perto dos côchos. Os anus sempre de luto catavam carrapatos sôbre o gado vacum, quando não se agrupavam nalguma árvore, lúgubres como as almas de gato, ou como as siganas amazônicas à margem dos rios.

Era grande a plantação de laranjeiras e limeiras, a que se chegava logo depois de passar por uma das pequenas pontes, perto da qual uma nascente à margem esquerda do arroio fornecia excelente água potável, que jovens ninfas côr de azeviche iam buscar com suas bilhas.

As laranjas seletas e as da China eram muito ácidas, assim como as tangerinas, ali com muita razão ditas mexeriqueiras. Só eram boas as laranjas limas, também denominadas serra d'água e laranjas da saúde.

Além da ponte, na parte mais baixa do vale, o arroio banhava uma grande horta, que alinhava seus canteiros até perto de uma cascata, onde uma calha cavada em tronco de palmeira despejava água abundante para os banhos ao ar livre naquele canto aprazível.

O vergel descia das elevações até perto dessa horta, havendo nas imediações da ponte uns pés de cambucá e outros de grumixama e próximo à cascata uma alta macieira, que se carregava de pomos côr de mangaba, desiguais no tamanho, muito ácidos todos eles.

Frutas de conde (pinhas na Bahia, atas no Ceará), condessas e outras anonáceas, maracujás, ameixas do Pará, limas da Pérsia e umbigudas, abricós, cabeludas, tudo na sua época tinha o pomar durante o ano.

Havia no morro a pouca distância da cascata uma grande mangueira que não frutificava. Entretanto, à margem do Paraíba na estação do Comércio, a menos de duas léguas da Cachoeira, a chácara de Sebastião de Lacerda se tornou célebre pela produção de excellentes mangas.



A casa de Cachocira (aspecto atual)



O lado fronteiro à senzala

Era principalmente nas roças que se plantavam os mamoeiros e as bananeiras. Bananas da terra, prata, ouro, maçã, de São Tomé, vinham de plantações próximas aos cafezais e entre os pés de café alastravam os de feijão, preto ou branco, o amendoim e as abóboras e morangas. Não os morangos, que medravam na umidade, como as batatas doces, o mangarito, a araruta.

O palmito doce tirado na mata, o amargoso (patí) plantado nos cafezais, o giló não menos amargo, o quiabo (quingombô), o pepino, o chuchu, o maxixe, o inhame, os carás, inclusive o cará do ar, que era uma trepadeira, o guando, a ervilha, a alcachofra, figuravam na mesa com a variada verdura que a horta produzia.

Faltava nesta a beterraba, que embeleza nas saladas o verde claro da alface com a púrpura das rodelas. Mas abundavam as cenouras, que a cozinha amoadava sem cruz nem cunho, os nabos, os rabanetes postos na mesa como pequenas cabeças de peles vermelhas com seus cocares verdes.

O pomar e a horta foram para mim uma espécie de comentário vivo ao primeiro capítulo da história sagrada, uma explicação do Éden, de que me lembrei mais tarde com saudades, quando li na história do Oriente a referência aos grandes parques do império persa denominados paraísos.

Angélicos passarinhos, guaxos, tiés, inocentes rôlas e juritis frequentavam o pomar da Cachoeira, perto do qual no mato do morro havia também alguma serpente.

* * *

A saúva — As formigas eram combatidas com a fumaça que um fole soprava em seus túneis, ou com o formicida a que deu nome no Brasil o barão de Capanema.

Problema até hoje não resolvido é a extinção da saúva. Será inútil destruíres os formigueiros de teu sítio, se não se fizer o mesmo nos limítrofes.

Expondo eu, então estudante de direito, o tema individualista de Herbert Spencer contrário à intervenção coativa do Estado, minha avó o combateu com o exemplo da saúva, que o vizinho se recusasse a combater em suas terras.

* * *

A lavoura — Ainda existiam canaviais na Cachoeira, muito reduzidos de certo. Lembro-me da cana caiana e da crioula, muito fina e tenra; mas já não se fabricava açúcar, nem aguardente.

Plantava-se muito milho, tanto o amarelo como o branco, e havia uma espécie de espigas menores de grãos acuminados própria para a pipoca.

Para a farinha de mandioca faziam-se plantações de mandioca brava; mas havia também mandiocais de aipim, tanto de côr branca, o mais comum, como de côr arroxeadas e de côr fulva ou loira.

Os arrozais davam excelente arroz vermelho, que há muito tempo não vejo, e o branco era o que se importava da Índia, antes do imposto proibitivo criado por Nilo Peçanha.

A produção dessa lavoura destinava-se tôda ao consumo da fazenda; só a dos cafezais é que se exportava.

Avistava-se da ante-sala o verdor dos cafezais no morro que se elevava no fundo do vale e nos que ficavam por trás das tulhas e da lavanderia.

Os outros cafezais, além dêsses morros, medravam nas encostas de outras elevações, nos sítios denominados da Pedreira e dos Prazeres, invisíveis da casa.

Foi de Bourbon o cafezal mais novo que vi na Cachoeira, para as bandas de São João Batista.

O viveiro de onde saíam as mudas para a plantação dos cafezais ficava numa depressão da serra que separava o sítio da Porangaba do resto da fazenda, como divisor das águas do Paraíba e do rio Preto.

O viveiro estava à sombra da mata que cobria o morro e muitas vêzes, ao escurecer da tarde, fui a cavallo até lá, atraído não sei por que influência misteriosa do local naquela hora.

Na estrada pousava às vêzes diante do animal que me levava um hacurau, que em vôo curto e rasteiro, para não ser pisado, ia pousar pouco adiante. Fazem, renovando o mesmo expediente, com certos estadistas, quem sabe se por metempsicose, infensos à luminosidade solar das altitudes por onde voam as águias.

O café, beneficiado no engenho e ensacado, era, antes de se construir a Pedro II, exportado em tropa de burros, que o levava pela estrada do Comércio até o pôrto fluvial de Iguaçu, de onde era transportado por água para a Côrte, consignado ao comissário incumbido da venda.

As casas comissárias do Rio de Janeiro, além dessa função de intermediários, quanto ao café exportável, financiavam a lavoura como bancos e davam cômoda hospedagem aos fazendeiros, com mesa opípara, e ciclerones para visitarem a cidade ou irem às diversões, quando necessitavam de guias.

* * *

A criação — Gado cavalár, muar, vacum, caprino, ovelhum, suino, viviam todos em parte soltos nos pastos, em parte na estrebaria, no curral ou no chiqueiro.

Não havia grandes cavalos de raça, eram todos de ascendência peninsular e tamanho médio predominante no Brasil dêsse tempo.

Adquiridos por compra, escolhidos, portanto, quando não eram de marcha, tinham cômoda andadura; mas, se não eram troiões, nenhum marchava com a velocidade dos pequenos cavalos do norte e do nordeste, que, como pégasos ápteros, me pareciam voar nas areias de Alagoinhas.

Havia bestas de sela, de trole, de liteira e de carga.

O gado vacuum era o denominado caracu, menos o touro, que era de outra raça; as vacas não faziam prodígios na quantidade do leite, mas eram muitas e bem nutridas davam um leite excelente. Zebu não havia na Cachoeira.

Cabritos e carneiros não gozavam da mesma consideração concedida aos porcos, que ostentavam no chiqueiro com o volume do toucinho o privilégio da ceva com sua trágica finalidade.

Ainda não se conhecia a febre aftosa, nem houve casos de carbúnculo ou de triquina.

Galináceos e palmípedes eram sadios. Não me lembro de pragas; só o gôgo em algum frango, mas tirava-se a gosma com uma pena atravessada no pescoço.

As galinhas de Angola (capote no Ceará), ou guiné, gritavam no terreiro o seu *Estou fraca*, enquanto patos e marrecos nadavam no ribeirão e os gansos pastavam no gramado, vozeando de vez em quando, longe do Capitólio, alarmes intempestivos.

* * *

Os pretos — Ainda alcancei o venerando Pedro Velho, bantu creio, a quem meu avô e todos na Cachoeira tributavam merecido respeito.

A velhice já não lhe permitia trabalhar para um senhor que lhe era grato, ocupando um aposento especial no ângulo que a senzala abria para o terreiro. Era o *otium cum dignitate*.

Vi-o firmando-se num bastão para vir, caminhando com dificuldade, até o alpendre junto à senzala.

Lembro-me também de outro preto idoso, o Bonifácio, que ainda, com uma grande tesoura e de óculos, praticava o seu ofício de alfaiate.

Os outros, escravos ou filhos de escravos, eram: Antônio da Silveira, Arsênio, Carlos, Cipriano, Claudino, Estêvão, Fulgêncio, filho de Claudino e de Ninfa, João Mina, também dito João de Deus. José Barcelos, José Cassange, Lúcio, Nabor, Paulo, Pedro de Alcântara, filho de José Cassange, Pedro Estrêla, Sinfrônio, filho de João Mina, Tertuliano, Zótico, filho de Evarista, e outros de que não me lembro.

Nem todos eram puros africanos.

Carlos, que tratava da tropa que levava o café para Iguaçu antes da estrada de ferro, era pardo. Sempre foi de merecida confiança e passou para São Paulo depois que meu avô e meus tios adquiriram terras em Ribeirão Preto.

Claudino, alto, magro, acaboclado, sem carapinha, era habilíssimo carpinteiro e marceneiro, outro homem de confiança. Foi também, já livre, para Ribeirão Preto, onde montou sua carpintaria.

Lúcio e Paulo eram carreiros e Nabor, pagem diligente, é quem fazia diariamente viagem à estação do Comércio, para levar e trazer a correspondência. Recebiam-se na Cachoeira quase todos os jornais da Côrte (menos os pasquins, que não faltavam) e as revistas mais interessantes.

Estêvão e Tertuliano conduziam a liteira, puxando um dêles o burro que ia nos varais da frente e tocando o outro o que sustinha os varais trazeiros.

Ainda me lembro das viagens que minha mãe fazia nessa liteira entre as casas do povoado fronteiro à estação do Comércio, hoje Sebastião de Lacerda, e a Cachoeira.

Escravas ou filhas de escravas, entre pretas retintas e mulatas claras, eram: Aldana, que veio para a Côrte com a senhora moça Leopoldina quando esta se casou, Apolinária, filha de Nabor, amasêa de meu irmão Vicente, creio que minha também, Clementina, que, alforriada antes da lei 13 de maio, se casou com um comerciante português do Rio. Columba, filha de Rosa e de Arsênio, Evarista, Francelina, mãe de Telécio e de Marta, que ainda mocinha foi alforriada por meu pai, pois era nossa, Gertrudes, que tratava dos porcos na ceva, Gregória, também filha de Rosa e Arsênio, Gualberta, filha de Claudino e de Ninfa, Íria, Izabel Mina, que alforriada antes da lei 13 de maio veio para o Rio comerciar em hortaliças (60). Laura e Lauriana, ótimas cozinheiras, Leonor, facunda, mas infecunda, escrava maranhense, que se casou muito românticamente com o Paulo, Ludgera, filha de Maria Rebôla e de João Mina, casada com Cipriano, Maria, irmã de Ludgera, casada com José Barcelos, Maria Moçambique, lembrada ainda do modo por que fôra apanhada

(60) Vi-a uma vez sob o taboleiro de verduras numa rua da cidade. Foi ama de leite de meu primo João Ribeiro do Val, agrimensor, que do primeiro dinheiro ganho na profissão levou a meu avô a quantia suficiente para a alforria da ama que o amamentara. Meu avô deu à preta a carta de liberdade, mas não quis receber o dinheiro, que o neto deu logo à liberta. Esta por sua vez quis alforriar a filha Umbelina com a quantia necessária e, sendo a alforria concedida gratis por meu avô, Izabel deu o dinheiro a Umbelina, fôra como fôra aquela.

na praia africana, Maria Pernambuco, Maria Rebôla, Martiniana, irmã de Apolinária, Ninfa, Rosa, mãe de Sátiro e de Floro, colaço de meu irmão Vicente, Sebastiana, parda que se casou depois com um abastado negociante do Rio, Umbelina, filha de Izabel Mina e mãe de Firmo, de que fui o padrinho ainda menino, tendo aprendido o *Credo* para isso, porque até então só sabia o *Padre nosso*; e Vitorina, mãe de Pedro de Alcântara.

Outros escravos havia de que não me lembro.

Pretos e pretas, mulatos e mulatas, foram muito bons todos êles. Rosa e Apolinária, principalmente, que nos foram mais chegadas, merecem bem aqui, pelo seu maternal carinho comigo e meus falecidos irmãos, os meus louvores e o meu agradecimento.

Os pretos da Cachoeira em geral falavam como as pessoas de outra raça que não receberam instrução gramatical; mas entre êles destacava-se a Leonor, escrava maranhense, mulher de Paulo, pela fluente elocução e cópia admirável de vocábulos. Pela sua voz ecoava com boa pronúncia nos morros fluminenses a exuberância léxica da província em que Sotero dos Reis ensinara a língua.

Os pretos boçais falavam um português africanizado que já não se ouve mais no Brasil. Possuo, trazido da Cachoeira, o manuscrito de um poemeto satírico anônimo, em que se figura o diálogo maledicente de dois pretos na serra do Comércio, por onde iam conduzindo suas tropas. Foi escrito antes, portanto, de se construir a E. F. Pedro II, mas nas proximidades de 1842, porque nêle se fala na guerra de Minas.

Transcreverei para amostra a primeira estância, em que tem a palavra pai Simão:

— *Adêo, adêo, pai Joaquim,*
Cumo tá minha pracêro?
Tumara achá cunpanhêro
Qui mim juda eu aqui.
Zim buro qui vai aí
No rama hare ficá;
O séra tá munto má,
Pra andá nele, tem rama,
Esse gente dñ Sant'Ana
Nom sê cumo hare passá.

Rama é lama, pronunciando-se o *r* como o de *arame*, e *buro* é burro. Até o *r* inicial pronunciavam sem rotacismo, sendo uma lingual branda em tôdas as palavras.

Outro exemplo de imitação dessa fala era a letra de uma cantiga, de cuja música também ainda me lembro, como de tantas outras do nosso abundante e ingênuo *folklore*, às vêzes bem espirituoso:

— *Pai Sucé tá bonito, tá ben fêto,
Pai Suão tá fêo, tá zangaro !
— Minha sinhá, eu tá munto renegaro
Dêsse amô qui ripinica minha pêto.*

Os pretos cumprimentavam os senhores dizendo: *Soscrito*, em que fundiam numa só palavra a saudação “Louvado seja N. S. Jesus Cristo” (61).

Ao *Soscrito* respondia o branco: “Para sempre”, mesmo sem pensar em Cristo, maquinaalmente.

Nunca vi nem ouvi cachambus e marinhas na Cachoeira. Ouvi cantarem pretos em diversas partes do Brasil e posso aqui assegurar serem de uma pasmosa infidelidade as estilizações de seu canto que se ouvem no rádio, tão diferentes das toadas africanas, mesmo pondo Xangô nessa extravagância.

Na Cachoeira só uma vez ouvi os pretos cantarem no terreiro de café, pretos e pretas empunhando o rôdo, para igualar o café em côco, movendo-se entre as motas paralelas da área como colcheias vivas.

Cantava um dêles, como corifeu: “Macaco cum macaca comeu milho nim minha roça, minha parenta”, e o côro gritava: *cumeu nim minha tambem*”.

Repetiam êsse breve diálogo, sem mudança na letra, nem na toada.

Os escravos que trabalhavam nos cafezais vestiam, os homens, calça e camisa de algodão e as mulheres saia do mesmo tecido, salvo em dias de festa, agasalhando-se todos no tempo de frio com um timão de baêta.

Por muito tempo foi a casa Leitão do largo de Santa Rita a fornecedora dêsses tecidos.

Uma vez, perto do tanque de lavagem do café, sito entre as tulhas e o chiqueiro, o Arsênio se queixou em conversa comigo da vida que

(61) Em correspondência com o sábio linguista J. Vendryes, da universidade de Paris, assinala esse caso de polissintetismo excepcional, em língua não americana, e também, no português, o conflito entre a lei de transformação das consoantes e a assimilação dinâmica regressiva, na palavra *fita*, do latim *vitula*, em que a sonora se mudou em surda, o *v* em *f*, pela ação regressiva do *t*, dental forte.

levavam os escravos e eu lhe disse que os alforriaria todos quando crescesse. Não sei com que direito ou com que recursos.

Riu-se o preto, dizendo que eu não pensaria do mesmo modo quando crescesse. Felizmente não lhes fui necessário.

* * *

Lei áurea — Sancionada a lei 13 de maio, meu avô reuniu os seus ex-escravos na frente da casa e lhes comunicou da escada que a lei os tornara homens livres.

Manifestaram o seu grande júbilo com vivas à princesa Isabel e também a *sinhô*, o ex-senhor, a quem sabiam não dever a liberdade !

Não quiseram deixar a fazenda: construíram choças pelos vales da Cachoeira, deixando a senzala, onde se tinham aquartelado por muitos anos.

De maio a dezembro de 1888, e no ano seguinte ainda, festejaram a Abolição com descantes e toque de sanfona.

Êsses festejos foram facilitados por meu avô, que logo depois da lei fez preparar um banquete para seus ex-escravos, ao qual presidiu meu tio José Gomes do Val, administrador da fazenda.

Não quiseram os pretos beber o vinho sem a presença do ex-senhor, que esperaram de copo em punho. Comparecendo meu avô, foi por todos recebido com alegria e um dêles, José Pedreiro, disse ao ex-senhor, antes de beberem:

“Nós não éramos escravos, somos d’agora em diante”.

* * *

A vida — Antes da abolição os negros acordavam muito cedo, tomavam café e reuniam-se no terreiro entre a casa e a senzala, sob as vistas de meu avô, de pé na escada de seu quarto. Partiam para o cafezal, indo meu avô para a ante-sala, onde via nascer o sol, debruçado numa janela.

A direção do trabalho era confiado por meu avô a um filho, a princípio a meu tio Luiz Gomes do Val (Lulu), antes de se mudar êste para Ribeirão Preto, onde foi montar sua fazenda, e depois o meu tio José Gomes do Val (Juca), quando voltou dos Estados Unidos, pitorescamente norte-americanizado, até no sotaque.

Ao escurecer os escravos voltavam do serviço e meu tio, o administrador, ia relatar ao pai o que se fizera durante o dia, numa atitude mais respeitosa do que filial e confiada. Meu avô não deixava de ser muito amigo dos filhos, mas os criou com um temor reverencial que os acanhava.

O almoço dos escravos, às sete horas e três quartos, era anunciado por um toque de buzina. Constava principalmente de ótimo angu de fubá de milho com feijão preto, carne de vaca ou de porco, em pratos de fôlha ou em cuias.

O mesmo toque de buzina era aviso de que o almoço dos senhores seria quinze minutos depois, às oito horas. O passadio não podia ser melhor, não só pela qualidade dos alimentos, em que predominava a produção da fazenda, como pela competência das cozinheiras, que eram diversas, alternando-se periodicamente.

Ainda havia palmito doce nas matas da Cachoeira e o amargoso (patí) era plantado nos morros, como o giló na horta.

Então no Brasil não se usava doce no almoço, que terminava com café, leite ou café com leite, pão com manteiga, rosca ou biscoitos, sendo dignas de menção honrosa as rosquinhas e as boroinhas de milho da Cachoeira, feitas com leite e ovos.

A manteiga fresca era fabricada com o rico leite de vacas nutridas com fubá ou com farelo, mas consumia-se também a estrangeira Demagny, amarela. Não se conseguiu fazer um queijo igual aos de Minas, que eram comprados, como o do reino, mas o requeijão era excelente, ótimo companheiro da goiabada mole ou dos doces de calda, principalmente ainda quente.

O gado abatido na estação do Comércio fornecia a carne de vaca fresca e o mocotó para a geléia.

Antes do meio-dia fazia-se a merenda (*lunch*) designada por *fazer as onze*, na qual não entravam salgados, mas café, leite, chá, com pães, roscas, boróas e massas cozidas no forno da fazenda. Os pães e as roscas, barão e porrete, vinham da estação do Comércio.

O jantar, anunciado pela buzina como o almoço, era às três horas da tarde, e a ceia à noite, de conteúdo análogo ao da merenda.

À noite a família reunia-se em torno da grande mesa à luz de um lampeão de azeite de mamona, para a ceia e também, depois, para a conversação e o manuseio de curiosidades impressas em jornais e revistas. A mamona alimentava ainda a candeia da cozinha, sobrevivência menos artística de outras de bronze, legadas aos museus pela antiguidade romana.

O ótimo café que se tomava de manhã, durante o dia e ao anoitecer, era torrado num torrador cilíndrico movido a manivela e coava-se num coador de pano.

Nem só de pão vive o homem.

Quase todos os meses o vigário de Santa Tereza ia à Cachoeira dizer missa na grande sala de visitas. O altar era pôsto defronte da

porta da ante-sala, de onde era visto pela central da sala de visitas por quem se achasse no alto da escada de pedra.

Meu avô mesmo servia de acólito e os pretos com trajas domingueiros assistiam ao ofício divino ocupando a escada e parte da ante-sala.

Para instrução dos filhos meu avô tomara professores na Côte. Já não lecionavam quando nasci, mas ouvi falar-se muito num tal Amazonas, que supponho ter sido o autor do poemeto satírico em língua de preto, de que transcrevi alguns versos.

Deu às filhas também professores de piano e lembro-me muito do pianista Aníbal Napoleão, irmão do célebre Artur, quando lhes dava lições para o aperfeiçoamento; mas creio que só minha mãe tirou real proveito do ensino, executando facilmente qualquer música, em notas limpidas, com inteligência do sentimento inspirativo.

Aníbal Napoleão era ali recebido com muita amizade e demorava-se muitos meses na Cachoeira, onde parentes e estranhos iam tomar ares no salubérrimo clima das montanhas valencianas ou descansar um pouco do calor carioca.

Faziam-se passeios a cavalo pelos caminhos da fazenda e a pé no pomar ou no vale até a subida além da olaria, ou em trole, carro puxado por uma parelha de bestas e de caixa mais baixa do que a das caleças, para não tombar nas desigualdades dos caminhos.

Eram diversões agradáveis e salutares, a que se juntavam, naquella claríssima ante-sala, tôda vidraças, outras mais espirituais, na leitura de gazetas, revistas e livros.

Nessa ante-sala, cujos vidros eram como os óculos da casa, havia três mesas redondas de madeira clara com cartas para o solo ou a bisca, tabolas e taboleiros para o gamão, o xadrez e as damas. Dessas três mesas duas estavam entre as portas laterais do salão e a do meio, e na maior, que ficava para a esquerda de quem entrava na ante-sala, lembro-me de fotografias de trechos, estações, pontes e túneis da E. F. D. Pedro II, que eram vistas encaixando-se num binóculo de aumento.

Narrando a vida na Cachoeira, de que participei tanto, com impressionável sensibilidade, nos primeiros anos de minha formação física e moral, referirei um fato provavelmente geral no Brasil daquelle tempo: a influência africana das mucamas sôbre a tenra cêra espiritual da infância.

À noite, em mesa colocada no fim da varanda, a pouca distância da cozinha, eu ouvia atento as histórias que elas me contavam depois de jogarmos o *burro* ou o *dominó* nesse calmo conchêgo. Lobisomens, mulas sem cabeça, cabras cabriolas e principalmente diabos aterravam a minha imaginação pelo poder maléfico e a disposição malévola de que eram dotados.

Já no leito pensava na cabra cabriola e parecia ver no escuro do quarto os chavêlhos de Satan e os traços curvilíneos das caudas diabólicas. *Vade retro.*

* * *

Os mascates e os músicos ambulantes — Passavam pela Cachoeira às vêzes pequenos mercadores que negociavam levando a oferta de suas mercadorias aos pontos iniciais da procura.

Mascates italianos percorriam a pé os caminhos da roça, como as ruas da cidade. Eram quase sempre dois companheiros, sócios de ordinário, um dos quais carregava nas costas uma caixa quase cúbica repleta de fazendas e objetos de armarinho e o outro anunciava a presença de ambos batendo as duas partes de um metro unidas por dobradiças para essa função de matraca.

Ainda não havia o mascate sírio, que leva o armarinho em caixa com tampa de vidro aos morros em que o comprador trabalha, indo quase sempre só, ou, como regatão na Amazônia, segura os gualdropes do leme, assentado na pôpa do batelão, enquanto um companheiro rema de palamenta. A câmara de ré contém o armarinho e o porão é o armazém de sêcos e molhados.

Fazia-se também pelas fazendas um comércio com transporte em cargueiros muares tocados por camaradas, como era o de duas judias francesas estabelecidas em Valença, que iam a cavalo pelo município. A mais velha, Mme. Adelaide creio que era viúva, tinha filhas, e a outra se casou com o Dr. Jequiriçá, advogado na comarca. Vi ambas na Cachoeira com os seus baús-armarinho.

Passavam pela fazenda bandos de ciganos, que trabalhavam em cobre e negociavam em animais, procurando com barganhas matreiras impingir algum cavalo com vício redibitório, enquanto as mulheres, pouco asseadas, diziam a *buena dicha* aos consulentes.

Também passavam charangas com cantores e palhaços. Lembrome de uma em que o cantor fez ouvir a *Santa Lúcia*.

Não faltava pelos caminhos da roça o italiano com o realejo e o macaco vestido, que recebia os vinténs depois de dançar com saltos discordantes daquela música enfadonha.

As bandeiras do divino também afrontavam a soalheira pelas estradas valencianas e pediam-se esmolos para a cêra do santíssimo.

PORANGABA

Entre Cachoeira e Porangaba, que foi uma dependência da fazenda, o limite era o divisor das águas do Paraíba e do rio Pretó, na montanha coberta de mata na parte superior, onde o caminho passava por uma porteira.

Joaquim Ribeiro do Val, primo-irmão e genro de meu avô, era quem explorava tal sítio, onde viveu muitos anos, morando com sua numerosa família numa casa térrea, nos fundos da qual começava morro acima o cafezal, ainda virente quando o vi primeiro.

Mais tarde, indo para Santa Teresa de Valença, passei por lá algumas vezes; a casa já não tinha habitantes e um grande galinheiro que Joaquim Ribeiro construira, para uma criação de galinhas que não deu resultado, nem um pinto abrigava.

O cafezal tinha morrido.

OS FAZENDEIROS

Mateus Gomes do Val — Nasceu em Portugal a 22 de janeiro de 1808 e veio para o Brasil em 1816, trazido por seu tio João Ribeiro do Val, casando-se em 1833 com minha avó, Teresa de Jesus Maria Soares de Meireles.

Chamou-se primeiro Mateus Gomes da Silva, mas, tendo falecido sua mãe, que era Ribeiro do Val, e tendo seu pai convolado a outras núpcias, substituiu por Val o Silva do sobrenome paterno.

Claro, sanguíneo, de olhos azuis, só lhe quebrava o aspecto nórdico a sua baixa estatura. Ainda o alcancei com muitos fios loiros no cabelo. Usava suíças e raspava o bigode. Era robusto.

Instrução literária êle não tinha, mas muita inteligência, com certa meticulosidade que o demovia de emprêsas arriscadas, preferindo manter modestamente o que adquirira com o trabalho a tentar empreendimentos sedutores, mas aleatórios.

Falava pouco, mas sempre certo; ouvia com atenção, calado, e sorria finamente quando o interlocutor errava.

Era presidindo às refeições, na cabeceira da longa mesa, que êle conversava mais, com as pessoas que lhe ficavam próximas.

Foi humano com os escravos quanto podia ser o dono de uma senzala; mas os pretos eram bons e por isso mui raramente no meu tempo houve castigos corporais. O tronco não funcionava.

Meu avô era muito considerado por suas notórias qualidades, mantendo ótimas relações com os fazendeiros vizinhos, que às vezes o visitavam. Lembro-me dos barões de Ipiabas e de Aliança jantando a seu lado, de Francisco Carlos Correia Lemos, de Luís do Nascimento, ou da Picada...

Nunca almejou o título de barão, que lhe seria fácil obter, mas aceitou de boamente o cargo de juiz de paz de seu distrito, quando o elegeram para essa função judicial, que era então principalmente conciliatória.

Ele a exercia provido de um manual que tinha no quarto, não sei de que autor, destinado aos juizes de paz.

A perfeição com que fundou e administrou a sua fazenda era admirada por todos.

Fazendo funcionar na Cachoeira, com impecável harmonia, o conjunto de suas partes constitutivas, foi artifice e artista no seu estabelecimento.

Faleceu a 20 de janeiro de 1890.

* * *

Dona Teresa — Lembro-me de minha avó Teresa, como se a estivesse vendo e ouvindo. Era alta, morena, de olhos negros e cabelos ondeados, que trazia presos na rêde, penteados a *Second Empire*.

Vencera incólume os seus quinze partos e aproveitava sua boa saúde numa atividade quotidiana que durou muitos anos. Percorria a passo lento a grande casa, que administrava auxiliada semanalmente por uma filha, parando mais tempo na cozinha.

Não me saem da memória seu porte heril, o carinho com os netos, a bondade com que tratava as escravas e as filhas de escravos nascidas depois da lei n.º 2.040 de 28 de setembro de 1871, dita do *ventre libre*, a dignidade no mando, a providência nos conselhos.

Expendia, quando era oportuno, com segurança na ortodoxia, a doutrina cristã ensinada pelo padre mestre, desvanecida no íntimo de a ter aprendido com um pai tão sábio.

E' com admiração que me recordo sempre dessa nobre individualidade que foi Dona Teresa, minha avó, e minha madrinha, agradecendo-lhe ainda hoje a atenção dispensada com tanta benignidade ao afilhado.

Uma particularidade quanto à mudança de costumes na sociedade brasileira. As senhoras não fumavam naquele tempo senão poucas, creio, e com certo recato. Em público só as pretas pitavam o fumo aceso em cachimbos de barro com tubo de gramínea.

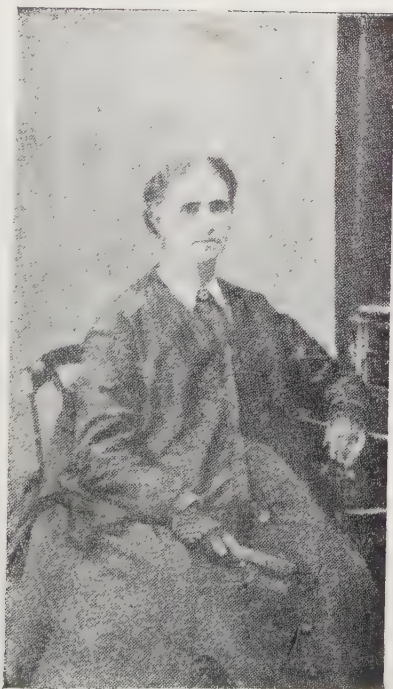
O cigarro era privilégio masculino, mas constantemente violado, à puridade, está visto.

Quando minha avó se recolhia ao quarto, depois dos afazeres do dia, as mucamas lhe preparavam na mesa próxima à porta um cigarro de palha, que ela fumava já deitada, pensativa.

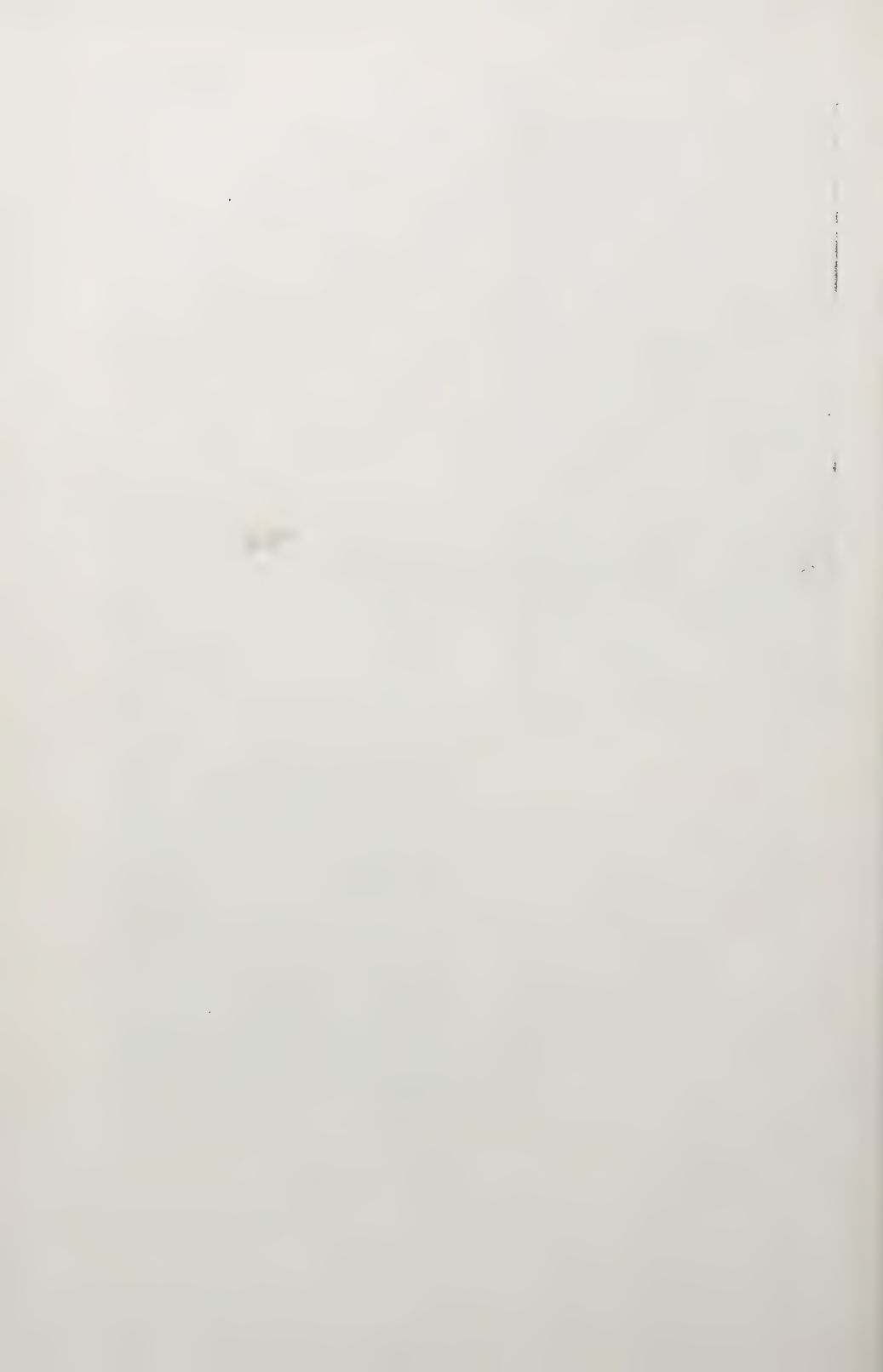
O fumo em corda, de Goiás ou de Barbacena, era picado na ocasião de se fazer o cigarro; não vinha desfiado, como o turco ou o Virgínia, preferidos pelo belo sexo daquele tempo.



Matheus Gomes do Val



Dona Theresa



Hoje é com graça e faceirice que o belo sexo acende um cigarro e sopra a fumaça. *O tempora, o mores!*

Minha avó Teresa (Teresa de Jesus Val) faleceu no dia 16 de janeiro de 1891.

Fui eu quem no dia seguinte conduziu o combôio fúnebre para a vila de Santa Teresa, onde sob lápide marmórea, no cemitério sito no morro que sobe da igreja, a esperava já sepulto o marido.

Saimos da Cachoeira de madrugada; eu ia a cavalo e os pretós carregando o esquife revezadamente.

* * *

A família Val — Meu avô Mateus e minha avó Teresa casaram-se quando aquêlê era administrador de Casal, fazenda de seu compadre e amigo José Pereira de Almeida, o filho do barão de Ubá, João Rodrigues Pereira de Almeida, que tão bons serviços prestou ao sábio Saint-Hilaire.

Os primeiros filhos do consórcio, e entre êles minha mãe, nasceram em Casal e os últimos na Cachoeira.

Os homens foram: João, José, que não conheci, Mateus (Mateuzinho), Antônio, Luís, Pedro e um segundo José (Juca), e as filhas: Carlota, Emília, Maria Gertrudes, Amélia, Elisa Augusta, Leopoldina, Joana, Mariana e Teresa, que faleceu antes de meu nascimento.

* * *

João Gomes do Val — Nasceu a 10 de março de 1834 em Casal; estudou humanidades com seu avô materno, o padre mestre João Batista Soares de Meireles, e cursou a Escola Militar do Império, onde recebeu o grau de bacharel em matemáticas, na forma de seu diploma, datado de 1 de setembro de 1857.

Formou-se, pois, com vinte e três anos e foi pouco depois para a Europa, onde visitou Londres, Paris e Bruxelas, demorando-se mais tempo nesta cidade, com seguro proveito para sua profissão de engenheiro.

Fôra para a Bélgica com dois primos, Pedro e Manuel, filhos de João Ribeiro do Val, e voltou só, porque o Manuel, que se casou na Europa, só regressou depois, e o Pedro morreu por lá, dizem que de nostalgia.

Por decreto de 10 de julho de 1865 o govêrno imperial encampou a companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II, recebendo os acionistas apólices da dívida pública.

Em 1866 João Gomes do Val era engenheiro residente da Pedro II na estação de Rodeio, onde, já casado com uma prima, Elisa

Constança, filha de João Ribeiro do Val, morava ainda em 1867, ano em que meus pais os visitaram nessa residência da estrada de ferro.

O *Almanaque Laemmert* de 1870 (pág. 327) ainda o considera como engenheiro residente em Rodeio; mas nesse ano foi êle encarregado de explorar, locar e construir a linha de Barra do Piraí para Cachoeira no ramal de São Paulo, chefiando a 4.^a seção da estrada.

A prosperidade e boas finanças da província do Rio de Janeiro permitiram que ela, para essa construção, emprestasse ao governo geral seiscentos contos de réis, pelo prazo de dois anos e sem juros. Lei provincial n.º 1.494 de 9 de novembro de 1870.

João Gomes do Val só executou êsses trabalhos até Barra Mansa, tendo feito sede do serviço em Pinheiros (hoje Pinheiral!), na fazenda de Três Poços de Dona Cecília Monteiro de Barros (dos Breves), com cuja sobrinha Francisca da Silveira se casou, tendo morrido a primeira mulher, Elisa.

A estação de Pinheiros foi inaugurada a 25 de março de 1871 e quatro meses depois João Gomes do Val deixou a 4.^a seção da Pedro II.

O aviso de 4 de julho dêsse ano, assinado pelo ilustre pernambucano Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, então ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, pai do meu saudoso colega e amigo Teodoro de Barros Machado da Silva, incumbiu o engenheiro João Gomes do Val de “proceder às explorações e estudos indispensáveis para a determinação do traço que melhor *conviesse* ser adotado no prolongamento da estrada de ferro de Recife para o interior da província de Pernambuco”.

O ponto de partida, pelas instruções do aviso para êsses estudos, devia ser a estação terminal da linha em tráfego, indo-se daí em demanda de Jatobá ou de outro ponto acima no rio São Francisco.

Foi logo para Pernambuco, onde procedeu aos estudos e trabalhos que o aviso recomendara, tendo como seus auxiliares seu irmão Antônio Gomes do Val e seu sobrinho João Ribeiro do Val, agrimensores, que com êle tinham trabalhado também na 4.^a seção da Pedro II.

Não levou muito tempo na execução dessa incumbência, porque em outubro do ano seguinte já se achava em Minas empenhado em outra.

Constituída a companhia Estrada de Ferro Leopoldina, foi João Gomes do Val contratado para dirigir os trabalhos de exploração, locação e construção dessa importante via férrea.

Começou os estudos de exploração dos 38 primeiros quilômetros em 10 de outubro de 1872 e a construção da estrada em março de 1873.

Eu tinha apenas cinco anos então, mas ainda me lembro de uma parte da viagem da Cachoeira para o sítio de Bom Jardim, em cuja casa ia residir meu pai, que foi o engenheiro da 1.^a seção da Leopoldina.

Lembro-me de nossa estada num hotel de Pôrto Novo do Cunha (ou de São José de Além Paraíba?) e da viagem que fizemos a cavalo para a casa de Bom Jardim (coisa que ela não tinha).

Em alguns trechos do caminho aproveitamos os cortes e aterros da construção já começada e por uma ponte de madeira atravessamos um impetuoso afluente do Paraíba.

A casa em Bom Jardim era construída na encosta de um morro coberto então por belo cafezal, havendo entre ela e o fundo do vale um cercado, além do qual passava o leito da estrada.

Ali estive o engenheiro Melo Barreto, diretor da companhia, que me presenteou com um bondezinho de fôlha de Flandres, cujos bancos tinham puas em que se assentavam os bonecos.

Em 8 de outubro de 1874 foi inaugurado o tráfego até Volta Grande com a presença de sua majestade. Vi da casa de Bom Jardim passar, além do ribeirão, ou córrego, que havia no fundo do vale, o trem que levava o imperador e sua comitiva. A Leopoldina só tinha então um carro de passageiros dividido em dois compartimentos, 1.^a e 2.^a classe; mas a maior parte da gente que vinha da corte, para assistir à inauguração, enchia de lastro humano carros descobertos destinados ao transporte de outra matéria.

João Gomes do Val, dirigindo a Leopoldina, residiu a princípio em Volta Grande, mas a última vez que o vi no serviço dessa estrada já ele morava numa casa pouco distante da ilha dos Pombos, pertencente nesse tempo a um Passos.

Nós, que então morávamos na estação de São Luís, tínhamos ido visitar Dona Cecília Monteiro de Barros, que ali estava passando uns dias com a sobrinha, senhora do engenheiro João Gomes do Val.

Por decreto de 18 de novembro de 1874 foi ele agraciado com a vênere de cavaleiro da Ordem de Cristo, motivando-se a mercê no texto dêsse ato pela construção da estrada de ferro Leopoldina.

Deixando a direção dessa via férrea, procedeu à exploração para o traçado da estrada de ferro do Comércio ao rio das Flores, cuja construção começou em setembro de 1876, tendo sido executados por meu pai os trabalhos de locação do leito.

Fui duas vezes a cavalo até o local dêsses trabalhos, sendo a segunda no sítio de José Pereira da Costa Maldonado, entre Taboas e Santa Teresa, que pelo projeto primitivo era o ponto terminal da estrada.

A concessão pelo governo provincial em 1874 a Luís Antônio Schimid era para uma linha de carris por tração animal do Comércio a Santa Teresa e foi modificada, em 1875, para se prolongar a linha até Pôrto das Flores e facultar-se a tração por locomotiva.

Hoje o trecho entre a estação do Comércio (Sebastião de Lacerda) e Santa Teresa transformou-se em rodovia e o resto pertence à Linha Auxiliar da tão inepta quão ingratamente denominada Central do Brasil.

Depois dos trabalhos na Comércio a Rio das Flores, João Gomes do Val foi construir o prolongamento da União Valenciana até Rio Preto. A concessão provincial para êsse prolongamento se fez a 27 de abril de 1877 e os trabalhos foram concluídos em 1880, inaugurando-se o tráfego nesse ano até o ponto terminal da linha.

Cessou então a sua atividade profissional de engenheiro. Não me foi possível verificar quando começou, porque o seu nome só aparece como engenheiro da Pedro II em 1866, tendo êle se formado nove anos antes.

Os almanaques Laemmert dos anos anteriores a sua residência em Rodeio não o contemplam no quadro dos engenheiros da companhia Estrada de Ferro Dom Pedro II e nos relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que eram apenas algumas vezes os dos engenheiros fiscais, também não encontrei seu nome, nem nos contratos de empreitada nêles transcritos.

Creio por isso que durante os cinco anos, ou pouco mais, anteriores à incorporação da Pedro II pelo governo, trabalhou êle na construção da estrada como engenheiro de algum empreiteiro. Numa das fotografias da Pedro II existentes no *hall* da Cachoeira, a que já me referi, via-se João Gomes do Val na ponte do Desengano, onde êle não trabalhou depois da incorporação da estrada.

Foi também lavrador, mesmo no tempo em que exerceu a profissão de engenheiro, possuindo a pouca distância da Cachoeira o sítio de Santa Ana com excelentes cafezais na montanha, que se elevava em anfiteatro.

Comprara também terras em Ribeirão Preto, para onde se mudou, fundando próximo à cidade a fazenda de Santa Teresa, de sociedade com seu irmão Mateus Gomes do Val, com a qual ficou, dissolvida a sociedade algum tempo depois, pouco antes de seu falecimento nessa fazenda, no dia 20 de dezembro de 1887.

Sobreviveram-lhe os pais, meus avós, que tanto o amavam, para não passarem também do triênio seguinte à morte do seu primogênito.

Lembro-me de sua tristeza pela perda irreparável de um filho tão querido. Minha avó, coitada, não gostava de me ver num cavalo baio ou pangaré que deixara na Cachoeira. Fazia-lhe saudades do filho, que nêle costumava dar os seus passeios pela fazenda.

João Gomes do Val, mais alto do que o pai, herdara dêste a robustez, a tez clara e sanguínea, os cabelos fulvos, que davam aos dois um aspecto nórdico, menos os olhos, que não eram azuis como os do pai, mas castanhos claro.

Ainda tenho na lembrança os dois assentados em cadeiras de balanço, um defronte do outro, conversando no *hall* envidraçado: quadro digno das tintas de uma palheta e de um pincel expressivo.

Vi-os eu naquela diáfana ante-sala como dois vasos preciosos postos na claridade de uma cristaleira, sem prever que bem cedo ia evaporar-se, como de frágil porcelana, tão volátil essência.

Entretanto, João Gomes do Val, que morreu só com 53 anos, era um homem forte e gozava de boa saúde. Uma vez, no seu escritório de Volta Grande, quando construía a Leopoldina, dois sujeitos desavindos atracaram-se na sua presença e êle, segurando ambos ao mesmo tempo, atirou-os pela porta a fora na rua.

O preto Carlos, velho tropeiro da Cachoeira do tempo em que o café se exportava por Iguaçu, me disse uma vez que o seu senhor moço João, quando era menino, fazia como brinquedo moinhos de madeira com rodas movidas pela corrente dos córregos recebida em orelhas de casca de cuia.

Prenunciava assim o seu futuro na engenharia brasileira.

* * *

Mateus Gomes do Val (Filho) — Fêz a campanha do Paraguai, onde foi ferido em combate. Convicto republicano histórico, foi político em Ribeirão Preto, onde gastou com isso a sua fortuna de fazendeiro, acabando seus dias como coletor naquele município.

* * *

Antônio Gomes do Val — Era agrimensor e foi empreiteiro na construção da Leopoldina. Casou-se depois em Cachambu na família Noronha e faleceu ainda moço. Tinha algum amor às letras. Li na Cachoeira livros que lhe pertenceram, como um de Villemain sobre literatura na idade média e as poesias de Lamartine, o Jocelyn pelo

menos. Ainda possuo uma gramática grega de Burnouf, que foi sua, não antiquada ainda no seu tempo.

* * *

Luís Gomes do Val — Casou-se em primeiras núpcias na Cachoeira, quando administrava a fazenda do pai, com uma neta do fazendeiro Francisco Carlos Correia Lemos. Enviuvou em Ribeirão Preto, onde prosperou durante algum tempo.

Visitava-me em São Paulo, quando ia ver os filhos Luís e Alberto no colégio Moretzshon, com os quais eu, estudante de direito, passeava aos domingos.

* * *

Pedro Gomes do Val — Faleceu na côrte onde estudava medicina. Ainda me lembro de ter ido com êle a uma casa de brinquedos na rua da Quitanda, a pouca distância da farmácia homeopática, defronte da qual nós nos hospedavamos num sobrado encostado ao morro do Castelo.

Era de meu avô a casa da farmácia e no sobrado morava sua filha Leopoldina, casada com o farmacêutico.

* * *

José Gomes do Val — Meu tio Juca foi administrador da Cachoeira, depois que seu irmão Luís (meu tio Lulu) se mudou para São Paulo, e dono da fazenda pela partilha dos bens deixados por seus pais; mas a vendeu pouco depois e foi para o Paranapanema, onde comprou terras de que foi evicto (um *grilo* na gíria paulista).

* * *

O nome Val em São Paulo, se não tem Ribeiro, indica a descendência de um dos quatro irmãos Gomes do Val: João, Mateus, Luís e José, que para lá foram.

* * *

Carlota — Da prole feminina do casal de meus avós maternos a filha mais velha, Carlota, casou-se com Joaquim Ribeiro do Val, primo irmão do sogro, que lhe concedeu o uso e gozo da Porangaba.

Joaquim Ribeiro do Val enviuvou antes de falecerem meus avós e acabou seus dias na vila de Santa Teresa, onde exerceu a princípio o cargo de secretário da câmara e depois o de coletor, ao mesmo tempo que sua filha Maria Carlota ali exercia o de agente dos correios, tornando-se por morte do pai o amparo de suas irmãs.

Acatado por todos por sua competência e probidade, Joaquim Ribeiro foi o organizador do município criado logo depois de se proclamar a República.

Nasceu na opulência e morreu na pobreza, mas desempenhando com galhardia e dignidade modesta função pública.

Estudara humanidades com o padre mestre, sendo aprazível o trato com a sua amável espiritualidade.

São seus descendentes os Ribeiros do Val de São Paulo, para onde foi a maior parte de seus quatorze filhos.

* * *

Elisa Augusta — Casou-se com o engenheiro Joaquim Vieira Ferreira. Nasceu em Casal no mesmo dia que a princesa imperial Dona Isabel, 29 de julho de 1846, e faleceu no Rio de Janeiro a 19 de julho de 1916. Não sei explicar porque sonho tanto com meu caro pai e tão poucas vêzes com ela, de quem não tenho menos saudades!

* * *

Leopoldina — Casou se com o português João Pinheiro de Magalhães Bastos, que explorava uma farmácia homeopática na rua São José, n.º 56, em prédio pertencente a meu avô.

Morava na casa em frente, n.º 57, sobrado em que nos hospedávamos quando vínhamos ao Rio e onde funcionava o *Instituto Hahnemanniano*.

Davam os fundos do edifício para o morro do Castelo por um pequeno terreiro, cuja estreiteza parecia oprimir-me, habituado como estava com os sítios espaçosos da fazenda e das paragens mineiras.

Tive uma compensação quando meu tio Pedro me levou a uma casa de brinquedos. Não me esqueci mais dêsse grande acontecimento.

* * *

Joana — Chamava-se como a avó Joana Leonísia. Casou-se com Leopoldo Rodrigues Vilares, que foi desenhista da Leopoldina, da União Valenciana e por último da Central do Brasil, onde se aposentou.

* * *

Mariana — Casou-se com o Dr. Torquato Rodrigues Vilares, irmão de Leopoldo; foi médico e fazendeiro em Santa Teresa de Valença. Teve parte como deputado nos trabalhos da primeira assembléia constituinte do Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

A distância produz a invisibilidade no tempo, como no espaço, mas para os longes do passado não há telescópios, tocando a uma

vista que se enfraquece todos os dias descobrir a olho nu o que se vai sumindo.

A memória é obrigada a saltar nas interrupções de um caminho sem pontes, como nas de uma Via Lactea que se tivesse apagado aos poucos, deixando aqui e acolá, bruxuleantes na imensidade, as alfas de seus asterismos.

BIBLIOGRAFIA

- AIRES DE CASAL, *Corografia brasílica* (1833).
ALBERTO LAMEGO, *A terra goiaticá* (Bruxelas, 1913).
ALMANAQUE LAEMMERT (1870).
ANTONIL (André João), *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas* (1898).
ARTUR RAMOS, *Introdução à antropologia brasileira* (1943).
ATAÍDE DE MARCONDES, *Pindamonhangaba* (1907).
ATLAS GEOLÓGICO DO BRASIL, organizado no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura pelo engenheiro Fiúza da Rocha (1939).
AUGUSTO DE LIMA JUNIOR, *A Capitania de Minas Gerais* (Lisboa, 1940).
BASÍLIO DE MAGALHÃES, *Expansão geográfica do Brasil* (1915).
BERNARDINO JOSÉ DE SOUSA, *O pau brasil na história nacional em Anais do Terceiro Congresso de História Nacional* (Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1944).
CALÓGERAS (João Pandiá), *As minas do Brasil e sua legislação* (1904 e 1905).
CAPISTRANO DE ABREU, *História do Brasil até 1906; Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil* (1930).
DICCIONÁRIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA de la Academia Real Española (Madrid, 1925).
DOCUMENTOS do Arquivo da Casa dos Contos (Publicação do Ministério da Educação e Saúde Pública) (1945).
EMILE LUDWIG, *Le Nil* (Vie d'un fleuve), Trad. de H. Bloch (1936).
LOBÃO (Manuel de Almeida e Sousa, de), *Obras*.
GOELDI (Emílio), *Obras de zoologia brasileira*.
LUCRECIO (Titus Lucretius Carus), *De rerum natura*.
MATA MACHADO FILHO (Aires da), *Arraial do Tijuco* (Cidade de Diamantina), em Publicações do Serviço do Patrimônio Nacional do Ministério da Educação e Saúde Pública (1944).
MARTIUS (Carlos Frederico Felipe de), *Flora brasiliensis* (1829); *História Naturalis palmarum* (1831-1850); *Natureza, doenças, medicina e remedios dos índios do Brasil*, na *Brasiliana* (1939).
MELO FREIRE (Pascoal José de), *História juris civilis lusitani* (Olisipone, MDCCC); *Institutiones juris civilis lusitani* (Olisipone, MDCCCVII); *Institutiones juris criminalis* (Olisipone, MDCCCX).
MOREIRA PINTO (Alfredo), *Apontamentos para o Dicionário Geográfico Brasileiro*.
NINA RODRIGUES, *Os africanos no Brasil*, na *Brasiliana* (1932).
PEREIRA E SOUSA (Joaquim José Caetano), *Dicionário jurídico* (Lisboa, 1825).
PERRIER (Ed.), *La terre avant l'histoire*, na *Bibliothèque de synthèse historique* de H. Berr (1920).

- PINHEIRO CHAGAS (M.), *Dicionário Popular*, histórico, geográfico, etc. (1880).
- PISO E MARCGRAFF, *História Naturalis Brasiliae*.
- PIZARRO (Manuel José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo), *Memórias históricas da província do Rio de Janeiro* (1822).
- PLAUTO (M. Accio), *Quae supersunt comoediae* (Lipsiae, 1869).
- PORTUGAL, *De donationibus*, em Lobão.
- PÔRTO SEGURO (Visconde de), *História Geral do Brasil* (2.^a ed.).
- RECLUS (Elisée), *La terre* (Paris, 1868).
- REPERTÓRIO das Ordenações do Reino de Portugal (Coimbra, MDCCLXXXV).
- REVISTA do Arquivo Mineiro.
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- RIBEIRO LAMEGO (A.), *Escarpas do Rio de Janeiro* (1938); *O Homem e o Brejo* (1945).
- SAINT-HILAIRE (Augusto), *Voyage aux sources du Rio S. Francisco; A segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais*, traduzida na Brasileira por Afonso de E. Taunay (1932).
- SANTA ROSA (Frei Joaquim de), *Elucidário*, em Lobão.
- STRADELLI (Conde Ermano), *Vocabulário nheengatú* na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1929).
- TAUNAY (Afonso de Escagnolles) *Pequena história do café no Brasil*, editada pelo Departamento Nacional do Café (1945).
- VENDRYES (J.), *Le langage*, Introduction linguistique à l'histoire (1921).
- VIEIRA FERREIRA (Desembargador), *Juízes e Tribunais do Primeiro Império e da Regência* (1937); *Azambuja e Urussanga* (Memória histórica sobre a fundação pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina, Niterói, 1939).
- WEX (J.), *Métrologie grecque et romaine*, Trad. de P. Monet (1886).
- CARTAS COROGRÁFICAS.

APÊNDICE

SOCIEDADE DEFENSORA DA LIBERDADE E INDEPENDÊNCIA NACIONAL DA VILA DE VALENÇA

O livro de atas dessa sociedade tem como data de abertura o dia 18 de novembro de 1831 e dêle constam nas sessões do conselho os sócios admitidos sucessivamente.

SESSÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 1831:

Anastácio Leite Ribeiro, Antônio da Silva Monteiro, Antônio da Silva Monteiro Júnior, Antônio de Sousa Barreto, Antônio Gomes da Cunha, Antônio José da Silva, Antônio Luís Areia, Antônio Osório da Fonseca, Antônio Pereira Sampaio, Bernardo Vieira Machado, Caetano Álvares de Oliveira, Caetano José Teixeira, Carlos Coelho da Silva Brandão, Claudino Antônio de Azevedo, Custódio

Ferreira Leite (futuro barão de Aiuruoca), Domiciano Cláudio Nogueira, Francisco Antônio de Almeida e Gama, Francisco Carlos Correia Lemos, Inácio de Sousa Werneck (capitão), Inácio José Nogueira da Gama, Inácio Pereira da Costa, Isidoro José Pereira Bastos, Jerônimo Monteiro das Chagas Viana, João Batista Soares de Meireles, João Crisostomo de Vargas, João Pinheiro de Sousa, João Rodrigues Magalhães, Joaquim Cláudio Viana das Chagas (vigário), Joaquim Gomes de Sousa, Joaquim Leite Batista, José Inácio Nogueira da Gama, José Pedro da Silva, José Pedro de Carvalho, Manuel da Silva Ferreira, Manuel da Silva Pereira, Manuel de Oliveira Campos, Manuel do Vale Amado, Manuel Fernandes Renguengo, Manuel Jacinto Soares, Manuel Lopes Domingues, Manuel Ribeiro Fortes, Marquês de Baependi, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, Pedro Vieira Machado, Reginaldo de Sousa Werneck, Severino da Silva Tavares, Vicente Pereira de Macedo, Visconde de Baependi.

SESSÃO DE 18 DE NOVEMBRO DE 1831:

Antônio Leite de Magalhães Pinto, Antônio Nogueira de Sousa, Antônio Simplício de Siqueira, Crisóstomo Correia da Silva, Domingos Moreira de Vasconcelos, Ezequiel de Araújo Padilha, Francisco de Oliveira e Castro, Francisco Inácio de Araújo Lima, Herculano César de Siqueira, Joaquim José Furtado, Joaquim Pereira dos Santos, José Correia e Castro, José de Avelar e Almeida, José Eugênio Teixeira, Lucas José de Paiva, Manuel Marcondes Vieira Cabral (padre).

SESSÃO DE 8 DE JANEIRO DE 1832:

Antônio Correia de Lima, Antônio da Silveira Caldeira, Antônio Francisco de Almeida Gama, Antônio José Barbosa, Antônio José de Pina Leite, Antônio José Lopes, Bernardo Vieira Ferraz, Caetano Gonçalves da Costa, Carmelo José Pereira, Conde de Valença, Custódio Ferreira Leite de Magalhães, Domiciano José de Sousa, Francisco Antônio da Silveira, Francisco de Paula de Siqueira Leite, Francisco Gonçalves da Costa, Inácio Luís Machado, João Batista Vieira Ferraz, João Francisco Pimentel, João Pereira Darrigues Faro, João Pinheiro de Sousa, Joaquim Braz do Vale, José Antônio de Sousa, José Caetano da Fraga, José Custódio de Magalhães Leite, José Fernandes Pereira, José Ferreira Leal, José Gonçalves da Costa, José Lopes Domingues, José Tomaz de Aguiar, Manuel Canoel Caetano de Avelar, Miguel Joaquim Bernardino, Mi-

guel Tavares Pereira, Peregrino José de Almeida Pinheiro, Tomé Maria da Fonseca e Silva.

SESSÃO DE 1 DE ABRIL DE 1832:

Alexandre Maria de Morais Sarmento, Antônio Bernardino de Barros, Antônio José Machado Bastos, Conde de Lages, Domingos Antônio Ribeiro, Francisco de Assis Alves, Gabriel José de Barros, João Alves da Costa (padre), João Batista de Sales, João Batista dos Reis, João Joaquim Ferreira de Aguiar (padre), João José de Lima, João José Lopes da Cruz, Joaquim Cláudio Nogueira, Joaquim Gonçalves de Morais (padre), José Antônio da Silva Pinto, José de Azevedo, José Francisco de Moura, José Gomes de Sousa, José Severiano da Rocha, José Tomaz da Silva Monteiro, Lucas Bueno Pereira Aris, Luís Gomes Cardoso, Manuel Ferreira Brandão, Manuel Pinto da Silva, Manuel Teixeira de Magalhães Leite, Miguel Coimbra, Tomaz de Aguiar Reis, Venâncio Tavares Guerra.

SESSÃO DE 2 DE ABRIL DE 1832:

Antônio Rodrigues de Araújo, Jacinto Ferreira de Carvalho, Joaquim Bernardo de Guimarães, José Pimentel Dias de Macedo, Josué Antônio de Queiroz, Manuel Gomes de Carvalho, Manuel José Ribeiro Franco, Romão Carlos Nogueira, Severino Ribeiro de Resende, Severino Rodrigues de Araújo.

SESSÃO DE 3 DE ABRIL DE 1832:

Antônio Delfino da Silva, Antônio Dias Fortes, Antônio Diniz da Costa Guimarães, Antônio João do Vale, Antônio Joaquim Fortes, Antônio José de Carvalho (desembargador), Antônio José de Carvalho Chaves (desembargador), Antônio José Teixeira, Antônio Luís da Costa Machado, Antônio Rodrigues Barbosa, Caetano José de Almeida e Gama, Caetano Vieira de Sousa, Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar, Domingos Antônio da Costa Lages, Domingos Antônio Maria, Domingos Martins Moreira, Domingos Ribeiro do Vale (?), Francisco Antônio de Almeida Gama Júnior, Francisco Costa Lages, Francisco Gonçalves da Costa, Francisco Inácio, Francisco José dos Santos (capitão), Francisco Martins Pimentel, Francisco Mendes dos Santos, Francisco Ribeiro de Avelar, Francisco Tereziano Fortes, Ildefonso de Cerqueira Leite, Inocência da Cunha

Campelo, Jacinto Ferreira de Paiva, João Alves Bittencourt, João Francisco de Sousa, João Gonçalves de Oliveira, João Inácio de Cerqueira Pacheco, João Justiniano Teixeira de Carvalho (padre), João Ribeiro do Val, Joaquim José de Araújo Manso, Joaquim Marques Guimarães, Joaquim Paulo da Costa, Joaquim Ribeiro de Avelar, Joaquim Ribeiro do Vale (?), José Afonso Rodrigues, José Alves Martins, José Bastos Pinto, José Bento Dias, José Caetano Rodrigues Horta, José Correia Pôrto, José de Cerqueira Leite (vigário), José de Mascarenhas Sales, José Gomes Ribeiro de Avelar, José Joaquim de Almeida, José Luís de Almeida, José Lopes de Araújo, José Marcelino de Andrade, José Maria Guadalupe (major), José Pinheiro de Sousa, José Vicente César, Luís Rodrigues da Costa, Manuel de Azevedo Barbosa Werneck, Manuel de Medeiros Pimentel, Manuel Francisco Bernardes, Manuel Francisco Xavier (capitão-mor), Manuel Gomes França, Manuel Gomes Ribeiro de Avelar, Manuel Gonçalves de Conservatoria, Manuel Inácio Barbosa, Manuel Joaquim Carneiro, Manuel Joaquim Justiniano, Manuel Pereira Terra, Mateus Gomes do Val, Patrício Marques Ferreira, Pedro Antônio de Macedo.

SESSÃO DE 3 DE JULHO DE 1833:

Agostinho Pinheiro de Sousa, Antônio Carlos Ferreira, Antônio de Abreu Fróis, Antônio Francisco Dutra, Antônio Gomes Coelho, Antônio Luís dos Santos, Antônio Vieira, Antônio Vieira Machado, Fernando Luís dos Santos, Francisco das Chagas Werneck, Francisco de Sales Pinheiro, Francisco Elísio Ribeiro, Francisco de Azevedo Matos, Inácio Pinheiro de Sousa, Inácio Vieira Machado, João de Sousa Werneck, João José Alves, João Pinheiro da Silva, Joaquim José Pereira do Faro, Joaquim Pinheiro de Sousa, José de Sousa Werneck, José Quirino da Rocha, José Inácio Correia Tavares, José Luís dos Santos, José Pinheiro de Sousa Werneck, Luís Antônio da Silva, Luís Barbosa dos Santos, Luís I. Quirino da Rocha, Manuel de Azevedo Matos.

CONFIRMAÇÃO DE SESMARIA A JOÃO BATISTA
SOARES DE MEIRELES

Dom João por Graça de Deos Príncipe Regente de Portugal, e dos Algarves d'aquem e d'alem Mar, em Africa, de Guiné e da Conquista e Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da

India &. Faço saber aos que esta Minha Carta de Confirmação de Sesmaria virem, Que por parte de João Baptista Soares de Meireles Me foi apresentada outra mandada passar por Dom Fernando Jozé de Portugal, Vice Rei, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, do theor seguinte: Dom Fernando Jozé de Portugal do Conselho de Sua Alteza Real, Vice Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Faço saber aos que esta Minha Carta de Sesmaria virem Que attendendo a Representar me João Baptista Soares de Meireles que no Sertão da Nova Aldea de Indios Coroados se achavão terras devolutas nos fundos da datta de Joaquim Rodrigues da Cruz, e porque não tenha ainda obtido terras algumas Me pedia lhe fizesse mercê conceder de Sesmaria meia legoa de terras partindo com o dito Joaquim Rodrigues da Cruz pelo Nascente e pelo Poente com o Sertão devoluto, e sendo visto o Requerimento e a Informação que deu a Camara desta Cidade, a quem se não offereceu duvida, nem a terem o Desembargador da Corôa, e o Conselheiro Chanceler, Hey por bem dar de Sesmaria em Nome de S. A. R. em virtude da Real Ordem de quinze de junho de mil setecentos e onze ao dito João Baptista Soares de Meireles meia legoa de terras em quadra na parte acima declarada, com as confrontações expressadas, sem prejuizo de terceiro, ou do direito que alguma pessoa tenha a ellas, com declaração, que as cultivará, e mandará Confirmar esta minha Carta por Sua Alteza dentro de dois annos, e não o fazendo se lhe denegará mais tempo, e antes de tomar posse dellas as fará medir e demarcar judicialmente sendo para este effeito notificadas as pessoas com quem confrontar, e será obrigado a conservar os Tapinhaens, e Parobas que nesta datta se acharem deixando de as cortar para outro algum uzo que não seja o da construção das Naos do mesmo Senhor e a cuidar na plantação destas arvores naquelles lugares em que já as houvera ou forem mais próprios para a produção das mesmas, como tão bem a fazer os Caminhos de sua testada com pontes e estivas onde necessario for, e descobrindo-se nella Rio caudaloso que necessite de Barca para se atravessar ficará reservada de humas das margens delle meia legoa de terras em quadra para a comodidade publica, e nesta data não poderá succeder em tempo algum pessoa Ecclesiastica, ou Religião, e succedendo será com o encargo de pagar Dizimos, e outro qualquer que Sua Alteza lhe impuzer de novo, e não o fazendo se poderá dar a quem a denunciar, e outro sim sendo o dito Senhor Servido mandar fundar no Districto della alguma Villa o poderá fazer ficando livre e sem encargo algum, ou penção para o Sesmeiro, e não comprehenderá esta data Vieiros, ou Minas, de qualquer genero de metal que nella se descobrir, reservando igualmente os Paos Reaes, e faltando a qualquer das

ditas clausulas por serem conforme as Ordens de Sua Alteza e as que dispoem a Ley e Foral das Sesmarias ficará privado desta. Pelo que Mando ao Ministro, ou Official de Justiça a que o conhecimento desta pertencer dê posse ao dito João Baptista Soares de Meireles das referidas terras na forma acima declarada. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assinada e Sellada com o Sello de minhas Armas, que se cumprirá como nella se contem, e se registrará nesta Secretaria de Estado, e mais partes a que tocar, e se passou por duas vias. Dada nesta Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro. João Baptista de Alvarenga Pimentel Official Maior da Secretaria a fez aos dois de Dezembro de mil oitocentos e dois. O Doutor Manoel de Jesus Valdetaro Secretario do Estado a fez escrever. Dom Fernando José de Portugal. Pedindo Me o dito João Baptista Soares de Meireles, que por quanto o sobredito Vice Rey, e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil lhe dera em Meu Real Nome meia legoa de terras em quadra no Citio mencionado na referida Carta fosse servido mandar lhe passar outra de Confirmação della E sendo visto seu Requerimento em que forão ouvidos os Procuradores Regios de Minha Fazenda e Corôa: Hey por bem fazer-lhe Mercê de o confirmar como por esta Confirmo a dita meia legoa de terras em quadra no Citio declarado na dita Carta que em Meu Real Nome lhe deu D. Fernando José de Portugal Vice Rey e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, na forma da Carta nesta incerta, com todas as clausulas e condiçoens na mesma expressadas, e com as mais que dispoem a Lei. Pelo que Mando ao Meu Vice Rey e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, Provedor da Fazenda Real, mais Ministros, e pessoas a que tocar cumprão e guardem esta minha Carta de Confirmação de Sesmaria, e a fação cumprir, e guardar inteiramente como nela se contem sem duvida alguma. Pagou de novos direitos quatro centos reis que se carregarão ao Thesoureiro dellas a folhas duzentas e trez verço do Livro vinte e nove de sua Quita como constou do conhecimento informo Registrado a folhas duzentas e tres verço do Livro sessenta e oito do Registo Geral, Dada na Cidade de Lisboa a vinte e dois de Março. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesuz Cristo de mil oito centos e quatro. O Principe com Guarda — Por Despacho do Conselho Ultramarino de vinte e nove de Outubro de mil oitocentos e tres. Barão de Mossamedes, Barão de Manique do Intendente. O Secretario Francisco de Borja Garção Stokler a fez escrever, Registrada a fl. 240 do Livro de Sesmarias do Conselho Ultramarino, Lisboa nove de Julho de mil oitocentos e quatro, Francisco de Borja Garção Stokler. Nesta Secretaria do Registo Geral das Mercês fica Registrada esta Carta. Lisboa, treze de Julho de mil oito centos e qua-

torze pagou dois mil reis, Estevão Pinto de Moraes Sarmento e Oliveira, Diogo Ignacio de Pina Manique. Pagou quatro centos reis e aos Officiaes dois mil duzentos e dez reis. Lisboa quatorze de Julho de mil oitocentos e quatro. D. Miguel José da Camara Maldonado, Registada na Chancelaria Mor da Corte e Reino no Lo. de Officios e Mercês a fl. 166. Lisboa quatorze de Julho de mil oitocentos e quatro, Thomaz Antonio Lopes da Costa — Cumpra-se como Sua Alteza Real manda, e Registe-se nas partes a que tocar. Rio oito de Novembro de mil oitocentos e quatro. Dom Fernando José de Portugal.

AFORAMENTO DE TERRAS DOS COROADOS

“Aldeia de Valença 1820”.

“Livro que ha de servir para os termos de afforamentos dos terrenos ás Aldeias dos Indios de Valença, e suas dependencias. Aldeia de Valença, 24 de Março de 1821. O Ouvidor C. Conservor. dos Indios, Joaqm. José de Queiroz”.

O primeiro termo é de 20 de Março de 1821, o último de 8 de Outubro de 1825, que transcrevo *ipsis litteris*.

“Termo de arrendamto. qe. faz o Comendor. Simeão Estelita Gomes da Fonseca pr. 265 rs. annuaes”.

“Aos oito dias do Mez de Outubro de mil oitocentos e vinte sinco nesta Côte e Cidade do Rio de Janeiro e casa de residencia do Dezor. Juiz de Fora Lucio Soares Teixeira de Gouvea que serve de Ouvidor Geral Corregedor da Comarca e Conservador Geral dos Indios ali presente o Comendor. Simeão Estelita Gomes da Fonseca foi por elle dito em sua petição que precizando ter caza com largueza no lugar da Freguezia de N. Snra. da gloria de Valença, para o que requeria hua porção de terras ou matos qe. intermediarem nas suas posses sobre o qe. sendo informado pelo Director dos Indios e ouvido o Curador dos mesmos se passou ordem de comissão ao ditto Director pa. proceder á medição e demarcação em o lugar da estrada de serventia do Arraial na confrontação dos foreiros Joaquim José Antonio, Joaquim de Freitas e José Thomaz em que se poz seguindo o rumo de sincoenta e oito graos do quadrante de sudoeste medio setenta e sinco braças athé hum corgo d'agua e seguindo o rumo de tres graos do quadrante Nordeste medio sincoenta braças e seguindo o rumo de dezesette graos do mesmo quadrante medio quarenta e sinco braças e seguindo o rumo de setenta graos medio trinta braças e seguindo adiante medio mais sessenta e sinco braças cujo terreno

foi arbitrado em hum real a braça quadrada que vem a ser duzentas e sessenta e sinco reis, cuja quantia disse que se obrigava a pagar anualmente reconhecendo os Indios por directos senhores do terreno e não o trespassar nem vender sem licença deste Juizo da Conservatoria com a pena de comissão sujeitando-se a todas as mais clausulas e condiçoens que lhe forem impostas do que lavrei este termo que assigna. Eu Manoel Fernandes Coelho escrevi, Simeão Estelita da Fonseca”.

Esse termo de aforamento é um documento de ignorância. Nêle se declara que o foro era de um real por braça quadrada; tomaram-se, entretanto, tantos réis quantas braças lineares media o perímetro.

Pelos rumos seguidos vê-se que a área demarcada formava um pentágono, que devia ser triangulado, para se calcular o número de braças quadradas dos três triângulos em que se dividisse, multiplicando-se em braças lineares a base de cada um dêles pela metade da altura.

Com uma regua, um transferidor e um compasso, pôde-se traçar no papel uma figura semelhante, proporcionando os ângulos e os lados homólogos, para se ver em quanto o comendador foreiro lesou a vila. Já não vale a pena apurar essa lesão enormíssima, nem responsabilizar o Director dos Indios pela imperícia.

REIMPRESSÃO DAS OBRAS DO NATURALISTA ALEXANDRE R. FERREIRA

Sr. Presidente Perpétuo

Raramente vemos entre nós serem cuidadas as questões culturais com o descortínio e isenção necessárias. Na Câmara dos Deputados o meu particular amigo e distinto colega deputado por São Paulo — Dr. Joaquim Nunes Coutinho Cavalcanti, apresentou projeto que recebeu o n.º 560, de 1951 e mereceu subscrito pelo deputado senhor Nelson Carneiro e pelo nosso eminente consócio, também deputado Affonso Arinos de Mello Franco.

Êste projeto que autoriza o poder executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira, para nós é duplamente precioso e de interêsse. Nêle, seu autor, pede seja incluída na comissão de três membros que o executará, o Instituto Histórico Brasileiro, na pessoa de seu presidente perpétuo, medida que por ser de estrita justiça e nos caber por direito, quer pelo papel singular da nossa Casa, quer pela figura ímpar de quem a dirige, não deixa de nos ser cara e merecer nossos agradecimentos. Por outro lado a finalidade do mesmo, trazendo ao conhecimento dos estudiosos a obra de Alexandre Rodrigues Ferreira, tão bem estudado pelo Dr. Emílio A. Goeldi, em 1895, num excelente ensaio hoje raríssimo e que proponho seja publicado num dos próximos números de nossa Revista, nova edição, comprometendo-me eu a fornecer cópia do mesmo, e pelo nosso ilustre secretário Dr. Virgílio Alves Corrêa Filho, em diversas ocasiões.

Passarei a ler, para que conste da ata dos nossos trabalhos de hoje, o projeto Coutinho Cavalcanti e a justificação que do mesmo fez seu eminente autor. *

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO N.º 560 — 1951

Autoriza o Poder Executivo a imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

(Do Sr. Coutinho Cavalcanti)

“O Congresso Nacional decreta:

“Art. 1.º Fica o Poder Executivo, através do Ministério da Educação e Saúde, autorizado a mandar imprimir as obras do naturalista patricio Alexandre Rodrigues Ferreira.

“Art. 2.º O prazo para execução desta lei será de 5 anos, devendo a impressão terminar em 1956, quando se comemorará a bicentenário do autor.

“Art. 3.º Fica aberto pelo Ministério da Educação e Saúde um crédito anual de Cr\$ 300.000,00 para ocorrer às despesas, durante o período estipulado no artigo anterior.

“Art. 4.º A impressão das obras de que trata esta lei será feita na Imprensa Nacional, e organizada por uma comissão composta dos Diretores do Museu Nacional e da Biblioteca Nacional, com assistência do Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a quem o Ministro da Educação expedirá o necessário convite.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

“Sala das Sessões, 4 de junho de 1951. — *Coutinho Cavalcanti.*
— *Afonso Arinos.* — *Nelson Carneiro.*

Justificação

“Se é válido, como creio, o conceito positivista segundo o qual os vivos são sempre e cada vez mais governados pelos mortos, o aserto se me afigura, inconcusso no caso do sábio naturalista patricio, Alexandre Rodrigues Ferreira, merecidamente chamado o Humboldt brasileiro. Dia a dia avulta nossa dívida para com êsse preclaro bahiano, tanto mais quanto sabemos, hoje, da maneira por que pagou, também êle, e até o último ceitil, sua dívida de patriotismo. E’ a um tempo comovente e edificante a história de sua vida, tôda ela consagrada à Ciência, e a de sua vasta ciência, inteiramente dedicada ao conheci-

mento de seu país e de sua gente. Estudante da Universidade de Coimbra, em 1770, em cujo curso jurídico se matriculara, logo se transferiu, quando da reforma Universitária de 71, impelido por indeclinável vocação, para a Faculdade de Filosofia. De tal modo se sentiu empolgado pelos estudos das ciências naturais e com tal mestria e brilhantismo nêles se houve, que, ainda aluno, já exercia, gratuitamente, o cargo de demonstrador de História Natural da Universidade, na qual conquistou, por fim, o laurel acadêmico. Conquanto o caminho para a Cátedra se lhe apresentasse exequível e sedutor, não vacilou, todavia, em aceitar a indicação que do seu nome fizera, com apôio da Congregação, o mestre, o douto italiano Domingos Vandelli, ao então Ministro e Secretário de Estado, Martinho de Melo e Castro, sucessor do marquês de Pombal, para chefe de uma expedição científica ao Brasil, com o fim de colher dados e informações sôbre suas imensas riquezas naturais. Com êsse objetivo seguiu Alexandre Rodrigues Ferreira, em 1783, para Lisboa, onde, por circunstâncias ignoradas, se demorou por cinco longos anos, servindo como funcionário do Museu da Ajuda. Aí pôde delinear o nosso cientista o extenso programa de sua “Viagem Filosófica”, “para utilidade da pátria e crédito da nação”, consoante suas próprias palavras.

“Da utilidade dessa expedição e do crédito que então se abriu para o Brasil nos domínios da flora, da fauna e da etnia brasileira, para não falar de outros setores da Geografia pátria, dí-lo de maneira assaz eloquente e copiosa documentação que se encontra, à espera de vir a luz, nos arquivos da Biblioteca Nacional e do Museu Nacional, conquanto já tenham sido publicados na “Revista do Instituto Histórico” e nos “Arquivos do Museu Nacional”, muitas de suas “Participações” e “Memórias”, inclusive o relato da “viagem filosófica”, através do Pará e do Amazonas, da qual resultou “a mais vasta, a mais escolhida, a mais rica coleção que se pode imaginar”, no dizer do próprio coletor, que a remeteu para Lisboa.

“Do valor das pesquisas e trabalhos do naturalista brasileiro, nenhum fato diz melhor do que o “saque científico” comandado pelo sábio francês Geoggyroy de Saint Hilaire, quando da invasão de Portugal pelos soldados de Napoleão.

“Na coleção de Afonso Arinos de Melo Franco — “Algumas cartas copiadas no Arquivo de Ferdinand Denis” — diretor que foi da Biblioteca de Santa Genoveva, em Paris, há uma referência a um longo parecer de Denis sôbre os papéis que pertenceram a Geoggyroy Saint-Hilaire e que lhe teriam sido apresentado, “um pouco incorretamente” por Junot, com vários manuscritos sôbre Portugal e o Brasil, da autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira. Propunha Denis

(1845) ou (1849) que a Biblioteca Nacional de Paris comprasse os papéis. Era, o ponto alto da civilização do mundo querendo adotar o nosso patricio, reconhecendo o seu extraordinário valor.

“O doutor diretor do Museu Paraense, dr. Emílio Goeldi, aqui citado, nos fala em sua preciosa monografia sobre as diversas tentativas feitas em Portugal, por iniciativa da Academia Real de Ciências de Lisboa, no sentido de serem classificados e coordenados os manuscritos de Ferreira. Em 1838, em comunicação dirigida à referida Academia por Manuel José Maria da Costa e Sá, sabemos que foram transferidos do Arquivo do Museu da Ajuda, para um dos gabinetes da Academia, os papéis e livros designados como concernentes à “Viagem Filosófica” compreendendo os seguintes estudos: 1.º — Parte descritiva do Pará; 2.º — idem do Rio Negro, com os seus respectivos apensos; 3.º — idem do Rio Branco; 4.º — idem do Rio Madeira; 5.º — idem do Mato-Grosso; 6.º — Memórias diversas sobre gentios; 7.º — Diversas memórias de zoologia; 8.º — Memórias ou apontamentos sobre objetos botânicos.

“Merece transcrito o seguinte trecho da mencionada comunicação: “Os Governos da Vossa Augusta Fundadora e do Sr. Dom João VI, de saudosa memória, bem se convenceram da utilidade e crédito, que para a Nação Portuguesa resultava da publicação desta viagem; não obstante quando razões políticas pareciam recomendar tôda a reserva na publicação de Memórias concernentes a vários pontos do Brasil, razões que, tanto para nós como para o Brasil, totalmente hoje desapareceram.

“Um gravador, vários desenhistas com discípulos se tem mantido por espaço de 50 anos com destino aos trabalhos desta viagem, e que teriam adiantado ou concluído as gravuras que lhe pertenciam, senão fôsem as interrupções, que por vêzes tiveram do principal fim da sua incumbência.

“Assim mesmo muitas chapas se acham já abertas, e as que faltam podem hoje ser supridas mais economicamente por meio de litografia; outras diligências e despesas ainda se fizeram para que semelhante obra saísse à luz; mas que os conhecidos transtornos, por que tem passado a nossa ordem política, fizeram que fôsem baldadas”. Este trecho citado por Goeldi e aqui transcrito, para melhor esclarecimento do assunto, e que, segundo elle, justifica um pouco Portugal, nos diz da tentativa que lá houve da publicação das obras de Alexandre R. Ferreira, cuja “impressão não foi para diante e por uma conjunção bastante curiosa”, boa parte dos ditos manuscritos voltou para o Brasil, “sob a condição”, conforme o depoimento do senhor Alfredo do Vale Cabral, “de o govêrno brasileiro dar a devida pu-

blicidade aos trabalhos do sábio naturalista”. “Felizmente, — arre-mata Goeldi, suas considerações sôbre essa reparação histórica — não foram parar em plagas estrangeiras os trabalhos de um brasiliense, que no decurso de perto de dez anos empregou todo seu precioso tempo em prol de sua terra natal”.

“Mas, ainda hoje, é o Dr. Jaime Duarte, filósofo e propug-nador dos estudos naturalistas, quem há três anos promove uma ex-posição de estudos sôbre o nosso preclaro patricio. E’ também o ilus-tre professor Pedro Nava, quem, a respeito de A. R. Ferreira, num dos seus eruditos trabalhos, diz: “Sua obra formidável de etnologista, de botânico e de zoologista, — obra da mesma altura e que faz sequên-cia à de Maregrave e à de Piso, foi em parte perdida e em parte saqueada pelos peritos francêses que acompanharam a Portugal a invasão Napoleônica.

“Essa “condição”, ainda por preencher, é um dever sagrado do Govêrno do Brasil, um compromisso patriótico, uma tardia mas justa homenagem à Ciência Nacional.

“Em compensação por seus valiosíssimos trabalhos, recebeu o sábio brasileiro, das mãos de D. Maria I, de Portugal, o hábito da Ordem de Cristo. Bem lhe ficara aos ombros de cientista e de filó-sofo hábito tão singelo e glorioso. Saudemo-lo, hoje, perto do seu bi-centenário (1756-1956), na ressurreição histórica a que tem incon-testável direito. Honremo-nos, honrando a memória dêsse apóstolo e martir da então nôvel ciência luso-brasileira, e que “a justiça de Deus na voz da história” livre afinal do “destêrro do gênero humano”, em que caíra, no fim de sua fecunda e atribulada existência, o des-venturado sábio patricio, consentindo que elevemos à sua memória o monumento imperecível de sua própria obra, até agora só conhecida de raros bibliófilos e ainda não desvendada à admiração da pátria agradecida. — *Coutinho Cavalcanti*”.

Como acabam de ouvir os meus eminentes pares, é de subido al-cance o referido projeto e pediria eu que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, oficiasse ao seu autor e aos dois subscritores felicitando-os e levando-lhes seu apóio moral, bem como encarecendo a importância do mesmo e patenteando o alcance que terá sua apro-vação, se manifestasse junto ao Presidente da Câmara dos Deputados, ao líder da maioria, e aos presidentes das comissões de Educação e Cultura, de Constituição e Justiça e de Finanças, deputados Srs. Ne-reu Ramos, Gustavo Capanema, Eurico Salles, Samuel Duarte e Is-rael Pinheiro, pela forma que V. Excia., Sr. Presidente Perpétuo julgasse mais adequada.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 1951. — *Luiz Felipe Vieira Souto*.

ATAS DAS SESSÕES DE 1951

ATA DA SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO "DIA PAN-AMERICANO" EM 9 DE ABRIL DE 1951

SESSÃO N.º 1.801

Homenagem à memória dos professores Alfredo Nascimento e Oliveira Vianna — A obra dos Bandeirantes — Centenário de formatura do Conselheiro Ferreira Vianna

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Às dezessete horas, do dia nove de abril de mil e novecentos e cinquenta e um, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sessão especial, comemorativa do Dia Pan-Americano.

Declarando aberta a sessão, o presidente embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidou para a mesa: os Srs. general Cândido Mariano da Silva Rondon, capitão Milton Dias Moura, representando o Sr. ministro da Justiça; Dr. Paulo José Pires Brandão e o Sr. Virgílio Corrêa Filho, 1.º secretário, e comunicou aos presentes o falecimento dos ilustres consócios professor Alfredo Nascimento e Silva e Francisco José de Oliveira Vianna.

O primeiro, nascido no Rio de Janeiro em 18 de janeiro de 1866, faleceu em 6 de março de 1951. Foi eleito sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 14 de novembro de 1890. Passou a sócio honorário a 1 de agosto de 1913. Em 1917 foi elevado a sócio benemérito e em 19 de maio de 1944 passou à categoria de grande benemérito. Em 1939 foi eleito 3.º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cargo que ocupou até a data do seu falecimento.

O segundo, nasceu a 28 de junho de 1883 e faleceu a 28-3-1951.

Proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico a 19 de agosto de 1921, foi eleito em sessão de 18 de junho de 1924.

Em 21 de outubro de 1944 foi elevado a sócio benemérito. Oportunamente será feito, pelo orador oficial, o elogio dos sócios desapa-

recidos. Declara ainda que, para comemorar o Dia Pan-Americano, tinha convidado o sócio Renato de Mendonça, que, por solicitações de seu cargo diplomático, fôra obrigado a antecipar a viagem, ausentando-se do Rio.

Em seguida, o primeiro secretário leu as Efemérides do Barão do Rio Branco, atinentes à data. O presidente deu a palavra ao professor Feijó Bittencourt que discorreu doutamente a respeito da independência dos povos americanos e dos ensinamentos que proporcionaram a própria Europa, desde quando Lafayette, de regresso levava à França os altos propósitos dos libertadores das treze colônias, ansiosos de liberdade.

Depois, referiu-se à História Geral das Bandeiras Paulistas, para enaltecer a obra grandiosa do pesquisador Affonso de Taunay, como tradução social do meio brasileiro, pois que nela se reflete a forma social do Brasil.

A propósito, lembrou que a escravização do índio não resultou de ordem da metrópole. Foi uma improvisação do europeu na América.

Propõe, por isso, que o Instituto fizesse fundir uma placa referente à terminação da obra monumental das Bandeiras.

Recordou o centenário de formatura de Ferreira Vianna, de cuja vida edificante citou episódios sugestivos desde o achado em praia sul-riograndense da imagem de São Francisco de Paula, pelo avô, que a transportou para o seu lar e lhe dedicou capela especial.

Criado em ambiente piedoso, não admira a formação franciscana do futuro advogado de memoráveis causas religiosas, irmão leigo que se comprazia em trajar-se de hábito característico da ordem.

Era uma figura sociática diferentemente do seu colega Paulino, que se distinguia pela maneira senhorial.

Indo a Roma, conseguiu prolongar por três horas audiência que lhe concedera o Papa.

E longamente falou acêrca da vida de São Francisco de Assis, inspirador de sua devoção. Por último, realçou a presença do professor Mozart Monteiro, recém-chegado de Lisboa, onde assistira as comemorações da Sociedade de Geografia, que lhe conferira o título de sócio correspondente.

Também o sócio Affonso Costa propôs saudações ao sócio Estêvão Leitão de Carvalho, promovido recentemente a general do Exército. Ao agradecer os aplausos da assistência, o homenageado declarou que a recebia com ufania tanto pelas circunstâncias do mo-

mento, naquela Casa centenária, como pela significação do ato, que lhe fez justiça, depois de seis anos na reserva.

Comandante chefe das forças terrestres, do Rio Doce no Maranhão, durante a guerra, foi aos Estados Unidos combinar o plano de defesa do Nordeste. Uma vez que lei especial favoreceu os combatentes, não havia motivo para somente ser excluído das promoções o comandante geral. Por isso, recebeu-a, não como ato de generosidade governamental, mas como de perfeita justiça.

Em seguida, o sócio Oliveira Belo falou a respeito de Tiradentes e das inexactidões que circulam acêrca de sua vida aventureira, que merece minucioso exame.

De Oliveira Vianna o sócio Canabarro Reichardt recordou a trajetória brilhante pela vida e as obras magistrais que elaborou e ao terminar propôs que o Instituto lhe indicasse uma sessão especial de saudade.

O professor Mozart Monteiro agradeceu as palavras elogiosas do professor Feijó Bittencourt, por ter regressado da Europa, onde representou o Instituto nas comemorações das bodas de diamante da Sociedade de Geografia de Lisboa, merecedora de agradecimentos pela maneira carinhosa com que tratou o delegado brasileiro. Desejava que da ata constasse o seu reconhecimento, acrescido com a eleição, por unanimidade, do sócio correspondente, com que foi aquinhoadado.

Por fim, o coronel João Baptista Magalhães propôs que o Instituto se congratulasse com a União Panamericana pelos progressos alcançados pelos sadios ideais dos povos americanos.

Agradecendo a presença de todos, o presidente encerrou a sessão, à qual compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Lucas Alexandre Boiteux; João Baptista Magalhães; Valentim Benício da Silva; Affonso Costa; Feijó Bittencourt; Luiz de Oliveira Bello; Estêvão Leitão de Carvalho; Mozart Monteiro; Adolfo Morales de los Rios Filho; Cândido Mariano da Silva Rondon; Herbert Canabarro Reichardt; Julião Rangel de Macedo Soares; Xavier Pedrosa; Pedro Calmon; Carlos Carneiro e Luiz Felipe Vieira Souto.

Enviaram telegramas e officios os Srs. general Newton Estillac Leal, ministro da Guerra; vice-almirante Renato de Almeida Guillobel, ministro da Marinha; Dr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Dr. Edgard Chagas Doria, pelo Touring Club; e a Diretoria do Real Gabinete Português de Leitura.

Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DO SENADOR JOSÉ GOMES PINHEIRO
MACHADO, EM 8 DE MAIO DE 1951

SESSÃO N.º 1.802

*Conferência do sócio grande benemérito ministro Augusto Tavares
de Lyra*

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Aos dias oito de maio de mil novecentos e cinquenta e um reuniu-se em sessão especial, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a presidência do embaixador José Carlos de Macedo Soares para comemorar o centenário de nascimento do senador José Gomes Pinheiro Machado. Foi convidado para usar da palavra o sócio grande benemérito ministro Augusto Tavares de Lyra, cujo passado de estadista e correligionário político da grande figura republicana leva a traçar o perfil do político de tanto destaque. Compareceu à sessão o sócio Gustavo Barroso que, emocionado com a comemoração daquele a quem conhecera para lhe medir a alta estatura de político e de homem de caráter, fez que pedisse a palavra a fim de retomar recordação a recordação, das que tem, para recompor com singeleza o que lhe ditava a amizade, àcerca do vulto inapagável na história política do país.

Antes de terminar a sessão, o sócio Mozart Monteiro pediu a palavra discursando a respeito das múltiplas atividades do embaixador José Carlos de Macedo Soares, pedindo que, no momento em que êle se volta exclusivamente para escrever a *História da Igreja no Brasil*, ficassem assinados. Com as palavras do sócio Mozart Monteiro foram êsses trabalhos mencionados incluídos na Revista.

Ninguém mais pedindo a palavra, o presidente do Instituto agradeceu a presença de todos dando por encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lyra; Virgílio Corrêa Filho; Fernando Luiz Vieira Ferreira; João Baptista Magalhães; Estêvão Leitão de Carvalho; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Thiers Fleming; Valentim Benício da Silva; Gustavo Barroso; José Luiz Baptista; Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; Cândido Mariano da Silva Rondon; Aloysio de Carvalho Filho; Herbert Canabarro Reichardt; Feijó Bittencourt; Ataulpho Paiva; Affonso Costa; Adroaldo Mesquita da Costa; Mozart Monteiro; Lucas Boiteux; Rodrigo Melo Franco de Andrada; Jorge Dodsworth Martins; Américo Jacobina

Lacombe; Affonso Arinos de Mello Franco; Luiz Felipe Vieira Souto; Luiz Vianna; Helio Vianna e Ruben Rosa.

Encerrou-se a sessão às vinte horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO EM 25 DE MAIO DE 1951

SESSÃO N.º 1.803

Conferência do Dr. Alcindo Sodrê sobre o "Museu Imperial"

Presidência: 1.º Secretário *Virgílio Corrêa Filho*.

No dia 25 de maio, às 17 horas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro realizou a sessão destinada à comunicação do Diretor do Museu Imperial. Dr. Alcindo Sodrê, a respeito de seu opulento arquivo.

Na ausência do presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, retido em São Paulo, por doença, e do vice-presidente, ministro Tavares de Lyra, que motivos imperiosos impediram de comparecer, assumiu a Presidência o 1.º secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho, que convidou para secretário "ad-hoc" o professor Helio Vianna e para tomarem parte na mesa os representantes dos Srs. presidente da República e do Sr. ministro da Marinha.

Depois de mencionar a causa da ausência dos mais graduados membros da Diretoria, acrescentou ser dispensável a apresentação do conferencista à assistência, que lhe conhecia a nomeada de modelar diretor do Museu Imperial, ao qual vem consignando carinhosos esforços desde a sua fundação, para cada vez mais lhe elevar o conceito entre as organizações congêneres. Era com prazer, portanto, que lhe dava a palavra.

Assomando à tribuna, o Dr. Alcindo Sodrê lembrou as origens do precioso Arquivo, de que pretendia revelar interessantes aspectos.

Desde a carta do conde d'Eu, que, à hora da partida para o exílio, não se esqueceu de recomendar ao mordomo da Casa Imperial enviasse a Portugal os papéis de D. Pedro II, que deviam estar em Petrópolis.

Acondicionados em caixas de madeira, revestidas de metal, também seguiram para terras distantes, até que os acolhesse o Castelo d'Eu.

Lá ficaram depositados, a salvo da dispersão que por ventura os inutilizaria no Brasil, à hora da reação contra a dinastia destronada.

Com o passar dos tempos, todavia, foram-se atenuando as incompreensões, e a “justiça na voz da História”, referida em soneto famoso, começou a manifestar-se.

Da sua parte, a família imperial compreendeu que em sua terra natal não havia ódio contra os seus descendentes, e decidiu devolver-lhe a documentação que, endereçada ao venerando monarca, pertencia, afinal, ao patrimônio coletivo, como peças insubstituíveis, em que devia fundamentar-se a história da monarquia no Brasil.

Da oferta, que o príncipe D. Pedro fez ao Governo Federal, à entrega respectiva, porém, decorreu ainda longo prazo, golpeado de ameaças tenebrosas.

A intervenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o seu caloroso apêlo ao Sr. Presidente Getúlio Vargas, para que promovesse o transporte, no menor prazo possível, da valiosa doação principesca, apressá-lo-ia se não estivesse a Europa em guerra, de que por fim participou o Brasil.

A beligerância extinguiu as regalias, que, de princípio, poupavam o Castelo d'Eu, em cuja fachada tremulava a nossa bandeira, dos desmandos da invasão germânica.

Ardilosamente, porém, o administrador conseguira colocar os caixotes em improvisada parede, que os ocultou à vista dos abusivos ocupantes.

Afinal, raiou a libertação e vieram os preciosos volumes, cujo inventário Alberto Rangel efetuara, sem prever que algum dia o publicasse a Biblioteca Nacional, na ocasião dirigida pelo saudoso Rodolpho Garcia.

Entregue ao Museu Imperial, o Arquivo está passando por esmerada classificação, que possibilita a consulta dos pesquisadores, a quem proporciona elementos modificadores de insubsistentes conceitos, formulados à mingua de esclarecimentos. Cópias a várias instituições já têm sido enviadas, de sorte que a sua prestante colaboração também se manifesta à distância.

Da sua valia deu alguns exemplos o conferencista, ao ler trechos de cartas a respeito dos mais diversos assuntos, desde expressiva advertência de D. João VI à sua espôsa, até afirmações acerca de personagens de prestígio político, endereçadas ao imperador.

Como ninguém mais quisesse fazer uso da palavra, o Sr. presidente agradeceu a douta contribuição do conferencista que ainda uma vez evidenciou o amor que tem às tradições brasileiras, conservadas e enaltecidas no Museu Imperial, cuja opulência das coleções referentes ao Segundo Reinado ora se acha acrescida com o Arquivo Imperial, que já tem inspirado excelentes ensaios históricos.

E agradecendo também a presença dos representantes do Senhor presidente da República, do Sr. ministro da Marinha, das instituições culturais, e de toda a assistência, encerrou a sessão à qual compareceram os Srs.: Virgílio Corrêa Filho, Helio Vianna, Affonso Costa, Alcindo Sodré, Herbert Canabarro Reichardt, João Baptista Magalhães, Adolfo Morales de los Rios Filho, Cláudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Honório Rodrigues, Xavier Pedrosa, Julião Macedo Soares e Luiz F. Vieira Souto.

Foi lido o seguinte telegrama do sócio comanditário Thiers Fleming:

“Sentindo motivo fôrça maior não poder comparecer conferência erudito Dr. Alcindo Sodré, diretor Museu Imperial, presidente Instituto Histórico Petrópolis, tenho honra aproveitando feliz ensejo reiterar apelos Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Instituto Histórico Petrópolis seus bons ofícios junto Senado Federal aprovação projeto Câmara Deputados apresentado eminente deputado Aureliano Leite concedendo recursos financeiros trasladação sagrados despojos princesa Isabel conde d’Eu para Catedral Petrópolis cumprindo decretos Getúlio Vargas Eurico Dutra de acôrdo desejo princesa Isabel A Redentora e cumprindo dever gratidão nacional muito atenciosas saudações”.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas. — *Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ASSEMBLÉIA GERAL EM 20 DE JUNHO DE 1951

SESSÃO N.º 1.804

Novos sócios beneméritos, honorários e efetivos

Presidência: *Embaixador José Carlos de Macedo Soares.*

No dia 20 de junho, em sua sede na Avenida Augusto Severo 4, na Sala Varnhagen, em segunda convocação, conforme assinalou o edital publicado no *Jornal do Comércio* de 3 de junho, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se às 16 horas, em Assembléia Geral, tendo comparecido os seguintes sócios, em número de dezoito: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt; João Baptista Magalhães; Alvaro Rodrigues de Vasconcellos; Affonso Costa; Julião Rangel de Macedo Soares; Luiz de Oliveira Bello; Luiz Felipe Vieira Souto; Cláudio Ganns; Valentim Benício da Silva; Francisco Marques dos Santos; Herbert Canabarro Reichardt; José Honório Rodrigues; Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; Christovam Leite de Castro; Américo Jacobina Lacombe; Thiers Fleming.

O Sr. presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, ladeado pelos primeiro e segundo secretários, declarou aberta a sessão.

Ao primeiro secretário Virgílio Corrêa Filho, foi dada a palavra para dizer do expediente constante das propostas a seguir e respectivos pareceres.

Proposta — Para a vaga de sócio grande benemérito aberta pelo falecimento do saudoso professor Alfredo Nascimento e Silva, propomos o ministro Alfredo Valladão, cujos serviços ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro justificam de sobejo a sua escolha.

Sócio benemérito desde 1932, vem seguidamente participando de mais de uma Comissão, como a de Admissão de Sócios.

Douto conferencista, jamais negou o seu concurso, quando solicitado, como evidenciou ao elaborar a magistral “Exposição de Motivos”, com que antecedeu a organização de teses que deveriam ser desenvolvidas no 2.º Congresso de História Nacional.

Assim é que lhe cabe de direito o título a que se refere esta proposta.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Augusto Tavares de Lyra, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Pedro Calmon, Julião Rangel de Macedo Soares, Herbert Canabarro Reichardt, Fernando Luiz, Vieira Ferreira, Valentim Benício da Silva, Arthur Cesar Ferreira Reis, Affonso Costa, Basílio de Magalhães, Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Helio Vianna, Francisco Marques dos Santos, Luiz de Oliveira Bello, Claudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — A Comissão de Admissão de Sócios vem com muito agrado dar parecer à proposta do eminente consócio para “Grande Benemérito”.

Tendo ingressado no Instituto Histórico em 1912, vinte anos depois o Dr. Alfredo Valladão foi elevado a sócio benemérito, e quase outros vinte anos após está proposto para “Grande Benemérito”.

Como membro do nosso sodalício, tal como em sua vida pública e privada, o Dr. Alfredo Valladão tem sido modelar.

A biografia do ilustre brasileiro deveria ser bem conhecida de todos os nossos novos sócios para que eles aprendessem como poderiam bem servir à nossa instituição.

O nosso parecer inteiramente favorável à eleição do Dr. Alfredo Valladão para “Grande Benemérito” encontra completa justificativa

na sua biografia inserta na Revista do Instituto Histórico, n. 184, de 1944.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Augusto Tavares de Lyra — João Baptista Magalhães — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.

Submeteu o presidente a proposta e parecer lido à discussão dos sócios, e, como nenhum quisesse usar da palavra, foi submetido a votação e aprovado, unanimemente.

Na ausência do tesoureiro, o 1.º secretário leu os pareceres da “Comissão de Fundos e Orçamentos” relativos aos exercícios de 1949 e 1950, juntamente com o último ofício do diretor da Divisão do Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, nos termos seguintes:

A Comissão de Fundos e Orçamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tomou conhecimento do balanço relativo ao ano de 1949, acompanhado dos respectivos comprovantes de despesas e é de parecer que o mesmo seja aprovado com um voto de louvor ao dedicado tesoureiro, almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1950. — (as.) *João M. de Carvalho Mourão*. — *M. A. Teixeira de Freitas*. — *Claudio Ganns*.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1951

A Comissão de Fundos e Orçamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, depois de examinar o balanço relativo ao ano de 1950, apresentado pelo dedicado tesoureiro, que lhe juntou todos os comprovantes de despesa — tanto de pessoal, como de material, é de parecer que seja o mesmo aprovado com um voto de louvor ao referido consócio, almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1951. — (as.) *João M. de Carvalho Mourão*. — *M. A. Teixeira de Freitas*. — *Claudio Ganns*.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1951. — Exmo. Sr. presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Tenho o prazer de comunicar a V. Ex. que, nesta data, foi aprovada a prestação de contas referente à subvenção de Cr\$ 300.000,00, concedida em 1950, a essa Instituição. Cordiais saudações. — (a.) Abelardo de Almeida Nogueira, diretor.”

Continuando o 1.º secretário com a palavra, informou à Assembléia que, de acôrdo com os documentos lidos, estão perfeitamente regulares as contas do Instituto, entretanto, apresentando-se precárias as suas condições financeiras, pois que não lhe foi ainda paga nenhuma parcela da subvenção que lhe concedeu a lei orçamentária em vigor.

À pergunta do sócio efetivo Canabarro Reichardt a respeito dos recursos de que se valeu o Instituto para se manter neste semestre, à vista da carência de sua principal fonte de receita, respondeu o 1.º Secretário que, por sorte do sodalício, a Presidência concedeu-lhe empréstimo sem juros, suficiente para o pagamento mensal dos seus funcionários. Não fôsse êste recurso providencial, certamente não conseguiria o Instituto desempenhar a sua missão cultural no referido período.

O Sr. embaixador Macedo Soares completou as informações, acentuando que se tem esforçado para obter os recebimentos de que tanto necessita a Instituição. Da discussão participaram vários consócios, que afinal sugeriram fôsse endereçado caloroso apêlo ao Senhor presidente da República e ao Sr. ministro da Fazenda, para que determinassem o pagamento devido ao Instituto. Posta a votos, a indicação foi aprovada unanimemente, como também os pareceres da Comissão de Fundos e Orçamentos.

Foi declarado pelo Sr. presidente haver três vagas de sócios beneméritos, para as quais o 1.º secretário leu o parecer abaixo, e informou que a proposta a que se refere já tinha sido apresentada em Assembléia anterior:

Parecer — Determina o artigo 8.º dos Estatutos: “a classe dos beneméritos será constituída sòmente por sócios efetivos ou correspondentes que houverem prestado serviços notáveis ao Instituto ou exercido cargos na Diretoria por mais de dez anos consecutivos”.

Ora a proposta que indica o nome do Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho para a vaga existente na classe dos beneméritos contém sóbejos elementos informativos que a justificam de acôrdo com as exigências estatutárias.

A Comissão de Admissão de Sócios, endossando-lhe os conceitos com viva simpatia, é de parecer que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro lhe dê pronta aprovação.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1949. — (a.) Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — Christovam Leite de Castro.

Submeteu o presidente o parecer à discussão, e, como nenhum sócio quisesse usar da palavra, procedeu-se a votação, sendo aprovado por unanimidade.

Em seguida, foram lidas as propostas e pareceres seguintes:

Proposta — Pertence o sócio efetivo Rodrigo Octavio Filho à diminuta classe de privilegiados que tiveram ingresso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, quando entre os parceiros ainda se encontravam seus dignos progenitores, com os quais se ombrearam galhardamente, como ocorrera três décadas antes, em relação a Af-

fonso Celso, pai, visconde de Ouro Preto, e filho, conde, ambos ocupantes de cargos na Diretoria. Não havia mister, porém, da nomeada paterna, para justificar a sua presença entre os doutos obreiros da tradicional instituição.

Os ensaios em que tem versado assuntos históricos, bem como as conferências proferidas no Instituto Histórico e alhures evidenciam não somente a sua argúcia nas pesquisas e interpretações, como igualmente a sua dedicação ao grêmio, a cujo quadro de sócios beneméritos merece pertencer, conforme propomos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Valentim Benício da Silva, Herbert Canabarro Reichardt, João Baptista Magalhães, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arthur Cesar Ferreira Reis, João Martins de Carvalho Mourão, Thiers Fleming, Rodrigo Mello Franco de Andrada, José Honório Rodrigues, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — E' o sócio efetivo Rodrigo Octavio Filho um dos membros que muitos serviços tem prestado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como conferencista e membro das comissões, isto há mais de dez anos; para que o seu nome seja indicado ao acesso a sócio benemérito, estando êle pois nos termos do art. 8.º dos Estatutos em vigor.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — João Baptista Magalhães.

Proposta — Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 6 de agosto de 1921, inclui-se o professor Eugênio Vilhena de Moraes entre os elementos mais operosos, que sobremaneira contribuem para lhe aumentar o patrimônio cultural.

Diretor do Arquivo Nacional, conseguiu sistematizar-lhe a opulência documental, de que se valem os pesquisadores, assim nacionais, como estrangeiros.

As suas inúmeras monografias revelam aspectos inéditos aos assuntos a que se consagram, mercê dos informes de primeira mão em que as apoia.

Conferencista provector, aplaudiam-no, em outubro último, os delegados das Repúblicas americanas em 4.ª Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizada na Capital do Chile.

Sobejam-lhe, pois, credenciais para lhe conceder o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o título de Sócio Benemérito, de acôrdo com a proposta que apresentamos.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Pedro Calmon, João Baptista Magalhães, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Valentim Benício da Silva, Herbert Canabarro Reichardt, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Arthur Cesar Ferreira Reis, João Martins de Carvalho Mourão, Thiers Fleming, Rodrigo Mello Franco de Andrade, José Honório Rodrigues, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — Diretor do Arquivo Nacional, professor, nome de alto relêvo entre os cultores da História, autor de obras consagradas, é o Dr. Eugênio Vilhena de Moraes um dos sócios que muitos serviços vem prestando ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qualidade de conferencista, membro das comissões, isto há mais de dez anos para que, estando êle nos termos do art. 8.º dos Estatutos dêsse sodalício, mereça o seu acesso a sócio benemérito.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Augusto Tavares de Lyra. — João Baptista Magalhães. — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. — Christovam Leite de Castro.

Submetidos a votos foram aprovados por unanimidade.

Declarou o Sr. presidente passar à eleição de sócios correspondentes.

Em seguida, leu o 1.º secretário a seguinte proposta acompanhada dos pareceres:

Proposta — Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o professor Damião Pedes.

Natural de Lisboa, onde lecionou no Liceu de Gil Vicente, exerceu também a cátedra no de Funchal, na Universidade do Porto e de Coimbra. Ainda a serviço do ensino de geografia, viajou pela Suíça, França e Espanha. No tocante a publicação, dirigiu a da “Biblioteca Etnográfica” e “Histórica Portuguesa”, bem como a “História de Portugal”, em sete volumes.

Além de organizar valiosos trabalhos, reputados pelos especialistas, como o “Catálogo de moedas indo-portuguêsas”, do Museu Municipal do Porto e “Catálogo das moedas portuguêsas” do Museu Municipal do Porto, escreveu “A Madeira sob os donatários” — “D. João I” — “O Governo do Prior do Crato” — A diplomacia portuguesa e a sucessão da Espanha” — “Como nasceu Portugal”, entre vários ensaios de valia.

Sócio fundador da Academia de História, representou-a no nosso IV Congresso de História Nacional do qual foi 1.º vice-presidente, em que teve ensejo de revelar profundos conhecimentos dos assuntos

debatidos, especialmente os relativos à era dos descobrimentos, cuja história elaborou.

Bastaria a sua cultura e operosa contribuição à reunião de historiadores no Rio de Janeiro, em 1949, para lhe justificar o ingresso no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Pedro Calmon, Thiers Fleming, Augusto Tavares de Lyra, Alvaro Rodrigues de Vasconcelos, Herbert Canabarro Reichardt, Valentim Benício da Silva, Arthur Cezar Ferreira Reis, Affonso Costa, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Manuel Xavier Vasconcellos Pedrosa, Hélio Viana, Julião Rangel de Macedo Soares, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Francisco Marques dos Santos, Basílio de Magalhães, Luiz de Oliveira Belo, Claudio Ganns, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Luiz Felipe Vieira Souto, José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe.

Parecer da Comissão de História — O professor Damião Peres proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é talvez o mais ilustre dos historiadores vivos de Portugal.

Membro da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa de História, da Real Academia de História de Madrid, professor da Universidade de Coimbra, é um dos mais conceituados historiadores de Portugal.

Dentre as suas numerosas obras destacamos as ultimamente publicadas: “Descobrimentos dos Portugueses”, 1943; “O descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral”; “Antecedentes e Internacionalidade”, 1949; “História de Portugal”, palestras na Emissora Nacional, 1951.

A Comissão de História dá com especial agrado seu parecer favorável à proposta do professor Damião Peres para sócio correspondente.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Basílio de Magalhães, Valentim Benício da Silva, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — O eminente Sr. professor Damião Antônio Peres proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma das grandes figuras da cultura de Portugal.

Quando o Governo de Salazar criou a Academia Portuguesa de História, para substituir a extinta Real Academia de História Por-

tuguêsa, foi o professor Damião Peres nomeado titular Fundador, acadêmico ocupante da Cadeira n.º 13.

Atualmente é um dos dirigentes da ilustre corporação.

Foi o professor Damião Peres, vice-presidente do IV Congresso de Historia Nacional, realizado em 1949 por iniciativa do nosso sodalicio.

A Comissão de Admissão de Sócios considera uma honra para seus membros o ter de dar parecer favorável ao ingresso do ilustre historiador português no nosso quadro social.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.

Submetido à votação foi aprovado por unanimidade.

Em seguida, leu o 1.º secretário a seguinte proposta e pareceres:

Proposta — Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Sérgio Corrêa Afonso da Costa, diplomata, bacharel em direito, atualmente membro da representação do Brasil junto à União Pan-Americana, em Washington, autor das seguintes obras históricas, excelentemente recebidas pela crítica especializada, além de colaborador de diversos jornais e revistas do país e investigador de assuntos históricos brasileiros nos arquivos de Buenos Aires e Washington:

1 — “As quatro coroas de D. Pedro I” — Prefácio de Oswaldo Aranha. Distribuidores: Civilização Brasileira S. A. (Brasil) e H. Antunes & Cia. (Portugal); Rio, 1941, 370 pp. ils.

2 — “Pedro I e Metternich” (Traços de uma guerra diplomática). Prefácio de Martinho Nobre de Melo, embaixador de Portugal. *A Noite* Editora. Rio, 1942, 237 pp. ils.

3 — “A diplomacia do Marechal”. (Intervenção estrangeira na Revolta Armada.) Prefácio de João Felipe Pereira. Livraria Editora Zélio Valverde. Rio, 1945, 305 pp. ils.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1946. — (a.) Hélio Viana, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Francisco Marques dos Santos, Luiz Felipe, Vieira Souto, Wanderley de Araujo Pinho, Feijó Bittencourt, Américo Jacobina Lacombe, Artur Cesar Ferreira, Claudio Ganns, Virgílio Corrêa Filho, Pedro Calmon.

Parecer da Comissão de História — O Sr. Sérgio Corrêa da Costa, diplomata brasileiro, é um nome que cedo teve projecção nas letras históricas com o livro de sua autoria, “As quatro Coroas de Pedro I”, em que a curiosa expressão que teve o imperador do Brasil

foi apontada com sagacidade e valor literário, o que deu à obra repercussão imediata.

A sua argúcia em assuntos históricos de que é um investigador de mérito, fez que o Sr. Sérgio Corrêa da Costa escrevesse “Pedro I e Metternich”, acontecendo que, além do tato de diplomata com que trata os assuntos, revela muita elegância e sobriedade.

“A diplomacia do Marechal” (Intervenção Estrangeira na Revolta Armada), é o tema em que, em questão sobremaneira delicada, lavrou um ótimo retrato bem traçado e vivo do político brasileiro de uma fase de perturbação.

Eis um escritor que, com estas credenciais de bons livros de história, se projeta no estrangeiro para que a América do Norte publicasse há um ano, vertida para o inglês, na tradução que ficou sendo o último trabalho Samuel Putnam, hoje desaparecido entre os vivos, a biografia em que se aponta como, com um temperamento impulsivo e irrequieto, o imperador Pedro I, rei em toda a extensão da palavra, de fato se tornou em um liberal a se opor a Metternich. Esta é a obra apresentada sob o título “Every inch a King”.

Ninguém mais recomendado para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Basílio de Magalhães, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Valentim Benício da Silva, Herbert Canabarro Reichardt.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — O Dr. Sérgio Corrêa da Costa, diplomata, escritor, jornalista, com obras de mérito a respeito da História, é proposto para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reunindo êle os méritos ao cargo que exerce com grande expressão, por certo que muito pode contribuir para o brilho a dar representando o Instituto Histórico no exterior.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (a.) Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, João Baptista Magalhães.

Posto a votos pelo presidente, foi aprovado unanimemente.

Havendo uma vaga de sócio honorário, o 1.º secretário leu a seguinte proposta com o devido parecer:

Proposta — Propomos o Dr. Edgard Baptista Pereira, deputado federal, político, orador ilustre, conferencista, que concorreu com a sua ilustração para o êxito do “Curso Ruy Barbosa” realizado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para sócio honorário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1950. — (a.) José Carlos Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt,

Augusto Tavares de Lyra, Herbert Canabarro Reichardt, Valentim Benício da Silva, Arthur Cesar Ferreira Reis, Affonso Costa, Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, João Baptista Magalhães, Claudio Ganns, Fernando Luiz Vieira Ferreira, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Julião Rangel de Macedo Soares, Francisco Marques dos Santos, Basílio de Magalhães, Alfredo Valladão, Luís de Oliveira Belo, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Pedro Calmon, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — A Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que o Dr. Edgard Baptista Pereira proposto para sócio honorário ingresse em nosso sodalício.

Nascido na Capital do Estado de São Paulo, logo depois de diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo, o Dr. Edgard Baptista Pereira advogou dez anos na cidade de Taquatinga, onde foi presidente da Câmara Municipal. Neste pôsto realizou fato único na história administrativa do país: propôs e conseguiu, em 1930, que o orçamento municipal anterior fôsse prorrogado com abatimento de vinte por cento em todos os impostos.

Foi duas vêzes secretário de Estado; em 1939 e em 1945-1947.

Fez parte da bancada do P.S.D. na Câmara dos Deputados de 1947 a 1950, onde pronunciou notáveis discursos, tendo sido saliente a sua atuação como oposicionista do govêrno paulista.

A Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que deve ser aprovada a proposta do Dr. Edgard Baptista Pereira, para sócio honorário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (as.) Augusto Tavares de Lyra, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Alfredo Valladão.

Submetido a votos, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. presidente Macedo Soares declarou passar-se à votação das propostas de preenchimento das quatro vagas de sócio efetivo. Leu o 1.º secretário as seguintes propostas e pareceres:

Proposta — Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o general do Exêrcito Estêvão Leitão de Carvalho, que em seu quadro social ingressou a 29 de setembro de mil novecentos e quarenta e dois.

As atividades que vem desenvolvendo, a serviço da instituição, em conferências e na Comissão Diretora da Revista, indicam-lhe, de preferência, o nome para aquela categoria, embora não lhe minguem títulos para continuar na que lhe coube inicialmente, quando foi admitido como sócio honorário.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (as.) José Carlos de Macedo Soares, Pedro Calmon, Virgílio Corrêa Filho, João Bap-

tista Magalhães, Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, Affonso Costa, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de História — O general Estêvão Leitão de Carvalho, autor das seguintes obras: “Na Revolução de 30” — 1933; “A Conferência de Desarmamento”, 1937; “Petróleo ! Salvação ou Desgraça do Brasil ?”, 1949, — é uma das penas de historiador que se distingue pela clarividência e originalidade na apreciação das questões históricas, o que faz com a responsabilidade de opinião de quem versou e versa altas questões do interesse da Nação brasileira, nomeado que foi para técnico militar da Delegação brasileira à IV Assembléia da Liga das Nações realizada em Genebra, e para chefe da Comissão à 2.^a Conferência das Comunicações, reunida sob os auspícios da Sociedade das Nações, comissões essas que exerceu com extraordinário brilho além das que desempenhou no Exército Brasileiro como ilustre militar.

O Instituto Histórico vem auferindo a sua colaboração constante ora de conferências que tem pronunciado, ora de serviços prestados como membro da Comissão Diretora da Revista do Instituto, de que já é sócio honorário.

As qualidades de que êle é possuidor e a atividade que tem desenvolvido no seio desta propecta instituição, o recomendam por certo para sócio efetivo.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (as.) Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Basílio de Magalhães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Valentim Benício da Silva, Herbert Canabarro Reichardt.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — Para pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o general Estêvão Leitão de Carvalho, nome de alta representação social e invulgar expressão cultural, tem as qualidades já reconhecidas na ocasião em que foi eleito sócio honorário dessa instituição, qualidades essas que o recomendam para sócio efetivo, como se propõe presentemente que o seja.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — (as.) Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, João Baptista Magalhães.

Submetido à votação foi unanimemente aprovado.

Leu o 1.^o secretário:

Proposta — O Sr. José Antônio Soares de Souza é autor de — “A vida do Visconde de Uruguai” — obra publicada na Biblioteca Brasileira, recebida com grande aprêço pela crítica, que reconheceu o grande valor de trabalho não só pelo mérito do escritor como pela extraordinária documentação.

Eis pois um livro que se publicou, para esgotar-se logo a primeira edição.

O Sr. José Antônio Soares de Souza é pois um nome que se impõe, e merece seja proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1946. — (a.) Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Claudio Ganns, José Carlos de Macedo Soares, Arthur Cesar Ferreira Reis, Alfredo Nascimento e Silva, Basílio de Magalhães, Manoel Tavares Cavalcanti, Rodrigo Octavio Filho, Virgílio Corrêa Filho, Oliveira Vianna, Alcindo Sodré, H. Canabarro Reichardt, Luiz Felipe Vieira Souto, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

Parecer da Comissão de História — Embora datada de 20 de julho de 1946, só agora vem de ser encaminhada à Comissão de História a proposta então apresentada para admissão do Sr. José Antonio Soares de Souza na classe dos sócios efetivos.

No caso em aprêço, poderia a Comissão limitar-se a um simples parecer favorável, tendo em vista tratar-se de um historiador que, através de vários trabalhos, sobejamente tem demonstrado quão honesta e documentadamente devem ser estudados os principais episódios históricos do Brasil Imperial.

Se outros títulos e merecimentos não tivesse, o Sr. José Antonio Soares de Souza, para ingressar no quadro social do Instituto como verdadeiro historiador, bastava-lhe o belo e volumoso livro em que, com tanto carinho, erudição e probidade, soube descrever a nobre vida de seu ilustre bisavô paterno, visconde de Uruguai. E' esta sem favor, uma das mais completas e fiéis biografias que se tenham escrito até agora sobre um dos maiores estadistas do Império, e em cujas páginas pôde o autor também focalizar, com segurança, variados panoramas políticos e sociais, como ainda outras personalidades contemporâneas do biografado. Nesse livro teve ainda o Sr. José Antonio Soares de Souza o raro privilégio de poder igualmente apreciar, em vários trechos, outro vulto de extraordinário renome, seu bisavô materno, qual seja o marquês de Paraná, acêrca do qual tem em preparo desenvolvido estudo concernente à Missão Extraordinária que êsse estadista desempenhou no Rio da Prata em 1851-1852.

A Comissão de História é portanto de parecer que a proposta ora apreciada merece plena aprovação.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1951. — (a.) Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Basílio Magalhães, Herbert Canabarro Reichardt.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — José Antonio Soares de Souza, proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico

e Geográfico Brasileiro é autor de *A Vida do Visconde do Uruguai*, livro que despertou grande interesse, nos países do Prata, pela documentação histórica importantíssima, conceitos que emitidos em páginas em que descreve a orientação da política internacional do Brasil que se modifica de uma contemporização com que Araújo Lima pensava resolver questões graves para a iniciativa e firmeza com que o visconde do Uruguai refez a política brasileira no Prata.

E' pois êste livro que levou o autor, a membro-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai; tornou-lhe o nome acolhido na América do Norte para que "The Hispanic Historical Review", em o número de maio, fizesse especial referência ao seu nome.

Ainda entre os trabalhos históricos com que o Sr. José Antônio Soares se tem notabilizado, contam os seguintes: *Os escravos e a Pena de Morte no Império* (*Diário de Notícias*, de 3-10-1948); *O Federalismo no Império depois de 7 de abril* (*Diário de Notícias*, de 21-11-1943); *A Política do Brasil no Paraguai durante o Ditadura do Dr. Francia*, crítica do livro de R. Antonio Ramos (Rev. I. H. G. B., vol. 190 de 1946); *Como se adquiriu a livraria de Pedro de Angelis* (Rev. I. H. G. B., vol. 192 de 1946); *Arquivo Histórico do Itamaraty* (n.º 13 de 8 de julho de 1948).

A revista do Instituto Histórico já recebeu o original datilografado para ser publicado: *O General Urquiza e o Brasil*, trabalho extenso de 90 páginas.

Êstes trabalhos recomendam, por certo, o autor de tão expressivas obras históricas, e a Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que seja aprovada a proposta do Sr. José Antônio Soares de Souza para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — Augusto Tavares de Lyra, Alfredo Valladão, João Baptista Magalhães.

Submetidos à votação foi unânimemente aprovado.

Leu, em seguida, o 1.º secretário a proposta e pareceres seguintes:

Proposta — Propomos o acadêmico professor Múcio Leão, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde veio êle pronunciar, no "Curso Joaquim Nabuco", notável conferência em que, versando *Atividades Jornalísticas de Joaquim Nabuco*, traçou o perfil do escritor de "Minha Formação", revelando para isto documentação copiosa acêrca da literatura brasileira de que hoje o escritor e jornalista é estudioso de grande notabilidade.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1950. — José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt,

Pedro Calmon, Mário Augusto Teixeira de Freitas, João Martins de Carvalho Mourão, João Baptista Magalhães, Thiers Fleming, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Arthur Cezar Ferreira Reis, José Honório Rodrigues, Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, Claudio Ganns, Luiz Felipe Vieira Souto.

Parecer da Comissão de História — O professor Múcio Leão, nome consagrado nas letras, é um especialista de assuntos históricos já apontados e encarecidos na proposta dêle para sócio efetivo do Instituto.

A sua produção de erudito é copiosa, principalmente no que tem divulgado pelos jornais, haja em vista, o suplemento literário do *Jornal do Brasil*, em que divulgou a melhor documentação a respeito dos escritores brasileiros.

Na série de conferência promovidas pelo Instituto Histórico para comemorar o centenário de Joaquim Nabuco, tomou êle parte com a que pronunciou com o título *Atividades jornalísticas de Joaquim Nabuco*. Foi êste trabalho seu um dos muitos em que estudou a personalidade ilustre de historiador, orador, escritor, político, e diplomata brasileiro.

Entre os muitos trabalhos do escritor ilustre, são de mencionar os seguintes:

Discurso no jubileu de Ruy Barbosa — *Diário de Pernambuco* — 1918.

Henry Ipster, viajante sentimental — Conferência, em 1926.

Curso sôbre João Ribeiro (Estudos Críticos) — 1934.

Ensaio sôbre a prosa brasileira — *Revista Acadêmica* — 1936.

Quintino Bocaiúva — Conferências na Academia Brasileira de Letras — 1930.

Casimiro de Abreu — Conferência na Academia Brasileira de Letras, 1937.

Uma família de poetas (estudo sôbre os irmãos de Alberto de Oliveira) — Conferência na Academia Brasileira de Letras, Anais, 1941.

A vida e a morte de Salvador de Mendonça — Conferência. *Revista Acadêmica*, 1941.

Salvador de Mendonça, diplomata do Império e da República — Conferência no Ministério das Relações Exteriores. Julho 1941.

Síntese de João Ribeiro — Conferência no DEIP de São Paulo, 1941.

Política de João Ribeiro — Autores e Livros, pág. 277.

Um diplomata brasileiro nos Estados Unidos (Salvador de Mendonça — *Pensamento da América*, vol. I, pág. 215.

Recomendam-no os títulos de que êle é portador, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt. — Basílio de Magalhães. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. — Valentim Benício da Silva. — Herbert Canabarro Reichardt.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — O professor Múcio Leão, proposto para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é nome de grande projeção e figura de destaque na cultura brasileira, tendo, pois, tôdas as qualidades para fazer parte desta colenda instituição.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — João Baptista Magalhães.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria.

Em seguida, leu o 1.º secretário os seguintes pareceres:

Parecer da Comissão de História — E' o professor Edgard Castro Rebêlo, nome ilustre no país pelos seus méritos de jurista, de escritor, de historiador com que, no IV Congresso de História Nacional apresentou o trabalho, *As inscrições lapidares da Igreja da Vitória e o local da Vila Velha. Povoamento da Bahia*, do qual se disse em parecer assinado por Hernani Cidade, relator, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Manuel Diegues Júnior e Elisabeto de Carvalho:

“— Constitui um estudo bem documentado e realizado com viva agilidade intelectual, na utilização dos vários depoimentos que o autor pode topar sôbre o assunto”.

“A matéria é bom estímulo a tal agilidade...”

Apreciando as qualidades do historiador em que é uma grande expressão de cultura, disseram os destacados nomes subscritores do trecho acima, o que recomenda o professor Edgardo Castro Rebêlo para membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Basílio de Magalhães. — Valentim Benício da Silva. — Herbert Canabarro Reichardt.

Parecer da Comissão de Admissão de Sócios — O professor Edgardo Castro Rebêlo é um dos nomes mais acatados no ensino superior, catedrático que é da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

A sua nomeada de publicista, de jurista, de cultor da História, o recomenda para fazer parte do quadro de sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1951. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — João Baptista Magalhães.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria de votos.

Para a maioria das propostas e pareceres serem submetidos à votação foi pedida, pelo 2.º secretário, dispensa de interstício.

Nada mais constando do expediente, o Sr. presidente perguntou se os sócios queriam usar da palavra e, nenhum a tendo pedido, declarou encerrada a sessão.

Justificou a ausência o Sr. ministro Augusto Tavares de Lyra.

Encerrou-se a sessão às 17 horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO DE 20 DE JUNHO DE 1951

SESSÃO N.º 1.805

Conferência do Sr. Affonso Costa — A respeito dos centenários de vários nomes ilustres de bahianos

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares

No dia vinte do corrente mês, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sessão em que o sócio efetivo, historiador e cultor das belas letras, realizou a conferência intitulada: “A respeito dos centenários de vários nomes ilustres de bahianos”.

Aberta a sessão, às 17 horas, convidou o presidente José Carlos de Macedo Soares para fazer parte da mesa além dos 1.º e 2.º secretários, Dr. Virgílio Corrêa Filho e Feijó Bittencourt, o deputado Dr. Dantas; senador Olímpio Jobim; Dr. Eugênio Gomes, diretor da Biblioteca Nacional.

Dada a palavra ao conferencista do dia, discorreu êle a respeito da vida das figuras ilustres bahianas, com elegância de linguagem e interessante pormenorização de fatos. Com erudição e originalidade de informação estendeu-se o orador a respeito da época esboçando um quadro das atividades jornalísticas da Bahia, no ano de 1851, data de nascimento das personalidades que o conferencista passou a apreciar, e, com isso, explicou em parte a feição intelectual dos vultos cujo centenário de nascimento comemorou.

Terminada a conferência que foi acolhida por grande salva de palmas, declarou o presidente encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; João Baptista Magalhães; Alvaro Rodrigues de Vasconcellos; Affonso Costa; Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt; Julião Rangel de Macedo Soares; Oliveira Bello; Luiz F. Vieira Souto; Claudio Ganns; Valentim Benício da Silva; Francisco Marques dos Santos; Herbert Canabarro Reichardt; José Honório Rodrigues; Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; Christovam Leite de Castro; Américo Jacobina Lacombe; Thiers Fleming.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DO PROFESSOR ORVILLE A. DERBY
EM 31 DE JULHO DE 1951

SESSÃO N.º 1.806

Conferência do Dr. Virgílio Corrêa Filho — Centenário de Fernando Lobo — Homenagem ao Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares — Comunicação do Sr. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa sobre o Primeiro Bispo do Rio Grande, D. Feliciano Prates

Presidência: *Embaixador José Carlos de Macedo Soares.*

Aos dias 31 do mês de julho próximo passado, realizou-se, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, às 17 horas, a sessão comemorativa do centenário do nascimento do professor Orville A. Derby.

Presidiu a sessão o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que convidou para tomarem lugar na mesa que dirigiu a comemoração, o Dr. Baderó Júnior, Chefe do Gabinete do Sr. Negrão de Lima, ministro da Justiça, a quem representou, e o capitão tenente Carneiro de Mendonça, representante do Sr. vice-almirante Renato Guillobel, ministro da Marinha.

A palavra foi dada ao sócio do Instituto, Dr. Adroaldo Mesquita da Costa, que fez uma comunicação acêrca da data do nascimento do primeiro bispo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano Prates.

Em seguida, o 1.º secretário do Instituto, Virgílio Corrêa Filho, pronunciou documentada conferência acêrca de Orville Derby, estudando a importância da obra desse cientista no Instituto Histórico, demorando-se no estudo dos seus mapas.

Terminada a conferência, sob grande salva de palmas, pediu a palavra o Sr. ministro Alfredo Valladão, sócio grande benemérito e segundo vice-presidente do Instituto.

“Sendo esta, disse êle, a primeira sessão a que compareço, depois da honra insigne que recebi, da elevação de meu nome à categoria de sócio grande benemérito, quero reafirmar pessoalmente ao Instituto e em especial aos ilustres signatários da respectiva proposta, desde o nosso eminente presidente, e à ilustre Comissão de Admissão de Sócios, desde o seu eminente relator, o meu profundo reconhecimento, transmitido por intermédio do nobre 1.^o secretário”.

“E ao mesmo tempo prometer que, se Deus me der vida e saúde, será a honra recebida, mais um estímulo, como o fôra a da minha entrada para esta Casa gloriosa e secular, e o da minha promoção a sócio benemérito, para continuar na obra de elaboração histórica, a que há tantas anos me venho consagrando”.

Continuando com a palavra, o Sr. ministro Alfredo Valladão, pronunciou um discurso de homenagem à figura do insigne brasileiro Fernando Lobo, pelo transcurso do centenário do seu nascimento, e, concluindo, propôs que se inserisse em ata um voto de saudades que foi unanimemente aprovado.

Pediu a palavra o sócio Luiz Felipe Vieira Souto, que apresentou a seguinte proposta:

“Senhor presidente perpétuo — Desejo tomar a atenção da Casa, por alguns instantes, a fim de fazer proposta sobre dois assuntos que creio oportunos:

1.^o) Aos nove do mês de junho dêste ano, passou o primeiro centenário sobre a morte de um grande brasileiro, nosso consócio. Vida curta, pois nascido aos doze de fevereiro de mil oitocentos e treze, em Paraopeba, no município de Queluz, da província de Minas Gerais. Formou-se em medicina nesta cidade em dezembro de mil oitocentos e trinta e oito após sustentar a magnífica tese sobre frenologia. A vinte e seis de abril do ano seguinte após concurso era escolhido lente substituto da seção cirúrgica. Seus discursos e relatórios deram-lhe entrada nesta casa, sobrelevando ressaltar sua *História da escutação* e a *Memória sobre o estado atual das instituições médicas na França, na Prússia e na Grã-Bretanha*, obra oportuna e perfeita, até hoje de proveitosa consulta para os que têm em mente os problemas do ensino. Assumindo o lugar de catedrático de partos a dezessete de janeiro de mil oitocentos e cinquenta e um apenas pôde ganhar as montanhas da terra que o vira nascer, para ali terminar carreira curta, mas brilhante. Fundador de uma dinastia de homens

de talento e valor nas profissões liberais e no magistério, ainda hoje seus netos continuam-lhe famigerada glória.

Proponho que V. Exa., consulte a casa, para que se realize, êste ano, uma sessão especial para comemorar o centenário da morte do professor Dr. Domingos Marinho de Azevedo Americano, sendo designado por V. Exa., consócio nosso para proferir conferência sôbre a vida e a obra do homenageado.

2.º) Em 1932, Afrânio Peixoto, pediu-me, sabendo das relações pessoais que eu mantinha com a família de Arthur de Oliveira, o “saco de espantos” de Machado de Assis, pediu-me estudasse êste esquecido e desconhecido conversador brasileiro que passara rápido pela literatura brasileira, causando duradoura impressão nos que dêle se aproximaram. Reuní-lhe os “Dispersos” e escrevi-lhe a biografia, que publicadas ambas pela Academia Brasileira, de que êle é patrono da sede criada por Filinto de Almeida, sucedido por Roberto Simonsen e hoje pertencente ao Sr. Aníbal Freire da Fonseca, tornarem-se única fonte sôbre o professor de literatura do colégio de Pedro Segundo e fizeram que dêle se soubesse muitos casos ignorados.

Hoje estão os dois volumes esgotados. Nestes quase vinte anos após a publicação, várias retificações pude fazer e inúmeros acréscimos consegui obter. Preparei-os para segunda edição dos mencionados livros a ser publicada oportunamente. Mas, como no dia 11 de agosto próximo passará o centenário natalício de Arthur de Oliveira, pediria a V. Exa. marcasse em dia de uma das próximas sessões, alguns minutos para que eu desse ao Instituto conhecimento do que de novo tenho a respeito, caso ache V. Exa. oportuno êste meu desejo. Sala Dom Pedro Segundo, 31 de julho de 1951”.

Tomando em consideração as palavras do orador, o Sr. presidente ainda a deu ao sócio Sr. Affonso Costa, que discursou dizendo:

“Sr. presidente: — Ainda estou, a estas horas, sob a impressão muito agradável do que observei e ouvi na importante sessão realizada aos 19 do findante mês, na respeitável Sociedade Brasileira de Geografia. A finalidade dessa reunião era o fazer-se homenagem ao mérito e, de tal modo, não era um dêsses triviais encontros em que as louvaminhas se alargam para o gáudio de sua luxúria entusiástica. Se em honra ao mérito bem se vê que era o testemunho de vivíssima gratidão a quem de tanto ser útil viera a tornar-se credor de proceder tão alevantado de seus contemporâneos.

Todos sabemos e admiramos a obra benemérita que vai por diferentes setores distendendo a graça extrema do brasileiro ilustre que há pouco renunciara o cargo de presidente daquela acatada Sociedade. Pois a essa instituição o que fizera êle se achou de tal maneira

considerável, a ponto de se imaginar o que de mais subido e mais nobre se poderia produzir para a perpetuidade do reconhecimento aos favores recebidos. As estátuas são, a tôdas as vistas, a perpetuidade, quando governos revoltados, ou revoltantes, não as mandam demolir, fundindo o bronze e levando-o a almoeda pública, ou quebrando o mármore que as represente, para que o olvido dos pósteros desça sôbre os méritos proclamados. E imaginou-se a estátua dêsse brasileiro ilustre transformada numa herma de preciosa esculturação, de vez que a própria sede da associação não poderia conter monumento mais avantajado em vertical.

Para essa homenagem consagradora havia de buscar-se quem, à altura dêesses méritos e da sobrelevância dêsse monumento, melhor interpretasse o sentir da Sociedade Brasileira de Geografia, ou seja, justamente, o sentir agradecido dos que se comprimiam no local festivo, dispostos à grande homenagem. E o intérprete venturosamente correspondeu a êsse desejo, produzindo alocução que a todos sensibilizou, tanto a justeza dos conceitos, elevação dos sentimentos, dignidade da expressão, nobreza do estilo e reconhecimento profundo de profunda gratidão.

Preciso se repita, para que secundemos os aplausos dos presentes à dita assembléia de 19 dêste, que o homenageado, ora visto ali em estátua, é o embaixador José Carlos de Macedo Soares, preclaro presidente perpétuo da Casa do Visconde de S. Leopoldo, e que o intérprete da Sociedade fôra o Sr. general de Exército Estêvão Leitão de Carvalho.

Tornemos como sendo dêste nosso Instituto a consagração oficiada em tão recordado momento, porquanto um e outro aí estão luminares do nosso augusto sodalício. Assim, para que os nossos sucessores nestas poltronas saibam sempre dêsse acontecimento, ouso requerer, e requeiro, seja transcrita na *Revista* do Instituto a memorável alocução a que me estou referindo. Nesse documento se perpetuam os méritos de um ilustre brasileiro e da mesma feita a inteligência ponderada e clara de um brasileiro ilustre.

Eis, Sr. presidente, o requerimento que por bondade de Vossa Exa. transmito ao julgamento de digníssimos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Submetida a votos, a proposta foi aprovada unânimemente.

Justificando a sua ausência, mandaram telegramas o Sr. ministro da Educação e Saúde e diretor do Arquivo Nacional.

“Embaixador José Carlos de Macedo Soares: — Associo-me à homenagem que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presta ao professor Orville A. Derby pela passagem do seu nascimento. Cordiais saudações. — Simões Filho.”

“Impedido comparecer fôrça maior sessão hoje anticipo illustre confrade e amigo minhas cordiais felicitações novo serviço prestado letras nacionais. Cordiais saudações. — Vilhena de Moraes — Diretor do Arquivo Nacional”.

Agradeceu o convite que foi dirigido ao Touring Club do Brasil, o secretário geral Edgard Chagas Doria, comunicando que se fazia representar.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Augusto Tavares de Lyra, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt, Múcio Leão, Afonso Costa, Valentim Benício da Silva, Ruben Rosa, Alfredo Valladão, Lucas A. Boiteux, Haroldo Valladão, Adroaldo Mesquita da Costa, Herbert Canabarro Reichardt, Luiz F. Vieira Souto, Thiers Fleming, Alvaro Rodrigues de Vasconcellos, José Luiz Baptista, Luiz de Oliveira Bello.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO
DO NASCIMENTO DO SECRETÁRIO HENRI RAFFARD,
EM 14 DE AGOSTO DE 1951

SESSÃO N.º 1.807

Presidência: 1.º Vice-Presidente *Ministro A. Tavares de Lyra.*

Na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, às dezessete horas, realizou-se a sessão comemorativa do primeiro centenário de nascimento de Henri Raffard, que por largo tempo desempenhou com exemplar dedicação o cargo de seu primeiro secretário.

Na ausência do presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que se acha em São Paulo, assumiu a Presidência o ministro Augusto Tavares de Lyra, 1.º vice-presidente, que convidou para tomar parte na mesa o representante do Sr. ministro da Marinha, capitão Luiz Phelippe Quincy, e para o recinto os representantes da família Raffard.

E deu sucessivamente a palavra ao 1.º secretário Virgílio Corrêa Filho, que procedeu à leitura das Efemérides referentes ao dia e ao ministro Hélio Lobo.

Justificando a sua ausência na sessão precedente, lamentou por isso, não ter ouvido, nessa oportunidade, a formosa alocução do ministro Alfredo Valladão, em louvor ao seu saudoso pai, ministro Fernando Lobo. Penhorado pelos conceitos, que a autoridade moral e cultural de historiador da Campanha da Princesa exaltara, não podia deixar de apresentar, de público, os agradecimentos, em seu próprio

nome e da sua família, embora já os tivesse manifestado em particular.

Coube ao coronel João Baptista Magalhães evocar, em seguida, a figura e obras de Henri Raiffard, em cuja pessoa perfeitamente se harmonizavam o industrial, o comerciante e o historiador, embora apenas perdesse o êxito alcançado nesta derradeira manifestação de suas atividades, documentada pelos ensaios, que ainda na atualidade são consultados com proveito e agrado.

Terminada a conferência, que a assistência aplaudiu, o presidente agradeceu a douta contribuição do orador, a presença das autoridades e pessoas gradas.

Compareceram os seguintes sócios: Augusto Tavares de Lyra; Virgílio Corrêa Filho; João Baptista Magalhães; Affonso Costa; Valentim Benício da Silva; José Antônio Soares de Souza; Hélio Lobo; Alfredo Valladão; Ruben Rosa; Jorge Dodsworth Martins; Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; Luiz Felipe Vieira Souto.

Enviaram telegramas e ofícios os Srs. ministros da Guerra, general Newton Estilac Leal; ministro do Trabalho, Dr. Danton Coelho; Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa; e o presidente da Associação Comercial. Justificaram a ausência os sócios: Dr. Eugênio Vilhena de Moraes e Thiers Fleming.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO DO DIA 22 DE AGOSTO DE 1951

SESSÃO N.º 1.808

Conferência do general Valentim Benício da Silva — “A mulher na evolução do Brasil”

Presidência: *Embaixador J. C. de Macedo Soares.*

No dia vinte e dois do corrente, às 17 horas, realizou-se, no salão nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a sessão convocada pelo seu presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, que, assumindo a direção dos trabalhos, convidou para a mesa, o professor José Feliciano de Oliveira, consócio que, ausente, na França, deixara de comparecer às sessões do Instituto, por cerca de quatro décadas, o acadêmico Luiz Edmundo, os generais Danton e Bina, o capitão tenente Frank Lewis, representante do Excelentíssimo Senhor ministro da Marinha.

Deu a palavra ao 1.º secretário para ler as Efemérides do Barão do Rio Branco referentes ao dia.

Em seguida, o general Valentim Benício da Silva, da tribuna, proferiu erudita conferência acêrca da “Mulher na evolução do Brasil”.

Começou por lembrar que a descoberta da América resultou do apoio decidido e proteção de Isabel, a Católica, sem cujo auxílio não teria Colombo empreendido a viagem memorável.

Assim se manifestou a influência da mulher, continuada por Paraguaçu, que simbolizou, no limiar do povoamento sistemático do Brasil pelos portugueses, a união fecunda e auspiciosa das duas raças, de que resultou o tipo audaz do bandeirante.

Pelos séculos sucessivos professoras e enfermeiras, poetisas e inspiradoras de heroismos, guerreiras e musicistas, princesas e abnegadas defensoras da religião, dezenas de individualidades femininas imortalizaram-se por suas qualidades insignes.

De cada uma, que evocava, traçou o orador o resumo biográfico, ao acentuar-lhe os atos admiráveis.

Ao fim, observou que centenas de outras ainda poderiam ser mencionadas se a carência de tempo e de espaço não forcesse a limitar-lhes a citação.

Ainda que a alongasse, refletiu, jamais conseguiria abranger tôdas quantas se creditaram à benemerência nacional, por atos proclamados pela gratidão coletiva, ou pela atuação mais discreta e perseverante de educadoras, no lar, na escola, na sociedade.

A formação intelectual e moral de gerações sucessivas de brasileiros devem-lhes a principal contribuição no passado, e continua a dever-lhes na atualidade.

São, desta maneira, as incansáveis modeladoras do engrandecimento do Brasil, e a propósito recorda o sugestivo conceito do arcebispo D. Aquino Corrêa, perante o IV Congresso Inter-Americano de Educação Católica — “A maior glória de uma nação é o caráter de seus filhos”.

E com estas palavras expressivas terminou o general Valentim Benício da Silva a sua aplaudida conferência, merecendo as palmas da assistência, em que se encontravam os Srs. Dr. Cypriano Osorio Mascarenhas, Herculano Antonio Pereira da Cunha, coronel Ronald Câmara, tenente Duplardine de Mello, general Felício Lima, Francisco Osorio Mascarenhas, Autina de Medeiros Pitta, Maria Francelina de Barros Barreto, Francisca Penna Rodrigues, Rivadávia Carvalho Leal, Moreira Lima e senhora, José de Carvalho e Souza e senhora, Oswaldo Niemeyer Lisboa, Conceição Lais de Paiva Souza; Sra. Romy Medeiros da Fonseca.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Christovam Leite de Castro, José Feli-

ciano de Oliveira, Valentim Benício da Silva; Agnello Bittencourt, Luiz Felipe Vieira Souto, João Baptista Magalhães, José Antonio Soares de Souza, Julião Rangel de Macedo Soares, Vasconcellos Xavier Pedrosa.

Enviaram telegramas os Srs. ministros da Guerra, do Trabalho e da Agricultura; o presidente do Touring Club e a Associação Brasileira de Imprensa.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt.*

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 31 DE AGOSTO DE 1951

SESSÃO N.º 1.809

Homenagem à Embaixada Universitária de Coimbra. O professor Manuel Lopes de Almeida, diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra, explanou o tema "Brito Freire, o historiador da Nova Lusitânia"

Presidência: 2.º Secretário *Feijó Bittencourt.*

Aos dias trinta e um de agosto, reuniu-se o Instituto Histórico sob a presidência do 2.º secretario, Feijó Bittencourt, para homenagear o embaixador Universitário de Coimbra, o presidente da sessão saudou os membros da embaixada para em seguida oferecer a palavra ao professor Manuel Lopes de Almeida, diretor da Biblioteca da Universidade de Coimbra, que pronunciou a conferência sobre o tema *Brito Freire, o historiador da Nova Lusitânia*. Terminados os aplausos que coroaram as palavras do conferencista, a palavra foi dada ao sócio Pedro Calmon que, agradecendo em nome do Instituto a contribuição eloquente e erudita de historiador que acabou de trazer a público um tema de tanto interesse, mostrou-se interessado pelo que ouvia fazendo referência que prendeu a vida de Brito Freire ao Brasil.

Secundando a brilhante embaixada que aportou no Brasil e a mocidade universitária que pisava um solo descoberto por portugueses, o orador terminou, sob salva de palmas.

Ninguém mais usando da palavra foi encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, José Feliciano de Oliveira, Affonso Costa, Artur César Fer-

reira Reis, Valentim Benício da Silva, Luiz Felipe Vieira Souto, Adolfo Morales de los Rios Filho, Herbert Canabarro Reichardt, José Honório Rodrigues, José Antônio Soares de Souza, Cláudio Ganns, Frei Pedro Sinzig, Estêvão Leitão de Carvalho, Julião Rangel de Macedo Soares, Ataulpho Napoles de Paiva, Ruben Rosa, Pedro Calmon e Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.

Encerrou-se a sessão às 19 horas e meia. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.^o secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DE DOMINGOS MARINHO DE AZEVEDO AMERICANO E ARTHUR DE OLIVEIRA EM 19 DE SETEMBRO DE 1951

SESSÃO N.^o 1.810

Presidência: 1.^o Secretário *Virgílio Corrêa Filho*.

De acôrdo com o resolvido em uma das sessões anteriores, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se no dia 19 do corrente, às 17 horas, em sua sede, para comemorar dois centenários, de médico afamado, que ingressou no seu quadro social e de singular homem de letras, cujos escassos escritos não correspondeu à influência exercida entre os contemporâneos, pela sua qualidade dominante, de *causcur* incomparável, a ponto de ser incluído na lista dos patronos da Academia Brasileira de Letras.

Por se encontrar em São Paulo o presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares e não ter comparecido nenhum dos seus imediatos substitutos, assumiu a presidência o 1.^o secretário, Virgílio Corrêa Filho, que, após justificar a ausência do 1.^o vice-presidente, ministro Augusto Tavares de Lyra, e do sócio grande benemérito Basílio de Magalhães, por doença, convidou para a mesa o sócio grande benemérito Affonso de E. Taunay, recém-chegado ao Rio, e o professor Roberto Marinho, e para o recinto os outros descendentes do Dr. Domingos Marinho, cujos feitos seriam lembrados pelo orador escolhido para lhe traçar o perfil.

E após explicar, em breves palavras, o motivo da reunião, concedeu a palavra ao sócio efetivo, Dr. Luiz Felipe Vieira Souto.

Em documentado ensaio, o conferencista evocou o vulto do Doutor Domingos Marinho, cuja rápida trajetória pela cátedra não o impediu de evidenciar profundo saber e idéias renovadoras, que poderiam ser proclamadas, na atualidade.

Por fim, lembrou que faz um século nasceu Artur de Oliveira, destinado a extremar-se então os escritores da época, pelo brilho da

sua conversa e idéias rutilantes, que não cuidou de reduzir a escrito. À sua nomeada, de inteligência criadora, trás, todavia, o endosso de nobres espíritos, entre os quais não se dignou Machado de Assis de alistar-se, apesar do comedimento habitual de seus elogios.

Amigo de poetas franceses, que lhe exaltavam a inteligência, e dos patricios, a quem insuflou o amor à forma escrita, teve a glória da condecoração acadêmica, pelo talento que esbanjou em palestras animadoras de vocações literárias.

Em seguida, o professor Roberto Marinho agradeceu as honras prestadas à memória de seu avô, especialmente ao Dr. Luiz Felipe Vieira Souto, que lhe revelou fatos desconhecidos.

Agradecendo a presença da família do professor Marinho, e de toda a assistência, e a cooperação do conferencista, que tão carinhosamente estudou a vida e os ensinamentos do grande brasileiro, o Sr. presidente declarou encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Thiers Fleming, José Feliciano de Oliveira, Affonso Costa, Luiz Felipe Vieira Souto, Agnello Bittencourt, José Antonio Soares de Souza, Francisco Marques dos Santos, Affonso de E. Taunay, Jorge Dodsworth Martins, Julião Rangel de Macedo Soares, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 28 DE SETEMBRO DE 1951

SESSÃO N.º 1.811

Conferência do sócio efetivo Sr. Affonso Costa — “Retalhos da vida e da obra de Manuel Quirino”

Presidência: 2.º vice-presidente Dr. José Wanderley de Araujo Pinho

Reuniu-se a 28 do corrente o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o primeiro centenário de nascimento do artista e escritor baiano Manuel Quirino.

Presidiu a sessão o 2.º vice-presidente Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, que justificou a ausência do presidente embaixador Macedo Soares e do 1.º vice-presidente, ministro Augusto Tavares de Lyra. Dirigindo-se ao sócio efetivo Affonso Costa, que ia discorrer a respeito de Manuel Quirino, o presidente, Dr. Wanderley Pinho, louvou o estilo do conferencista tão indicado para dizer com delicadeza e emoção o que havia de sentimental e expressivo naquele

que se impôs vindo do nada para merecer o acatamento de todos do seu tempo.

O Sr. Affonso Costa descreveu o meio culto da Bahia que cercou a figura de intellectual e artista, tão consciente e investigador das coisas de arte que foi Manuel Quirino.

Ao terminar sua oração o Sr. Affonso Costa recebeu prolongada salva de palmas.

Em seguida, o presidente salientou o brilho da sessão para o qual concorreu o orador e a assistência.

Fizeram parte da mesa o presidente Wanderley Pinho, o Senhor Dr. Afrânio Coutinho, representante do Sr. ministro da Educação; Dr. João Carlos Osório, representante do Sr. vice-presidente da República Dr. Café Filho; e para o recinto o desembargador Castello Branco, representante da Academia Piauiense de Letras e professor Carlos Garrido, da Academia Alagoana de Letras.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho; Helio Vianna; José Feliciano de Oliveira; Affonso Costa; João Baptista Magalhães; Alcindo Sodré; José Wanderley de Araujo Pinho; Luiz F. Vieira Souto; Frei Pedro Sinzig O.F.M.; Estêvão Leitão de Carvalho; Affonso de Escagnolle Taunay; Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt; José Antonio Soares de Souza; Claudio Ganns; Valentin Benício da Silva; Julião Rangel de Macedo Soares.

Justificaram a ausência os sócios: Ministro Tavares de Lyra, comandante Oliveira Bello e professor Basílio de Magalhães.

Tendo depois o sócio Thiers Fleming pedido voto de aplausos ao Presidente da República pela assinatura da Lei referente a trasladação dos despojos da Princesa Isabel e Conde D'Eu.

Doutor Getúlio Vargas

Digníssimo Presidente República

Palácio Catete

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por proposta comandante Thiers Fleming unânimemente aprovada em sessão congratula-se com Vossa Excelência sanção lei concedendo crédito trasladação despojos princesa Isabel e Conde d'Eu aproveitando ensejo apresentar Vossa Excelência respeitosos cumprimentos.

José Carlos de Macedo Soares, presidente.

Avenida Augusto Severo, 4, 1.º, Lapa.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 5 DE OUTUBRO DE 1951

SESSÃO N.º 1.812

Conferência do ministro Alfredo Valladão sobre "José Antônio Marinho — Dos Sertões do São Francisco ao Alto Cenário Nacional" — Homenagem ao professor Pedro Calmon — O cinquentenário de Francisco de Castro — Nova edição da "História da Conjuração Mineira" de Joaquim Norberto de Souza e Silva

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares

No dia 5 do corrente, às 17 horas, realizou-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a sessão em que o sócio grande benemérito, ministro Alfredo Valladão pronunciou uma conferência intitulada: "José Antônio Marinho: Dos sertões do São Francisco ao Alto Cenário Nacional".

O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo desse sodalício, ao declarar aberta a sessão, convidou para tomar lugar na mesa os sócios do Instituto, professor José Feliciano de Oliveira, almirante Jorge Dodsworth Martins e o cientista H. C. de Souza Araujo.

Justificaram a sua ausência, o diretor do Arquivo Nacional, Dr. Eugênio Vilhena de Moraes e o 1.º secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho, êste por estar ausente do Rio, razão pela qual secretariou a sessão o 2.º secretário, a quem coube ler as "Efemérides do Barão do Rio Branco" na página que se refere aos acontecimentos do dia 5 de outubro.

Em seguida, usou da palavra o orador da conferência do dia, que, estudando a figura de José Antônio Marinho, em geral, e, especialmente, na oratória sagrada e parlamentar, na historiografia, na imprensa e na cátedra, destacou a elevada estatura do notável brasileiro.

Ao terminar a página histórica que traçou, foi o Sr. ministro Alfredo Valladão saudado por grande salva de palmas.

O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares deu, em seguida, a palavra ao sócio Feijó Bittencourt que a pedira para salientar que, nesse dia, pela manhã, se empossara, reconduzido, no cargo de reitor da Universidade do Brasil, o professor Pedro Calmon, sócio benemérito do Instituto e também o seu orador. A personalidade do reitor reempossado foi apreciada pelo orador dizendo que o período em que já exerceu o alto pôsto no magistério do país não correria sem grandes datas como aquelas em que provera de material técnico e

ampliara os edifícios de ensino, ajustando-os ao momento presente. Sobrelevou o orador a maneira do professor Pedro Calmon compreender a reitoria, a que chamou “o grande seminário”, expressão sua que traduz bem o que todos entendem como significativa das qualidades de coração e tato com que êle sempre está no seio da mocidade estudantil, deixando que as atitudes desta se encaminhem, para êle levá-las adiante ajustando-se, refazendo-as, dando-lhes a forma com que as impetuosidades moças ficam esquecidas, mas isto então modelando-as nas suas mãos de mestre. Assim é reitor, assim é condutor da mocidade o Dr. Pedro Calmon de Moniz Bittencourt.

E’ com isto um realizador pelo tudo que tem feito, e que era dever logo de início ficar lembrado.

Das obras materiais que ficarão assinalando a passagem do professor Pedro Calmon pela Reitoria, a uma se reportou então o orador com referência especial e aludiu aquela por êle desentulhada do passado, deixando-a limpa à luz do sol com tóda a sua majestade de um palácio em que as linhas arquitetônicas se mostra em plena beleza a sobresaírem hoje, conservadas que são do passado. Ali a sede da Reitoria. Mas também um traço da personalidade do reitor, então reconduzido ao cargo na manhã de 5 de outubro dêste ano de 1951. E’ o traço característico com que o reitor atual da Universidade do Brasil, vai, na habilidade com que liberal conduz a mocidade brasileira, retomar as sombras do passado, deixando que elas marquem no presente a tradição com que o Brasil há de se formar na alma dos homens de amanhã, prezando, reconstituindo, repondo nos seus devidos traços o seu passado, a sua formação imperecível”.

Pediu o orador que, voltando à Reitoria da Universidade do Brasil esta figura de professor, que, através das agitações de um povo que se desenvolve, sempre soube voltar as magnificências do passado, aprovasse o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um voto de congratulações, mesmo porque êle era seu sócio benemérito e seu magnífico orador”.

O Sr. presidente embaixador Macedo Soares submeteu à apreciação o que fôra proposto, que, aprovado unânimemente, fez que êle nomeasse uma comissão constituída dos professores José Feliciano de Oliveira, decano dos sócios do Instituto, Hélio Vianna, e Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt.

Foi dada em seguida a palavra ao sócio Luiz Felipe Vieira Souto, que disse:

“Sr. presidente perpétuo. Cinquenta anos, a nós, com a vida vertiginosa e ativa dos dias que correm, assemelham-se a uma quase eternidade. Na era romântica Alfredo de Musset referindo-se à Maliloan afirmara que quinze dias sôbre a morte de alguém, já era

o esquecimento. Engano de parte romântico. Ainda se fala na voz maravilhosa da irmã, de Pauline Viardot, outra garganta privilegiada. No próximo dia onze dêste mês transcorrerá meio século sobre a morte de um baiano, que se não fôsse glória da Bahia possuir falange de brasileiros notáveis entre os nela nascidos, esta que viveu quarenta e quatro anos e vinte e quatro dias e teve por admirador máximo Ruy Barbosa, bastaria para immortalizá-la.

Nascido na cidade do Salvador aos 17 de setembro de 1857 e falecido de peste bubônica, contraída ao examinar doentes dias antes, nesta capital na rua Marquês de Abrantes esquina da Travessa dos Tamoios, em casa hoje demolida, para em seu lugar ser edificado anexo de um colégio, aos 11 de outubro de 1903, Francisco de Castro, a quem o Sr. Antônio Austregésilo fascinado pelo fulgor extraordinário do professor que o iniciou na mais viva das profissões, cognominaria de “divino mestre”.

Continuador de Valladão Pimentel, Torres Homem, foi Francisco de Castro figura ímpar na medicina, nas letras, no magistério de nossa terra. Até hoje, é impossível esquecer sua figura apostolar. Seus escritos, entre os quais avulta o “Tratado de clínica propedêutica”, são exemplo de estilo e de boa linguagem, a demonstrar o quanto valem os estudos humanísticos, a provar que livros de ciência podem e devem ser monumentos imperecíveis de cultura na literatura. Qualquer dos maiores cultores da língua portuguesa, estou certo, sentir-se-ia feliz em poder vasar seus pensamentos na linguagem empregada por Francisco de Castro, nos seus escritos.

O elogio, inacabado por oposição da morte traiçoeira do visconde de Taunay que deveria ser pronunciado na Academia Brasileira de Letras, para cuja vaga havia sido eleito, é o maior monumento que já levantado ao herói historiador dêste livro imortal que é a “Retirada da Laguna”, do artista de “Inocência”, romance único na literatura mundial. Se Deus, na sua sapiência, às vezes incompreensível, tirou Francisco de Castro e Alfredo de Escragnoille Taunay, em plena maturidade, proveitosa e útil, ao Brasil, compensou-nos é verdade para atenuar estas desgraças, dando-lhes como continuadores, a cada um, um filho, em tudo digno do genitor.

A Castro, êste médico e artista magnífico que é o Sr. Aloysio de Castro e a Taunay, êste mar de erudição, que temos a ventura nesta casa de poder chamar “nosso”, que é o Sr. Affonso de Escragnoille Taunay.

Conseguiu Castro, entre seus trabalhos, professor de alemão que foi no Colégio de Pedro Segundo, traduzir anotando-as, duas obras sobre doenças cardíacas. Exemplo deveriam ser para os tradutores êstes escritores. São obras primas, de perfeição raramente atingida, daquelas que Afrânio Peixoto fazia referência, quando trouxe o livro

de Bádier sôbre a lenda de Tristão e Iscult para nossa língua, ou a que lembrava o que deviam ser quando para o francês Achille Marrixaou, passou Byron. Aliás o Sr. Affonso de Escragnolle Taunay ao traduzir a paterna “Retirada da Laguna”, que Ramiz Galvão vertera em outros tempos, deu-nos uma outra obra de arte, demonstrando que o filho é digno em tudo do pai genial possuído.

Poeta na juventude, sofreu Francisco de Castro, sem despersonalizar-se a influência de Castro Alves, e de lamentar é seu abandono pelas musas. Teria sido um dos nossos mais altos poetas condoreiros, se atentarmos para o valor das “Harmonias errantes”, produções, quais podemos dizer, de um menino. A coletânea de Discursos proferidos é digna da mais severa antologia. Reformou o ensino, melhorou a hygiene da cidade, ensinou os que queriam aprender, tratou os enfermos e quando não os pôde curar, consolou-os com a grandeza de sua alma, com a imensidade de um coração bem formado. Sofreu, viu os discipulos que amava, revoltados contra êle, quando diretor da Faculdade, mas a dignidade que lhe era inata, a fôrça moral que emanava de sua personalidade ímpar, a bondade que de sua pessoa tresandava, fizeram com humana resignação suportar a injustiça. Deverá ter-lhe sido a magua profunda mas a grandeza privilegiada de sua alma jamais pôde agasalhar ressentimentos. Meu pai teve a ventura de contá-lo entre seus mais queridos amigos. Quando nasci, êle já pertencia à eternidade. Mas entre as preciosidades de minha biblioteca tenho guardados, em lugar à parte, todos os seus escritos, com as afetuosas dedicatórias autógrafas a meu genitor. Tive por mestre, seu filho, êste magnífico Sr. Aloysio de Castro, que só não ultrapassou o pai, porque Francisco de Castro foi um gênio impossível de ser suplantado, mas que conseguiu emparelhá-lo e que a modéstia e o culto filial, fez com que procure, verdade que em vão, colocar-se na penumbra quando se refere ao “divino mestre”. Desde o colégio tive por companheiro seus netos, e a recordação de um, que tão cedo se foi e a amizade boa de outro, são para mim grande regozijo na vida. Estas suavíssimas e desataviadas palavras não são o que Francisco de Castro merece, mas não desejava nesta data silenciasse o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e por isto ousei alçar minha voz para recordar esta figura de médico e apóstolo, que jamais desaparecera na nossa história, antes pelo contrário mais se avantajava com o passar do tempo...”

O Sr. Luiz Felipe Vieira Souto disse, ainda, o seguinte:

“Sr. presidente perpétuo. Entre os antecessores de vossa excelência, na presidência desta casa avultou a figura inconfundível de Joaquim Norberto de Sousa Silva. Infatigável pesquisador, erudito, estudioso multiface, praticando todos os gêneros literários com

autoridade incontestada, precioso nos informes quando a historiografia era o veio explorado. Talvez tenha sido com proveito, o primeiro a compulsar os autos da devassa da conjuração mineira, de difficil acesso no seu tempo, felizmente hoje à mão dos estudiosos, com facilidade. Nesta tentativa de idealismo admirável em que o escol das Minas Geraes foi envolvido, onde a figura de um simples alferes idealista transformou-se em símbolo do amor à pátria, cujo perfil há tantos anos, com a sapiência de mestre, ante a qual reverente me curvo, tem sido estudada pelo nosso preclaro consócio professor José Feliciano de Oliveira, a literatura brasileira sentia falta de um estudo de conjunto, um panorama preciso, claro. O momento era difficil. Apesar da bonhomia do Mecenaz desta casa, de seu feito democrático, era escavagadio o terreno, uma vez que para relatar a verdade, carecia acuzar antepassados do dirigente do país. Joaquim Norberto, conseguiu, na História da Conjuração Mineira, sem deixar de ser o amigo e o admirador de Pedro II, ventilar o assunto com habilidade, produzindo um livro indispensável até nossos dias aos estudiosos. Há muito estava esgotado, era raridade bibliográfica. Um beneditino das letras, confrade illustre, cujo único defeito é viver enclausurado entre as paredes de seu gabinete de estudo, após livro magnífico sobre a Marília de Dirceu, resolveu reeditar a obra de Joaquim Norberto, e o fez, anotando-a, precedendo-a de introdução valiosa, tratando a cuidoso da figura do autor. Além disto, juntou os três apêndices “O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo. Resposta”, “Memórias do êxito que teve a conjuração de Minas (1.º manuscrito)”, e “Últimos momentos dos Inconfidentes de 1789 (2.º manuscrito)”, elaborados por Joaquim Norberto, em resposta a críticas feitas ao seu livro. A edição organizada pelo Sr. Osvaldo Mello Braga de Oliveira que pelo seu mérito espero ver breve entre os nossos, nestas bancadas consagradoras, é daqueles escritos que doravante serão indispensáveis a todos os estudiosos do período épico de nossa história, que aparentemente fracassado, foi vanguardeiro da independência e deixou marca indelével e imorredoura. Em nome do meu illustre amigo, responsável pela esplêndida edição publicada pelo Ministério da Educação e Saúde, através do Instituto Nacional do Livro, na Biblioteca Popular Brasileira, em dois tomos, constituindo o volume XXVI, da mesma, tenho o prazer de passar às mãos de V. Excelência para nossa biblioteca um exemplar da nova edição da História da Conjuração Mineira de autoria de Joaquim Norberto de Sousa Silva. — Sala das Sessões, 5 de outubro de 1951. — (a.) — Luiz Filipe Vieira Souto”.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Julião Rangel de Macedo Soares; Augusto Tavares de Lyra;

José Feliciano de Oliveira; Thiers Fleming; Affonso Costa; Helio Vianna; Luiz Felipe Vieira Souto; Valentim Benício da Silva; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Estêvão Leitão de Carvalho; Alfredo Valladão; Jorge Dodsworth Martins; Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa; José Antonio Soares de Souza; Haroldo Valladão; Ruben Rosa.

Agradeceu o presidente embaixador José Carlos Macedo Soares, o conferencista ministro Alfredo Valladão a quem o Instituto Histórico devia mais uma contribuição entre as que a sua grande erudição e alto espírito de historiador tem dispensado à casa de que é sócio grande benemérito. Agradeceu aos presentes o brilho que deram à sessão, que, ninguém mais usando da palavra, deu por encerrada.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATA DA SESSÃO MAGNA COMEMORATIVA DO
113.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTI-
TUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
EM 21 DE OUTUBRO DE 1951

SESSÃO 1813

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Realizou-se em dezenove de outubro a sessão magna comemorativa do centésimo décimo terceiro aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Convidou o embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo do Instituto para fazerem parte da mesa, o representante do Exmo. Senhor presidente da República, capitão tenente José Ferraiolo Filho, ajudante de ordens da Presidência da República, que representou o primeiro magistrado da nação, o representante do Exmo. Sr. ministro da Marinha, capitão tenente Luís Phelipe Sinary.

Pronunciou o presidente do Instituto as seguintes palavras:

“O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemora hoje o centésimo décimo terceiro aniversário de sua fundação. De suas atividades durante o ano social que hoje finda, vai nos falar o 1.º secretário Sr. Virgílio Corrêa Filho.

No correr de 1951 perdemos três ilustres consócios: *Alfredo Nascimento e Silva*. Foi proposto para o Instituto Histórico pelos

Srs. visconde de Taunay, Olegário Hercúano de Aquino e Castro e Manuel Francisco Correia, e eleito a 12 de dezembro de 1890 de acôrdo com o parecer do qual foi relator Sacramento Blake.

Em 1913 foi elevado a sócio honorário, em 1917 a sócio benemérito e finalmente, em 19 de maio de 1944, a grande benemerito. Ocupou os cargos de orador, secretário e vice-presidente.

Francisco José de Oliveira Viana — foi proposto pelos Srs. Max Fleiuss, Rodolfo Garcia e Carlos Carneiro, e eleito em 18 de junho de 1924. Foi relator do parecer para sua admissão o Sr. Epitácio Pessoa. Em 21 de outubro de 1944 foi elevado à categoria de sócio benemérito.

Almirante Agustin Toutant Beauregard — da Marinha dos Estados Unidos, foi eleito para o Instituto Histórico em 22 de fevereiro de 1943 por proposta dos Srs. Alfredo Nascimento e Silva, Augusto Tavares de Lyra e Alfredo Valladão.

Dentro em pouco, essas ilustres figuras serão evocadas pela palavra brilhante do nosso orador oficial, Sr. Pedro Calmon”.

Tendo lido o primeiro secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho, as efemérides do Barão do Rio Branco referentes ao dia, passou ao seu relatório relativo às atividades durante o seu 113.º ano de vida, o qual, submetido a aprovação, foi unânimemente aprovado.

Foi dada a palavra ao orador oficial do Instituto, professor Pedro Calmon, que, elogiando os sócios mortos no decurso do 113.º ano de existência da instituição, apreciou-lhes e exaltou-lhes a personalidade, bem como, aludindo ao dia, lembra que era a data de aniversário do grande feito de Santos Dumont, que conseguiu a dirigibilidade dos aparelhos de voo. Enalteceu o feito glorioso para o Brasil, pátria do realizador da navegação aérea.

As palavras do orador foram calorosamente aplaudidas em sinal de aprovação de quanto êle dissera, e, em seguida, o sócio do Instituto Dr. Aureliano Leite, pediu a palavra para, contristado de saber do estado de saúde do preclaro vulto de historiador e membro do Instituto, professor Basílio de Magalhães, propôs que, nomeada uma comissão, fôsse visitado o ilustre enfêrmo. Foi aprovada a proposta e convidado pelo presidente do Instituto, os seguintes sócios: Aureliano Leite, desembargador Julião Rangel de Macedo Soares e professor José Honório Rodrigues.

O sócio Dr. Cláudio Ganns, pedindo a palavra para que fôsse visitado por estar enfêrmo o sócio Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva, foi nomeado pelo presidente do Instituto, para, em comissão formada pelo general Benício e Dr. José Antônio Soares de Sousa,

visitar, em nome do Instituto, aquele que é uma das figuras mais conspícuas no seio dos seus sócios.

O sócio Dr. Canabarro Reichardt usou da palavra pedindo que, no Instituto, ficasse consignado o preito que a instituição prestava naquele dia, pelo grande feito realizado por Santos Dumont há cinquenta anos passados.

Achando-se presente o sócio, professor José Feliciano de Oliveira contribuiu com as seguintes palavras para a glorificação de Santos Dumont. E disse:

“A “Semana da Aza” de 1951 e minha presença no Rio, — depois de uns quarenta anos em Paris, onde, isolado, não cessei de realçar a glória de Santos Dumont, como “Pai da Aviação”, e de discutir tecnicamente a falsa glória do usurpador Clément Ader, — parecem-me suficientes motivos para não ser considerado intruso nas “excepcionais homenagens” consagradas a nosso glorioso patrício.

Desde a cruciante injustiça que, por ocasião da guerra de 1914, Santos Dumont sofreu em Paris, não deixei passar ensejo para o defender com calor, — o calor que conservo aos 83 anos. Falo de fatos de que fui testemunha e que nunca deixei passar sem protesto.

Na mobilização de agosto de 1914, Santos Dumont, decidido francófilo, com seu automóvel, muito auxiliou os franceses, transportando mobilizados; e prestando outros serviços que as prementes dificuldades do momento requeriam. Nos hospitais da Cruz Vermelha, onde trabalhamos benévolaemente, minha filha como enfermeira-major, e eu, em vários serviços, vimos bem quanto êsse concurso era necessário e bemvindo.

Achava-se Santos Dumont numa costa ao norte da França, com uma luneta bem instalada, para observar os pássaros planadores, — sempre na ânsia de empreender novos inventos, como o dos helicópteros, hoje plenamente realizado. Essa instalação exigia um terra-pleno sólidamente cimentado, como no caso de canhão. E a grande luneta era de fabricação alemã, porque Santos Dumont não encontrara em Paris uma já pronta, nas condições desejadas.

Dáí uma cruciante, absurda calúnia, que me abstenho de explicar ou comentar.

Num jornal esportivo, — *L'Auto*, — um jornalista, explorando o caso, com fácil patriotismo inferior, levantou a “candidatura” do engenheiro Clément Ader ao glorioso renome de “Pai da Aviação”, destronando Santos Dumont.

Para isso, ressuscitaram-se uns “saltinhos”, sobretudo um salto quase mortal que Ader realizara em Satory, próximo de Versailles, em 1897, com um pretenso “avião” em forma de “Morcego”...

... Em plena guerra, vim logo a campo, em defesa de Santos Dumont. Mostrei, numa carta a "Information", a inconsistência da reivindicação. Disse mesmo, com ar de mofa, que o "salto" ou "bond", tendo sido por excesso de velocidade e falta de aderência ao solo, deviam buscar inventor mais longe, no primeiro maquinista que, nos primórdios da estrada de ferro, em tempo de Luís Philipe, descarrilou um trem, levantando-o fora dos trilhos...

Naturalmente, não foi ouvido em Paris, nem mesmo pelos que haviam sido testemunhas dos longos vôos de Santos Dumont, feitos às claras, acima dos Champs Elysées... Ninguém move o patriótico aferro, — em si muito louvável, — de meus amigos franceses às coisas que são ou parecem ser glórias de seu país.

Santos Dumont partiu desgostoso de Paris. Mais tarde, alma sem rancor, "bon enfant", como dizem os franceses, acudiu ao chamado de amigos, depois da guerra. E na despreocupação de glórias, aceitou uma espúria homenagem, em Bagatelle, no campo de sua invenção afetiva, a do efetivo avião, que hoje reina, com a mesma forma fundamental, com o mesmo aparelho de aterrissagem, de sua invenção, como reconhece o insuspeito Renard.

Foi isso depois de nosso centenário de 1922, em que também intervim, como direi depois. Nossa embaixada, infelizmente, concorreu para cimentar essa fôrça, de que resultou um "bloc" que celebra em Bagatelle, — não o invento genial, mas uma "performance" esportiva de 220 metros, *num avião*... Mas que avião? Avião de quem? Não se disse, quando perguntei.

Não fui à festa, mesmo a convite da embaixada, perante a qual imediatamente protestei. Depois um adido da embaixada projetou uma publicação, em honra da aviação; e pediu-me um artigo. Respondi que o daria, mas para reivindicar a glória do inventor brasileiro, — verdadeiro Pai da Aviação; do primeiro homem que efetivamente voara, dirigindo o seu próprio aparelho. Não aceitaram o artigo...

Velho colaborador do *Estado de São Paulo*, onde sou o afastado ou aposentado decano, encetei, numa série de uns 20 artigos, uma campanha em favor de Santos Dumont e contra os falsos "Pais da Aviação". Esses artigos, com um complemento consolador para os franceses, em que ressuscitavam um ignorado inventor francês do motor por explosão, — deviam ser publicados em volume pela imprensa oficial de São Paulo. O ministro de então, solicitada para a necessária autorização, despachou: "Espere vez" (!) E eu estou esperando...

Não esmoreci: continuei a não perder vasa para protestar contra a injustiça clamorosa. Quando, perto de Toulouse, levantaram um

monumento a Clement Ader, — Pai da Aviação — protestei vivamente. Protestei mesmo em carta a meu amigo Paul Landowski a quem encomendaram o monumento. Landowski estava escarmentado com a justiça do Brasil, que lhe recusara, em concurso uma esplêndida “maquette”, para comemorar o centenário de 1922; e na qual eu colaborara como inspirador histórico. Landowski deu essa “maquette”, que já em si era um monumento, — ao Museu Histórico; e não sei agora onde para...

De novo êste ano, em celebração patriótica, os franceses reindicaram, com um monumento em Satory. Ader aí se empavona com um compasso, ao lado de um monumental morcego, de quem êle escruta as intenções ou vibrações aviatórias...

Uma publicação da “Unesco” já celebrara Ader, com retrato, como “o primeiro inventor do Avião”. Protestei imediatamente, perante o diretor da associação dita cultural. Não recebendo resposta, repeti com mais energia minha carta, em tom de quem merecia uma condigna resposta. Tive-a logo, com uma dissertação do serviço técnico, que prometia voltar ao assunto, em publicação dêste mês. A dissertação divagava, dando as invenções como o resultado de uma evolução sem autores... Respondi que meu incomparável mestre Augusto Comte deu-nos uma teoria social das invenções, mas em tudo achou que a Humanidade precisava sempre de “agentes individuais” para realizá-las, para encabeçá-las. E no caso dos aviões é Santos Dumont o agente-inventor e não pode ser o saltador Clement Ader.

Estamos nisso. Ao sair de Paris, em abril-maio, enviei a meu amigo Gabriel Robinet, redator-chefe do “Figaro”, um vivo protesto motivado, contra o monumento falsíssimo a Satory. Como de outras vêzes, de novo desafiei os aviadores franceses a que montassem no aparelho de Ader e voassem, como se voou no aparelho de Santos Dumont, como êle voou no seu aparelho primitivo, o 14 bis; e como o fazem diàriamente nos engrandecidos sucessores de sua “aviette”, sua famosa “Demoiselle”, — a “Libellule”, — eterno símbolo de uma glória inarcessível.

Custa a crer que uma nação cultivada, com tradições de alta cultura, persista numa tão clamorosa injustiça. Em meu caro Gabriel Robinet e em seu ilustre pai, ainda mais caro, mais afetuoso amigo meu, confio para fazer muito a fim de sanar essa injustiça. G. Robinet escreveu-me dizendo que sujeitou o caso aos serviços técnicos de seu jornal, — hoje o mais brilhante, o mais vigoroso de Paris, com sua universal escolhida colaboração.

Mas que esperar, se a *gens* oficial baixa a cabeça, deixando meus protestos desamparados, deixando-os só na liça? Mesmo os jornais

em que colaboro, não reproduziam as cópias das cartas-protesto que lhes enviei...

Meu consolo e meu recurso, em casos destes que me perseguem, e em que prossigo, vai ser a publicação em volumes das campanhas que tenho feito, em favor das múltiplas glórias de minha terra, em 64 anos de refertas literárias, científicas e filosóficas. Vou agora imprimir o 1.^o volume de meu "José Bonifácio", e o livro que esclarece os primeiros dias da República: — aí defendo o meu querido Demétrio Ribeiro, enxovalhado pelo portentoso orador, que erigiram em primeira cultura de nossa terra, da terra de José Bonifácio, em tudo seu patriarca incontestável".

Justificaram a sua ausência, felicitando o Instituto pela passagem do seu aniversário, os Srs. ministro da Viação, Dr. Souza Lima; das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura; ministro Augusto Tavares de Lyra, almirante Carlos Carneiro, Dr. Vilhena de Moraes, general Pedro Cavalcanti.

Enviou ofício o presidente da ABI, Dr. Herbert Moses.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Hélio Viana, Aureliano Leite, Affonso Costa, Edgardo Castro Rabelo, Valentim Benício da Silva, Luís Felipe Vieira Souto, Cláudio Ganns, Herbert Canabarro Reichardt, Jorge Dodsworth Martins, Julião Rangel de Macedo Soares, José Antônio Soares de Sousa, Estevão Leitão de Carvalho, Pedro Calmon, Alcindo Sodrê, José Feliciano de Oliveira, Agnelo Bittencourt, Manuel Xavier Pedrosa e José Honório Rodrigues.

ASSEMBLÉIA GERAL EM 17 DE DEZEMBRO DE 1951

(SESSÃO 1814)

Eleição da directoria e das comissões permanentes — Propostas para sócios efectivos e correspondentes

Presidente: *Embaixador José Carlos de Macedo Soares.*

Por falta de número de sócios, exigido pelo artigo 63 dos Estatutos, em primeira convocação reuniu-se a Assembléia Geral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em segunda convocação às 17 horas do dia 17 do corrente, em sua sede, especialmente destinada a eleição da Diretoria, que deverá administrá-la no biênio 1952-53.

Assumindo a direção dos trabalhos o Sr. presidente perpétuo, embaixador José Carlos de Macedo Soares, convidou para a mesa os Srs. ministro Augusto Tavares de Lyra e Virgílio Corrêa

Filho, e declarou que, de acôrdo com a convocação publicada pela imprensa com a antecedência regulamentar, a Assembléia iria escolher a Diretoria que deverá substituir a atual em janeiro próximo. Aproveitou a ocasião para dar posse ao novo sócio Sr. Sérgio Corrêa da Costa, que assim poderia exercer o seu direito de votante.

Recolhidos os votos e feita a apuração respectiva, o Sr. presidente proclamou eleitos os seguintes: 1.^o vice-presidente ministro Augusto Tavares de Lyra, 25 votos; 2.^o vice-presidente, ministro Alfredo Valladão, 26 votos; 3.^o vice-presidente, Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, 26 votos; 1.^o secretário, Virgílio Corrêa Filho, 25 votos; 2.^o secretário, Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 24 votos. Orador, professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, 23 votos; tesoureiro, almirante Carlos da Silveira Carneiro, 26 votos. Obtiveram ainda, votos os seguintes: 1.^o vice-presidente, ministro Alfredo Valladão; 1.^o secretário, Affonso Costa; 2.^o secretário, Dr. Luís Felipe Vieira Souto; 2.^o secretário, professor Américo Jacobina Lacombe. À medida que os trabalhos da eleição avançavam, novos participantes continuavam a chegar, de maneira que a proclamação dos eleitos feita pelo Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares, foi ouvida por trinta e seis assistentes o que deu motivo a que S. Excellência se congratulasse pela presença de tão avultado número de consócios.

Em seguida, foram eleitas as comissões abaixo especificadas:

Comissões Permanentes — História: — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Valentim Benício da Silva, Basílio de Magalhães, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt e Herbert Canabarro Reichardt.

Fundos e Orçamento — Carvalho Mourão, Mário Teixeira de Freitas, Artur Reis, Cláudio Ganns e J. A. Soares de Sousa.

Geografia — Raul Tavares, Francisco Radler de Aquino, Carlos da Silveira Carneiro, Virgílio Corrêa Filho e Lucas Boiteux.

Arqueologia e Etnografia — Alcindo Sodré, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Roquete Pinto, José Luís Batista e Gustavo Barroso.

Bibliografia — Vieira Ferreira, Hélio Viana, Eugênio Vilhena de Moraes, Affonso Costa e Américo Jacobina Lacombe.

Estatutos — Levi Carneiro, Estêvão Leitão de Carvalho, Rodrigo Otávio Filho, Pedro Calmon e Edmundo da Luz Pinto.

Admissão de Sócios — Augusto Tavares de Lyra, João Batista Magalhães. Alfredo Valladão, Manuel Xavier Pedrosa e Cristóvão Leite de Castro.

Além dos eleitos, obtiveram votos: História: José Honório Rodrigues, 1; Luís Felipe Vieira Souto, 1; Luís de Oliveira Belo, 2; Jorge Dodsworth Martins, 1.

Fundos e Orçamentos: Affonso Costa, 1; Luís Felipe Vieira Sousa, 1.

Arqueologia: Thiers Fleming, 1.

Bibliografia, Osvaldo Aranha, 1; Edgardo Castor Rebelo, 1.

Estatutos: Luís de Oliveira Belo, 1.

Admissão de sócios: Luís de Oliveira Belo, 1.

Em seguida o Sr. presidente deu a palavra ao sócio Eugênio Vilhena de Moraes, que, em palavras eloquentes, agradeceu o título de benemérito, que lhe foi concedido pela última Assembléia Geral.

O sócio Feijó Bittencourt, com as seguintes palavras, fez a entrega da publicação *O pai de Rui* ao Sr. presidente do Instituto:

“Venho oferecer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em nome do seu autor, o Dr. Ordival Cassiano Gomes, a biografia de João Barbosa de Oliveira, aquêlê cujo filho glorifica, engrandece e eleva uma nacionalidade, contando ela entre os nomes que a pátria deixa assinalados na História.

A delicadeza de linguagem com que Rui evocou o vulto materno, e o verbo que se lhe fez flema para êle se referir a seu pai, denotam, como os sentimentos despertados no lar paterno se projetaram na vida pública de um dos grandes vultos brasileiros, explicando-lhe o gênio.

Na biografia que o Sr. Ordival Gomes escreveu, atinge-se a expressão íntima da vida de família em que o destino cedo bosqueja a formação do caráter de Rui Barbosa, e nela se há de ver a influência de seu pai e a brandura da alma da sua mãe, que tocou de poesia e elevação de sentimentos a alma do filho, para sempre.

De fato, vindo o Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco das casas de dois nomes primaciaes da política brasileira, o êxito como que esperava por êsses dois filhos de senadores e ministros de Estado, Rui é caso diferente. As dificuldades de família, a pobreza, é o que êle herdou com a recordação viva das provações de questões pessoais a que se ateve o seu pai na política local.

Rui se apega a seu pai de quem lhe veio a pertinácia, a paixão na luta, o aprimorado da língua, essa que é meio de comunicação, para no apuro dela, êle se interpor aos homens que entretanto lhe escaparam à medida que êle ansioso vinha ao encontro dêles, para, com isso, então acabar um isolado.

A vida do pai de Rui, conforme o Sr. Ordival Gomes a revela, é uma vida dramática de que decorrem consequências impressionantes a se projetarem na vida do filho.

Não há sensibilidade sem se patentear no que sentir. O modo de sentir de Rui se historia no que aprendeu êle na casa paterna, lado a lado das grandes provações do seu pai sempre constrangido pela desilusão, pelo insucesso nos embates de uma existência amargurada.

De família rica, entretanto está no ramo pobre e a orfandade mais o desamparou para que tivesse de conhecer a revolta reprimida pela necessidade de pedir aos parentes ricos, com a humilhação que o Sr. Ordival Gomes narra as vêzes em que ela se repetiu agravando-se.

Com grandes aspirações João Barbosa de Oliveira não segue a carreira que o seduz e de que o infortúnio o afastou para sempre.

Trazendo tradição de família, sente que não pode dar à família, que constituiu, “o conchego, o gôsto das existências dignas”.

A aspiração de pertencer, como professor da Escola de Medicina, ao cenáculo dos mestres na carreira que seguiu, fêz que escolhesse uma feição de cultura de inegável expressão, mas uma raridade que fugia ao espírito dos que seguiam a profissão no seu aspecto prático de repercussão social.

Tudo isto que João Barbosa de Oliveira tentou na vida e que o Sr. Ordival Gomes demorou-se mostrando, é que o fêz um isolado, um ímpar, um espírito singular, um revoltado que influiu no filho, no caráter do filho.

Rui, purista da língua estimou-a e aprendeu a cultivá-la com o esmêro e no isolamento em que se aprofundou nos estudos com o sentimento íntimo de quem se sentia afastado dos homens, tal qual o tivera de fazer o seu pai.

Solidário com o seu pai em todos os revezes, herdou-lhe as paixões.

O pai então explica o filho, e os sentimentos do pai como que transparecem na palavra do filho, um dos maiores oradores que o mundo conheceu. Mas essa sua eloquência por vêzes como que volta ao quadro de família, às suas provações aturadas na casa dos pais.

Por sua vez, o pai de Rui, com os horizontes diante de si fechados já por “uma fadiga extenuante”, se lança na perspectiva que se lhe abre então com a vida do filho. Pai e filho são com isso a mesma luta, a mesma ambição de vencer, de se impor aos homens. Cedo então a existência do menino é uma reação aos infortúnios que a família conhece. Cedo êle se torna, na sisudez que não é de um menino,

e estudante entre os meninos como êle, deixa que o percebam com a responsabilidade a pesar sôbre a casa paterna redobrando-lhe a paixão pelo estudo. A raridade dos estudos de pedagogia, feitos por João Barbosa de Oliveira, assombra, nos escritos de Rui como relator da matéria. Tudo que falhou na vida do pai, toma vulto na vida do filho. Dai então vem o amargor que Rui soube traduzir como ninguém. Insistiu êle em se dizer sem orgulho: de fato não deve ter sido o orgulho que atçou a chama de revolta contra as provações da vida.

Todo um complexo psicológico que procede das provações do pai de Rui e que se comunica ao lar paterno, é que atraíu a atenção do Sr. Ordival Gomes para entrar nesse lar de Rui, em que temperamentos tão vibrantes eram trabalhados, e fêz que êle, com respeito, delicadeza e admiração, aprofundasse a sua visão nas coisas psicológicas com a responsabilidade de quem toca em tão grande assunto.

Louvo pois a maneira de tratar assunto tão especial confirmando o mérito com que o Sr. Ordival Gomes no último congresso realizado neste Instituto, já lançava bases ampliando comentários com que compôs um grande quadro da História da Medicina no Brasil, trabalho êste de valor, hoje publicado nos Anais dêsse certame.

E' então com prazer que faço ao Instituto, o oferecimento desta sua nova publicação. *O pai de Rui*, a êle confiada pela Casa de Rui Barbosa, para repetir o esmêro que põe em estudar biografias como já o fizera com originalidade e compreensão de uma personalidade que se projetou no meio baiano, publicando então, na revista dêste Instituto, a vida do médico que foi o pai de Castro Alves".

Foram apresentadas à mesa que presidia aos trabalhos as seguintes propostas:

"Roberto de Macedônia ou tão sòmente R. da Macedônia, Rafael Murilo, Romualdo Mafra e Mac Rob são nomes que se tornaram conhecidos subcrevendo na imprensa artigos em que a nota erudita levava longe a pena do jornalista, e são os pseudônimos, que, repetindo todos as iniciais R e M encobriam o nome do Dr. Roberto da Mota Macedo, ilustre professor que é e tem sido do Colégio Pedro II, Instituto Superior de Preparatórios, Instituto de Ensino Secundário, Instituto de Preparação Acadêmica, Ginásio Vera Cruz, Colégio Otati, Ginásio Cruzeiro, Curso de Administração do DASP, e Curso de Aperfeiçoamento de Inspetores. Cêdo o Dr. Roberto da Mota Macedo se revelou historiador, publicando, em 1928, *Rui Barbosa*; em 1938, *Floriano na Guerra do Paraguai*; em 1939, *A Administração de Floriano*; em 1940, *Osório e o O Barão do Rio Verde*; em 1943, *A unidade do Brasil*. Faces da História e traços de perso-

nalidades esclarecidos à luz de documentos pesquisados demarcados à força de comentário, fazem que se veja, nos livros do Dr. Roberto da Mota Macedo, uma argúcia e cultura de todo voltadas para a História Nacional, por êle estudada com patriotismo. Mas êstes trabalhos que tanto o recomendam, ainda não tinham revelado a sua erudição especializada quando então em 1943 êle publicou *Apontamentos para uma bibliografia carioca*, em que os olhos dos eruditos sempre se demorarão atentos. Com êste livro, o autor se tornou a pessoa indicada para diretor do Departamento de História e Documentação da Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal, ficando o historiador em contacto com uma importante documentação, e estando assim o grande acêrvo comprovador do passado nas mãos de quem investiga, zela sabendo dar o valor devido ao que hoje fica sob a sua guarda.

Um passado de operosidade valiosa aponta o Dr. Roberto da Mota Macedo, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a que pode êle prestar grande colaboração.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1951. — *José Carlos de Macedo Soares — Virgílio Corrêa Filho — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — E. Leitão de Carvalho — Valentim Benício da Silva — Augusto Tavares de Lyra — João Baptista Magalhães — Vieira Ferreira*".

"Propomos para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Doutor Ivolino Vasconcelos.

A presente proposta acha sua justificação nos esforços que o Dr. Ivolino Vasconcelos tem dedicado à divulgação da nossa cultura histórica no meio em que exerce a sua atividade profissional, o meio médico.

Mas não apenas neste meio, também no âmbito geral da nossa cultura histórica.

Fundador e presidente do Instituto Brasileiro da História da Medicina, livre Docente da Escola Nacional de Medicina, diretor da Revista Médica Brasileira, e da novel Revista da História da Medicina, autor de livros e biografias de professores e médicos ilustres, colaborador nos Anais do IV Congresso Nacional de História.

Congregou em maio do corrente ano, no Rio de Janeiro, o I Congresso Brasileiro de História da Medicina, com comparecimento de representantes dos Estados onde se acha fundado o Instituto Estadual de História, numa Confederação destinada a dar aos assuntos históricos tôda a estima que êles merecem.

Ao lado dêsses trabalhos públicos, e manifestos da sua fé de officio como estudioso dos problemas de História, as qualidades pes-

soais do candidato são dignas de merecer do nosso Instituto esta alta investidura.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1951. — *José Carlos de Macedo Soares — Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa — Virgílio Corrêa Filho — Mozart Monteiro — Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt — João Baptista Magalhães — Julião Rangel de Macedo Soares — Rodrigo Octavio Filho — Augusto Tavares de Lyra*".

"Propomos para o quadro de membros correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Antonio de Araújo de Aragão Bulcão, residente na capital da Bahia, escritor, historiador, genealogista, na especialização da história e da genealogia colaborando em vários e prestigiados periódicos, como, igualmente, produzindo livros de merecimentos, nos quais usava acrescentar ao nome de família o distinto sobrinho, pois que tal o era de um desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, engenheiro civil, funcionário público, as principais peças e referências que lhe servem de credenciais em justificativa da presente proposta vão à mesma anexadas.

Por suas qualidades, e merecimentos, bem deve pertencer ao Instituto, e porque se dispõe nêle a trabalhar, mais e mais, em proveito da História, é justo que lhe sufraguemos o nome na melhor oportunidade, para membro correspondente.

Rio, 25 de novembro de 1951. — *Pedro Calmon — Castro Rebello — Affonso Costa — Virgilio Corrêa Filho — Augusto Tavares de Lyra — Feijó Bittencourt — João Baptista Magalhães — Luiz Felipe Vieira Souto — Vieira Ferreira — Americo Jacobina Lacombe*".

Engenheiro Antônio de Araújo de Aragão Bulcão (Sobrinho)— Trabalhos publicados: *Famílias Baianas* em 3 volumes — *O Velho Senado baiano* — *O Patriarca da Liberdade baiana* — *Esparsos sobre História e Genealogia no Diário da Bahia, A Tarde* — *Revista Genealógica da Bahia, Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e Sinopses do Senado da Bahia*; na *Ilustração Brasileira*, da capital da República; na *A Tradição*, de Recife, Pernambuco, e na *Arte e Literatura*, de Patrópolis, Rio de Janeiro. Trabalhos a publicar: *A Bahia nas Côrtes Gerais de Lisboa e nas Constituintes do Império de 1823 e da República de 1890. O Senado da Bahia, O Legislativo da Bahia no Império e na República, a Bahia nas Câmaras do Império e da Primeira República, A Câmara Municipal da cidade do Salvador e Os Três Barões de São Francisco*".

Foi lido na Assembléia, o seguinte telegrama:

"Embaixador Macedo Soares. Sensibilizado honrosa visita comissão dignos consócios motivo minha enfermidade, apresento a Vos-

sência, pedindo-lhe obsequio transmitir Instituto, expressão meu profundo reconhecimento. Atenciosas saudações. — *Manoel Cicero*".

Em seguida, foi encerrada a sessão. Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares — Luiz Fernando Vieira Ferreira — Virgílio Corrêa Filho — Augusto Tavares de Lyra — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt — Osvaldo Aranha — Sergio Corrêa da Costa — Thiers Fleming — Americo Jacobina Lacombe — João Baptista Magalhães — Estêvão Leitão de Carvalho — Valentim Benício da Silva — Affonso Costa — Luiz Felipe Vieira Souto — Herbert Canabarro Reichardt — Luiz de Oliveira Bello — Helio Lobo — Afonso Arinos de Mello Franco — José Luiz Baptista — Francisco Mozart do Rego Monteiro — Frei Pedro Sinzig — Mario Augusto Teixeira de Freitas — José Antonio Soares de Souza — Edgardo de Castro Rebello — Agnello Bittencourt — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Elmano Cardim — Adolfo Moraes de los Rios Filho — Pedro Calmon Moniz de Bittencourt — Eugenio Vilhena de Moraes — Christovam Leite de Castro — Francisco Marques dos Santos — Alvaro Rodrigues de Vasconcellos — Julião Rangel de Macedo Soares e Luiz Viana e Dodsworth Martins.

Encerrou-se a sessão às 18 ½ horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º secretário.

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Ainda uma vez, pode o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à passagem do seu 113.º aniversário, ufanar-se da fidelidade dos propósitos da geração romântica e empreendedora que lhe promoveu a fundação.

Em longa trajetória, pontilhada de feitos memoráveis, no âmbito de cultura histórica, atravessou fases várias, ora suaves nas quadras de euforia envolvente, ora inquietantes, quando lá fora o ambiente se conturbava, ameaçando-lhe a serenidade propícia às investigações.

Não deixaria, porém, jamais de perseverar em satisfazer os compromissos em hora decisiva assumida pelos fundadores, que sadio idealismo congregou em torno de aspirações comuns.

O seu quadro social renova-se de contínuo, pelo emudecimento dos legionários, que se vão, após a faina interrompida, substituídos pelos que virão continuar-lhes a tarefa.

Ainda no derradeiro período, o Instituto registrou, com pesar, o desaparecimento dos que lhe deixaram irremediavelmente o convívio costumeiro.

Falecimento — Primeiro a sucumbir, a 6 de março, já otogenário, pois nascera a 18 de janeiro de 1866, nesta capital, o professor Alfredo Nascimento da Silva percorrerá, em luminosa trajetória, os postos ascendentes, com que o Instituto galardoa a dedicação operosa dos seus membros.

Sócio efetivo desde 12 de dezembro de 1890, era o decano da associação, que lhe conferiu o título de Grande Benemérito, a 19 de maio de 1944, a mais alta distinção, com que são premiados os maiores obreiros de seu engrandecimento.

Cabia-lhe também o posto de 3.º vice-presidente, depois de ter desempenhado as funções de secretário e orador, que lhe aumentaram a nomeada.

As oportunidades, que se lhe depararam, de evidenciar os dotes oratórios, valeram por exigentes provas de saber e eloquência, de que

triumfou galhardamente, apesar de anteceder a Joaquim Nabuco, após cujo afastamento lhe competiu o mesmo encargo, em que não o diminuiu o cotejo com o insigne orador da abolição.

Oliveira Viana — O segundo já representava geração mais nova, cujo ingresso no Instituto, justificado por obra considerada clássica no assunto — “Populações meridionais do Brasil” — ocorreu a 18 de junho de 1924. Bem o mereceu Francisco José de Oliveira Viana, filho de Palmital do Saquarema, onde nasceu a 20 de junho de 1883.

A estréia literária logo o incluiu entre os escritores que sabem examinar os assuntos brasileiros à luz dos mais claros ensinamentos da ciência.

Dedicou-se especialmente à sociologia, embora não lhe desagradassem as incursões pelos domínios da literatura, da economia, da história, em que também pontificou pelo saber e perspicácia na interpretação dos fatos mais assinalados. Sócio Benemérito desde 21 de outubro de 1944, atuou em várias comissões, até que o estado de saúde não mais lhe consentisse frequentar o grêmio, onde era justamente apreciada e enaltecida a sua cooperação. Por fim, baqueou a 28 de março, em Niterói.

Almirante Augustin Beauregard — Diferentemente dos consócios patrícios, que se finaram de um e do outro lado da bahia de Guanabara, o almirante Augustin T. Beauregard achava-se em Jacksonville, quando lhe fugiu a vida. Autor de artigos valiosos sobre o Brasil e a América do Sul, elaborou ensaio a respeito de Dom Pedro I, que, apesar de inédito, mereceu louvores de quantos conseguiram manuseá-lo.

O ingresso no Instituto, a 29 de junho de 1943, coincidiu com o seu afastamento das atividades militares e do Brasil, onde chegou com a Missão Naval Americana, e assim não lhe foi dado participar dos trabalhos do grêmio a que sempre se mostrou reconhecido.

Ainda a 8 de outubro de 1946, manifestou os seus propósitos de tornar ao Brasil, onde estanciou por seis vezes, mas a precária saúde não lhe permitiu deixar a Califórnia, onde se encontrava. E, sempre à procura de melhores condições, faleceu a 14 de abril.

Substituições — Como houvesse ainda vagas anteriores, que aguardavam a decisão da Assembléia Geral, a sua reunião, a 20 de junho, preencheu-as, juntamente com as mais recentes, de sorte que se completou de novo o quadro social.

As individualidades escolhidas recomendavam-se pelas obras que já deram a lume, e pelas que ainda poderão elaborar, à sombra inspiradora do Instituto. Assim o ministro Alfredo Valadão, aplaudido

pelos ensaios históricos, coroados pela opulenta “Campanha da Princesa”, cujos dias de esplendor evocou admiravelmente, extrema-se igualmente pela dedicação ao grêmio, que o premiou com o seu mais alto título, de Grande Benemérito.

À classe de beneméritos foram elevados E. Vilhena de Moraes, cujos escritos e conferências há muito o creditaram à benemerência, de H. C. Leão Teixeira Filho e Rodrigo Octavio Filho, de serviços ao Instituto registrados em sua Revista e nos Anais dos Congressos de História Nacional, a partir do segundo, pois representam galhardamente a ala dos que ingressaram no quadro social por essa época.

Mais recente na admissão, o general E. Leitão de Carvalho atuava como sócio efetivo, embora se incluísse na classe dos honorários.

Fazia-se mister proporcionar-lhe posição acorde com as suas atividades, como decidiu a Assembléia, ao promover-lhe a transferência desta categoria para a primeira.

Dos que foram admitidos, entre dezenas que também estariam em condições de ingresso, caso houvesse maior número de vagas, há nomes aureolados pela fama, com longo prazo de pesquisas, em que, ainda distantes da velhice, se recomendam pela seriedade de suas investigações.

Assim, o professor Damião Peres, que doutamente dirigiu a elaboração da monumental “História de Portugal”, tornou-se conhecido pessoalmente dos historiadores brasileiros por ocasião do IV Congresso de História Nacional, de que participou brilhantemente.

A sua autoridade, adquirida pelas monografias que editou, há muito o indicaria para sócio correspondente, em que poderá prestar incomparáveis serviços ao Instituto.

Diversamente, ainda atravessa a quadra alviçareira da mocidade o sócio correspondente, Sérgio Correia da Costa, cuja madureza literária destoa das informações tabelioas acêrca da sua idade. Tanto êle, como o efetivo José Antônio Soares de Sousa, já entregaram aos prelos trabalhos de incontestável seriedade, que demandam tempo de pesquisas e segurança de critério para o interpretar com acêrto.

“As Quatro Coroas de Dom Pedro I” e “Every inch a King” não parecem escritos por quem apenas tivesse adquirido a maioridade civil, quando ultimou a primeira, tal a seiva documental que a opulenta.

Também “A vida do Visconde do Uruguai” denota vigor e segurança de julgamento de quem conquistou jus a ser acolhido no grêmio de estudos históricos.

Dois escolhidos participaram da série de conferências que constituíram os cursos Rui Barbosa e Joaquim Nabuco. Tanto o acadêmico Múcio Leão, sócio efetivo, como o correspondente Edgar Batista Pereira, possuíam credenciais sobejas para a sua inclusão, que decorreu, todavia, da circunstância de poderem representar o grupo seleta de conferencistas, que permitiram ao Instituto prestar eloquente homenagem aos dois insignes brasileiros, por ocasião da passagem do seu centenário de nascimento.

Para o IV Congresso de História Nacional contribuiu o professor Edgard Castro Rabelo com ensaio que mereceu louvores da comissão incumbida de examiná-lo. E assim, além de provas anteriores de investigações históricas, mereceu que o Instituto Histórico o admitisse em seu quadro social.

Conferências — A série começou como de costume, pela comemoração do Dia Pan-Americano, de que deveria incumbir-se o diplomata Renato de Mendonça.

Afastado, porém, do Brasil, por exigências da carreira, no dia 5 de abril, substituiu-o na tribuna o professor Feijó Bittencourt, que, em erudita explanação, realçou o idealismo liberal da Independência Americana, e a sua influência na Europa, mercê da propaganda de Lafaiete, que se ufanava de ter pelejado pela emancipação dos Estados Unidos, sob as ordens de Washington, de quem se considerava discípulo, além de fervoroso admirador.

De regresso a Paris, apresentou a Declaração dos Direitos do Homem, que a Revolução Francesa perfilhou como definição dos ideais dos seus partidários, que jamais seria esquecida, senão passageiramente. Foi o primeiro ensinamento jurídico proporcionado pela América à Europa. O segundo derivaria do instituto do *uti possidetis*, destinado a dirimir os litígios territoriais entre os países sul-americanos, pela prioridade da ocupação do solo.

A propósito, ao escritor que mais se desvelou em acompanhar as marchas sobrehumanas dos pioneiros, A. de Taunay, propôs o conferencista que o Instituto mandasse gravar medalha, para assinalar ultimação da História Geral das Bandeiras Paulistas. Por fim, valeu-se da oportunidade, para relembrar fatos indicativos da individualidade singular de A. Ferreira Vieira, cujo centenário de formatura no Colégio Pedro II se comemorava. Explicou-lhe a vida, opulenta de episódios memoráveis, em que se harmonizava a ironia combativa, própria dos destemidos lutadores, com a humildade franciscana com que amantou o seu desencanto do mundo.

Centenário de Pinheiro Machado — A 8 de maio, coube ao ministro Augusto Tavares de Lira traçar o perfil de Pinheiro Ma-

chado, à passagem do centenário do nascimento do afamado senador da República.

Seu colega por longo prazo e correligionário de alta categoria, conheceu-lhe a primor as qualidades e defeitos, que distinguiram o chefe acatado.

Para muitos adversários, não passaria de caudilho afortunado, mas o certo é que poderia vangloriar-se de comandar, em certas quadras, homens de maior relêvo na história republicana, como Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Joaquim Murtinho. O próprio Rui Barbosa, sempre rebelde à chefia alheia, mais de uma vez aceitou-lhe a direção. Ao definir-lhe as aptidões políticas no ambiente em que operou, a conferência do ministro Augusto Tavares de Lira teve o mérito de homenagear o lendário gaúcho, mais temido do que amado, por não cultivar a popularidade.

Entretanto, sabia inspirar amizades, como evidenciou não somente o orador, mas também o acadêmico Gustavo Barroso, com as suas réminiscências. Valeu-se do ensejo, para prestar, na mesma sessão, o seu depoimento de testemunha de muitos episódios em que a personalidade do senador gaúcho se definia naturalmente, por vêzes de maneira diversa da imagem criada pela fama.

Na mesma ocasião, o professor Mozart Monteiro propôs expressiva homenagem ao embaixador José Carlos de Macedo Soares, que deixara a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e, por justificativa, relacionou a série de campanhas culturais efetuadas sob a sua esclarecida chefia, desde a criação daquela admirável entidade *sui generis*, até ao deixar o exercício.

Endossando-lhe, por votação unânime, a indicação consagradora da justa benemerência, o Instituto Histórico ainda uma vez demonstrou a admiração e aprêço que o seu presidente perpétuo lhe merece.

Do arquivo precioso, que opulenta o Museu Imperial, o seu digno diretor Alcindo Sodré revelou, a 25 de maio, alguns documentos, ao resumir os episódios relacionados com a execução da prometida transferência ao Brasil dos papéis conservados no Castelo d'Eu.

Afonso Costa, a 20 de junho, recordou os "centenários de nomes ilustres e de fatos notáveis relativos à Bahia", mas deixou o maior deles para 28 de setembro, quando versou o tema escolhido: "Retalhos da vida e da obra de Manuel Quirino". Nessa ocasião, o autodidata que se elevava, por esforço próprio, ao galarim da fama, encontrou biógrafo hábil e conhecedor de seus feitos e livros, que lhe realçou a obra literária, cuja alta valia o I Congresso Brasileiro de Folclore não há muito proclamou.

A 31 de julho, a sessão destinava-se principalmente a assinalar o centenário de quem deixou a sua Pátria, para trazer ao Brasil o

entusiasmo investigador dos segredos da Natureza, especialmente nos domínios da geologia, em que adquiriu a nomeada de mestre incomparável. Em verdade, Orville Derby, desde que, estudante ainda, acompanhou o seu guia e amigo, C. F. Hartt ao Amazonas, tornou-se enamorado da natureza brasileira, que não mais lhe sairia das cogitações.

Mas, além de geólogo sagaz, cujos trabalhos avultam, por mais de uma centena, entre os mais penetrantes e firmadores de doutrina, devotou-se às pesquisas cartográficas e históricas, que lhe franquearam o ingresso no Instituto Histórico.

As suas atividades aqui desenvolvidas, neste particular, foram então lembradas, para justa apreciação dos consócios que o não conheceram. Antès, porém, que viesse à baila o nome do norte-americano, merecedor da gratidão do Brasil, o sócio Adroaldo Mesquita da Costa, comunicou o resultado de pacientes investigações acêrca de Dom Feliciano José Rodrigues Prates, 1.^o bispo do Rio Grande do Sul, cuja certidão de batismo teve ensejo de descobrir, apesar dos obstáculos que se lhe opuseram à marcha. Por fim, o ministro Alfredo Valadão valeu-se da centenária data, ainda recente, de Fernando Lobo, para traçar o perfil daquele preclaro brasileiro, que sabia lutar, se necessário, e renunciar às posições, quando as julgasse incompatíveis com a sua dignidade.

Exemplar de individualidade plutarquiana, bem mereceu que a posteridade lhe exaltasse a memória gloriosa.

A 14 de agôsto, lembrou o Instituto, pela voz douta do seu intérprete, coronel João Batista Magalhães, o vulto singular de Henri Raffard, que, por longo prazo, exerceu, com louvável dedicação, o cargo de 1.^o secretário.

O orador trouxe à admiração da geração atual a figura abnegada do industrial e comerciante, que fervorosamente se applicou em investigações históricas e ao engrandecimento do Instituto, que lhe inscreveu o nome na lista dos seus leais servidores.

Antes que findasse o mês, o general Valentim Benício da Silva tomou para tema da sua dissertação: *A mulher na evolução do Brasil*. E citando a contribuição feminina em vários ramos das atividades brasileiras, realçou o valor da mulher, que soube desempenhar superiormente o seu papel, no lar, no magistério na literatura, nas artes, na assistência social-religiosa e até nos campos de luta.

Ainda no derradeiro dia de agôsto, o professor Manuel Lopes de Almeida tratou de "Brito Freire, o historiador da Nova Lusitânia". Participante da Embaixada Cultural, que Portugal enviou ao Brasil, constituída de professores e alunos da Universidade de Coim-

bra, o orador revelou as investigações a que procedera, para bem definir a personalidade de Brito Freire.

A 19 de setembro, o sócio efetivo Luís Felipe Vieira Souto tratou de dois centenários. Do falecimento do Dr. Domingos Marinho de Azevedo Americano, natural de Paraopeba, onde iniciou a 12 de fevereiro de 1813 luminosa trajetória, encerrada a 9 de junho de 1851. Nesse breve prazo, antes de ultimar a quarta década de existência, formou-se em medicina, estudou a organização do ensino superior na França, Prússia e Inglaterra, e comentou-a em minucioso relatório. Interessou-se pela frenologia, matéria versada em sua tese de doutoramento, e conquistou cátedra na Faculdade em que se habilitara, onde deixou provas do seu saber e capacidade de transmiti-lo aos discípulos.

O outro centenário, ao contrário, reportava-se a boêmio de fama, Artur de Oliveira, que os seus contemporâneos exaltaram à categoria dos mais brilhantes escritores, embora não tenha deixado bagagem literária correspondente. Completava-se um século após o seu nascimento.

A 5 do corrente, o ministro Alfredo Valadão tratou de *José Antônio Marinho — Dos Sertões do São Francisco ao Alto Cenário Nacional*, com o mesmo conhecimento do assunto que sempre revela em seus trabalhos judiciosos.

E como tivesse recentemente ocorrido a recondução do orador oficial do Instituto à Reitoria da Universidade do Brasil, Feijó Bittencourt enalteceu a significação desse ato, que por maior prazo mantém em pôsto que sabe nobilitar superiormente o magnífico reitor Pedro Calmon.

Por derradeiro, o sócio efetivo Luís Felipe Vieira Souto, para comemorar o meio centenário do falecimento de Francisco de Castro, mestre de médicos e de escritores de prol, relembrou a sua atuação peregrina em várias formas de atividade, na direção de repartições, na enfermaria, na cátedra, e nas letras, onde também primou entre os maiores manejaadores de vernáculo.

Apesar do esforço dos seus sócios, que trabalham gratuitamente, e, não raro, até dispendendo do seu, o Instituto sentiu-se refreado em seus impulsos de engrandecimento por várias causas entre as quais sobrelevaram duas.

A primeira decorreu da política de restrições financeiras, que o governo Federal se viu forçado a adotar, ao suspender totalmente a entrega de subvenções arroladas na lei orçamentária.

Conhecidas as precárias condições em que se encontrava o grêmio centenário, que não pode prescindir, para a sua manutenção, do

auxílio concedido por lei especial, de Cr\$ 300.000,00, e já insignificante, resolveu a Assembléa Geral de 22 de julho apelar para o Exmo. Sr. presidente Doutor Getúlio Vargas, que também se inclui entre os seus presidentes honorários, a quem foi endereçado o telegrama seguinte:

Exmo. Sr. Doutor Getúlio Vargas

Digníssimo Presidente República:

Assembléa Geral Instituto Histórico Geográfico Brasileiro hoje realizada, tomando conhecimento situação precária atravessa presentemente tradicional sodalício em consequência falta recebimento restantes cem mil cruzeiros subvenção mil novecentos cinquenta um, subvenção concedida lei especial, decidiu unânimemente apelar para Vossa Excelência seu presidente honorário, a fim obter pagamentos aludidos indispensáveis manutenção sua biblioteca franqueada pesquisadores história, geografia e demais serviços considerados por lei de interesse público. Respeitosas saudações José Carlos de Macedo Soares, presidente”.

Na mesma ocasião, o ministro da Fazenda, Dr. Horácio Lafer, tomou conhecimento do assunto, pela comunicação abaixo:

Exmo. Sr. Dr. Horácio Láfer

Digníssimo ministro da Fazenda.

“Venho comunicar Vossa Excelência que data hoje, foi remetido a Sua Excelência o Senhor presidente da República Doutor Getúlio Vargas, o seguinte telegrama:

“Assembléa Geral Instituto Histórico hoje realizada tomando conhecimento situação precária atravessa presentemente tradicional sodalício em consequência falta recebimento restantes cem mil cruzeiros subvenção concedida lei especial, decidiu unânimemente apelar para Vossa Excelência seu presidente honorário, a fim de obter pagamentos aludidos indispensáveis manutenção sua biblioteca franqueada pesquisadores história, geografia e demais serviços considerados por lei de interesse público. Atenciosas saudações. José Carlos de Macedo Soares”.

Cumpr assinalar que, ciente das aperturas em que se angustiava o Instituto Histórico, S. Excelência o Sr. presidente da República determinou imediatas providências, que todavia, emperraram na burocracia tardinheira, de sorte que somente a 5 de setembro foi feito o respectivo pagamento, apesar da boa vontade demonstrada pelos altos funcionários que participaram do andamento dos papéis. Se esse obstáculo foi transporte, já no nono mês do exercício, outro,

mais grave, permanece, com ameaça crescente ao patrimônio da instituição. O edifício, que lhe serve de sede, já deu o máximo que podia, e vai caindo em ruínas. Para o salvar de imediata subversão, foi dirigido o seguinte officio ao Domínio da União:

“Exmo. Senhor Diretor do Serviço Patrimônio da União:

Entre os edificios construídos pelo governo federal, durante a presidência Rodrigues Alves, avulta o Sylogeu Brasileiro, à Avenida Augusto Severo, 4, para sede de associações culturais, como lhe indica o nome. Em uma de suas alas funcionou a Academia Brasileira de Letras, até se mudar para a actual sede, e ainda permanecem, entre outras, a Academia Nacional de Medicina, o Instituto dos Advogados, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Tôdas essas entidades possuem as suas bibliotecas, ameaçadas de destruição, caso não sejam tomadas providências eficazes.

O grau de deterioração do prédio patenteia-se desde a porta da entrada, cujos marcos se afistulam de cavernas e labirintos, abertos pelo cupim.

No saguão, fêz-se mister alterar-lhe as linhas arquitetônicas, com a colocação de duas columnas de madeira, para sustentar o piso superior, que ameaçava desabar, também carcomido pelos vorazes dendrófagos.

A cobertura do salão de honra do Instituto Histórico já se fendilha em goteiras inúmeras, prejudicando o estuque do teto, que apresenta sinais indicativos de graves lesões.

Aliás, o telhado em tôda a extensão revela os mesmos defeitos, que a administração do Instituto Histórico se esforça por sanar, com minguido êxito, por meio de frequentes consertos permitidos pelas suas diminutas verbas.

No pavimento térreo, onde se acha o seu depósito de livros, o terreno em que se apoiam as estantes está cedendo, com recalque desigual, causando depressões na camada superficial do concreto.

Em tais condições, solicito a V. S. a gentileza de verificar, por meio de vistoria, confiada a algum dos seus competentes engenheiros, a procedência dos fatos aqui por alto mencionados, e outros, de igual relevância para a conservação do edificio, e determinar que sejam efetuadas as obras aconselháveis no caso.

Sirvo-me da oportunidade para apresentar a V. S. os protestos de apreço e consideração”.

Até hoje, aguarda o Instituto a resposta à sua comunicação do perigo à vista, cada vez mais alarmante.

Apesar das condições adversas em que trabalham, os servidores do Instituto esforçam-se da melhor maneira possível para lhe compensarem as desvantagens das instalações defeituosas.

Merecem louvores, desde a diretora da secretaria Adelaide Morosini Alba, até o de graduação mais modesta.

Registraram as estatísticas abaixo:

Ofícios, cartas e telegramas recebidos	2.003
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	3.054

Sala de Leitura:

Consultas de livros	51.693
Consultas de revistas	23.541
Consultas de jornais	12.862
Consultas de mapoteca	2.516
Consultas de arquivo	23.368
Consultas de catálogos	63
Museu — visitantes	341

A catalogação prosseguiu, completada, na Biblioteca, pela revisão e distribuição de fichas de 16 estantes.

E no Arquivo, catalogação do Conselho Ultramarino, Évora e Torre do Tombo, e de 18 latas com 620 documentos.

Publicações — O ritmo de suas publicações, de que o Instituto se ufanou por ocasião da anterior sessão magna, lamentavelmente se interrompeu, devido a causas várias, entre as quais se incluiu a carência de papel. Retomado, porém, nos últimos meses, graças à dedicação eficiente do pessoal da Imprensa Nacional, especialmente da Divisão de Produção, que merece os agradecimentos do Instituto, desde o seu competente chefe, Rubem Pimentel da Mota, e seu diligente secretário Ormindo da Rocha Santos, até os servidores exímios em sua capacidade na arte gráfica, vai a pouco e pouco resgatando o tempo perdido.

Assim, já saíram a lume, além do número 6 dos Anais do 4.º Congresso de História do Brasil, os volumes, 7.º 8.º e 9.º e da Revista, a seguir ao número 200, noticiado naquela oportunidade, foram estampados mais os seguintes números: 201 — 202 — 203.

Cumpre assinalar que a interrupção temporária da impressão, pelos motivos mencionados, não modificou o andamento dos trabalhos da Comissão Diretora da Revista, constituída do general Estevão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns e Feijó Bittencourt, nem dos Anais, de que fazem parte o coronel João Batista Magalhães, Cláudio Ganns e Virgílio Corrêa Filho.

Por último, faz-se mister registrar, como preito de gratidão, a boa vontade do Sr. diretor da Imprensa Nacional, professor Paula Achiles, que sempre se mostrou desejoso de concluir a impressão dos Anais durante a sua gestão.

E também, a cooperação ativa do atual diretor, Dr. Brito Pereira, em cuja administração estão aparecendo as derradeiras publicações.

Intercâmbio — O Instituto continua a manter intercâmbio com associações culturais, nacionais e estrangeiras, e sempre com os mais promissores resultados.

E além da troca de correspondência e de publicações, o Instituto acolhe, nas cerimônias solenes, entidades de alta categoria, como ocorreu a 16 de janeiro, ao franquear a sua sala para a sessão de Academia de História das Ciências, que nessa ocasião empossou o novo sócio Pedro Calmon.

E a 1 e 12 de setembro, o Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística, reunidos em Assembléia Geral, a exemplo do que succedeu em outras ocasiões anteriores.

Continuou, desta maneira, o Instituto Histórico a sua caminhada, a serviço da cultura nacional, para maior engrandecimento do Brasil, a que se devotou fervorosamente há mais de um século, desde 21 de outubro de 1838.

A PASSAGEM, HOJE, DO 113.º ANIVERSÁRIO DE SUA FUNDAÇÃO

Na quadra inquieta da Regência, quando a organização política do Brasil periclitava, a ponto de individualidades enérgicas, do feitio do padre Feijó, temerem pelo seu desmembramento, ativo grupo de estudiosos decidiu formar um grêmio sobranceiro às contingências partidárias. À sombra da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, de que eram secretários, o marechal Raimundo J. da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa propuseram, em sessão de 18 de agosto de 1838, do Conselho Administrativo, a criação da entidade, que não tardaria a aflorar, a 21 de outubro, com o título de Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Seus estatutos definiram-lhe claramente os propósitos:

“Coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Brasil”...

Corresponder-se com as associações congêneres do Velho e Novo Mundo.

Ramificar-se nas províncias do Império.

Publicar a Revista Trimestral de História e Geografia.

A essas tarefas logo se aplicou o Instituto, que as vem realizando, por mais de século, acrescidas de outras iniciativas, de acentuado teor cultural, como a primeira tentativa da fundação da Academia Brasileira de Letras, ao funcionamento da Escola de Altos Estudos, de vasta repercussão, quatro Congressos de História Nacional, e, mais recentemente, os Cursos Especiais a respeito de acontecimentos e vultos históricos.

Assim procedeu, mercê da proteção que lhe concedeu Dom Pedro II, em seu longo reinado, os governos republicanos, e as mais altas individualidades do cenário social brasileiro.

Basta considerar a lista dos que lhe passaram pela presidência:

José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo, 21 de outubro de 1838 a 6 de julho de 1847).

Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí) (12 de agosto de 1842 a 23 de janeiro de 1875).

Luís Pedreira do Couto Ferraz (Visconde de Bom Retiro) (21 de dezembro de 1875 a 12 de agosto de 1886).

Joaquim Norberto de Sousa e Silva (21 de dezembro de 1886 a 14 de maio de 1891).

Olegário Herculano de Aquino e Castro (26 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906).

João Lustosa da Cunha Paranaguá (Marquês de Paranaguá) (21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907).

José Maria da Silva Paranhos (Barão do Rio Branco) (21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912).

Afonso Celso de Assis Figueiredo (Conde de Afonso Celso) (12 de fevereiro de 1912 a 13 de junho de 1938).

Manuel Cícero Peregrino da Silva (22 de junho de 1938 a 20 de maio de 1939).

Embaixador José Carlos de Macedo Soares, desde maio de 1939, quando assumiu, como vice-presidente, o cargo em que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, sendo, mais tarde, declarado presidente perpétuo, por decisão da Assembléia, de 16 de dezembro de 1941.

Ao festejar o seu 113.^o aniversário, merece o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o reconhecimento geral pelo que vem realizando em prol do engrandecimento do Brasil.

Jornal do Comércio, 21 de outubro de 1951.

SÓCIOS FALECIDOS

O Instituto Histórico viu no último semestre desfalcado o seu quadro social de três dos seus prestimosos sócios — o Dr. Alfredo Nascimento e Silva, falecido em 6 de março, o Dr. Francisco de Oliveira Viana, falecido em 28 de março e o almirante Agustin Toutant Beauregard, falecido em 14 de abril.

I — *Alfredo do Nascimento e Silva* — Médico e professor. Nasceu no Rio a 18-1-1866. Aluno do Externato do Colégio Pedro II. Cursou a Faculdade de Medicina e se doutourou em 1888. Lente catedrático de física e ciências naturais na Escola Superior de Guerra e nas Escolas Militares da Praia Vermelha e do Realengo, desde 1890. Lente substituto de medicina legal e higiene na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, em 1894. Do Conselho Consultivo da Liga Brasileira contra a Tuberculose (1900), da qual foi presidente (1915). Diretor da Escola Normal do Distrito Federal (1920). Secretário da diretoria da Policlínica de Botafogo. Membro da Academia Nacional de Medicina de que foi secretário, orador e presidente. Pertenceu a várias instituições literárias e científicas: Liceu Literário Português (1888). Sociedade Amantes da Instrução (1892), Associação dos Empregados do Comércio (1900), Museu Nacional (1901), Instituto dos Docentes Militares, major médico honorário do Corpo de Saúde do Exército (1894) e tenente-coronel honorário do magistério militar.

Entrou para o Instituto Histórico, em 1890, como sócio efetivo, por proposta datada de 14-11, assinada pelos Srs. César Augusto Marques, Beaurepaire Rohan, José Luís Alves, Teixeira de Melo e Visconde de Taunay. Êste último é que lhe fez, como relator, o parecer favorável da Comissão de Admissão (5-12) que foi assinado ainda pelos Srs. Aquino e Castro e Manuel Francisco Correia. Da mesma data é o parecer da “Comissão de Trabalhos Históricos” formado por Sacramento Blake, César Marques e José Luís Alves. Em ambos se alude especialmente ao seu trabalho: “História moderna” (edição de 1885).

Serviu como 2.º secretário do Instituto, e foi destacado para ser orador oficial em 15-12-1895.

Em 28-7-913 foi proposta a sua transferência de sócio efetivo para honorário, por indicação dos Srs. Pedro Souto Maior, Max Fleiuss, Sebastião de Vasconcelos Galvão, Viveiros de Castro, Eduardo Marques Peixoto, Luís Gualberto, Oliveira Lima e Gastão Ruch. Aceita a indicação, pela Comissão de Sócios (parecer do Barão de Alencar, Antônio Olinto e Gomes Pereira) foi ela aprovada em 4-8-1913.

Elevado a sócio benemérito, em 1917.

Ainda dignificado com a ascensão à classe dos sócios grande beneméritos, por proposta de 11-5-1944, quando já era o sócio mais antigo do Instituto por proposta encabeçada por A. Tavares de Lira e subscrita por mais 15 sócios. Os pareceres favoráveis das Comissões de História e de Admissão de Sócios é de 18-5 e a sua aprovação e proclamação foi feita na sessão de 17-5-44.

Foi ainda 3.º vice-presidente do Instituto, a partir de 19-5-44 e 2.º a partir de 1-6-1944.

As principais contribuições do Dr. Alfredo Nascimento aos estudos históricos se situam no campo médico: “Organização do ensino médico” (1908); “Medicina nos tempos coloniais” (1915); “Policlínica de Botafogo” (1918); “Primórdios da imprensa médica no Brasil” (1923-24); “O Centenário da Academia de Medicina — Primórdios e evoluções de medicina no Brasil” (1929); “Centenário das Faculdades de Medicina (1932); Fora da especialização, elaborou ainda outros ensaios valiosos, alguns deles insertos na Revista do Instituto, onde também aparece a sua bio-bibliografia, feita pela Senhorita Maria C. Max Fleiuss (vol. 182, pág. 174).

Virgílio Corrêa Filho dedicou-lhe no *Jornal do Comércio* de 1-4-51 página evocativa, intitulada “A Velha Guarda”.

II — *Francisco José de Oliveira Viana* — Escritor e sociólogo. Nasceu no Rio Seco de Saquarema (E. do Rio), a 20-6-1883. Cursos primário e secundário em Niterói. Formado em direito, na capital federal em 1908. Professor de direito criminal na Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro (1916). Diretor do Instituto de Fomento do Estado do Rio (1926). Membro do Conselho Consultivo do Estado do Rio (1931). Consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932). Membro da Comissão Especial para rever a Constituição Federal (1933). Membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Fluminense de Letras, dos Institutos Históricos do Pará, Rio G. do Norte, Paraíba e Ceará, da Société des Americanistes (Pa-

ris); do Instituto Internacional de Antropologia, da Academia de História de Portugal e da Academia Dominicana de História.

Em 1939 foi escolhido para a Comissão Revisora de Leis, do Ministério da Justiça e por fim, ministro do Tribunal de Contas da República.

F. J. de Oliveira Viana entrou para o Instituto Histórico, como sócio efetivo em virtude de proposta de 29-8-1921, assinada por Max Fleiuss, Rodolfo Garcia e Carlos Carneiro. Aí já se aludia ao seu livro capital: "Populações meridionais do Brasil". O parecer da Comissão de Admissão de Sócios traz a data de 12-4-1924 e está assinado por Eptácio Pessoa, Manuel Cícero, Ramiz Galvão, Tavares de Lira e Miguel de Carvalho. Já nesse novo exame há referências lisonjeiras ao seu: "Aspectos sociais do Brasil" publicado no "Dicionário" do Instituto, como ainda aos "Pequenos estudos de psicologia social", parecer êsse de 23-4-24, que foi aprovado unanimemente em sessão de 18-6-1924.

Proposta de 22-8-44 assinada por J. C. de Macedo Soares e subscrita por mais 15 sócios, indicou-o à promoção, na classe dos beneméritos. Pareceres das Comissões de História e de Sócios em 18-10-44 a aprovaram, sendo proclamado na sessão de 21-10-44.

A bibliografia de Oliveira Viana além dos volumes citados, é vasta e valiosíssima: (vol. 185, pág. 342 desta Revista).

"O idealismo na evolução política do Império" (1922), "Evolução do povo brasileiro" (1923), "O ocaso do Império" (1926); "O idealismo da Constituição" (1927); "O crédito sobre o café" (1927); "Problemas de política objetiva" (1930); "Raça e assimilação" (1932); "Formação étnica do Brasil colonial" (1932); "Problemas de Direito Corporativo" (1938). Deixou inéditos: o 2.^o volume das "Populações meridionais" em que estuda o extremo sul; e "História social do capitalismo no Brasil". Oliveira Viana fez parte da Comissão de Fundos e Orçamento do Instituto.

III — *A. Toutant Beauregard* — Militar norte-americano. Nasceu em 1886. Vice-almirante reformado da armada dos Estados Unidos.

Foi escolhido em 1941 para o posto de adido naval da Embaixada norte-americana no Brasil. Durante a 1.^a guerra mundial foi secretário do almirante W. B. Caperton, chefe da esquadra naval do Atlântico Sul, operando ao largo do Rio de Janeiro. Integrou também a 1.^a Missão Naval Americana, no Brasil, de 1922 a 1927 e chefiou-a de fevereiro de 1939 a fevereiro de 1940.

Recebeu as condecorações brasileiras da Ordem do Mérito Naval e a do 50.^o aniversário da fundação da República.

Foi proposto para sócio honorário em 22-2-1943, sendo essa indicação sido aceita pela Comissão de Admissão de Sócios em 29-6-43 e aprovada pela assembléia geral em 9-7-43.

Escreveu diversos artigos sobre o Brasil e a América do Sul. Estudioso da história da América latina e das línguas portuguesa e espanhola.

No final deste ano ainda teve o Instituto que se enlutar pela perda de dois ilustres e prestimosos sócios: o Dr. Alberto Lamago, falecido em 24 de novembro e o Dr. Carvalho Mourão, desaparecido em 24 de dezembro, ambos no Distrito Federal.

I — *Alberto Lamago* — Natural de Itaboraí (no Estado do Rio). Nascido a 9-10-1870. Entrou para o Instituto, como sócio correspondente, por proposta de Oliveira Lima, datada de Bruxelas, a 19-3-1912. Foi ela imediatamente subscrita por Manuel Cícero e Max Fleiuss. Andava êle então em pesquisas pelos arquivos europeus em busca de preciosos manuscritos: os relativos a João Fernandes Vieira e Cláudio Manuel da Costa. Coligia documentação para a sua erudita “Capitania da Paraíba do Sul” que, afinal, se transformou na “Terra Goitacá” (7 volumes).

No longo e fundamentado parecer da comissão de história (8-4-1915) de que foi relator Basílio de Magalhães e está subscrito por Clóvis Beviláqua e Alfredo Valadão; já se faz referência a êste valioso trabalho, cuja publicação se iniciava.

O parecer da Comissão de Sócios — relator Ramiz Galvão e subscrito por Miguel de Carvalho, Manuel Cícero e Antônio Olinto — foi-lhe também favorável e traz a data de 15-6-1915. Aprovado em 28-6-1915, por maioria de votos. Passou a sócio honorário, em virtude do art. 93 dos Estatutos. Na Revista do Instituto publicou: “Mentiras históricas (vol. de 1940, págs. 115-131) e colaborou no 4.º Congresso de História Nacional (1949) com a tese: “As monções francesas no Rio de Janeiro” (Vide *Anais*, vol. VI, págs. 117-249).

II — *João Martins de Carvalho Mourão* — Mineiro, natural de São João del Rei — onde nasceu a 2-6-1872. Advogado, juriconsulto, magistrado e professor de direito.

Foi proposto para sócio efetivo em 28-8-1915 — por Max Fleiuss, Taumaturgo de Azevedo, Eduardo H. Peixoto e Roquete Pinto. Em virtude de sua memória: “Os municípios — sua importância política no Brasil-Colônia, e no Brasil-Reino. Situação em que ficaram no Brasil-Império pela Constituição de 1824 e pelo Ato

Adicional — apresentada no 1.º Congresso de História Nacional (vide *Anais*, vol. III, págs. 299-318).

Na Comissão de História recebeu parecer favorável do relator Pedro Lessa em 4-9-1916, que foi subscrito por Basílio de Magalhães. A Comissão de Admissão de sócios por igual manifestou-se de acôrdo em 20-9-1916 — em parecer assinado por Antônio Olinto, Manuel Cicero, Miguel de Carvalho e Ramiz Galvão. Uma anotação de Afonso Celso (presidente) diz que êle foi aprovado em 19-X-916, confirmada por outra de Max Fleiuss (secretário).

Entretanto — por haver perdido o seu direito de sócio, de acôrdo com os arts. 16 e 17 dos Estatutos, foi o Dr. Carvalho Mourão novamente proposto em 22-2-1943 e readmitido em data de 9-7-1943; e assim foi mencionado nos últimos números da Revista.

Colaborou no 4.º Congresso de História Nacional (1949) com a tese sôbre: “Órgãos Administrativos e Judiciários da Colônia 1500-1763” (Vide *Anais*, vol. 9.º, págs. 405-460).

Carvalho Mourão proferiu no Instituto em 1944 uma substancial conferência sôbre “Antecedentes do Pan-americanismo” (Vide *Revista*, vol. 183, págs. 236-251). Fêz parte da Comissão de Fundos e Orçamentos, a partir de 1944. Profissional de grande prestígio no fôro do Rio, onde foi procurador jurídico do Estado de Minas, ascendeu ao Supremo Tribunal Federal, em cuja judicatura deixou nome puro e alargou a fama de inteligência e integridade. Professor de Direito Penal na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Em ambas as cátedras, que exerceu com competência invulgar e onde nos últimos anos se aposentara, deixou entre alunos, advogados e colegas merecida reputação de honradez imaculada, ligada ao saber e ao brilho intelectual.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS

Em outubro de 1951

- Relatório* apresentado à Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia realizado no Rio de Janeiro, em setembro de 1951, pelo delegado do Pará professor José Coutinho de Oliveira — I.B.G.E., 1951, Pará.
- Araucarian Culture in Transition* — Mischa Titiev — University of Michigan — Ann Arbor, 1951.
- Mon Action Positiviste Paris* — (A propos de la Maison d'Auguste Comte) — José Feliciano de Oliveira — 25 Rue de Longchamp — Paris, 1951.
- História da Conjuração Mineira* — Tomos: I e II — A. Norberto de Sousa e Silva — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.
- José Bonifácio, Economista* — José Carlos de Macedo Soares — Gráfica Cruzeiro do Sul Ltda. — 1944 — Rio de Janeiro.
- Consolidação das Leis Cíveis ou o Código Civil em vigor com a legislação derogatória e a complementar intercaladas no texto* — Fernando Luís Vieira Ferreira — Edição Saraiva — São Paulo, 1948.
- Por São Paulo e pelo Brasil* (2.^a edição) — João Neves, 1933 — São Paulo.
- A Epopéia* — Aureo de Almeida Camargo — Saraiva & Cia. — 1933 — São Paulo.
- O Despertar de São Paulo* — Menotti del Picchia — Civilização Brasileira S. A. — Rio de Janeiro, 1933.
- Fomos Vencidos?* — M. O. Marcondes de Sousa — Rio de Janeiro, 1933.
- XXII de Agosto* — Nelson de Sousa Carvalho — Cia. Editôra Nacional — São Paulo, 1933.
- Que é que há?* (3.^a edição) — Paulo Duarte — São Paulo, 1931.
- Guerra em sertões brasileiros* — J. O. Pinto Soares — Papelaria Velho — Rio de Janeiro, 1933.
- Contribuciones a la Historia Municipal de America* — Rafael Altamira y Crevea e outros — Comision de Historia — México, 1951.
- Francis Parkman* — Sonderegger Richard — Comision de Historia — México, 1951.
- Rui Barbosa — 1849-1923* — Fernando Nery — Gráfica Olímpica Editora — Rio de Janeiro, 1951.
- Paisagens Culturais da Baixada Fluminense* — Renato da Silveira Mendes — Ind. Graf. Cruzeiro do Sul Ltda. — São Paulo, 1950.
- Motins célebres em Minas* — (Separata) — João Dornas Filho — Tipografia do Departamento de Investigações — São Paulo, 1951.
- O Ditador Rosas* — João Dornas Filho — Tipografia do Departamento de Investigações — São Paulo, 1951.

- The Establishment of Canadian Diplomatic Status at Washington* — Volume XLI — John S. Galbraith — University of California — Los Angeles, 1951.
- The Geogria Florida Frontier — 1793-1796* — Richard K. Murdoch — University of California — Los Angeles, 1951.

Em novembro de 1951

- Caminhos Históricos de Invasão* — Tenente coronel Antônio de Sousa Júnior — Editôra Exército — Rio de Janeiro, 1950.
- Homenagem a Henrique José Varona — En el Centenario de su natalicio — I e II* — Ministério de Educacion — La Habana, 1951.
- Afonso Botelho e a História da Fortaleza da Barra do Paranaguá* — David Carneiro — Papelaria Requião Ltda. — 1951 — Curitiba.
- Afonso Botelho de Sampaio e Sousa* — Seu julgamento e seu papel na construção do atual Paraná — III — David Carneiro — Papelaria Requião Ltda. — 1951 — Curitiba.
- Duas Conferências sobre a vida e a obra de Afonso Botelho de Sampaio e Sousa* — I — David Carneiro — Papelaria Requião Ltda. — 1951 — Curitiba.
- A História do Paraná na Evolução do Sul do Brasil* — David Carneiro — Papelaria Requião Ltda. — Curitiba, 1951.
- História Republicana da Paraíba* — Apolônio Nóbrega — Imprensa Oficial — Paraíba, 1950.
- Manual de Conversação da Língua Tupi* — Feres Antônio S. Michaelle — Biblioteca Brasília — Paraná, 1951.
- Medalhão do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca* — Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil 15-11-910 — 15-11-914 — Oferta do Sr. Girardet — Rio de Janeiro, 1951.
- Contos Indígenas de México* — Concha Michel — Biblioteca Nacional Indigenista — México, 1951.
- The Rockefeller Foundation Annual Report, 1950* — New York, 1950 — Veloso Lisboa, 1950.
- Estudos Históricos do Século XVI* — José Maria de Queirós Veloso — Lisboa, 1950.
- La Enseñanza de la Historia en Colombia* — Miguel Aguilera — Comision de Historia — México, 1951.
- O Município* — Olinto José Meira — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1951.
- A Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro* — Em 1950 — Ariosto Pinto — Gráfica Olímpica Editôra — Rio de Janeiro, 1951.
- Leis, Decretos e Atos* — Janeiro a março de 1951 — Engenheiro Ildo Meneghetti — Gráfica Santa Teresinha Ltda. — Pôrto Alegre, 1951.
- Classificação — Sistemas de classificação bibliográfica* — José Soares de Sousa — Arquivo Histórico — São Paulo, 1950.
- Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* — Vol. LXX — 1884 — Arquivo Histórico — São Paulo, 1951.
- Primer Congreso de Historia de los Pueblos de la Provincia de Buenos Aires* — Vol. 1 — Advertência de Ricardo Levene.
- Jahrbuch des Linden-Museums* — Theodor G. Wanner — Heidelberg — 1951.
- El Comandante Cuzimajou* — Herminio Portell Vilá — Ayon Impresor — Cardenas, 1950.

- Documents Diplomatiques Français* (1871-1914) tomo XII — Alfred Costes — Imprimerie Nationale — Paris, 1951.
- Ensaíos Biográficos* — Antônio Gontijo de Carvalho — São Paulo, 1951.
- Os Corrêa de Sá* — (Séculos XVI a XVIII) — Francisco de A. Carvalho Franco — Instituto Genealógico Brasileiro — São Paulo, 1941.
- Os capitães-mores de Itanhaém* — Francisco de A. Carvalho Franco — Departamento de Cultura — São Paulo, 1940.
- Pedro Taques de Almeida* — Francisco de A. Carvalho Franco — Instituto Genealógico Brasileiro — São Paulo, 1944.
- Achegas a um brasonário paulista* — Francisco de A. Carvalho Franco — Instituto Genealógico Brasileiro — São Paulo, 1944.
- Os capitães-mores Vicentinos* — Francisco de A. Carvalho Franco — Departamento de Cultura — São Paulo, 1940.
- O Título dos Arrudas Botelhos* — Francisco de A. Carvalho Franco — Empresa Gráfica Revista dos Tribunais — São Paulo, 1937.
- Crimes de Sangue Misteriosos* — Francisco de A. Carvalho Franco — Tipografia Gabinete de Investigações — São Paulo, 1943.

Em dezembro de 1951

- Catálogo da Biblioteca de Rui Barbosa* — Vol II — C.D.E. Casa de Rui Barbosa — M.E.S. — Rio de Janeiro, 1951.
- Centonário do Conselheiro Nuno de Andrade* (Separata da Revista de Medicina e Cirurgia de São Paulo — Vol. II — N.º 10) — São Paulo, 1951.
- Amparo à Família pela Legislação Social* (Tese apresentada à 1.ª semana de Estudos sobre a família, realizada em São Paulo de 9 a 16 de setembro de 1951, por Rui de Azevedo Sodré — Empresa Gráfica Revista dos Tribunais — São Paulo, 1951.
- Bugrinha* — Afrânio Peixoto — Gráfica de Artes S. A. — Rio de Janeiro, 1948.
- O Caçador de Esmeraldas* — Olavo Bilac — Gráfica de Artes S. A. — Rio de Janeiro, 1949.
- A Primeira Revolução Social Brasileira* — 2.ª edição — Afonso Rui — Tipografia Beneditina Ltda. — Bahia, 1951.
- Documentos para la historia de la Republica Oriental del Uruguay* — Tomo I — Emilio Ravignani — Universidade de Montevideu, 1949.
- Breviário Artiguista* — José Maria Traibel — Colombino Hnos S. A. — Montevideu, 1951.
- Síntesis de la Evolucion Institucional* — Juan Andres Ramirez — Imprenta Letras S. A. — Montevideu, 1949.
- Biblioteca de Impresos Raros Americanos* — Vol. 1.º — Colombino Hnos S. A. — 1948, Montevideu.
- Artigos* — José Enrique Rodo — Imprenta Uruguaya — Montevideu, 1950.
- Inauguración y Plan de Trabajos del Instituto de Investigaciones Historicas* — Imprenta Uruguaya — Montevideu, 1950.
- El Manifiesto de Montecristi* — Manuel I. Mesa Rodrigues — Ayon impresor — Cardenas, 1950.
- El comandante Casmajou* — Herminio Portell Vilá — Ayon impresor — Cardenas, 1950.
- Documentos Históricos* — Vol. 91 — Biblioteca Nacional — M.E.S. — Rio de Janeiro, 1951.

- Artigas* — Edmundo M. Narancio — Colombino Hnos S. A. — Montevideu, 1951.
- Old Birch Island Cemetery* — Emerson F. Greenman — University of Michigan Press — Ann Arbor — 1951.
- História da Cidade de São Paulo* — Afonso de E. Taunay — Departamento de Cultura — No século XVIII — Vol. II — São Paulo, 1951.
- O Pai de Rui (Dr. João José Barbosa de Oliveira)* — Ordival Cassiano Gomes — Casa de Rui Barbosa — Rio de Janeiro — 1949.
- Alguns aspectos do comércio exterior do Brasil* (Conferência) — Aldo B. Franco — Rio de Janeiro — 1950.
- Problemas Estruturais do Município* — Romulo Almeida — Petrópolis — 1950.
- Relatório de uma viagem de informações à Europa* — Coronel Lauro Augusto de Medeiros — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1951.
- Frankfurter Geographische Hefte* — Carl Ritter — Frankfurt A. M. Deutschland — 1951.

Em outubro de 1951

- Índice Cultural da cidade do Rio de Janeiro* — Agosto de 1951 — N.º 3 — Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto do Ceará* — Novembro de 1950 — N.º 4 — e janeiro de 1951 — N.º 5 — Ano I — Ceará.
- Arquitetura* — Maio de 1951 — N.º 214 — Ano XIX — La Habana.
- Catálogo 1949* — Suplemento n.º 1 — Madrid.
- Catalogue n.º 16* — Old & Rare Books — 1951 — London.
- Aspiração n.º 1* — Ano LVIII — 1951 — Rio de Janeiro.
- A Fátima Brasileira* — Setembro de 1951 — N.º 75 — Ano X — Rio de Janeiro.
- Sugerencias para una oportuna y digna comemoracion del centenario del nacimiento de Martí* — Marzo 12 de 1951 — La Habana.
- Contributions from the Museum of Paleontology* — Vols. VIII-IX — Ns 1, 9 e 10 January-july de 1951 — Ann Arbor.
- Frankfurter Geographische Hefte* — 1951 — Deutschland.
- Correio de Uberlândia* — 23 e 30 de setembro de 1951 — Ns. 3.247 e 3.252 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Revista de la Academia Colombiana de Ciencias Exatas Fisicas y Naturales* — Abril de 1951 — N.º 30 — Vol. VIII — Colômbia.
- Ocidente* — N.º 160 — Vol. XLI — Agosto de 1951 — Lisboa.
- Revista Nacional de Cultura* — N.º 86 — Mayo-junio de 1951 — Año XII — Caracas.
- Engenharia* — Setembro de 1951 — N.º 109 — Ano X — Vol. X — São Paulo.
- Revista do Clube de Engenharia* — Agosto de 1951 — Vol. XXIV — Número 180 — Rio de Janeiro.
- Revista de Folklore* — Enero de 1951 — N.º 6 — Bogotá.
- Santa Catarina Filatélica* — Setembro de 1951 — N.º 8 — Ano II — Santa Catarina.
- Endeavour* — Volumen X — N.º 39 — Julio de 1951 — Londres.
- Boletim de la Academia Nacional de la História* — Tomo XXXIV — Abril-maio-junio de 1951 — N.º 134 — Caracas.
- Boletim Geográfico* — Outubro, novembro e dezembro de 1950 — Ns. 91, 92 e 93 — Ano VIII — Rio de Janeiro.

- Brasil Açucareiro* — Ano XIX — Vol. XXXVII — Maio de 1951 — N.º 5 — Rio de Janeiro.
- La Biblioteca Publica en America* — Una bibliografia seleta — N.º 34 — Washington.
- Discurso* — 7 e 16 de junio de 1951 — Caracas.
- Boletim n.º 34* — Da Índia Distante — N.º 34 — 2 de outubro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Julho de 1951 — Número 293 — Ano XXIV — São Paulo.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da Colônia* — Ano XVI — Outubro a dezembro de 1949 — Ns. 10 a 12 — Lourenço Marques.
- A Polônia de Hoje* (Boletim Informativo mensal) — Agosto e setembro de 1951 — Ns. 8 e 9 — N.º 5 — Rio de Janeiro.
- História Mexicana* — N.º 1 — Julio-septiembre de 1951 — Vol. I — México.
- Boletim do XI Congresso Brasileiro de Geografia* — Julho de 1951 — Ano I — N.º 1 — Rio de Janeiro.
- Moçambique* — Dezembro de 1950 — N.º 64 — Lourenço Marques.
- Boletim* — 13.º ano de 1949 — Lisboa.

EM NOVEMBRO DE 1951

- Catalogue n.º 803* — (Voyages and Travels — Vol. 5 — Part I) — London.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle serie n.º 72 — 20 septembre de 1951 — Bruxelles.
- Nação Brasileira* — Setembro de 1951 — N.º 337 — Ano XXVIII, — Rio de Janeiro.
- Boletim do Colégio Brasileiro de Cirurgiões* — Ns. I, II e III — Vol. XXIV — Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Outubro de 1951 — N.º 100 — Ano IX — Rio de Janeiro.
- O Puritano* — 10 de outubro de 1951 — N.º 1.998 — Ano LIII — Rio de Janeiro.
- Rodriguêsia* — Ano XIII — N.º 25 — Dezembro de 1950 — Rio de Janeiro.
- Arquivos do Serviço Florestal* — Vol. 4 — 1950 — Rio de Janeiro.
- Bibliographies Series ns. 35 e 36* — Columbus Memorial Library — Washington.
- Lista Diplomática* — Setembro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 3 e 11 de outubro de 1951 — Ns. 3.254 e 3.260 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Revista Marítima Brasileira* — Outubro-novembro e dezembro de 1950 — Números 4, 5 e 6 — Ano LXX — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* — N.º 30 — 1949-51 — Vol. XV — Sergipe.
- Revista da Academia Sergipana de Letras* — Agosto de 1951 — N.º 15 — Sergipe.
- Diário da Manhã* — 6 de outubro de 1951 — N.º 4.716 — Ano XVI — Passo Fundo.
- Boletim Meteorológico del Observatório Nacional* — N.º 4 — Año II — Diciembre de 1951 — Guatemala.
- R.A.E.* — Boletim — Ano XIII — N.º 23 — Junho de 1951 — São Paulo.
- Moçambique* — Março de 1951 — N.º 65 — Lourenço Marques.
- Anuário Hidrográfico* — Vol. IX — Año 1949 — Paraguai.

- Boletim Bibliográfico* — N.º 61 — Año VIII — Madrid.
- El Mexico Antiguo* — Tomo VII — Diciembre de 1947 — Mexico.
- Revista Equatoriana* — De Educacion — Ns. 11 y 12 — 13 y 14 — Julio a Diciembre de 1950 — Enero e febrero de 1951 e marzo-abril — Ano IV — Quito.
- Pequeno Guia das Igrejas da Bahia* — VII e VIII — (Mont Serrat, o Forte e a Igreja — A Igreja da Ajuda e a Devoção dos Passos — 1950 — Bahia.
- Geographical Review* — October, 1951 — Number 4 — Vol. XLI — New York.
- International Geographical Union* — August 8 — Washington.
- Censo Demográfico* (1 de julho de 1950) — VI — Recenseamento Geral do Brasil — Rio de Janeiro.
- O Cruzeiro do Sul* — Setembro e outubro de 1951 — Ns. 37 e 38 — Ano IV — São Paulo.
- Informação Bibliográfica* — Outubro de 1951 — N.º 1 — Rio de Janeiro.
- Tricolor* — Junio, julio, agosto, septiembre de 1951 — Ns. 28, 29, 30 e 31 — Ano III — Caracas.
- Gymnasium* — Annus II — Fasciculos VI — aprili junio MDCCCLI — Colombia.
- Indice de la Revista de Historia de America* — Ns. 29-30 — Junio y diciembre de 1950 — México.
- Engenharia* — Outubro de 1951 — N.º 110 — Ano X — Vol. X — São Paulo.
- Revista de Historia de America* — N.º 31 — Junio de 1951 — México.
- Antropologia e Historia de Guatemala* — N.º 2 — Junio de 1950 — Vol. II — Guatemala.
- Vozes de Petrópolis* — Vol. 9 — Fasc. 5 — Setembro-outubro de 1951 — Petrópolis.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da Colônia, organizado pelo Observatório Campos Rodrigues* — Ano XVII — Janeiro a março de 1950 — Ns. 1 a 3. — Lourenço Marques.
- Relatório do Observatório Campos Rodrigues em Lourenço Marques* — Volume XXVI — Lourenço Marques.
- Bulletin de l'Institut Français d'Afrique Noire* — Juillet — N.º 3 — Tome XIII — Dakar, Ifan.
- Estatística Industrial* — 1949 — Lourenço Marques.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Tomo XXXIII — Octubre-diciembre de 1950 — N.º 132 — Caracas.
- Brasil Açucareiro* — Ano XIX — Vol. XXXVII — Junho de 1951 — N.º 6 — Rio de Janeiro.
- Anuário Estatístico, 1950* (Superintendência dos Serviços do Café) — São Paulo.
- Revista do Serviço Público* — Maio-junho e julho de 1951 — Ns. 1, 2 e 3 — Ano XIV — Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Tomo XXXIV — Abril, mayo e junio de 1951 — N.º 134 — Caracas.
- Correio de Uberlândia* — 21 de outubro de 1951 — N.º 3.267 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Revista Nacional* — Tomo XLVIII — Año XIV — Enero de 1951 — N.º 45 — Montevideú.
- Boletín de la Academia Nacional de Letras* — Tomo III — N.º 11 — Junio de 1951 — Montevideú.

- Ocidente* — N.º 162 — Vol. XLI — Outubro de 1951 — Lisboa.
- Revista Militar Brasileira* — Ano XXXIX — Ns. 1 e 2 — Janeiro a junho de 1951 — Vol. LIX — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Vol. XII — 1939-51 — Pará.
- Popayan* — Noviembre y diciembre de 1950 — Ns. 219-220 — Año XXIV — Popayan.
- O Puritano* — 25 de outubro de 1951 — N.º 1.999 — Ano LIII — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 4, 7, 13, 17, 18, 20, 23, 25 de outubro de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Boletín de Informaciones Científicas-Nacionales* — Ns. 39-40 — Mayo-junio de 1951 — Vols. III-IV — Quito.
- O Sê Bê* — Outubro de 1951 — N.º 2 — Ano XII — Rio de Janeiro.
- Sinopse Estatística do Município de Resende*, 1951 — Estado do Rio de Janeiro.
- A Polônia de hoje* — Ano V — Outubro de 1951 — N.º 10 — Rio de Janeiro.
- Douro Litoral* — Quarta série — V e VI — 1951 — Porto.
- Letras del Ecuador* — Ns. 67, 68 y 69 — Mayo, junio y julio de 1951 — Ano IV — Quito.
- Catalogue n.º 717* — Francis Edwards, Ltd. — 1951 — London.
- Catálogo* — Outubro de 1951 (Informação Bibliográfica) — Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — Ns. 152-153 — De abril a junio e julio-septiembre de 1951 — Tomo XXXVIII — Caracas.
- Catalogue de la Librarie Robert Legueltel* — N.º 12 — Paris.
- Rodovia* — Agosto de 1951 — N.º 138 — Ano XIII — Rio de Janeiro.
- Catálogo dos Manuscritos Históricos* — 1951 — Salvador — Bahia.
- O jogo da capoeira* (24 desenhos de Carybé) — Coleção recôncavo n.º 3 — 1951 — Salvador.
- Boletim n.º 4-5* — Ano I — Janeiro-fevereiro e março-abril de 1951 — (Sociedade Brasileira de Geografia) — Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — Boletim n.º 35 — 1 de novembro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Saúde* — Novembro de 1951 — N.º 47 — Ano IV — Rio de Janeiro.
- Noticiário das Nações Unidas* — Outubro de 1951 — N.º 3 — Ano I — Rio de Janeiro.
- Un libro para la Casa de la Cultura* — 1951 — Quito.
- Katalog Antiquariats* — N.º 135 — Helvetica Stans.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Ano XXVI — Agosto de 1951 — N.º 294 — São Paulo.
- Correio de Uberlândia* — 27 e 28 de outubro de 1951 — Ns. 3.271-3.272 — Ano XIV — Minas.
- Correio do Senac* — Ns. 75-76 — Ano III — Rio de Janeiro.
- Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco* — Vol. XLI — 1946-47 — Pernambuco.
- Nação Brasileira* — Outubro de 1951 — N.º 338 — Ano XXVIII — Rio de Janeiro.
- Belgique Amerique Latine* — Nouvelle série n.º 73 — 20 octobre de 1951 — Bruxelles.
- Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística* — Mayo-junio de 1950 — N.º 3 — Tomo LXIX — Mexico.
- Revista do Museu Paulista* — Nova série — Vol. III-IV — São Paulo.

- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* — Ano de 1949 — Ns. 113-116 — Ano XXIX — Porto Alegre — R. G. do Sul.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — Tomo XXII — N.º 2 — 1951 — México.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — Março de 1951 — Tomo 49 — Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — Tomo XLIX — Año XIV — Febrero de 1951 — Número 146 — Montevideu.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 30 de junho de 1951 — N.º 2 — Vol. 23 — Rio de Janeiro.
- América Indígena* — Vol. XI — N.º 3 — Julio de 1951 — México.
- Boletín Indigenista* — Junio de 1951 — N.º 2 — Vol. XI — México.
- Annals of the Association of American Geographers* — June, 1951 — Volume XLI — N.º 2 — New York.
- Informação Bibliográfica* — Agosto-outubro de 1951 — Rio de Janeiro.
- O Cruzeiro do Sul* — Novembro de 1951 — N.º 39 — Ano IV — São Paulo.
- Boletim Geográfico* — Agosto, setembro, novembro e dezembro de 1943; janeiro a dezembro de 1944 — (menos o de maio) — fevereiro, agosto, outubro e dezembro de 1945; fevereiro de 1946 — **Rio de Janeiro.**
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará* — Vol. XII — 1939-51 — Pará.
- Revista de História* — Outubro-dezembro de 1951 — N.º 8 — Ano II — São Paulo.
- Revista do Serviço Público* — Ano XIV — Vol. III — Ns. 2-3 — Agosto e setembro de 1951 — Rio de Janeiro
- The Geographical Journal* — Septiembre, 1951 — Vol. CXVII — Part 3 — London.
- Lista Diplomática* — Outubro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Noticiero de las Naciones Unidas* — 18 de agosto de 1951 — N.º 32 — Año 6 — Rio.
- Correio de Uberlândia* — 7 e 8 de novembro de 1951 — Ns. 3.278-79 — Ano XIV — Minas.
- Directory* — August, 1951 — Organization of American States — Washington.
- Correio de Uberlândia* — 18, 25 e 27 de outubro de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.

EM DEZEMBRO DE 1951

- América Indígena* — Octubre de 1951 — N.º 4 — Vol. IX — México.
- Boletín Indigenista* — Septiembre de 1951 — N.º 3 — Vol. XI — México.
- The Catholic Historical Review* — October 1951 — N.º 3 — Vol. XXXVII — Washington.
- Anais do Arquivo da Marinha* — Junho de 1951 — N.º 14 — Ano VIII — Rio de Janeiro.
- Américas* — Novembro de 1951 — N.º 11 — Vol. III — Rio de Janeiro.
- Boletín del Archivo General de la Nación* — Guia de los tomos I al XXI — 1930-50 — México.
- Brasil Açucareiro* — Julho de 1951 — N.º 1 — Ano XIX — Vol. XXXVIII — Rio de Janeiro.
- Universidad Pontificia Bolivariana* — Febrero, e abril de 1951 — N.º 60 — Vol. XVI — Colomb.
- Revista do Clube de Engenharia* — Setembro de 1951 — N.º 181 — Vol. XXIV — Segunda fase — Rio de Janeiro.

- Bulletin for Libraries* — Vol. n.º 11 — Novembre de 1951 — Paris.
- Catálogo* — Moissons de l'esprit 1951 — France.
- Catálogo Infantil* n.º 20 — 1951 — Rio de Janeiro.
- História Mexicana* — Outubro-diciembre de 1951 — N.º 2 — Vol. — Mexico.
- Revista Brasileira de Geografia* — Janeiro-março de 1945 — N.º 1 — Ano VII — Rio de Janeiro.
- Conferências e reuniões interamericanas* — Lista n.º 14 — Junho de 1951 — Washington.
- El Correo* — Outubro de 1951 — N.º 10 — Vol. IV — Paris.
- Correio de Uberlândia* — 8 e 14 de novembro de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Catalogue* n.º 12 — Livres Anciens & Modernes, 1952 — Paris.
- Revista Brasileira de Estatística* — Ano XI — Outubro-dezembro de 190.. — N.º 44 — Rio de Janeiro.
- Digesto Econômico* — Novembro de 1951 — N.º 84 — Ano VII — São Paulo.
- Noticiário das Nações Unidas* — Novembro de 1951 — N.º 4 — Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — October 1951 — Number 10 — Vol. 55 — New York.
- Correio de Uberlândia* — 17 e 22 de novembro de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.
- O Puriiano* — 25 de novembro de 1951 — N.º 2.001 — Ano LIII — Rio de Janeiro.
- List of Books Accessioned and Periodical Articles Indexed for the Month* — July-august de 1951 — Washington.
- Revista Duperial do Brasil* — N.º 62 — julho-agosto de 1951 — São Paulo.
- Engenharia* — Novembro de 1951 — N.º 111 — Ano X — Vol. X — S. Paulo.
- Correio de Uberlândia* — 24 e 25 de novembro de 1951 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Saúde* — (Almanaque do S.N.E.S.) 1952 — Rio de Janeiro.
- Revista do Clube Militar* — N.º 116 — Setembro e outubro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Boletim Bibliográfico Agir* — N.º 1 — Ano 3 — Dezembro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Boletim Linotípico* — N.º 77, 1951 — New York.
- Revista do Arquivo Municipal* — CXLI — Ano XVIII — Julho — São Paulo.
- Atas da Câmara da Cidade de São Paulo* — 1885 — Vol. LXXI — São Paulo.
- A Polônia de Hoje* — Ano V — Novembro de 1951 — N.º 11 — Rio de Janeiro.
- The Hispanic American Historical Review* — August, 1951 — N.º 3 — Volume XXXI — Washington.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Dezembro de 1951 — N.º 102 — Ano IX — Rio de Janeiro.
- Trabajos y Comunicaciones* — N.º 2 — La Plata.
- Academia Argentina de Cirurgia* n.º 23 — Vol. XXXV — Buenos Aires.
- Boletim do Centro dos Estudos do Hospital dos Servidores do Estado* — Agosto e setembro de 1951 — Ns. 8 e 9 — Vol. 3 — Rio de Janeiro.
- Bulletin of The United States Cuban Sugar Council* — N.º 2 — Vol. 6 — October 1951 — New York.
- O Sê Bê* — Dezembro de 1951 — N.º 3 — Ano XII — Rio de Janeiro.

- Da India Distante* — Boletim n.º 36 — 1 de dezembro de 1951 — Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendência dos Serviços do Café* — Setembro de 1951 — N.º 295 — Ano XXVI — São Paulo.
- Boletim Bibliográfico* — Ns. 17-18 — 1951 — São Paulo.
- Boletim de História y Antigüedades* — Ns. 435-37 — Volumen XXXVIII — Enero e marzo de 1951 — Bogotá.
- Liga Marítima Brasileira* — Março e abril de 1951 — Ns. 525-26 — Ano XLIV — Rio de Janeiro.
- Catálogo* — News Books — July-december de 1951 — New York.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — Ano 1949 — Tomo 47 — Fasc. 3-4 — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 4 de dezembro de 1951 — N.º 3.297 — Ano XIV — Minas Gerais.
- Universidad de Antioquia* — Junio-julio-agosto de 1951 — N.º 103 — Colombia.
- Boletim Geográfico* — Fevereiro de 1951 — N.º 95 — Ano VIII — Rio de Janeiro.
- Universidad Pontificia Bolivariana* — Mayo-julio de 1951 — N.º 61 — Volume XVI — Colômbia.
- Anuário Claretiano dos Colégios Internos de Formação da Província Brasileira dos Missionários Filhos do I. Coração de Maria* — IV — 1950 — Curitiba.
- Revista Brasileira de Geografia* — Outubro-dezembro de 1950 — N.º 4 — Ano XII — Rio de Janeiro.
- Moçambique* — Junho de 1951 — N.º 66 — Lourenço Marques.

RETIFICAÇÃO

No n.º 211 (abril-junho, 1951) desta Revista atribui-se erroneamente a paternidade de um trabalho ao Dr. Clóvis Monteiro — quando o seu verdadeiro autor é o professor Mozart Monteiro, nosso sócio efetivo e irmão daquele ilustre professor.

ESTATISTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1951

<i>Trimestre</i>	Out.	Nov.	Dez.	Total
Obras oferecidas	24	26	23	73
Revistas nacionais, estrangeiras	38	90	45	173
Catálogos recebidos	2	6	4	12
Mapas recebidos	1	2	—	3
Jornais recebidos	3	29	11	43
Documentos recebidos	—	1	—	1
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	4.000	3.808	3.742	11.550
<i>Museu</i>				
Visitantes	22	37	27	86
<i>Sala pública de leitura</i>				
Consultas: Obras	4.954	5.017	4.933	14.904
" Jornais	2.010	2.020	1.990	6.020
" Revistas	2.140	2.153	2.111	6.409
" Mapas	759	748	732	2.239
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas, telegramas recebidos	212	136	146	494
Ofícios, cartas, telegramas expedidos	420	220	122	762

LISTA DOS SÓCIOS

LISTA DOS SÓCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1951

Presidentes Honorários

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2. Dr. Artur da Silva Bernardes	15-12-1923	Rua Valparaíso n.º 40 — Rio de Janeiro — Telephone: 28-2458.
3. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa	18- 7-1927	São Paulo.
4. Dr. Getúlio Dornelles Vargas	9- 1-1934	Palácio do Catete — Rio.
5. General Eurico Gaspar Dutra	13- 5-1947	Rua Redentor n.º 317 — Ipanema.

Sócios Grandes Beneméritos (5)

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
1. Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21- 7-1905	Rua das Palmeiras n.º 54 — Botafogo — Rio — Telephone: 26-0740.
2. Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Rua das Laranjeiras n.º 550 — apt. 701 — Telephone: 45-1484.
3. Professor Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Rua Paulino Fernandes n.º 17 — Rio — Telephone: 26-7815.
4. Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo n.º 2 — Rio — Telephone: 25-3311.
5. Ministro Alfredo Valladão	19- 7-1912	Regina Hotel — Rua Ferreira Viana n.º 29 — Telephone: 25-7280 — Rio.

Sócios Beneméritos (15) (B)

	Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
1.	Dr. Nelson Coelho de Sena	23- 8-1901	Rua Bernardino Guimarães n.º 1.082 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
2.	Contra Almirante Francisco Radler de Aquino	26- 8-1911	Rua Raul Pompéia n.º 133 — Copaca- bana — Rio — Telefone: 27-0308.
3.	Dr. Afonso d'E. Taunay	2- 9-1911	Rua Lupércio de Camargo n.º 74 — Jardim América — São Paulo.
4.	Almirante Raul Tavares	23- 8-1912	Rua Visconde de Carandai n.º 23 — Rio — Telefone: 26-1755.
5.	Almirante Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Rua Anibal' de Mendonça n.º 151 — Copacabana — Rio — Telefone: 27-4949.
6.	Arcebispo D. Francisco José de Aquino Corrêa	10- 7-1926	Cuiabá — Mato Grosso, ou: Colégio Santo Inácio — São Clemente n.º 226.
7.	D. Ricardo Levene	1-10-1923	Melo n.º 2.134 — Buenos Aires.
8.	Dr. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara n.º 415 — Copacabana Rio — Telefone: 37.4004.
9.	Dr. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Avênida Pasteur n.º 415 — Praia Ver- melha — Rio — Telefone: 26-1536, ou: 7 de Setembro n.º 379 — Cidade do Salvador — Bahia.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
10. Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Praça André Rebouças n.º 17 — Enge- nho Velho — Rio — Tel. 28-0864.
11. Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt	12- 5-1937	Rua Otávio Correia n.º 84 — Urca — Rio — Telefone: 26-1501.
12. Claudio Ganns	15-12-1939	Avenida Copacabana n.º 99, apt. 501, Rio — Telefone: 37.0767.
13. Henrique Carneiro Teixeira Leão Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente n.º 259-A, apt. 3 — Botafogo — Telefone: 26-3421, ou: Teófilo Ottoni n.º 15, Sub-loja, Tele- fone: 22.2147 — Rio.
14. Dr. Eugenio Vilhena de Moraes	6- 8-1931	Arquivo Nacional — Praça da Repú- blica — Telefone: 22-4441 — Rio.
15. Dr. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente n.º 421 — Rio — Telefone: 26-0953.

Sócios Efetivos (40) (C)

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
1. Embaixador Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva	15- 7-1911	Rua Voluntários da Pátria n.º 371 — Rio — Telefone: 26-6076.
2. Ministro Hélio Lobo	6- 7-1912	Praia do Russell n.º 158, apt. 101 — Glória — Rio — Telefone: 25-5898.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
3. Dr. Edgar Roquete Pinto	4- 8-1913	Avenida Beira-Mar n.º 210, apt. 504 — Telephone: 42-3275.
4. Capitão de Mar e Guerra Thiers Fleming	10- 7-1918	Praia do Flamengo n.º 186, 5.º andar, apt. 503 — Telephone: 25-2626 — Rio.
5. Tenente-Coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Rua Japeri n.º 32-A, apt. 1 — Rio Com- prido — Rio.
6. Desembargador Dr. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César n.º 66 — Niterói — Estado do Rio — Telephone: 2-0526.
7. Dr. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira n.º 123 — Copacabana — Rio — Telephone: 37-2895.
8. Dr. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio n.º 92 — Leme — Rio — Telephone: 37-2614.
9. Capitão de Mar e Guerra Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho n.º 30 — Rio — Telephone: 28-4120.
10. Dr. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Rua General Glicério n.º 400, apt. 802 — Botafogo — Rio — Telephone: 26-1700.
11. Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Rua Gago Coutinho n.º 66, apt. 902 — Rio — Tel. 26-3623 — Laranjeiras.
12. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção n.º 77 — Botafogo — Rio — Telephone: 26-4861.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
13. Dr. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Jardim Botânico n.º 305, apt. 302 — Rio, ou: Ministério do Trabalho — Telefone: 42-8080 — Ramal 614.
14. Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras n.º 29 — Rio — Telefone: 25-0022.
15. Dr. Alcindo Sodré	31- 5-1939	Rua Sá Earp n.º 99 — Petrópolis — Estado do Rio.
16. Dr. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida n.º 36 — La- ranjeiras — Rio — Telefone: 25-2684.
17. Dr. José Luis Batista	31- 5-1939	Rua Miguel Lemos n.º 21, apt. 701 — Copacabana — Rio — Tel. 27-1014.
18. Dr. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Rua São Clemente n.º 243, Casa XII — Botafogo — Telefone: 26-8895.
19. Ministro Ruben Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo n.º 48, apt. 25 — Rio — Telefone: 25-5800.
20. General Estevão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Rua Uruguai n.º 572 — Rio — Tele- fone: 38-0432.
21. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Rua Bulhões de Carvalho n.º 181 — Copacabana — Rio — Tel. 27-2503.
22. General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Rua Uruguai n.º 526 — Tijuca — Tele- fone: 38-4321 — Rio.
23. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Travessa Soledade n.º 14 — Engenho Velho — Rio — Telefone: 28-5595.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
24. Professor Hélio Viana	27-12-1944	Avenida Alexandre Ferreira n.º 55 — Lagoa — Rio — Telefone: 26-1980.
25. Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas	27-12-1944	Rua Dr. Satamini n.º 77 — Tijuca — Rio — Telefone: 28-0804.
26. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Rua Dona Mariana n.º 73 — Botafogo — Rio.
27. General Valentim Benício da Silva	17-12-1945	Praia do Flamengo n.º 144 — Flamengo — Rio — Telefone: 25-1655.
28. Dr. Afonso Costa	13- 5-1947	Rua Correia Dutra n.º 24, apt. 13 — Rio — Telefone: 25-6361.
29. Coronel João Batista Magalhães	16-12-1947	Rua São José n.º 74, ou: Avenida Joa- quim Murinho n.º 286, apt. 101 — Santa Tereza — Rio.
30. Professor Fernando Raja Gabaglia	31- 8-1948	Avenida Pasteur n.º 419 — Urca — Rio.
31. Dr. José Honorio Rodrigues	31- 8-1948	Avenida Melo Franco n.º 16, apt. 2 — Telefone: 27-3346.
32. Professor Adolfo Morales de Los Rios Filho	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro n.º 159, apt. 602 — Rio — Telefone: 45-3682.
33. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Rua Anita Garibaldi n.º 19 — Copaca- bana — Telefone: 37-5977 — Rio.
34. Afonso Pena Junior	15- 8-1949	Rua Pereira da Silva n.º 220 — Laran- jeiras — Telefone: 25-1973 — Rio.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
35. Professor Francisco Mozart do Rego Monteiro	15- 8-1949	Rua General Glicério n.º 407, apt. 1.001 — Laranjeiras — Telefone: 45-2104 — Rio.
36. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Rua Alvaro Ramos n.º 137, Casa 4 — Botafogo — Telefone: 26-6157 — Rio.
37. Edgardo Castro Rebelo	20- 6-1951	Rua Alvares Borghet n.º 22 — Bota- fogo — Rio — Telefone: 26-0495.
38. Dr. José Antonio Soares de Sousa	20- 6-1951	Rua Itaperuna n.º 66 — Niterói — Estado do Rio — Telefone: 2.2082.
39. Dr. Mucio Leão	20- 6-1951	Rua Fernando Mendes n.º 7, apt. 12 — Copacabana — Rio — Telefone: 37-9527.

Sócios Correspondentes (40) (D)

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
1. Professor José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Rue de Longchamp n.º 25 — Paris — Francê.
2. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa	4- 5-1912	São Paulo.
3. Dr. Eugênio de Andrada Egas	28- 6-1913	Rua Bela Cintra n.º 801 — São Paulo.
4. Dr. Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Caixa Postal n.º 2.926 — São Paulo.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
5. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Santo Elias n.º 292 — Recife — Pernambuco.
6. Ministro Dr. Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Legação do Brasil — Rue Bighilis n.º 15 — Atenas — Grécia.
7. Embaixador Dr. Carlos Magalhães de Azevedo	22- 8-1931	Via de Vila Emiliani n.º 9 — Parioli — Roma.
8. Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio n.º 225 — São Paulo.
9. Embaixador Dr. Hildebrando Accioly	22- 8-1931	Rua Sousa Lima n.º 87 — Telefone: 27-7029 — Rio.
10. Luis Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Frederico Lacroze n.º 2.100 — Buenos Aires.
11. Dr. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Consulado Geral do Brasil — Poambla de Cataluña n.º 88 — Barcelona — Espanha.
12. Dr. Luis da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Natal — Rio Grande do Norte.
13. Embaixador Caio de Melo Franco	30- 7-1934	Ministério das Relações Exteriores — Rio.
14. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio n.º 118 — São Paulo.
15. Ministro Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Rua Republica do Perú n.º 193 — Copacabana — Telefone: 37-2427 — Rio.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
16. Dr. Antônio Augusto Mendes Correia	15-12-1934	Rua do Moreira n.º 263 — Pôrto Portugal.
17. Professor Armando de Matos	15-12-1934	Rua São João da Foz do Douro — Portugal.
18. Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Palace Hotel — Avenida Rio Branco — Rio, ou: Rua Esperança n.º 164 — Lisboa — Portugal.
19. Arcebispo D. Frederico Lunardi	28- 5-1935	Assunção — Paragual.
20. Enrique de Gandia	4-12-1936	Calle Elfein n.º 3.567 — La Lucila — (Gran Buenos Aires) — Argentina.
21. Desembargador José de Mesquita	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
22. Dom Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
23. Desembargador Jorge Hurley	31- 5-1939	Avenida Nazaré n.º 189 — Belém — Pará.
24. Dr. Luis Norton de Matos	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa.
25. Padre Serafim Leite, S. J.	31- 5-1939	Rua São Clemente n.º 226 — Telephone: 26-7555 — Rio.
26. Dr. Ernesto Sousa Campos	21- 8-1939	Rua Bela Cintra n.º 1.768 — São Paulo.
27. Dr. Aureliano Leite	29- 9-1942	Rua Brigadeiro Luis Antônio n.º 2.791 — São Paulo.

Nomes		Datas de entrada no Instituto	Residências
28.	João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Avenida Brigadeiro Luis Antônio n.º 966 — São Paulo.
29.	Dr. Luis Viana Filho	27-12-1944	Rua Constante Ramos n.º 105, apt. 401 — Telefone: 27-7269 — Rio.
30.	Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Natal.
31.	Professor Valter Spalding	28- 9-1945	Rua Nossa Senhora Medianeira n.º 70 (Gloria) — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
32.	Dr. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Rua Estêves Júnior n.º 138 — Florianó- polis — Santa Catarina.
33.	Dr. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Rua Eugênio de Lima n.º 747 — São Paulo — Telefone: 7-1211.
34.	Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Monte Alegre n.º 220 — São Paulo.
35.	Dr. Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Rua Conde de Irajá n.º 439 — Botafogo — Telefone: 26-2391.
36.	Dr. Renato Mendonça	16-12-1947	Rua Visconde de Pirajá n.º 224, apt. 201 — Telefone: 27-1573.
37.	Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Rua Haddock Lóbo n.º 220, ou: Embai- xada do Brasil — Portugal.
38.	Dr. Ariosto Gonzalez	15- 8-1949	Avenida Brasil n.º 2.826 — Monte- vidéu — Uruguai.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
39. Damião Peres	20- 6-1951	Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal.
40. Sergio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Rua Samuel Morse n.º 12, 10.º andar, apt. 1.002 — Telefone: 25-9850.

Sócios Honorários (50) (E)

1. Dr. Cincinato César da Silva Braga	28- 8-1895	Avenida Rui Barbosa n.º 460, apt. 1.001 — Telefone: 25-1320 — Rio.
2. Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Rua General Dionísio n.º 64 — Tele- fone: 26-1659 — Rio.
3. Dr. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Rua São José n.º 33 — Tel. 22-6356 — Rio, ou: Visconde de Itaboraí n.º 474 — Niterói — Estado do Rio.
4. Henry R. Lang	22- 6-1911	New York — U. S. A.
5. Ministro Ataulfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Rua Valparaíso n.º 36 — Tel. 28-0416 — Rio.
6. Francisco Agenor de Noronha Santos	6- 6-1912	Rua 24 de Maio n.º 161 — Tel. 28-8069 Rio.
7. Professor Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos n.º 7 — Rio.
8. Ministro Dom Diego Carbonell	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
9. Dr. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Perú.
10. Embaixador Luis Martins de Souza Dantas	29- 6-1928	Embaixada do Brasil — Paris — França.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
11. Professor Paul Rivet	13- 9-1933	Rue Buffon n.º 61 — Paris.
12. Padre Paul Coulet, S. J.	2- 6-1931	Paris.
13. Dr. Joaquim Bensaúde	22- 8-1931	Boulevard Frandrin n.º 56 — Paris.
14. Ministro Hubert Knipping	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse n.º 3 — Han- nover — Alemanha.
15. Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
16. Dr. Luis Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
17. Dr. Elmano Cardim	17-12-1937	Avenida Portugal n.º 38 — Urca — Telefone: 26-5595 — Rio.
18. Embaixador Martinho Nobre de Mello	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco n.º 11, apt. 850 — Rio.
19. General de Divisão Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Avenida Copacabana n.º 1.394, apt. 3 — Telefone: 27-2318 — Rio.
20. Professor Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Universidade de Cambridge — U. S. A.,
21. Ministro Hermenegildo Rodrigues de Barros	14- 4-1939	Rua Hermenegildo de Barros n.º 158 — Santa Teresa — Tel. 22-7113 — Rio.
22. Dr. Julio Dantas	14- 4-1939	Rua Castilho n.º 30, 2.º andar — Lisboa — Portugal.
23. Professor Nels Andres Nelson Cleven	14- 4-1939	Universidade de Pittsburg, Pensilvânia — U. S. A.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Residências
24. Dr. Tobias do Rêgo Monteiro	14- 4-1939	Rua Bela Vista — Petrópolis.
25. Dr. Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Tupi n.º 425 — São Paulo.
26. Dr. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Washington, D. C. — U. S. A.
27. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Rua Campo Belo n.º 199 — Laranjeiras — Telefone: 25-1119 — Rio.
28. Frei Pedro Sinzig (O.F.M.)	15-12-1939	Convento Santo Antônio — Largo da Carloca — Rio.
29. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Alameda Itú n.º 911 — São Paulo.
30. Dr. Félix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
31. Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland — U. S. A.
32. Dom Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis.
33. Capitão de Mar e Guerra Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro n.º 560 — Copaca- bana — Telefone: 27-4439 — Rio.
34. Coronel Laurênio Lago	9- 7-1943	Rua Dom Pedrito n.º 379, apt. 204 — Leblon — Rio.
35. Capitão de Mar e Guerra Didio Iratim Afonso da Costa	21-12-1943	Rua Afonso Pena n.º 10, apt. 604 — Telefone: 28-5272 — Rio.
36. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Rua Santo Amaro n.º 21 — Tele- fone: 25-8070 — Rio.
37. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória n.º 106 — Telefone: 42-0551 — Rio.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
38. Ministro Heitor Lira	9- 7-1945	Ministério das Relações Exteriores — Rio.
39. Almirante Alvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Avenida Portugal n.º 102 — Urca — Telefone: 26-1593 — Rio.
40. Almirante Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Avenida Atlântica n.º 3.892 — Rio.
41. Frei Basilio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio.
42. Dr. Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro n.º 20, 5.º andar — Rio.
43. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Vergueiro n.º 45 — Rio Telefone: 25-2258.
44. Deputado Adroaldo Mesquita da Costa	13- 8-1948	Rua Santa Clara n.º 8, apt. 901 — Co- pacabana — Rio — Tel. 37-7935.
45. Professor Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Rua Jardim Botânico n.º 228, apt. 7 — Rio — Telefone: 26-6519.
46. Capitão de Mar e Guerra Luis de Oliveira Belo	31- 8-1948	Rua Constante Ramos n.º 82, apt. 401 — Copacabana — Rio — Telefone: 47-7037.
47. Senador Aloisio de Carvalho Filho	31- 8-1949	Senado Federal — Rio, ou: Avenida Churchill n.º 60, apt. 42 — Rio.
48. Dr. Edgard Baptista Pereira	20- 6-1951	Avenida Copacabana n.º 218, apt. 1.102 Rio — Telefone: 37-5387.

Relação Cronológica

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe actual
1. Cincinato César da Silva Braga	25- 8-1895	Honorário.
2. Nelson Coelho de Sena	23- 8-1901	Benemérito.
3. José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Honorário.
4. José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Correspondente.
5. Manuel Cícero Peregrino da Silva	21- 7-1905	Grande Benemérito.
6. Augusto Tavares de Lyra	16- 7-1907	Grande Benemérito e 1.º Vice-Presidente.
7. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Honorário.
8. Henry R. Lang	26- 6-1911	Honorário.
9. José Bonifácio de Andrada e Silva	15- 7-1911	Efetivo.
10. Francisco Radler de Aquino	25- 8-1911	Benemérito e tesoureiro.
11. Afonso d'E. Taunay	2- 9-1911	Benemérito.
12. Washington Luis Pereira de Sousa	4- 5-1912	Correspondente e presidente honorário.
13. Ataulfo Nápoles de Paiva	6- 6-1912	Honorário.
14. Francisco Agenor de Noronha Santos	6- 6-1912	Honorário.
15. Hélio Lobo	6- 7-1912	Efetivo.

	Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
16.	Alfredo Valadão	19- 7-1912	Grande Benemérito.
17.	Raul Tavares	23- 7-1912	Benemérito.
18.	Eugênio de Andrada Egas	28- 7-1913	Correspondente.
19.	Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Correspondente.
20.	Edgar Roquete Pinto	4- 8-1913	Efetivo.
21.	Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Grande Benemérito.
22.	Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Correspondente.
23.	Thiers Fleming	10- 7-1918	Efetivo.
24.	Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Honorário.
25.	Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Benemérito Tesoureiro.
26.	Eugênio Vilhena de Morais	6- 8-1921	Benemérito.
27.	José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande Benemérito e Presidente Per- pétuo.
28.	Diego Carbonell	20- 7-1923	Honorário.
29.	Dom Francisco de Aquino Correia	10- 7-1926	Benemérito.
30.	Pedro Dulanto	18- 7-1927	Honorário.
31.	Luís Martins de Sousa Dantas	26- 6-1928	Honorário.

Nomes		Datas de entrada no Instituto	Classe actual
32.	Ricardo Levene	1- 1-1928	Benemérito.
33.	Paul Rivet	13- 9-1930	Honorário.
34.	Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
35.	Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
36.	Joaquim Bensaúde	22- 8-1931	Honorário.
37.	Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Efetivo.
38.	Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
39.	Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
40.	Fernando Luis Vieira Ferreira	22- 8-1931	Efetivo.
41.	Gustavo Barroso	22- 8-1931	Efetivo.
42.	Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Benemérito.
43.	Hildebrando Accioli	22- 8-1931	Correspondente.
44.	Hubert Knipping	22- 8-1931	Honorário.
45.	José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Benemérito e 3.º Vice-Presidente.
46.	Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Efetivo.
47.	Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Efetivo.
48.	Luis Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe actual
49. Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Efetivo.
50. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22- 8-1931	Benemérito — Orador.
51. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Benemérito.
52. Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Benemérito e 1.º Secretário.
53. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Efetivo.
54. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Correspondente.
55. Caio de Melo Franco	30- 7-1934	Correspondente.
56. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
57. Luís Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Correspondente.
58. Manuel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Honorário.
59. Antônio Augusto Mendes Correia	15-12-1934	Correspondente.
60. Armando de Matos	15-12-1934	Correspondente.
61. Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
62. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
63. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Correspondente.
64. Frederico Lunardi	28- 5-1935	Correspondente.
65. Artur César Ferreira Reis	4-12-1935	Efetivo.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
66. Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
67. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Efetivo.
68. José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
69. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt	12- 5-1937	Benemérito — 2.º Secretário.
70. Luís Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Honorário.
71. Elmano Cardim	17-12-1937	Honorário.
72. Henrique Pereira de Cernach (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
73. Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Honorário.
74. Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Honorário.
75. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.
76. Hermenegildo Rodrigues de Barros	14- 4-1939	Honorário.
77. Julio Dantas	14- 4-1939	Honorário.
78. Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Honorário.
79. Tobias do Rêgo Monteiro	14- 4-1939	Honorário.
80. Alcindo Sodré	31- 5-1939	Efetivo.
81. Edmundo da Luz Pinto	31- 5-1939	Efetivo.
82. Jorge Hurley	31- 5-1939	Correspondente.

Nomes		Datas de entrada no Instituto	Classe atual
83.	José Luis Batista	31- 5-1939	Efetivo.
84.	Luis Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
85.	Serafim Leite	31- 5-1939	Correspondente.
86.	Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
87.	Ernesto de Sousa Campos	21- 8-1939	Correspondente.
88.	Valdo Gifford Leland	21- 8-1939	Honorário.
89.	Claudio Ganns	15-12-1939	Benemérito.
90.	Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
91.	Pedro Sinzig (O.F.M.)	15-12-1939	Honorário.
92.	Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Efetivo.
93.	Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Honorário.
94.	Ruben Rosa	29- 5-1941	Efetivo.
95.	Aureliano Leite	29- 5-1942	Correspondente.
96.	Estêvão Leitão de Carvalho	29- 9-1942	Efetivo.
97.	Félix Guisard	29- 9-1942	Honorário.
98.	Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
99.	Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Honorário.

	Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
100.	Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Honorário.
101.	Laurênio Lago	9- 7-1943	Honorário.
102.	Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Efetivo.
103.	Dídio Iratin Afonso da Costa	21-12-1943	Honorário.
104.	Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Honorário.
105.	Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Efetivo.
106.	Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Honorário.
107.	Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Efetivo.
108.	Hélio Viana	27-12-1944	Efetivo.
109.	Mário Augusto Teixeira de Freitas	27-12-1944	Efetivo.
110.	João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Correspondente.
111.	Luis Viana Filho	27-12-1944	Correspondente.
112.	Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Correspondente.
113.	Heitor Lira	9- 7-1945	Honorário.
114.	Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Efetivo.
115.	Alvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Honorário.
116.	Valter Spalding	28- 9-1945	Correspondente.

	Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
117.	Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Honorário.
118.	Valentim Benício da Silva	17-12-1945	Efetivo.
119.	Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Correspondente.
120.	José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Correspondente.
121.	José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Correspondente.
122.	Afonso Costa	13- 5-1947	Efetivo.
123.	Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Correspondente.
124.	Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Honorário.
125.	Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Honorário.
126.	Afonso Toledo Bandeira de Melo	13- 5-1947	Honorário.
127.	Renato Mendonça	16-12-1947	Correspondente.
128.	João Batista Magalhães	16-12-1947	Efetivo.
129.	Fernando Raja Gabaglia	31- 8-1948	Efetivo.
130.	José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Efetivo.
131.	Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.
132.	Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
133.	Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Honorário.

Nomes	Datas de entrada no Instituto	Classe atual
134. Luis de Oliveira Belo	31- 8-1948	Honorário.
135. Adolfo Morales de Los Rios Filho	31- 8-1948	Efetivo.
136. Afonso Pena Junior	15- 8-1949	Efetivo.
137. Aloisio de Carvalho Filho	15- 8-1949	Honorário.
138. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Efetivo.
139. Francisco Mozart do Rego Monteiro	15- 8-1949	Efetivo.
140. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Efetivo.
141. Ariosto Gonzalez	15- 8-1949	Correspondente.
142. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Efetivo.
143. Professor Mucio Leão	20- 6-1951	Efetivo.
144. Professor Edgardo Castro Rebelo	20- 6-1951	Efetivo.
145. Professor Damião Peres	20- 6-1951	Correspondente.
146. Sergio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Correspondente.
147.. Edgard Batista Pereira	20- 6-1951	Honorário.

ORDEM ALFABÉTICA

- ACIOLI (Hildebrando) — Correspondente.
ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
AQUINO (Francisco Radler de) — Benemérito.
ARANHA (Oswaldo) — Honorário.
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
BATISTA (José Luís) — Efetivo.
BARROS (Hermenegildo Rodrigues de) — Honorário.
BARROSO (Gustavo) — Efetivo.
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
✚ BENSAUDE (Joaquim) — Honorário.
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
BITTENCOURT (Leopoldo Antônio Feijó) — Benemérito, 2.º Secretário.
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo.
BRAGA (Cincinato César da Silva) — Honorário.
BRAGANÇA (Pedro de Orleans e) — Honorário.
CABRAL (Oswaldo R.) — Correspondente.
CALMON (Pedro Calmon Moniz de Bittencourt) — Benemérito, Orador.
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
CARBONELL (Diego) — Honorário.
CARDIM (Elmano) — Honorário.
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito, Tesoureiro.
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Efetivo.
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
CARVALHO (Estevão Leitão de) — Efetivo.
CARVALHO FILHO (Aloisio de) — Honorário.
CASCUDO (Luís da Camara) — Correspondente.

- CASTRO (Cristovão Leite de) — Efetivo.
- CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
- CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente.
- CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
- CERNACHE (Henrique Pereira de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
- CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.
- CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
- CORRÊA (Dom Francisco de Aquino) — Benemérito.
- CORRÊA FILHO (Virgílio) — Benemérito — 1.º Secretário.
- CORREIA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente.
- COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
- COSTA (Afonso) — Efetivo.
- + COSTA (Didio Iratim Afonso da) — Honorário.
- COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.
- COULET (Padre Paul) — Honorário.
- COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.
- DANTAS (Júlio) — Honorário.
- DANTAS (Luís Martins de Sousa) — Honorário.
- DULANTO (Pedro) — Honorário.
- EGAS (Eugênio de Andrada) — Correspondente.
- FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
- FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Efetivo.
- FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
- FLEMING (Thiers) — Efetivo.
- FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
- FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.
- FRANCO (Caio de Melo) — Correspondente.
- FREITAS (Mário Augusto Teixeira de) — Efetivo.
- FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
- GABAGLIA (Fernando Raja) — Efetivo.
- GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
- GANNIS (Claudio) — Efetivo. *Benemérito*
- GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
- GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.
- GUIMARÃES (Argemiro de Segadas Machado) — Correspondente.
- GUISARD (Félix) — Honorário.
- HARING (Clarence Henry) — Honorário.
- HURLEY (Jorge) — Correspondente.

- KNIPPING (Hubert) — Honorário.
LACOMBE (Américo Lourenço Jacobina) — Efetivo.
LAGO (Laurênio) — Honorário.
LANG (Henry R.) — Honorário.
LEÃO (Mucio) — Efetivo.
LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente.
LEITE (Aureliano) — Correspondente.
LEITE (Serafim, padre) — Correspondente.
LELAND (Valdo Gifford) — Honorário.
LEME (Ernesto) — Honorário.
LEVENE (Ricardo) — Benemérito.
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Efetivo.
LIRA (Heitor) — Honorário.
LOBO (Hélio) — Efetivo.
LUNARDI (Frederico, Monsenhor) — Correspondente.
LYRA (Augusto Tavares de) — Grande Benemérito e 1.º Vice-Presidente.
MAGALHÃES (Basílio de) — Grande Benemérito.
MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo.
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
MATOS (Armando de) — Correspondente.
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.
MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
MENDONÇA (Renato) — Correspondente.
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Benemérito.
MESQUITA (José de) — Correspondente.
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.
+ MONTEIRO (Tobias do Rêgo) — Honorário.
MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.
MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo.
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
PAIVA (Ataulfo Nápoles de) — Honorário.
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcelos) — Efetivo.
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.

- PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.
PERES (Damião) — Correspondente.
PINHO (José Wanderley de Araújo) — Benemérito e 3.º Vice-Presidente.
PINTO (Edgard Roquete) — Efetivo.
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
PRADO (João Fernando de Almeida) — Correspondente.
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.
REBELO (Edgardo Castro) — Efetivo.
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.
REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo.
RIVET (Paul) — Honorário.
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.
RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário.
ROSA (Rubem) — Efetivo.
ROWER (O. F. M.) — Frei Basílio — Honorário.
SANTOS (Francisco Agenor de Noronha) — Honorário.
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
+ SENA (Nelson Coelho de) — Benemérito.
SILVA (Alvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
SILVA (José Bonifácio de Andrada e) — Efetivo.
SILVA (Manuel Cícero Peregrino da) — Grande Benemérito.
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.
SILVA (Valentim Benício da) — Efetivo.
+ SINZIG (Frei Pedro) — Honorário.
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.
SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário.
+ SODRÉ (Alcindo) — Efetivo.
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.
SOUSA (Washington Luis Pereira de) — Correspondente.
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
SPALDING (Walter) — Correspondente.
TAUNAY (Afonso d'Escagnolle) — Benemérito.
+ TAVARES (Raul) — Benemérito.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Efetivo.
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
VALLADÃO (Alfredo) — Grande Benemérito.
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Honorário.

VASCONCELOS (Alvaro Rodrigues de) — Honorário.

VIANA (Hélio) — Efetivo.

VIANA FILHO (Luís) — Correspondente.

SÓCIOS FALECIDOS EM 1951

— Dr. Alfredo do Nascimento e Silva — Eleito sócio efetivo em 12 de dezembro de 1890, transferido para a classe de Honorário em 4 de agosto de 1913, para Benemérito em 11 de maio de 1917 e para Grande Benemérito em 19 de maio de 1944. Nasceu no Rio de Janeiro a 18 de janeiro de 1866. Faleceu a 6 de março de 1951 no Distrito Federal.

— Ministro Francisco José de Oliveira Vianna — Eleito sócio efetivo em 18 de junho de 1924, transferido para Benemérito em 21 de outubro de 1944. Nasceu no Rio São de Saquarema, no Estado do Rio de Janeiro, a 20 de junho de 1883. Faleceu a 28 de março de 1951 em Niterói (Estado do Rio).

— Almirante Agustin Toutant Beauregard — Eleito sócio honorário em 29 de junho de 1943. Faleceu a 14 de abril de 1951 nos Estados Unidos.

— Alberto Lamego — Eleito sócio correspondente em 28 de julho de 1915 (Passou a Honorário, art. 93 dos Estatutos). Nasceu a 9 de outubro de 1870 em Itaboraí (Estado do Rio). Faleceu a 24 de novembro de 1951 no Rio de Janeiro.

— Ministro Carvalho Mourão — Eleito sócio efetivo em 9 de julho de 1943. Nasceu em São João d'El-Rei (Minas Gerais) a 2 de junho de 1872. Faleceu a 24 de dezembro de 1951 no Distrito Federal.

SÓCIOS ADMITIDOS

Dr. José Antônio Soares de Sousa	20-6-1951 — efetivo
Professor Mucio Leão	20-6-1951 — efetivo
Professor Edgardo Castro Rebelo	20-6-1951 — efetivo
Professor Damião Peres	20-6-1951 — correspondente
Dr. Sergio Corrêa Afonso da Costa	20-6-1951 — correspondente
Dr. Edgard Baptista Pereira	20-6-1951 — honorário

TRANSFERIDOS PARA BENEMÉRITOS E EFETIVOS

Ministro Alfredo Valladão para Grande Benemérito	20-6-1951
Dr. Rodrigo Otávio Filho — Benemérito	20-6-1951
Dr. Eugenio Vilhena de Moraes — Benemérito	20-6-1951
General Estevão Leitão de Carvalho — Efetivo	20-6-1951

ÍNDICE

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1951

I — DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA	
1 — Documentação do conselheiro José Antonio Lisboa, financista do Brasil-reino e Brasil-império.....	3
2 — <i>Missões brasileiras nos arquivos europeus</i> . Virgílio Corrêa Filho	133
II — CONFERÊNCIAS	
3 — <i>José Antônio Marinho. Dos sertões do S. Francisco ao alto cenário nacional</i> . Ministro Alfredo Valadão....	176
III — TRANSCRIÇÕES	
4 — <i>Cachoeira e Porangaba. (A concessão de sesmarias na Brasil e a lavoura de café nas montanhas de Valença)</i> . Pelo desembargador Vieira Ferreira	202
IV — HOMENAGEM	
5 — <i>Reimpressão das obras do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira</i> . Luiz Felipe Vieira Souto	329
V — ATAS DAS SESSÕES DE 1951	334
VI — ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO	385
VII — NOTICIÁRIO	
6 — 113.º aniversário de fundação do Instituto Histórico. <i>Jornal do Comércio</i>	396
VIII — SÓCIOS FALECIDOS	398
IX — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	403
X — RETIFICAÇÃO	413
XI — ESTATÍSTICA	414
XII — CADASTRO SOCIAL	415

ÍNDICE

CONTENIDO

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil - 1953